



Sábado 4 de abril

D - 39 - Área 2

11:00 a 12:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

1122

ANÁLISE DA CRIAÇÃO DO ESTADO DO RIO SÃO FRANCISCO SOB A CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DA BAHIA

Rebouças, Fadia ^{1(*)}; Barbosa, Merissa ²; Giudice, Dante

1 - Universidade Federal da Bahia | (*) Brasil

2 - Universidade Católica do Salvador

Resumen:

A Mesorregião do Oeste da Bahia – divisão regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – possui história de crescimento marcada por peculiaridades econômicas distintas das demais regiões do estado, estas, aliadas às suas características naturais e aos agentes de territorialização que nela atuaram, foram responsáveis pela identidade atualmente assumida pela região. Ainda que tardiamente a economia da região Oeste se desenvolveu e possui atualmente base diversificada, principalmente no setor agrícola, com destaque para a produção de grãos. A realização deste trabalho justifica-se pela necessidade de conhecimento do território baiano, mais especificamente da região pesquisada, na perspectiva de propor ações de intervenção sobre os problemas encontrados, assim como avaliar a principal proposta atualmente apresentada por parte do poder público: a criação do Estado do Rio São Francisco, que abrande todo o território da região e parte dos municípios da Mesorregião do Vale do Rio São Francisco. Esta análise estará baseada nos conceitos de território e região, aliados às realidades social e econômica diagnosticadas. O trabalho contou com pesquisa e seleção bibliográfica e trabalho de campo, quando foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas.

O Oeste Baiano limita-se com a mesorregião do Vale do São Francisco, no sentido leste, ao norte situa-se na divisa do estado da Bahia com o Piauí, ao oeste nas divisas com os estados de Tocantins e Goiás e ao sul com Minas Gerais. A região possui 116.786 Km² de extensão e 24 municípios, distribuídos em três microrregiões geográficas. A história da ocupação do Oeste é marcada pela importância do Rio São Francisco e seus afluentes da margem esquerda, que se constituíram no único meio de ligação da região com outros espaços. O Além São Francisco e as Gerais – como eram chamadas as terras à margem esquerda do rio e as próximas das divisas com outros estados, respectivamente – eram distantes da rede baiana de maior dinamismo demográfico e econômico, o litoral do estado, caracterizado pelo cultivo da cana-de-açúcar. As duas regiões são separadas pelo sertão seco e inóspito e de rios intermitentes, o que também dificultava o fluxo, uma vez que as redes técnicas de transportes eram incipientes. Por muitos anos a economia incipiente do Oeste foi movimentada pela criação extensiva de gado, e ligada à região do Centro-Oeste do país.

O cenário acima descrito se manteve até a segunda metade do século XX. As políticas de integração territorial do governo federal na década de 1960 transformaram o cenário econômico da região em destaque, a partir de ações exógenas. Investimentos públicos na área de infra-estrutura, aliados aos incentivos fiscais e aos baixos preços da terra, chamaram a atenção da região em outras áreas do estado e, principalmente, em outros estados do país, notadamente da região sul, onde os agricultores sofriam com solos empobrecidos devido às práticas agrícolas predatórias e aos altos preços da terra. Outro fator decisivo para a intensificação do uso do solo é a grande disponibilidade hídrica presente na região.

Desta maneira, a criação de gado sofreu relativo declínio e a região passou a ser dinamizada pelo cultivo de grãos, principalmente a soja, acompanhada de uma diversidade de culturas como o milho, o algodão, o arroz, dentre outras. A indústria chega lentamente, principalmente como suporte à produção primária – formando pequenos complexos agroindustriais, ligada à produção de gêneros alimentícios. A região Oeste foi beneficiada com a ampliação da malha rodoviária nacional, no contexto da política de integração, o que facilitou o escoamento da mercadoria produzida. Essa rede técnica, mesmo que ampliada, ainda se faz incipiente para o atual crescimento da região.

A atividade econômica do Oeste Baiano, mesmo com a maior diversificação assistida no final do século XX e início do século XXI, ainda baseia-se no setor primário. O destaque é a produção de grãos, por sua vez liderada pela soja, que em 2007 foi responsável por 4 % da produção nacional e 56 % da produção do Nordeste do Brasil. A cotonicultura e a produção de milho também têm evidência na matriz econômica da região. A primeira é uma atividade que agrega elevada tecnologia, sendo Oeste é responsável por 97 % da produção estatal e está em segundo lugar na escala nacional, além de possuir uma das maiores cadeias produtivas de algodão da América Latina. O milho responde por 50% da produção do estado da Bahia.

Embora tenha conquistado expressivo crescimento econômico, a região do Oeste Baiano possui uma realidade social marcada pela desigualdade, o que demonstra que o crescimento econômico não foi acompanhado pelo desenvolvimento social. A política de concentração de renda pontuou também as áreas atingidas pelos investimentos em saúde, educação, saneamento básico, dentre outros, resultando em um espaço marcado pelas desigualdades de renda e condições de vida.

O descaso histórico que a região Oeste sofreu por parte dos governos do estado da Bahia, em relação a investimentos nos setores da economia e no social, tais como infra-estrutura (principalmente para o escoamento da produção), saúde e educação, se constitui na principal reivindicação do movimento de emancipação da região, liderado por algumas lideranças políticas locais e parcela da população. Vale ressaltar o caráter interestadual dos investimentos que levaram a economia do Oeste Baiano às características atuais, que, mesmo desfrutando de atrativos governamentais, a exemplo dos incentivos fiscais, podem servir como reforço à falta de identidade territorial, característica marcante da região devido à intensa imigração.

O ideário de emancipação apenas pode adquirir força quando há no espaço a ser desagregado características identitárias. Estas são determinadas por regionalismos compostos por aspectos histórico-culturais, socioeconômicos, além de fisiográficos. Diante do exposto, é notável a distinção entre as terras do Além São Francisco e as Gerais e as demais regiões do estado da Bahia. Entretanto, a emancipação implicaria em auto-suficiência econômica, o que representariam gastos com a sociedade provenientes essencialmente de uma economia de base agrícola. Além disso, para a Bahia, o processo resultaria em uma perda significativa para o primeiro setor da economia do estado.

1173

AMÉRICA LATINA - CONTRIBUIÇÕES PARA A RUPTURA DE UM TERRITÓRIO ESPELHADO

Zanetch, Vanessa ^{1(*)}; Vastella Ferreira de Melo, Alexandre ²

1 - Universidade Cruzeiro do Sul | (*) Brasil

2 - UNICSUL (Universidade Cruzeiro do Sul)

Resumen:

A América Latina revela-se um espaço formado por um conjunto de países estruturados em vários aspectos por colonizadores que ao longo do tempo usufruíram desses territórios da maneira que lhes convieram, necessitando a nosso ver de estudos detalhados em relação aos territórios que compõem esse espaço, os quais levem em consideração não apenas os aspectos históricos de formação relacionados à produção cultural como herança estática, mas também, que possam refletir acerca dos entraves que alguns elementos anacrônicos configurados em território latino-americano hoje representam para uma melhor organização territorial. A partir disso, o foco deste estudo é produzir uma reflexão acerca dos prejuízos ocasionados por políticas territoriais exercidas em países latino-americanos no atual contexto histórico e que, em alguns aspectos são heranças de períodos históricos anteriores, tendo como objetivo produzir contribuições reflexivas sobre possíveis mudanças na estrutura territorial desses países, tendo como referência um elemento anacrônico presente na estrutura territorial do Brasil.



Utilizamos o termo território espelhado ao compararmos a estrutura territorial dos países latino-americanos com a lógica de um espelho no sentido figurado, porém frisando não se tratar da reprodução de um reflexo, já que se assim fosse a América Latina seria apenas um simulacro, uma representação, porém, tal qual como um espelho, que recebe uma imagem posterior e reflete uma imagem anterior, os países da latino americanos receberam de seus colonizadores modelos de estruturação, seja nos aspectos políticos ou religiosos, como exemplo, que foram apenas transplantedos de uma realidade que correspondia à uma temporalidade diferente da encontrada pelos colonizadores nesses países, e que, dessa forma, acabam por refletir ainda hoje, imperfeições desse modelo que não são cabíveis a realidade desses territórios, são atemporais e necessitam de reestruturas para que suas estruturas possam servir as populações que nestes países residem.

A metodologia aplicada à pesquisa corresponde à revisão bibliográfica, de documentos oficiais e legislação do país tomado como exemplo, no caso o Brasil, estabelecendo a inter-relação de estruturas territoriais históricas com o presente momento. Para tanto, serão trabalhados prioritariamente os conceitos de território e espaço. No caso do território, as contribuições de MORAES (1991) são de grande relevância visto que para o autor o conceito de território representa um dos principais meios de apreensão das ações humanas que o estruturam, e, sobre o qual se deve estabelecer uma relação fundamental com os antecedentes históricos, sendo esta definição cabível ao nosso propósito. Em relação à apreensão das ações que para SANTOS (2001), situam-se na categoria espaço, por ser este um sistema de ações e objetos, é concorrente ao nosso estudo a aceção desta categoria juntamente com o território, pelo fato de muito dos elementos anacrônicos presentes no território do Brasil, e mais indiretamente da América Latina serem muitas vezes enxergados sob a ótica cultural, o que requer uma análise sistemática mais complexa para a caracterização das consequências dos mesmos sob os territórios desses países. Pretendemos com este trabalho de pesquisa, dar luz a uma produção teórica que diga respeito a uma estrutura territorial que seja condizente com a realidade latino-americana, que respeite os aspectos culturais de nossa formação, mas não os sobreponham às reais necessidades das populações, e que possa dessa forma, contribuir tanto com os estudos de Geografia Política tão necessários em países com histórico territorial como da América Latina, como com a população latino-americana conhecida historicamente pelo descaso sofrido pelos países mais ricos mas que na verdade carece de soluções que sejam pensadas primeiramente por suas populações locais.

Referências Bibliográficas MORAES, A.C.R. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1991. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção*. SP: Hucitec, 1996

2063

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE TEÓRICA E METODOLÓGICA NO ESTADO DA BAHIA

Evangelista, Antonia dos Reis Salustiano^{1(*)}; Passos, Ana Lucia Santos dos¹; Di Lauro, Aluztane¹

¹ - Universidade Federal da Bahia | (*) Brasil

Resumen:

O presente trabalho propõe uma análise teórica e metodológica do mais recente processo de regionalização brasileira, tendo como recorte espacial o Estado da Bahia. Deste modo, a idéia aqui é conduzir o reconhecimento, a sobreposição e análise de uma regionalização implantada pela estrutura governamental no intuito de impulsionar e implementar políticas públicas que auxiliem na concretização de uma realidade menos desigual no território baiano.

Para que essa análise seja possível, elencamos como objetivos: definir os territórios de identidade evidenciando as repercussões políticas, econômicas, sociais e espaciais; analisar os pressupostos básicos utilizados para essa classificação e verificar a quem interessa essa divisão territorial; Analisar se tal classificação irá promover a integração e implementação de políticas públicas de forma mais ou menos homogênea, ou se esta, aumentará ainda mais as diferenças socioeconômicas no Estado.

As considerações destacadas anteriormente, nortearam a realização da pesquisa, no sentido de apresentar e analisar a regionalização proposta pelo Governo do Estado. Essa divisão foi aparentemente delimitada sem clareza dos elementos de classificação para a incorporação dos municípios neste ou naquele território, como também sem justificativa real para o estabelecimento da nova divisão territorial, contribuindo com isso, para o estudo da dinâmica territorial nacional e dos eventos que impõem a nível do Estado uma reconfiguração do território.

Foram consideradas também, as relações entre os fatores históricos, culturais, econômicos, a pertinência de cada recorte, expondo relações, dinâmicas, semelhanças e diferenciações para compreensão do contexto no qual se insere a divisão territorial. Afinal, a região está "pronta e acabada" mas os processos sociais que ali ocorrem, interferem historicamente nas diversas relações que a permeiam.

O arcabouço conceitual está embasado no pensamento de Milton Santos, Claude Raffestin e Roberto Lobato Corrêa, através dos conceitos de região, território, desenvolvimento e identidade para nortear as reflexões que visam apreender esse novo processo de regionalização, na sua concepção, e articulação ideológica, a partir dos seus agentes e da dinâmica sócio-política, espaciais.

Para que os objetivos expostos sejam alcançados, utilizou-se como metodologia inicialmente, uma revisão crítica de conceitos e métodos utilizados pelos órgãos oficiais que validaram a atual divisão territorial; um breve histórico das divisões territoriais do Brasil, que antecederam os territórios de identidade, implantados a partir de 2003 no país; análise e interpretação de mapas referentes aos aspectos metodológicos adotados nas divisões territoriais, confluindo para a sobreposição destes com a finalidade de identificar os limites espaciais e se estes coincidem com a divisão proposta pelos órgãos oficiais, a exemplo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, e a sociedade civil organizada.

Deste modo, busca-se através deste trabalho, dar visibilidade a divisão territorial na Bahia destacando os resultados efetivos resultantes desta pesquisa, apresentando quais foram os critérios e interesses para identificação e criação dos territórios de identidade. Procurar-se-á também, demonstrar se essa classificação foi suficiente para minimizar desigualdades regionais, ou ao contrário, se acentuaram disparidades internas, tanto entre os próprios municípios de um dado território de identidade, como entre os territórios propostos. Como também, evidenciar a importância desta regionalização para a gestão pública, e a sociedade civil no que se refere a investimentos de recursos, pressupondo redução das desigualdades regionais.

12:00 a 13:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

1177

PLANIFICACION PROSPECTIVA TERRITORIAL: HERRAMIENTA PARA LA GESTION DEL FUTURO. EL CASO DE LA REGION DE LOS RIOS, CHILE.

Rovira, Adraino^{1(*)}; Cabrera, Juan Antonio²; Coper, Susana¹; Zumelzu, Ernesto¹

¹ - Universidad Austral de Chile | (*) Chile

² - CIEMAT-CSIC

Resumen:

La recién creada Region de Los Rios, en el sur de Chile, se encuentra elaborando sus instrumentos de planificación, para lo cual se desarrollo un estudio de prospectiva regional, como apoyo a la Estrategia Regional de Desarrollo. El estudio lo llevo a cabo un equipo multi disciplinario de la Universidad Austral de Chile, compuesto por 20 profesionales y con la asesoria externa del Dr. Juan Antonio Cabrera del CIEMAT (España) y se dispuso de un total de 6 meses para su ejecucion. La prospectiva es un proceso sistematico y participativo desarrollado con el objetivo de generar conocimiento, "desarrollar inteligencia", sobre el futuro mediante la construccion de visiones a medio y largo plazo que permitan tomar decisiones hoy. Para ello, analiza los desarrollos de la ciencia, la tecnologia, la sociedad y la economia junto con las interacciones que existen para poder identificar cuales son las acciones y estrategias que es preciso poner en marcha para poder generar el mayor beneficio social, la situacion futura mas favorable. La prospectiva es una herramienta para informar la toma de decisiones basada en pensar y debatir sobre el futuro incierto para definir cuales son las areas y factores que deben considerarse criticas para un determinado sector, en funcion de sus posibles impactos. El desarrollo del proceso permite identificar las oportunidades de actuacion de que se dispone en la actualidad para conseguir los objetivos mas favorables en funcion de la posicion existente junto con los recursos y conocimientos necesarios. La utilizacion de la prospectiva como herramienta



para la definición de políticas y estrategias esta basada en su capacidad para identificar alternativas y opciones de actuación a largo plazo en base al análisis de las incertidumbres existentes sobre el futuro teniendo en cuenta los desarrollos tecnológicos y científicos, pero también la demanda social existente, los desarrollos económicos y los impactos medioambientales. Los estudios de prospectiva no tienen como objetivo tratar de predecir con certeza lo que va a suceder sino proporcionar la información necesaria para poder diseñar aquellas actuaciones que permitan seleccionar la mejor opción posible de las existentes teniendo en cuenta las situaciones alternativas que podrían acontecer. Además, permite establecer el grado de consenso existente dentro de un área determinada sobre las prioridades futuras a partir de la consulta a un grupo de expertos en diferentes áreas, integrando así diferentes visiones y experiencias. Este estudio se realizó utilizando los procedimientos desarrollados por M. Godet en el LIPSOR, Francia, para lo cual se definieron las variables que caracterizan el sistema regional, apoyándose en una línea base. Las variables fueron derivadas de seis componentes o subsistemas: social y cultural; medio ambiental; territorial; económico, de ciencia y tecnología; y energético. A su vez el componente económico considero variables de los sectores agropecuario, forestal, pesquero, turístico e industrial, que constituyen la base de la economía regional. Sobre la base del trabajo de especialistas en los diferentes componentes se analizaron las variables determinando sus características, tendencias pasadas y proyecciones futuras, así como las posibles rupturas de las tendencias y los eventos que pueden modificar las evoluciones probables. Estos resultados fueron sometidos a la opinión de un amplio grupo de personas provenientes de diversos ámbitos (gubernamentales, científicos, empresariales y sociedad civil), en talleres de análisis y discusión. Posteriormente las variables se sometieron a un análisis de impactos cruzados para identificar aquellas que controlan en mayor grado el sistema. Luego se genero un juego de hipótesis respecto a las evoluciones probables y tendenciales de esas variables, las que fueron sometidas a una probabilidad para definir las combinaciones de mayor probabilidad de ocurrencia. Con esas combinaciones más probables se confeccionaron los escenarios alternativos de futuro, los cuales son sometidos a consideración de la sociedad regional y de las autoridades encargadas de llevar a cabo los procesos de planificación, para finalmente optar por el escenario que resulte más deseable. La gestión del desarrollo regional tomara como base ese escenario, a partir del cual se deben definir las estrategias y las políticas que hagan factible su logro.

2051

A ESCALA DE PRODUÇÃO DE UM COTIDIANO VIVIDO E PESQUISADO

da Silva Martins, Flávia Elaine ^{1(*)}

¹ - Universidade de São Paulo | (*) Brasil

Resumen:

Tenho abordado em minha pesquisa de doutorado a configuração das grandes escalas produzidas no urbano e a forma contraditória como as pessoas vivem isso, no seu cotidiano. Tenho a proposta de incluir o pesquisador e os seus próprios ritmos como um ponto de partida, balizador, para a análise crítica dos ritmos urbanos modernos. As diferentes escalas espaciais e a interpenetração destas na produção do espaço têm sido fonte e foco de pesquisa dos geógrafos, que abordam desde a simples constatação das escalas em que se situam as transformações espaciais até o processo de formação de determinada escala e da atuação implicada de um nível sobre o outro, ou de uma escala sobre a outra. Escala dada, escala produzida, escala socialmente produzida, este vem sendo um dos caminhos de um pensamento geográfico que estuda o espaço a partir de sua produção. Este movimento interno ao pensamento da geografia está em sintonia com um processo de mundialização financeira que torna algumas contradições perceptíveis, e fazem com que geógrafos como David Harvey, por exemplo, apontem para o fato de que não só cada escala exige um método diferente para ser abordada, mas também que a própria transição de uma escala para outra necessita, seja para a pressão do capital, seja para a reação de determinados movimentos sociais, de análise. É importante ressaltar também que este debate se encontra permeando diferentes "linhas" de pesquisa da geografia, chegando até nós por meio da profundidade que cada uma delas alcança, seja na forma de tratar as cidades, local e globalmente. Pose-se tratar a condição da produção do espaço atualmente como correspondente a uma escala de produção necessária para reprodução de níveis aceitáveis de rentabilidade do Capital, mundializado financeiramente, e tratar desta lógica financeirizada como inerente aos nossos ritmos os mais cotidianos. Tão mais extensa parece ser superfície a ser negociada, mais profundo parece ser o alcance das alterações dos ritmos da vida, e este imbricamento pode conduzir nossas investigações sobre o urbano de forma potente, pois nos torna pesquisadores de uma realidade vivida. "(...) o saber do vivido modificaria o vivido sem saber. (1992, Lefebvre, p.30)". A insistência em tornar o pesquisador parceiro de seu "objeto" de pesquisa, sem confundir-los, reside no fato de que a vida cotidiana é um plano de pesquisa que nos une de forma totalizante, nos limites e na potência que isso pode significar. Passemos então a considerar algumas questões sobre a extensão da superfície e a profundidade dos ritmos redefinidos. A necessidade da Generalização se tornar conceito passa a ser entendida aqui como a necessidade da produção de uma escala necessária, e esta escala deve ser abordada em sua tridimensionalidade, ou seja, horizontalmente e verticalmente. O envolvimento entre a produção do espaço e o capital financeiro implica a produção de uma escala, com centros e periferias, e implica esta escala e o homem que vive esta escala, em superfície e em profundidade. A concepção da crise no cerne do modo de produção capitalista, e a recente crise americana dos Subprime é um exemplo, nos faz olhar para a reestruturação das escalas, dos centros e das periferias, sob um ponto diverso (e composto) ao olhar da economia vulgar e da ciência espacial. A produção de uma escala se torna imediatamente, nos termos da geografia urbana, a produção da escala necessária, com centro e periferia. Podemos enxergar a transformação do espaço, nos termos do negócio, como um avanço e uma ampliação, e isso é correto, mas podemos incluir a noção da reprodução ampliada com fundamento crítico, ou seja, de que cresce porque é crítico. Assim, devemos considerar sempre a reprodução ampliada do capital, em seus termos críticos. Redefinindo, devemos compreender a produção de uma escala necessária a partir de sua horizontalidade, abordada eventualmente pela da ciência do espaço, ou seja, do aumento e reconfiguração dos espaços envolvidos em determinadas lógicas de produção do espaço, da produção do centro e da periferia destes espaços e de sua verticalidade, ou seja, por meio da produção de uma vida cotidiana correspondente à produção da escala. Em tempo, é preciso relembrar o financiamento, o crédito e o crédito tornado dívida como a chave para encadear essa transformação de ritmos e a possível contradição gerada na passagem da lógica de uma macro escala para a de uma micro escala, do desnível entre as relações sociais que se apresentam diferentes em cada escala. Podemos abordar, para tanto, o que atualmente denominamos IPO'S, ou Abertura de Capitais dentro das construtoras/incorporadoras que vêm atuando no mercado imobiliário nas últimas duas décadas, em São Paulo, Brasil, e entender o impacto desta abertura na produção de novas fronteiras de expansão urbana, e a conseqüente implicação de uma escala de produção urbana necessária para assegurar rendimentos, a realização do negócio, ou ainda a produção do comprador/consumidor. As grandes e críticas transformações pelas quais o modo de vida urbano vêm passando nas metrópoles implicam definitivamente os geógrafos nas pesquisas dos espaços em que vivem. O desejado e Positivo distanciamento entre sujeito e objeto não é mais possível, e quando isso ocorre em uma pesquisa atual, ocorre às custas de um conhecimento que perde sua potência. Ao mesmo tempo, quando os pesquisadores decidem se aprofundar nos negócios urbanos encontram barreiras gigantes. Negócios são feitos a portas fechadas, como a nossa experiência vem nos mostrando. A realidade, entretanto, coloca o cotidiano do pesquisador como a sua maior fonte de informação. Assim, as pesquisas devem discutir mundo, em especial o modo de vida urbano e crítico (a crise aqui vista em potência) com o pesquisador dentro dele.

2093

DESENVOLVIMENTO E DEGENERAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ENSAIO SOBRE O MÉTODO

Lima Sousa, André ^{1(*)}; Ferreira Vasconcelos, André ¹

¹ - Universidade Federal de Santa Catarina | (*) Brasil

Resumen:

O debate do método é um interposto fundamental para a pesquisa científica, em especial, para o estudo das cidades e do urbano em suas complexas relações, sem um método que oriente os passos a serem dados pelo pesquisador, corre-se o risco da elaboração de um estudo intempestivo e amplo, entretanto, meramente especulativo e difuso, fragmentado e muitas vezes, pobre. O artigo "Desenvolvimento e degeneração do espaço urbano: ensaio sobre o método" parte de uma questão central elaborada por Milton Santos na introdução de "A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção" quando este nos indaga sobre quais as categorias de estudo que permitem analisar corretamente um objeto geográfico; direcionamos esta pergunta para o caso da cidade. Se analisar um objeto geográfico pressupõe a escolha de um método compatível com os objetivos à que se propõe o estudo, a investigação epistemológica e do método que se escolhe para se interpretar este objeto geográfico, é o pressuposto fundamental para qualificar as tentativas de apreensão do "real" sobre a cidade, ou o fenômeno urbano que se está analisando. A cidade é vista como o concreto, o material; o urbano é entendido como o abstrato, o geral, as relações sociais que agem sobre a cidade. Estes



dois são sempre expressões singulares de uma realidade única. Inspirado na contribuição no método materialista-dialético, considera-se que a dinâmica de desenvolvimento do espaço urbano contém uma trajetória que pode ser decomposta num triplo movimento, ou seja, em pelo menos três partes que interagem entre si e que agem de forma sincrônica, no mesmo tempo e no mesmo espaço proposto. O primeiro, é o desenvolvimento positivo, do crescimento, da afirmação do espaço urbano (a constatação). O segundo, o movimento proposto, da degeneração urbana, intrínseca à qualquer matriz de desenvolvimento subsumida ao capital; momento de enumerar as principais contradições deste desenvolvimento e suas implicações na ocupação do espaço. Um terceiro movimento seria o da negação da degeneração. Estes três compõem partes de um só movimento universal. A ênfase é dada para o tempo presente. O amadurecimento do sistema capitalista, meio ao qual a cidade contemporânea está inserida, neste período "técnico-científico-informacional" da história humana, defendida por Milton Santos, faz com que ocorra o que o autor chama de "aceleração o tempo"; este conceito é trabalhado em paralelo ao entendimento de aceleração da degeneração da cidade capitalista. Neste artigo, inspirado no método materialista-dialético da formação sócio-espacial urbana, interessa analisar os dois primeiros movimentos do objeto sugerido. Assim, inicia-se o traçar de um percurso metodológico para a investigação da formação das metrópoles contemporâneas. O artigo é dividido em três partes, além da introdução. Na primeira parte apresentamos a contribuição do pensamento materialista-dialético, que compõe o "pano de fundo" da pesquisa, é o método escolhido para se investigar a cidade capitalista; uma segunda parte, em que tentamos apontar alguns elementos teóricos do desenvolvimento urbano e, por fim, a terceira parte; em que voltamos nossa atenção ao movimento sincrônico, porém contraditório da degeneração urbana, em suas conseqüências sobre a reprodução da vida humana nas metrópoles contemporâneas.

14:30 a 15:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2067

A EMPIRICIZAÇÃO DO ESPAÇO-TEMPO A PARTIR DO MOVIMENTO ASSICRÔNICO: UMA GLOBALIZAÇÃO QUE A TENDA A TODA A HUMANIDADE - SINGULAR, A NOVA CATEGORIA DO ESPAÇO.

Ferreira Coutinho, Adriano (*)

(*) Brasil

Resumen:

ADRIANO FERREIRA COUTINHO

E-mail: bonosofia@hotmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

FACULDADE DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

A EMPIRICIZAÇÃO DO ESPAÇO-TEMPO A PARTIR DO MOVIMENTO ASSICRÔNICO: UMA GLOBALIZAÇÃO QUE A TENDA A TODA A HUMANIDADE - SINGULAR, A NOVA CATEGORIA DO ESPAÇO.

Introdução

O presente texto defende uma epistemologia estruturada na antropologia e também apresenta uma proposta de teoria baseado no dado momento histórico: a partir da emoção, da comunicação das pessoas em seus espaços simbólicos, ou seja; nos lugares, com o nascimento da categoria que aqui dou a luz - o Singular. Nesse sentido, transcrevo a categoria filosófica denominada de Singularidade para a análise do lugar, dentro do processo de globalização. O que seria o singular? É o movimento assicrônico das pessoas no lugar, ou seja; são as relações culturais, políticas e econômica das pessoas com o seu entorno, uma práxis. Esse casamento das comunidades com o seu entorno gera tempos diferentes que por sua vez gera espaço-tempo Singular. O que seria o espaço-tempo? Seria o espaço-tempo no lugar, o movimento assicrônico - o Singular. O Singular é o fruto do assicrônico

O que seria o assicrônico? São as pessoas, as famílias. As pessoas rapidamente têm a capacidade de converter os sistemas ideológicos contido nos objetos em sistema de objetos baseado na solidariedade, ou seja; Sistemas de ações baseado no amor, fenômeno que ocorre em diversos lugares do mundo, principalmente na América Latina. Através do assicrônico que o feitiço da mutação capitalista apoiada na técnica volta contra o feiticeiro, convertendo ideologia contida nos objetos em solidariedade. O mal não está nos objetos presente nos lugares, mais na forma como os atores hegemônicos impõe esses objetos nos espaços, apenas como objetos de desejos para gerar mais valia. Esse é o processo de imunização contra os vetores da globalização, que é intenso na América Latina, porque o Sistema Capitalista é estranha nos territórios nesse continente, havendo choques entre as forças exógenas e endógenas nos territórios. Esta última força é mais forte, pois constitui de população que é predominantemente mestiça pelas resistências no espaço e tempo, multiplicando o Singular. Por isso que a globalização é nociva na América Latina. Esse processo não é tão homogêneo assim como parece, e que os veículos de comunicação, que pertencer aos centros de comando, nós fazem acreditar que a globalização totalitária é inevitável, daí a necessidade de construção de teorias que mostre a nova cara do Sistema Capitalista. O Singular é uma arma poderosa para destruir as teorias capitalistas

Devemos defender uma geografia divorciada das heranças do iluminismo, pois é uma forma de explica a realidade da América Latina de maneira estranha, não levando em consideração a totalidade empírica: a separação entre razão e emoção é um exemplo. Considerando o movimento da sociedade nesse dado momento histórico, os intelectuais terão fundamentos para construir conceitos e categorias através do enfoque espacial, das diversas temporalidades que modela o entorno espacial e conseqüentemente o mundo, bebendo da fonte da Antropologia, Filosofia, história para se poder entender a dinâmica espacial, o lugar, levando em consideração o Singular. O trabalho que se deve fazer - primeiro, gerar uma conscientização dos intelectuais na América Latina, para serem de fato os responsáveis de teorias que leve a necessidade do espaço, ou seja, as pessoas e o seu entorno, baseada na realidade-parafresando o professor Milton Santos "o existir é do espaço" (1993) - é levar em consideração o Singular, que é o novo fenômeno geográfico. Como nos diz Milton Santos (1988), quando analisamos a realidade a partir do processo social e não o resultado, veremos que a globalização é uma fábula. Eu diria mais, através do Singular que agimos sobre a globalização - neutralizando-o. Através de análises corretas do Singular, veremos a verdade: a América Latina é um turbilhão de resistência a verticalidades (empresas), sobre tudo nas grandes cidades, a racionalidade se curva diante da emoção dos latinos: emoção em termos das diversas culturas latinas. Conclusão O Singular é uma categoria que considera a concepção holística, que tem como base a história: os múltiplos lugares, as múltiplas temporalidades, a especificidade de cada lugar, de cada sociedade; principalmente nos espaços urbanos, levando em consideração a história casada com a antropologia na leitura geográfica. Nesse sentido que é defendida aqui uma outra empiricização do espaço-tempo a partir do movimento assicrônico, uma globalização que a tenda a toda a humanidade: as lutas do dia a dia das pessoas, a partir da formação sócio-espacial, atendendo toda a sociedade.

Em suma, o que seria o Singular? Seria uma categoria da quinta dimensão do espaço - o lugar. Nessa categoria também se faz política, economia e principalmente cultura. É preciso apagar a idéia de essas três categorias sócio-espacial citada a cima, serem realizadas somente pelo Sistema Capitalista. O Singular deve ser o foco de política de gestão pública e deve ser o centro de análise dos geógrafos - principalmente no contexto do fenômeno da globalização, pois quanto mais o mundo se globaliza, mais a pobreza aumenta e onde há pobreza há riqueza e o fenômeno Singular se faz presente. O Singular é a sociedade em movimento em seus lugares - o assicronismo que produz o espaço-tempo, onde o mundo entra em colapso ("o sistema capitalista"). A sociedade espacializada - a sociedade não alienada; não assalariada e que participa de todas as etapas produtivas; Os Estados-Nações da América Latina é um exemplo significativo. O Singular espalhado em todo o território do nosso continente que constitui uma verdadeira força para uma outra globalização.



2071

DINÂMICA TERRITORIAL DO CAPITAL E DO TRABALHO: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E A EXPANSÃO DO TRABALHO FABRIL NO OESTE PARANAENSE.

Gemelli, Diane Daniela^{1(*)}; Carvalho, Marcelo Dornelis¹

¹ - UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná | (*) Brasil

Resumen:

Introdução A partir de 1960 inúmeras transformações ocorrem no cenário econômico mundial com o objetivo de suplantar a crise orgânica do capital, que por sua vez acarretam efeitos significativos para a classe trabalhadora, no que tange a inserção/manutenção de emprego no mercado de trabalho formal, aumentando os índices de desemprego, subemprego, trabalho informal, terceirizado, arrocho salarial além de uma série de conseqüências, causadas pela reestruturação produtiva, mundialização do capital e mais recentemente pelo neoliberalismo. A ofensiva do capital e a necessidade da superação da crise do sistema capitalista de produção fizeram com que o capital adotasse novas medidas no que tange a mobilidade e territorialização das atividades produtivas, conseqüentemente surgiram novos limites para a Divisão Territorial do Trabalho. Nessa perspectiva, sobretudo na década de 1990 ganha força o discurso da qualificação profissional, enquanto estratégia de melhores condições de inserção/manutenção no mercado de trabalho formal, alegando que a alternativa para o desemprego, e para precarização do trabalho é o incremento em qualificação profissional. Este inclusive é o discurso do governo federal, que nesse intuito lança em 1995 Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) que se territorializa nos estados com a instituição do PlanTeQ Plano Territorial de Qualificação do Trabalhador, que viabilizará cursos no sentido de qualificar os trabalhadores de acordo com as necessidades de qualificação profissional do mercado. Diante disso alguns lugares tornaram-se atrativos para a acumulação e expansão capitalista, tornando-se mais vantajosos que outros. Nesse caso percebemos o avanço considerável do emprego fabril no Oeste paranaense, sobretudo o emprego nas indústrias de alimentos, bebidas e álcool etílico cujo crescimento num período de dez anos (1996-2006) registrou a marca de aproximadamente 215%. Do total de empregos registrados neste setor industrial no Oeste paranaense no ano de 2006, percebemos que 49% correspondem à microrregião geográfica de Toledo, e deste total nesta microrregião constatamos que 90% encontram-se nos municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon e Palotina. Assim estudamos a expansão do trabalho fabril em Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo no setor de alimentos, bebidas e álcool etílico, no sentido de compreender, quais as razões do crescimento substancial tanto de estabelecimentos, quanto de mão-de-obra empregada neste ramo produtivo, buscando verificar se existe alguma relação deste aumento com o investimento em qualificação profissional, por parte do Estado e das próprias empresas. Objetivos Esse trabalho tem como principais objetivos, constatar se a qualificação profissional está vinculada à expansão do setor de alimentos e bebidas nos municípios de Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo, buscando compreender na perspectiva da dinâmica territorial do capital e do trabalho as ações do Estado, no sentido de promover a adequação dos meios locais através da qualificação profissional, contribuindo para a instalação de indústrias de alimentos e bebidas nos municípios de Marechal Cândido Rondon, Medianeira e Palotina. Métodos e técnicas A metodologia desta pesquisa consistiu no Levantamento bibliográfico sobre o tema. Consulta a internet e a estudos realizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Secretaria do Emprego do Paraná. Consulta aos documentos do Plano Territorial de Qualificação do Trabalhador – PLANTEQ/PR, Colóquios com o orientador e no Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS). Entrevistas com os gestores das políticas de qualificação profissional vinculadas ao Estado e às indústrias selecionadas. Entrevistas com os trabalhadores das indústrias alimentícias. Principais contribuições geográficas Deste modo este trabalho se mostra importante para compreender a dinâmica territorial do capital e do trabalho, que provoca mudanças na organização do espaço, através da formação de territórios especializados em determinado tipo de produção fabril, identificados nos municípios de Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo. Além da necessidade de entendermos de que maneira a expansão do trabalho fabril no setor de alimentos e bebidas nestes municípios ocorre vinculada às políticas de qualificação profissional dos trabalhadores através da ação do Estado e das empresas, e qual o reflexo destas ações em termos de adequação do meio local para atender as necessidades da expansão capitalista. Tal debate é ainda relevante para subsidiar os debates sobre as estratégias territoriais do capital e seus impactos para a classe-que-vive-do-trabalho. Por fim, tal pesquisa, busca contribuir para o enriquecimento do debate sobre o desenvolvimento territorial do capital e do trabalho no bojo das discussões da ciência geográfica.

2072

ENTRE A COMUNIDADE E O LUGAR: APORTES TEÓRICOS PARA UM DEBATE

Giovane, Giovane da Silva Mota^{1(*)}

¹ - Universidade Federal do Pará | (*) Brasil

Resumen:

O presente texto se põe como um esforço na direção da construção de um debate aproximativo entre uma categoria advinda da sociologia - a comunidade - e uma categoria oriunda da geografia - o lugar. Busca estabelecer um resgate teórico, fundado em autores como Agnes Heller e Milton Santos, objetivando a construção de pontes interpretativas que permitam a compreensão do atual nível de organização socioespacial, bem como das rápidas transformações e dissoluções pelas quais têm passado as comunidades. O problema apresentado neste trabalho é exatamente se é possível construir a base conceitual do "lugar" e suas devidas inter-relações, sem que prejudique a cientificidade e o rigor de método com o qual a ciência geográfica da atualidade tem trabalhado? É possível, pois, reivindicar o *lugar* e a *comunidade* às análises geográficas sem cair numa síntese simplista da somatória, contagem e distribuição dos objetos pelo espaço e pelo tempo? Pode-se construir uma teoria do lugar geográfico, sem se deixar seduzir pela análise do fragmento temporal e espacial? Os estudos aqui apresentados vêm resultando de um esforço teórico e de levantamentos complementares que se estão fazendo sobre comunidades e coletividades na Amazônia brasileira, precisamente no Estado do Pará, desde sua auto-compreensão até a caracterização de suas formas de vivência. A categoria *comunidade*, assim como o grupo, é uma categoria de integração que surge no âmbito de uma única relação, a relação com a sociedade estruturada. Ao pôr-se em contato com a comunidade, o indivíduo particular reconhece-se no outro e pelo outro, funções e objetivos comuns passam a comandar seus direcionamentos e ações, orientando a forma que assumirão seus referenciais relacionais. Da integração natural à consciência da integração estrutural, o indivíduo assume, na comunidade, características sociais cada vez mais amplas e de conteúdo histórico muito mais denso. Segundo Agnes Heller (2000, p. 70-71), "a comunidade é uma unidade estruturada, organizada, de grupos, disposta de uma hierarquia homogênea de valores e à qual o indivíduo pertence necessariamente; essa necessidade pode decorrer do fato de se 'estar lançado' nela ao nascer, caso em que a comunidade promove posteriormente a formação da individualidade, ou de uma escolha relativamente autônoma do indivíduo já desenvolvido". O lugar se mostra como objetivação e expressão o conteúdo histórico das realidades sociais. Por ele se realiza a ação de grupos e dos indivíduos que se projetam enquanto comunidade. Indivíduo e comunidade não constituem uma unidade necessária ao capitalismo, portanto, se pode inferir que a ação do indivíduo pode se realizar sem a necessidade do lugar e a relação de pertencimento pode se estabelecer em outros níveis relacionais, que não o da comunidade. Ora, se no capitalismo o homem deixa de ser comunitário, então a idéia de lugar, que mais comumente se dissemina é falsa, pois apresenta-o como fundado em relações que têm entre si laços, demarcadamente, homogêneos, que se manifestam naturalmente a partir da casualidade do pertencimento. O lugar se funda então na idéia de comunidade produzida, a partir de uma intencionalidade que autoriza o pertencimento, num certo nível de consciência como garantia de reprodução das estruturas materiais e dos vínculos sociais. O lugar não está dado. Se, se reconhece como Milton Santos (1996; 2005), o lugar como totalidade, pode-se deduzir a partir dos raciocínios anteriores que sua materialidade compreende a objetivação da vida cotidiana, não apenas a objetivação do momento, mas a objetivação do processo, daí sua dimensão histórica. Estão plasmados no lugar o tempo histórico e o tempo cotidiano, história e acontecer. Nesse sentido, as mesmas leis que regem a totalidade e suas múltiplas dimensões, regem o lugar e determinam seus fundamentos. É necessário refundar o lugar na geografia, para a partir dele poderemos propor o mundo. Urge aprofundar os debates sobre a afirmação de uma Teoria Geográfica do Lugar, que responda aos imperativos do mundo, não como oposição à sua manifestação, mas que integre essas dimensões numa totalidade analítica, que nos permita perceber o espaço geográfico como unidade histórica e cotidiana, onde concebido e vivido se integrem, não somente na existência do indivíduo, mas, em sua consciência. Essa é a intenção do presente trabalho.



15:30 a 16:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2074

TRANSFORMACIONES SOCIO-GEOGRAFICAS DEL MUNICIPIO DEL PEÑOL CON LA CONSTRUCCION DEL EMBALSE PEÑOL- GUATAPÉ

Villa Arenas, Omaira de Jesús ^{1(*)}; Gomez Agudelo, Carmen Rosa ¹; Osorno Londoño, María De los Angeles ¹; Gómez Gómez, María Noemy ²; Giraldo Alzate, Martha Ines ¹

¹ - Manuel Jose Caicedo | (*) Colombia

² - Marco Fidel Suarez

Resumen:

TRANSFORMACIONES SOCIO-GEOGRAFICAS DEL MUNICIPIO DEL PEÑOL CON LA CONSTRUCCIÓN DEL EMBALSE PEÑOL - GUATAPÉ.

Omaira de Jesús Villa Arenas

Carmen Rosa Gómez Agudelo

María de los Ángeles Osorno L.

María Noemy Gómez Gómez

Marta Inés Giraldo Alzate

Resumen

El presente trabajo da cuenta de los hallazgos obtenidos desde la investigación realizada sobre el espacio geográfico del municipio de El Peñol en el oriente antioqueño, población que se vio afectada en su cotidianidad por una obra de infraestructura como lo es El embalse construido por la Empresas Públicas de Medellín.

El trabajo no es más que un análisis del espacio geográfico del Peñol, municipio del oriente antioqueño, en Colombia; desde las perspectivas de la teoría geográfica de Santos M. donde la acción humana tiene gran trascendencia en la nueva fisonomía de los paisajes. Se hace alusión a teoría de la localización, el enfoque geo-histórico, y desde el paradigma de la complejidad.

Metodológicamente se acudió al a revisión bibliográfica, al trabajo de campo desde la realización de varias visitas al área estudiada y la aplicación de una entrevista a expertos del tema en la región. Es importante destacar como la pretensión de este trabajo no es solo reconocer este espacio geográfico sino pensar la fundamentación de posibles estrategias pedagógicas para aprender el territorio, ya que nuestro desempeño profesional es en el campo de la enseñanza de la geografía y las ciencias sociales.

En el texto se ofrece una caracterización socio-geográfica del área de estudio, enfatizando su ubicación y características del lugar, la dinámica histórica en la construcción del nuevo Peñol, el proceso de inundación del viejo Peñol, la ruta metodológica seguida en la construcción del documento, las principales transformaciones generadas tanto en el espacio físico como en la dinámica de la población en los aspectos económico, cultural y político. Finalmente se ofrecen unas consideraciones a modo de conclusiones, las cuales no son más que aproximaciones al conocimiento logrado mediante este ejercicio de investigación.

A través del texto se presentan varias imágenes y mapas, que dan cuenta de los cambios dados en el espacio geográfico, las cuales facilitan una comprensión más dinámica del objeto de estudio del proyecto. Es importante destacar la dinámica socio cultural que ha tenido la población en su lucha por defender sus tradiciones y derechos sobre el territorio.

PALABRAS CLAVES:

Embalse Peñol-Guatapé. Espacio geográfico antioqueño. Transformaciones espaciales.

Omaira de Jesús Villa Arenas: Magister en Educación, de la Universidad de Antioquia, Docente en la Institución Educativa Manuel José Caicedo. Carmen Rosa Gómez Agudelo: Magistra en Educación, Cultura y Comunidad de la Universidad Javeriana. Docente de la Institución Educativa Manuel José Caicedo.

María Osorno Londoño. Especialista en Gestión curricular. Universidad de Medellín. Docente de la Institución Educativa Manuel José Caicedo.

Este trabajo contó con la asesoría de la profesora Raquel Pulgarín Silva. De la Universidad de Antioquia

María Noemy Gómez Gómez: Maestra y Licenciada en Artes de la Universidad de Antioquia. Docente en la Institución Educativa Marco Fidel Suárez.

Marta Inés Giraldo Alzate: Especialista en Planeamiento Educativo. Docente en la Institución Educativa. Manuel José Caicedo. Antioquia. Colombia.

2085

NOVOS RUMOS DA REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE: O COMPLEXO REGIONAL DA SAÚDE NO ESTADO DE SÃO PAULO/BRASIL

lozzi, Fabíola Lana ^{1(*)}; Albuquerque, Mariana Vercesi de ¹

¹ - Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo | (*) Brasil

Resumen:

A regionalização é um dos pressupostos da atual fase de descentralização do Sistema Único de Saúde (SUS) e um processo de suma importância para diminuir as grandes desigualdades no território brasileiro. Apesar de grandes avanços, o presente trabalho objetiva discutir como uma nova perspectiva para a regionalização da saúde se mostra necessária para que um projeto nacional mais efetivo e coerente com as diversidades dos lugares se conforme no Brasil.

A Geografia mostra-se particularmente relevante para a compreensão dos desafios colocados à reestruturação de uma política de caráter regional para a saúde, tendo em vista a importância da incorporação da questão territorial na formulação das políticas públicas, as limitações das políticas de saúde, nesse âmbito, e as desigualdades sócio-espaciais.

Nesse sentido, busca-se a compreensão não puramente do território, herança de conceitos da modernidade, utilizada por homens da ciência política, por juristas, antropólogos, mas sim do *território usado* (Milton Santos), híbrido de materialidade e ações, entre trabalho morto e trabalho vivo, entre forma e conteúdo, entre o meio construído e o movimento da sociedade. O território usado é, portanto, conteúdo e não simples continente, onde se pode recuperar um enfoque totalizador, imbuído do comprometimento com um saber que dê conta da realidade concreta. Desse modo, ao nosso olhar, este conceito se mostra como importante fundamento para outra perspectiva sobre regionalização.

A regionalização da saúde permanece ainda muito vinculada à organização do sistema (acesso, infra-estrutura, financiamento, programas, etc.), o que leva a uma visão setorial da situação de saúde, restrita a parâmetros epidemiológicos e de assistência. Uma regionalização fundamentada em outra concepção teórica contribuiria para ampliar o debate sobre a relação entre saúde e território, superando a visão estática, estatística e setorial dessa relação. Um planejamento territorial não significa um somatório de políticas setoriais e sim uma articulação de políticas em torno de um projeto nacional embasado pelo território usado: suas desigualdades e possibilidades.

Assim, a regionalização deve ser encarada como um processo de pactuação política no âmbito de planejamento territorial e nacional entre entes federados – não necessariamente contíguos territorialmente, porém solidários organizacionalmente pelos usos do território (fixos e fluxos dinamizados por racionalidades diversas). A regionalização não resulta, obrigatoriamente, na delimitação, nomeação e hierarquização de áreas no território, mas, sim, em acordos políticos embasados por informações coerentes com a dinâmica de uso do território.

A descentralização e sua face regionalizadora são de suma importância para o processo de planejamento do território nacional. A imensidão do Brasil e suas históricas desigualdades requerem políticas públicas de fôlego para a diminuição das iniquidades atrelada a um projeto nacional de desenvolvimento. E para que essas políticas sejam efetivas e coerentes com a realidade de cada lugar, a regionalização se mostra um instrumento imprescindível para o planejamento.

Dessa maneira, é importante compreender quais os projetos territoriais propostos pelos atuais governos para poder, entre outras coisas, relacioná-los com os anseios e pressupostos das políticas públicas de saúde que enfocam a questão regional como principal estratégia para avanços na descentralização do Sistema Único de Saúde e na universalização da saúde.



Para maiores progressos na regionalização, é necessário ir além de uma concepção setorial da saúde e, sobretudo, romper com a visão parcial ou fragmentada dos usos do território. O atual processo de regionalização deveria procurar incluir, por exemplo, a concepção da *regulação híbrida do território* (Ricardo Mendes Antas Júnior), levando em consideração que atualmente não é só o Estado, mas uma diversidade de agentes que regulam e organizam o território nacional, incluindo, o sistema de saúde.

Nesse sentido, é de grande contribuição a definição, feita por Ana Clara Torres Ribeiro, de duas concepções principais que permeiam as práticas de regionalização e de proposição de planos regionais. Trata-se da *regionalização como fato e como ferramenta*.

Assim, uma outra perspectiva para a regionalização da saúde, uma regionalização de fato, requer a consideração da totalidade do território usado, a partir da incorporação de seus conteúdos na lógica sistêmica da saúde, desvendando seus usos, possibilidades e obstáculos, a fim de construir um sistema mais cooperativo e fortalecido.

As desigualdades não devem ser vistas como um empecilho para a regionalização do SUS, pelo contrário, é por conta delas que se faz cada vez mais urgente uma regionalização de fato do sistema e da política.

2193

LA PRODUCCIÓN HIPERMODERNA DE LOS SENTIDOS SOCIOAMBIENTALES EN BRASIL: CONTRIBUCIONES PARA UNA DIALECTICA ENTRE TEORIA Y PRÁCTICA EN GEOGRAFÍA HUMANA

Valnei, Pereira^{1(*)}; Marcio, Labruna²

1 - Professor PUC-Minas / Doutorando FAU/USP | (*) Brasil

2 - Doutorando Geografia - Université de Toulouse II - França

Resumen:

O mercado de consultoria ambiental no Brasil vem passando por uma significativa reestruturação em seus pressupostos técnicos e institucionais tendo em vista novos mecanismos técnico-legais e instrumentos de análise e avaliação socioambiental. Estas redefinições relacionam-se à nova fase da economia brasileira dada pela sua reabertura à internacionalização, ao saneamento macroeconômico que se desdobram, entre outros processos, sobre o incremento das infraestruturas mediante instalação de novos projetos hidrelétricos, minerais, urbanos, industriais, agrícolas e turísticos com repercussões em diferentes escalas socioespaciais. Estas transformações inspiram a construção de novas posturas e conteúdos de avaliação nos quais o geógrafo brasileiro, particularmente o "geógrafo humano", pode assumir papel inovador ao condensar uma formação que transita entre uma herança acadêmica crítica e a de consultoria, em constante atualização de preceitos e lógicas de análise. O fato que nos parece relevante é de que há a uma nova apropriação técnico-intelectual que reinventa possibilidades de intervenção e abordagem sobre os contextos sócio-comunitários, agora lidos em perspectiva mais ampla. Ao mesmo tempo em que buscamos revelar o universo de formação da racionalidade geográfica é preciso se ater aos riscos da invenção de retóricas de autojustificação da condição de "geógrafo humano" como integrante de uma nova perspectiva socioprofissional, forjada no câmbio e na interação entre a formação intelectual crítica e a sua posição de técnico produtor/ legitimador de estudos, análises e diagnósticos socioambientais multisetoriais. Além destes princípios, o trabalho se orienta pelas teorias da Modernização Ecológica e da Justiça Ambiental considerando os (des)caminhos da política ambiental no Brasil e os marcos regulatórios do Licenciamento e da Política Nacional de Meio Ambiente. Também lança um olhar sobre o papel crescente de organização e luta dos movimentos sociais e a leitura e incorporação destes pressupostos, ou não, pelos setores de responsabilidade socioambiental empresarial. Essas interfaces produzem novas concepções, particularmente dos chamados conflitos socioterritoriais, inscritos em novas lógicas espaciais, arranjos socioculturais e arenas de posicionamento político enquanto esferas de manifestação de práticas que podem ser desveladas em interpretações dialéticas. O objetivo do trabalho é analisar as contribuições teórico-metodológicas da Geografia Humana para a avaliação socioambiental. Consideram-se, como movimento analítico para esta análise, os paradoxos presentes entre a incorporação de pressupostos técnicos do mercado dos serviços de consultoria ambiental internacional e a filosofia dos paradigmas acadêmicos em Ciências Sociais. Como método e técnica da pesquisa, recorremos a estudos de caso dos contextos da fronteira amazônica brasileira em que estas novas perspectivas de análise foram acionadas visando, simultaneamente, responder à complexidade da investigação socioambiental requerida e refletir sobre as contribuições da Geografia Humana e suas interfaces disciplinares neste processo. Situamos, como panorama de idéias, abordagens e referenciais teóricos, distintos produtos técnicos oriundos dos Estudos de Impacto Ambiental/ Relatórios de Impacto Ambiental e dos protocolos das agências multilaterais internacionais, particularmente os da área social, como *Social Impact Assessment* e *Social Engagement*. A principal contribuição geográfica do artigo situa-se nos horizontes possíveis desta discussão que suscita o dilema do geógrafo humano da hipermodernidade em sua capacidade de atuar e refletir sobre sua atuação, numa espécie de nostalgia pós moderna como integrante de debates, alternativas e possibilidades.

D - 36 - Área 2

11:00 a 12:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

1146

TRANSFORMAÇÕES DE ESPAÇOS BANAIIS EM ESPAÇOS GLOBAIS: O CASO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CEARÁ

Silva, Francisco Antônio Carneiro da^{1(*)}; Santos, Elizete de Oliveira¹; Lima, Luiz Cruz¹

1 - Universidade Estadual do Ceará | (*) Brasil

Resumen:

O modo de produção capitalista na atualidade se expande nos países periféricos da América Latina, transformando as localidades em espaços globais. Essas localidades passam a demonstrar as crises globais do sistema, afetando fortemente a horizontalidade presente nos mesmos. Assim, é oportuno discutirmos a inserção desses espaços nessa nova lógica de produção e reprodução do capital. O espaço cearense atual é resultado de uma série de processos que se desenvolveram seguindo as relações econômicas e as demais relações sociais. Desse modo, desde a última década do século XX, o Ceará tem sido observado por vários analistas de diferentes áreas do conhecimento acerca do novo cenário político e econômico implantado nos sistemas técnicos que possibilitaram intensas transformações na sociedade. Nesse contexto, esforçamo-nos para esboçar as linhas de evolução do espaço cearense, a fim de propormos uma nova abordagem para o estudo de seu território: a formação socioespacial do Ceará. O objetivo dessa pesquisa é compreender as linhas de evolução da sociedade cearense e apontar a especificidade dessa evolução. Este texto apresenta uma abordagem preliminar da aplicação da categoria formação socioespacial no estudo da produção do espaço de uma unidade político-territorial do Brasil, no caso, o estado do Ceará. A categoria Formação socioespacial é uma reformulação feita pelo geógrafo Milton Santos da categoria Formação Econômica e Social – FES – usada por Marx no prefácio de *O capital*. Apesar de sua grande importância, a categoria FES não foi amplamente discutida pelos primeiros marxistas, deixando para Emilio Sereni a sua mais completa sistematização na década de 1970. Sereni destacou o papel dos meios de produção na formação social em um dado período. Milton Santos, fazendo uso dessa sistematização, deu características espaciais à produção, pois esta se organizava como arranjos produtivos materiais ou simplesmente na produção imaterial. Assim, é indispensável o uso da periodização como recurso delimitador e classificador da produção do espaço. Em nosso caso, a periodização está baseada na evolução dos sistemas técnicos e sua produção imaterial cristalizada no modo vida do povo cearense. A produção espacial, analisada a partir dos sistemas de produção, tem forte relação com a divisão do trabalho, pois está intrinsecamente ligada à evolução da sociedade e às técnicas utilizadas. Sabendo que essa produção social e econômica se desenvolve no espaço, podemos dizer que são relações espaciais. Como resultado, aponta-se a periodização da evolução do território cearense em quatro períodos, cada um caracterizado por um sistema produtivo específico dominante. A primeira reestruturação, com a invasão do colonizador e a criação de isolados núcleos a partir da expansão da pecuária (caminhos do gado) em detrimento da organização social dos nativos; a segunda, com a transformação dos núcleos populacionais isolados em núcleos urbanos através da abertura de estradas e ferrovias, para atender à necessidade do escoamento da produção



do algodão; a terceira se deu com a integralização produtiva e inserção do Ceará no cenário industrial brasileiro; e finalmente, a quarta é o período atual, marcado pela implantação da racionalidade técnica da atual globalização, impondo novos fluxos e fluxos. À guisa de conclusão, pode-se apontar que a modernização do espaço cearense se dá em uma estrutura conservadora e que todas as mudanças responsáveis pelas reestruturações foram impulsionadas pelo uso de novo sistema técnico. A evolução do território cearense desde a estrutura colonial pré-capitalista até à atual globalização é apreendida por essas mudanças no processo de produção que se cristalizaram no espaço. É por isso que podemos falar do espaço e de uma sociedade referente a uma determinada época, ou seja, da formação socioespacial do Ceará, e ainda de novas funções das rugosidades, de reestruturação do sistema de renovação do espaço geográfico e de inovação das modalidades e das relações de trabalho.

2001

A GLOBALIZAÇÃO NA MÍDIA IMPRESSA NA CIDADE DE LONDRINA (1996 E 2005)[1].

Adurens, Aluísio ^{1(*)}; Oliveira, Saulo de Campos ¹; Cunha, Fábio César Alves da ²

1 - Universidade Estadual de Londrina | (*) Brasil

2 - Univesidade Estadual de Londrina

Resumen:

A mídia impressa e televisiva vem se tornando na contemporaneidade uma das principais fontes de poder político, visto sua capacidade de propagar consensos em cima de, muitas vezes, informações duvidosas, manipuladas ou incompletas. Alguns autores chegam a denominá-la de "o quarto poder" em decorrência dessa capacidade de influenciar na vida política e econômica dos países.

No Brasil, os meios de comunicação apresentam um vínculo, cada vez mais intenso, com a elite econômica, no qual, a cristalização de um discurso de cunho liberal, passa a ser assumido sistematicamente.

Ao questionar se seria prudente confiar no que está nos jornais, televisão e rádio, Martins e De Luca (2006) complementam:

Vários estudiosos têm chamado atenção para o fato de os temas abordados e as opiniões apresentadas responderem menos aos interesses coletivos dos cidadãos do que aqueles defendidos por certos grupos políticos e econômicos. (MARTINS e DE LUCA, 2006. p. 13)

São estas práticas tendenciosas, cada vez mais presente na imprensa brasileira, que nos fez pensar neste trabalho, no qual objetivamos, em fazer uma análise dos principais assuntos relacionados com o conceito de globalização e que foram veiculados, nos anos de 1996 e 2005, pelo jornal Folha de Londrina, principal veículo impresso da região norte do Paraná - Brasil. Um outro objetivo do projeto é a investigação das relações entre mídia impressa, a sociedade e as possíveis repercussões na organização espacial.

A escolha dessas duas datas foi proposital por coincidir com o auge do processo neoliberal da década de 1990, em contraste com uma conjuntura diferenciada quase dez anos depois. Procurou-se evidenciar nas matérias noticiadas: o assunto norteador; a origem da notícia, se local, agência estado, ou agência internacional; a fonte da notícia, se governamental ou não governamental; e as principais espacialidades citadas e suas escalas de abrangência; esta última com a finalidade de refletirmos sobre a ordenação do espaço em questão e sobre quais tipos de espacialidades acabam ganhando visibilidade por meio da mídia.

Num primeiro momento foi realizado um resgate teórico do conceito de globalização e neoliberalismo, assunto norteador no ano de 1996. O processo de globalização foi entendido com base em Balman (1999), Santos (2000), e Sene (2004), como "fase atual do desenvolvimento da internacionalização do capitalismo com impactos na economia, na política, na cultura e no espaço geográfico, iniciada a partir da segunda metade do século passado e intensificada a partir dos anos 80, com o desenvolvimento do meio-técnico-científico-informacional, que deu suporte para dinamizar a atuação do capital a nível espacial, mas por outro lado, sua seletividade espacial, excluiu grande parte da população mundial do acesso aos benefícios desse processo, em sua maioria nos países periféricos, mas também nos países do centro, o que fez com que as desigualdades sócioespaciais acabassem aumentando e se tornando também globalizadas". O neoliberalismo foi entendido com base em Chauí (1999), como: o ressurgimento de idéias liberais que ocorreu na década de 1970 em países como E.U.A e Inglaterra, e que nas décadas de 1980 e 1990, se disseminou para o restante do mundo visando sempre o fim da regulação da economia, corte de gastos sociais, diminuição do Estado incluindo a diminuição do poder Estatal sobre o fluxo financeiro, redução de impostos sobre o capital, abertura de mercados à nível global, drástica legislação anti-greve e vasto programa de privatização.

Num segundo momento do trabalho são analisados os discursos proferidos em algumas matérias selecionadas procurando evidenciar as diferenças discursivas entre os dois períodos. Para Gregolin (2003), a análise do discurso implica apreender a língua, o sujeito e a história, em funcionamento, uma vez que a própria teoria do discurso revela uma determinação histórica dos processos semânticos, e, com isso, uma dispersão dos sentidos.

Fernandes (2007, p. 21), salienta que analisar o discurso implica interpretar o sujeito falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto.

Todo discurso tem um sentido. Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução. A análise do discurso destina-se a evidenciar os sentidos do discurso tendo em vista suas condições sócio-históricas e ideológicas de produção. As condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação social. As palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem.

Os métodos e técnicas empregados foram os seguintes: pesquisa bibliográfica, discussões sobre os principais temas do projeto de pesquisa referentes à geografia e a mídia impressa; pesquisa das edições do Jornal Folha de Londrina durante todo o ano de 1996 e 2005; tabulação e análise dos dados coletados.

Quanto às principais contribuições geográficas da referida pesquisa, evidenciou a mudança dos assuntos, discursos, e sentidos discursivos noticiados pelo jornal Folha de Londrina, nesse intervalo de nove anos (1996/2005), relacionados com o processo de globalização, principalmente, a expressiva queda do discurso neoliberal e o aumento dos assuntos relacionados a uma nova fase de expansão da economia brasileira. A constatação desse discurso diferenciado foi importante na compreensão desses dois períodos da política econômica mundial, refletida diretamente no desenvolvimento do espaço brasileiro, tanto na escala nacional quanto no desenvolvimento da cidade de Londrina e região.

[1] Este artigo é fruto do projeto de pesquisa "(Geo)grafando o território – Epistemologias e linguagens: as territorialidades londrinenses na mídia impressa", nº 05167, cadastrado na Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina – PR, Brasil. * Discentes de graduação do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina ** Professor Adjunto do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina.

2028

LÓGICAS DE CONFIGURACIÓN INDUSTRIAL: UNA PROPUESTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE ANÁLISIS. EL CASO DEL SECTOR METALMECÁNICO EN CÓRDOBA, ARGENTINA.

Tomadoni, Claudia ^{1(*)}; Buffalo, Luciana ²; Berti, Natalia ³

1 - Bauhaus Universität Weimar / Universidad Nacional de Córdoba | (*) Germany

2 - Universidad Nacional de Córdoba

3 - Friedrich Schiller Universität Jena

Resumen:

La ponencia presenta avances de un proyecto de investigación que con asiento en el departamento de Geografía de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba cuenta con el aval de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de dicha universidad y vínculos internacionales con universidades de Alemania. Fundamentar metodológicamente un trabajo de investigación social implica reflexionar y explicitar la forma de trabajo adoptada. Mostrar qué, cómo y por qué se trabaja como se trabaja sirve para resguardar el quehacer del investigador como un discurso crítico y reflexivo fundado en conocimiento emprírico genuino. La ponencia es producto del trabajo de tres de las investigadoras del equipo del proyecto, las cuales a lo largo de varios años y desde los aportes de la geografía, la historia y la sociología han procurado interpretar la dinámica subyacente a las lógicas de configuración industrial territorial en Córdoba. El trabajo es una suma de resultados y a la vez una búsqueda de nuevas respuestas a nuevos interrogantes. El punto de partida común es la utilización de una lógica metodológica cualitativa. Creemos que el enfoque para el análisis de las mutaciones territoriales es innovador por dos motivos: por un lado, se trabaja utilizando herramientas virtuales de comunicación para el análisis y procesamiento de la información –email, chat y videoconferencia dado que se trabaja en el espacio virtual Córdoba-



Weimar-Jena, en el acá-allá-; y por otro lado, combina variadas fuentes de recolección de datos: entrevistas en sindicatos, empresas y cámaras empresariales, trabajos de investigación histórica, observaciones, publicaciones periódicas, informes y documentos sectoriales, censos, registros industriales oficiales, bases de datos de cámaras y sindicatos y encuesta. Esto permite la construcción de registros cualitativos y bases de datos ad hoc generales, claves para el análisis mediante sistemas de información geográfico. Hasta el momento podemos señalar que los impactos territoriales en las diferentes regiones metropolitanas, como resultado de los procesos de reestructuración producto de la globalización, son de caracteres heterogéneos acorde a la articulación construida por cada territorio en relación al sistema global. En Córdoba dichas articulaciones se traducen en mutaciones en la lógica de configuración industrial lo cual genera cambios en el patrón de localización industrial y fuertes impactos en el desarrollo urbano de la ciudad capital y en algunas ciudades del interior provincial. Se identifican dos secuencias en la configuración industrial a partir de la aplicación en Argentina de las políticas neoliberales de los años 90 hasta la actualidad. El punto de inflexión es la crisis del año 2001 con la devaluación de la moneda. Para el análisis se toma como caso la industria metalúrgica considerando en ella: las empresas automotrices, agrometalmecánicas, de materiales metálicos de construcción y electrónicas, informáticas y de comunicaciones –EIC-. En general hasta el año 2001 se observa un *proceso de desindustrialización* amplio con *reindustrialización acotada y selecta* en la periferia urbana para las empresas automotrices y en el centro de la ciudad y barrios al norte y sur de la ciudad para las empresas EIC. La localización de empresas transnacionales fue decisivo en la configuración de este patrón. A partir del 2001, postconvertibilidad se observa un proceso de reindustrialización con mayor presencia de empresas locales donde predomina el rubro agrometalmecánico en la provincia y de software en la ciudad. En este último caso, también se detecta la localización progresiva de por lo menos siete empresas transnacionales. A modo de hipótesis planteamos que la dinámica en el *patrón de localización industrial* muestra un reforzamiento del *modelo territorial glocaldependiente* observado en la década del 90' solo que a partir del año 2001 se avisan ventajas competitivas para el desarrollo de empresas de capital local.

12:00 a 13:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2046

O PROCESSO DE MUNDIALIZAÇÃO TERRITORIAL-FINANCEIRA: TERRITÓRIOS NACIONAIS CONECTADOS PELO CAPITAL FINANCEIRO

Coutinho, Clarisse ^{1(*)}

1 - USP | (*) Brasil

Resumen:

O processo de expansão financeira, intensificou a relação entre diversos Estados Nacionais. A teoria da mundialização, tendo como ponto de partida o processo de expansão financeira, é sustentada por diversos autores, os quais afirmam que o processo de acumulação de capital tem a tendência de produzir crises de sobreacumulação de capital. Neste trabalho, analisaremos as teorias de dois desses autores, a saber: Giovanni Arrighi e David Harvey. O objetivo geral deste artigo é examinar alguns aspectos do processo de mundialização territorial-financeira, como uma forma de conexão entre os territórios nacionais através do capital financeiro. Para tanto, a metodologia que embasa este estudo são as teorias do Giovanni Arrighi sobre os ciclos sistêmicos de acumulação, que se baseia na expansão das altas finanças como elemento fundamental de integração dos ciclos sistêmicos; e David Harvey sobre os ajustes temporais e territoriais, ordenação espaço-temporal e suas consequências. O presente artigo, encontra-se dividido em três eixos. O primeiro, objetiva uma análise da teoria do Giovanni Arrighi sobre ciclos sistêmicos de acumulação. Em cada ciclo inicia-se com a expansão da produção e passa para a expansão financeira. Nesta expansão que o processo começa a se deslocar do comércio e produção para as altas finanças. O segundo eixo, buscará fazer uma reflexão sobre a teoria do Harvey sobre a crise do capital, através na análise do que este autor denominou de ajustes temporal e territorial, bem como das novas ordenações espaço-temporais, onde o capital sobreacumulado busca se transformar em capital lucrativo, com uma solução, dentro da lógica do capital, para a sua crise. O terceiro eixo tem como finalidade fazer uma análise, com base nos eixos anteriores, do processo de mundialização territorial-financeira contemporânea, como um processo de conexão de diferentes territórios nacionais pelo o capital financeiro. Acredita-se que seja esta a união metodológica mais adequada para fazer a análise interdisciplinar proposta. Ambas orientam o seu método da compreensão da organização social, fundamentalmente, no caráter teleológico do trabalho e no aspecto histórico, o qual aponta um caminho não linear na evolução social, apresentando o elemento de incerteza como também, junto ao caráter teleológico, sendo intrínseco a vida social. Portanto, tem-se em vista que o processo histórico é aberto, sem determinações e leis sociais. O que se verifica são alguns padrões no âmbito social e são esses que procuram-se identificar na pesquisa proposta, que tem como corte ontológico o deslocamento territorial a partir da relação entre território e capital financeiro. Sob esse aspecto, esse método procura fundamentar teoricamente o objeto da Geografia enquanto uma ciência social, ou seja, em uma Geografia Humana, que está no processo relacional do território e do capital financeiro. A relevância do tema justifica-se, fundamentalmente, pela ênfase geográfica que abordará a mundialização territorial-financeira. Sendo que esta, em geral, é estudada sob uma perspectiva meramente econômica. Espera-se contribuir, desse modo, para a compreensão de processos que não têm sido habitualmente examinados pela geografia e especialmente pela geografia econômica, ou mesmo no que poderíamos denominar de uma "geografia financeira", como um importante componente das relações sociais contemporâneas.

2096

O PAPEL DA CIRCULAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO E CRESCIMENTO DA SADIA

Kurtz, Loiva Marli Kurtz ^{1(*)}

1 - UNIOESTE - CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO | (*) Brasil

Resumen:

O presente estudo tem por objetivo explicitar a importância dos fluxos de circulação para a estruturação, crescimento e expansão da Sadia (maior empresa de produção de alimentos frigoríficos do Brasil), até meados da década de 90. Compreendendo o espaço como resultado da relação entre objetos e ações – e vice-versa, é que analisamos os fluxos de comercialização da empresa, de forma a tornar perceptível esta inter-relação. No contexto da circulação, as redes geográficas desempenham um importante papel de compreensão, e a circulação, muito mais que um momento no processo produtivo, representa um ato vital na formação de territórios, devido ao seu conteúdo político e econômico. Na conclusão de que a Sadia, em sua estratégia de localização e crescimento baseou-se na logística da circulação vigente em cada período, está a relevância do trabalho enquanto contribuição geográfica. A pesquisa é argumentativa/teórica, fazendo um resgate de discussões em torno dos conceitos de rede, circulação e logística. As informações, propriamente ditas, a partir das quais baseamos nossos argumentos, constam do livro "Sadia 50 anos construindo uma história". O livro reúne registros históricos e descreve o "caminho" da empresa, desde a sua fundação em 1944. Também analisamos a participação do Estado nesse processo, pois o Estado tem interesse no crescimento da economia, no aumento da produção, e a produção só pode crescer na medida do crescimento do consumo – cuja rapidez se dá na mesma proporção de aprimoramento dos fluxos. Tendo a pretensão de tornar perceptível a importância dos fluxos de comercialização para a estratégia de localização e crescimento da Sadia, entendemos, entretanto, que pautar toda a estratégia de expansão da empresa apenas nesse fator, seria demasiado inconsequente. Tal afirmação não é feita por considerarmos a circulação com efeito limitado sobre o processo, ao contrário, mas por ser a circulação parte de um processo maior, que é comandado, determinadamente, pelas redes. Considerando que a circulação possui centralidade em relação às redes, aos sistemas de ações, às normas e às noções de fluidez do espaço e do território, detivemo-nos nesta análise mais específica. No entanto, não poderíamos desconsiderar, ou mesmo diminuir em importância as redes - o geral -, cujas implicações estão impressas na circulação - o particular. A importância das redes e de toda a infra-estrutura que representa fica perceptível durante todo o processo de crescimento da Sadia, talvez mais perceptível nos primeiros anos, em função da quase inexistência dessa infra-estrutura, mas se analisarmos o "boom" de crescimento que representaram os anos 70 e 80 para a Sadia, e levarmos em conta que nesse período o espaço brasileiro está sendo redesenhado, com as indústrias mais disseminadas; a rede de transporte, comunicação e linhas de transmissão de energia mais difundidas; e as trocas comerciais amplamente redistribuídas pelo território nacional, então veremos que é inegável a influência. Para ilustrar esta afirmação, no período de 1972 a 1978 a produção da Sadia de suínos cresceu cerca de 219%, enquanto a produção de aves cresceu mais de 828%. Esse aumento se deve, em grande parte, pela exportação. Isso comprova a importância das redes para o crescimento da empresa, já que a atuação das redes, no período, se



dá num outro patamar – internacional/global. Ora, se no processo global da produção, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, então os fluxos se tornam extremamente importantes para explicar determinada situação. O próprio padrão geográfico acaba sendo definido pela circulação. De forma que fica evidente a inter-relação, ou interdependência entre o crescimento e expansão da Sadia e o aumento dos fluxos de circulação. A relação é dialética e dinâmica, mas é inegável: os fluxos de circulação determinam a existência de infra-estrutura que os permita, esta infra-estrutura permite não apenas os fluxos, mas o próprio crescimento econômico – determinado, em última instância, pela produção -, a nível local, regional, ou nacional. Os fluxos propriamente ditos, ou em potencial, acabam por determinar ao Estado a necessidade de infra-estrutura que garanta a produção, o que, por sua vez, vai viabilizar a expansão da produção. Esta expansão pode se dar em volume, no mesmo local, ou na amplificação de seu raio de ação, para locais diferentes, mas que estejam ligados à rede criada pelos fluxos. No caso da Sadia, podemos concluir que foi a utilização da logística - um dos elementos fundamentais da circulação de mercadorias -, como estratégia de crescimento, a grande responsável pelo seu sucesso. Pois a logística pode proporcionar fluidez a partir da aceleração da circulação, e a aceleração da circulação garante a mesma aceleração no processo produtivo. Assim fica evidente a interdependência entre capital, produção, circulação e consumo. Concluindo, a circulação, muito mais que um momento no processo produtivo, representa um ato vital na formação de territórios, devido ao seu conteúdo político e econômico e, sendo a logística importante elemento empírico da circulação, que define quais os lugares e traçados da rede devem servir para os desígnios de reprodução do capital, então podemos concluir que a Sadia, em sua estratégia de localização e crescimento baseou-se, principalmente, na logística da circulação vigente em cada período. POSSÍVEIS EIXOS TEMÁTICOS: - Região e globalização: desafios epistemológicos e políticos das novas espacialidades - Teoria geográfica da paisagem

2107

REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL NA AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

Martins, César ^(*)

1 - FURG | ^(*) Brasil

Resumen:

Nas reformas do Estado brasileiro em curso desde 1990, foram planejadas e aplicadas as medidas de reestruturação que visavam basicamente a retirada do Estado de algumas de suas funções historicamente construídas e o favorecimento explícito às ações de uso privado dentro e com as instituições e órgãos estatais. As reformas mantiveram a lógica do Estado como mantenedor da riqueza dos representantes do sistema financeiro, colaborando para uma agressiva reconcentração da renda, com o aumento exponencial da dívida pública e para a constituição ideológica de uma aparente incapacidade de planejar e executar projetos de universalização da cidadania. A primeira década do século XXI tem marcado um novo ciclo de acumulação no país, notadamente após a superação do período de austeridade do ajuste fiscal pós-Plano Real. A retomada dos investimentos por parte do setor privado e a nova fase de investimentos do setor público, a partir da estruturação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) se dá especialmente com a recomposição do capital fixo necessário para a competitividade no cenário global, com a construção ou reconstrução de infra-estruturas territoriais (hidrelétricas, rodovias, dutos, portos) e urbanas (saneamento básico e habitação). No Rio Grande do Sul, estado com o quarto Produto Interior Bruto, fronteira do Mercosul, um dos principais estados exportadores e com uma estrutura econômica caracterizada pelo relativo equilíbrio entre os setores econômicos, há efeitos deste novo ciclo de crescimento. Em nível estadual, este se processa em diferentes frentes: a partir da recomposição dos capitais controladores de alguns de seus principais grupos econômicos (COPESUL e Ipiranga), com o avanço de grupos econômicos para posições inseridas na economia global (Grupo Gerdau, Marcopolo) e como pólo de atração de novos investimentos de atores globais (General Motors, John Deere, Souza Cruz, Nestlé). Estes últimos têm como localização preferencial a Região Metropolitana de Porto Alegre, a aglomeração urbano-industrial de Caxias do Sul e as regiões de agricultura modernizada do norte do estado, nas últimas décadas consideradas como as regiões mais dinâmicas da economia gaúcha. Estes movimentos refletem na estrutura sócio-espacial estadual, ampliando as desigualdades entre norte e nordeste do estado (as regiões mais dinâmicas) e a chamada "Metade Sul", considerada como região estagnada ou atrasada. O Sul do Rio Grande do Sul, a despeito de contar com municípios importantes (Pelotas, Rio Grande, Bagé, Santa Maria, Uruguaiana, Santana do Livramento) e com o principal porto do estado (em Rio Grande), nas últimas décadas apresenta um ritmo de lento crescimento, o qual historicamente tem sido creditado ao baixo dinamismo de sua base econômica ancorada na grande propriedade: a pecuária de corte e a agricultura modernizada do arroz, além das atividades industriais de insumos e beneficiamento de produtos agrícolas. Em meio a essa conjuntura de crescimento lento, nos últimos anos têm sido anunciados, planejados e implantados grandes projetos econômicos no sul do Rio Grande do Sul, em diferentes ramos de produção: o Pólo Naval de Rio Grande, os grandes projetos de produção de celulose e a construção de novas usinas termelétricas são os mais destacados, ainda que outros como a reestruturação do setor de laticínios, o incremento da vitivinicultura e a produção de biocombustíveis também possam ser incluídos nesta lista e apresentem impactos na pequena propriedade familiar. Os grandes projetos envolvem a articulação de empresas estatais (CGTEE, Petrobrás), capitais privados estrangeiros (Tractebel, Stora Ens e Nutracea), grupos de capital predominantemente nacional (Votorantim, Aracruz, WTorre, Quip), e fundos de investimentos públicos (BNDES). Este intenso movimento de capitais configura o Sul do estado como uma nova fronteira do capital, mobilizando os agentes políticos e movimentos sociais locais na discussão do modelo de desenvolvimento concebido e seus impactos nas bases físicas, sociais e culturais da região. O trabalho objetiva analisar os novos usos do território na escala regional. O território é entendido como resultado e condição das ações que projetam e efetivam os agentes que lhes dão uso e a região como o recorte analítico que permite interpretar as escalas de ação: quais os novos agentes em instalação? Haverá metamorfoses dos antigos? O recorte regional é determinado pela chamada Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL), com cerca de 600 mil habitantes e os municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, São José do Norte e Arroio do Padre. Localizada na Mesoregião Sudeste Riograndense, é constituída por dois núcleos polarizadores: Pelotas (338 mil habitantes, nono PIB estadual) e Rio Grande (196 mil habitantes, sétimo PIB estadual), distantes 50 quilômetros, com fortes ligações históricas que não constituem uma conurbação. Pelotas, pólo comercial e de serviços da aglomeração, exerce centralidade no sul do estado. Rio Grande é a mais importante cidade portuária do estado e importante pólo industrial (petroquímica, fertilizantes e alimentos). A participação da Aglomeração no valor adicionado do estado é de 4,7%, com mais de 90% proveniente de Rio Grande e Pelotas que possuem importantes unidades universitárias, reforçando a polarização da aglomeração. O parque industrial regional está concentrado principalmente nestas duas cidades, embora a aglomeração tenha sofrido desindustrialização ao longo dos últimos anos. Historicamente as fábricas situadas em Rio Grande são pouco diversificadas e nos últimos anos vem apresentando os melhores indicadores em termos de crescimento econômico configurando como o maior PIB da Aglomeração. Esta posição relaciona-se com a dinamização das atividades portuárias e a implantação do Pólo Naval. A reestruturação da atividade industrial instalada nos municípios será apresentada a partir dos resultados comparados com a produção gaúcha, com base nos dados quantitativos da Pesquisa Industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da conformação das firmas e grupos econômicos nos cadastros industriais da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul e do banco de dados do Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e do Emprego. Por fim, discute-se os impactos regionais dos novos usos do território em relação a perda do controle das atividades industriais por agentes locais e as conseqüências para a composição da renda dos trabalhadores. 1.RESPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA GEOGRAFIA PERANTE AS NOVAS ESPACIALIDADES 2.GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA EM TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL



14:30 a 15:30 - Área 2 | 2-Respostas teórico-metodológicas da geografia ante las recientes espacialidades

2119

JOINVILLE (BRASIL): PÓLO LATINO-AMERICANO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM PVC

Napoleão, Fábio ^{1(*)}

1 - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) | (*) Brasil

Resumen:

O exame do processo de industrialização de Joinville, que integra a região mais industrializada de Santa Catarina, revela sua condição de pólo latino-americano na transformação do PVC voltado ao segmento de materiais de construção. Tal condição está fundamentada na iniciativa de industriais e capitais locais, sendo a maioria das empresas oriundas da expansão de modestos negócios, ancorados na riqueza regional envolta à qualidade da mão-de-obra e dos fornecedores de máquinas e equipamentos, ao reinvestimento maciço dos lucros (política de auto-suficiência produtiva e financeira), ao pioneirismo e permanente avanço em produtos, processos e mercados (política de flexibilização da produção), além de vigorosa prática de exportações e instalação de unidades produtivas no exterior (política de internacionalização). Ressalta-se que o processo de participação no mercado externo é marcado por: 1) presença de "representantes externos e tradings"; 2) "instalação de escritórios"; 3) "lançamento de novos produtos"; 4) "participação em feiras mundiais"; 5) "associação com outras empresas"; 6) presença de "fábricas no exterior" (Isa de Oliveira Rocha). Medidas sobrevalorizadas no último quartel do século XX, diante da crise econômica brasileira, mormente política, aportada em resoluções aos sintomas isolados da crise, como a inflação, em detrimento da "síndrome da recessão" – o subdesenvolvimento –, "perdendo de vista a floresta, por causa das árvores" (Ignácio Rangel). Como aponta I. Rangel, a era da substituição industrial de importações no Brasil deveria ser completada com o saneamento econômico do setor de infra-estrutura, a coroação do movimento de substituição industrial de importações, portanto com significativo incremento do mercado interno. Mas, com pesar, o receituário de Ignácio Rangel foi negligenciado. Estava aberta a etapa caracterizada pelo ajustamento da indústria frente à adoção de políticas neoliberais no país, expressas na significativa diminuição na taxa de investimentos em relação ao PIB no setor de infra-estrutura. Importa dizer que as empresas joinvilenses não funcionam em compasso de espera da resolução da crise do setor de infra-estrutura, empreendida pelo Estado brasileiro, contudo há setores mais sensíveis ao modesto investimento neste setor, a exemplo do segmento de materiais de construção em PVC, que se preparou tecnologicamente para o enfrentamento dos problemas de saneamento básico do país. Ora, frente ao contexto desfavorável, não por acaso a Tigre reforçou brutalmente sua presença no exterior (Paraguai, Argentina, Bolívia e Chile).

E para dar maior relevo ao que foi visto, lembremos que Santa Catarina se enquadra como o segundo maior transformador de plásticos do Brasil, dispondo de empresas que lideram o mercado de plásticos em diversos segmentos e nichos do setor (a exemplo da Tigre, Amanco Brasil (Akros/Forlilit), Krona e a Corporação HB), mesmo sem contar com o respaldo de central abastecedora de produtos petroquímicos sediada no Estado e tampouco políticas públicas setoriais específicas. Diga-se de passagem, que embora Santa Catarina disponha de extensão territorial inferior à maioria das unidades da federação (1,12% do território brasileiro), sua economia qualifica-se entre as mais dinâmicas do país, obtendo percentuais de crescimento do PIB nas últimas quatro décadas acima da média nacional. Assim sendo, busca-se no presente trabalho desvendar a origem, o desenvolvimento e o comportamento do setor frente às crises econômicas, enfim, a dinâmica de crescimento da indústria joinvilense de materiais de construção em PVC. Para tanto, combinamos as idéias acerca do processo de industrialização brasileira e catarinense de Ignácio Rangel (Dualidade Básica da Economia Brasileira, Ciclos Econômicos de Acumulação e Dialética dos Recursos Ociosos) e Armen Mamigonian (Pequena Produção Mercantil e Formação Econômico-Social), a fim de compreendermos os seguintes aspectos: 1) a constituição do edifício industrial joinvilense e a origem da indústria de transformação do PVC em Joinville; 2) as fases do desenvolvimento do setor joinvilense de transformação do PVC (expansão, consolidação e reestruturação) atreladas à atividade petroquímica, evidenciando o papel do Estado e dos empresários; 3) os caracteres geo-econômicos da indústria joinvilense de transformação do PVC (estrutura financeira e dos estabelecimentos, força de trabalho e relações trabalhistas, maquinaria industrial etc); e 4) a organização espacial da indústria (localização industrial, morfologia das fábricas e relações residência-trabalho). A rigor, a resposta à indagação central exposta – "Como Joinville se tornou pólo latino-americano na transformação do PVC?" – é creditada ao processo de acumulação capitalista ancorado em uma formação social fundamentada na pequena produção mercantil, base do avanço administrativo, produtivo e financeiro do setor, no passado e no presente.

2230

A CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE CELULOSE NO RIO GRANDE DO SUL: UMA AVALIAÇÃO DA DINÂMICA GLOBAL E DA INSERÇÃO BRASILEIRA NO SETOR

Santos, Jefferson Rodrigues dos ^{1(*)}

1 - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC | (*) Brasil

Resumen:

A organização do espaço rural do sul do estado do Rio Grande do Sul desde suas origens, caracteriza-se pela relativa permanência da estrutura produtiva, baseada na pecuária extensiva, refletindo-se na organização social e espacial. Nos primeiros anos da década de 2000, tal quadro foi atingido por um elemento de ruptura. Três empresas do setor de celulose e papel manifestaram interesse e mobilizaram-se no sentido da aquisição de terras para a constituição de bases florestais compostas de eucaliptos, capazes de sustentar plantas industriais a serem também instaladas neste espaço. As empresas são a Aracruz Celulose, a Votorantin Celulose e Papel e a Stora Enso. Neste sentido, o objetivo deste texto é abordar as ações das empresas no território gaúcho, inscrevendo-as no contexto da dinâmica global da produção de celulose e papel e da trajetória da construção da competitividade do Brasil, num cenário de busca de novos espaços de atuação pelas corporações.

Partindo da contribuição de Santos (obra Espaço e Método) sobre a necessidade do exame de determinações externas em múltiplas escalas para a análise dos fatos regionais, o trabalho propõe uma abordagem operacionalizada através de um movimento escalar e histórico. A mudança de escala visa aprender o movimento mais amplo que condiciona o que ocorre no Rio Grande do Sul. O recurso à história pretende entender a raiz da atual competitividade do Brasil. Na escala global, há dois processos relevantes ocorrendo na indústria de celulose e papel. Um deles é o crescimento dos preços do mercado de celulose de fibra curta, proveniente especialmente do eucalipto, devido a tendência crescente no consumo e a substituição de tal fibra pelas fibras longas de árvores coníferas. O processo mais relevante diz respeito à espacialidade da produção. Os dados sobre celulose indicam recuo na produção dos Estados Unidos, Japão e Austrália. Na Europa, verifica-se o crescimento relativo comparativamente menor frente à Rússia por parte dos tradicionais produtores mundiais de celulose, Finlândia e Suécia, os quais, juntamente com Canadá e Estados Unidos, formam o estoque responsável pela regulação global dos preços da *commodity*. Tais estatísticas indicam um movimento de transferência espacial da produção, mais intenso por parte das etapas de exploração florestal e produção de celulose já que ocorre manutenção e mesmo crescimento da produção de papel nos tradicionais espaços produtores. Pode-se afirmar que ocorre um deslocamento da produção rumo à América do Sul, com Brasil, Chile e Uruguai, e Leste Europeu, cuja participação da Rússia foi a principal responsável pelo crescimento da produção da Europa. Na Ásia há também a crescente participação de Índia e Indonésia. A busca por espaços produtivos dotados de legislações ambientais mais brandas e ativismos menos intensos auxilia o entendimento, já que os recursos florestais explorados pelos produtores tradicionais de celulose e papel tratam-se de florestas nativas, o que tem elevado os custos de produção de celulose, especialmente na América do Norte e países escandinavos. No entanto, é preciso reconhecer que as pressões ambientais por parte dos mercados consumidores finais e mesmo políticas protecionistas não-tarifárias, baseadas também em restrições ambientais, tem atuado no sentido de minimizar tais diferenças espaciais nos padrões de regulação. Analisou-se então o padrão de concorrência do setor e a competitividade dos países envolvidos. A concorrência no setor apresenta tendência de concentração e a atuação das grandes escalas como barreira à entrada. Plantas industriais menores e mais antigas, tem sido fechadas no hemisfério Norte, novas capacidades produtivas tem surgido em substituição em países como Chile, Indonésia, Brasil e Uruguai. No caso brasileiro, o artigo aborda a competitividade do país como uma construção gestada pelo Estado da segunda metade do século XX a partir de um conjunto de medidas que buscavam incentivar a formatar o setor.

O quadro da indústria de celulose e papel é marcado, até o final da década de 1950, pela fragmentação da cadeia produtiva e dependência das importações de pasta mecânica, celulose e papéis. Alterações profundas ocorrem a partir de 1965, quando é promulgado o segundo Código Florestal Brasileiro, o qual obrigava a recomposição dos recursos florestais por parte das atividades consumidoras (artigo 20) mas ao mesmo



tempo previa incentivos e financiamentos para tal recomposição (artigos 38 e 40). Tal medida dá início a um processo de redefinição do desenho da indústria de celulose e papel no país. A regulamentação dos incentivos previstos pelo código florestal de 1965, através da Lei 5.106/66 é incisiva, concedendo abatimento do imposto de renda devido por pessoas físicas e jurídicas de forma igual ao volume de investimentos realizados em reflorestamentos e florestamentos. A atividade torna-se um investimento muito atraente, o que eleva drasticamente o número de empresas dedicadas a atividade de florestamento. Na sequência de ações estatais, o BNDE torna prioridade os investimentos industriais em celulose e papel a partir de patamares mínimos de produção, o que desenha um formato concentrado para o setor, juntamente com uma política semelhante, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal no que toca aos florestamentos. Do ponto de vista tecnológico, pesquisas em torno das aplicações do eucalipto tornaram o país vanguardista na aplicação da espécie nesta atividade. O desenvolvimento tecnológico passa da seleção de espécies na década de 1970 à pesquisa genética e uso de híbridos nos anos 2000. Constituem-se centros de pesquisas públicos, privados e de iniciativa mista.

Pelo exposto, constata-se que é impossível analisar as transformações territoriais ocorrentes no Rio Grande do Sul, sem tomar conhecimento do quadro mais geral da indústria em escala global e de como o Brasil se insere neste cenário. A competitividade e a tendência de concentração da atividade entre poucas grandes empresas dita comportamentos econômicos e espaciais. Neste contexto o território brasileiro torna-se um dos focos, baseado num modelo de caráter agroindustrial, bastante singular frente aos produtores tradicionais, (Am. Norte e Escandinávia) de desenho extrativista. Tal diferença torna-se interesse para a geografia tanto pelos arranjos institucionais que o constroem, mas especialmente pela ativação de uma nova lógica territorial das empresas a partir de tal formato. O entendimento de tal lógica trata-se de uma pré-condição para que se entenda fatos como os do Rio Grande do Sul.

2236

USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: ANÁLISE DO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA AMBEV

Antas Jr, Ricardo Mendes ^{1(*)}; Godoy, Maristela F. ²

1 - Fundação Instituto de Ensino para Osasco - UNIFIEO | (*) Brasil

2 - UNIFIEO

Resumen:

O período técnico-científico e informacional tem como uma de suas principais marcas as novas formas de regulação dos territórios nacionais, expressa pela emergência de novos agentes que, junto com o Estado, participam ativamente da produção do território. Milton Santos referia-se sinteticamente a esse novo contexto em que a maior parte dos agentes sociais usa o território como abrigo, enquanto um pequeno conjunto de agentes inseridos no contexto de globalização econômica e financeira usa o território como recurso e o conseqüente uso corporativo das grandes infra-estruturas e recursos naturais nacionais. Neste artigo, pretender-se-á explorar a ação dos agentes que tem o território como recurso, focando o setor cervejeiro e os respectivos processos de Fusões e Aquisições (F&A), os quais se tornaram no decorrer das últimas duas décadas, a principal estratégia das corporações transnacionais para a inserção nos mercados e territórios nacionais. A origem da AMBEV reporta à década de 90 e ao processo de Fusões e Aquisições (F&A) realizados no território brasileiro, quando se constitui a reestruturação das regiões produtivas, realizadas em função dos novos rearranjos na regulação da economia. Iremos partir do pressuposto que as fusões podem ser entendidas como ações hegemônicas cujo objetivo é penetrar em novos mercados sejam estes de uma região ou país, o que exige uma reorganização territorial (ANTAS, 2005). A internacionalização da economia através das F&A correspondeu a 76% de todos os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE). Tais processos têm sido cada vez mais presentes no território brasileiro. Já na década de 1990, das 2308 transações ocorridas no Brasil, 1385 destas envolviam IDE. O montante das F&A aumentou de aproximadamente US\$ 400 bilhões para US\$ 2,9 trilhões em 2000, conforme Thomson Financial Securities Data, (PASIN, 2002). A escolha do setor cervejeiro deu-se porque foi um dos responsáveis pelo maior número de fusões na década de 90 no Brasil. O setor de bebidas emprega cerca de 140 mil pessoas e é responsável por um faturamento na ordem de R\$ 12,5 bilhões por ano e uma produção de 8,5 bilhões de hectolitros/ano, o que o torna o 4º maior mercado mundial de cervejas (2007). Exemplo de materialização desta regulação dá-se no reordenamento dos fluxos no território, orientado pelo processo de privatização das grandes infra-estruturas e da conseqüente criação das agências nacionais de regulação. A desestatização dessas estruturas engendrou uma integração corporativa do território criando monofuncionalidades que aceleraram os fluxos de mercadorias e a mundialização da produção. O processo de fabricação da cerveja envolve várias matérias-primas. As principais utilizadas na produção de cerveja são: malte de cevada, grãos de aveia, xarope de milho, arroz, lúpulo e água. Dentre os ingredientes, o principal deles é a cevada, pois, através de sua germinação e torrefação (ou maltagem) obtém-se o malte. Na sequência, o malte se mistura com água, lúpulo e adjuntos (xarope de milho, grãos de aveia e arroz, por exemplo) em proporções específicas. Esta etapa é denominada wort. O malte é então fermentado com leveduras destinadas à produção de cerveja, a qual é, em seguida, filtrada e engarrafada. Estes produtos agrícolas requerem uma especialização produtiva dos lugares para o fabrico da cerveja, que no caso brasileiro se concentra nos três estados da região Sul. O Rio Grande do Sul é o estado que mais produz, e é responsável por aproximadamente por 70% da produção. Os preços da cevada dependem da qualidade da colheita e também dos preços do trigo no mercado internacional. O consumo de malte pela indústria cervejeira está estimado em 1 tonelada por ano e parte deste malte é importado do Uruguai e Argentina. A distribuição do produto aos consumidores requer o envasamento através de garrafas de vidro, latas de alumínio ou aço, rótulos e rolhas metálicas. A especialização da produção no território, isto é, sua produção, distribuição e circulação, podem ser compreendidas a partir do entendimento dos fixos, isto é, "... os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens" e dos fluxos, que "... são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e consumo" (SANTOS, 1988:77) O circuito espacial produtivo está ligado aos fluxos de produção, que podem ser materiais ou imateriais representados pelo comando único da informação. Assim, tanto as técnicas que se incorporaram ao solo (rodovias, ferrovias) como os objetos técnicos ligados à produção (veículos, implementos) e também os insumos técnico-científicos destinados a aumentar a eficácia da produção, a divisão e a especialização são a base para entendimento destes circuitos produtivos (SANTOS e SILVEIRA, 2001:21). Resultado dessa confluência hegemônica no espaço, o circuito espacial produtivo revela a existência de conflitos provenientes dessa guerra dos lugares, empreendida por grandes grupos empresariais, e explicita como se efetiva as relações da empresa com seus fornecedores. Em relação à Ambev, temos primeiramente a estrutura organizacional, seu escritório administrativo (São Paulo), responsável pelos fluxos materiais e imateriais (ligados ao comando e informação). A empresa conta com 46 unidades industriais, sendo 38 no Brasil e o restante no exterior (Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela): fábricas de cerveja, de refrigerantes, de insumos, mistas, maltarias, e uma cervejaria piloto para testar novos produtos e processos. Nestas unidades trabalham cerca de 20 mil funcionários. Periodicamente são entregues nas fábricas os insumos acima mencionados: Lúpulo (dos Estados Unidos e Europa), Malte (Uruguai, Argentina – 60% da produção e Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, 40% aproximadamente), Adjuntos (produção regional). As unidades industriais são responsáveis pela fabricação da cerveja, envasamento e distribuição. O sistema logístico conta com um sistema que cruza informações de 550 distribuidores, 45 centros de distribuição, uma frota de 16 mil caminhões, 11 mil vendedores (365 mil visitas diárias aos pontos de venda). Sua malha logística atende 1 milhão de pontos de venda em todo território nacional e possui uma cobertura que abrange 6 mil municípios.



15:30 a 16:30 - Área 2 | 2-Respostas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

1244

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO POLARIZADO: SEUS DESDOBRAMENTOS NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO SUL-MATO-GROSSENSE

Buscioli, Roberson da Rocha^{1(*)}; Souza, Adauto de Oliveira²

¹ - Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD - Boscista FUNDECT-MS | (*) Brasil

² - Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD-

Resumen:

Este trabalho é parte integrante da pesquisa desenvolvida para elaboração da dissertação proposta ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Tem como objetivo geral estabelecer relações entre o processo de crescimento econômico e a (re)produção do espaço microrregional em Mato Grosso do Sul. Para tanto, algumas considerações preliminares se fazem necessárias, entre elas, a importância econômica e social do território sul-mato-grossense, que historicamente se constituiu enquanto Unidade da Federação em 1977, como resposta aos diferentes momentos cíclicos do sistema capitalista. Historicamente, observa-se que esse é um espaço marcado por políticas de ocupação e incorporação ao território nacional, ainda que até aproximadamente 1930 tais políticas estivessem ligadas a uma lógica de estratégias militares, após 1930, com o início do governo de Getúlio Vargas entre 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, a ocupação desse espaço, passou a ocorrer sob a óptica dos ideais nacional-desenvolvimentistas, desta forma, o que se verificou foi a intensa atuação do Estado no sentido de (re)direcionar esta região para o centro dinâmico da economia brasileira, São Paulo, deteriorando as relações estabelecidas com as nações platinas. Neste contexto, criaram-se Territórios Federais, Colônias Agrícolas, como também, investimentos em infra-estrutura básica para interligação ao território nacional (ferrovias e telégrafos). Dessa forma, mesmo sabendo que várias características apresentadas pelo Mato Grosso do Sul são respostas a antigos processos de transformação ocorridos ao longo de toda a história desse espaço, não se pode negar que desde a consolidação dos “governos varguistas”, e com maior expressão nos Governos Militares entre 1964 a 1985, esse espaço respondeu a lógica do planejamento pautado em uma racionalização técnica, via implantação de instituições públicas com a finalidade de dar conta dessa ação. Como foi o caso da Fundação Brasil Central (FBC), criada em 1943, como também, da Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Centro-Oeste, a SUDECO, constituída em 1º de dezembro de 1967, com a finalidade de substituir a FBC. A SUDECO pode ser considerado o principal órgão a diagnosticar a realidade do Centro-Oeste, conseqüentemente o Mato Grosso do Sul, e a partir de então elaborar planos de desenvolvimento para a região, leia-se planos de ocupação econômica, como é o caso do I e II Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-oeste (PLADESCO), entre outros. Então a necessidade de ligar o desenvolvimento do Mato Grosso do Sul a políticas públicas de desenvolvimentos é fato, já que em parte, estas propostas materializaram-se na atuação governamental. Destaca-se também o fato de que o Mato Grosso do Sul em função de tais políticas e de sua “vocaçao” para as atividades agropecuárias tem sua estrutura econômica relacionada a essas atividades. Com a desconcentração da indústria nacional e seu deslocamento para as regiões periféricas do país, Mato Grosso do Sul iniciou seu processo de industrialização com capital de origem comercial regional. Posteriormente, já na primeira metade dos anos 90 constata-se a entrada de empresas de capital nacional e principalmente estrangeiro, (ADM, Bunge, Cargill). Este processo apresentou-se fortemente relacionado ao setor primário, considerando que o setor secundário estadual é predominantemente agroindustrial. Os desdobramentos desse processo em território sul-mato-grossense apresentaram-se de forma tendencialmente concentradora em termos populacional, financeiro e produtivo, trazendo igualmente alterações na composição do Produto Interno Bruto (PIB), na situação domiciliar dos residentes – entre situação rural e urbana – e nos demais indicadores sociais. Com base nesses fatores, este artigo tem como objetivo explicitar os condicionantes do processo desenvolvimentista e seus desdobramentos no espaço sul-mato-grossense, e conseqüentemente os fatores que levaram ao agravamento das desigualdades intra-regionais. Sendo assim, a identificação da lógica de ocupação e planejamento vigentes em Mato Grosso do Sul constitui-se em um dos pilares metodológicos desse projeto, observando que essa lógica resultará numa relação particular entre o papel designado ao Estado, sua localização geográfica e a disponibilidade de fatores produtivos. Tal relação pressupõe a definição das especificidades da participação desse território na divisão social do trabalho. Esses pressupostos constituem elementos importantes na construção desse projeto, cujo objetivo centra-se em identificar o(s) modelo(s) de crescimento(s) econômico(s) relacionando-o(s) com o processo de (re)produção do espaço microrregional no Mato Grosso do Sul no contexto histórico e das políticas de desenvolvimento implementadas pela SUDECO. Neste sentido, destaca-se a implantação dos “pólos de crescimento”, tendo por hipótese inicial que a implantação dos mesmos teria sido responsável pela elevação da concentração da população, justificando-se estudar essa relação para o entendimento da (re)produção do espaço sul-mato-grossense. Utilizar-se-á revisão bibliográfica e métodos estatísticos, objetivando uma descrição matemático-quantitativa das principais variáveis (população e Produto Interno Bruto), através da aplicação do índice Hirschman–Herfindahl (HH) para medir os fluxos de concentração, analisando cada microrregião geográfica em suas especificidades. Objetiva-se então, caracterizar as diretrizes que sustentaram políticas e programas governamentais no Mato Grosso do Sul, o papel do Estado em sua relação com a economia sul-mato-grossense e o processo de industrialização e crescimento concentrado.

2039

JUSTIÇA SOCIAL? A CIDADE E A EXPRESSÃO DE SUAS DESIGUALDADES

Coelho da Cruz, Ramon^{1(*)}; Carolina Teixeira Pádua, Letícia¹

¹ - Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH | (*) Brasil

Resumen:

Com o intuito de dinamizar as aulas da disciplina Teoria e Métodos em Geografia, ministrada no curso de Geografia e Análise Ambiental do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH foi elaborada uma proposta que permitisse aos alunos, a compreensão abrangente das perspectivas e metodologias de cada linha representada pelas Escolas do Pensamento Geográfico, através do uso de um livro como referencial teórico-epistemológico e da aplicação prática do mesmo em um estudo em bairros do entorno do Campus Estoril deste Centro Universitário. O trabalho que se segue foi elaborado a partir de uma destas propostas, tendo tido como obra norteadora da pesquisa “Justiça Social e a Cidade”, de David Harvey, um dos grandes clássicos do posicionamento crítico frente às questões urbanas. Sendo assim, a partir da discussão da obra, foi possível conhecer e analisar o espaço urbano dos bairros Havaí e Buritis - que se caracterizam pela grande desigualdade sócio-econômica e proximidade espacial (são bairros vizinhos). A desigualdade é nítida na observação da forma como ocorre o uso e a ocupação do solo deste espaço urbano. Harvey (1980) inicia sua obra enfatizando a importância do espaço socialmente construído e da cidade como expressão máxima desta construção social. Para Harvey (1980) a cidade é algo complexo e qualquer tentativa de entender a cidade deve relacionar de algum modo os processos sociais e espaciais que a ela influenciam. Harvey (1980) aborda a importância da imaginação sociológica e da imaginação geográfica. A imaginação sociológica como objeto que dá habilidade ao homem de reconhecer a sua própria existência, as relações entre o indivíduo e a sociedade e o papel do indivíduo na história, o que diferencia da sociologia. Harvey (1980) salienta que para a imaginação sociológica faltam ideias bem articuladas a certos aspectos sociais. A imaginação geográfica ou consciência espacial habilita o indivíduo a reconhecer o papel do espaço e do lugar em sua própria biografia. Para Harvey (1980) o espaço só tem significado quando há uma forma das pessoas se definirem no mesmo, assim, o Homem reconheceria o relacionamento entre seus vizinhos, e o leva a julgar a importância dos acontecimentos de outros lugares. Neste sentido, a maneira como o espaço é encarado pode ter um efeito profundo sobre os processos sociais. Há, contudo, para Harvey (1980), sinais de alguma pressão no sentido de apresentar as imaginações sociológicas e geográficas juntas no contexto da cidade. Frequentemente, as abordagens sociológicas e geográficas têm sido tratadas como díspares ou quando muito, como alternativas viáveis para análise dos problemas da cidade. Harvey (1980) afirma que a única estrutura conceitual adequada para entender a cidade é a que inclui e se edifica ao mesmo tempo sobre a imaginação sociológica e geográfica. Para ele, qualquer estratégia para lidar com as cidades deve conter políticas destinadas a mudar a forma espacial da cidade e os processos sociais da mesma. A maioria das políticas sociais são diretamente elaboradas como tentativas de manter uma dada distribuição entre os vários grupos sociais que constituem uma sociedade. A alocação de recursos se ajusta a essa nova distribuição de renda em um processo cumulativo de incremento de desigualdades nessa mesma distribuição. Qualquer sistema urbano está em permanente estado de desigualdade. Quanto à distribuição de renda e o espaço urbano vê-se uma estreita relação entre a qualidade do espaço urbano e a renda das pessoas que ali vivem. No bairro Havaí, circundado pelo degradado córrego



Cercadinho, a maior parte do uso do solo urbano é para as residências, e há uma grande disparidade entre a área conhecida como o bairro propriamente dito, e o espaço onde se instalou – antes mesmo do próprio bairro – uma vila, contrastando ainda com o bairro Buritys, bairro jovem de ocupação recente e vertical, com preços dos imóveis cada vez mais elevados e grande variedade de serviços. Harvey (1980) também, explica em sua obra o conceito de justiça social que se baseia em um conjunto de fatores que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento de cada indivíduo. Sendo mais simplista, justiça social é a distribuição justa de benefícios que são obtidos através da cooperação social. Para Harvey (1980) o urbanismo pode ser entendido como uma diferente vertente do processo social criado e estruturado pelo homem, e que um modo de produção e organização eficientes podem gerar uma boa condição de sobrevivência para o mesmo. Algumas iniciativas de processos sociais têm ocorrido no bairro Havaí e confirmam uma melhoria na condição de sobrevivência da sociedade inserida neste espaço. Pretende-se analisar se tais iniciativas produziram os efeitos na conformação da justiça social.

2248

CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS BRASILEIROS NO COMÉRCIO DE SALTO DEL GUAIRÁ – PARAGUAI

Masuzaki, Teresa Itsumi^{1(*)}; Carvalho, Marcelo Dornelis²

1 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná | (*) Brasil

2 - UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumen:

Com a crise do fordismo, a partir da década de 70, houve a necessidade de uma reestruturação no modo capitalista de produção, com novas formas organizacionais na produção para a recuperação da lucratividade capitalista. Com a crise estrutural do capital e sua reação houve uma nova fase das relações internacionais do capital, intensificando as trocas comerciais e financeira entre os países, que através da hegemonia neoliberal tornou-se um instrumento valioso para a reconquista da lucratividade, com a expansão para os países subdesenvolvidos. Essas mudanças fizeram-se sentir também no mundo do trabalho com a reorganização técnica e gestacional, com impactos em todo o mercado de trabalho. No Brasil a internacionalização se intensifica a partir de 1990, incorporando os dogmas neoliberais na condução da política macroeconômica, que provocou uma intensa desestruturação do mercado de trabalho, através das privatizações, afrouxamento da fiscalização trabalhista, políticas de engajamento nas empresas com maior participação de empresas transnacionais. Isso levou ao aumento da flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, com a legalização do trabalho por contrato temporário, terceirizado, desrespeitando as conquistas trabalhistas e aumentando a informalidade. Neste contexto, enraizam-se as condições de trabalho dos trabalhadores brasileiros que diariamente vão trabalhar em Salto Del Guairá, no Paraguai. Pela condição fronteiriça do município paraguaio com o Brasil e a forte presença de consumidores brasileiros no comércio brasileiro, há uma intensa utilização de trabalhadores brasileiros no comércio, que diariamente deslocam-se pela fronteira, provenientes de Mundo Novo, no estado do Mato Grosso do Sul e de Guairá, no Paraná. Muitos desses trabalhadores já se encontram na informalidade no Brasil, sendo atraídos por melhores condições de remuneração ou até mesmo pela possibilidade de emprego, em muitas situações trabalhando de forma irregular, conforme observamos em nossa observação prévia, mas também outros trabalhadores contratados legalmente. Nota-se que os capitalistas valorizam as diferenciações territoriais e as vantagens localizacionais que correspondem ao objetivo de lucratividade. Assim, as diferenciações existentes nas fronteiras Brasil e Paraguai, tornam-se fundamentais para a acumulação do capital, por se tratarem de territórios distintos, em que no Paraguai o sistema tributário facilita a venda das mercadorias a preços inferiores dos que os praticados no Brasil. Também há o aproveitamento da mão de obra brasileira, por dois motivos principais: atendimento ao público brasileiro e aceitação dos salários, já que as cidades fronteiriças no Brasil apresentam baixo dinamismo em seus mercados de trabalho. Essas diferenciações de fronteira são o alvo de nossas investigações iniciais, a fim de entendermos como as diferenças territoriais constituem-se em trunfos estratégicos para a acumulação capitalista, aproveitando-se da reserva de mão de obra existente no Brasil, ao mesmo tempo que esse aproveitamento pode ocorrer com a manutenção de condições ilegais no contrato de trabalho. Desta maneira, procuraremos entender como as relações internacionais do capital no âmbito da fronteira Paraguai-Brasil territorializam-se em seus limites significativos de legislações trabalhistas diferentes e os significados dessa mobilidade internacional da mão de obra para as condições gerais do trabalho e suas formas organizativas. O capitalismo assim busca homogeneizar o espaço no sentido de derrubar as barreiras que comprometem suas vantagens para o processo de expansão e acumulação de capital. Dentro deste cenário, percebe-se a importância de estudar as relações de fronteira, os aspectos e diferenciações que vão ocorrendo no mundo do trabalho ocasionado pelo conflito capital e trabalho em territórios bastante específicos como são as fronteiras internacionais.

D - 35 - Área 2

11:00 a 12:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2026

POR ENTRE TRAMAS: COMPREENDENDO TERRITORIALIZAÇÕES EM "SANTA MARTA: DUAS SEMANAS NO MORRO"

Brasil Machado, Ana^{1(*)}

1 - Universidade Federal do Rio de Janeiro | (*) Brasil

Resumen:

O presente trabalho versa sobre o documentário "Santa Marta: duas semanas no morro", dirigido por Eduardo Coutinho e encomendado pelo Instituto de Estudos da Religião, organização não-governamental com sede na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um vídeo de 1987, filmado no município do Rio de Janeiro, Zona Sul, área nobre da cidade, bairro de Botafogo, favela Santa Marta. Mais que filmado "no" Santa Marta a obra pretende se debruçar sobre este espaço: a favela ou morro de Santa Marta, como bem indica o título do documentário. Aqui, é tomado enquanto um discurso cinematográfico composto por outros discursos, os quais chamamos discursos internos: os dos entrevistados e o do próprio cineasta. Tratamos, portanto, de um discurso fílmico construído explicitamente por diversas vozes, que ao dizer "de" Santa Marta a constituem, a colocam no mundo, são construções edificadoras da trama de signos que dizem Santa Marta. Para isto rejeitamos o entendimento do documentário enquanto "representação do real" ou como não participante nas disputas acerca dos significados dos objetos supostos no mundo. A partir dos discursos internos ao filme pretende-se identificar as diferentes "territorializações Santa Marta". Ou seja, são explorados aqueles trechos do documentário no qual as significações do espaço designado como "Santa Marta" são enunciadas. Isto é feito através da eleição de discursos proferidos por três sujeitos discursivos (constituídos enquanto sujeitos-tipo para os fins deste trabalho) presentes no documentário: os moradores desta favela, o policial em operação na entrada do morro e o cineasta (com seus enquadramentos, escolha de trilha sonora e entrevistados, montagem). Identificadas as territorializações de Santa Marta para cada sujeito discursivo, estas serão confrontadas com os significados produzidos por seus âlteres no intuito de propor juízos possíveis de um sujeito discursivo para com os outros acerca das "territorializações favela Santa Marta". Juízos possíveis porque tratam de uma interpretação da autora deste trabalho sobre confrontos e julgamentos eleitos também por ela. Mais sistematicamente, cada um dos três discursos "territorializantes" foi dividido em eixos temáticos para que pudessem ser confrontados entre si sobre um mesmo assunto. À guisa de exemplo, trazemos o eixo "liberdade de credo e sincretismo religioso". Se o morador fala de uma Santa Marta território das mais diferentes práticas religiosas, seu discurso sobre julgado e julgará aquele do cineasta que apresenta cenas de rituais como os da igreja evangélica, da Folia de Reis e do Candomblé. Os resultados destes confrontos dialógicos apontam para as múltiplas significações ou territorializações da favela em questão, indicando as disputas, as diferentes formas de falar e agir Santa Marta. Assim, destacamos a importância de tratar os espaços não como entidades essenciais, estanques, mas como processos de significação, onde são constituídas as territorializações por diferentes vozes, fios, discursos. Parece-nos útil, então, o entendimento das territorializações enquanto tramas agonísticas de significação do espaço, enquanto verdadeiras disputas pelo poder dizer Santa Marta. Cabe ainda ressaltar que o elenco dos três sujeitos discursivos supracitados mostra-se importante sob dois aspectos. Primeiro, para discutir os conflitos violentos entre repressão policial e moradores existentes naquela favela e em tantos outros espaços latino-americanos. Segundo, para pensar o papel das imagens na construção



das visões de mundo e das práticas (discursivo-materiais), assunto tão caro à Geografia mesmo antes de sua institucionalização até os dias de hoje, com a retomada das abordagens culturais na disciplina.

2205

CONSIDERACIONES EN TORNO A LA TEORÍA DE LA MASA MARGINAL: MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES Y MERCADOS DE TRABAJO EN EL NORTE DE SALTA

Tobío, Omar^{1(*)}

1 - Centro de Estudios Geográficos, Escuela de Humanidades, Universidad Nacional de San Martín (*) Argentina

Resumen:

En este trabajo se apunta a retomar algunos aspectos de uno de los conceptos clave trabajados dentro del pensamiento social de América Latina: el correspondiente a la teoría de la masa marginal. Esta teorización se inscribe en la potente tradición de los estudios sociales latinoamericanos que plantearon agudamente problemas en el siglo XX en la región y que aquí se considerará que conservan vigencia, en especial por los interrogantes y problemas que contribuyeron a construir en su momento atendiendo a la especificidad histórica de cada nación. El concepto de masa marginal será revistado para poder acercarlo a la temática de los movimientos socioterritoriales que desafían, de una u otra manera, a las lógicas de los campos de fuerza en los que los mismos se inscriben desde la década de los noventa. Esta tarea se lleva adelante a partir de la reflexión realizada sobre las conclusiones de un trabajo de investigación referido al contexto estructural en que se desarrolló el movimiento de trabajadores desocupados del norte de Salta entre 1991 y 2003. Si bien en esta ponencia se propone un "retorno" a las miradas estructurales se guarda especial precaución en torno a considerar que no existen condicionantes extremos o determinantes por parte de la estructura sobre la acción de los agentes. Por lo tanto, desde la perspectiva aquí asumida, se observará cómo la fase actual del capitalismo monopólico se materializa en el área de estudio a partir de la existencia de una fracción dominante transnacional dentro del capital que genera su propio mercado de trabajo el cual sateliza a otros mercados, los secundarios. Los contingentes poblacionales desplazados establecen sus luchas realizando demandas a las empresas de la fracción dominante y al Estado, pero el resultado de esas confrontaciones deriva en una consolidación de los mercados de trabajo de las fracciones no dominantes. En este sentido, la creación de una población excedentaria lo es para la fracción dominante del capital y no necesariamente para las demás, lo que supone que los "excluidos" además de ser una producción social (y no resultado de decisiones o desviaciones individuales) no son expulsados del sistema social como conjunto o como totalidad sino son desplazados de una parte del mismo (constituyéndose en masa marginal para esa parte de la cual fueron expulsados). De hecho, de lo que se trata es de un proceso (más que de un punto de llegada) en donde opera una intensa modificación de las calificaciones profesionales y laborales requeridas en este momento tanto del capitalismo mundial como del periférico. Los trabajadores desocupados organizados en movimientos socioterritoriales en el área ponen de manifiesto tres elementos que se despliegan de manera simultánea: en primer lugar una disrupción política, en segundo lugar una marginalización respecto de la fracción dominante del capital y en tercer término el hecho de constituirse en un ejército industrial de reserva para las fracciones no dominantes del capital. Estas tres dimensiones son enhebradas en la lucha de esos movimientos, pero también en las negociaciones que se van estableciendo tras las acciones directas. Dentro del conjunto de actores que inciden en las negociaciones se pondrá en esta ponencia el acento en uno de ellos, el contratista "tradicional", quien se constituye y se constituye a partir de sus prácticas ancladas firmemente en la estructura socioeconómica del lugar, y demostrando una particular capacidad negociadora derivada de su histórica inscripción cultural en el área de estudio.

2207

OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: QUESTÕES CONCEITUAIS RELACIONADAS À PRÁXIS

Beqa dos Santos, Regina Célia^{1(*)}

1 - Universidade de Campinas (UNICAMP) (*) Brasil

Resumen:

Os movimentos sociais urbanos: questões conceituais relacionadas à práxis Este trabalho tem por tema os movimentos sociais urbanos. Em geral, os movimentos sociais colocam-se potencialmente contra uma determinada situação de vida e, a partir de ações concretas, procuram mudar o status quo. Esta situação de vida relaciona-se à forma como o espaço geográfico, como um sistema de objetos é apropriado pela sociedade, através do sistema de ações, seguindo abordagem proposta por Milton Santos. OBJETIVOS Fundamentalmente, é compreender como os movimentos sociais modificam na dinâmica da sociedade e a partir de suas lutas e reivindicações contribuem para a estruturação do espaço urbano e de seu sistema de objetos. PROBLEMATIZAÇÃO No Brasil, principalmente a partir no final das décadas de 1970 e na de 1980, houve um recrudescimento dos movimentos, ligados às Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica e ao movimento sindical. Gradativamente outros movimentos, como o feminista, o ecológico, contra a discriminação começaram a se destacar nas cidades, lugar privilegiado para a deflagração de movimentos desse tipo. No âmbito de América Latina podemos destacar importantes movimentos, alguns deles políticos, como o Sandinismo na Nicarágua, que envolveu as diferentes classes sociais e diversas correntes ideológicas; ou as lutas populares no Peru; os comitês de defesa dos Direitos Humanos e as Associações de Familiares de Presos Políticos e Desaparecidos, principalmente na Argentina; as experiências de "greves cívicas nacionais", com a participação de sindicatos, partidos políticos e organizações populares, na Colômbia, no Peru, no Equador... MÉTODO Para o entendimento da atuação dos movimentos populares urbanos no Brasil, recorreu-se à proposta de Doimo que reconhece basicamente três enfoques: • o enfoque estrutural-autonomista Baseado em dois postulados básicos: a) contradições urbanas - produzidas pelo caráter de classe do Estado que financia a reprodução da capital em detrimento da garantia da reprodução da força de trabalho; b) a sociedade civil - capacidade ativa no sentido de organização "autônoma", contra a tradição política autoritária. Os "novos movimentos sociais", protagonizados pelos "novos sujeitos coletivos", seriam uma manifestação de rebeldia espontânea, se dirigindo contra tal autoritarismo... • o enfoque cultural-autonomista Assentada nas correntes culturalistas surgidas para a interpretação dos movimentos sociais europeus. Revalorizam a cultura e a subjetividade na elaboração dos conflitos sociais, contra a racionalidade instrumental do Estado. A partir da crítica às análises de certo tipo de marxismo reducionista e economicista, utiliza a noção de Thompson de "experiência", buscando o sentido das práticas ou da experiência. Até a metade dos anos 1980, estas duas posições foram dominantes nas interpretações. Embora discordantes em alguns pontos, situam-se no universo marxista de análise e trabalham com a hipótese de que os movimentos seriam capazes de provocar a ruptura da estrutura capitalista, pelas propostas de "democracia de base", de "autonomia" em relação ao Estado e de independência em relação aos Partidos Políticos. • o enfoque institucional Com o retorno da democracia do Brasil, surgem outras práticas vinculadas ao enfoque institucional. Doimo ressalta que embora os movimentos baseados nos enfoques autonomistas criticassem o atrelamento institucional, os mesmos não eram tão anti-Estado ou contra-Estado, como supunha a matriz estrutural-autonomista. O dilema teórico coloca-se a partir desse binômio autonomia-institucionalização, baseadas nas formas de atuação concretas. Outros autores, como Cardoso e Boschi, nos seus estudos interpretativos a partir de 1983, identificam novas formas de relação entre os movimentos e o Estado, menos vinculadas às relações de classe, e sim ao crescimento e ampliação das funções do Estado sobre a sociedade. Por isso, concluem que os novos movimentos urbanos estariam mais vinculados à ampliação dos direitos de cidadania do que comprometidos com as mudanças estruturais das relações capitalistas. O hibridismo dos movimentos concretos Independente da filiação teórica da argumentação apresentada, os movimentos sociais são frutos do desenvolvimento de uma sociedade complexa e contraditória, reproduzindo as características desta sociedade. Quer dizer, as correntes de pensamento e as práticas sociais estão alicerçadas no papel que a cultura tem na sociedade e nas determinações sociais, políticas e econômicas que exercem grande influência sobre os movimentos e a mudança social. Os movimentos concretos foram influenciados tanto pelas condições estruturais vigentes, como pelas novas tendências conjunturais, intelectuais e correntes europeias de pensamento. O pensamento de Gramsci fecunda as correntes de pensamento que elegem o chamado "povo" como "sujeito histórico". Utiliza o conceito de sociedade civil, e o cotidiano juntamente com o senso comum passam a ter importância política. Em síntese, as interpretações ou as ações baseadas no acirramento da "luta de classes", pura e simplesmente, são substituídas pelas ações que consideravam as "condições de reprodução da existência". Isto é, o enfoque não está mais centrado unicamente nas relações de produção, deslocando-se para as questões referentes ao consumo, entendido como o cerne dos conflitos relacionados à transformação social. Isto é verdadeiro para todas as correntes interpretativas - desde as estruturalistas, como as culturalistas. A diferença é que enquanto uma interpreta o consumo de bens coletivos pelo enfoque econômico, as outras interpretam o consumo pela dinâmica da cultura ou do comportamento. As práticas estabelecidas assentam-se na reabilitação da idéia de comunidade, com a valorização da experiência e da cultura, revalorizada pelo pensamento



de esquerda. Esta idéia está fundamentada na concepção de classes sociais de Thompson, para quem, as classes existem concretamente a partir das experiências vividas por homens e mulheres no seio das relações de produção. Estas experiências, conforme Sader, concretizam-se em formas culturais, a partir das situações experimentadas dentro do conjunto das relações sociais, de acordo com a cultura e as expectativas daquela sociedade ou daquele grupo. Os interesses são identificados na elaboração destas experiências, constituindo-se os sujeitos coletivos e os movimentos sociais que atuam para as transformações da sociedade. A pesquisa que deu origem a este trabalho busca identificar como o espaço geográfico vai se configurando e se reconfigurando, a partir do desenrolar destes movimentos, considerando a indissociabilidade entre os sistemas de objetos e de ações.

12:00 a 13:00 - Área 2 | 2-Respostas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2126

RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: O MOVIMENTO INDÍGENA E O CASO DO EZLN – MÉXICO

Nogueira, Alexandre^{1(*)}

1 - Universidade Federal da Paraíba | (*) Brasil

Resumen:

Na história recente do capitalismo mundial, tivemos uma forte crise econômica nos anos 70 do século XX. Segundo Cotas (2007), a burguesia internacional como alternativa à crise, implementou, décadas depois, o programa neoliberal que se baseia em ações articuladas como, liberalização, privatização, desregulamentação, desestatização, ou seja, no desmantelamento do Estado, o qual, cada vez mais, tinha seu papel reduzido na economia, essa ficando a mercê da dependência das leis de mercado, transformando-se em mero instrumento dos interesses dos setores dominantes. Essas ações visam predominantemente desfazer o que é feito. Destruir usando a força do poder político-estatal, tudo para favorecer as forças econômicas dominantes, em nome da que se apropriam do discurso da eficiência, do produtivismo, da concorrência total. As políticas neoliberais se implantaram de forma decisiva em instituições multilaterais, velhas, mas renovadas como o FMI e Banco Mundial, ou novas e já globais como é o caso da Organização Mundial do Comércio. Desde o final dos anos 70 do século XX, como afirmado anteriormente, foram se forjando políticas e idéias legitimadoras que visam à recomposição de uma hegemonia capitalista, não mais de um imperialismo estatal-nacional, mas de um sistema-mundo a serviço das grandes corporações econômico-financeiras privadas. Em resposta a todo esse processo observam-se, sobretudo na América Latina, movimentos que atuam de forma significativa na luta contra o projeto neoliberal e ao próprio modelo de globalização imposto pelo capital. O principal deles é o movimento indígena, tendo como resultado de suas práticas a forte influência na decisão de campanhas eleitorais presidenciais, como, por exemplo, o caso de Evo Morales na Bolívia em 2006, e a criação de organizações sociais representativas, por exemplo, a Coordenadora Andina de Organizações Indígenas, a Confederação Nacional de Comunidades Afetadas pela Mineração do Peru e a Coordenadora Nacional de Ayllus e Marqas. No caso em questão, partiremos aqui, como objetivo principal, analisar a atuação política e sua conseqüente organização territorial do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), localizado no México. Para tanto, resgata-se estudos sobre o indigenismo a partir das obras de Mariátegui, pois compartilha-se aqui o entendimento sobre a questão do indígena, onde é vista como problema econômico-social, se contrapondo as teorias "... que consideram a questão com um destes critérios unilaterais e exclusivos: administrativo, jurídico, étnico, moral, educacional, eclesástico" (MARIÁTEGUI, 1975). São nessas condições de exclusão que surge o EZLN.

Como condição para inserção no NAFTA, o México retira de sua constituição, em 1992, o artigo 27, que garantia vários direitos às comunidades rurais, como por exemplo, o direito a terra e água para as comunidades que não a possuam ou não a tenham suficientemente para atender as necessidades de sua população, além de impedir a venda das terras dos Ejidos, entre outras garantias. Esse fato juntamente com a falta de assistência governamental à Chiapas, estado de maior influência do EZLN, fizeram com que, em 12 de outubro de 1992, depois de uma consulta às comunidades e às bases civis de apoio do EZLN decidisse pela guerra. No entanto, foi em 1º de janeiro de 1994, com a implementação do NAFTA, que o EZLN realiza seu levante armado em Chiapas, em contraposição às políticas neoliberais impostas pelo governo mexicano. Dentro dos limites territoriais do estado de Chiapas, em agosto de 2003, o EZLN decretou a criação da "Junta de Buen Gobierno" nas cinco zonas territoriais sobre seu controle, as quais viriam a chamar de "Caracoles". O EZLN possui nessas cinco zonas territoriais ou coordenadorias centrais 30 municípios autônomos. As *Juntas de Buen Gobierno* como forma de organização territorial do EZLN são respostas ao Estado burocrático mexicano. Nelas os zapatistas desdenham o Estado, não demandando nada dele, nem confrontando-o abertamente, somente fazendo sua própria organização e produção. As evidências do zapatismo podem ser rastreadas, por um lado, em alguns dos movimentos mais frescos e menos institucionalizados, e incluem, por outro, alguns temas que os novos sujeitos sociais vêem colocando no centro dos debates: o poder, a autonomia, a autogestão e a forma de entender as mudanças sociais. Para nosso entendimento, o EZLN defende como projeto político, diante da atual conjuntura econômica mundial, uma ruptura das ações governamentais de caráter neoliberal. Nesse sentido, o movimento luta por uma real democratização social e por um compromisso com um projeto de sociedade justa, a partir do abandono do modelo neoliberal.

2188

A PROBLEMÁTICA "ESPAÇO/TERRITÓRIO" A PARTIR DE "GEOGRAFICIDADES EXISTENCIAIS": AS COMUNIDADES FAXINALENSES NO BRASIL MERIDIONAL

Wolf Dietrich, Sahr^{1(*)}; Cicilian Luiza, Löwen Sahr²

1 - Universidade Federal do Paraná | (*) Brasil

2 - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumen:

Desde a redemocratização da América Latina, a partir dos anos 1980, assiste-se no continente uma reorganização espacial profunda. Esta situação vem incentivando um grande número de pesquisas que focalizam a questão do território com abordagens renovadas. Assim, no Brasil, grande parte dos autores refere-se a uma linha de pensar que segue as reflexões dos geógrafos Claude Raffestin e David Sack sobre o território, estendendo seu foco originalmente estatal e político às territorialidades vividas, para compreender, destarte, as diferentes formas de territorialização. Isto se mostra claramente nas obras de Marcelo Lopes de Souza, Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet. As reflexões destes autores podem, desta maneira, servir como exemplo de um pensamento não meramente abstrato, mas também engajado na prática da democratização e integração de grupos culturalmente diversos nas sociedades latino-americanas. A tentativa epistemológica que se focaliza no território, entretanto, encontra seus limites tanto na restrição histórica que o conceito impõe, como na impossibilidade que o mesmo tem de propiciar uma reflexão mais profunda sobre outras formas do espaço. Por isso, nos propusemos, através de reflexões a partir de comunidades rurais tradicionais dos Faziniais brasileiros, compreender a "socialidade" espacial, o "estar-junto" destes grupos (Maffesoli) buscando uma relação dialógica sobre "geograficidades" através de dois conceitos em conjunto: o "território" e o "espaço". Os Faziniais brasileiros são comunidades rurais agrossilvopastoris presentes no domínio da Floresta com Araucária no Sul do Brasil. Sua realidade vivida é o resultado de umas expressões históricas no processo de formação social que remontam ao final da Idade Média européia (NERONE, 2000; SAHR e LÖWEN SAHR, 2006), ao sistema Dehesa e Montado das montanhas do Sul da Península Ibérica. Trata-se de um sistema social policultural e agropecuário, onde as comunidades vivem em criadouros comuns florestados e cercados, que também são utilizados para diversas formas de extração (erva-mate, lenha, etc.). Seus moradores mantêm ainda lavouras distantes, fora da cerca, nas encostas dos vales. O sistema foi provavelmente introduzido na América Latina pelos jesuítas, mas ganhou ampla repercussão nos séculos XVIII e XIX, quando o campesinato luso-brasileiro adentrou nas matas do "sertão" com sua agricultura de subsistência. No final do século XIX, este sistema passou por várias transformações participando em diferentes fases econômicas de exploração (erva-mate, porcos, madeira). Hoje, sobrevivem apenas poucas comunidades (entre 50 e 100), mas estas ganham nova atenção com a recente política acerca dos povos tradicionais e de proteção ambiental desenvolvida pelo Governo Federal do Brasil. Nas nossas reflexões tentamos, assim, respeitar a capacidade intelectual dos criadores/moradores dos faziniais que formam suas próprias "trajetórias tempo-espaciais" (MASSEY, 2008), nos desvinculando do pensar romano-latino sobre o "território" e valorizando as próprias categorias desta população frente aos desafios das transformações territoriais do Estado brasileiro. Por isso, percebe-se a partir desta discussão uma



dialéctica vivida e até existencial entre o conceito de território e a realidade espacial no contexto latino-americano. Propusemos, destarte, conforme as palavras de Claude Raffestin (1993), tirar os pesquisadores da prisão do "território", da "prisão que os homens constroem para si" também em termos conceituais. Pretendeu-se demonstrar que as espacialidades destas populações representam uma linha de fuga dos curto-circuitos da T-D-R (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização). Não queremos com estas reflexões, todavia, desvalorizar as contribuições dos territorialólogos, mas queremos acrescentar ainda às justificadas lutas das populações ditas "tradicionalistas" pelas suas terras e seus territórios, uma luta pelo domínio das suas próprias categorias territoriais para compreender e analisar seus anseios. Neste sentido, criticamos as abordagens territoriais propondo um conceito de multiplicidade espacial, isto com a pretensão de dar mais visibilidade às vivências concretas e autônomas dos povos tradicionais. Estas vivências, em muito, ultrapassam a mera questão da terra e da propriedade no sentido das atuais lutas políticas, porque a opressão e marginalização levou, até mesmo, a desfiguração de seus próprios conceitos. Fica, assim, para o cientista apenas o silêncio lingüístico e conceitual que se espalha nos seus próprios espaços (ecológicos, religiosos, culturais, sociais, etc.). Todavia, suas palavras, felizmente, não são palavras de cientistas e, apenas por isso, não são ouvidas por aqueles que fazem ciência. Concordamos com Felix Guattari (1992), que diz que existem "tantos espaços" quantos "forem os modos de semiotização e de subjetivação". Desta forma, deveria se compreender, numa sociedade de liberdade e de democracia, que é mais relacional do que racional, um folheado de espaços heterogêneos com linguagens e simbologias diferentes e subjetivações divergentes que resultassem em territórios amplamente abertos e repletos de desterritorializações. Neste intuito, nossa pesquisa quer contribuir para a ampliação da reflexão sobre o espaço com uma perspectiva cultural na América Latina.

14:30 a 15:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2013

ESTATUTO DA CIDADE, PLANO DIRETOR, MOVIMENTOS SOCIAIS: A ESTRUTURA ESTATISTA E SEUS LIMITES NA CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIAL EM JANDIRA – SÃO PAULO

Baitz, Ricardo ⁽¹⁾

1 - Universidade de São Paulo - USP | (*) Brasil

Resumen:

Desde a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, assiste-se no Brasil a proliferação de novos mecanismos urbanísticos. Trata-se de uma lei Federal que atualizou a concepção de propriedade do solo ao contexto econômico do final da década de 90 e que obrigou aos municípios uma nova política territorial urbana à medida que estes tiveram que promover atualizações em suas leis internas, em especial, os planos diretores. Este artigo discutirá a implementação desses mecanismos a partir de um caso prático, localizado no município de Jandira, região da grande São Paulo. Trata-se de um assentamento pleiteado pelo Movimento dos Sem Terra Urbano (MST Urbano) para o qual a municipalidade de Jandira cedeu uma gleba de terras sem contudo deixar de ser proprietária das mesmas. Melhor explicado, através da operacionalização dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade a Municipalidade cedeu a possibilidade de uso desta gleba por prazo determinado, mas reteve sua titularidade enquanto proprietária da mesma. Porém não se trata do antigo regime da posse versus o da propriedade: se no passado as benfeitorias retornavam ao proprietário (princípio jurídico "superfícies solo cedit" (todas as coisas que se acrescentam ao solo pertencem ao dono solo), no presente, através desses instrumentos, os beneficiários da gleba detêm o direito sobre aquilo que construírem, podendo inclusive ser indenizados ao final do prazo determinado caso este não seja renovado, o que posterga a um futuro os problemas do presente. Através da análise dos instrumentos jurídicos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor deste município (Concessão Real de Uso para Fins de Moradia, Direito de Superfície, Outorga Onerosa do Direito de Construir, etc) objetiva-se demonstrar como o problema do acesso à terra se coloca renovado. Trata-se de uma investigação crítica, que problematiza a solução dada pela municipalidade e explora as decorrências espaciais dessa luta pelo direito de moradia.

O Estatuto da Cidade revela-se então um componente estrutural do Estado, filtro do possível e do impossível, barreira a ser transposta pelos movimentos sociais em suas lutas, o que repõe a construção do espaço através do social e das lutas sociais. Neste aspecto, desenvolve-se o significado do Estatuto da Cidade para além da interpretação idealista, comum aos juristas: o caso concreto dá cores e tons ao instrumento jurídico, que de instrumento social pode então ser analisado enquanto instrumento de viabilidade econômica dos negócios da cidade no novo contexto urbano surgido a partir da década de 80.

Frente aos instrumentos legais e ao seu sentido, explora-se também a oposição que nasce dos movimentos sociais. Tratam-se das novas formas de lutas pelo direito à cidade e ao urbano, que pressionam a Municipalidade a dar respostas às suas demandas legítimas, fundadas ou não no aparato legal. Quadro mural que elucida como certos porções do espaço são produzidas na atualidade, compondo assim uma contribuição ao estudo das novas configurações espaciais surgidas a partir desse embate.

O resultado é provisório, sobretudo porque os instrumentos avaliados são jovens e enfrentam despreparo pelo corpo jurídico em sua aplicação, pois compreende-se que a situação é provisória e transitória. Acima de tudo ele serve para avaliação das estratégias e esclarecimento, não só das ciências, mas dos protagonistas envolvidos quanto ao significado de suas ações.

2064

NUEVOS TERRITORIOS MUNICIPALES EN LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES (ARGENTINA): ENTRE LAS REIVINDICACIONES DE LA SOCIEDAD LOCAL Y LAS LÓGICAS POLÍTICAS.

Fernández, Marcela Indiana ⁽¹⁾

1 - Universidad de Buenos Aires; Universidad Autónoma de Entre Ríos | (*) Argentina

Resumen:

En la Provincia de Buenos Aires (Argentina) los procesos de creación de municipios –localmente denominados Partidos– son frecuentes. Involucran cambios relevantes en los niveles espaciales de referencia para la gestión municipal generando situaciones conflictivas que enfrentan, con sus propios discursos, a los actores que promueven las transformaciones territoriales con los que las rechazan. En todos los casos, participan actores territorializados: la población local o "comunidad organizada" y líderes de la política municipal y provincial. Estos procesos forman parte de una larga historia de subdivisión que ha resultado en el aumento significativo del número de jurisdicciones en los últimos 150 años (la provincia tenía alrededor de 70 jurisdicciones para fines del siglo XIX y más de 130 para fines del siglo XX).

La legislación vigente en relación con la cuestión municipal y las prácticas históricas legitiman socialmente la creación de nuevas jurisdicciones de gobierno local, a diferencia de lo que ocurre en otras provincias del país. El artículo 190 de la constitución bonaerense reconoce a los Partidos como organismos de derecho público –entes autárquicos– que tienen la función de "administrar los intereses y servicios locales de una comunidad", pero no les reconoce aún la autonomía proclamada por la Constitución nacional en 1994; la Ley Orgánica de las Municipalidades reglamenta y limita los alcances de sus competencias.

Excluyendo al Área Metropolitana (Partidos del Gran Buenos Aires), las jurisdicciones de los municipios bonaerenses tienen superficies amplias –entre varios cientos y unos miles de km²– que comprenden áreas rurales con población dispersa y una o varias localidades, la de mayor tamaño suele ser elegida como sede de la administración local. En las localidades más pequeñas y en áreas rurales se instalan "delegaciones municipales" a cargo de un representante del intendente.

La elección de una ciudad cabecera como sede de la administración municipal (y de su aparato administrativo) jerarquiza automáticamente al conjunto de localidades y áreas rurales de la jurisdicción generando desigualdades socio-territoriales que se van profundizando de la mano de transformaciones económico-productivas, culturales, de infraestructura, etc. que ocurren durante el siglo XX. En la mayoría de los casos, estos cambios conducen a una progresiva concentración de población en la localidad cabecera así, esta ciudad refuerza su "posición de privilegio" en el territorio municipal reclamando y obteniendo cada vez más "recursos" para atender sus demandas.

Por otra parte, en términos de representación política, el Partido constituye un distrito electoral único. En este sistema la sub-representación política de los lugares más pequeños donde existen "delegaciones", es innegable. Sin quitar importancia a otros factores, en el largo plazo, esta es una fuente de "separatismo local" que genera rivalidades, refuerza las identidades micro-locales y desemboca en conflictos territoriales proclives a la subdivisión territorial que terminan involucrando a los "vecinos" en acciones colectivas de sustento a sus demandas.



Esta configuración del territorio municipal es clave para entender por que la "subdivisión" es una práctica aceptada en la provincia: cuando las localidades más pequeñas crecen suelen reclamar la separación del municipio al cual pertenecen. Ciertos argumentos "atendibles" que se repiten con notable persistencia a lo largo del tiempo sirven para justificar las demandas separatistas, se apoyan en las "capacidades locales" para enfrentar el futuro –particularmente económicas- y en las "identidades locales" construidas a partir de vivencias compartidas en una comunidad "alejada" de la ciudad cabecera. Comúnmente, las localidades más chicas se sienten "desatendidas" en relación con la prestación de servicios que les llegan "tarde, poco y mal" desde la cabecera y sub-representadas políticamente al no poder elegir ni consejo deliberante ni intendente propios. Los procesos de creación de municipios tienen dinámicas complejas que se despliegan en el territorio. Por un lado, las autoridades provinciales pueden proponer la creación de nuevos municipios por motivos de "administración y gobierno"; por otro, viabilidad económica y social, defensa de los intereses de los vecinos, voluntad de "autonomía" por parte de la población local, son argumentos que tienen arraigo histórico pero no siempre garantizan que una demanda de subdivisión prospere. Algunas comunidades deben esperar por décadas el reconocimiento de sus pretensiones porque la legislación vigente establece que la creación de un nuevo municipio solo se produce a partir de la sanción de una ley provincial votada por mayoría absoluta en la Legislatura provincial. Entonces, una vez establecidas como tales, las "demandas separatistas" tienen que canalizarse por un circuito político-institucional provincial/local cuya lógica es muy distinta a la de los actores comunitarios.

Sin embargo, una vez que en la Legislatura provincial se aprueba la ley de creación de un Partido se ponen en marcha procesos que consolidan fuertemente la identidad local, los mismos están vinculados con dimensiones nuevas que adopta la participación de la población y la toma de decisiones sobre un territorio propio.

En algunos procesos de creación recientes (Punta Indio, Lezama) y en algunos de los que están en marcha (Abasto, Batán), la comunidad local ha aprendido a demandar la "autonomía" por distintas vías; aprovechando por ejemplo, las ventajas que en términos de "visibilidad" proporcionan los medios de comunicación, particularmente los de alcance nacional, cuando se toman medidas que pueden afectar al espacio regional/provincial (ocupaciones parciales y cortes de ruta) pero también recurriendo a los "nuevos canales de participación" que se incorporan en las instituciones –audiencia pública, consulta popular no vinculante, etc.-

La variedad y complejidad de cuestiones que atraviesan esta problemática imponen una aproximación interdisciplinaria que rescate, para la comprensión de los procesos, los aportes de las ciencias sociales, en cuyo marco, la Geografía en la línea de autores como Lussault (2003), Di Méo (2003), Soja (2004), Péguy (1996) puede hacer una importante contribución.

2210

TERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA: PRÁTICAS ESPACIAIS CRIANDO NOVAS REGRAS DE USO DO TERRITÓRIO NO EXTRATIVISMO DO BABAÇU

Figueiredo Lima, Roberta Maria Batista de ^{1(*)}

1 - Universidade Federal do Maranhão - UFMA | (*) Brasil

Resumen:

Tradicionalmente, o extrativismo do babaçu faz parte do calendário agrícola de milhares de famílias de pequenos produtores rurais na sua área de ocorrência no estado do Maranhão (Nordeste do Brasil), detenham ou não a propriedade da terra. Via de regra, atividade de coleta e extração da amêndoa é realizada por mulheres. A coleta do coco babaçu é realizada, principalmente, em áreas de terceiros, ou seja, nas médias e grandes propriedades, onde se desenvolve a pecuária bovina. As modalidades de acesso aos babaçuais variam muito de região para região, às vezes, podem existir dentro da mesma localidade, proprietários que permitem o acesso aos palmeirais, outros que condicionam o acesso a algum tipo de pagamento, e ainda aqueles que restringem totalmente a coleta. Ao longo de décadas a extração da amêndoa do babaçu vem se mantendo enquanto uma das principais atividades econômicas desenvolvidas pela camada mais pauperizada da população rural do estado do Maranhão. No decorrer destas décadas em vários momentos esta forma tradicional de exploração esteve ameaçada tanto pela introdução de outras atividades produtivas no espaço agrário maranhense, sobretudo, a pecuária extensiva, quanto pela possibilidade de exclusão das famílias extrativistas do processo de exploração, por meio de inovações tecnológicas na extração da amêndoa. Nos últimos anos, a potencialidade de uso da casca do coco babaçu para produção de carvão vegetal fez com que as siderúrgicas instaladas ao longo da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão passassem a utilizar o carvão de coco babaçu como fonte de energia em seus alto-fornos. As circunstâncias nas quais o uso industrial do carvão feito a partir do babaçu tem sido realizado promovem uma forte pressão sobre a exploração do babaçu nos moldes tradicionais e, por conseguinte, sobre as populações extrativistas. O presente trabalho tem como objetivo primeiro investigar o extrativismo do babaçu no Maranhão e o papel das organizações de "quebradeiras de coco babaçu" no processo de resistência a uma forma de mercantilização do babaçu contrária àquelas tradicionalmente adotadas pelos grupos agroextrativistas, na qual estes segmentos criam e fazem valer novas instituições reguladoras. Este processo de resistência tem sido caracterizado por lutas e práticas voltadas para garantir a preservação dos babaçuais, a defesa do direito ao acesso à terra e à coleta do babaçu (em terras públicas ou privadas), e a valorização do extrativismo enquanto possibilidade da manutenção da reprodução material e simbólica das famílias agroextrativistas. Em face do fenômeno representado pelo uso crescente do carvão do babaçu pelas guserias, nosso objeto de pesquisa foi examinar as relações entre o processo de "resistência" e o desenvolvimento das territorialidades humanas no contexto da reprodução presente e futura do grupo social formado pelas quebradeiras de coco. O recorte nas áreas previamente selecionadas de babaçuais no Maranhão permitiu avançar na compreensão dos problemas gerados pela exploração do carvão de babaçu e das capacidades de alguns grupos de quebradeiras de coco maranhenses de resistirem ou de dar continuidade a sua reprodução por meio da criação e implementação de instituições criativas e influenciadoras de ações coletivas. Os conceitos chaves para o entendimento dessas lutas e práticas foram os de resistência e de territorialidade humana. Foram fontes de inspiração teórica os trabalhos reunidos por Pile e Keuth (1997) em *Geographies of Resistance* e o trabalho de Sack (1986) *Human Territoriality*, utilizados como instrumentos de interpretação das iniciativas ou estratégias levadas a cabo por quebradeiras de coco e produtores agroextrativistas para assegurar o direito de acesso às áreas de coleta do coco babaçu, tendo como base normas e regras formais e informais. Para Pile (1997) os estudos de resistência na Geografia têm colocado questões novas. Não somente a respeito do modo como a resistência tem sido compreendida e quais as expressões geográficas dos atos de resistência, mas como a geografia torna possível ou impossível existência de determinadas formas de resistência. As Geografias da Resistência mostram que as pessoas estão posicionadas diferentemente em relações de poder múltiplas e desiguais. Isto não significa dizer que a dominação e a resistência não têm nada fazer uma com a outra, mas que há distintas modalidades de controle espacializadas, e que resistência significa ter sua própria espacialidade, esta distinção torne-se mais evidente quando dominação e resistência são separadas e compreendidas geograficamente (Pile, 1997, p. 02.) Os processos de resistências, por conseguinte, só podem ser compreendidas adequadamente como partes do processo de reprodução de grupos sociais e do processo de territorialização destes grupos no contexto das experiências vivenciadas na região sob análise, daí a estreita relação entre resistência e territorialidade humana.

Este estudo teve como referencial empírico doze povoados rurais situados na área de ocorrência dos babaçuais no Maranhão. Para a escolha das áreas a serem pesquisadas levou-se em conta critérios como: proximidade da Companhia Siderúrgica do Maranhão – COSIMA, indústria pioneira no uso de carvão de babaçu, privilegiando municípios dentro do que poderemos chamar de área de influência mais direta da referida guseria - num raio de 120 Km da páto da indústria, bem como municípios que mais produzem amêndoas de babaçu, levando em conta os dados do IBGE para o ano de 2004. A partir do primeiro trabalho de campo ficou definido que a pesquisa abrangeria municípios de três microrregiões: Médio Mearim, Pindaré e Baixada Maranhense. Assim, privilegiando os municípios nos quais houvesse relatos acerca da existência de unidades de carbonização de coco babaçu. Nos povoados foram aplicados 61 questionários direcionados, sobretudo, às quebradeiras de coco babaçu, cujo objetivo central era captar dados e informações relativas à produção extrativista condições de acesso ao coco, regras de uso e manejo, e a existência e o nível de participação em organizações da sociedade civil.

D - 38 - Área 2

11:00 a 12:00 - Área 2 | 2-Respostas teórico-metodológicas da geografia ante las recientes espacialidades

2111

“PRINCÍPIOS REFERENTES ÀS REPRESENTAÇÕES DE “COSMOS” E “NATUREZA” NO ANTIGO MUNDO GREGO”.

Mello Pereira, Marcio Henrique de ^{1(*)}

¹ - Universidade de São Paulo (USP) | (*) Brasil

Resumen:

Resumo: Os principais objetivos deste artigo se propõem em analisar em que momento histórico o conceito de “Natureza” é formulado, qual a relação existente entre natureza e “Cosmos” e quais as principais transformações que o conceito “Natureza” e o “Cosmos” receberam ao atravessar o Pensamento Ocidental, na Idade Antiga, principalmente entre os Gregos; perante a Filosofia Cristã e Patrística na Idade Média; e na Idade Moderna envolvendo o período renascentista concomitante ao desenvolvimento da Geografia Moderna. Não se pode estudar com profundidade a Literatura Greco-Latina e seu Cosmos sem um sério embasamento mítico, pois o mito se apresenta como um sistema que tenta, de maneira mais ou menos coerente, explicar o mundo, a natureza e o homem. Em contraste com a visão bíblica em que um deus pessoal atuando livremente é anterior à ordem do Universo, ele próprio não limitado pelas leis da natureza, os deuses gregos eram aspectos do Universo – filhos de Caos e da grande Terra. E mesmo o Caos e a grande Terra geraram o nosso mundo não por atos de vontade criativa, mas como as sementes geram árvores, a partir da espontaneidade natural de sua substância. Em nenhum momento da história do pensamento propriamente grego aparece a idéia de um livro de estatutos morais, revelados por um deus pessoal de uma esfera de existência anterior e fora das leis da natureza. O tipo de saber característico onde a busca meticulosa do último grão do significado dos livros sagrados é exaltada acima de toda a ciência, jamais entusiasmou os gregos. Na Grécia dos séculos VI e V os filósofos tinham reconhecido uma relação do complexo dionísio-órfico com o pensamento filosófico. Na astronomia e matemática babilônicas eles encontraram nova inspiração para o aprofundamento de sua própria visão cosmológica. E os novos desenvolvimentos de ambas as ciências resultaram em novas idéias concernentes à estrutura do Universo. Essas se tornaram básicas no pensamento mítico ocidental até o século de Copérnico, quando o sol substituiu a terra no centro da ordem macrocômica. Os pré-socráticos consideraram que deve haver alguma natureza única ou múltipla, a partir da qual se geram todas as coisas, conservando-se ela. Permanece a substância, no entanto mudam os acidentes, por isto consideram que nada se gera nem se corrompe, pois tal natureza se conserva sempre. Principalmente, a partir dos Pré-socráticos, a mitologia parecia morta. Os deuses agora não estavam apenas desmistificados, mas também dessacralizados. Mais eis que, em pleno século IV a.C., surgiram duas novas modalidades de interpretação do mito que vão contribuir para “salvar uma certa mitologia” para perpetuá-la no cristianíssimo mundo ocidental: Alegorismo e Evemerismo eis aí os dois monstros sagrados. Se, até hoje, muitos estranham e se espantam com as múltiplas semelhanças do culto cristão com fatos mitológicos, isto se deve não apenas à prudente cristianização de significantes da mitologia grega, mas, sobretudo ao espírito de Deus, que sopra onde lhe agrada. Sob muitos aspectos o Cristianismo salvou a mitologia: dessacralizou-a de seu conteúdo pagão e ressacralizou-a com elementos cristãos, ecumenizando-a. De regional e provincial, a mitologia tornou-se universal. Camuflados sob os mais inesperados “disfarces” evermerizados e despojados de suas formas clássicas, deuses e heróis conseguiram, embora a duras penas, atravessar toda a Idade Média. A cosmologia e a noção de ordem do mundo tanto moral quanto religiosa da salvação confluem para uma única visão fundamental, para uma imagem extremamente significativa e da mais elevada coerência interna.

A pesquisa preterida será desenvolvida através do método histórico-analítico e comparativo, descrevendo, analisando e comparando os conceitos de “Cosmos” e de “Natureza” no Pensamento Ocidental, cujos, principais estudos serão estabelecidos nas obras: “Ilíada” e “Odisséia” de Homero; na “Teogonia” de Hesíodo; nas “Doxografias e Fragmentos” dos Pré-socráticos, no “Timeu” e “Fedon” de Platão; na “Física” e na “Metafísica” de Aristóteles no período pertinente à Idade Antiga. Espero como contribuição geográfica poder deixar mais evidente quais foram as principais definições de “Natureza” e “Cosmos” em cada período histórico preterido nos objetivos já mencionados e como e porque estes conceitos sofreram alterações.

2122

A RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA, TÉCNICA E NATUREZA EM FRANCIS F. BACON (1561-1626): UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE DE CATEGORIAS FUNDAMENTAIS AO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO.

Nascimento, Sandra ^{1(*)}; Zanetti Pêssoa Candiott, Bruno ¹

¹ - Universidade Estadual do Oeste do Paraná | (*) Brasil

Resumen:

OBJETIVOS - Estabelecer a relação entre ciência, técnica e natureza em Francis Bacon, e as repercussões da sua obra na Filosofia, Ciência e Geografia Moderna. - Entender a relação entre F. Bacon e os conceitos de natureza e técnica utilizados na Geografia Moderna. - Resgatar a importância epistemológica do pensamento baconiano no que se refere às discussões sobre técnica, ciência e natureza na atualidade. MÉTODO A partir de Spósito (2004), concebemos que o método não deve ser abordado isoladamente enquanto disciplina, deve ser entendido como um instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo observador. Para Santos (apud Spósito, 2004), a questão de método é fundamental, se tratando da construção de um sistema intelectual que analiticamente possibilite abordar uma realidade, a partir de uma posição inicial. Para o desenvolvimento dessa pesquisa estaremos utilizando o materialismo histórico-dialético. Os principais aspectos que justificam a escolha do materialismo histórico-dialético como método que norteará o desenvolvimento desta pesquisa, refere-se à concepção de história como resultado das relações entre os homens e o modo de produção, aspecto nítido na evolução econômica da Europa Ocidental, estando relacionada ao avanço científico e cultural. Além disso, a concepção de que a vida material é determinante sobre a produção intelectual é extremamente importante, já que o pensamento baconiano é vinculado às especificidades históricas e econômicas da Inglaterra do século XVII. REFERENCIAL TEÓRICO O filósofo inglês Francis Bacon nunca foi uma unanimidade acadêmica ou política. Sua trajetória marcada por contradições e conflitos divide os estudiosos em dois pólos antagônicos: os que o vêem como o primeiro dos modernos, criador do método experimental e fundador da ciência moderna; e os críticos ferrenhos que o consideram medíocre, um utilitarista vulgar e desprovido de senso crítico. Essa ambigüidade de opiniões desperta nosso interesse em buscar esclarecer as reais contribuições de Francis Bacon para a Filosofia, para a Ciência em sua configuração moderna e para a Geografia Científica. Substituir a filosofia das palavras por uma filosofia das obras. As propostas filosóficas que atendem uma sociedade capitalista emergente contemplam discussões do temário geográfico, pretendendo uma transformação na relação homem e natureza mediada pelo desenvolvimento de um tecnicismo voltado para o progresso humano, social e econômico. Em Bacon, encontramos uma produção filosófica que pretende substituir uma cultura retórico-literária por uma técnico-científica, na busca pela ruptura com a tradição a partir da análise das civilizações passadas. O discurso filosófico elaborado no mundo clássico pressupunha a superioridade da contemplação sobre as obras da natureza em detrimento do trabalho técnico menosprezado nas civilizações ocidentais. A partir do abismo existente entre a técnica e a ciência, Bacon considera que as filosofias tradicionais não elucidam questões, ou seja, toda questão permanece questão, sendo até mesmo fixada e alimentada. Considera que as “ciências intelectuais” foram adoradas sem realizarem progresso algum, ao contrário das chamadas artes mecânicas unidas em um único fim, onde o saber é progressivo e colaborativo. Questiona o crédito excessivo dado aos “cientistas” da época, considerando-os ditadores, que transformam suas palavras em máximas permanentes, causando um dano eterno à ciência, estacionando-a, sem provocar avanços (BACON, 2006). A pesquisa teórica e a aplicação prática são indissociáveis, o que é o mais verdadeiro na teoria. Uma praticidade sem verdade é arbitrária e casual, não conduzindo ao progresso nem ao desenvolvimento. Além de uma proposta inovadora em relação ao estudo da técnica, Francis Bacon pretendia restabelecer a natureza como fundamento do saber, a partir da qual a ciência enriqueceria a vida humana, com descobertas reais. Ou seja, o saber só vale quando é útil ao bem dos homens; ciência deve possuir caráter prático e ativo. Assim, a natureza é acessível ao homem através de experiências, é manipulável. Enquanto categoria a técnica



pode ser entendida como um dos principais elementos na relação homem e meio, entendendo-se por técnica o conjunto de meios instrumentais e sociais, a partir do qual o homem produz e transforma espaços (SANTOS, 2006). Nessa perspectiva, como elemento de compreensão do desenvolvimento social e territorial a técnica não pode ser isolada, já que enquanto elemento individual não possui nenhum significado consistente. O conteúdo técnico do espaço é dotado de tempo estando inserido temporalmente no espaço; o recurso à técnica, portanto, permite identificar e classificar os elementos que atuam no espaço, inseridos num tempo histórico; a técnica expressa as condições históricas que permitiram o desenvolvimento dos objetos, revelando uma história específica, unindo especificidades locais a uma situação tecnológica. Dessa forma, as técnicas são fenômenos históricos, que isoladamente se constituem enquanto uma virtualidade máxima em estado puro; os lugares atuam na redefinição das técnicas, já que cada objeto ou ação que se instala encontra uma realidade específica onde o valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto de elementos. A partir disso, compreendemos em Bacon um interesse em conceitos que envolvem a Geografia, mesmo que não encontrando muitos estudos direcionados às técnicas, restringindo-se a muitos trabalhos limitados a um inventário quantitativo das técnicas disponíveis, sem adentrar na complexidade da ação do fenômeno no espaço geográfico. Entende-se também que o conceito técnico, em sua ação na transformação do meio natural não é explorado epistemologicamente, a sua construção histórica tem importante marco na sua revalorização por parte do filósofo inglês, cuja obra representa um fôlego novo na constituição da Ciência Moderna.

2135

ASPECTOS PRECURSORES DA GEOGRAFIA MODERNA NA OBRA GEOGRAFIA GERAL (1650), DE VARENIUS (1621/1622-1650)

Pedroso Bauab, Fabrício ^{1(*)}

¹ - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE | (*) Brasil

Resumen:

A obra *Geografía Geral* (*Geografia Geral, em que se explicam as propriedades gerais da Terra*, originalmente contendo 786 páginas), de Bernhard Varenius, constitui, em toda a sua amplitude, um cenário ideal para o debate acerca da incorporação, por parte da Geografia, de valores tipicamente modernos. Além do famoso fato de tal obra ter sido editada na Inglaterra duas vezes por Isaac Newton (em 1672 e 1681), existem nela vários traços inovadores para o saber geográfico produzido e sistematizado até o século XVII. Primeiramente destacariamos a sua franca aceitação do heliocentrismo copernicano, fonte de polêmicas tanto na Europa católica quanto na protestante. Outros autores que estiveram no cerne da Revolução Científica do século XVII, como Galileu Galilei e Johannes Kepler aparecem, também, explícita ou implicitamente, nas páginas da *Geografía Geral*. Varenius chega a mencionar Galileu criticando a distinção aristotélica entre mundo lunar e sublunar e a consequente defesa da imutabilidade do céu, proveniente desta distinção. Sobre esse aspecto, Varenius é bem claro: *Pues ni los cuerpos celestes están libres de cambios ni alteraciones, como han demostrado las observaciones de los matemáticos del siglo actual y del anterior*. Além disso, Varenius foi um grande entusiasta da filosofia cartesiana que, para Hegel, por exemplo, inauguraria a filosofia moderna. Aqui, cabe também menção ao fato da severa perseguição levada a cabo contra o cartesianismo no primeiro quartel do século XVII. Ainda no que se refere à sua relação com o cartesianismo, é de se notar o frutífero debate realizado por Isaac Newton com a física cartesiana dos turbilhões por ocasião das edições inglesas do texto de Varenius. Tal debate, que teve como um de seus eixos centrais a questão do formato da Terra, deu-se através do contato que Isaac Newton teve, no corpo do texto, com esquemas ilustrativos da física cartesiana, combatida por Newton no momento da edição de seus *Philosophiae naturalis principia mathematica* (1687). Neste cenário, desde a edição de 1672, Newton tratou de acrescentar esquemas e descobertas recentes da física ao texto original de 1650, procurando não macular os mencionados esquemas cartesianos nele presentes. A exaltação da Matemática como ciência modelo – outra clara influência de Descartes – e da Geografia como tributária dela é outro aspecto novo que provém das páginas do clássico texto. Soma-se a esses aspectos o fato de ter Varenius compilado informações atualizadas do mundo, proveniente, em boa parte, dos chamados Descobridores Marítimos. Ao contrário de autores importantes para o saber geográfico renascentista como José de Acosta e Keckermann, que detinham ainda um forte laço com o aristotelismo escolástico, Varenius não apresenta, na *Geografía Geral*, nenhum resquício teológico, fato este evidenciado por um texto que foi escrito em tom seco e objetivo. Há em Varenius também uma clara ausência de elementos maravilhosos, típicos do conhecimento geográfico medieval e ainda presentes na maioria dos autores do período. Sendo assim, temos na *Geografía Geral* de Varenius vários elementos que, no mínimo, apontam para o teor altamente inovador de seu conteúdo. Portanto, a referida obra merece destaque em qualquer discussão que se proponha a compreender o avanço do saber geográfico no momento de declínio das visões de mundo medieval e renascentista e da irrupção, gradativa, do que entendemos por Modernidade.

12:00 a 13:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2058

PROLEGÔMENOS A UMA REFLEXÃO SOBRE O ENLACE METAFÍSICO EXISTENTE ENTRE A CONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA, A MODERNIDADE E O “CURSO DE GEOGRAFIA FÍSICA” DE IMMANUEL KANT (1724-1804)

Domingues Ribas, Alexandre ^{1(*)}; Vitte, Antonio Carlos ²

¹ - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE | (*) Brasil

² - UNICAMP

Resumen:

A *historiografía* da Geografia tem, vezes sem conta, atribuído a Alexander von Humboldt (1769-1859) e a Karl Ritter (1779-1859) o honroso predicado de *precursores* do processo de sistematização do conhecimento geográfico em sua *forma* reconhecidamente científica (e institucionalizada). Tal atribuição parece-nos oportuna, já que as *inovações* (teóricas, conceituais e metodológicas) efetivadas por esses dois pensadores prussianos excedem, incontestavelmente, certas *fronteiras*, notadamente aquelas obstinadas em circunscrever os estudos geográficos à prosaica ocupação de descrever os diversos fenômenos localizados no vastíssimo espaço da superfície terrestre. Não obstante, nas *findas* dessa *historiografía* – que, por sua *índole*, não faz mais que entrelaçar (regular e unidimensionalmente) o *fió* da *biografía* da Geografia a partir de determinadas ocorrências protuberantes – desvelam-se alguns *silêncios*; algumas *lacunas*; ou, então, certas *personalidades*, cujos decisivos e terminantes tributos à formação epistemológica desta *especialidade* científica restam, de certa maneira, *sujeitos ao critério da obliquidade*, sobretudo pela ausência de estudos mais radicados sobre elas. Parece-nos judicioso encaixilhar Immanuel Kant – sublime filósofo alemão e um dos maiores pensadores do Ocidente – nessa conjuntura de *tergiversação*. Rescindir com esse estado de *tergiversação* impõe-nos, necessariamente, ir além dos *perímetros* da austera *cercadura* de um *paradigma* que resume a *historiografía* da Geografia a um tradicional encadeamento de *biografias* de algumas ilustres personalidades e, consequentemente, decidir-se por uma outra possibilidade de interpretação – amparada numa *visão internalista* – da formação epistêmica da ciência geográfica. Nesse sentido, tendo em mira chegar a essa outra possibilidade explicativa, faz-se imperativo, antes de tudo, que a denominada *Geografia moderna* – que *floresce* em meados do século XVII, com Bernhard Varenius (1621-1650), e se institucionaliza enquanto disciplina científica autônoma no século XIX, em território prussiano – seja compreendida como um conjunto de *saberes* e de *práticas* dimanado de *problemas* essencialmente *filosóficos*. De tal modo, a *ciência* geográfica insurge na contextura de um *projeto* de explicação do *mundo*, ou melhor, ela desabrolha dos *óvulos* gerados por um abstruso processo de *reinvenção* do *mundo* efetivado sob os auspícios da Modernidade. Assim sendo, é na *conjuntura* de reformulação *metafísica* da *idéia* de *substância* e, por esta forma, dos juízos de *matéria*, de *espaço*, de *natureza* e de *causalidade*, que a *identidade* epistemológica da *ciência* geográfica demarca sua compleição na Modernidade. Desse modo, a Geografia cumpre, precisamente, o papel de outorgar uma propriedade científica à justificação (e legitimação) do *empírico* da experiência *moderna*, especialmente quando se põe a empirizar a redescoberta (*moderna*) do mundo, via *reinvenção metafísica* da superfície da Terra. Nesse sentido, o saber geográfico científico funda-se, sobretudo, como produtor e difusor de uma *cosmovisão moderna*. A *dependência* existente entre a formação epistemológica da ciência geográfica e a Modernidade afigura-se, portanto, como patente e irrefragável. Também incontestável é a afirmativa de que Immanuel Kant influenciou, talvez como nenhum outro, a filosofia da modernidade. Com



Kant, a Modernidade, re-significada por um decisivo corte epistemológico, faz-se a “época da crítica”. Entretanto, além de uma figura histórica da filosofia, ousamos apregoar que Kant merece de nós, geógrafos, um interesse sistemático e um tratamento mais escrupuloso. Não nos deslembramos, por exemplo, que esse insigne filósofo lecionou - por, aproximadamente, quatro décadas - um *Curso de Geografia Física* na cidade de Königsberg, cujas notas (ou, ao menos, parte delas) foram publicadas, em 1802, por Th. Rink, um de seus antigos alunos. Ele foi, ainda, o primeiro filósofo a introduzir a Geografia na Universidade, antes mesmo da criação da primeira cátedra desta disciplina, em 1820, por Karl Ritter, em Berlim. Se não bastasse isso, Kant distingue-se como um dos principais representantes do conhecimento geográfico no novo cenário inaugurado pela Modernidade. Kant, Geografia e Modernidade! Estabelecer (ou acolher) esta consangüinidade metafísica pode até ocasionar certo sobressalto. No entanto, tal espanto *desmancha-se no ar* à medida que aceitamos como verossímil: a) que não se pode desunir a ciência de uma época da representação do mundo desta época; b) que a Geografia alcança sua validade, enquanto discurso científico, justamente tentando conferir uma ordem ao espetáculo da natureza em toda a sua multiplicidade e, com isso, outorgar uma *cosmovisão* aos espaços renovados da Modernidade; c) que Kant corrobora a legitimidade da Geografia atribuindo-lhe como objeto de estudo o espaço, conceito este que autorizaria essa ciência a atingir a variedade e a empiricidade da natureza em sua totalidade e, deste modo, a oferecer uma *imagem atualizada* do mundo. Anelando minudenciar tais conjecturas, faz-se absolutamente necessário sondar de forma meticulosa a triade “Modernidade/Geografia/Curso de Geografia Física de Kant”, para que, assim, possamos, mesmo que timidamente, colaborar com o cultivo de um conhecimento menos obliquo a respeito do lugar ocupado por Kant na arqueologia epistêmica da ciência geográfica. E apresentar alguns prolegômenos a essa empresa é, fundamentalmente, o desígnio constitucional dessa *inquirição*.

2059

PROLEGÔMENOS À HISTORIOGRAFIA DO “CURSO DE GEOGRAFIA FÍSICA” DE IMMANUEL KANT (1724-1804).

Dominques Ribas, Alexandre ^{1(*)}; Vitte, Antonio Carlos ²

1 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE | (*) Brasil

2 - UNICAMP

Resumen:

Principiar do século XIX! Antiga Prússia Oriental! Urbe de Königsberg, à beira do Mar Báltico! Immanuel Kant (1724-1804) - um dos maiores pensadores do Ocidente, cuja filosofia representa o cimo intelectual e, por igual, uma cruciforme transformação do iluminismo europeu (HÖFFE, 2005) - no último de sua vida, no tempo em que já fruía de copiosa auréola em toda Europa *savante*, viu-se defronte à inevitabilidade de decidir-se a respeito de parte de sua obra cujo porvir continuava sendo, até aquela ocasião, irresoluto e da qual a diligência editorial se fazia indispensável: suas correspondências; suas anotações manuscritas nos compêndios que empregava como professor; as cópias de seus cursos escritos por estudantes, etc. É exatamente nesse ensejo que seu “Curso de Geografia Física” foi publicado, em 1802; próximo de dois anos antes do interromper eterno de seu *pulsar*, aconteceu em 12 de fevereiro de 1804. Essa obra, aberta e complexa, é, definitivamente, posseira de uma natureza *sui generis*, visto que, afora ser um excerto inacabado e sem acabamento possível (pois, anteriormente a *livro*, ela é um extrato de notas que Kant aplicava em seu ensino de geografia física), seu conteúdo dimana de uma incidência de discursos (narrativas de missionários, de navegadores, de exploradores, etc.) que são incessantemente re-trabalhados por leituras continuadas e por informações validadas ou derrogadas à medida de experiências renovadas. Por aproximadamente quarenta anos, é digno dar protuberância, Kant administrou, em *preleções* privadas e/ou públicas, cursos destinados às matérias as mais variadas: lógica, metafísica, ética, antropologia, física teórica, matemáticas, direito, pedagogia, mecânica, mineralogia, teologia, etc. E, dentre temas versados tão múltiplos, ele também se pôs - muito possivelmente propulsado por inquietações de ordem *cosmogônica* e, da mesma forma, sobressaltado pela ocorrência do Terremoto “sem sentido” de Lisboa - a oferecer o ensino de geografia física. Nesse tempo, diga-se a respeito, para se lecionar certo curso, cada professor tinha que, imperiosamente, proceder de conformidade a um *manual* oficialmente reconhecido. Ou seja, nenhum *instrutor* (qualquer fosse ele) podia ministrar um tratado sobre determinada matéria de ensino em seu próprio nome. Como não tinha existência, na época, um compêndio que Kant pudesse valer-se em suas lições de geografia física, ele deliberou por redigir um *epítome* a este propósito. Essas *minutas* manuscritas por Kant (que demonstravam, além de uma larga e inventiva imaginação, um abundoso acervo de informações geográficas oriundo de diligentes leituras de narrativas de viagens, de relatos de expedições científicas, de jornais, revistas, etc.) permaneceram, por decênios, sem qualquer tratamento *sistemático*. O próprio Kant não aquiescia publicar, ele mesmo, esse cabedal de *rascunhos*, pois, preparar uma obra a partir dos *originais* usados em suas aulas, parecia, a ele, no findar de sua vida, uma execução quase irrealizável. Foi, então, que, mais ou menos em 1800, Thomas Rink e Jäsche - incumbidos, por Kant, de fazer revisão e de organizar seus documentos (*papéis*) em sua residência - se depararam, fortuita e contrariamente às expectativas do próprio filósofo, com perto de três cadernos de geografia física, compostos (escritos) em dessemelhantes períodos. Kant, em decorrência dessa inesperada circunstância, outorgou responsabilidade a Th. Rink, um remoto e estimado aluno seu, para que este último levasse a efeito o empreendimento editorial desses *manuscritos* no formato de *livro*, cometimento este que sucedeu, como já fizemos referência anteriormente, em 1802. Há, deste modo, uma *historiografia* do “Curso de Geografia Física” de Kant e possuímos justamente por finalidade examiná-la com aplicação solícita e escrupulosa. Nesse sentido, imprescindível se faz, num instante inicial, sondar minuciosamente (e estabelecer) o lugar ocupado por esse curso na estrutura e nas sendas da multifacetada e volumosa atividade professoral de Kant e, posteriormente, esquadriñar todo o processo de sua transmutação de curso em *livro*.

2186

DA CONFORMIDADE A FINS AO SURGIMENTO DA GEOESFERA: INFLUÊNCIAS DE KANT E GOETHE NA ESTRUTURAÇÃO DA GEOGRAFIA FÍSICA EM HUMBOLDT.

Vitte, Antonio Carlos ^{1(*)}

1 - UNICAMP | (*) Brasil

Resumen:

O objetivo deste trabalho é apontar a influência da noção de *conformidade a fins* de Kant, desenvolvida em sua *Crítica do Juízo* na gênese da geografia moderna, mais particularmente no conceito de geoesfera e paisagem em Alexander von Humboldt. A noção de *conformidade a fins*, significa o universal que não surge da experiência, como fora pressuposto na *Crítica da Razão Pura*, permitindo a intermediação entre o particular e o universal. A conformidade permite a ligação entre os fenômenos que são constatados empiricamente e o universal, que é a suposição da totalidade. Com os trabalhos de Goethe e Alexander von Humboldt esta *conformidade a fins* da natureza tornar-se-á empírica e instrumentalizada. Onde a Geografia Física, o produto de uma reflexão metafísica da natureza, passa a ser encarada pelos filósofos e naturalistas da Naturphilosophie, dentre eles Goethe e Humboldt, como a realização da substância, empiricamente determinada, instrumentalizada e passível de ser cartografada. Goethe procurou desenvolver a noção de *conformidade a fins* considerando que a natureza é um organismo composto de estruturas energéticas que se relacionam e que é necessário uma metodologia do olhar para captar as relações na Natureza. Goethe assim, caminha para uma *filosofia do olhar*, onde passará a dar grande importância para a contemplação do objeto na qual sempre se deve procurar entender a plasticidade, que, segundo Goethe é dada por uma potência que se realiza na interconexão dos elementos da Natureza. Para Goethe em termos metodológicos é necessário observar a natureza e a paisagem, sendo que o estudo das formas individuais é importante para se compreender o princípio geral. A totalidade deixa de ser cada dia mais uma idéia transcendental e passa a ganhar corporeidade com o estudo das morfologias individualizadas e a busca de sua constituição a partir da análise da totalidade, que será entendida por Humboldt como geoesfera. A metodologia científica de Goethe, e que tanto influenciará Alexander von Humboldt, fundamenta-se no olhar. Em Goethe e em Humboldt, Estética e Natureza formam uma totalidade que permite vivenciar o belo e o sublime. Esta plasticidade será instrumentalizada e empirizada por Humboldt com a concepção de conexões entre os elementos da natureza, cujo produto será uma paisagem com plasticidade e produto de uma finalidade da natureza e que redundará na construção do conceito de geoesfera, que será o estruturador dos estudos de Geografia Física. Nascia, assim, por intermédio de Humboldt, a “natureza-paisagem”, instrumentalizada pelo conceito de geoesfera, produto de um livre jogo entre a imaginação e o entendimento, como preconizado na Terceira Crítica kantiana. Agora a Natureza e estética unem-se cientificamente, e, o conceito



de geoesfera permite realizar materialmente a metafísica da substância, convertendo o transcendental em objetividade, cuja melhor representação é a Geografia Física.

Essa trajetória permite a Humboldt, ao mesmo tempo materializar toda a discussão sobre a metafísica da natureza, trabalhada por Kant, Goethe e Schelling e, ao mesmo tempo criar o conceito de espacialidade dos processos naturais. Outra revolução de Humboldt e da nascente geografia física será a de estabelecer relações entre o mundo inorgânico com o orgânico, sob uma perspectiva regional, que permitirá o nascimento da moderna biogeografia, que associada as reflexões geológicas de Lyell influenciarão os trabalhos de Darwin, particularmente na montagem da teoria da evolução das espécies.

EIXO 2 -RESPUESTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE LA GEOGRAFÍA ANTE LAS RECIENTES ESPACIALIDADES.

SUB-EIXO - Evolución del pensamiento geográfico

14:30 a 15:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2201

ROMANTISMO E GEOGRAFIA: POSSIBILIDADES DE RELEITURA DA MODERNIDADE E DA QUESTÃO AMBIENTAL EM UM MUNDO CONSTANTE MUTAÇÃO.

Springer, Kalina Sabaib^{1(*)}; Vitte, Antonio Carlos²

1 - UFPR | (*) Brasil

2 - UNICAMP

Resumen:

O objetivo desse trabalho é refletir sobre o papel do romantismo na estruturação da Geografia Moderna e ao mesmo tempo verificar as potencialidades do mesmo na discussão atual sobre as mutações por que a Terra e o Mundo estão passando. O século XX testemunhou o maior e mais acentuado avanço tecnológico e científico na história da humanidade. *A priori* estas transformações estavam fundamentadas em um discurso que preconizava o bem estar social e mais recentemente o bem estar natural. No entanto, é cada vez mais notória que a complexidade destas transformações faz crescer a necessidade de um repensar sobre os pressupostos edificadores deste pensamento científico ocidental dominante. Assim, a racionalidade econômica e tecnológica dominantes desafia aos cientistas a refletir a epistemologia e a ontologia da ciência a partir do questionamento dos paradigmas que sustentam a produção do conhecimento na ciência moderna. Diante deste contexto, parte da sociedade científica, sob as mais variadas perspectivas, mobilizam-se em torno do desenvolvimento de pesquisas na busca por alternativas frente a esta crise, que desafia toda a humanidade. Ciente de que várias perspectivas são possíveis, neste trabalho elegeu-se uma em especial: a concepção romântica de mundo. Neste contexto, parte-se do pressuposto de que, especificamente dentro do conhecimento geográfico, uma re-leitura da Geografia de Humboldt traria novas possibilidades e perspectivas para o estudo da natureza e do espaço que a envolvem trazendo novos elementos e novas concepções para dentro dos estudos produzidos sob o viés da Geografia Física e ou Ambiental na atualidade.

O romantismo na acepção aqui adotada, vai muito além de um movimento literário, sendo este considerado como apenas uma das formas sob as quais os ideais românticos se manifestaram. Safranski (2007) diferencia romantismo e romântico: romântico se refere a uma época específica. Já o romantismo, embora tenha encontrado na época romântica as condições ideais para seu desenvolvimento, não se restringe unicamente àquele período, existe até hoje, sendo uma espécie de *Geisteshaltung*. Com este mesmo pensamento, Moisés (1984) afirma que o romantismo se constitui em uma profunda e vasta revolução cultural. Essa 'revolução cultural' nasceu, de uma profunda ânsia de liberdade; de um lado, através da luta política contra velhas estruturas, que culminou com a Revolução Francesa e de outro, através da libertação do ser do jugo das leis deterministas, com a descoberta de 'um primeiro princípio metafísico, ação efetiva, original e universal'. Este 'princípio metafísico' que segundo a concepção iluminista poderia se relacionar às leis do sistema absolutista e às leis físicas newtonianas, segundo Bornheim (1985) foi agora denominado e compreendido por Fichte como um 'Eu' entendido como autoconsciência pura.

Especificamente para o conhecimento em Geografia, não se pode desconsiderar, a influência que o movimento romântico exerceu no contexto de sua sistematização enquanto conhecimento unificado por um corpo teórico e metodológico dotado de cientificidade. Oriunda principalmente da reflexão e pesquisas de Alexandre Von Humboldt (1769 - 1859) e Karl Ritter (1779 - 1859), a ciência geográfica se consolida na Alemanha em meados do século XIX, com fundamentos teóricos, filosóficos e metodológicos advindos de uma hibridização entre concepções românticas e positivistas, de mundo, de ciência e de sociedade. Para Vitte (2007) o projeto de Humboldt foi o resultado da união do empirismo de Bacon com a filosofia da natureza Göethe e Schelling, na tentativa de descobrir a harmonia e a beleza do organismo cujas partes estariam equilibradas e mutuamente interdependentes.

Na fase contemporânea, em que a Terra e o Mundo estão em mutação e exigindo novos esforços interpretativos, onde urge a necessidade de uma re-construção filosófica-metafísica da superfície da Terra e da Natureza, a Geografia pode contribuir para uma rediscussão sobre os fundamentos da ação do Homo Faber na reconceitualização do que possa vir-a-ser esse mundo em gestação. Essa possibilidade, exige uma nova reconfiguração teórica e epistemológica, onde sobressai a estrutura filosófica que sustenta a cognição geográfica de mundo, natureza e espaço. Nesse sentido, o estudo sobre o romantismo, que tanto influenciou a gênese da Geografia Moderna, pode, em ser nos auxiliar a repensar as matrizes da geograficidade da modernidade, contribuindo para uma requalificação do discurso e da lógica geográfica na construção da explicação-transformação da realidade.

2225

A GEOGRAFIA NA RENOVAÇÃO CRÍTICA: UMA ANÁLISE DO MARXISMO EM QUESTÃO

Franãsa Filho, Astrogildo^{1(*)}; Berriel, Maycon¹

1 - Universidade Federal Fluminense | (*) Brasil

Resumen:

Este breve ensaio tem como objetivo realizar um mapeamento, do ponto de vista teórico, da Renovação Crítica da Geografia no período compreendido entre os anos de 1978 a 1983. Passados trinta anos, surge o interesse em trazer à tona novamente, as questões que foram alvo de discussão naquele período, com o intuito de analisar quais foram as principais contribuições à Geografia atual e no que ainda necessitamos aprofundar o debate. Entre as principais contribuições à renovação da ciência geográfica, podemos citar a inserção de idéias oriundas do marxismo.

Entretanto, não pretendemos discorrer acerca de toda a complexidade do marxismo dentro da epistemologia geográfica, mas entender a Renovação, em termos teóricos, como resultado de um movimento da Geografia, impulsionado por uma conjuntura histórica de embate político, que ao buscar a incorporação do pensamento marxista, o faz sem se dar conta das transformações que ocorriam dentro deste, resultando na incorporação de um marxismo limitado.

Como recorte de análise escolhemos o processo de inserção do marxismo, identificando como este se insere na Geografia, refém de influências limitadoras, em especial o estruturalismo, via a visão althusseriana e o dogmatismo caracterizado pela versão do "marxismo-leninismo". Durante este trajeto, pretendemos também, identificar quais as características e os efeitos dessas duas tendências.

Para tanto, optamos por realizar os seguintes procedimentos básicos para viabilizarmos este trabalho: a primeira etapa destina-se a situar o movimento de Renovação como o momento em que se inicia de forma ampla, a entrada do pensamento marxista na geografia, situado frente às demais tendências que aparecem no período; a segunda etapa tem como meta identificar, dentro da complexidade do pensamento marxista, o diálogo que se dá entre este e a Geografia, majoritariamente pela via do pensamento de Althusser; a terceira etapa visa apontar as bases do pensamento estruturalista e as principais questões levantadas por Althusser no campo do marxismo e, por fim, mostrar como o pensamento geográfico incorpora a teoria marxista de Althusser, em detrimento das demais correntes do marxismo e seus efeitos no pensamento geográfico da renovação.

Nos últimos anos, os trabalhos com o interesse em estabelecer balanços ou estudos cr'iticos acerca de como vem se desenvolvendo a Geografia



Brasileira cresceram. Em uma boa parte desses, é inevitável a referência ao movimento de Renovação crítica da Geografia, popularmente conhecida como Geografia Crítica - mesmo por nossa necessidade de criar marcos temporais de referência- onde o Encontro Nacional de Geógrafos da AGB de 1978, consensualmente constitui um divisor de águas na nossa história, independente de quão dispares sejam as suas interpretações.

No entanto, ainda há demanda de uma visão mais ampla e sistematizada destes trinta anos. As contribuições que hoje temos a esse respeito são relativamente variadas e compõem-se basicamente de relatos, depoimentos e reflexões teóricas sobre assuntos isolados do contexto em que surgiram. Fica ainda a necessidade de aprofundarmos este tema, seja a nível historiográfico, seja a nível teórico-metodológico, entendendo melhor a complexidade do pensamento trazido pela Renovação e a potencialidade que este tipo de estudo possui para a retomada de um viés transformador para a Geografia Brasileira, à revelia dos modismos que, preocupados em estar sintonizados com as influências científicas mais recentes, optam pelo desprezo ou pela simples recusa a este tipo de trabalho e de concepção de geografia.

2265

A TRADIÇÃO COSMOLÓGICA NO KOSMOS DE HUMBOLDT

Lourenço, Claudinei^{1(*)}

1 - Universidade Federal de Minas Gerais | (*) Brasil

Resumen:

A tradição Cosmológica no Kosmos de Humboldt

Claudinei Lourenço

Buscamos investigar a inserção do conteúdo do Kosmos no desenvolvimento científico do século XIX. Para a compreensão dessa inserção reconstruímos alguns pressupostos localizados na denominada revolução científica do século XVII. Tal percurso, presente no Kosmos, revela, em algum grau, a materialidade do fazer científico da primeira metade do século XIX: o contato pessoal e bibliográfico, a forma de acesso ao conhecimento, a institucionalização em desenvolvimento, a origem dos financiamentos, as idéias em movimento, a concretização da técnica. Na descrição procuramos encontrar, além da personalidade científica de Humboldt, os fundamentos do desenvolvimento da sociedade moderna. A existência do Kosmos, enquanto síntese, constitui registro desse processo. Nesse sentido, o Kosmos apresenta-se, para o leitor contemporâneo, com três características fundamentais. Em primeiro lugar, trata-se de um registro atualizado do seu tempo cuja função era compilatória: reunir as informações do devir científico. A segunda característica apresenta-se na forma da síntese. Superando a forma compilatória, o Kosmos estabelece um quadro de referências teóricas e metodológicas para o posicionamento das informações. Derivam dessa característica as proposições éticas, metafísicas e morais. Como terceira característica, o Kosmos agrega uma função pedagógica. Humboldt participa, não só do fazer científico, mas do movimento de sua divulgação e popularização. Embora nunca tenha sido professor no sentido institucional, Humboldt exerceu uma forte influência na forma da produção do conhecimento. Suas incontáveis conferências a públicos diversos penetram o caráter do Kosmos e deita aí o teor da preocupação em alcançar o maior número de pessoas e em ensiná-las uma forma de ver o Mundo.

Aqui pode-se adiantar alguns de nossos questionamentos mais gerais a Humboldt. Trata-se de perguntar-lhe como pretendeu e operou a síntese entre homem e natureza, entre a natureza orgânica e inorgânica e entre todas as conexões da natureza. Deste questionamento emerge outro, no sentido da síntese entre a epistemologia e a ciência humboldtiana. Aqui a indagação principal refere-se à operacionalidade da obra de Humboldt, isto é, deve-se esclarecer de onde procede o caráter que o Kosmos adquire. Se este procede das bases epistemológicas nas quais Humboldt se filia ou se o mesmo procede do processo de investigação científica empreendido ao longo da sua vida. Para este ponto convergem inúmeras possibilidades de investigação, seja pela filiação literária, filosófica e artística, seja pela filiação científica que Humboldt trava com sua época e com o passado da humanidade. Trata-se, portanto, de compreender o Kosmos em dupla via, a primeira, partir de sua contribuição à ciência da época e, desta, ao nosso entendimento da produção científica moderna. A antiga proposição de cosmo desafia-nos. Humboldt ousou realizar uma tentativa, bem sucedida, de encontro entre Homem e Mundo. Podemos dizer que, ali, a presença humana, na forma da escala, era o termo definidor da relação. Que esta possibilidade fosse parte do movimento da própria sociedade moderna, só o seu devir poderia indicar. Pretende-se alinhar à esta proposição e vir a ser uma contribuição à discussão historiográfica na Geografia, tratando de um cientista pleno como Humboldt, isto é, um cientista que produziu conhecimento empírico de "mão cheia" através de suas viagens exploratórias, nas quais utilizava muitas técnicas de coleta de dados, uso sistemático de instrumentos, demonstrações conclusivas, descrições e linguagem científica apropriada. Mas Humboldt não é apenas um cientista de campo, pois também avança no campo epistemológico ao discutir, no Kosmos, a sua matriz metodológica. Assim, partindo de Humboldt, temos a oportunidade de discutir grande parte das bases teóricas e metodológicas da Geografia. Especificamente, partindo de Humboldt, tal abordagem pode interessar às discussões presentes na Geografia, pois permite redimensionar a qualidade do empírico e do teórico em diversas modalidades da produção atual.

15:30 a 16:30 - Área 2 | 2-Respostas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2176

JOSUÉ DE CASTRO: CONSUBSTANCIAÇÃO E MATRIZ DOS ESTUDOS SOBRE A FOME NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL

Teles de Carvalho, Antonio Alfredo^{1(*)}

1 - Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL - Brasil | (*) Brasil

Resumen:

O último quartel do século XX constitui um dos períodos mais emblemáticos da recente história brasileira, pois assinala a sua emergência como potência regional da economia-mundo e, conseqüentemente, intensifica o processo de renovação da materialidade do seu território em consonância com o processo de mundialização. Assim, passa a apresentar espaços cada vez mais seletivos em conformidade com os objetos mais avançados produzidos pela tecnociência, tornando-se qualificado a dialogar com o mundo. Em contraposição, intensificaram-se as desigualdades e com elas a "ressurgência" do debate sobre o espectro da fome, o que mostrou a necessidade de uma revisão ao pensamento e a obra de Josué de Castro - médico e geógrafo brasileiro nascido na cidade do Recife em 1908 e falecido em Paris em 1973. Insatisfeito com a realidade do seu tempo, Josué de Castro adentrou pelas raízes históricas do país para identificar a origem dos problemas alimentares que acometiam o seu povo e visando a sua superação, aprofundou-se nos estudos sobre a questão e elaborou o primeiro mapa da fome no Brasil. A partir dele também identificou e espacializou as principais carências alimentares, evidenciando que em qualquer uma das áreas que compunha o mosaico alimentar brasileiro não se dispunha de todas as substâncias essenciais ao metabolismo basal. Rumando nessa direção rompeu com o silêncio, denunciou a fome e contestou os paradigmas que a explicava como um fenômeno natural, bem como com as abordagens centradas no naturalismo exacerbado de grande parte das análises regionais do pensamento geográfico tradicional. Para Josué de Castro, as razões explicativas de tão demorado e tamanho silêncio estavam centradas no escuro mundo dos interesses econômicos do colonialismo desumanizado, que no Brasil produziu uma exploração devastadora centrada na monocultura e no latifúndio. Trilhando nessa perspectiva, insistiu na análise da fome à luz da ciência geográfica e, ancorado no possibilismo vidalino, elegeu a Geografia Humana como método de trabalho. Esta, segundo ele, "se constituía na ciência do seu tempo, responsável pela apresentação dos brilhantes resultados da epopéia do trabalho do homem escrita na superfície da Terra". E, que por assim ser, lhe possibilitava também tratar daquilo que o homem não fez, não soube ou não quis fazer; das possibilidades geográficas que ele não aproveitou ou que malbaratou. Não era, pois, uma geografia das grandezas humanas, mas uma geografia de suas misérias. Uma geografia de trágicas singularidades, na qual se estudava não a terra que dá de comer ao homem, mas o homem servindo apenas para alimentar a terra. Assim, Josué foi precursor dos estudos da fome no Brasil no decênio de 1930, a qual consolidaria na década subsequente como Geografia da Fome, a partir da publicação do livro de título homólogo. Obra seminal que passou a constituir um marco nos estudos sobre o tema. Por conseguinte, desenvolvendo uma verve antecipatória, evidenciada na abordagem diferenciada, que vai desde a politização e o caráter social conferido à disciplina, à inserção na mesma, de diversos temas *a priori* e genericamente 'não geográficos' a exemplo da própria fome. Conseqüentemente, enquadrando-se num grupo de intelectuais e pensadores que paradoxalmente às interpretações conformistas, trilham por novas formas de pensar e analisar o Brasil.



2228

ÉLISÉE RECLUS E A GEOGRAFIA DO BRASIL: “SÃO PAULO E OS PAULISTAS” NO FINAL DO SÉCULO XIX

Miyahiro, Marcelo ^{1(*)}

1 - Universidade de São Paulo | (*) Brasil

Resumen:

Élisée Reclus (1830-1905), geógrafo e anarquista francês viajou por quase todo o mundo – Europa, América, África e Ásia –, e escreveu uma obra colossal cujos principais livros são: *La Terre; description des phénomènes de la vie du globe* (em dois volumes publicados em 1868-1869), *Nouvelle Géographie Universelle* (em dezenove volumes publicados de 1876 a 1894) e *L'Homme et la Terre* (em seis volumes publicados em 1906). Em 1893, Reclus realizou a sua última grande viagem ao redor do mundo e teve como destino a América do Sul – conheceu o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. O Brasil é tema de um capítulo da *Nouvelle Géographie Universelle* (Tome XIX. *L'Amérique du Sud. L'Amazonie et La Plata: Guyanes, Brésil, Paraguay, Uruguay, République Argentine*, 1894). Pouco tempo depois, em 1900, foi publicada uma tradução para o português com breves notas de Benjamin Franklin Ramiz Galvão do capítulo sobre o Brasil da *Nouvelle Géographie Universelle* com o título de *Estados Unidos do Brasil: Geographia, Ethnographia, Estatística*. Um dos objetivos deste trabalho se constitui em um estudo do Estado de São Paulo a luz do final do século XIX, a partir do capítulo sobre a Vertente do Paraná e contravertente oceânica de *Estados Unidos do Brasil*. Para a realização deste trabalho, o instrumental analítico utilizado origina-se da área do conhecimento conhecido como estudos sociais da ciência. Entretanto é importante apresentar um breve histórico do campo com o qual os estudos sociais da ciência dialogam. Entre o final da década de 1960 e o início de 1970, pesquisadores propõem uma nova forma de analisar a ciência e a atividade científica. Até então, a filosofia, a história ou a sociologia da ciência apresentavam resultados pouco convincentes. Essa nova forma de analisar influenciada por diversos campos disciplinares tornou-se conhecido como sociologia dos conhecimentos passando a entender estes conhecimentos como socialmente produzidos. Em 1970, duas são as instituições que se destacam na produção destes estudos: a University of Bath e a University of Edinburgh. Neste último, se organizou o mais importante programa de pesquisa na área de sociologia do conhecimento, conhecido como Programa Forte, este se diferenciava por enfatizar a defesa das análises sociológicas da ciência. A metodologia e as técnicas para a realização deste trabalho originam-se, portanto, dos estudos sociais da ciência – entendida aqui como um outro programa, mas que compartilha referências, preocupações e o abandono da perspectiva disciplinar com a sociologia do conhecimento –, em especial dos trabalhos de Bruno Latour. Este propõe a necessidade da produção de um campo ampliado constituído de um compartilhamento de métodos e problemas comuns. Tal proposta, contrapõem-se as tradicionais abordagens sociais das ciências organizadas por disciplinas e objetos. Isso porque, tal organização não possibilita a análise do processo de produção dos conhecimentos. Ressaltando que, para Latour, a produção dos conhecimentos constitui-se como um processo social, cuja análise privilegia as práticas. Com a realização deste trabalho pretende-se contribuir à necessidade de se estudar as obras clássicas da geografia em uma perspectiva em ação. Com os estudos das obras clássicas da geografia procura-se uma reconstrução do contexto social e do conteúdo técnico do conhecimento geográfico a luz de seu tempo, ou seja, analisar a geografia do Brasil e de São Paulo a luz do século XIX através da geografia de Élisée Reclus, evidenciando a atualidade de sua obra e mostrando que ele antecipou tendências e transformações da formação da sociedade brasileira e paulista.

D - 40 - Área 2

11:00 a 12:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2062

PERCEPÇÃO, COGNIÇÃO E REPRESENTAÇÃO COMO INSTÂNCIAS PRÉVIAS AO PLANEJAMENTO E A GESTÃO DO TERRITÓRIO

Esteves, Milton ^{1(*)}; Maia, Adriana ¹; Negreiros, Lícia ¹; Carvalho de Oliveira, Henrique ¹

1 - Universidade Federal do Espírito Santo | (*) Brasil

Resumen:

O urbanismo enquanto ciência multidisciplinar requer interatividade com outras ciências para a formulação de propostas adequadas à realidade do território e aos desejos de seus habitantes. Para tanto, analisamos os procedimentos relacionados à urbe por meio de múltiplos fatores tais como: ambientes culturais; unidades ambientais de preservação ou de estimulação ao uso; cadeias produtivas; dispositivos logísticos, infra-estruturais e de transportes; influências extra-urbanas e processos intra-urbanos; morfologia urbana; tipos de assentamentos e modelos de desenvolvimento (espontâneos ou controlados); uso e ocupação do solo; procedimentos em planejamento, legislação e gestão urbana; e empreendimentos sócio-culturais e econômicos. Investigar o território e suas territorialidades por meio desse vasto e complexo elenco de questões pressupõe entendê-lo como lugar da vida cotidiana dos assentamentos humanos, como campo de operações e explorações e, simultaneamente, como terreno para a prática da apropriação e dominação dessas operações. Pressupõe, também, a adoção de estratégias metodológicas que desenvolvam nossa capacidade de vivenciar, conhecer, avaliar e mapear alguns dos principais fatores constituintes do território e das coletividades que o habitam. Essas premissas orientam nossas pesquisas destinadas às experiências telúricas (relativas à nossa relação com a Terra), tectônicas (em função da nossa dedicação à arte de construir) e tácteis (com o devido respeito aos nossos sistemas sensorial e perceptivo). Por isso, dedicamo-nos a entender as inter-relações entre o sujeito e o espaço, as quais não estão restritas aos fatores meramente formais e dimensionais; buscamos desenvolver uma espécie de “arqueologia da pele” que nos permita tanto a compreensão de nossa própria situação humana (elemento chave do nosso contato com a realidade) quanto a definição de nossos passos em direção às necessárias intervenções já em dialética com o território. Essas premissas orientam nossas pesquisas destinadas às experiências telúricas (relativas à nossa relação com a Terra), tectônicas (em função da nossa dedicação à arte de construir) e tácteis (com o devido respeito aos nossos sistemas sensorial e perceptivo). Por isso, dedicamo-nos a entender as inter-relações entre o sujeito e o espaço, as quais não estão restritas aos fatores meramente formais e dimensionais; buscamos desenvolver uma espécie de “arqueologia da pele” que nos permita tanto a compreensão de nossa própria situação humana (elemento chave do nosso contato com a realidade) quanto a definição de nossos passos em direção às necessárias intervenções já em dialética com o território. Buscamos recursos estratégicos que atuem de forma simultânea e interativa, que estimulem novas formas de leituras e de “textualidades” isentas de didatismo gratuitos e de caráter meramente descritivo ou transcritivo. Para tanto, escolhemos criteriosamente referenciais teóricos e recursos estratégicos e táticos que nos auxiliem nessa busca da experimentação, compreensão e representação das relações entre sujeitos (cidadãos) e objeto (território), dentre os quais destacamos a Psicogeografia, a Sitologia, a Etnologia e o Mapeamento Cognitivo. Com eles, avaliamos os efeitos do meio ambiente sobre o comportamento afetivo e o sistema cognitivo e perceptivo dos indivíduos, partindo do estudo do realismo dos fatos tal e como estes se expressam no meio ambiente, investigando-os em suas relações com os valores humanos e por meio do contato direto com espaço/tempo presente. Após essa avaliação, estudamos modos de sistematizar as informações e de expressá-las por meios isentos de imposições e predileções meramente estéticas, evitando a simples descrição de conhecimentos subjetivos sobre o que os dados representam, pois preferimos focar aquilo que eles traduzem. Só assim constituímos uma nova forma para a representação geográfica não restrita à mera visibilidade da superfície topológica, mas, sim, reveladora dos valores invisíveis e verdadeiramente significativos dos lugares. Antes de ambicionarmos respostas às questões genéricas, pretendemos identificar problemáticas e desenvolver subsídios que nos ajudem a enfrentá-las. Por esta razão, acreditamos que não seria sensata a escolha de um fundamento teórico-conceitual único e central para um trabalho que tem como principal objeto o território e suas territorialidades. Assim, desdenhamos as palavras “método” e “fórmula” em prol da definição de “procedimentos metodológicos” que nos ajudem na “formulação de tarefas”. Estas instâncias são conjugadas de modo indissolúvel (e não subsequente nem complementar) e são processadas por meio da seleção e sistematização de recursos teóricos necessários à armação conceitual e de experiências de comportamento que provoquem inter-relações simultâneas entre objeto, objetivo e sujeito. Com o resultado dessa somatória pretendemos a formulação de trabalhos científicos que versem e atuem sobre modelos de cultura apoiados na “teoria da prática”, associação que vai muito além da mera confrontação entre teoria e prática. Com esta fusão provocamos a desejável interação entre recursos, objetos, atores e agentes (e nestes últimos entre planejadores e usuários) para que possam revelar-se e interagir mutuamente. Essa fusão nos permite: desprezar a representação em favor da “presença” (a experiência que se torna novamente presente); superar a análise topológica superficial em prol dos valores presentes e reais do território; representar a verdadeira história do tempo no espaço enquanto objeto de investigação onde a percepção é experimentada; desenvolver os sistemas perceptivos e cognitivos (invisíveis e subjetivos) em função da realidade objetiva (visível e coletiva); otimizar a vivência direta com o meio ambiente e a realidade



social; e, sobretudo, possibilitar uma informação inteligível e compreensível à divulgação e comprovação do conhecimento para o desenvolvimento da força produtiva social. Na qualidade de estratégia vivencial, essa associação elimina os efeitos da prefiguração da vida cotidiana e permite a compreensão de nossa própria geografia e de nossa condição humana. Por outro lado, consolida prerrogativas para futuras inferências e ações objetivas de transformação do território em prol da qualificação do ambiente urbano, apoiada não só em conhecimentos técnicos, mas, também, em propostas relacionadas ao devir identificadas na unicidade de cada situação, cada tempo e cada lugar. Mais do que mera documentação de nossas históricas inscrições sobre o território, esses procedimentos são primordiais tanto para a restauração do nosso contato com a realidade quanto para ressignificar nosso papel de pesquisadores junto aos próprios acontecimentos. Com eles, convertemo-nos, simultaneamente, em agentes e atores das transições do passado, das inscrições do presente e das antevisões do futuro desejado na esperança de transformarmos nosso trabalho em desdobramentos positivos na prática acadêmica e na gestão territorial, que devem ter no desenvolvimento humano e na qualidade ambiental seus fatores prioritários e fundamentais.

2242

A GEOGRAFIA E A INTERDISCIPLINARIDADE: POSSIBILIDADES, LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS

Amanda, Rebello Anastácio^{1(*)}; Márcio Tadeu da Silva¹; Vera Lucia dos Santos, Plácido¹

1 - Pontifícia Universidade Católica de Campinas | (*) Brasil

Resumen:

Chegamos ao século XXI incrédulos diante de tantas transformações paradoxais: de um lado, riqueza concentrada e avanços tecnológicos jamais imaginados, de outro, misérias que se alastram de maneira insustentável, conflitos étnicos, destruição do ambiente em nome de um modelo econômico que se globaliza na perversidade.

É certo que a humanidade está fazendo a sua opção: produzir cada vez mais em nome de um sistema que se globaliza na sua dimensão econômica, mas por outro lado, exclui socialmente, já que nem todos têm acesso a todos os recursos. Se a sociedade contemporânea nos mostra claramente a sua opção, cabe perguntar: e a ciência, qual o seu posicionamento diante de mudanças tão bruscas? Como nos diz Sousa Santos (1988) estamos, talvez, diante de um cruzamento de sombras, ou seja, vivemos num sistema visual tão flexível e instável em que a mínima flutuação da nossa percepção provoca rupturas na simetria do que vemos.

Em outras palavras, o momento presente pode ser caracterizado por uma ambigüidade e complexidade nunca antes imaginadas; um tempo de transição, sincronia com muita coisa que está além ou aquém dele, mas descompassado em relação a tudo o que o habita. Por esse motivo a palavra-chave da sociedade contemporânea é a crise: crise dos saberes, crise econômica global, crise das sociedades em seus ambientes. Assim, a ciência passa por mudanças de paradigmas a fim de responder à sociedade suas principais inquietações. Trata-se de um movimento que nos mostra claramente que a natureza da revolução científica que atravessamos é estruturalmente diferente da que ocorreu no século XVI.

Quais os pressupostos deste novo paradigma? De acordo com Sousa Santos (1988) podemos destacar alguns pontos visíveis neste processo de transição. Um primeiro e talvez mais importante ponto é que a separação dicotômica entre ciências naturais e ciências sociais deixou de ter sentido e utilidade. Antes, as características da auto-organização, do metabolismo e da auto-reprodução consideradas únicas dos seres vivos, hoje, são atribuídas aos sistemas pré-celulares de moléculas.

Outro ponto a ser sublinhado é que todo o conhecimento é local e total. É sabido que a ciência chegou no seu desenvolvimento atual graças ao seu rigor e disciplinarização que espartilhou o real. Essa excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista, muitas vezes, apenas um especializado em determinada área do conhecimento. A solução para resolver este mal, não é simplesmente criar novas disciplinas, novos conceitos e novas práticas para resolver os problemas produzidos pelas antigas, reproduzindo-se o mesmo modelo de cientificidade. É necessário reconhecer que o conhecimento é total, que a fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros, num movimento interdisciplinar. Vale ainda dizer que o conhecimento pautado neste novo paradigma sendo total não é determinístico, sendo local, não é descritivo.

O terceiro ponto diz respeito ao fato de que todo o conhecimento é autoconhecimento. Nos dizeres de Sousa Santos (1988) a ciência moderna consagrou o homem enquanto sujeito epistêmico, mas expulsou-o enquanto sujeito empírico. No paradigma que visivelmente se emerge o caráter autobiográfico e auto-referencial da ciência é plenamente assumido. Há assim, uma ressubjetivação do conhecimento que deve se traduzir num saber prático.

O quarto e último ponto, na opinião de Sousa Santos (1988), é que todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum; ou seja, sabemos que a ciência moderna nos ensina pouco sobre a nossa maneira de estar no mundo, mais que isso, rejeita qualquer outra forma de conhecimento. Ao contrário, o novo paradigma emergente reconhece que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional. Procura, pois, abrir-se ao diálogo com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas. O senso comum é, sem dúvida alguma, uma das formas de conhecimento mais importantes, já que se dá, de forma prática, no nosso cotidiano. Este movimento de transição, destacado aqui no campo da ciência se estende a toda sociedade, fundamentalmente em como as diferentes comunidades têm apreendido essa situação e como está lidando com ela. Na dimensão escolar, por exemplo, embora seja difícil romper os modelos tradicionalistas de educação, hoje é certo, que o aprender exige mais que domínio de conteúdo por parte dos educadores em todos os níveis de ensino. Intensifica-se a formação de grupos interdisciplinares – nova forma de pensar, nova concepção de ensino, nova idéia de escolas e universidades – passagem da forma disciplinar para a interdisciplinar, aonde os saberes encontram-se abertos aos diálogos, às práticas cotidianas. Cabe aqui perguntar: como a Geografia, enquanto ciência, tem se posicionado frente a estas questões aqui apresentadas? Esta é a questão-chave da presente pesquisa, ou seja, investigar junto a formandos de diferentes cursos de graduação, considerados pela sua excelência no país, como conceituam a Geografia. Dizendo de outra forma, a motivação da pesquisa é buscar entender se já é percebido no âmbito da academia, o movimento interdisciplinar aqui citado. A pesquisa pauta-se na metodologia qualitativa, através de questionários abertos que serão respondidos *in loco* e de forma digital (para o caso das universidades distantes) e está em andamento. No momento está se procedendo a revisão bibliográfica e definindo as faculdades alvo do estudo. Possui como objetivo central entender os rumos da produção geográfica brasileira, abrindo-se para o debate cerne da presente pesquisa, ou seja, que geografia estamos aprendendo nas universidades? Que perspectivas os discentes visualizam para esta ciência? Superamos, de fato, a dicotomia entre Geografia Humana e Geografia Física? Pretende-se, desta forma, contribuir com o debate geográfico, fundamental para nos posicionar no e para o mundo, diante de tantas transformações.

2247

IMAGENS: TESTEMUNHAS OCULARES DAS SIMBOLOGIAS TOPONÍMICAS, DAS RACIONALIDADES HUMANAS E DO MODO DE PRODUÇÃO

Katuta, Ângela Massumi^{1(*)}

1 - Universidade Estadual de Londrina/Universidade Federal do Paraná | (*) Brasil

Resumen:

Ao longo da história da humanidade, os seres humanos, em suas relações com o Meio, ao produzir, reproduzir e transformar por meio do Trabalho as concepções que possuem dos lugares, de si mesmos, do Outro e dos elementos da natureza, inventam e transformam as suas noções de espaço e tempo, portanto, suas representações espaciais, seus mapas, suas cartografias e sua própria geografia; esta última aqui entendida como conjunto de saberes sobre os lugares derivados da ação humana no mundo que modifica a paisagem e também se transforma no processo.

Foram e são estes saberes que, dentre outros, garantiram até o momento a sobrevivência de diversos grupos humanos e, conseqüentemente, a realização de toda a sua produção. Compreendemos aqui os saberes geográficos como fundamentais para a sobrevivência humana e a construção identitária dos diversos grupos que, a partir da relação que estabelecem com o meio em que vivem, organizam as paisagens, bem como suas concepções de espaço, produzindo, portanto, as suas geografias que podem ser interpretadas por meio das imagens que produzem.

Não por acaso, Wertheim (2001, p. 27) defende a tese de que nossas concepções de espaço e os entendimentos que construímos de nós mesmos são elementos imbricados. Isso ocorre pelo fato de estarmos "[...] inextricavelmente incrustados no espaço, o que pensamos deve logicamente refletir em nossas concepções do esquema espacial mais amplo." (Grifo meu). É por isso que uma história do espaço e de suas imagens, presentes em produtos culturais como mapas, pinturas, esculturas e outras figurações espaciais, expressa as transformações pelas quais passaram as cosmologias dos diferentes grupos sociais, resultantes das mudanças das organizações espaciais e das relações sociais. É



importante salientar que estas visões de mundo transformam-se em função das relações que estes grupos estabelecem com o Meio (relação Homem X Meio), sendo o Trabalho, num amplo sentido, pressuposto fundamental para a formação e transformação de toda cosmologia humana e, conseqüentemente, dos produtos humanos. A existência de uma sobredeterminação entre as concepções de espaço, espacialidades e geografias tecidas pelos seres humanos e suas identidades, é lugar comum nos debates científicos. Ao se transformarem as relações de produção, modificam-se as concepções de espaço, as espacialidades vivenciadas, os registros toponímicos, suas territorialidades e os próprios seres humanos, bem como as paisagens nas quais os mesmos vivem. Tal fato pode ser verificado na comparação dos mapas produzidos pelos ocidentais no período compreendido entre o medievo e a modernidade. Em função desta compreensão, abordo em um primeiro momento as imagens como testemunhas oculares das transformações cosmológicas, analisando especificamente o caso dos mapas produzidos entre a Idade Média e Moderna. Os do primeiro período caracterizando-se por serem qualitativos e narrativos porque elaborados por grupos sociais cujo modo de vida estava fundado na quase inexistência de deslocamentos espaciais. Já os mapas produzidos no período moderno estavam fundamentados na quantificação, na exatidão e na descrição, isso em função da necessidade de atender às demandas do capital em sua face mercantil. Não por acaso, se resgatará a cartografia produzida pelos gregos, igualmente povos mercadores e que necessitavam de mapas que apresentassem uma certa exatidão na perspectiva das localizações e áreas representadas. Em um segundo momento, parto do debate sobre a diferença na apresentação das imagens dos lugares e discuto a tendência à descrição e homogeneização dos mapas modernos, em contraposição com aqueles produzidos no medievo que tendiam à narração. A diferença na época moderna passa a ser rejeitada, inclusive negam-se as cartografias de outros povos, sobretudo aquelas cuja produção se distanciava da apresentada pela Europa. Conclui-se que as imagens cartográficas produzidas no Medievo e na época moderna expressam as transformações das cosmologias pelas quais os distintos grupos sociais passaram. Em outras palavras, transformam-se as relações Sociedade X Meio, a partir da maneira como o trabalho é realizado, conseqüentemente, alteram-se as paisagens, as geografias, as concepções de espaço e também as imagens por produzidas pelos mais diferentes grupos sociais. É neste contexto que defendemos que as imagens constituem-se em registros que testemunham as transformações cosmológicas.

12:00 a 13:00 - Área 2 | 2-Respostas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2005

CARACTERÍSTICAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA CLÁSSICA: A PRODUÇÃO NAS REVISTAS CIENTÍFICAS BRASILEIRAS

Alves, Flamarion Dutra^{1(*)}; Ferreira, Eneas Rente¹

1 - Universidade Estadual Paulista - Rio Claro | (*) Brasil

Resumen:

Pretende-se nesse artigo contribuir para a história do pensamento geográfico, acerca dos métodos na geografia agrária no período 1930 – 1950 compreendendo o período denominado de “Escola Clássica” da Geografia. Objetiva-se caracterizar os diferentes métodos científicos empregados nos estudos geográficos rurais, para isso foi realizado um levantamento bibliográfico nos periódicos do Boletim Geográfico, Revista Brasileira de Geografia e Boletim Paulista de Geografia, além de livros que tratassem da questão agrária na Geografia. Essa pesquisa bibliográfica auxiliou na definição dos métodos e os procedimentos técnicos adotados por geógrafos agrários, para compreender a metodologia no período selecionado. Outros trabalhos se preocuparam com a questão metodológica da Geografia Agrária, como em Megale (1976), Gusmão (1978), Ceron e Gerardi (1979) Galvão (1987), Andrade (1995), Ferreira (2002), Bray (2006), Marafon; Rua e Ribeiro (2007), Fernandes, Marques e Suzuki (2007) e Alves e Ferreira (2007,2008). Cada trabalho direcionando uma inquietação seja de ordem técnica, conceitual, teórica ou de método.

Estes trabalhos nos nortearam nas definições dos objetivos dessa investigação, proporcionando reflexões sobre a história do pensamento geográfico, acerca da evolução metodológica da Geografia agrária. Eles mostram três grandes momentos metodológicos, acompanhando as escolas do pensamento geográfico – Clássica Teórica e Crítica.

Metodologia

Nesse artigo, vamos fazer um apanhado geral da produção da geografia agrária clássica, mais precisamente entre 1939 a 1950, nos periódicos científicos – Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia (1943 até 1950), Revista Brasileira de Geografia do IBGE (1939 até 1950) e Boletim Paulista de Geografia (1949-1950) – enfatizando a questão metodológica.

Levando em consideração que as pesquisas realizadas na década de 1930, na qual não tinham um canal de divulgação desses trabalhos, muitos desses resultados começaram a ser publicados no Boletim Geográfico e na Revista Brasileira de Geografia. Então, muitos trabalhos publicados no período selecionado são frutos de pesquisas realizadas anteriormente. A consulta foi baseada em 93 exemplares do Boletim Geográfico, 44 exemplares da Revista Brasileira de Geografia e 06 exemplares do Boletim Paulista de Geografia.

O processo metodológico adotado nessa pesquisa bibliográfica se identifica com o método hermenêutico, na qual busca entender a idéia do autor através de seus escritos, para isso, utilizou-se a técnica das palavras-chave proposta por Bray (1999).

Resultados

Com o início do período científico na Geografia, a partir do século XX, ocorre uma busca incessante pelo “método geográfico”. Algumas correntes do pensamento e de bases filosóficas defendem o melhor uso metodológico na Geografia, e, por conseguinte nos estudos de Geografia agrária. Ficou evidente a predominância de alguns métodos no período selecionado, entre eles o método histórico, comparativo, indutivo, monográfico, estatístico e sistemático. Com relação ao uso destes métodos existe um aporte teórico e técnico diferenciando-os, além de cada um deles apresentarem conceitos e temáticas característicos da escola clássica da Geografia.

A influência da escola francesa de Vidal de La Blache é constatada nas publicações de Pierre Monbeig, com a predominância dos trabalhos regionais, buscando compreender os diferentes gêneros de vida e os *habitat* rurais. Pierre Deffontaines também apresenta vários trabalhos sobre a Geografia humana, na qual sua base teórico-metodológica confere com a escola francesa, sobretudo no estudo das paisagens e das diferentes regiões brasileiras.

Com uma metodologia diferenciada, Léo Waibel apresenta um esquema metodológico para a Geografia agrária dividido em três grandes eixos: estatístico, ecológico e fisionômico. Todavia, sua base técnica advém dos trabalhos de campo, do método indutivo-empírico, aliada a inserção de dados estatísticos para corroborar o trabalho de campo.

Com um enfoque mais crítico da situação agrária nacional, Caio Prado Júnior divulga suas pesquisas no Boletim Geográfico detalhando e condenando a concentração fundiária no Brasil, dando ênfase ao Estado de São Paulo. Os trabalhos de Prado Júnior, não se enquadram no modelo clássico da Geografia agrária da época, o da descrição das paisagens e da caracterização dos gêneros de vida, mas sim, de uma abordagem mais incisiva da questão agrária nacional.

Outros autores podem ser citados nesse período, como Castro Barreto, Albert Demangeon, Manuel Diegues Júnior, Otávio Domingues, Preston James, Américo Oliveira, Lynn Smith, Elio Migliorini que estiveram presentes nos periódicos estudados.

Considerações Finais

Constata-se nesse levantamento bibliográfico, uma variedade metodológica na Geografia agrária, apesar desse momento estar classificado como “Geografia Clássica”, existem outras nuances teórico-metodológicas nas pesquisas geográficas sobre o rural.

Fica evidente a influência alemã e francesa nos trabalhos realizados no Brasil, motivados pelas presenças de geógrafos destes países durante a década de 1940. Apesar de outras vertentes teórico-metodológicas estarem presentes nos trabalhos publicados nessa década, a predominância do método indutivo, comparativo e histórico foram bases que sustentaram os estudos regionais na Geografia agrária.

Referências Bibliográficas

ALVES, Flamarion D.; FERREIRA, Eneas R. Algumas considerações sobre os métodos sistêmico e dialético na geografia agrária. p.1-15. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, v.3. Anais... Londrina: UEL, 2007.

_____. Pressupostos teórico-metodológicos da geografia rural brasileira: evolução e tendências. p.1-14. In: COLÓQUIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, v.1. Anais... Uberlândia: UFU, 2008.

BRAY, Sílvio C. Perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária. p.1-8. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, v. 18. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

_____. Da técnica das palavras-chaves à história do pensamento geográfico. p. 3-16. In: Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, v. 1. Anais... Rio Claro: IGCE – UNESP, 1999.



CERON, Antônio O. ; GERARDI, Lucia Helena de O. Geografia Agrária e Metodologia da Pesquisa. p.59-68. In: Boletim de Geografia Teórica. v.9, n.17 e 18, 1979.
FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta I.M.; SUZUKI, Júlio C. (Orgs.) Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
FERREIRA, Darlene Aparecida de O. Mundo Rural e Geografia. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
GALVÃO, Maria do Carmo C. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a geografia agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. v.7. Anais... Aracaju, 1987.
GUSMÃO, Rivaldo P. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. In: 3º Encontro Nacional de Geógrafos AGB. Fortaleza, 1978.
MARAFON, Gláucio J.; RUA, João; RIBEIRO, Miguel A. (Orgs.). Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

2006

PANORAMA DOS MÉTODOS E TÉCNICAS EM GEOGRAFIA HUMANA: RETROSPECTIVA E TENDÊNCIAS

Alves, Flamarion Dutra^{1(*)}; Ferreira, Eneas Rente¹

1 - Universidade Estadual Paulista - Rio Claro | (*) Brasil

Resumen:

Na tentativa de caracterizar alguns métodos e técnicas em Geografia Humana, primeiramente, far-se-á um esclarecimento sucinto entre método, teoria, metodologia, técnicas e procedimentos metodológicos. Isso por que, há uma grande confusão na elaboração de projetos de pesquisas e desenvolvimento delas, com incoerências nas terminologias e uso equivocado entre método/metodologia.

Em seguida, se fará uma relação das bases técnicas e metodológicas com a evolução do pensamento geográfico, ou seja, a verificação dos métodos e técnicas predominantes nos diferentes momentos da ciência geográfica, no que tange as questões humanas.

Cada método usado nas pesquisas geográficas estão dotados de ideologias e posições epistemológicas, onde cada objeto estudado merece um método adequado pelo geógrafo (George, 1972). A negação ou aversão de correntes teórico-metodológicas envolve diversos fatores, que estão ligados pelas ideologias que cercam os pesquisadores. A tentativa de valorizar a construção do pensamento geográfico é parte desse artigo, na medida em que se propõe analisar as contribuições de alguns métodos e técnicas nos estudos de Geografia Humana.

Pela diversidade de temas que o geógrafo pesquisa, George (1972, p.8) diz que "a geografia tem que ser metodologicamente heterogênea (...) entre as ciências da terra ou da natureza (...) é esta a razão pela qual ela se encontra continuamente empenhada na busca de sua unidade". A respeito dessa diversidade metodológica na Geografia, George (1972, p.8-9) afirma que a "a pesquisa geográfica recorre sucessiva ou simultaneamente aos métodos de cada uma das ciências de que se vale para chegar ao conhecimento analítico dos dados incluídos nas combinações que constituem o objeto de seus estudos fragmentários ou globais". Entre esses métodos "não-geográficos" em sua origem, estão os métodos positivista, funcionalista-organicista, materialismo-histórico dialético, sobre esses métodos o autor diz que "não existe nenhum método geográfico para a abordagem dos dados sociais, econômicos, demográficos e culturais (...) existe uma maneira geográfica de confrontar os resultados" George (1972, p. 35).

Nesse sentido, se fará uma leitura breve de alguns temas pertinentes às questões teórico-metodológicas e técnicas nas pesquisas em Geografia Humana, nos diferentes momentos da história do pensamento geográfico.

Geografia Clássica: Do método indutivo-regional as técnicas de observação-histórica

Durante o período que compreendeu a escola clássica ou tradicional da Geografia, as influências das correntes de pensamento alemãs e francesas predominaram nas bases teórico-metodológicas dos estudos geográficos.

Pierre Monbeig teve grande participação na ciência geográfica no Brasil, oriundo da França, o geógrafo em questão desempenhou um papel importante para a difusão do método regional e das técnicas utilizadas para esta metodologia. Monbeig (1944a, p.9) faz algumas observações sobre os métodos científicos nos estudos geográficos, lembrando do método histórico "Basta citar a obra de Vidal de La Blache e seus discípulos para avaliar-se o papel essencial que o espírito e o método histórico devem desempenhar nos estudos e pesquisas geográficas". O autor ao tratar sobre a inter-relação da geografia humana e a história cita Demangeon "a geografia humana estuda as relações entre as sociedades humanas e o meio no presente e no passado" (1944a, p.9).

Nova Geografia: Método funcionalista e sistêmico, o espaço geográfico visto como um sistema / geossistema

Através da influência das ciências biológicas e naturais, o funcionalismo veio alcançar uma positividade prática e metodológica na Geografia (Bray, 1980). A relação entre organismo das ciências naturais e a organização do espaço da Geografia é fundamental para entender o método funcionalista.

Na obra *Princípios de Geografia Humana* La Blache faz a relação dos diferentes gêneros de vida, nas quais habitam de forma harmônica e coerente, com a natureza, em uma organização sistêmica onde cada gênero ou modo de vida têm uma "função" (Bray, 1980).

Com relação à idéia de elemento e função, o método sistêmico vem de encontro ao pensamento harmônico do espaço geográfico. A Teoria Geral de Sistemas dá sustentação a essa metodologia.

A noção de paisagem presente nos estudos da Geografia Tradicional foi "substituída pela noção de sistema espacial ou organização espacial, compreendendo a estrutura dos elementos e os processos que respondem pelo funcionamento de qualquer espaço organizado" Christofoletti (1976, p.13). Essa abordagem feita através da organização espacial remete a uma "escala variável conforme a grandeza do sistema que se deseja analisar" (1976, p.13). Nesse tipo de abordagem o geógrafo é que determina seus elementos e o universo que quer trabalhar, determinando as relações entre o homem e o meio, numa relação harmônica.

A utilização de técnicas estatísticas e matemáticas se difundiram, além do uso de aprimorado da cartografia através de fotografias aéreas e sensoriamento remoto. Nessa corrente do pensamento, tentou-se (ainda tenta) sistematizar as informações adquiridas através de bases estatísticas e quantificáveis e modelar esses dados, configurando o real.

Geografia Crítica: Método dialético, materialismo histórico e técnicas qualitativas

Discutir a geografia crítica passa, essencialmente, pela adoção do método dialético fundamentado na teoria Marxista. Uma das características dessa corrente é a análise as contradições postas pelo modo de produção capitalista na sociedade, através de uma abordagem histórica e dialética. A respeito do método, Moraes (2005, p.131) ressalta a diversidade metodológica na Geografia Crítica "esta apresenta um mosaico de orientações metodológicas bastante variado: estruturalista, existencialistas, analíticos, marxistas (em suas várias nuances), ecléticos etc. aqui a unidade se esvanece (...) como único traço comum, o discurso crítico".

Geografia Plural: Diversidade e pluralidade metodológica (Carência Geográfica ou Interdisciplinaridade?)

Após a década de 1990 houve um aumento na produção geográfica, e uma diversidade de temas, teorias, métodos, conceitos e técnicas empregados pelos geógrafos. Essa diversidade pode ser compreendida pela complexidade do espaço geográfico, conforme Edgar Morin (2005) que trabalhou com a tese da análise sistêmica e complexidade para os diversos fenômenos da natureza sendo de ordem (econômico, ambiental, cultural, social, etc) em sua obra *O método; a natureza da natureza* e propôs que os elementos não devem ser analisados de forma isolada uns dos outros e sim, analisados com suas inter-relações, pois há uma complexidade organizada entre os elementos. Essa complexidade conjuga diversas áreas do conhecimento, necessitando ao pesquisador um conhecimento de várias disciplinas, nesse caso entra em debate a interdisciplinaridade ou a carência geográfica dos trabalhos?



2187

DA TELEOLOGIA DA NATUREZA AO DARWINISMO: MUTAÇÕES E POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA FÍSICA MODERNA.

Vitte, Antonio Carlos^{1(*)}

1 - UNICAMP | (*) Brasil

Resumen:

O objetivo da presente pesquisa é constituído por dois objetivos: o primeiro diz respeito a discutir as influências da filosofia natural e da ciência humboldtiana no pensamento darwiniano. Como complemento, e não menos importante objetivamos discutir as influências do darwinismo no desenvolvimento da geografia moderna. Com isso pretendemos colaborar para a construção da história e da epistemologia da geografia, particularmente da geografia física e ao mesmo tempo contribuir para o atual momento sobre a rediscussão sobre o significado da natureza e da superfície da Terra.

Darwin realizou o seu curso universitário em Edimburgo em 1825, chamada aquela época de "Atenas do Norte", devido ao fervilhar do iluminismo, onde perdurava uma concepção materialista de vida e matéria e a noção de transformação das espécies. Foi fortemente influenciado por Henslow, mineralogista e que acreditava na migração dos continentes. É o momento do fervilhar das concepções de Hutton que era ardentemente difundido por Thomas Hope, químico galvanista e que introduz Darwin nos mistérios da geologia, realizando trabalhos de campo nos arredores de Edimburgo. Ao mesmo tempo, 1826, Darwin entra em contato com o professor Grant, anatomista comparativo que o apresenta as idéias de Lamarck, para quem as plantas e os animais atuais existiriam através de processos naturais de transformação, mudanças adaptativas, que os tornariam cada vez mais complexos. Para Lamarck, isso era devido as mudanças de hábito e uma resposta as alterações ambientais.

Em 1831, já em Cambridge, Darwin conhece Herschel, astrônomo e biogeógrafo que lhe apresenta as obras de Alexander Von Humboldt, particularmente a obra "Viagens à América Equinocial". Sendo essa a maior influência científica em Darwin, que através de Humboldt, Darwin torna-se um verdadeiro cientista natural e é introduzido na metodologia científica, onde conhece o papel da indução e o papel da observação da paisagem.

Em Humboldt, Darwin entra em contato com uma concepção de natureza dinâmica e que está sempre sujeita à transformação. Forma-se a concepção de que é necessário ao cientista natural desenvolver uma concepção holística de ciência e de mundo natural e que os fenômenos são sempre interconectados.

Humboldt foi fundamental para a tese darwinista da evolução das espécies, pois, a ciência humboldtiana trazia consigo que a experiência estética era a responsável pela organização da matéria bruta, que se realizava em rochas, na distribuição espacial e na relação das plantas e dos animais para com as diferentes regiões do globo. Ou seja, Humboldt, colabora com Darwin, na medida em que epistemologicamente constrói a noção de que existe um sistema da natureza e, que a vida deve ser compreendida nesse sistema dinâmico.

Outra referência importante e que será fundamental para Darwin e para a estruturação da geografia física, será Charles Lyell, que com seus "Princípios de Geologia", com sua visão de geologia histórica e do princípio do "uniformitarismo", mais a concepção paleontológica do geólogo Sedgwick, auxiliarão Darwin na montagem do sistema explicativo para a Teoria da Evolução das Espécies, pois a despeito da variabilidade geográfica, as causas atuantes no presente serão sempre as mesmas e com a mesma intensidade. É um processo de construção mental e epistemológica produto da ciência vitoriana e do intercruzamento de várias influências em Darwin, mas demonstrando claramente uma fratura entre o tempo e o espaço, o que seria problemático para a estruturação dos estudos de geografia física.

Essa situação foi resolvida a partir do trabalho de Thomas H. Huxley, com sua obra "Fisiografia", em que a Evolução foi tomada em estágios pré-definidos, com velocidade variável e em seqüência, introduzindo a causalidade como princípio universal na explicação da geografia física, cujo recorte empírico passou a ser o regional-ecológico. Essa construção metodológica e explicativa, que passou a ser o núcleo estruturador da geografia física, completou-se com os trabalhos de William M. Davis, particularmente com a "Teoria do Ciclo Geográfico da Erosão" (1899), em que Davis, retrabalhando a concepção evolucionista de Darwin, a partir de uma concepção neo-lamarckiana, influenciado por Agassiz, Shaler e Haeckel, Davis propõem que a evolução por ciclos permite inclusive a preservação de características processuais e morfológicas. É o momento na formação da escola geográfica norte-americana de uma reconsideração do pensamento teológico e principalmente uma releitura teleológica da natureza, a partir de influências de Ratzel e de Ritter. Assim, o ciclo darwiniano seria o produto de um momento histórico de consolidação da evolução darwiniana, mas com fortes influências do neo-lamarckismo e da teleologia ritteriana. Fato que garantiu em termos epistemológicos e metodológicos a possibilidade de estabelecer conexões estreitas entre o tempo e o espaço nos estudos geomorfológicos, segundo uma concepção de cosmos e integradora da natureza.

A discussão que se coloca é de fundamental importância para o estudo da história e epistemologia da geografia, particularmente da geografia física, onde, constituiu-se uma concepção de natureza cíclica e segundo um arranjo pré-definido. No atual momento histórico, em que as mutações no mundo e na natureza são fortes e intensas, o momento é propício para discutirmos as bases da geografia física e, que natureza desejamos nessa nova geograficidade que está em construção.

EIXO 2- RESPUESTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE LA GEOGRAFÍA ANTE LAS RECIENTES ESPACIALIDADES.

SUBEIXO - Evolución del pensamiento geográfico

14:30 a 15:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2025

DA PSICANÁLISE À GEOGRAFIA: O USO DA ASSOCIAÇÃO LIVRE PARA O ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS AREAIS DO SW DO RIO GRANDE DO SUL

Brandão Torres, Rozalia^{1(*)}

1 - UCS | (*) Brasil

Resumen:

Há links entre Psicologia e Geografia. À análise das Representações Sociais (RS) utiliza-se o método psicanalítico, a associação livre, onde acadêmicos do curso de Geografia da Universidade de Caxias do Sul (UCS) são levados a expressar suas primeiras percepções sobre a compreensão dos areais. Objetiva-se com este desenvolver uma nova abordagem ao estudo das RS, através da utilização do método da associação livre. É realizado um breve apanhado das interfaces presentes entre Geografia e Psicologia, com um detalhamento do método em questão, passando-se a analisar o conceito de areais. Pauta-se em levantamento bibliográfico para compor o referencial teórico no que tange ao desenvolvimento conceitual e metodológico e a aplicação de um instrumento qualitativo. Deveriam escrever no mínimo três e no máximo cinco palavras que remetessem aos areais. A contribuição à Geografia dá-se na medida em que nos apercebemos que nenhuma ciência dá conta de compreender todos os fenômenos sendo necessárias relações com outras áreas, utilizamo-nos de um conceito proveniente da psicologia social – RS -, tendo sua análise um método da Psicanálise – associação livre -, aplicado a um conceito geomorfológico – areais. No século XIX os processos psicológicos eram analisados sob a ótica da relação natureza-sociedade. Para Ritter era o meio natural que determinava o desenvolvimento da personalidade dos povos. Ratzel ressalta as questões psicológicas ao mencionar que a natureza exerce forte influência sobre a psicologia. Já no século XX, Sorre utiliza a expressão Geografia Psicológica ao examinar as correlações entre o meio natural e as funções mentais do sujeito. A associação livre inicia com Galton, no século XIX sobre as associações de palavras, em que o profissional pronuncia uma dada palavra e o respondente expressa verbalmente o que lhe vem à mente. Freud abandonando a hipnose e descobrindo o significado dos sonhos, adota o método de livre associação de idéias, em que o próprio paciente conduz a relação entre as palavras e os símbolos oníricos. Influenciado pelos métodos de Galton e Freud, Jung em 1904, inventa o teste de associações de palavras, em que era lido um quadro com cem palavras e o paciente respondia uma a uma com somente uma palavra que lhe viesse à mente. Segundo Moscovici, as sociedades modernas, complexas como as sociedades industriais, caracterizam-se pela pluralidade e rapidez com que as alterações econômicas, políticas, culturais e sociais se dão. É mais adequado se falar em RS, o que por si só dá a idéia de uma evolução do pensamento acerca do processo de construção do ideário social. Tal conceito apresenta três dimensões estruturais, a informação, a atitude e o campo de representação ou imagem. A linguagem será na Psicologia pós-freudiana elemento de análise na psicoterapia proposta por Lacan que acredita que o inconsciente se estrutura



como linguagem e esta circunscribe o sentido, formando as estruturas da mente. A psicanálise é uma prática na qual através do método da livre associação é possível se chegar ao núcleo do seu ser. Com a fala do paciente, dá primazia para o significante, desvela o conteúdo manifesto da linguagem, identifica um significado e um significante. Não é a palavra em si (significado), mas o que representa (significante) que lhe interessa. Adota dois tipos de ordenamentos dos signos: a concatenação (metáfora) e a substituição de um signo por outro (metonímia). O processo metafórico cria sentido, enquanto na metonímia um significante substitui outro, por contigüidade. A metonímia é a que mais aparece na pesquisa realizada. Não se buscou outro significado, mas palavras que lhes remetessem aquilo que se investiga, apesar de que pela imprecisão conceitual, possa-se sim, dar outro sentido ao original, apesar de não ser a intenção do entrevistando. Os areais são característicos do sudoeste do Rio Grande do Sul; se caracterizam por depósitos areníticos recentes, apresentam-se pouco ou não-consolidados. Possuem cobertura vegetal escassa ou inexistente. Estão sendo trabalhados pelos agentes climáticos. Originam-se da intensificação do escoamento superficial, propiciando a formação de ravinas e voçoracamento, além da aderência na base dessas feições de leques deposicionais de areia. De origem natural, há o agravamento pela ação antrópica.

2127

O ANARQUISMO COMO MÉTODO DE ANÁLISE GEOGRÁFICA: UMA BREVE REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA

Noqueira, Alexandre ^{1(*)}

1 - Universidade Federal da Paraíba | (*) Brasil

Resumen:

O anarquismo como uma corrente de pensamento estruturado, vem a ser desenvolvido na segunda metade do séc. XIX, a partir dos estudos de Stirner, Proudhon, Bakunin e Kropotkin. Neste trabalho, temos como objetivo principal analisar a importância do anarquismo para a ciência geográfica, principalmente a partir da contribuição dos dois principais geógrafos anarquistas, Élisée Reclus e Piotr Kropotkin e suas contribuições na construção de uma geografia e de um modelo de sociedade libertária. Para tanto, utiliza-se da revisão bibliográfica desses dois autores para a concretização dessa proposta. O anarquismo vem ao longo do tempo sendo colocado à margem das discussões científicas e, conseqüentemente, das produções acadêmicas. Essa exclusão não só acontece no âmbito da geografia, mas em todas as ciências sociais, as quais menosprezam a importância e contribuição do anarquismo para com o desenvolvimento e organização social em determinados momentos da história, tanto em escala mundial, como por exemplo, a importância dos grupos anarquistas na Revolução Russa e na Guerra Civil Espanhola; quanto no Brasil, com a chegada dos imigrantes, principalmente italianos, formando os primeiros sindicatos brasileiros. A palavra anarquia vem do grego e significa "sem governante", sendo assim esta palavra, segundo Woodcock (2002) "pode ser usada para expressar tanto a condição negativa de ausência de governo, quanto a condição positiva de não haver governo por ser ele desnecessário à preservação da ordem". Segundo Woodcock (2002), embora Gerard Winstanley (1649) e William Godwin (1793) tenham sido os pioneiros na exposição da filosofia do anarquismo nos séculos XVII e XVIII, foi apenas na segunda metade do século XIX que o anarquismo emergiu como uma teoria coerente, com uma sistemática e um programa desenvolvido. O movimento anarquista possui três variantes mais conhecidas: o *coletivismo*, o *anarco-comunismo*, e o *anarco-sindicalismo*. O coletivismo substitui a propriedade individual pela idéia de propriedade gerida por instituições voluntárias, que dariam a cada operário o direito sobre o produto de seu trabalho. O anarco-comunismo tem como lema: "De cada um, de acordo com seus meios; a cada um de acordo com suas necessidades" (WOODCOCK, 2002, p.21) e os anarco-sindicalistas dão valor aos sindicatos de classes como instrumento revolucionário, tendo na greve sua mais poderosa arma de luta para a construção de uma sociedade livre. Essas várias teorias não são, contudo, mutuamente exclusivas, pois, elas se interligam de muitas maneiras, e algumas partes se referem à diferentes níveis da vida social. No entanto, dentro do pensamento anarquista temos divergências entre as vertentes apresentadas nas linhas anteriores. Essas divergências referem-se, essencialmente, à maneira de como atingir seus objetivos. Tais tendências do pensamento anarquista são representadas por seus defensores, os quais são considerados como os maiores pensadores do anarquismo, a saber: Tolstói, Godwin, Proudhon e Kropotkin. Segundo Woodcock (2002), vem deles as principais divergências do anarquismo onde Tolstói não admitia a violência; Godwin procurava alcançar a mudança através da palavra; Proudhon acreditava que a proliferação pacífica de organizações cooperativas os levaria a vitória; e, somente Kropotkin aceitava a violência, mesmo assim com relutância, pois via nela uma ação inevitável para aqueles que buscavam uma revolução social. As ligações entre o anarquismo e a geografia são evidentes a partir do reconhecimento de que, dois dos principais militantes anarco-comunista do final do século XIX, o francês Élisée Reclus e o russo P. Kropotkin eram geógrafos destacados. Logo, a inserção do pensamento anarquista no âmbito da ciência geográfica acontece a partir das contribuições desses dois geógrafos, pois, o fato é de que, os trabalhos acadêmicos dos mesmos. Suas contribuições são muito diferentes daquelas das quais os antecederam, como por exemplo, as contribuições de Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e as de Friedrich Ratzel. Esses últimos alinharam-se às classes dominantes, conquistaram postos acadêmicos e serviram a soberanos e presidentes, já os dois geógrafos anarquistas contestaram a estrutura de poder, desqualificaram a existência do Estado, professaram idéias radicais de mudança social e saíram em defesa da classe trabalhadora.

A proposta de uma geografia libertária não se remete apenas ao campo das ciências, mas sim, ela ocorre juntamente com a formulação de uma proposta de um modelo societal divergente com o atual modelo de organização social, político e econômico, pois, onde, respectivamente, um é caracterizado pela produção coletiva, organização de coletivos e federações de trabalhadores, distribuição livre da produção a partir das necessidades de cada um, abolição da propriedade privada e pelo fim do Estado; o outro é caracterizado pela exploração dos trabalhadores, geração de lucro, miséria, fome, desemprego, propriedade privada e por uma classe política burocrática que absorve toda a riqueza produzida.

2148

EL APORTE DE LA GEOGRAFÍA FRENTE AL DESARROLLO DE LA FILOSOFÍA CONTEMPORÁNEA.

Ricardo Adrián, Vergara Durán ^{1(*)}

1 - Universidad del Norte | (*) Colombia

Resumen:

La reflexión filosófica ha estado signada durante los dos últimos siglos por la historia. Desde esta perspectiva se concibe el movimiento del pensamiento a partir de la supremacía del tiempo sobre el espacio, prueba de ello es el papel fundamental atribuido a la historia de la filosofía en los estudios filosóficos. Este vínculo entre el tiempo histórico y la filosofía misma ha llegado a ser esencial, perméa nuestra forma de ver y concebir el mundo y está presente en lo que conocemos de él.

Nuestro asunto consiste en desplazar nuestra mirada de modo que proponemos un viraje hacia el espacio ya no solo desde el quehacer geográfico sino desde la reflexión filosófica misma. Este viraje estaría relacionado con la urgencia en la actualidad de las preguntas geopolíticas que plantea la "globalización" y a la creciente interpretación del mundo contemporáneo en términos de redes y flujos (de información, cuerpos, intercambios, mercancías, imágenes, etc). Asistimos a la emergencia de nuevos conceptos que pertenecen al registro del espacio, tales como "heterotopia", "geofilosofía", "campo", "territorio", "tierra", "archipeleidad". Estos conceptos no son propiamente hablando ni filosóficos ni geográficos sino que ponen de manifiesto la extraña y fecunda cercanía que existe entre el registro del espacio y el del concepto. En este orden de ideas la pregunta central es ¿Que puede aportar la geografía a la re-espacialización de los conceptos en el quehacer filosófico y esto en que medida transforma también el quehacer de la geografía?

En este orden de ideas es de central importancia para la creación de una filosofía propiamente contemporánea la perspectiva "espacializante" y "espacializada" del pensamiento. El concepto de "geofilosofía" esbozado por Deleuze y Guattari necesita ser ampliado y profundizado para convertirse en un nuevo enfoque filosófico. Por ello, la posición del investigador en ciencias sociales no puede estar fundamentada solo histórica sino también geográficamente y nos obliga a rastrear el "problema del espacio" en la obra de filósofos europeos y pensadores de Latinoamérica y el Caribe. La creación de nuevas herramientas que nos permitan abordar el problema de la globalización, así como orientar el pensamiento en esta compleja realidad, requerirá establecer un diálogo con otras disciplinas. La conexión con la filosofía surge a partir de la cercanía que existe entre el registro del espacio y el del concepto para pensar los problemas planteados por la globalización. Este enfoque exige que su construcción se produzca desde diversos lugares y situaciones. La perspectiva geofilosófica, propuesta inicialmente por Deleuze y Guattari en Francia y continuada en Italia por Cacciari, Luisa Bonasio y otros abre espacios que permiten superar las reducciones de los discursos universalizantes o localizantes e identitarios. La reflexión de la geografía desde su propio quehacer es aquí relevante, en nuestras experiencias particulares con lo espacial. Se propone entonces rastrear las formas de re-espacialización de los conceptos propuestos por la filosofía contemporánea, en particular



la noción de “geofilosofía”, estableciendo un diálogo interdisciplinario sobre nociones de “espacialidad” y operaciones de “especialización” del pensamiento y examinar el efecto político de la globalización en su modificación de la relación entre territorio y subjetivación.

15:30 a 16:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2015

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O DESCONSTRUTIVISMO NA GEOGRAFIA

Baptista Chimin Junior, Alides^{1(*)}

1 - UEPG/GETE | (*) Brasil

Resumen:

Esta análise se constrói através de reflexões compartilhadas no Grupo de Estudos Territoriais (GETE) que vem problematizando a relação entre espaço, gênero e grupos sociais ausentes do discurso do saber científico geográfico. Nosso objetivo é discutir o desconstrutivismo como proposta metodológica para a dissertação do mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa com o título: 'O Espaço Geográfico na constituição das vulnerabilidades dos adolescentes em conflito com a lei da cidade de Ponta Grossa-Paraná'. Na perspectiva estruturalista o espaço é concebido como se houvesse uma super-estrutura capitalista definindo relações. Jacques Derrida, segundo Barbosa e Borges (2003), explica que o estruturalismo afirma a existência de uma estrutura como aquelas ligas metálicas feitas em prédios antes de colocar os tijolos. Segundo o autor, quando definem uma estrutura central, racional, o estruturalismo acaba influenciando na teoria com o etnocentrismo e com o logocentrismo, ou seja, com valores outsider's impostos como verdades supremas na explicação de determinada teoria. Este centro racional que o estruturalismo cria vem a ser seu maior malefício. A divisão da sociedade em classes econômicas, conforme seguem os marxistas ontológicos, a procura de explicações tidas como verdades supremas, afeta gravemente a possibilidade de se reconhecer a existência de outros fatores e conhecimentos como possíveis interventores de causalidades. Massey (2008) aponta que o estruturalismo sempre relegou o tempo da estrutura do espaço, congelando-o, tentando manter o mundo parado e assim fatia-lo para uma teorização. Para a autora, o estruturalismo, por mais que venha a reconhecer a dialética no espaço, congela o espaço, fatia-o e estrutura argumentativamente uma ordem racional bidimensional. Porém a autora questiona que esta forma de compreender o espaço o priva de qualquer forma de mudança. Outro questionamento da autora é que a forma da estrutura do estruturalismo é fechado para mudanças. Este fechamento é amparado pela racionalidade científica que acaba por eleger os métodos racionais como cernes logocêntricos. Importante salientar que Nietzsche (2006) foi um dos primeiros a questionar a racionalidade moral. Esta é veemente questionada ao comparar a moral como a domesticação do pensamento humano. Quando a estruturalidade é definida por uma razão tida como suprema, esta acaba elegendo a moralidade afim de moldar, de domesticar qualquer forma de pensamento distinto que venha a contrapor sua vontade de poder. Nesta perspectiva a razão tida como científica vem a ser o novo ídolo niilista da modernidade. Com isso novos 'ídolos' foram eleitos na modernidade e a ciência assume o controle metafísico que o cristianismo detinha da idade média na Europa. O ídolo ciência moderna res-significa a moralidade substituindo-a pela racionalidade metodológica. A ciência moderna como novo ídolo, como portadora da "verdade", eleger a razão, o método científico, como remédio para domesticar, para solucionar os problemas, para tornar a humanidade "melhor". Couto (1999) evidencia que Paul Feyerabend segue uma linha de renovação metodológica e transcreve sua visão sobre o apego demasiado nas teorias já consagradas. Com esta premissa, abre campo para novas idéias fecundar o campo científico. Enquanto reconhece um pilar central racional, o que Feyerabend vem a propor pode abalar com estas estruturas e abre campo para que a ciência não se prenda a idéias centralizadoras, abrindo possibilidade para novas formas de conhecimentos, novas oportunidades de evoluir, enquanto ciência. Feyerabend (id.) ironiza quando afirma que a razão pura serve unicamente para vítimas temerosas ou ambiciosas, seguidoras de mitos ou para fracos seguidores de tiranos que não os questionam por medo de serem retalhados ou mortos, no caso da ciência moderna serem excluídos e exilados do campo acadêmico científico. Devemos destacar que Feyerabend não descarta todas as regras e critérios, muito pelo contrário, propõe o uso das regras e critérios, porém o com mudanças ou assimilando e abrindo campo com novas formas de conhecimento deixando a ciência sem seu caráter unitário racionalista. Isso vem a contribuir fortemente com a desestabilização da razão estruturalista. O pós-estruturalismo, segundo Massey (2008), vem a abrir a temporalidade a espacialidade, abalando o estruturalismo e assim mostrando novas vozes. Com isso as estruturas foram abertas tornando possível a política, que destrona a bidimensionalidade logocêntrica e dá lugar às pluralidades. O espaço geográfico pós-estruturalista, deixa de existir pilares centrais racionais, como um sistema de capital que rege toda a vida, e surgem pluralidades, como as particularidades culturais do espaço de cada adolescente e suas estruturas simbólicas singulares construídas, é claro, junto a seu grupo cultural. Barbosa e Borges (2003) argumentam que o pós-estruturalismo sustenta o desconstrutivismo de Jacques Derrida. Para os autores, o desconstrutivismo vem a ser o avesso dos sistemas racionais, procurando derrubá-los e reconstruir com novos moldes de acordo com as novas circunstâncias. Com isso tentam retirar o caráter desumanizado do estruturalismo e abrir para possibilidade de humanizar com uma pluralidade de novas possibilidades. A diferença (différance) de Jacques Derrida, conforme explica Massey (2008), é a premissa básica para compreender o espaço na desconstrução. Reconhecendo enquanto instância singular de diferentes grupos, como os que os adolescentes em conflito com a lei pertencem, percebemos o espaço como pluralidade, e com isso sua desconstrução pode vir a ser tranquilamente possível pela ciência. Para a autora, a posição e a localização são ordens mínimas para o diferimento da multiplicidade no espaço geográfico. Isto porque reconhecemos que não existe uma estrutura central regendo a produção do espaço, mas distintos grupos com valores diferentes e relacionais ao mesmo tempo, vem produzindo e dando forma as dinâmicas da espacialização. Segundo Massey (ibid.), a desconstrução vem desde sua origem preocupando-se com os discursos e a escritura, porém "mesmo que não haja discurso, o efeito da espacialização já implica uma textualização" (p.82). Assumindo que textos são como o mundo, esta autora abre a possibilidade para desconstruir através da diferença qualquer forma de coerência racionalista determinada na espacialização.

2016

TEORIA DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Barbosa, Tulio^{1(*)}

1 - Universidade Federal de Uberlândia | (*) Brasil

Resumen:

A Geografia nas últimas décadas teve inúmeras transformações epistemológicas, ocorreram reordenamentos críticos quanto ao conhecimento e consequentemente modificações nas interpretações da produção e da regulação sócio-espacial. Diante disso, urge uma revisão do pensamento geográfico a partir do desenvolvimento crítico de uma teoria do conhecimento, neste caso conhecimento geográfico. Para isso trabalhamos com o materialismo histórico e dialético enquanto método, uma vez que tal método permite que a relação sujeito-objeto seja congruente com o conhecimento da realidade, pois o sujeito e o objeto são equidistantes na organização do entendimento de mundo, todavia são as condições materiais que inicialmente produzem o universo simbólico; assim, objetivamos por meio deste trabalho verificarmos as razões teóricas que fundaram e fundamentaram a Geografia enquanto ciência do espaço, do território, da região, do lugar e da paisagem. Também objetivamos compreender quais transformações ocorreram com a consciência cognoscente geográfica enquanto pensamento científico estruturado em uma intencionalidade racional-discursiva na relação dialética sujeito-objeto. Para isso faz-se necessário entender o modo de apropriação da realidade pela Geografia enquanto ciência atrelada a diferentes concepções de métodos e como a mesma relaciona sujeito e objeto no processo de compreensão da realidade e como ocorre a produção do conhecimento geográfico. O desenvolvimento do presente trabalho é fundamental para entendermos as categorias principais da Geografia e sua validade científica na contemporaneidade, pois as mesmas são compreendidas a partir da visão metodológica empregada pelo geógrafo-pesquisador; assim, a pergunta central deste trabalho é como a Geografia foi estruturada a partir de suas categorias, ou melhor, qual a validade do conhecimento geográfico para compreender a realidade? Procuramos, então, responder o que é a Geografia e quais são suas particularidades categóricas e conceituais, pois as especificidades da ciência geográfica somada ao modo de produção, neste caso capitalista, produz um discurso e uma práxis científica. Após explicarmos as especificidades categóricas da Geografia, adentramos no segundo ponto do trabalho: desenvolver uma teoria do conhecimento geográfico, isso significa que se trata de um trabalho epistemológico, já que por meio do mesmo procuramos elementos que façam o conhecimento geográfico ser compreendido a partir de seus pressupostos que fundamentam a totalidade. A relação sujeito-objeto é a centralidade da teoria do conhecimento geográfico em consórcio com a

questão de método, pois as categorias geográficas são entendidas em conformidade ao método com sua respectiva escola geográfica. Diante disso, direcionamos o trabalho para a dimensão do sujeito e como o mesmo é limitado pela regulação típica do modo de produção, ou seja, o sujeito (entendido enquanto geógrafo-pesquisador) poderá ser limitado por imposições conceituais-metodológicas, ao mesmo tempo em que o método poderá libertá-lo, já que, segundo Sartre (na sua obra: Questão de Método) o método é uma arma social. Outro ponto importante é a dimensão do objeto e sua influência sobre o sujeito, neste caso os objetos geográficos são as categorias em escalas diferentes sendo compreendidas pelos sujeitos, todavia tais sujeitos estão subordinados ao modo de produção e ao modo de regulação, portanto, os objetos não são "inocentes", já que os mesmos são construídos e direcionados por limites materiais e imateriais, pois tanto o sujeito quanto o objeto são limitados por uma realidade teórica e material, ou melhor, limitados por uma estrutura-estruturante; assim, o desajuste desta realidade proporciona o avanço gnoseológico da ciência geográfica e mudanças significativas para uma ampla compreensão da totalidade à partir do questionamento do que é o conhecimento geográfico. O conhecer relaciona-se a verdade, portanto, a verdade geográfica é aquela que permite-nos entender o mundo e suas multiplicidades (teias, escalas, sistemas, espaços, territórios, paisagens, lugares e regiões), bem como projetar o mundo que aí está para outro mundo possível por meio do conhecimento geográfico. Neste ponto o trabalho busca uma hierarquização da realidade através da categorização universal da Geografia, isto é, as categorias e conceitos são universais e absolutos na forma ideária, todavia a estrutura cognoscente atrela-se à intencionalidade do sujeito para com as próprias categorias geográficas, simultaneamente as categorias enquanto objetos também exalam intenções vinculadas a objetivação dos sujeitos. O sujeito pensa o mundo à partir das delimitações que são objetivadas, neste sentido, o geógrafo estuda o mundo por meio das categorias que são delimitadas por uma razão que se expressa através das linguagens e das simbologias típicas da Geografia. A interação do conhecimento geográfico ocorre quando o sujeito e o objeto são processados epistemologicamente e gnoseologicamente na eficácia do conjunto categorico - que é formulado para ser funcional e ter uma finalidade- que interpreta a realidade por meio de conjunto de informações próprias da linguagem e dos símbolos. Na verdade as categorias geográficas são estruturas simbólicas que foram engessadas pelo positivismo e organizadas criticamente pela Geografia marxista numa tentativa inicial para produzir uma teoria do conhecimento geográfico. As categorias geográficas são abstrações objetivadas, pois as mesmas dão sentido a experiência do pensar geográfico por um sujeito construído socialmente. As principais contribuições geográficas deste trabalho inserem-se na epistemologia das ciências e na criticidade da proposta de uma teoria do conhecimento para a Geografia, pois faz-se necessária uma revisão que privilegie as categorias da Geografia enquanto fundamentos simbólicos objetivados como criadores do pensamento científico socializado e delimitado na relação da compreensão ampla do sujeito para com o mundo e o mundo para com o sujeito; assim concluímos que a importância deste trabalho insere-se na construção de uma revisão crítica das próprias categorias geográficas já estruturadas, ou seja, até que ponto o espaço, o lugar, a região, o território e a paisagem ainda contribuem para o desvendar da realidade na totalidade.

2167

GEOGRAFIA, GÊNERO E SEXUALIDADES: DESAFIANDO AS PRÁTICAS INVESTIGATIVAS.

Silva, Joseli Maria (*)

1 - Universidade Estadual de Ponta Grossa | (*) Brasil

Resumen:

As reflexões metodológicas expressas neste trabalho foram realizadas durante uma investigação de pós-doutorado sob o título "Imigração ilegal e as representações sociais das brasileiras na atividade sexual comercial na Espanha", desenvolvida em 2008. O foco deste trabalho é refletir sobre as transformações das imaginações ontológico-geográficas e sua simbiose com os modos de realizar as práticas investigativas e os desafios inerentes a esse processo. Para tanto, são explorados os movimentos de aproximação entre as abordagens feministas e *queer* associados à Nova Geografia Cultural, trazendo para a análise a concepção de pesquisa como processo resultante da reflexão sobre a posicionalidade do pesquisador em relação ao fenômeno estudado e suas implicações. Gênero e sexo, categorias fundamentais das análises feministas e *queers*, são aqui compreendidos como construções sociais permanentes que vão muito além da mera representação de papéis a serem desempenhados por corpos de homens e mulheres sob a hegemonia da heteronormatividade. Para adotar a expressão de Judith Butler (1990), o gênero performático é uma representação construída em atos estilizados, jamais plenamente exibida em qualquer situação e a linearidade entre sexo, gênero e desejo é uma falácia do discurso hegemônico. Nesse sentido, o espaço é também compreendido aqui como imbricado nas performances vivenciadas cotidianamente. A abordagem sobre a reflexibilidade em torno da posicionalidade do pesquisador na abordagem do campo de pesquisa, inclui o pensamento do geógrafo Larry Knopp (2007) que reflete sobre a prática da pesquisa geográfica propondo que o próprio corpo do(a) investigador(a) e sua qualidade perceptiva sejam também ferramentas de pesquisa geográfica. As investigações voltadas às políticas identitárias dos últimos anos reivindicam uma postura reflexiva do pesquisador sobre os atos investigativos e sua posicionalidade em relação ao fenômeno que se estuda. As tentativas de escapar às práticas geográficas criticadas por esta corrente, como a autoridade do(a) pesquisador(a), seu comportamento no trabalho de campo e os modos de interpretação das realidades socioespaciais, produziu a concepção de que a investigação não é um produto, mas um processo. Enquanto processo, as experiências e as interações pessoais entre pesquisadas(os) e pesquisadores(as) passam a compor os dados da própria investigação. Início por argumentar que minha presença física também passa a compor o espaço que exploro. Além disso, levanto os desafios dos efeitos de minha posicionalidade no campo de pesquisa sobre minha própria identidade e das pessoas com quem passo a interagir e sobre a construção do modelo de análise resultante desse encontro. Os registros das experiências de campo ilustram as questões envolvidas nos métodos que têm sido utilizados entre geógrafas(os) feministas e *queers*. Minha corporeidade como investigadora também é representada e interpretada pelos grupos que compõem o campo pesquisado. Meu corpo, assim como compreendo os corpos que estudo, não é um local onde a cultura se inscreve, mas é ativo na produção das percepções e constitui-se em ferramenta de pesquisa. Durante o trabalho de campo, ao estar atenta às representações que minha corporalidade despertava e quais os parâmetros em que eu me tornava inteligível nos locais de pesquisa, pude perceber que meu ser tem também um gênero, uma cor, uma moralidade, uma classe e uma nacionalidade. As interações construídas entre as pessoas envolvidas no ato investigativo do tipo reflexivo geram expectativas que devem ser consideradas válidas e explicitadas, retirando o(a) sujeito(a) que investiga da proteção da invisibilidade que permeia até mesmo o estilo de escrita impessoal, muitas vezes exigida no ambiente acadêmico. A pesquisa qualitativa se defronta com impasses éticos de difíceis soluções, notadamente quando envolvem temas ligados às ilegalidades ou condutas infracionais. Os julgamentos do grupo social pesquisado em torno do meu roteiro de investigação evidenciou o tensionamento de nossas posicionalidades. Houve a resistência das tradicionais hierarquias que colocam as(os) pesquisadoras(es) em patamares de saber mais elevados em relação aos saberes produzidos pelo senso comum. Pode exercitar com estas resistências a "humildade intelectual" aconselhada pelo geógrafo Larry Knopp e compreender que é do encontro de motivações pessoais que se produz o conhecimento de uma dada realidade que é sempre parcial, situacional e em permanente processo.

Domingo 5 de abril

D - 39 - Área 2

08:30 a 09:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2124

O PROCESSO DE PARINTINIZAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO: UMA LEITURA LOCAL SOBRE UM PROCESSO GLOBAL.

Neves, Diogo Labiak ^{1(*)}

¹ - Facinter | (*) Brasil

Resumen:

Certamente o nosso planeta passa por um processo de transformações na contemporaneidade. Sobre este processo já temos a contribuição de diversos estudiosos e pensadores, geógrafos e co-relatos. Do muito que se fala do processo de mundialização pouco se tem de consenso sobre ele. E, dentro de um universo onde pouco se tem de concordância, poucos fatos se mostram tão passíveis de total concordância quanto a certeza de que este processo produz diversas modificações nas comunidades e nos mais diversos locais. Liberais e marxistas tendem a concordar das modificações produzidas em um determinado local quando da sua inserção neste processo globalitário que presenciamos. Então, certamente poderemos presenciar nos municípios de menor tamanho um impacto mais elevado gerado por esta lógica de transformação espacial, promovida pela entrada no processo de globalização e com a participação dos seus agentes. Ao modificar de maneira irreversível as condições espaciais de um determinado local certamente poderemos observar que os costumes, as tradições e outros elementos acabarão, mais cedo ou mais tarde, também sofrendo gradativas alterações. Até que ponto as características locais serão (conseguirão ser) preservadas perante modificações impulsionadas pela ação global de elementom sofrendo gradativas alteraçambiçal do por esta lua inserçaç externos aos agentes sociais locais? Até que ponto as forças locais conseguirão hegemonicamente se manter diante a entrada de novos paradigmas de relações? Estas são, sem dúvidas, perguntas que se mostram interessantes para serem respondidas. Principalmente ao analisarmos o espaço local sob uma ótica também local de produção do conhecimento e interpretação destes impactos. Neste trabalho partiremos para uma análise das alterações sócio-espaciais promovidas na cidade de Parintins, localizada no estado do Amazonas (Brasil), pensando-a a partir da sua entrada mais enfática nesta dinâmica globalitária contemporânea. Esta pequena cidade da Amazônia brasileira, localizada às margens do rio Amazonas, tem se tornado foco de atenções devido à sua manifestação folclórica, que de certo modo já tem um reconhecimento nacional. Ao adquirir uma relevância regional e nacional esta manifestação passa a adotar elementos e ser dotada de peculiaridades que anteriormente não podiam ser observadas. O gradativo aumento na relevância externa desta manifestação pode ser observado no final da década de oitenta, começo de noventa. Conhecidentemente, ou não, à medida que novas empresas externas passam a se aliar à organização e patrocínio deste evento. Conferindo-lhe assim uma característica que passa a extrapolar a dinâmica local que até então era a tônica desta manifestação. Ao passo que a organização e o patrocínio desta manifestação cultural passam ao encargo de empresas externas ao processo originário de construção ideológica, certamente poderemos constatar novas inserções que originariamente também não poderiam ser observadas. Assim como a manifestação cultural foi gradativamente modificada pela inserção do capital externo e pela sua maior inserção em um contexto globalizado, a dinâmica espacial deste pequeno município acabou também sendo alterada. Novas ordens espaciais foram escritas e re-escritas diante a necessidade de uma adequação às estruturas externas que hora se apresentam. Diante às novas dinâmicas territoriais que podemos visualizar nesta cidade, claramente temos a marca de agentes externos. Outro fator importante na dinâmica global que podemos observar é a corroboração de novas territorialidades expressas por agentes que anteriormente não existiam no cenário local. Porém que atualmente são fundamentais para a permanência da condição na qual a cidade se encontra, pensando na sua lógica de expansão regional e nacional. Contudo, se não podemos negar as influências, positivas ou negativas dependendo da filiação ideológica, que estão sendo causadas mundo a fora por agentes externos às realidades locais em nome da inserção em um contexto cada vez mais globalizado, também não podemos fechar os olhos para as especificidades locais que diversos agentes têm gerado contrariando a lógica de expansão do capital nesta fase da globalização. Seriam estas que as ações promovidas por agentes locais das mais diversas características o que muitos estudiosos têm classificado como ações contra-hegemonicas ou ações que gradativamente tem se oposto a esta lógica globalitária que presenciamos?! E, na cidade de Parintins não poderia ser diferente. Se a lógica de transformação espacial tem a sua dinâmica própria, podemos observar que nesta cidade ela passa a ter características únicas, orientadas pelas especificidades locais e pelas características deste grupo social. Neste trabalho abordamos as relações e transformações espaciais produzidas e re-produzidas pela lógica globalizante na cidade de Parintins, manifestadas mais especificamente na sua dinâmica urbana e nas condições sócio econômicas do município. Contudo, sem perder o foco nas relações locais produzidas pelos agentes igualmente inseridos nessa lógica globalizante, e que são capazes de produzir peculiaridades inerentes à Parintins. Se por um lado a cidade de Parintins ficou nacionalmente famosa pelo seu Festival Folclórico e pelos bumbas Caprichoso e Garantido, que protagonizam as festividades, queremos mostrar que a mesma cidade de Parintins pode ser observada sob uma ótica inusitada da relação oriunda deste Festival Folclórico quando mantemos uma análise sócio-econômica e espacial.

2131

O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA SOBRE O PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO BRASIL.

Oliveira, Leonardo Rodrigues de ^{1(*)}; Fumes, Rodrigo Cesar Paes ¹

¹ - Universidade Federal de Viçosa | (*) Brasil

Resumen:

Tendo o ano de 2007, o Brasil, um baixo índice de crescimento econômico, um dos menores da América Latina, o governo toma medidas para alavancar esse crescimento e atrair investimentos para o país. Essas medidas enquadradas em grande parte em investimentos em infra-estruturas mexem profundamente com as bases econômicas brasileira. Sendo assim, é inaugurado um período de transformações sócio, político e econômicas, que afetam profundamente a organização do espaço nacional. Perante tais premissas, o trabalho se justifica em uma análise dessa nova mudança espacial, buscando uma análise crítica das ações propostas pelo plano, bem como, de suas consequências para a economia e esfera social. O trabalho objetiva desenvolver uma crítica ao *Plano de Aceleração do crescimento* (PAC), utilizando dos recursos oferecidos pela geografia econômica para analisar a infra-estrutura e como esta pode afetar positivo e negativamente na organização do espaço nacional. No esforço de análise do PAC, o trabalho busca um enfoque esclarecedor sobre o plano, uma análise da infra-estrutura procedente atualmente para a sua implantação, uma análise das proposições feitas pelo e uma crítica às consequências geradas pelas diretrizes propostas pelo PAC no cenário econômico e na atual organização do espaço brasileiro. O presente trabalho teve no seu processo estruturador a hipótese de que o *Plano de Aceleração do crescimento*, na tentativa de alavancar a economia nacional, proporcionaria efeitos negativos para a organização do espaço brasileiro. Na tentativa de dinamizar e integrar economicamente diversos pontos do seu território, o plano acabaria por agravar a situação da organização sócio-espacial dos grandes centros econômicos como o sudeste e o sul do país. Em contrapartida, proporciona a integração ativa de regiões mais afastadas como a região norte e a região centro oeste. A metodologia empregada para o desenvolvimento dessa análise vai de encontro com os artifícios oferecidos pela geografia econômica para analisar o espaço. Assim, o tema é analisado através da teoria do desenvolvimento geográfico desigual de David Harvey. A partir desse ponto, desenvolveu-se uma análise, de como essa nova infra-estrutura, que vem sendo implantada no território nacional, afeta os processos econômicos e a organização espacial. O trabalho analisa a nova organização do trabalho gerada pelo plano e a atuação de organismos internacionais no território brasileiro. Analisou também, a alteração da diversidade da produção do espaço agrário e industrial brasileiro entendendo como foco, a influência do PAC na modernização e polarização do espaço. E por fim, o trabalho analisa a força desses impactos na circulação e distribuição dentro do território brasileiro. Os dados utilizados durante o trabalho são de cunho secundários, fornecidos pelo governo federal, órgão mantenedor e desenvolvedor desse plano. Para atingir seus objetivos, o



trabalho utilizou de ferramentas como o zoneamento síntese, para identificar onde estariam localizados os principais investimentos do PAC, diferenciando assim, as novas estruturas das antigas e a consequência dessas mudanças para a produção do espaço. Contudo, a Geografia toma um lugar de grande importância na contribuição para a reflexão das decisões tomadas pelo Governo Federal nas esferas econômica, política e sociais do Brasil. Esta área do conhecimento vem possibilitar o desenvolvimento da análise crítica da evolução das atividades econômicas e seus reflexos na produção de espaços no contexto histórico e temporal da economia globalizada. Estudando o processo de crescimento e distribuição da população e sua relação com a Divisão Internacional do Trabalho analisa os modos de produção e formação sócio-espaciais compreendendo o processo de industrialização na sua diversidade e na produção de espacialidades diferenciadas. Neste estudo, a geografia vem contribuir para identificar e desenvolver análises sobre a importância dos transportes e do comércio no desenvolvimento econômico-espacial brasileiro.

2792

"LA ARGENTINA" DE ROMAIN GAINARD: UNA VISIÓN SISTÉMICA "

Zamorano, Gloria Leticia (*)

(*) Argentina

Resumen:

Este trabajo constituye una interpretación sistémica de la descripción que realiza Romain Gaignard sobre la Argentina a fines del siglo XX. Se basa en un análisis semiótico del capítulo "La Argentina", incluido en la obra titulada "Geografía regional II. América del Sur", publicada en 1979. El texto se divide en ocho capítulos que aluden a las regiones argentinas, además de la introducción, consagrada a la presentación del país. La metodología es cualitativa e hipotético-deductiva. Consiste en analizar el texto de Gaignard desde la semiología lingüística, extraer de éste la información necesaria para construir el sistema argentino existente en esa época, según una grilla de análisis lingüístico y un modelo de sistema establecidos a priori. Se consideran, pues, dos aspectos amalgamados durante el desarrollo, pero separados para la explicación: por un lado, la visión sistémica adoptada; por el otro, el análisis semiótico del discurso y sus implicancias epistemológicas. Dentro del análisis sistémico, en primer término se opta por la definición de sistema según Pumain (2004) y se describen los componentes de la estructura (Pinchemel, 1997) y de la dinámica. En segundo lugar, se explica la forma de encarar la geografía argentina de Gaignard, que comprende la presentación del país, la descripción somera de sus regiones y la conclusión final. Por ejemplo, el autor introduce a la Argentina como un territorio extenso, con baja densidad de población y predominio de la raza blanca. Luego profundiza las cuatro regiones constitutivas, con los dominios que las integran: tanto en el Noreste, como en los sistemas andino y subandino, la Patagonia y la Pampa, pone énfasis en las unidades de apropiación, los usos del suelo, los lugares centrales y la red de comunicaciones (elementos estructurales); mientras que la dinámica toma un lugar secundario, cuando hace referencia a los flujos de personas y mercancías, aunque también valoriza el proceso de expansión territorial. Por último, concluye afirmando que la Argentina es un país subdesarrollado, pero pujante en América Latina. Como síntesis, de acuerdo con la información del texto, se describe el sistema argentino, con su estructura, su proceso histórico y las principales fuerzas que lo dinamizan en la época, sus entradas y sus salidas. El análisis semiótico del discurso se vincula con la concepción del texto como un aparato translingüístico, y como tal, posee reglas estructurales que responden a sus condiciones de producción y permiten su comprensión (Lozano, Peña-Marín y Abril, 1986). Luego, en la interpretación del capítulo de Gaignard se incluyen dos aspectos básicos: la estructura de superficie, referida específicamente al estilo del discurso y su significado en el marco de la producción del conocimiento, y la estructura profunda, adonde se consideran las fuentes consultadas, las palabras ejes de la comunicación y el trasfondo epistemológico que ellas reflejan. En conclusión, se trata de un texto descriptivo de geografía clásica, caracterizado por la descripción de las regiones homogéneas argentinas, en las cuales se destaca la historia de la ocupación del suelo. Desde el punto de vista epistemológico, se encuadra en la visión interpretativa o comprensivista de la realidad.

09:30 a 10:30 - Área 2 | 2-Respostas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2150

ENTRE REPRESENTAÇÕES E REGIONALIZAÇÕES CAMINHOS NA LEGITIMAÇÃO TERRITORIAL DA BAIXADA FLUMINENSE, RJ.

Rocha, André S. (*)

1 - UFF/FEUDUC | (*) Brasil

Resumen:

No período atual presenciemos fenômenos espaciais que se tornam um tanto inteligíveis, devido aos seus diversos modos de representação. O desafio de entender certos espaços se dá em decodificar a essência que nutre tal fenômeno, que muitas vezes, se encontram na encruzilhada de interesses econômicos, disputas sobre a hegemonia político-territorial e heranças culturais. No âmbito da Região metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil, diversos fenômenos espaciais estão imbuídos de representações que lhe atribuem suas espacializações, mesmo que não seja de maneira precisa.

Neste sentido se enquadra o que se entende como Baixada Fluminense, que é conhecida, dentre outras características, como uma "região" marcada pelo quadro de marginalidade social, violência e miséria no contexto urbano do Rio de Janeiro, do Brasil e, quiçá, do mundo. Essa representação regional é diferente daquela original, pois a palavra "baixada" lembra uma definição da geomorfologia sobre as áreas do espaço que possuem uma altitude menor se comparada ao seu entorno, área baixa ou área de deposição. A palavra fluminense vem do radical Latino, *Flumem*, que significa rio. Alexandre Marques (2006, p.7) ainda acrescenta que essa denominação latina se aproxima bastante da denominação *iguassu*, "que em tupi significa muita água". Assim, se levamos em consideração esse resgate da idéia de Baixada Fluminense teremos uma regionalização, composição territorial, que abarca os municípios contidos entre o conjunto de montanhas da Serra do Mar e o Oceano Atlântico. Neste sentido, a "Baixada" não corresponderá, apenas, ao conjunto de municípios que compõe a borda oeste da Baía da Guanabara localizada no entorno da metrópole carioca, muitas vezes relacionado à condição de periferia.

Essa nomeação, atualmente, revela mais que uma simples nomenclatura, ou melhor, para ser mais preciso, mais que um substantivo próprio que possui a função de nomear. Atribui-se a "Baixada" uma idéia "qualificadora", quase que adjetivada associa que se associa às noções de miséria, fome, violência, grupos de extermínio, periferia, lugar distante etc. Ou seja, se explicita uma dimensão espacial distinta no Estado do Rio de Janeiro. O espaço socialmente produzido possui uma qualificação, que o distingue dos demais espaços (DI MEÓ, 2001) e a Baixada Fluminense se diferencia das outras áreas do estado a ponto de se firmar como uma verdade (reconhecida no senso comum), como *um espaço legítimo*, no entanto, ainda não reconhecida enquanto unidade "regional" no estado do Rio de Janeiro pelo IBGE. Por outro lado, a mesma vem ganhando um corpo de legitimidade nos discursos de políticos locais e ações governamentais das mais distintas esferas (municipal, estadual e federal), que acabam por legitimar a distinção entre o que é, e o que não é "Baixada". Sobressai, então, à idéia de "Baixada" inúmeras representações, baseadas em múltiplos interesses. Há, assim, uma enorme quantidade de recortes sobre esta área, fruto de disputas de legitimidade territorial por parte de grupos de poder que acabam por construir, a partir da inclusão e exclusão de territórios, regionalizações que se adequem as suas intenções espaciais.

Assim, o objetivo deste trabalho é discutir as inúmeras "regionalizações", composições territoriais, que se forjaram sobre a Baixada Fluminense, RJ (Brasil), afirmando que esta se estrutura como um *instrumento territorial de poder*. Essa construção se revela, também, como uma contribuição teórica e metodológica para os estudos regionais. Pensamos que para entender as muitas regionalizações da Baixada Fluminense não deveríamos pensar a "unidade" de uma região, mas nas intenções que forjam o ato de regionalizar. A essência do fenômeno regional pode ser vislumbrada nas ações projetadas sobre o espaço, onde se estabelece recortes para uma regência territorial, uma legitimação territorial/regional, resgatando o que Bourdieu (2007) diz: "uma forma de impor a dominação através da *di-visão* do mundo".

Como ponto de partida para construção deste projeto, metodologicamente, fizemos uma releitura do conceito de Região, considerado por Paulo C. Gomes (1995) como um conceito chave da ciência geográfica. Buscamos nesta primeira etapa apresentar necessidade de entender não a região por ela mesma, mas em sua razão ou intenção, que se aproxima de sua primeira noção de regência territorial, que se vislumbra em estabelecer domínios territoriais. Em segundo lugar, buscamos nos estudos sobre representação, em especial nas obras de Serge Moscovice (1984), Denise Jodelet (1989) e Henri Lefebvre (1974; 2006), o ponto fundante na associação das inúmeras "regionalizações",



composições territoriais, sobre a Baixada Fluminense como disputas de visões de mundo, ou de disputas de legitimidades, que se apoiam nas "regionalizações" que diversos grupos projetam sobre esta área. Em terceiro lugar, associamos a (re)leitura teórica, em especial na sua prática da regionalização com a produção bibliográfica sobre a Baixada Fluminense e das práticas espaciais desenvolvidas por agentes, sujeitos e atores na construção das múltiplas "regionalizações" para essa área.

Esta pesquisa, ainda, se baseou em: a) *dados de órgãos de pesquisa e planejamento e gestão* como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o CIDE (Centro de Informação e Dados do Rio de Janeiro), FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), SEDEBREM (Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana e Baixada Fluminense); b) *Fontes de jornais de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro* – Jornal Brasil, Jornal o Globo, Jornal O Dia e Jornal O Extra; c) *Fontes Documentais*.

É importante frisar, que procuramos apontar, a partir do exemplo empírico das inúmeras regionalizações sobre a Baixada Fluminense, que entender as novas espacializações da sociedade pode não ser estruturar na busca intensa de um conteúdo regional e de sua unidade, mas nos seus posicionamentos e imbricações no processo de "recortamento" que as diferentes projeções de poder ensejam sobre o espaço. Ou seja, se torna importante compreender as múltiplas dimensões, intencionalidades, que os diferentes grupos possuem na finalidade de legitimar suas plataformas de ação, reveladas em suas diferentes representações regionais/territoriais.

2151

ECONOMÍAS DE AGLOMERACIÓN Y TERRITORIO: CAMBIOS RECIENTES EN LA AGLOMERACIÓN URBANO-INDUSTRIAL PELOTAS-RÍO GRANDE (RS), BRASIL

Rodrigues Soares, Paulo Roberto ^{1(*)}

1 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS | (*) Brasil

Resumen:

En contra de algunos enfoques que anunciaban el "fin de la geografía" la actual fase de la mundialización del capital se caracteriza por una mayor selectividad de los lugares por parte de las corporaciones. Estas disfrutaban en esta fase "líquida flexible" del capitalismo tardío, de gran autonomía y movilidad por todo el planeta. Los espacios metropolitanizados o en metropolización (regiones metropolitanas, aglomeraciones urbanas y regiones urbanizadas) se constituyen locales privilegiados para la territorialización de las corporaciones económicas. Se entiende cómo espacios metropolitanizados o en metropolización, aquellos para los cuales fluye la dinámica metropolitana, las infraestructuras y las condiciones generales de producción, independiente de su contigüidad con las áreas metropolitanas. De igual forma, se constituyen espacios en metropolización aquellos en los cuales los agentes económicos y sociales vinculados a los sectores más avanzados del capital se dejan notar concentrados territorialmente. La mundialización del capital provocó la realineación de las actividades económicas en el territorio. Tras un largo ciclo de reestructuraciones del capitalismo tardío, entre las décadas de 1970 y 1990, se ha inaugurado un nuevo ciclo de crecimiento para las economías capitalistas y las empresas ahora ya preparadas para la nueva etapa de acumulación. Relacionando reestructuración con las nuevas lógicas productivas, consideramos que la reestructuración económica global ha intensificado los procesos de desindustrialización y reindustrialización, así como las situaciones de competencia y movilidad del capital y de selectividad espacial. En paralelo, la reestructuración política neoliberal ha producido la depreciación, o mismo el derrumbe, de las políticas estatales de regulación – incluyendo las políticas de desarrollo regional y/o metropolitano – posibilitando que gobiernos locales o regionales ocupasen del papel de coordinación en diversos campos de la vida política, económica y social. Ya la reestructuración espacial de la forma urbana ha provocado la desconcentración y la reconcentración de los espacios de asentamiento y de los complejos de producción, transformando las regiones metropolitanas en aglomeraciones extendidas, multinodales y multicéntricas. Se yuxtapone a la tradicional metropolización fordista han emergido otras formas de concentración de la población, de los medios de producción, de la gestión y de la información sobre el territorio. La reestructuración metropolitana tiene expresión fenoménica en la dispersión y difusión urbanas, con el tejido metropolitano se dilatando sobre el territorio y elaborando nuevas formas espaciales en el proceso de metropolización del espacio. La escala de la región metropolitana se amplió por las desregulaciones, por las mejoras en los sistemas de transporte y comunicación, pero especialmente porque se produjo un espacio más complejo y homogéneo, simultáneamente fragmentado y jerarquizado. La nueva región metropolitana se manifiesta sobre el territorio en diferentes escalas. El nuevo escenario territorial resulta de procesos simultáneos de "desurbanización" (disminución de las densidades) y "deslocalización" (movimiento de los grupos sociales y de las estructuras productivas en el territorio), que producen un tejido urbano extendido que involucra ciudades grandes y pequeñas, poblaciones, el campo y metrópolis. En nuestra comunicación analizamos los impactos socioeconómicos y territoriales de las actuales grandes inversiones público-privadas en el sur del estado de Rio Grande do Sul, Brasil. Concentramos nuestro análisis en el eje urbano de las ciudades de Pelotas y Rio Grande, las cuales forman una "aglomeración urbana". Las ciudades de Pelotas y Rio Grande fueron ya importantes centros industriales del estado sureño. Rio Grande por la presencia de una refinería de petróleo, de industrias de fertilizantes y de procesamiento de pescado y por la presencia del "Superporto", el puerto marítimo del estado y tercer puerto brasileño. Pelotas, por la presencia de industrias alimentarias como la arrocería (el más importante centro brasileño de esta actividad), la industria conservera y los frigoríficos. Los años 1980 y 1990 fueron de crisis para los principales sectores económicos de las dos ciudades. Sin embargo, tras un periodo de lento desarrollo económico, en los últimos años diversas inversiones están se anunciando para la región sur del estado de Rio Grande do Sul y para el eje urbano en cuestión. Destacamos el "polo naval" en Rio Grande, con la construcción de plataformas petroleras y de navíos de carga, la implantación de una planta de procesamiento de celulosa, nuevas inversiones en el parque de industrias del sector alimentario (arroz, lácteos, conservas), inversiones que en su conjunto ya repercuten en otros sectores de la economía urbana, especialmente el comercio, los servicios y la construcción civil. Así, en la actual coyuntura de atracción de grandes inversiones, la aglomeración urbana Pelotas-Rio Grande se configura como un espacio de atracción de capitales una vez que concentra infraestructuras, fuerza de trabajo y sinergias oriundas del capital social históricamente acumulado en el territorio. Así, la aglomeración está inserida en la economía de archipiélago del capitalismo globalizado, lo que puede posibilitar la expansión económica de esta región en los próximos años. Nuestra investigación se interesa por entender los movimientos de estos nuevos capitales, así como por los efectos socioeconómicos y socioespaciales de estas inversiones. Pelotas y Rio Grande se caracterizan por amplias desigualdades en su estructura social, con importantes grupos de excluidos de los procesos económicos hegemónicos en las últimas décadas. La organización de estas capas menos favorecidas de la población será fundamental para que los beneficios de este nuevo ciclo de desarrollo que se anuncia no queden en las manos de las capas ya históricamente privilegiadas en la región.

2254

ESCLAVXS DE LA MODA: TRABAJADORXS DE LA INDUMENTARIA EN BUENOS AIRES

Montero, Jerónimo ^{1(*)}

1 - Durham University | (*) United Kingdom

Resumen:

El objetivo de este trabajo es el de hacer un aporte a la generación de teoría que apunte a desarrollar recomendaciones políticas que sirvan a los intereses de la clase trabajadora. Para ello se intenta explicar cómo las instituciones y los actores que actúan en distintas escalas geográficas influyen a las economías locales y/o regionales. La industria de la indumentaria en Buenos Aires es la actividad elegida.

Las preguntas que guían nuestra investigación son las siguientes: ¿Cómo ha cambiado la producción de indumentaria en Buenos Aires en los últimos 25 años? ¿Cómo esos cambios han afectado a los trabajadores? ¿Cuáles son las principales influencias institucionales sobre esta actividad? ¿Cuáles son las respuestas de los trabajadores ante esos cambios?

Durante la última década, algunos estudios sobre la industria de la indumentaria han facilitado la comprensión acerca de cómo se estructura el sector internacionalmente. Sin embargo, las investigaciones acerca de cómo se estructura localmente han sido pocas, o en muchos casos se trata de estudios etnográficos que no han trascendido el ámbito local, ni han aportado a las explicaciones sobre cómo actores e instituciones actuando a escalas geográficas más amplias influyen esas realidades locales. En resumen, existe una preocupante falta de teoría que ayude a comprender estos fenómenos de manera detallada pero a la vez suficientemente amplia histórica y geográficamente hablando.

La elección del estudio de caso se relaciona a una preocupación más política que académica, cual es la de la existencia de condiciones de esclavitud moderna en los miles de talleres de costura clandestinos ubicados en Buenos Aires. En éstos, trabajadoras bolivianas traídas al país por talleristas connacionales trabajan hasta 18 horas al día, viven en el mismo lugar, duermen en colchones arrojados en el piso y muchas veces están



encerradxs bajo llave. El tema involucra problemas como la trata de personas, el trabajo de menores y la reducción a la servidumbre. La existencia de este fenómeno se explica por las estrategias adoptadas por las firmas de indumentaria y por la inacción –o complicidad- de las autoridades nacionales, provinciales y locales encargadas de regular la actividad. En cuanto a las primeras, siguiendo las tendencias internacionales en el sector, durante la segunda mitad de los años ochenta las firmas comenzaron a externalizar la producción física de la indumentaria. Esta estrategia se acentuó durante los primeros años de los noventa, cuando la crisis económica y la importante caída en los precios de la ropa (derivada de los bajos precios de la indumentaria importada, una vez liberada de restricciones comerciales) llevaron a las firmas –viejas y nuevas- a buscar métodos para reducir el riesgo de producir indumentaria. Así, hoy en día la gran mayoría de las marcas maneja en sus propias instalaciones el diseño, corte, moldería, modelaje, almacenamiento, distribución y marketing, mientras que externalizan las fases más mano de obra intensivas (armado, costura, planchado y empaquetado).

Dependiendo principalmente de la escala de la empresa, la terciarización se realiza a través de agencias de producto terminado o mediante el contacto directo con talleres de costura. Incluso cuando la marca o la agencia de producto terminado lleva las telas (ya cortadas) a un taller legal, el dueño del mismo puede volver a terciarizar una parte de la orden, extendiendo la cadena hacia abajo. En el fondo de la cadena, lxs mencionadxs trabajadorxs bolivianxs cosen y planchan un 80% de la indumentaria que se comercializa en el país.

A través de la terciarización, las marcas de indumentaria han trasladado el riesgo a los actores más débiles de la cadena. Para evitar esto existe en la Argentina una vieja Ley de Trabajo a Domicilio (aplicable al caso de la indumentaria) que establece que todos los actores involucrados en la cadena (desde la marca hasta los talleristas, incluyendo a los intermediarios) son co-responsables por las condiciones de trabajo en toda la cadena. Sin embargo, la falta de control estatal ha posibilitado que la práctica de terciarizar la producción física de la indumentaria en este tipo de talleres se generalice sin riesgos para los empresarios. En resumen, esta cadena de responsabilidades no cumplidas permite que la marca tenga una ganancia más de 15 veces mayor a la de la costurera que cose sus prendas.

Desde el año 2004 la Asamblea Popular de Parque Avellaneda (más conocida como "La Alameda") denuncia la existencia de talleres de costura clandestinos en la ciudad y sus alrededores. Sus reclamos tomaron eco con una tragedia producida en marzo de 2006, cuando seis ciudadanxs bolivianxs murieron en un incendio en un taller por estar encerradxs bajo llave y no poder escapar. Hoy la problemática está frecuentemente presente en los medios. La lucha de La Alameda apunta precisamente a ejercer presión política sobre la Justicia y el gobierno nacional para el cumplimiento de la referida Ley y para aumentar la presión inspectiva (hoy en manos del gobierno local). Ello ha llevado incluso a una presión inspectiva mayor y a una leve mejora de las condiciones en que se vive en muchos de los talleres. A su vez, La Alameda también ha formado una cooperativa en la que trabajan mujeres que han sido víctimas de esta problemática.

La respuesta de gobierno nacional ha sido contraria a los reclamos de La Alameda: la presidente ha recientemente lanzado un proyecto de Ley redactado por los empresarios del sector, que busca precisamente deslindar a las marcas de toda responsabilidad legal fuera de su ámbito directo. La aprobación de este proyecto de ley derivaría sin dudas en una profundización de la problemática.

En suma, se concluye que solo la lucha de lxs trabajadorxs organizadxs ha logrado mejorar la situación. En este sentido, se espera que este estudio resulte en herramientas concretas para mejorar la lucha de estxs trabajadorxs, en la búsqueda también de desvincular a la geografía de su origen al servicio de las clases dominantes y acercarla a las numerosas luchas obreras que hoy en día se multiplican en América Latina.

16:30 a 17:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2166

A CATEGORIA DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E A QUESTÃO REGIONAL: UMA APROXIMAÇÃO COM GRAMSCI

Silva, Marcos Aurélio da ^{1(*)}

1 - Universidade Federal de Santa Catarina | (*) Brasil

Resumen:

I
Quando sugeriu que a categoria de formação social era apropriada para a análise geográfica da totalidade social (daí falar de formação sócio-espacial) Santos (1977) não definiu um recorte espacial de sua incidência. Conquanto o fizesse em trabalho ulterior (SANTOS, 1982), apontando para o quadro nacional, o texto seminal fornece várias aberturas para uma investigação da questão regional. É notável, a respeito, a referência que faz a um autor como Rofman, para quem "as regiões de um sistema nacional constituem um conjunto articulado de formações sociais, onde se produzem fenômenos internos e externos que determinam diferenças entre elas" (ROFMAN, 1974, p. 102-3).

II
A categoria de formação econômico-social teve em Emilio Sereni a sua mais acabada compreensão. Segundo ele, a noção... se coloca inequivocamente no plano da história, que é... o da totalidade e unidade de todas as esferas (estruturais, supra estruturais e outras) da vida social na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade do seu desenvolvimento histórico (SERENI, 1976, p. 70-71). De fato, aqui Sereni afasta tanto o reducionismo da II Internacional, que identificou a categoria em apreço com "a do conjunto das relações de produção", quanto o estruturalismo althusseriano, que preocupado em superar a noção hegeliana do tempo histórico, calcada na continuidade homogênea, termina por negar a unidade dialética entre continuidade e descontinuidade deste mesmo tempo histórico (SERENI, 1976, p. 69, 83 e 236).

Ainda segundo Sereni, e aqui também em oposição às leituras estruturalistas, a categoria de formação social permite revelar o funcionamento lógico-estrutural de uma dada sociedade - todavia, lembra o autor, e aqui resgatando Lenin, isto não se fará de uma forma exclusivamente lógica, devendo sempre conter um fundamento histórico-genético. Daí sua crítica a Luporini, que afirma a possibilidade de apreender tal funcionamento a partir de um corte "em determinada fase histórica" (SERENI, 1976, p. 86 e segs.). Aliás, dizer que a noção se coloca "inequivocamente no plano da história" (SERENI, 1976, p. 70-1) é insistir que, enquanto uma categoria do pensamento, ela não pode ter uma definição estática. Com efeito, se, para Kant, as categorias são "as regras do entendimento" (CHÂTELET, 1994, p. 96), aqui, com Lukács, insistimos que não se trata de pensar que "a história se passe no interior do sistema de categorias, mas sim que a história é a transformação do sistema de categorias (LUKÁCS, 1999, p. 146).

III
Qual a delimitação geográfica de uma formação sócio-espacial?

Pensamos que, considerar "Um Estado-Nação ... uma Formação Sócio-Econômica" e uma "região não... mais que uma subunidade, um subsistema do sistema nacional", pois que "não tem uma existência autônoma" (SANTOS, 1982, p. 28), é pecar por exagerar a importância das relações externas na análise das regiões, tornando suas dinâmicas histórico-sociais particulares menos influentes, ou tão simplesmente entendidas por suas relações externas. É justamente este o *leitmotif* da teoria da dependência.

Certamente não basta apenas aceitar que uma região do Estado-Nação se identifique com uma formação. Para assim proceder é preciso explicitar o critério de regionalização utilizado. Sérgio de la Pena, partindo da ideia de que uma formação social pode corresponder a "conglomerados regionais de uma nação", assinala que, ao tratar-se de formações capitalistas, "o critério de discriminação" das áreas deve ser o da reprodução "em seu interior (d)as relações de produção... capitalista(s)" (1978, p. 38-9). Ora, esse tipo de interpretação apenas se enreda no viés estruturalista que faz tábula rasa das dinâmicas histórico-sociais particulares.

A relevância de um trabalho como o de Sereni parece sugerir que o critério de regionalização deve estar antes na particularidade histórica de constituição dessas relações. Dito de uma maneira mais clara, na "história da luta de classes e produção do excedente em geral na região social dada" (Afonso, 1988, p. 37-8), mas isso sempre em interação com os diferentes elementos da totalidade social.

Na verdade, neste ponto é preciso reter que, na categoria de formação social, o que está colocado é "todo o problema das transições e das crises... como um problema maior do materialismo histórico e da prática política" (SANTOS, 1977, p. 85). Ora, Gramsci, para quem estes são "processos de desenvolvimento mais ou menos longos, e raramente de explosões 'sintéticas' imprevistas" (GRAMSCI, 1989, p. 90), não descuidou de assinalar, a presença, neles, "de diversas seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de forças em todos os graus", como no exemplo da Vandéia, que "era aliada das forças reacionárias internacionais e representava-as nos seio da unidade territorial francesa" (GRAMSCI, 1989, p. 51).



IV

Gramsci parte criativamente do que Marx e Engels estabeleceram sobre as diversas etapas em que se formam a burguesia e o proletariado (MARX e ENGELS, 1980). Escrevendo sobre os diversos graus das relações de forças, destaca um primeiro estágio em que esta relação está "estritamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens", a partir da qual "estruturam-se os agrupamentos sociais"; já um segundo estágio é aquele ligado às forças políticas e seus vários graus, o econômico-corporativo (a aliança entre as classes dos comerciantes mas não entre estes e o fabricante), o da solidariedade entre os vários membros de um grupo social, mas ainda num plano estritamente econômico (a aliança entre o comerciante e o fabricante) e o mais abertamente político, em que os interesses meramente econômicos são superados, devendo "tomar-se os interesses de outros grupos subordinados" - enfim, o grau "que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas", o que aliás corresponde ao seu conceito de hegemonia (GRAMSCI, 1989, p. 49-50). O fundamental a reter destas passagens, para o tema das expressões espaciais dos processos de transição e, logo, para a ideia das formações regionais, é que, segundo o autor, na "história real estes momentos se confundem reciprocamente... segundo as atividades econômicas sociais (horizontais) e segundo os territórios (verticais)", não se devendo esquecer que "com estas relações internas de um Estado-Nação, entrelaçam-se as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas" (GRAMSCI, 1989, p. 50-1).

2179

ENFOQUES Y CONCEPTUALIZACIONES DE LA REGIÓN EN EL CONTEXTO MULTIPARADIGMÁTICO DE LA GEOGRAFÍA CONTEMPORÁNEA.

Valenzuela, Cristina ^{1(*)}

¹ - CONICET/UNNE | (*) Argentina

Resumen:

Enfoques y conceptualizaciones de la región en el contexto multiparadigmático de la Geografía contemporánea.

Dra. Cristina Valenzuela

cvalenzu@bib.unne.edu.ar

CONICET-UNNE/Argentina

Los nuevos escenarios tecnológicos, socioeconómicos y políticos surgidos en los últimos quince años, exigen la consideración de nuevos interrogantes en el planteo de la dimensión regional. La globalización económica no se opone sino que estimula o acentúa las diferencias y los contrastes en los procesos sociales de construcción del espacio. La homogeneidad impuesta por el sistema capitalista a escala planetaria ha hecho más visible la heterogeneidad que se produce a escala local y las diferencias que surgen entre Estados, dentro de cada Estado y aún entre los propios lugares o localidades. El espacio regional adquiere así un perfil contingente, dinámico. Surge en determinadas condiciones, se expande o mantiene, y puede fragmentarse o desaparecer en cuanto los factores que lo originaron y mantuvieron se extinguen. El cambio constante es el rasgo destacado en esta visión en la que la intensidad de ciertos procesos se contraponen con la debilidad de otros, en una dinámica en la que cada región exhibe dinámicas particulares, combinaciones originales, itinerarios específicos.

En este marco la región constituye para la Geografía una herramienta útil, por su valor epistemológico, para explicar la naturaleza espacial de los procesos de reproducción y "anclaje" del capitalismo en los nuevos escenarios. Este concepto de región no responde a una concepción naturalista ni esencialista del espacio geográfico, como fueron las regiones clásicas de la geografía regionalista, las regiones naturales y las regiones-paisaje. Se aplica, exclusivamente, a la indagación de los procesos, formas y grados de polarización del desarrollo capitalista. La región, en este sentido, identifica un espacio definido por el grado de desarrollo.

El análisis de los procesos que han generado y generan la materialidad y la diferenciación del espacio geográfico, derivados de procesos anteriores, enfoca una realidad cambiante que se caracteriza siempre en relación con su posición relativa a un contexto mayor. Esta relatividad exige el reconocimiento de la dinámica oscilante de interacción entre los procesos globales y los regionales y locales, como una garantía de amplitud, y como un recurso para evitar sobredimensionar en un solo nivel de análisis, la importancia puntual de factores o elementos.

El examen de este vasto y complejo conjunto de procesos derivados de una realidad cada vez más volátil, fruto de acciones múltiples, de efectos inestables y que operan a su vez, en escalas rápidamente cambiantes, conlleva una serie de supuestos acerca de la conceptualización de la región como instrumento de análisis.

Los distintos enfoques coexistentes, que han enriquecido la evolución de la Geografía particularmente en la segunda mitad del siglo XX conllevan sus propios supuestos filosóficos subyacentes, sus postulados teóricos que implican a su vez, una determinada concepción del espacio geográfico y sus principales instrumentos analíticos, así como también ciertas tradiciones temáticas y preferencias metodológicas.

En este trabajo se examina la evolución del concepto de región y de los criterios de delimitación y análisis de acuerdo con las distintas corrientes de pensamiento que han coexistido en la Geografía en el siglo XX, poniendo particular énfasis en destacar los nuevos planteamientos acerca de la cuestión regional a principios del siglo XXI.

2184

POLÍTICAS TERRITORIAIS NO ESTADO DA BAHIA E O DISCURSO DAS "TENDÊNCIAS GLOBAIS": ANÁLISE DO PLANO PLURIANUAL 2000-2003

Vieira, Vanessa ^{1(*)}; Nogueira, Janielle ²; Rios, Sérgio Murilo ²

¹ - Universidade do Estado da Bahia | (*) Brasil

² - Universidade Estadual de Feira de Santana

Resumen:

Os anos de 1980 conferiram-se um importante marco institucional para a definição do papel do Estado nas políticas territoriais. A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um dos eventos mais importantes, quiçá o mais significativo para uma nova postura governamental no planejamento e no ordenamento do território. Após 20 anos de experiência de descentralização política brasileira, é propício discutir como os governos dos estados federativos se comportam em relação às políticas territoriais. A descentralização brasileira não obteve respostas homogêneas em todo o país, devido às especificidades existentes, que, em parte, é resultado de um país com dimensões continentais e caracterizado por diferenças existentes, em termos históricos, culturais, demográficos, bem como da própria organização institucional interna. Considerando estes fatos, importa salientar, a obrigatoriedade do Plano Plurianual - PPA, que é o primeiro instrumento do planejamento dos estados, segundo norma constitucional, com a finalidade de instituir regionalmente as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. Dentro desse contexto, bem mais amplo, a questão central deste artigo é: quais as estratégias de intervenção territorial elaboradas pelo governo estadual, tendo em vista o planejamento regional. O território, objeto de investigação, é o Estado da Bahia, que historicamente tem sua espacialização marcada por disparidades regionais e formação de ilhas de crescimento. Para maior clareza da discussão do tema proposto este artigo organiza-se em três partes, além da introdução. A primeira refere-se aos materiais e métodos que orientaram a produção deste artigo. A segunda trata de uma dupla e complementar abordagem contextual: a primeira enfoca a representatividade da Constituição Federal de 1988 no que tange à descentralização política brasileira; a segunda refere-se à emergência das políticas territoriais no contexto da descentralização política. A terceira, são focalizadas as políticas territoriais e seus desdobramentos no modelo de desenvolvimento regional para o estado da Bahia no período de 2000-2003.



17:30 a 18:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2023

REGIÃO E FORMAÇÃO CONTRADITÓRIA DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA EM REALIDADES CAPITALISTAS PERIFÉRICAS

Boechat, Cassio Arruda^{1(*)}; Toledo, Carlos de Almeida¹

¹ - Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) | (*) Brasil

Resumen:

Procuramos realizar una análise das particularidades do processo de constituição da mobilidade do trabalho no Brasil. Este processo resulta na e da formação do espaço de circulação da mercadoria força de trabalho. Trata-se da territorialização das relações sociais de produção capitalistas. Essa mobilização do trabalho, centrada no sentido da produção de mercadorias, privilegiadamente para o mercado europeu, já está presente desde o período colonial. A este período se segue a formação de regiões econômicas e políticas (no sentido atribuído por Francisco de Oliveira, 1977, e pensado a partir do referencial teórico da modernização retardatária, conforme problematizada por Robert Kurz). A região econômica e política diferencia-se pela reprodução de relações sociais de produção distintas, no que tange à compra e venda da mercadoria força de trabalho. Trata-se, portanto, de se discutir as particularidades regionais distintas, e, portanto, analisadas a partir da formação histórica das regiões que viriam a compor o espaço da mobilidade do trabalho no Brasil. A tese de doutoramento defendida por Carlos Almeida Toledo analisa a região econômica e política das Lavras Baianas, na primeira metade do século XX. Formada sobre as bases herdadas do período escravista, a região reorganiza suas relações de produção depois da abolição. A concentração da propriedade das terras foi determinada pela distribuição de Lavras de exploração de diamantes às empresas que pagassem cem captações, referentes à propriedade de cem escravos. As formas particulares de relações de produção são formadas pelos padrões de fazer "sociedades". Sob tais sociedades, as diferenças de classe entre os sócios, e, portanto, suas diferentes formas de rendimentos, possibilitam discutir as estratégias adotadas pelos mesmos na disputa do produto social. A aparência de liberdade e autonomia do garimpeiro mostra-se bastante constrangida diante da força de instituições como a propriedade da terra e o crédito, de tal forma que, a cada sociedade que o garimpeiro vai sendo forçado a estabelecer, mais expropriado se torna. A crise de acumulação de capital da região será dada pela dinamização da economia nacional. A experiência das migrações para o Centro-Sul do Brasil faz com que a miragem do enriquecimento na mineração perca parte de seu apelo. Neste quadro, as formas regionais de poder e violência também são solapadas pelas novas formas de controle territorial. A perseguição à Coluna Prestes até a Bolívia, feita pelos batalhões patrióticos recrutados entre os jagunços da região, é o último suspiro da forma regional de organizar a violência. A entrega das armas ao governo revolucionário em 1930 simboliza a passagem. A pesquisa de mestrado de Cássio Arruda Boechat, em andamento, visa ao entendimento da formação, configuração e dissolução do sistema de colonato nas fazendas do Oeste Paulista, especialmente de Olímpia-SP, Brasil, como expressão de uma passagem do processo de mobilização do trabalho nessa realidade particular que se moderniza, e as diferentes modalidades e momentos que a mobilidade do trabalho ali assume. Por isso, pretende-se uma pesquisa histórica desse percurso, aliada a entrevistas que vêm sendo feitas na área estudada com os envolvidos no processo, para observar como as transformações implicam em mudanças não só na forma como o "trabalho" e a "produção" passam a ser realizados, como também nas formas diferentes de sociabilidades suscitadas. Assim, quer-se pensar a região, como conceito e como caso particular, através de um estudo da mobilização do trabalho como formação dos pressupostos ou das condições de realização do valor. Isto é, abordá-la como criação das relações sociais de produção, territorializando-se numa realidade particular. Por fim, para além da gestão e consolidação da submissão formal dos trabalhadores às necessidades do processo produtivo, em suas múltiplas configurações empíricas, quer-se compreender a abrangência da submissão real (Marx, 1978; e Gaudemar, 1977) dos mesmos. A pesquisa propõe ver como opera empiricamente nos trabalhadores envolvidos no corte da cana e na laranja, os dois principais cultivos da área estudada atualmente, através da análise discursiva, a imagem de sujeito de suas vidas, expressão da liberdade positiva, proveniente das escolhas que cada um faz, concomitantemente às imposições que lhes são feitas para atingir objetivos pragmáticos, expressão da autonomização do processo de extração da mais-valia. Ver, ainda, desse modo, como capital, terra e trabalho se apresentam para os possuidores de diferentes papéis no processo produtivo, tal qual este a eles se apresenta de maneira fragmentada. Espera-se estar, com isso, vendo como eles entendem a produção, bem como a forma como refazem as suas histórias e a história da própria produção em que se vêem inseridos. Partindo de um entendimento do fetiche como forma de consciência, derivada de relações sociais autonomizadas e, portanto, de sujeitos sujeitados (Kurz), buscamos ali uma reprodução que está na ampliação do mundo da mercadoria em todos os níveis e dimensões da vida social (Martins, 1988), realizando mercadoria até mesmo o que não se produz na indústria, como tempo e espaço (Lefebvre, 1977), também no momento de crise que se conforma. Assim, as diferentes pesquisas levadas adiante procuram realizar o ato histórico de reconstituir os processos de formação por trás das mercadorias que organizam as referidas relações sociais de trabalho locais, bem como as diferentes personificações dos pressupostos necessários para a produção e realização das mesmas. Se, dessa maneira exposto, a forma-mercadoria assume o papel de sujeito das relações sociais nela subsumidas realiza tal procedimento abstraído as qualidades concretas particulares (produtivas no sentido amplo) no momento mesmo em que a troca é levada a cabo. O sentido final das relações dessa forma pautadas passa a ser, a partir das conformações sociais impostas pela constante expropriação da população, o de realizar a troca de mercadorias, o que reversamente significa a necessidade do reforço do particular sob o signo do valor nele representado. Pensar conjuntamente ambos os momentos da forma-mercadoria, o da abstração real e o das particularidades concretas cindidas exatamente por tal processo de abstração real, é como se procura aqui uma compreensão das relações entre as regiões e a sociedade produtora de mercadorias de maneira global e também internamente às mesmas regiões estudadas.

2218

CAMBIOS EN LOS TIPOS DE ASIMILACIÓN ECONÓMICA DE LA REGION COSTERA DE MEXICO ENTRE 1970-2005

Juárez Gutiérrez, María del Carmen^{1(*)}

¹ - UNAM | (*) Mexico

Resumen:

Cambios en los tipos de ASIMILACIÓN ECONÓMICA DE LA REGION COSTERA DE MEXICO ENTRE 1970-2005 El tipo de asimilación económica es el proceso productivo principal que determina la actividad económica en el territorio que se estudia, en el confluyen aquellas actividades económicas que crean los medios de producción y los bienes de uso y consumo. Los objetivos del trabajo son revelar los cambios esenciales en los tipos de asimilación económica en la región costera de México, entre 1970-2005 e identificar los problemas globales, regionales y locales que gravitan sobre la economía de la región costera de México.

Metodología

En trabajo tiene un enfoque dinámico-temporal, 1970 momento en que la economía está consolidada y 2005 último corte censal que será adoptado como expresión de la situación actual, y adopta como criterio básico a la población económicamente activa ocupada en los sectores primario, secundario y terciario. Para medir los cambios se utiliza el método de los cocientes sucesivos que permite identificar la orientación con las tendencias observadas o preferenciales de una estructura geográfico-económico dada en una unidad espacial (municipio o estado). El método presenta los siguientes pasos: Paso uno es la selección de las variables que en este caso están representadas por la población ocupada en los sectores, primario, secundario y terciario. Paso dos es la selección del número de cocientes que a nivel internacional se marcan seis, pero esto depende del conocimiento empírico del espacio geográfico que se analiza; mientras más heterogéneo sea el territorio, el número de cocientes puede ser menor que seis, en tanto que si las regiones son más homogéneas requieren de una, mayor cantidad que posibilite revela las pequeñas desiguales regionales. Paso tres se seleccionan los seis mayores cocientes sucesivos, que se dan a través de los mayores valores de la matriz de datos. Paso cuatro, la relación de combinaciones posibles de los códigos. Quinto paso, la aplicación de los resultados obtenidos. Este método permite caracterizar la presencia de los sectores económico, que marcan distintos niveles de especialización y diversificación de los territorios y sus cambios, que van a depender de de las variaciones de lo cocientes. Las combinaciones obtenidas pueden ser examinadas en relación con otros fenómenos, previamente determinados, como pueden ser el proceso de urbanización. También un elemento importante en la metodología es la imagen cartográfica, que muestra los cambios en los tipos de asimilación económica y sintetizan la información.

El aporte geográfico del trabajo es que en este momento de globalización en donde se muestran cambios sucesivos a escala planetaria, la



aplicación de la teoría de la asimilación económica concentra la atención en la diferencia espacial interna, y ayuda a explicar la conformación de las regiones como un proceso diferencial que acontece en distintos territorios, dada como efecto de la interacción de factores diversos como los naturales, sociales, culturales económicos y políticos; agentes causantes de la situación geográfica de un lugar determinado. La teoría de la asimilación económica tiene tres concepciones básicas que son el nivel, el tipo y el grado de asimilación económica; el primero es la expresión medible del proceso referido; el segundo, el tipo de asimilación económica es el proceso productivo principal que determina la actividad económica y el grado es la dimensión temporal de las tendencias de ocupación de los espacios y fronteras humanizadas.

2277

GLOBALIZAÇÃO E NOVO SISTEMA INTERNACIONAL

da Silva Machado, Felipe ^{1(*)}; Marcia Ferreira Dionisio, Pamela ¹

¹ - UFRJ | (*) Brasil

Resumen:

No trabalho são apresentadas as discussões sobre a atual organização do espaço mundial e os processos que fazem parte da configuração desta organização. CASTRO (2005), autora que muito contribuiu para as idéias colocadas, salienta a importância de interpretar o espaço, como uma complexa arena de interesses não redutíveis aos atores econômicos e aos conflitos produtivos, que obedecem à lógica econômica. Mas devem-se procurar também os conflitos distributivos que se organizam a partir da lógica das relações de poder das instituições políticas. Ainda afirma que "estes dois conflitos se reproduzem também na escala global e são comandados pelos atores característicos desta escala" (CASTRO, 2005). Estruturamos o trabalho em partes. Há uma discussão teórico-conceitual, é mister que se esclareça o principal termo abordado no trabalho. Além disso, discutiremos sobre as mais novas dimensões da globalização, uma questão fundamental para o estudo do espaço e das sociedades, de qualquer canto no planeta. Também nos baseamos numa discussão de CASTRO (2005), onde a autora nos traz os paradoxos da globalização e a polémica que gira em torno dela, principalmente no que tange o papel desempenhado pelos Estados Nacionais na formação de um sistema global. Buscamos um exemplo de caso para o que foi discutido anteriormente, com a idéia de que a globalização gera nacionalismo, já que os fluxos financeiros globais e a tecnologia limitam o verdadeiro poder dos políticos, que tentam compensar com o que lhes sobra: identidade nacional. Este trabalho está estruturado em cinco partes. Na primeira, traremos uma discussão teórico-conceitual, é mister que se esclareça o principal termo abordado no trabalho. Além disso, discutiremos sobre as mais novas dimensões da globalização, uma questão fundamental para o estudo do espaço e das sociedades, de qualquer canto no planeta. Na segunda parte nos baseamos numa discussão que CASTRO (2005) realizou em seu livro "Geografia e Política", onde a autora nos traz os paradoxos da globalização e a polémica que gira em torno dela, principalmente no que tange o papel desempenhado pelos Estados Nacionais na formação de um sistema global. Na terceira, buscamos um exemplo de caso para o que foi discutido anteriormente, com a idéia de que a globalização gera nacionalismo, já que os fluxos financeiros globais e a tecnologia limitam o verdadeiro poder dos políticos, que tentam compensar com o que lhes sobra: identidade nacional. Os últimos discursos de Chávez na fracassada campanha pelo "sim" pode ser um exemplo para essa discussão. A quarta parte, será representado pelas novas formas e estratégias de guerra atualmente, buscamos esse tema, pois achamos que as estratégias utilizadas pelos grupos terroristas para anularem as disparidades em relação às grandes potências que combatem estão inseridas numa nova forma de conflito, típica do século XXI, que se apresenta de uma maneira global. Na quinta e última parte, são apresentadas as características do novo sistema internacional, além disso, traremos, baseados em CASTRO (2005), as perspectivas de um processo de constituição de um espaço público político global. O sistema econômico mundial, nessa era de globalização, traz a importante diferença que há entre os conflitos produtivos, dos conflitos distributivos, os primeiros são os ganhos pela produtividade, na concorrência do mercado mundial, já os segundos são os resolvidos no espaço político das instituições, local onde há o princípio da justiça distributiva. CASTRO (2005) finaliza seu estudo sobre o sistema internacional contemporâneo salientando que a geografia política cabe a indagação das condições institucionais no espaço mundial que vêm favorecendo a redução dos conflitos distributivos mais em determinados territórios que em outros, pois as condições dos conflitos produtivos já fora bem explorados por essa ciência. A participação política dos indivíduos na sociedade global apresenta-se como um caminho, para o alcance da inserção social e da diminuição das desigualdades econômicas reveladas pela globalização. O problema da participação dos indivíduos na globalização aparece na análise do processo de influências das instituições sociais e na liberdade política para o enfrentamento dos desafios de uma realidade que avassala, destrói, cria e recria valores étnicos sociais e culturais.

D - 36 - Área 2

08:30 a 09:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2010

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: A RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA NA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA

Cruz, Cláudia ^{1(*)}; Melo e Souza, Rosemeri ²

¹ - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia | (*) Brasil

² - Universidade Federal de Sergipe

Resumen:

A competitividade exigida pelo processo de globalização frequentemente impõe a implementação de atividades econômicas incompatíveis com as necessidades sociais de comunidades locais e com a dinâmica da natureza, assim como promove a concentração de assentamentos humanos e atividades econômicas. Diante dessa realidade, os objetivos sociais e ecológicos definidos têm assumido posição secundária em relação aos objetivos econômicos, revelando a necessidade de maior reflexão acerca da incorporação do princípio da sustentabilidade em programas de desenvolvimento regional. Estudos revelam que apesar da definição de objetivos sociais e ecológicos que contemplem as discussões sobre a sustentabilidade no desenvolvimento regional, é recorrente a operacionalização de objetivos econômicos de forma a fragilizar as dimensões sociais e ecológicas na implementação de programas estatais. Surge assim, a necessidade de repensar o desenvolvimento regional para além dos interesses econômicos hegemônicos, buscando como fundamento a valorização da cultura, da dinâmica da natureza e os interesses legítimos das comunidades locais no processo produtivo. A abordagem emancipatória do desenvolvimento regional fundado na sustentabilidade, que considera a aproximação entre o Estado, os agentes econômicos e os grupos sociais, valoriza a necessidade de inserir a sociedade na tomada de decisões e garantir a gestão direta de seus recursos produtivos. Buscando contribuir para a análise das políticas de desenvolvimento regional considerando conceitual e empiricamente a análise do discurso da sustentabilidade como alternativa metodológica, essa pesquisa tem por objetivo geral analisar o discurso ambiental no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região Sudoeste da Bahia – PDRS e seus reflexos no ordenamento territorial. Os objetivos específicos são discutir a concepção de desenvolvimento sustentável que fundamentou a elaboração do PDRS Sudoeste da Bahia; investigar a participação do poder público, da iniciativa privada e das comunidades locais no PDRS Sudoeste da Bahia; e confrontar o discurso ambiental com as ações voltadas para o ordenamento territorial na Região Sudoeste da Bahia. A Região Econômica Sudoeste da Bahia localiza-se entre 13°02' e 16°00' de Latitude Sul e 39°32' e 41° 49' de Longitude Oeste, abrangendo 39 municípios, totalizando 42.542,9 Km² correspondendo a 7,5% da superfície do Estado da Bahia. A estrutura produtiva é composta predominantemente pelo comércio atacadista e serviços; pela lavoura cafeeira, criação de bovinos, caprinos e ovinos; e atividades industriais dos ramos tradicionais. Foi feita a revisão bibliográfica; levantamento da documentação cartográfica; pesquisa sobre as ações implementadas; elaboração de mapas temáticos; realização de entrevista semi-estruturada com representantes do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil; sistematização e análise dos dados coletados. Dentre as contribuições teóricas foram utilizadas Melo e Souza (2004) que trata do discurso ambiental; Becker (1995) que analisa o desenvolvimento sustentável como novo modelo de desenvolvimento regional; Leff (2005) que alerta sobre o princípio da



sustentabilidade o qual surge no contexto da globalização como o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade; Moraes (2005) que aponta o ordenamento territorial como um instrumento de articulação trans-setorial e interinstitucional visando o planejamento integrado da ação do poder público; Castro (2002) que explicita sobre as relações políticas e econômicas realizadas no território na escala local e regional; Haesbaert (2004) analisa o caráter político do território o qual envolve o jogo entre os "macropoderes" políticos institucionalizados e os "micropoderes" produzidos e vividos no cotidiano das populações; Foucault (1999) e Orlandi (2003) que estabelecem diretrizes para a compreensão analítica do Poder e da Análise do Discurso. O PDRS destaca cinco dimensões da sustentabilidade: geoambiental, econômico-social, histórico-cultural, científico-tecnológica e político-institucional. Entretanto, o discurso da sustentabilidade defendido no PDRS valoriza primordialmente a competitividade econômica com repercussões no ordenamento territorial e revela o sentido da sustentabilidade predominante no contexto da globalização. A investigação sobre a participação de entidades comunitárias no PDRS Sudoeste da Bahia permitiu constatar que houve uma fraca atuação de associações e sindicatos na discussão dos problemas e busca de soluções para o desenvolvimento regional fundado na sustentabilidade o que representa a desvalorização da gestão democrática que contribui para que os atores regionais controlem seus processos produtivos que têm sido controlados pelos interesses de grupos econômicos do mercado globalizado. Na defesa pela competitividade, não se considera a desigualdade entre os atores sociais a exemplo do produtor rural que, quando consegue se inserir na cadeia produtiva do complexo rural por meio da produção, encontra-se desarticulado em relação aos demais agregados da cadeia produtiva: insumos, comercialização e agroindústria os quais retêm 85% do valor produzido pelo produtor rural. Assim, a busca pela autogestão da produção voltada para atender as necessidades locais depende da libertação dos ditames do mercado global. O Estado deve garantir as condições para a gestão democrática e sustentável dos meios naturais de produção e de existência das comunidades por meio de apoio político, jurídico e financeiro, assim como viabilizar o acesso a conhecimentos que contribuam para a melhoria de vida e para que o processo produtivo seja coerente com a dinâmica da natureza e cultura regional. Dentre as ações voltadas para a sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia destaca-se a produção e comercialização de produtos regionais como resultado da ação direta de associações locais. As ações governamentais voltadas para a sustentabilidade na Região presentes em relatórios oficiais revelam que ocorreram de forma fragmentada nos diferentes setores do governo e os depoimentos da maioria dos atores regionais revelam que as ações se deram de forma verticalizada e predominantemente incompatíveis com a realidade das comunidades da Região. Desse modo, o Programa serviu para legitimar um discurso de sustentabilidade para operacionalizar demandas de alguns atores. Os resultados permitiram explicitar os interesses em disputa na apropriação da natureza, com repercussões para o território-alvo dessas políticas no contexto da globalização, buscando contribuir para a discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento regional no qual a sustentabilidade tenha um caráter multidimensional e seja pautada na participação legítima na tomada de decisões e na autogestão da produção a fim de atender as necessidades sociais.

2075

PLANES ESTRATÉGICOS PARA CIUDADES SIN CIUDADANOS

Gonzalez, Mirta Susana ^{1(*)}; VILLAVICENCIO, ALBERTO ROQUE ¹

¹ - UNIVERSIDAD NACIONAL DE MAR DEL PLATA-GRUPO DE ESTUDIOS DE ORDENACION TERRITORIAL | (*) Argentina

Resumen:
OBJETIVO

El trabajo no constituye una crítica al planeamiento *per se*, sino a la pretendida acción participativa del Plan Estratégico para la ciudad de Mar del Plata y el Partido de General Pueyrredon y el modelo normativo que lo sustenta, vinculado a una agenda urbana hegemónica, difundida por organizaciones internacionales que plantean modelos de ciudades asociados al pensamiento único. Estos discursos tienden a minimizar las diferencias y los conflictos y a una visión ingenua sobre el desarrollo local y la ciudad como gestora de su propio desarrollo. Se pretende demostrar que con este modelo de gestión local se profundiza la dualización y fragmentación de la ciudad y constituye un ejemplo de "capitalismo asistido", donde el municipio relega otras obligaciones y se erige en "socio" de las empresas. Paraphrasing Vainer (2000) son "planes para ciudades sin ciudadanos" METODO Y TECNICAS

La metodología utilizada es cualitativa y consiste en análisis bibliográfico, de los documentos oficiales, la participación observativa y entrevistas a distintos actores. CONCLUSIONES CIENTIFICAS

En 1995, Ignacio Ramonet, director de Le Monde Diplomatique, incluía en la agenda del debate sobre globalización, el concepto *pensamiento único* para referirse a la ideología con pretensiones universales e incuestionables que defiende el dominio absoluto de la economía y del mercado sobre las esferas políticas, sociales y culturales en el mundo globalizado (Arantes, Vainer, Maricato, 2000). Los orígenes de esta corriente de pensamiento se remontan a los inicios del Neoliberalismo. Los gobiernos de Margaret Thatcher en Inglaterra y Ronald Reagan, en los Estados Unidos, consolidaron el Neoliberalismo, aplicándolo a la administración estatal a través de políticas como la disminución del gasto social, desmovilización sindical, reforma y descentralización del estado, entre otras.

En este discurso sobre los "modelos de ciudad" se reiteran las referencias a las nociones de competitividad, eficiencia, equidad, ranking de ciudades, ciudad conectada, flexible, administrada cual empresa, con fuerte apoyo de estrategias de marketing, es decir, como mercancía a ser "vendida". Todo ello, asociado a la "ciudad sustentable", como si de por sí fuera un atributo de la competitividad. El resultado de esta ideología es la masiva puesta en marcha de la Planificación Estratégica urbana. La metodología utilizada en estos planes (FODA) no es neutra, ya que no permite identificar responsables y al no jerarquizar los problemas, lleva luego a un listado de proyectos sin ningún tipo de priorización. Con respecto al diagnóstico realizado, corresponde a un espacio sin profundidad histórica, es una "fotografía" o imagen congelada del presente, no permite analizar qué es lo que pasó ni efectuar una prognosis. Se apoya en un deficiente empleo de indicadores, estadísticas, etc. Falta referencias explícitas a la inserción de la ciudad en la región, la cual no resulta llamativa, ya que la imagen -objetivo es la de la ciudad-empresa, con aspiración de inserción en los espacios de la globalización. Tampoco existen referencias sobre las verticalidades. Las intervenciones urbanas están siendo realizadas de manera diferencial de acuerdo con objetivos meramente inmobiliarios y con rápidas tasas de renovación del capital. Ejemplos son los proyectos llevados a cabo durante 2005 para la concreción de la "IV Cumbre de las Américas", todos ellos localizados en el frente costero.

De esta manera, se profundiza la dualidad entre la ciudad turística y la ciudad interna, los barrios y sectores excluidos que no se benefician por las mencionadas intervenciones y el objetivo central de un Plan Estratégico, que debería ser mejorar la calidad de vida de la población a través de la creación de empleo y la inclusión social, termina siendo no cumplido. La ciudad real queda desdibujada por una ciudad ideal.

Es necesario deshacer los consensos e incorporar al conflicto como instancia de la planificación, si es que ésta pretende ser horizontal y participativa

2103

A IMPORTÂNCIA DOS DISCURSOS POLÍTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DA "REGIÃO" DE GUARAPUAVA – PARANÁ – BRASIL

Antoneli, Maria Rosmeri ^{1(*)}; Silva, Márcia da ²

¹ - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) | (*) Brasil

² - Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Resumen:
Objetivos

Compreender os discursos políticos, forjados ou não, bem como a importância dos mesmos como difusores das representações sociais no instaurar de "regiões" é o objetivo dessa pesquisa. O conceito de região, de longa data em debate na Geografia, é elaborado a partir de sujeitos históricos (políticos, empresários, instituições) que a instauraram e ainda a instauram como produto de seus discursos. Aqui, no entanto, a "região" é uma das mais empobrecidas, a Centro-Sul, Estado do Paraná, no Brasil, que tem como centro a cidade de Guarapuava. A finalidade, então, é a de identificar e analisar qual é a "região" de Guarapuava (ou regiões) impetrada pelo discurso político que a assume como um recorte territorial relevante ou irrelevante em suas estratégias pela busca/permanência no poder. Métodos e Técnicas

Os procedimentos metodológicos estão fundamentados, em especial, em pesquisas em jornais locais/regionais e em entrevistas direcionadas a ex e atuais políticos, empresários e outros "líderes" locais que, no decorrer de aproximadamente 50 anos, utilizaram-se da "região de Guarapuava"



como um "recurso" de grande importância na ascensão e permanência do poder, o qual advém, com maior evidência, das forças político-econômicas que se centralizam na mesma. Torna-se premissa fundamental, ainda, observar a relação desses fatos à chegada de imigrantes alemães (Suábios do Danúbio) com as mudanças políticas, econômicas e culturais ocorridas na "região" após os anos 1950. Principais contribuições geográficas

Entende-se que a "região" de Guarapuava-PR, como outras no Brasil, foi criada em função de interesses políticos/econômicos determinados. São justamente estes interesses que nos apresentam como inquietações. O questionamento instigador do debate é: Quem instaura a região? Quem responde por ela? Qual o sentido da criação/recriação de regiões? A quais interesses respondem ou repudiam? Em relação à Guarapuava-Paraná-Brasil, essas foram e continuam sendo perguntas com respostas ainda vagas no decorrer da segunda metade do século XX até os dias atuais. A temática tem por objetivo compreender como os sujeitos se apropriam de regiões e fomentam representações sociais que as tornam efetivamente existentes, posto inculcadas em imaginários sociais fundamentados em estratégias e interesses político-econômicos historicamente construídos.

A região de Guarapuava se destaca em relação às demais regiões do Estado, em especial, pelo empobrecimento, pela formação latifundiária conservadora, pela ausência de setores produtivos "modernos" (vincula-se a indústria madeireira, à pecuária e à produção de soja e trigo *in natura* para exportação, dentre outros), pela ausência de integração viária com as regiões economicamente mais desenvolvidas do Norte Estado etc. Na sua micro-região, exerce grande influência política e econômica sobre os demais municípios, sendo um centro receptor de pessoas em busca de diversos serviços e empregos. Outro elemento importante é a presença, em Guarapuava, de representantes políticos de nível nacional, como deputados federais eleitos e reeleitos constantemente.

É neste sentido que se busca significados para a região em estudo, sabendo-se que o conceito de "região" de Guarapuava, como outras, foi criado em função de interesses políticos, mesmo que a busca seja também por benefícios econômicos. Os sujeitos que detêm o poder e o usufruem em benefício (ou não) da sociedade são os responsáveis pelo surgimento das várias "regiões" ao longo do tempo. Segundo estudos já realizados sobre o município e/ou região de Guarapuava-PR, percebe-se que se trata de uma região com "relações de poder conservadoras" (SILVA, 2007). O poder político local contesta essa ideia porque, para ele, ao menos num primeiro momento, não é interessante que a "região" seja assim denominada, pois o que importa é que a "região" seja conhecida e reconhecida como "moderna", dinâmica e sempre sujeita a transformações, mas eles prezam pela permanência, por isso reforçam a concepção, no imaginário social, de que mudanças somente com sua presença no poder. Assim, compreende-se que discursos políticos têm grande importância para a elaboração do conceito de "região", pois é através deles que estas se estruturam ou se reestruturam por meio de interesses diversos. Quando o objetivo do discurso é o de divulgar aspectos buscando a valorização da "região" toma-se um caminho diverso daquele de quando o discurso tem como objetivo uma reivindicação. No primeiro caso prontamente se coloca a região como "moderna" e possuidora de diversos benefícios. No segundo caso o discurso é o de que a mesma é carente, com índices baixos de desenvolvimento sócio-econômico. É fundamentalmente buscando analisar argumentos como este que nossa pesquisa pretende demonstrar como os discursos políticos são estratégicos para a construção de representações de "região", aqui da Guarapuava: regiões "do atraso", do devir, desenvolvida, moderna, conservadora e outras, de acordo com os objetivos de quem os produzem e porque os produzem.

09:30 a 10:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2217

OCUPAÇÕES DE TERRA: UM ESTUDO SOBRE A TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO BRASIL NO PERÍODO DE 1988-2007

Tavares de Oliveira, Nallígia ^{1(*)}; Mançano Fernandes, Bernardo ²; A. Welch, Clifford ¹

¹ - Unesp | (*) Brasil

² - UNESP-PRESIDENTE PRUDENTE

Resumen:

nalligiatavares@rocketmail.com

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo analisar dados históricos sobre ocupações de terras e o número de famílias participantes para melhor compreender a forma de resistência e territorialização camponesa na luta pela terra.

Métodos e técnicas

Utilizaremos como base estatística as informações acumuladas há anos na categoria ocupações de terra do projeto de pesquisa DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, criado no NERA - Núcleo de Estudos Pesquisa e Projeto de Reforma Agrária - vinculada a UNESP campus Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

O banco de dados contém informações básicas de todas as ocupações de terra ocorridas no Brasil, desde a constituição federal de 1988 que estabeleceu a reforma agrária como dever do governo. Para cada ocupação, terá a data e período do evento, o nome do local, o município, o número de famílias envolvidas e os movimentos socioterritoriais responsabilizados para a mobilização. Porque são milhares de casos cadastrados, optamos por utilizar o método do estudo de caso para organizar nossa pesquisa.

Uma região notória para a luta pela terra é o Pontal do Paranapanema, que está localizado no oeste do estado de São Paulo e é composto por 32 municípios. Esta classificação é da UNIPONTAL - Associação dos Municípios do Pontal do Paranapanema, que utilizamos pois esta associação tem uma preocupação com a totalidade do território diferentemente das outras instituições.

Este território é marcado pela irregularidade das terras, e ainda hoje grileiros - poderosos posseiros de propriedades baseadas em documentos falsificados - estão com a posse ilegítima de milhares de hectares (LEITE, 1998; WELCH, 2008).

A concentração fundiária no país é um sério problema que torna o Brasil um dos países com os maiores índices de desigualdade social. Essa situação é resultado da incapacidade do capital de inserir a maioria das pessoas no processo produtivo capitalista. Por mais de duas décadas esta região tem sido palco dos maiores conflitos de terra no Brasil. Desde o início dos anos 1990, o principal protagonista das ocupações tem sido o movimento socioterritorial, MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Demonstraremos através de gráficos, mapas e tabelas as oscilações na relação entre as políticas agrárias do governo, as ocupações e o número de famílias participando para assim contribuir com o estudo da questão agrária na América Latina. Principais contribuições Geográficas

Para uma melhor compreensão do tema estudado, devemos entender a importância das ocupações de terras para os movimentos socioterritoriais (movimentos que tem como trunfo a disputa pelo território).

Segundo Fernandes (1999) ocupar além de ser uma luta contra a concentração fundiária, é um meio de pressionar o governo para ocorrer à distribuição das terras, de forma justa, viabilizando assim a Reforma Agrária.

Ele ainda afirma que o processo de territorialização é compreendido pelas ocupações de terra e a conquista de assentamentos rurais. Esses lugares constituem-se em territórios onde o campesinato se cria e reproduz a luta pela terra.

Quadro - Municípios com maior número de ocupações no Brasil no período de 1988-2007

Região	U.F	Municípios	Nº Ocupações	Nº Famílias	
1º	SE	SP	Mirante do Paranapanema	171	33.165
2º	SE	SP	Presidente Epitácio	71	8.710
3º	SE	SP	Teodoro Sampaio	70	11.458
4º	N	PA	Marabá	66	8.326
5º	NE	AL	Maragogi	52	3.704
6º	SE	SP	Euclides da Cunha	51	7.087
7º	SE	SP	Presidente Venceslau	49	5.161
8º	S	PR	Querência do Norte	48	4.291
9º	SE	MG	Uberlândia	45	7.847
10º	SE	SP	Caiuá	43	5.548



Fonte: DATALUTA, 2008. Org. Anna L. Araújo, 2008.

Em todos os municípios do Pontal do Paranapanema, no período de 1988 a 2007 ocorreram 682 ocupações de terras. Como mostra o quadro acima, somente no município de Mirante do Paranapanema o DATALUTA registrou 171 ocupações, este, portanto é o município de maior ocorrência de ocupações em todo território brasileiro, durante o período de 1988 a 2007. Dos 32 municípios que compõem o Pontal, seis fazem parte dos dez municípios do Brasil com maior ocorrência de ocupações. [1]

Referências bibliográficas ARAÚJO, Anna Luisa. Organização de dados da luta pela terra e da reforma agrária para análise e mapeamento da questão agrária. 2008. Relatório de pesquisa - FAPESP. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente.

FERNANDES, B. M. MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. LEITE, José Ferrari. A ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo: HUCITEC, 1998.

WELCH, Clifford Andrew. Os comb-terra e sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1945-1996). In História social do camponato do Brasil. Tomo: Lutas camponesas contemporâneas. Condições, dilemas e conquistas. Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Sêrvolo de Medeiros e Maria Ignes Paulilo, orgs. São Paulo: EDUNESP, 2008.

[1] Este trabalho deve ser inserido no Eixo 2 – Resposta teórico- metodológicas da Geografia perante as recentes especialidades.

2226

LOS MOVIMIENTOS SOCIALES COMO ESPACIOS EN RESISTENCIA EN MÉXICO

Ibarra García, Ma. Verónica^{1(*)}

1 - Colegio de Geografía. Fac. de Filosofía y Letras. UNAM | (*) Mexico

Resumen:

México tiene una larga tradición de movimientos sociales a lo largo de su historia, sin embargo, a partir de la implementación del modelo neoliberal en 1982 se han presentado movimientos sociales en una esfera poco identificada con anterioridad, la construcción de megaproyectos, desde presas hasta espacios recreativos y turísticos, pero también de infraestructuras de diversos tipos. Todos ellos responden a una lógica de reorganización del espacio para obtener mayores tasas de ganancia o bien en la introducción de elementos al circuito del capital a través de la transformación de un valor de uso a un valor de cambio, en donde la naturaleza es altamente significativa. Esta transformación de los espacios ha generado tensiones muy álgidas que en ocasiones se han convertido en conflictos sociales, entre los más significativos se encuentran el de San Juan Tetelcingo, en el Estado de Guerrero en 1986; el de Tepoztlán en el Estado de Morelos, en 1994-1995, ambos localizados en el Sur de la República Mexicana; el movimiento de San Salvador Atenco en el Estado de México, en 2001, en oposición a la construcción del aeropuerto de la Ciudad de México, así como el movimiento organizado por los ejidatarios y colonos, habitantes en las márgenes del río la Parota, en el municipio de Acapulco, Guerrero en 2005.

Todos ellos han sido movimientos que han logrado resistir los proyectos de producción de espacio hegemónico neoliberal. Sin embargo, para poder comprenderlos es necesario recuperar aportaciones conceptuales de la ciencia política, de la historia, de la antropología, de la sociología y de la economía política, saberes que han trabajado tradicionalmente estas problemáticas en México, al mismo tiempo que la geografía política mexicana los ha olvidado. Sin embargo, considero que la geografía cuenta con herramientas teórico-metodológicas que permiten enriquecer el análisis de estos movimientos sociales en retroalimentación con las ciencias y saberes, ya mencionados. Este es uno de los primeros trabajos que desde la geografía política, para el caso de México, entra en el debate de los movimientos sociales, enumerando las herramientas teórico-metodológicas con las que cuenta en diálogo primero con los colegas geógrafos y posteriormente con las otras disciplinas, desde un diálogo de iguales, respetuoso y en franca retroalimentación.

Objetivo General: Identificar los elementos más significativos en el proceso de resistencia a la producción de espacios hegemónicos neoliberales, con base en aportes teóricos y metodológicos de las Ciencias Sociales en donde la Geografía contribuye con conceptos como espacio y el de segunda naturaleza que permiten identificar los puntos de tensión y quiebre hasta transformarlos en movimientos sociales. Objetivos Específicos:

Señalar la importancia de los movimientos sociales en la producción y reproducción de los espacios sociales, en el México neoliberal. Caracterizar a los movimientos sociales más significativos que han impedido la producción de espacios hegemónicos del modelo neoliberal en México. Métodos y técnicas. Se realizará un esbozo de los movimientos sociales más significativos de oposición a la producción del espacio neoliberal, Tetelcingo, Tepoztlán, Atenco y Parota. Se identificarán las aportaciones conceptuales de las ciencias sociales y de la geografía en particular, para la comprensión de estos movimientos sociales. Desde la geografía se recupera: segunda naturaleza, producción del espacio y escalas, entre otros. Todas estas propuestas se desarrollan desde la denominada geografía crítica, por lo que se recupera el método del materialismo histórico.

Principales aportes geográficos Contribuir al desarrollo de la geografía política mexicana, que se ha caracterizado por evadir las temáticas del análisis del poder. Iniciar los estudios de los movimientos sociales por producción de segunda naturaleza, desde la geografía con conceptos desarrollados por esta disciplina y con recuperaciones de herramientas conceptuales de la ciencia política, la sociología política, la historia, la economía política y la antropología.

2233

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL E A ORGANIZAÇÃO COLETIVA NA ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL - ACAMAR - CASCAVEL - PARANÁ - BRASIL

Queiróz Ribeiro, Solange^{1(*)}; Dornelis Carvalho, Marcelo²

1 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste | (*) Brasil

2 - UNIOESTE - Marechal Cândido Rondon

Resumen:

A precarização do mercado de trabalho no Brasil nas últimas décadas tem aumentado consideravelmente o número de trabalhadores no setor da informalidade, a exemplo dos "agentes ambientais" que fazem a catção de resíduos recicláveis nas ruas, embora essa catção esteja relacionada a uma atividade com forte componente ambiental, as motivações destes agentes em trabalharem organizados em associações e cooperativas, são determinadas pelas possibilidades de renda num contexto de inviabilização da inserção destes trabalhadores aos circuitos formais da economia brasileira. Dessa forma muitos trabalhadores-catadores de material reciclável estão se organizando em associações e cooperativas para o enfrentamento coletivo de questões cruciais para sua sobrevivência e melhoria das condições de vida. Os catadores realizam a função de coleta de tais resíduos pela necessidade de obtenção de renda, não necessariamente pela consciência ambiental, assim os chamados "agentes ambientais" realizam seu trabalho como única alternativa de geração de renda, embora seja uma renda que garanta apenas uma sobrevivência miserável. A relação política local é outra questão fundamental que exerce influência decisiva na forma como esse trabalho é realizado, tanto pelo aspecto ambiental quanto do social, como quando proíbe ou permite a presença dos catadores nos lixões e aterros municipais ou quando lidera formas de organizações em cooperativas e associações, que se tornaram comuns no Brasil nos últimos anos. É fundamental compreender como os trabalhadores estão inseridos no circuito de acumulação capitalista de forma extremamente precária e como os catadores de papel conseguem se articular nas organizações e associações existentes, com as dificuldades reconhecidas para a auto-gestão coletiva do trabalho e divisão socializada da renda obtida. No entanto, é crescente a organização dos trabalhadores em associações e cooperativas, como podemos verificar em Cascavel a partir de 2001, quando quatro associações foram criadas, sendo justamente esse nosso objetivo quanto à análise das motivações destas organizações. A estruturação de cooperativas e associações objetiva romper com algumas das amarras existentes no circuito de separação e comercialização com intuito de melhorar as condições de vida e de trabalho dos catadores de papel, e entre outros trabalhadores (GONÇALVES, 2006). No entanto, algumas formas organizativas fogem de sua essência, acabam obedecendo a uma racionalidade explorativa do capital, mesmo os catadores de papel trabalhando organizados nas associações. Isso não deixa de ser um trabalho informal, pois não possui carteira assinada, seguro desemprego e o rendimento é baixo. Nesse sentido, nosso objetivo é estudar os catadores de resíduos recicláveis do município de



Cascavel/PR, que trabalham organizados na Associação de Catadores de Material Recicláveis (ACAMAR), criada em 2003. No município de Cascavel há em torno de 2.000 catadores de papel, sendo que 600 desses estão inscritos na associação, mas só 200 que estão desenvolvendo atividades vinculadas com a Associação

Assim, nos propomos a entender a territorialização das organizações dos trabalhadores catadores de papel, através da associação criada em Cascavel nos últimos anos, atentando para as relações internas propriamente dita, ou seja, as motivações e propósitos que fizeram os trabalhadores se organizarem coletivamente, e como os agentes externos, a Prefeitura por exemplo, influenciam ou lideram a criação dessas associações, isto é, saber qual é a participação efetiva desses elementos na constituição destas associações. Através de observação de campo e questionário isso será realizado buscando comparações com os trabalhadores não organizados, já que há uma parcela significativa destes trabalhadores, conforme algumas sondagens iniciais com os próprios trabalhadores catadores.

16:30 a 17:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2120

CIPLA (JOINVILLE-BRASIL): A LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA O DESEMPREGO (1990 - 2005)

Napoleão, Fábio ^(*)

1 - Universidade do Estado de Santa Catarina | (*) Brasil

Resumen:

O exame do processo de industrialização de Joinville, que integra a região mais industrializada de Santa Catarina, revela sua condição de pólo latino-americano na transformação do PVC voltado ao segmento de materiais de construção. Tal condição está fundamentada na iniciativa de industriais e capitais locais, sendo a maioria das empresas oriundas da expansão de modestos negócios, ancorados na riqueza regional envolta à qualidade da mão-de-obra e dos fornecedores de máquinas e equipamentos, ao reinvestimento maciço dos lucros (política de auto-suficiência produtiva e financeira), ao pioneirismo e permanente avanço em produtos, processos e mercados (política de flexibilização da produção), além de vigorosa prática de exportações e instalação de unidades produtivas no exterior (política de internacionalização). Ressalta-se que o processo de participação no mercado externo é marcado por: 1) presença de "representantes externos e tradings"; 2) "instalação de escritórios"; 3) "lançamento de novos produtos"; 4) "participação em feiras mundiais"; 5) "associação com outras empresas"; 6) presença de "fábricas no exterior" (Isa de Oliveira Rocha). Medidas sobrevalorizadas no último quartel do século XX, diante da crise econômica brasileira, mormente política, aportada em resoluções aos sintomas isolados da crise, como a inflação, em detrimento da "síndrome da recessão" – o subdesenvolvimento -, "perdendo de vista a floresta, por causa das árvores" (Ignácio Rangel). Como aponta I. Rangel, a era da substituição industrial de importações no Brasil deveria ser completada com o saneamento econômico do setor de infra-estrutura, a coroação do movimento de substituição industrial de importações, portanto com significativo incremento do mercado interno. Mas, com pesar, o modelo interpretativo de Ignácio Rangel foi negligenciado. Estava aberta a etapa caracterizada pelo ajustamento da indústria frente à adoção de políticas neoliberais no país, expressas na significativa diminuição na taxa de investimentos em relação ao PIB no setor de infra-estrutura. Importa dizer que as empresas joinvillenses não funcionam em compasso de espera da resolução da crise do setor de infra-estrutura, empreendida pelo Estado brasileiro, contudo há setores mais sensíveis ao modesto investimento neste setor, a exemplo do segmento de materiais de construção em PVC, que se preparou tecnologicamente para o enfrentamento dos problemas de saneamento básico do país. Ora, frente ao contexto desfavorável, não por acaso a Tigre reforçou brutalmente sua presença no exterior (Paraguai, Argentina, Bolívia e Chile). E para dar maior relevo ao que foi visto, lembremos que Santa Catarina se enquadra como o segundo maior transformador de plásticos do Brasil, dispondo de empresas que lideram o mercado de plásticos em diversos segmentos e nichos do setor (a exemplo da Tigre, Amanco Brasil (Akros/Fortilit), Krona e a Corporação HB), mesmo sem contar com o respaldo de central abastecedora de produtos petroquímicos sediada no Estado e tampouco políticas públicas setoriais específicas. A iminência do fechamento das fábricas da CHB, em 2002, devido à exacerbação da crise alojada na corporação desde o Governo Collor de Mello, fez com que os trabalhadores, em defesa de seus empregos, assumissem a gestão dos negócios da Cipla e Interfibra no dia 1º de novembro de 2002. Processo que contou com a decisiva participação de militantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do PT (Partido dos Trabalhadores), notadamente da Ala do Trabalho, e lideranças sindicais. Ao assumirem o controle das fábricas os trabalhadores abriram também o precedente para criação de um movimento nacional em defesa do emprego através da ocupação de fábricas quebradas, a exemplo do ocorrido na Argentina em 2001. Para elucidar as características pertencentes a tal processo combinamos as idéias acerca do processo de industrialização brasileira e catarinense de Ignácio Rangel (Dualidade Básica da Economia Brasileira, Ciclos Econômicos de Acumulação e Dialética dos Recursos Ociosos) e Armen Mamigonian (Pequena Produção Mercantil e Formação Econômico-Social).

2158

TERRITÓRIOS DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: ESPACIALIDADES PERIFÉRICAS, RESISTÊNCIAS E A INSTITUIÇÃO DE MASCULINIDADES NÃO HEGEMÔNICAS

Rossi, Rodrigo ^(*)

1 - Universidade Estadual de Ponta Grossa (GETE) | (*) Brasil

Resumen:

Esse trabalho explora a relação entre a construção/desconstrução de identidades masculinas e a instituição de territórios urbanos, tendo como foco de análise grupos de meninos adolescentes em conflito com a lei, a fim de compreender seus valores morais, suas práticas e espacialidades. Inicialmente, foram coletados dados dos processos da Delegacia do Adolescente e Anti-tóxico da Polícia Civil de Ponta Grossa-PR do período de 2005 à 2007. A partir da coleta de dados foram tipificados os atos infracionais e o perfil dos adolescentes que os cometeram. Num segundo momento, através da realização de entrevistas em profundidade com adolescentes identificados com grupos de infratores, foi possível conhecer seu universo cultural e suas relações com o espaço urbano transformadas em territórios de masculinidades. As performances e identidades masculinas entre os adolescentes desta pesquisa se mostram variáveis de acordo com as posturas negociadas através de relações de poder em diferentes escalas de experiências.



2791

DISSIDÊNCIA E FRAGMENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ZONA DA MATA NORDESTINA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DA CANA PARA PRODUÇÃO DE ETANOL

Lima, Edvaldo Carlos de ^{1(*)}; Amorim, Caio Augusto Maciel ²

1 - Universidade Federal de Pernambuco | (*) Brasil

2 - Universidade Federal de Pernambuco

Resumen:

DISSIDÊNCIA E FRAGMENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NA ZONA DA MATA NORDESTINA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DA CANA-DE-AÇÚCAR PARA ETANOL [1]

2.2 - *Espacio y movimientos sociales. Prácticas diálogos teóricos*

Edvaldo Carlos de Lima

edvaldo.edvlma@gmail.com

Caio Augusto Maciel Amorim

camorim3@terra.com.br

Antonio Thomaz Junior

thomazjr@gmail.com

Enfatizar a história dos movimentos sociais [2] no pensamento geográfico brasileiro trata-se de um desafio que nos obriga a priorizar um levantamento teórico-empírico dos autores que se envolveram em compreender os processos de formação histórico-geográfica dos movimentos sociais no campo brasileiro, e porque não, em alguns casos, a formação dessa classe nas lutas coletivas em outras esferas escalares, principalmente a partir dos anos 80, fora e no território brasileiro. Não trata-se de uma história pacífica e linear, mas de um processo de formação ocupação do território brasileiro imbricado no conflito de forças, não entre iguais, mas entre forças políticas e sociais que além de antagônicas são também díspares em estrutura e organização. Pois, na formação social e política da classe que trabalha e vive da produção do campo, podemos retroceder na história da "civilização" brasileira e assegurar que nesse processo de formação foram os índios os primeiros a sentir e viver o drama da violência, humilhação e massacre na luta pela terra, sustentada pelo colonialismo em nome da expansão do capitalismo europeu. Talvez seja esse o primeiro momento registrado na história dos conflitos no campo brasileiro que mostra o ímpeto violento de luta entre sujeitos ou classes sociais desiguais. Desiguais no contexto das forças econômicas e orgânicas. Tratava-se naquele momento de uma luta com massacres premeditados por parte dos colonizadores para conquistar o território invadido, frente aos indígenas que tinham como objetivo a manutenção de seu território até então invadido dentro de um contexto da grande farsa da cristianização por parte dos invasores. Essa história deu como produto uma sociedade capitalizada que tirou das comunidades primitivas o sentido coletivo e comunal da terra e das coisas, trouxe para seu meio o ideário da propriedade privada. Isso implica na constituição de um Estado e de um modo de produção fundamentado na exploração do homem pelo homem, influenciados pelo ideário da propriedade privada da terra. Isto é, uma sociedade que aderiu a "propriedade privada e a auto-alienação humana e obrigatoriamente dispensou a verdadeira apropriação da natureza humana (...). Deixou de ser, portanto, homem a si mesmo como um ser social, isto é, realmente humano. Neste sentido e ainda nas palavras de Marx, deixou de lado toda a riqueza da evolução precedente. (Grifo nosso, MARX, p. 18)". Não queremos aqui fazer um resgate histórico de todo o conteúdo produzido no espaço agrário brasileiro ao longo da história do Brasil. Tampouco daríamos conta dos principais pontos e das principais amarras da verdadeira história, mesmo que contada pelos vencedores. Naturalmente nem mesmo os historiadores conseguiram desvelar a concretude da verdadeira história, que a nosso ver não foram dadas as devidas oportunidades para que os sujeitos vencidos a contassem.

O que tentamos elucidar é que o modelo social e econômico vigente de "desenvolvimento" que produziu e vem produzindo o espaço agrário brasileiro é resultado dessa história. História contraditória que num primeiro momento foi de luta entre as nações indígenas e, uma determinada sociedade capitalista européia armada ideologicamente com o processo de cristianização. Mas com interesses secundários no processo de acumulação capitalista, mesmo primitiva. Portanto é fundamental entender que junto a esses processos segue o principal sujeito adutor que retroalimenta a luta e os conflitos sociais entre as classes envolvidas, em um constante movimento contraditório: o modo de produção capitalista. Este, sistematizado e operando com suas diversas formas de reestruturação produtiva/destrutiva dos espaços, avança e retrocede no metabolismo societário da estrutura das classes em conflito. Naquele momento de Regime colonial; indígenas (colonizados) e europeus (colonizadores). Na sequência temporal; negros (escravos) e brancos (senhores de engenho), hoje em regime republicano "democrático"; trabalhadores rurais sem terra e latifundiários.

Mesmo que os povos indígenas não entendessem a terra como propriedade privada, havia por interesse do capital formas e conteúdos desiguais e combinados, programados para o futuro daqueles povos e do próprio Estado brasileiro. Na compreensão indígena e o próprio princípio natural da necessidade de uso da terra pelo homem através do trabalho,

A terra era um bem comum, pertencente a todos, e muito longe se achavam os seus donos de suspeitar que pudesse alguém pretender transformá-la em propriedade privada.

Disponham os brasileiros primitivos de casas e excelentes terrenos "em quantidade muito superior as suas necessidades". (grifo de Léry, citado por GUIMARAES, 1981, p.5).

Não é casualidade que tratamos aqui de forma sistêmica de alguns informes da questão agrária brasileira vinculada ao processo de colonização dos povos indígenas. Temos como justificativa mostrar posteriormente com maiores detalhes a temática da luta pela terra desses povos ainda hoje. Questão que ainda percorre os princípios do século XXI, especialmente no interior do Estado de Alagoas. Área que elegemos para analisar a temática em pauta por tratar-se de um Estado com grande potencial em terras indígenas. Mencionamos como ponto inicial de discussão a ocupação da sede da Fazenda Buenos Aires no município de Palmeira dos Índios por um grupo de aproximadamente 94 famílias indígenas da tribo Xukuru-Palmeira descendente do povo Xukuru-Kariri. Tema que retomaremos com maiores detalhes em momento outro momento. Por meio da leitura histórico-sociológica temos o conhecimento dos largos acontecimentos inerentes aos conflitos no campo brasileiro, que distanciam os movimentos indígenas dos chamados sem terra hoje. Apesar da sistematização que abordamos na leitura histórica dos conflitos sociais entre as classes no campo brasileiro, temos a ciência da necessidade de referenciar-nos, mesmo que sucintamente à essas lutas pelo controle do território. Pois de qualquer forma sempre envolvem determinadas classes. Tratamos aqui sucintamente do regime político de escravidão no Brasil. História repleta de violência frente aos escravos que lutavam pela libertação das amarras impostas pelo sistema político e de produção do espaço agrário brasileiro.

A história documenta da geografia da escravidão atravessa regimes políticos, destrói/constrói territórios, recursos e pessoas que lutaram para sobreviver, seja na cidade ou no campo. Na periferia do sistema/regime político da escravidão configura-se a violência, humilhação e a exploração do trabalho escravo em sua essência. Tratava-se de uma nova arrumação dos espaços geográficos ordenados pelo poder de estrutura do capital da classe dominante (brancos europeus, senhores de engenho) sobre os (negros, escravos).

Essa dominação de classe levou marcas profundas sobre os trabalhadores escravos, que além das terras e da liberdade perderam também suas vidas na luta violenta pela terra no território do latifúndio. Mesmo assim, os caciques da política brasileira daquele momento, atraídos pela usura da acumulação do capital na produção de seus espaços (latifúndios), não se renderam ao desenvolvimento social e político da sociedade, retardaram a supressão do regime escravocrata, dando ao Brasil o título de um dos últimos países a "erradicar" a escravidão institucionalizada como forma de coerção e subjugação do homem ao trabalho escravo, em nome da emergência do capitalismo no espaço agrário brasileiro.

Não teve voz ativa o processo inicial de industrialização/modernização em meados do século XX e a "abolição" da escravidão institucional. O capital em nome da reestruturação produtiva de seu espaço, acumulado de tempos históricos e desiguais, são também contraditórios, porque em pleno século XXI não mede as consequências do regime de escravidão não institucional. Seja qual for a forma de produzir o espaço, seu sólido projeto de desmobilização e fragmentação social no mundo do trabalho, precariza enfaticamente a classe trabalhadora, agora miscigenada de índios, negros e brancos pobres, com relevantes efeitos colaterais, especialmente no campo. Pois, o processo de desenvolvimento combinado e contraditório do capital, não se enfadava de suprimir o tecido social dos trabalhadores do campo, independente de sua etnia, cultura, religião ou sistema político.

Pagamos hoje por uma herança maldita denominada de latifúndio, que, junto a isso segue o pacote de um passado arcaico que transcendeu aos tempos e constituiu os espaços modernos. Isso

Significa ver o moderno (o novo) como capas novas a uma velha lógica; ver o presente como uma perpetuação do passado, ainda que sob novas fachadas; o capital como antônimo de liberdade e a democracia como antinomia de Estado, hierarquia de classes e subsunção do trabalho. (RIBERIO, 2001, p.10).

Significa que os fazendeiros/latifundiários reproduziram e mantiveram seus territórios improdutivos do ponto de vista da sociabilidade, apenas como reserva de valor. Tendo em vista que o futuro capital, a eles pertencia. Resta então, o cenário posto na questão agrária brasileira hoje. Trata-se de um processo de sobreposição de nomenclaturas dos atores sociais, ou seja, no primeiro momento, índio, em seguida negro e hoje, trabalhadores rurais sem terra. Mas, o sistema social e político do capital, mantém-se num regime de escravidão disfarçada [3] sobre os mesmos personagens: trabalhadores rurais sem terra.

Procede aqui, a mesma forma metodológica que utilizamos na temática anterior; a questão indígena. Apesar da importância de reconhecimento da história da escravidão no Brasil, não há elegemos como necessidade primaz para essa tese. Focalizamos alguns elementos na história para podermos entender com melhor clareza a forma e o conteúdo da questão hoje. Especificada por exemplo no quilombo "Comunidade Povoado de Tabacaria", localizada no município de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas. Lembramos aqui, que tratamos de priorizar a sistematização neste momento introdutório da tese, com a intenção de ampliar a discussão em capítulos posteriores no momento de exploração do trabalho de campo que realizamos nesta comunidade. Queremos esclarecer também que a temática posta para este trabalho de tese de doutoramento envolve todas as categorias sociais envolvidas direta e indiretamente na questão agrária brasileira. Desta forma, indígenas desaldeados, negros remanescentes de quilombos e trabalhadores rurais sem terra, são sujeitos/produto vitimados por esta questão. Naturalmente é objeto central da tese. Assim a fragmentação social e político-organizacional destes agentes, dentro do movimento, no território do agronegócio da cana para produção do etanol, é resultado do movimento de realização do capital sucro-alcooleiro visando o avanço do seu desenvolvimento no que resta da zona da antiga mata nordestina. Entendemos que aí estão postas três questões de cunho preocupante no processo de industrialização sucro-alcooleiro, que em nossa concepção são os seguintes: a desregulamentação do trabalho destes trabalhadores no campo (acampados e assentados, especialmente no desenvolvimento do processo de trabalho na cana queimada) e na planta fabril das usinas e destilarias; a questão ambiental do ponto de vista do lançamento de gases tóxicos no ar e a poluição dos lençóis freáticos por injeção de resíduos de tóxicos que contaminam a água. Além disso, e conseqüentemente fato de grande relevância, segue o esfacelamento dos trabalhadores do campo acampados e assentados que obrigatoriamente inserem-se no processo de produção do espaço agrário com essas características.

1 - Trabalhadores rurais sem terra: uma geografia de luta contra as mazelas do capital sucro-alcooleiro na zona da mata pernambucana.

Em escala nacional a estrutura social dos movimentos dos trabalhadores rurais se apropria das falhas premeditadas dos poderes supremos do Estado de direito para desenvolver sua ação política em formas de ocupações dos espaços em questão: as terras devolutas, improdutivas e incultas. A geografização desses movimentos está veiculada na história dos mesmos porque acontece no território historicamente marcado e mascarado pelas elites latifundiárias desse país. A ilegalidade e a violência na apropriação desses territórios são fatídicas e caminha de braços dados com a construção da sociedade brasileira, capitalista e desprovida de todo e qualquer processo civilizatório, no tocante à relação entre as classes envolvidas. Com supremacia essa concepção foi espalhada por todo território brasileiro, mas, nossas reflexões histórico-geográfica se limitam ao recorte territorial da micro região da zona da mata do nordeste do Brasil que compreende a faixa litorânea dos estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco [4]. Inicialmente centramos esforços na micro-região que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denomina de Zona da Mata. Em contrapartida a essa denominação e fundamentados teórico e empiricamente (trabalho de campo), não conseguimos dar outro nome a não ser a Zona da Cana [5]. A cana, sujeito eminente produtivo dos espaços que são sugados e geridos pelo capital, fortalecido pela subsunção real da força de trabalho vivo ao capital, por meio e em nome do desenvolvimento do modelo produtivo sucroalcooleiro. Segue nesse processo a objetivação única de dizimar e dissolver a unidade de sociabilidade da classe trabalhadora no seu processo de emancipação. Neste sentido então, a grande questão é, onde está na história da geografia, a geografia dos movimentos sociais?

Pois, a localização histórico-geográfica desses movimentos no pensamento geográfico por meio de um mapa teórico é alicerçada de complexos e fragmentos literários imanentes à Geografia. Isso seria um tema secundário? Ou a Geografia atinha-se em seu processo de formação científica para um modelo temático tradicional fundamentado em apenas projetos disciplinares circunscritos na "Geografia Humana" de Vidal de La Blache, "vista como sub-campo da nascente sociologia por ele denominada de "morfolgia social", ao longo do século XIX?" (MORAES, 2005, p.26). Proposta que, até então, retira de foco os movimentos sociais enquanto sujeitos coletivos construtores de ações políticas veiculantes das transformações necessárias da sociedade do capital para além desse modelo de produção. Trata-se de um período em que os países centrais por exemplo, tem a Geografia e a História como

"(...) disciplinas básicas para o processo ideológico de legitimação do Estado, mediante o estudo do território. O levantamento das riquezas naturais nacionais, o conhecimento dos grandes acidentes geográficos, a noção da extensão do espaço pátrio, a exaltação da diversidade paisagística existente, tudo conduz ao enaltecimento do país e ao reforço do sentimento de a ele pertencer. (Moraes, 2005, p.27).

Essa preocupação objetiva com o território não assimila o tecido social como imo fundante dos processos de produção e transformação desse espaço, mas o pondera como parte externa desse conjunto. Entendemos esse como um processo de formação social alienante que atinge diretamente a classe trabalhadora, seja da cidade ou do campo. Conseqüentemente verticaliza não só as relações e processos, mas também as formas de realização do trabalho para a fomentação da acumulação capitalista em sua essência, eminentemente no território/zona-da-cana nordestina em plena expansão da produção sob garantia do governo federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), historicamente fundamentado no PROALCOOL. A realização do trabalho desses trabalhadores e o constante processo de alienação ao trabalho no campo desde suas formas, processos e relações primitivas (escravidão colonial no Brasil) aos dias de hoje no corte da cana, são forçados intencionalmente à supremacia da reprodução ampliada do modelo capitalista de produção, que, já na sua fase primitiva gestava no processo de trabalho a produção da mais-valia para produzir capital. Conseqüentemente essa produção de capitais pressupõe mais força de trabalho (classe trabalhadora) que por sua vez aumenta a produção de mercadorias nas mãos dos donos dos meios de produção (classe dominante). Trazendo o contexto teórico para o campo da prática, essa classe dominante hoje é vista por nós como latifundiários de terras devolutas do Estado que se contrapõe antagonicamente aos trabalhadores sem terra que dependem da terra para sobrevivência e reprodução material. Em nossa compreensão essa primeira fase do capital denominada de acumulação primitiva traz em suas entranhas iniciais uma proposta concreta e carregada de divergências e contradições modais que fragmenta a sociedade capitalista em classes sociais em conflito permanente. Os pressupostos anteriores são uma forma de relacionar e aproximar nossa discussão como proposta de tese. Para esse exercício levantamos algumas questões centrais que possibilitarão respostas variadas e afins à hipótese aqui pensada. Mas, para o momento apontamos em apenas apresentar como resultado de pesquisa uma síntese do levantamento de dados informativos que realizamos nos três estados propostos como área de pesquisa.

Em primeiro plano e para realização deste artigo verticalizamos nossa discussão no sentido de priorizar um dos acampamentos que visitamos durante o segundo semestre de 2008. E o fato relevante ocorre no momento de configuração de um acampamento exemplar em assentamento. Ou seja, o antigo acampamento "Chico Mendes", torna-se assentamento de Reforma Agrária. Agora território reconhecido pelas instituições como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o próprio estado de Pernambuco com seus representantes burocratas. O assentamento Chico Mendes, localizado no município de São Lourenço da Mata no Estado de Pernambuco, é resultado da luta dos trabalhadores sem terra que resistiram insistentemente em oposição as mazelas do modelo de produção capitalista no campo, contra os latifundiários especuladores da terra e, especialmente em luta contrária à manutenção da expansão da área canavieira no estado de Pernambuco. Em seu contexto histórico é assentado que essas terras pertenciam à área do Antigo Engenho São João de "propriedade do Grupo Votorantim", que em nome do desapareço do Estado em relação à Reforma Agrária, fortalece a concentração de terras num estado onde prevalece a pobreza e a miséria no campo. Ou seja, comparece aí resquícios de um sistema de produção do espaço agrário fundamentado ainda no regime de escravidão e, que parte da situação só foi resolvida agora, início do século XXI.

Outra particularidade desse processo contraditório é que a principal causa da conflitualidade entre as classes envolvidas, vem por meio das tentativas de especulação e investimentos futuros por particulares nas pertencentes aos trabalhadores sem terra. Isso quer dizer que as terras do antigo Engenho São João foram adquiridas de forma duvidosa por tratar-se de latifúndios. Obviamente seus compradores/grileiros já tinham como expectativa nesta reserva de valores, uma política governamental de expansão da área canavieira, nem só no estado de Pernambuco, mas em todas as áreas de produção sucro-alcooleira. Um dos parâmetros para expansão da área produtora, concedido pelo governo federal, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi a aprovação de R\$ 1,8 bilhão para o setor sucro-alcooleiro, braço forte do sistema agroenergético. (Valor Econômico, dez. 2008, p.B12). Trata-se do uso do dinheiro público para a produção exclusiva de cana-de-açúcar. Na tentativa de retomada das terras que já pertenciam extra oficialmente aos trabalhadores acampados, houve várias tentativas violentas de expulsão dos trabalhadores por parte dos usineiros do grupo Votorantim, que tinha como principal interesse a retomada destas terras por causa da



retomada dos investimentos por parte do governo federal. Mesmo que as terras pertencessem a antiga usina Tiúma, as tendências de especulação destas terras eram inevitáveis. Segundo o jornal do Commercio (22/10/08), essa usina já se encontrava falida e abandonada há mais de 20 anos. Consequentemente os trabalhadores rurais sem terra ocuparam aquela área por tratar-se de um latifúndio improdutivo já declarado pelo INCRA. De certa forma a conquista só foi possível com a ocupação da área.

Com um tempo decorrente acima de cinco anos de "lona preta" e "beira de estrada", foi concedida a imissão de posse da terra para um total de 300 famílias que já viviam e produziam no acampamento. Obviamente há algumas particularidade no interior das relações de trabalho dentro e fora do acampamento. São trabalhadores que ainda vivem no circuito do capital no processo de assalariamento no corte de cana para as usinas da região. Coisa que é realizada mesmo com a proibição do INCRA, mas, trata-se de uma forma de sobrevivência que antecede o momento da colheita no acampamento. Frequentemente os trabalhadores são ameaçados de não receber a terra em definitivo e de não participar do processo de financiamento para produzir no futuro lote.

O trabalho vivo nas usinas comparece como alternativa de sobrevivência mesmo que seja subvencionado com um contrato de trabalho precarizado em sua escala temporária. Esses trabalhadores têm a consciência que o trabalho na produção da cana, além de violentá-los fisicamente, também proporciona vantagens para a produção do agronegócio sucro-alcooleiro sobre as unidades familiares. Porque mesmo com a proibição de se produzir cana nas áreas úmidas da zona da mata nordestina e de outras regiões, o agronegócio e a expansão monocultora da cana, devastam exaustivamente o que resta de vegetação na zona da mata pernambucana. São aqui dois instrumentos representados pelo Grupo Votorantim com a conviência do Estado.

Faz parte desse pacote do estado burguês, a violência utilizada pelo Estado representada pela polícia militar que proporcionou em 28 de março de 2004, depois de 8 avisos prévios os procedimentos para o despejo, violentando as famílias acampadas e destruindo suas casas e lavouras. Segundo o mesmo jornal, em 2005, houve novamente outra intervenção violenta do Estado em defesa do agronegócio. Os policiais militares do estado de Pernambuco em conjunto com o batalhão de choque, cercaram o acampamento proibindo que a imprensa divulgasse o evento trágico daquele momento.

Finalmente, depois de uma onda de ações de reintegração de posse, os governos estadual e federal, tiveram que se renderem à pressão política posta pelos trabalhadores sem terra e então se consolidou a imissão de posse daquelas terras para os trabalhadores. Queremos enfatizar que as ocupações de terra no Brasil é parte fundamental na constituição dos territórios/latifúndios e que a unidade no conjunto dos trabalhadores rurais é quem vai dar o tom da reforma agrária neste país. E que a fragmentação destes trabalhadores, até pode estender a quantidade de bandeiras de luta, de certa maneira fragiliza a estrutura do movimento, conseqüentemente enfraquece a luta nas suas territorialidades e no consenso político-ideológico entre as lideranças e a base do movimento.

No conjunto dos novos movimentos formados a partir dessas dissidências por motivações de divergências políticas, em movimentos anteriores e sua *práxis*, tendo como trunfo a conquista do território, é que se propaga a necessidade de se realizar a Reforma Agrária Estrutural [6], nem somente no território da cana, mas também no território Brasileiro.

Isso explicita as práticas espaciais do fenômeno das dissidências e fragmentações dos movimentos sociais na sub-região da cana-de-açúcar do estado de Pernambuco, assim como outros desdobramentos geográficos decorrentes do fenômeno em questão.

Bibliografia

HARVEY, W. David. Geografia. In: Dicionário do Pensamento Marxista / Tom Bottomore, editor; Laurence Harris, V.G. Kierman, Ralph Miliband, co-editores; [tradução Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antonio Moreira Guimarães]. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor., 2001, p. 162-165.

KARL, Marx. O capital: Crítica da economia política: livro I. 18ª edição. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. 2v.: 966p.

LEITE e MEDEIROS, L. S. A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora da Universidade, 1ª edição, 1999. 279 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Território e história no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005, 154 p.

MOREIRA, Ruy. O Movimento Operário e a questão cidade-campo no Brasil: Estudo sobre sociedade e espaço. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, 215 p.

RIBEIRO, Júlio César. A geografia da escravidão no território do capital. Presidente Prudente, SP: Universidade Estadual Paulista, 2001, 502 p. (Dissertação de Mestrado).

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por traz dos canaviais, os "nós" da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canaveira paulista. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2002, 388p.

[1] Este trabalho é parte da tese de doutorado que desenvolvi junto ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Caio Augusto Maciel Amorim e co-orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior da Unesp – Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente/SP.

[2] Inicialmente nossa proposta de trabalho de campo para formatação teórica da pesquisa compreende na região da Zona da Cana, os seguintes movimentos: Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento da Terra (MT); Movimento de Comissões de Luta (MCL); Movimento da Libertação dos Sem-Terra (MLST) entre outros que por ventura venham comparecerem neste cenário

[3] Urge entender o capital como um sistema de escravidão disfarçada, sob formas assalariadas e não-assalariadas, quer nas cidades ou nos campos interiores (nesses últimos, enquanto formas pré-capitalistas estruturalmente incorporadas pelo crivo do sistema do capital, expressas na: peonagem, escravidão por dívida, etc.). (RIBEIRO, 2001, p.10).

[4] Optamos por essa micro região (três estados) por tratar-se da maior produtora de cana do nordeste brasileiro, e por concentrar maior conflitualidade social entre as classes envolvidas na questão agrária nordestina. Com destaque para o Estado de Pernambuco.

[5] Ao longo do texto faremos referências à Zona da Cana. Entendendo essa como a sub-região da Zona da Mata nordestina descrita pelo IBGE.

[6] A compreensão seguinte é fundamentada nas respostas dos trabalhadores entrevistados ao longo das pesquisas de campo que realizamos em nosso recorte territorial: micro região da zona da mata nordestina. Para esses trabalhadores, reforma agrária estrutural no Brasil deve ser realizada com o investimento em políticas públicas que atinjam todos os seguimentos sociais do país, precisamente a alteração do regime de propriedade privada da terra, assim como todos os desdobramentos dele provindos. (Trabalho de Campo, 2008).

17:30 a 18:30 - Área 2 | 2-Respostas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2014

A DIMENSÃO ESPACIAL DA VULNERABILIDADE DOS ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO EM CONFLITO COM A LEI PARA PRÁTICAS INFRACIONAIS NA ÁREA URBANA DA CIDADE DE PONTA GROSSA-PARANÁ

Baptista Chimin Junior, Alides^{1(*)}

1 - UEPG/GETE | (*) Brasil

Resumen:

Esta análise se constrói através de reflexões compartilhadas no Grupo de Estudos Territoriais (GETE) que vem problematizando a relação entre espaço, gênero e grupos sociais ausentes do discurso do saber científico geográfico, tendo como objetivo central analisar a dimensão espacial da vulnerabilidade dos adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei para práticas infracionais na área urbana da cidade de Ponta Grossa-Paraná, entre o período de 2005 a 2007. Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aprovado em 1990, este vem a promover os adolescentes como sujeitos portadores de direitos sociais de proteção integral, demandando a construção de políticas públicas com objetivos pedagógicos quanto ao tratamento aos atos infracionais. As transformações obtidas no âmbito legal estão sendo processadas de forma gradativa nas diversas instâncias sociais e institucionais. Para responder às demandas legais, o governo federal organizou em 2004 e regulamentou em 2006 o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) que cria as diretrizes para a implementação da política educativa dos adolescentes em conflito com a lei, constituindo uma lógica comum em termos operacionais, conceituais e estratégico-políticos. É a partir da criação do SINASE que realizamos nosso recorte temporal. Na estrutura criada pelo SINASE, o município é responsável pelo desenvolvimento das



medidas socioeducativas em meio aberto, embora mantenha a parceria com os órgãos de responsabilidade de outras esferas governamentais. Apesar das medidas tomadas pelo governo, Feffermann (2006) chama a atenção para a grande fragilidade gerada pela exclusão social de crianças e adolescentes identificados pela mídia como "menores infratores", porém que nada mais são do que sujeitos violados pela sociedade. Esta autora compara suas vidas ao voo de "Ícaro", porém sem nenhum traço heróico mitológico, morrem muitas vezes nas mãos de policiais e traficantes. Depois de mortos, a mídia normalmente divulga seus corpos, porém quando "menores" de média e alta renda sofrem alguma agressão, a mídia e a própria sociedade expõe o caso de forma trágica e desumana. Uma outra repercussão é tomada quando "menores" participam do ato infracional. Melgaço (2006) questiona o uso do conceito "violência" pela sociedade como sendo algo que vai muito além da agressão física. Para este autor é muito cômodo para o Estado e a sociedade fechar os olhos e virar sua face para aqueles que mais recebem a totalitária carga do conceito de "violência". A situação de vulnerabilidade dos adolescentes, segundo Abramovay (2002), está intimamente ligada a violência. A discussão realizada por Abramovay é consistente, contudo carece de uma dimensão espacial mais complexa, já que a situação de vulnerabilidade está essencialmente ligada às diferentes escalas do fenômeno da violência que pode revelar suas múltiplas dimensões, tal como evidenciado por Castro (2005). Fefferman (2006) afirma que não são apenas a sociedade e o Estado os únicos a fecharem seus olhos para o problema da marginalização dos jovens, mas também o ambiente acadêmico, em específico o da Geografia. Este pouco tem produzido para contribuir no sentido de apontar soluções para o problema que vem cada vez mais se ampliando. Além disso o grupo focal selecionado para esta pesquisa não se mostra visível na produção científica da geografia brasileira. O levantamento de dados realizado no Programa Municipal de Medidas Socioeducacionais em Meio Aberto (PEMSE) em Ponta Grossa-PR, aponta que cerca de 30% dos adolescentes atendidos pelo programa são reincidentes. 82% são oriundos de áreas periféricas e 90% deles são do sexo masculino. A reincidência dos atos infracionais cometidos por estes adolescentes do sexo masculino está estreitamente relacionada com redes de relações territorializadas que acionam códigos de valores específicos do grupo de pertencimento identitário e afirmação de sua masculinidade, transfigurada em poder nas áreas específicas da cidade. A masculinidade e a categoria de gênero se inserem, tanto na instituição das identidades, quanto na instituição de territórios e este processo ocorre de modo simultâneo. Isto é, no interior de cada configuração territorial, modos de construção da masculinidade podem se efetivar enquanto hegemônicos, provocando a opressão de determinados sujeitos sobre outros, na constituição de masculinidades hegemônicas (CONNEL apud CECCHETTO, 2004). O espaço, portanto, torna-se elemento fundamental à análise sobre a vulnerabilidade dos adolescentes aos atos infracionais e deve ser considerado na elaboração de políticas públicas de socioeducação.

2112

OS PARADIGMAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CLASSE TRABALHADORA

Mendonça Heck, Fernando ^{1(*)}; Dornelis Carvalho, Marcelo ¹

¹ - Universidade Estadual do Oeste do Paraná | (*) Brasil

Resumen:

A difusão das transformações engendradas pela reestruturação produtiva é um elemento chave para entender a dinâmica territorial do capital, para entender como se territorializam, ou seja, como ao materializar-se nos lugares formata um conjunto de ações e relações políticas, sociais e econômicas, evidenciando-se quais dessas mudanças são efetivadas com maior ou menor intensidade, quais enfrentam resistências por parte dos trabalhadores e/ou sindicatos. A expansão do trabalho fabril em Marechal Cândido Rondon está intimamente vinculada à expansão da agroindústria, com destaque para a cadeia avícola, mesmo que consideradas de baixo dinamismo tecnológico é importante estudar como algumas formas de gestão do trabalho engendradas pelo toyotismo são empregadas na indústria local, pois alguns efeitos da reestruturação produtiva aparecem ao menos no plano discursivo, como elementos importantes para o emprego da mão de obra, como por exemplo, quanto à qualificação profissional e ao envolvimento operário. Essas transformações ocorrem no contexto de mudanças sociais mais profundas, desde a urbanização que acompanha a expansão capitalista até as mais recentes transformações marcadas pelo aumento da precarização e pela flexibilidade nas relações de trabalho. A organização do trabalho no espaço da fábrica é então um elemento chave para a compreensão desses novos paradigmas advindos da reestruturação produtiva e suas conseqüências para a classe trabalhadora que são inúmeras. Dessa forma procuraremos estudar a aplicação desses novos paradigmas no bojo da dinâmica territorial do capital, dando ênfase no modo de aplicação dessa organização do trabalho no cenário das fábricas locais e os efeitos para o mundo do trabalho local, notadamente quanto às ações sindicais. Na região Oeste do Paraná a expansão da agroindústria é sem dúvida um dos principais elementos econômicos regionais. Não diferentemente dessa realidade é a de Marechal Cândido Rondon, pois as indústrias alimentícias locais têm grande representatividade no cenário econômico. Como essas indústrias são de baixo dinamismo tecnológico a incorporação dos paradigmas da reestruturação produtiva, ou, toyotismo, devem ser compreendidas de maneira diferente das demais dinâmicas industriais, pois, aqui essa forma de gestão e organização do trabalho está aparentemente apenas no plano discursivo. Assim encontraremos no espaço fabril o discurso da qualificação profissional, como um elemento chave da atual reestruturação produtiva, em conjunto com uma esteira fordista e um trabalhador específico na sua função demonstrando que o paradigma do fordismo não foi totalmente superado. As implicações para a classe trabalhadora então, são, muitas e a pesquisa nos deixa claro que a exploração do trabalho humano ainda é de suma importância para as indústrias locais. Interessante é que o discurso da qualificação profissional está presente num espaço fabril que abarca características fordistas demonstrando que os modelos de gestão e organização do trabalho não são totalmente extintos e no caso de Marechal Cândido Rondon a compreensão desses paradigmas, (fordismo/toyotismo) tem características específicas diferentemente de outras indústrias como, por exemplo, a automobilística. Dessa forma a pesquisa que realizamos estuda os paradigmas das relações de trabalho adotadas pelas indústrias locais, tanto para verificarmos a relação fordismo e toyotismo nos setores considerados de baixo dinamismo tecnológico, como é o caso da indústria alimentícia, mas também para entender como esses paradigmas são interpretados pelos trabalhadores e suas formas coletivas de organização.

2257

EXPLORANDO LA ESCALA DE LA ALTERIDAD - DIFERENCIACIÓN SOCIOESPACIAL EN LA PRODUCCIÓN, CONFIGURACIÓN Y METAMORFOSIS DE BARRIOS EN LA CIUDAD DE SANTIAGO.

Molina, Irene ^{1(*)}; Barahona, Macarena ¹; Gallegos, Rocío ¹

¹ - Universidad Academia de Humanismo Cristiano | (*) Chile

Resumen:

Antecedentes

La temática del "barrio" adquiere actualidad nuevamente en la mirada de científicos y políticos de la planificación, después de muchos recorridos de las ciencias sociales por la globalidad y las macro escalas de lo espacial. En Chile, nos hemos visto enfrentados durante los últimos años, a diversos programas orientados al mejoramiento de la calidad de vida en el barrio como "Chile Barrio", y "Quiero mi Barrio".

La presente propuesta de investigación, se origina en el intercambio de experiencias de las investigadoras, surgidas en estudios de barrios en contextos europeos y chilenos respectivamente, en los cuales aparecen ciertos rasgos comunes, a pesar de las considerables diferencias contextuales de dichas experiencias. Estos elementos comunes, dicen relación, por ejemplo con: la formación de identidades comunitarias y territoriales, el barrio como recurso para la movilización social y el desarrollo local, a través de los procesos de participación ciudadana, el barrio como una conjunción entre el espacio privado de la vivienda y el espacio público, entre otros. Sin embargo, una pregunta que salta a la vista en ambos contextos es, ¿cuál es el tipo de barrio que está en la mira de los investigadores y planeadores urbanos?

La investigación se centra, en la eventual existencia de lo que en esta propuesta llamaremos de forma experimental, *la escala de la alteridad*, partiendo de un supuesto que intentará ser demostrado con evidencia empírica, de que ciertos rasgos promovidos por diversos agentes claves en la estructuración urbana, y dentro del marco ideológico de la ciudad neoliberal, llevada a su extremo en el caso de Santiago, se repiten en barrios con contextos sociales diversos. Especialmente nos referimos a mecanismos de exclusión territorial, como el alzamiento de enrejados, muros y otras demarcaciones, a veces simbólicas, otras materiales, que tienden a mantener al Otro – al vecino indeseado, al extraño (Bauman 1995, Molina 2001) fuera de este espacio, que se define como común por sus habitantes. En este sentido, queremos probar la hipótesis, que la lógica de la diferencia que caracteriza los patrones de segregación residencial, en la ciudad occidental moderna y posmoderna, se manifiesta en la construcción de un *nosotros* y un *ellos*, presentes en los procesos de producción, configuración y metamorfosis de los barrios en general, pero con



características muy diferentes, en lo particular, dependiendo de la composición social, la localización y las características morfológicas de cada barrio.

Supuestos y objetivos de la investigación

Un supuesto fundamental de este proyecto es, que los barrios, al igual que otros espacios, variarán de calidad dependiendo de ciertas características sociales, históricas, identitarias, funcionales, estructurales, entre otras. Una pregunta a contestar es entonces ¿de qué manera los factores analizados contribuyen o dificultan la repetición de la escala de la alteridad?, o en otras palabras, ¿de qué manera factores como: la escala, la diversidad de funciones, de usos, sus habitantes, su idiosincrasia y cultura, la identificación con el barrio, la configuración espacial más acotada o a la presencia de un centro claramente definido, el nivel organizacional del barrio, etc. hacen más fácil o más difícil la auto identificación de los habitantes locales con un imaginario de un *nosotros* homogéneo, diferenciador y excluyente en relación al imaginario complementario del *ellos*?. A la vez, ¿qué se sabe de que aquellos barrios, a menudo obreros, producto ya sea de tomas de terreno o de poblaciones de vivienda obrera o social, tienden a alcanzar un nivel de cohesión social mayor, que por ejemplo, los condominios exclusivos?, cabe preguntarse si ¿en tales barrios exclusivos existen – tal y como es asumido en el caso de los menos acomodados - tejido social, participación ciudadana, identidad y memorias colectivas, etc.? ¿Qué relación existe entre la conformación identitaria y territorial de unos barrios con otros? ¿Y cómo contribuyen todos estos aspectos a desarrollar mecanismos de inclusión hacia adentro (*nosotros*) y exclusión hacia fuera (*ellos*), desplegándose así esta cadena de procesos, que a menudo románticamente, tienden a ser considerados como reforzadores de la identidad comunitaria, pero que a la luz de la perspectiva que caracteriza a este proyecto, en realidad puede estar fundamentalmente reforzando los procesos de fragmentación de la ciudad.

Objetivos

Objetivo General:

Contribuir a una redefinición del concepto de barrio, a partir del análisis de los elementos de producción, configuración y metamorfosis de sus estructuras materiales e inmateriales, en tres barrios de diferente composición social en el Gran Santiago.

Objetivos Específicos:

- Discutir y analizar los procesos y agentes que participan en la producción, configuración y metamorfosis del barrio desde las perspectivas teóricas existentes.
- Reconocer empíricamente los procesos y agentes que operan en cada una de las realidades barriales a estudiar.
- Analizar comparativamente los mecanismos que operan en la construcción del barrio, explorando la escala de la alteridad, en los diferentes contextos específicos.

Metodología

La investigación utiliza métodos cualitativos y cuantitativos, y perspectivas metodológicas de acuerdo con las preguntas formuladas y los objetivos trazados.

Para la etapa de catastro, se organiza la información en función de: elementos que producen el barrio en su origen: político-económicos, socio-culturales e histórico-territoriales, elementos que generan permanente metamorfosis: transformaciones desde lo local, nacional y global, intervenciones, acciones y conflictos territoriales, entre otros, y elementos configuradores como: morfología y estructura urbana, vida comunitaria, identidad e historia colectiva, entre otros. Para ello se han aplicado fichas de registro, una encuesta aplicada a los tres barrios: Las Lilas, Eugenio Matte y El Carmen de Huechuraba, entrevistas en profundidad abordadas en un análisis de narrativa y de discurso y cartografía asociada a la forma y estructura urbana.

Luego se realizó un análisis integrado que cruzó la información socio-urbana para cada barrio, para luego obtener un análisis comparativo entre las distintas realidades barriales. Finalmente, es necesario señalar que se están elaborando los resultados y las conclusiones finales de la presente investigación.

D - 35 - Área 2

08:30 a 09:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2114

EL ENFOQUE GEOGRÁFICO ECONÓMICO QUE OTORGA IMPORTANCIA AL TERRITORIO COMO DETONANTE DE DESARROLLO ECONÓMICO.

Merchand Rojas, Marco Antonio ^{1(*)}

¹ - Universidad de Guadalajara (Centro Universitario de la Costa) | (*) Mexico

Resumen:

El enfoque geográfico económico que otorga importancia al territorio como detonante de desarrollo económico. El objetivo del presente trabajo es poner sobre la palestra el significado que tiene la geografía económica en el ámbito de las políticas territoriales que intentan de forma explícita promover el desarrollo regional y local, o lograr una ordenación más eficaz de las actividades que evite efectos negativos en materia urbanística o medioambiental. El marco conceptual y metodológico para abordar el objeto de estudio propuesto, consistirá en utilizar el método adoptado por la llamada la vertiente de la "nueva geografía económica" (NGE)[1] representada por Paul Krugman (1997)[2] que se encarga de actualizar la importancia que tiene el territorio, pero con otros supuestos contrarios a los que consideran la región como una planicie isotrópica. La NGE es una síntesis entre aproximaciones económico-espaciales que, aunque nacidas dentro la misma corriente de pensamiento, eran, en buena medida, excluyentes; de ahí que la NGE introduzca una serie de fundamentos "microeconómicos" (competencia imperfecta, rendimientos crecientes, externalidades) que es necesario estudiar desde la perspectiva de la geografía económica. Ahora bien, como se explica el abordaje del desarrollo endógeno dentro de la perspectiva de la NGE éste postula que el crecimiento depende fundamentalmente del stock de tres factores: capital físico, capital humano y conocimientos (progreso técnico), factores que pueden ser objeto de acumulación y que generan externalidades. Al asumir la existencia de externalidades positivas, el modelo endógeno sustituye los supuestos neoclásicos ortodoxos sobre rendimientos constantes a escala y competencia perfecta, por los rendimientos crecientes y competencia imperfecta. Estos enunciados del modelo endógeno alejan la predicción de convergencia y hacen mucho más viable la divergencia de los respectivos indicadores de ingreso y bienestar. El meollo del asunto es que, al aceptar la existencia de competencia imperfecta y oligopólica del modelo endógeno, se admite una tendencia a la acumulación concentrada de capital físico, capital humano y conocimientos, tanto en el plano económico como territorial. Respecto del papel que se le asigna al Estado, dicho modelo señala que éste tiene que operar sin introducir distorsiones en el libre juego de las fuerzas del mercado; esto es, se descarta una intervención directa del Estado en la vida económica, tal como se postulaba en las recetas de fundamento keynesiano. A partir de los supuestos, hipótesis y factores considerados por el modelo endógeno, se sostiene que la tendencia a la convergencia no constituye un rasgo inherente a la nueva dinámica económica y que ésta se desencadena con mayor ahínco bajo los efectos de la globalización. Incluso, se puede decir que, al contar con externalidades y rendimientos crecientes, se tendrán sólo ciertos centros (regiones ganadoras) que comanden los procesos de producción de vanguardia y que, en consecuencia, ejerzan el dominio absoluto en todos los ámbitos de la economía. Desde esta perspectiva, el escenario para los países periféricos no es nada halagüeño dado su limitado potencial endógeno. De acuerdo con los fundamentos que le dan sustento al modelo endógeno, todo indica que el futuro de las economías periféricas no se vislumbra nada promisorio, pues las tendencias favorecerán a los que ya cuentan con una historia productiva y que les asegure una mayor competitividad inicial, por lo que se reforzará la coexistencia inexorable entre territorios ganadores y perdedores. Como dice Krugman, P., (1997), a partir de las explicaciones del modelo endógeno se afianza la idea que la economía en la que vivimos está más próxima a la visión de Kaldor: el mundo dinámico es guiado por procesos acumulativos y menos por los rendimientos constantes a escala. La conclusión científica consistirá en validar a través del siguiente cuestionamiento que se hace Krugman ¿Por qué está la riqueza y la población concentradas geográficamente?, los geógrafos señalan una variedad de formas mediante las cuales las ventajas iniciales de algunas localizaciones, que pueden no representar más que un accidente histórico, tienden a reforzarse a lo largo del tiempo. A tales procesos que se autorrefuerzan se les denomina, a menudo ejemplos de causalidad acumulativa. Es decir, una vez que una región tiene una alta concentración productiva, este patrón tiende a ser acumulativo: la región dominante adquiere una ventaja de localización; esto es, ella deviene atractiva para las firmas debido al gran número de firmas que ya producen allí (y no, por ejemplo una mejor



dotación de factores). En otras palabras, el éxito explica el éxito. El trabajo estará estructurado en tres apartados. 1.- Diferencias conceptuales entre teorías funcionales y territoriales. 2.- Cuál sería la característica más prominente de la distribución geográfica de la actividad económica. 3.- Crítica a la relevancia de la geografía económica en el desarrollo económico endógeno. [1] Como el mismo Krugman, P., (1997) reconoce, los elementos postulados por la NGE no son completamente nuevos. En efecto, el concepto de las ventajas de aglomeración vinculadas a los rendimientos crecientes de escala, se remonta a las contribuciones de Marshall, a los modelos del geógrafo alemán de principios del siglo XIX Von Thünen y a los continuadores de la escuela de Jena, hasta llegar a la primera mitad del siglo XX con los influyentes geógrafos, Lössch y Christaller, W. [2] Krugman, P (1997). Desarrollo, geografía y teoría económica, Antoni Bosch, Barcelona, España.

2260

APONTAMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO TEÓRICA DO GEÓGRAFO MILTON SANTOS A RESPEITO DA URBANIZAÇÃO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS (COM ÊNFASE NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970)

Grimm, Flavia^{1(*)}

1 - Universidade de São Paulo | (*) Brasil

Resumen:

O geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001), cuja obra inclui mais de 40 livros e cerca de 350 artigos publicados, participou por mais de cinco décadas de debates ocorridos na disciplina. Nosso intuito aqui é apontar contribuições que sua trajetória epistemológica trouxe aos debates em Geografia sobre o fenômeno da urbanização no Terceiro Mundo, ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Para discutir algumas contribuições, enfatizaremos aqui aspectos de sua produção realizada entre 1964 e 1977, anos em que, exilado do Brasil, viveu e lecionou em diferentes países. Sobre sua trajetória durante o período mencionado, deixando o Brasil em 1964, Milton Santos viveu até 1971 na França, onde lecionou nas Universidades de Toulouse (1964-1967), Bordeaux (1967-1968) e Paris – tanto na Sorbonne quanto no Institut d'Études du Développement Économique et Social (1968-1971). Entre 1972 e 1977, ano em que retorna ao Brasil, o autor lecionou e realizou pesquisas nos Estados Unidos, Peru, Venezuela, Tanzânia e Canadá.

Durante esses anos tomam corpo as discussões acerca da teoria da urbanização, que não se fizeram sem uma reflexão sobre periodização e totalidade, sobretudo em obras voltadas para o processo de urbanização nos países subdesenvolvidos, com destaque para o caso latino-americano.

Dentre as obras elaboradas no período mencionado, destacamos, num primeiro momento, *A cidade nos países subdesenvolvidos* (1965), *Dix essais sur les villes des pays sous-développés* (1970) e *Les villes du Tiers Monde* (1971). Nota-se aqui o desenrolar de um tema que já era trabalhado pelo autor desde os anos 1950, com os esforços de análise sobre as relações existentes entre cidade(s) e região no estado da Bahia (Brasil).

No entanto, entre 1964 e 1977, os debates propostos pelo autor eram direcionados, sobretudo, para a necessidade da Geografia compreender a especificidade do processo de urbanização do Terceiro Mundo, ultrapassando assim a o uso não questionado de teorias e conceitos voltados para explicar tal processo nos países centrais, marcado por um ritmo e fatores distintos de formação.

Dirigido-se, então, para análise da especificidade da urbanização nos países subdesenvolvidos, o autor buscou compreender a velocidade do processo a partir de diversos fatores, tais como organização interna das grandes cidades e as relações estabelecidas entre estas e as regiões. Propôs ainda uma definição da cidade como centro da região, preocupou-se com as disparidades regionais e a formação de pólos de desenvolvimento, e também com os processos de hierarquia urbana cujas características se diferenciavam enormemente entre países centrais e periféricos.

Todavia, é preciso ressaltar que o autor enfatizava que apesar de existirem elementos comuns aos processos de urbanização de países de passado colonial, alguns fatores asseguravam uma personalidade própria a cada um deles.

Tais debates constam no livro *A cidade nos países subdesenvolvidos* (1965) e foram apresentados ao público de maneira mais detalhada nas obras *Dix essais sur les villes des pays sous-développés* (1970) e *Les villes du Tiers Monde* (1971).

Em *Dix essais sur les villes des pays sous-développés* (1970), o autor buscou enfatizar a importância da Geografia Aplicada para os estudos sobre urbanização. Nos ensaios que compõem o livro, foram discutidos aspectos da economia nos estudos de geografia urbana nos países subdesenvolvidos, o papel das capitais em seus processos de modernização e aspectos da hierarquia urbana, enfatizando as possibilidades de planejamento e intervenção.

Já em *Les villes du Tiers Monde* (1971), foram enfatizados os temas urbanização, industrialização e revolução demográfica; atividade urbana e dinâmismos urbanos; as cidades e a organização do espaço nos países subdesenvolvidos, destacando o papel do Estado; e ainda a morfologia, o crescimento e o funcionamento do tecido urbano.

Nos anos seguintes, ganha relevo a ideia de urbanização desigual, enfatizada na obra que foi um marco no debate mundial sobre a urbanização dos países do Terceiro Mundo, *L'Espace partagé* (1975), publicada no Brasil em 1978. Ao propor a teoria dos circuitos da economia urbana, formado pelo circuito superior (que abriga um circuito superior marginal) e inferior, o autor explicita à Geografia urbana clássica a necessidade de se compreender a especificidade do fenômeno urbano nos países subdesenvolvidos, marcados pela dependência e a pobreza, resultado da própria evolução do capitalismo e da urbanização mundiais.

Acreditamos, portanto, que um estudo acerca da contribuição teórica de Milton Santos, com ênfase aos debates sobre a especificidade da urbanização nos países subdesenvolvidos, destacando sua produção elaborada durante as décadas de 1960 e 1970, pode fornecer importantes elementos para a história do pensamento geográfico.

2271

POR UMA GEOGRAFIA NOVA, 30 ANOS: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA PARA A TEORIA SOCIAL CRÍTICA.

de Toledo Junior, Rubens^{1(*)}

1 - Universidade Federal da Bahia - UFBA | (*) Brasil

Resumen:

No ano de 2008 se completaram 30 anos da publicação do livro "Por Uma Geografia Nova" de Milton Santos, marco da Geografia Crítica brasileira. Estimulados por este marco, e por acreditar que nesta obra encontramos as bases para uma interpretação das espacialidades contemporâneas e do papel da América Latina no mundo atual, nos propomos a falar sobre esta obra focalizando três de seus aspectos: o contexto de sua publicação; contribuições para o pensamento geográfico; e sua assimilação pela Geografia brasileira.

Por Uma Geografia Nova é a primeira obra abrangente do pensamento miltoniano. Trata-se de uma obra abrangente que procurou dar resposta a questões que permaneceram pendentes durante a maior parte do século XX.

Embora o pensamento de Milton Santos nas publicações da década de 1990 e do início da década atual tenha caminhado rumo a uma teoria mais bem elaborada, mais refinada acerca do espaço geográfico, os fundamentos de seu pensamento certamente estão em Por Uma Geografia Nova, que consegue resolver o problema da inserção da Geografia no conjunto das ciências sociais quando define seu objeto e a coloca no mesmo nível que as demais ciências sociais. Temos também uma definição clara do objeto da disciplina, bem como dos limites e possibilidades da interdisciplinaridade. Esta obra não se perde numa discussão da Geografia em si mesma, nem sobre qual seria o papel da disciplina. A preocupação central foi a definição do objeto da Geografia, e o conteúdo do livro se desdobra em discussões sobre esse objeto. É somente a partir desse tipo de clareza que Milton Santos entende ser possível o diálogo da Geografia com as demais ciências.

Milton Santos considera a década de 1970 considera como o marco do advento do período técnico-científico-informacional. Este novo período histórico, caracterizado por mudanças técnicas, principalmente nas telecomunicações, expansão das infra-estruturas de transporte, acompanhada por novas formas de gestão e planejamento por parte das grandes empresas.

Nesta época ocorreram grandes mudanças no funcionamento do capitalismo, bem como evoluções técnicas que tornaram possível o aumento do intercâmbio entre lugares, países e regiões. O grau de tecnificação do território passa por um aumento exponencial. Estas mudanças técnicas, em conjunto com as mudanças econômicas, sociais e políticas tem sua expressão espacial na forma do meio técnico-científico-informacional. Como consequência da necessidade de se interpretar esse novo momento, diversas ciências sociais passam a se preocupar com o espaço e a incorporá-lo em suas teorias. Para explicar o mundo contemporâneo foi necessária uma reformulação conceitual da Geografia, que acabou por



incorporar um novo corpo conceitual, uma nova abordagem em que a teoria crítica, dialética e marxista passou a ser imprescindível para uma interpretação do novo meio geográfico que então surgia. Entretanto, a incorporação da teoria crítica ao pensamento geográfico não se deu sem problemas, pois muitas vezes acabou ocorrendo a absorção de idéias e conceitos de áreas como a Sociologia, a Economia, a Filosofia, sem se tomar o devido cuidado de se levar em conta que se tratam de noções vindas de áreas diferentes do conhecimento, que possuem métodos e conceitos particulares. E finalmente, no campo da própria Geografia, permanecem como heranças do passado, como a discussão acerca de sua fragilidade ou multiplicidade teórica, a fuga da discussão sobre o objeto da disciplina, onde geógrafos ainda se detêm na discussão sobre a própria Geografia, relegando a discussão de seu objeto, quando esta ocorre, a um segundo plano. Permanece ainda a fé em seu caráter interdisciplinar superior ao de outras ciências e na idéia de que a geografia poderia fazer uma síntese do conhecimento das demais ciências. Questões já resolvidas satisfatoriamente fazem 30 anos e que em nada colaboram para o avanço do pensamento geográfico.

09:30 a 10:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2040

OLHARES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO A RESPEITO DA PÓS-MODERNIDADE

Coelho da Cruz, Ramon ^{1(*)}; Carolina Teixeira Pádua, Letícia ¹

¹ - Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH | (*) Brasil

Resumen:

A pós-modernidade tem sido cada vez mais debatida, seja em sua essência, seja em suas consequências, pelas ciências sociais. Diante de diversas discussões busca-se, neste trabalho, levantar os olhares da Geografia ao que Harvey (1999) denomina "Condição Pós-Moderna", através de análise das principais e mais influentes bibliografias que tratam desta questão, como também trabalhos geográficos, visando contribuir para o estudo das recentes e novas espacialidades e consequências sociais diversificadas. Para a compreensão do fenômeno pós-moderno, considera-se relevante o resgate da compreensão ampliada dos conceitos da Modernidade e seu entrelaçamento com a ciência geográfica e a evolução de seu pensamento. Faz-se fundamental, também compreendermos qual é e qual o momento em que se deu a crise da modernidade – se é que se deu – crise esta que é vista de formas diferentes e até controversias pelos diversos autores: para uns, vivemos a continuidade da modernidade com outras roupagens; para outros vivenciamos uma crise da modernidade e nos apresentamos contemporaneamente em total ruptura, em outra condição, que vem a ser a pós-moderna. Sendo assim, para estes últimos, o pós-modernismo pode ser compreendido como uma reação à modernidade. Gomes (2007) analisa a controvérsia entre dois pólos epistemológicos da modernidade, a racionalidade e a contra-racionalidade que, segundo o autor, mantém o movimento permanente da ciência e a renovação dos ritos do "novo", o que Gomes (2007) denomina de verdadeiro mito da modernidade. Colocando como hipóteses, Gomes (2007) salienta que o confronto entre estes dois pólos surgiu um gênero de debate na geografia, perceptível a cada momento de transformação ou discussão metodológica; e considera que a dualidade das posições metodológicas na Geografia constitui uma expressão da modernidade, ou até mesmo uma descrição do mundo correspondente a este período moderno. Entretanto, paradoxalmente, Gomes (2007, p.341-342) coloca a pós-modernidade como a última das correntes do pensamento geográfico moderno "(...) que anuncia o fim dos tempos modernos, mas, fazendo-se herdeira de certos momentos da tradição, inscreve-se, mesmo a contragosto, no ciclo da modernidade". Salvi (2000, p.77) afirma que à análise ou identificação do "... potencial crítico dessa questão faz com que os estudiosos procurem redefinir as possibilidades de análise, discutindo-a antes como uma condição histórica e não como estilo." Para Salvi (2000, p.97) "... o pós-modernismo pode ser identificado como a cultura emergente da pós-modernidade" e descreve expressões deste nas artes, na literatura, na arquitetura e na filosofia, que permitem conceber o pós-modernismo como "... um marco de mudanças fundamentais, além da provável expansão da importância da cultura nas sociedades contemporâneas". Harvey (1999) apresenta ainda maior abrangência no que tange o trabalho dos conceitos pós-modernos na geografia afirmando a ocorrência de uma mudança abissal nas práticas culturais e político-econômicas desde 1972, e esta mudança está "... vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço" (p. 7). Portanto, enxerga-se este período do pós-modernismo como um período de transformações culturais. São tratados por Harvey (1999) nesta pesquisa acerca da mudança cultural o pós-modernismo na cidade, que ganha expressão na arquitetura e no projeto urbano, a transformação do fordismo à acumulação flexível, ocasionada diante da transformação político-econômica do capitalismo a partir do final do século XX, a compressão do tempo-espaço e a "condição pós-moderna" (título da sua obra). Por se tratar de uma situação contemporânea, presente, como afirma Harvey (1999), não é fácil elaborar uma visão crítica da pós-modernidade, por esta ainda não ser uma condição histórico-geográfica. Sendo assim, considera-se de extrema relevância trabalhos que venham a confrontar e elucidar os diversos posicionamentos frente à pós-modernidade e, em especial, compreender como esta nova realidade pode influenciar e ser influenciada pelo pensamento geográfico.

2164

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONDICIONALIDADES DE DAVID HARVEY

Ramos Santiago, Juliana ^{1(*)}

¹ - Universidade Federal da Bahia (UFBA) | (*) Brasil

Resumen:

O processo de globalização da produção tem estimulado os estudos da dimensão espacial do desenvolvimento, os quais podem ser classificados em três grupos: i) os estudos da divergência, ii) os estudos de localização e iii) os estudos dos mecanismos de formação das assimetrias espaciais. David Harvey é um representante emblemático desta última corrente, e apoia-se numa crítica às teorias sociais dominantes, chamando atenção que elas têm-se revelado limitadas, por causa da parcialidade dos seus recortes. De um lado, as teorias sociais temporais desconsideram o espaço, do outro lado, as teorias sociais espacializadas desconsideram o tempo. A tentativa de superação de David Harvey destas limitações por meio de sua Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual é o objeto deste trabalho. Sua proposta de uma abordagem teórica unificada nos permite avaliar de modo mais amplo as intensas contradições existentes atualmente no âmbito das trajetórias capitalistas de globalização, nos ajudando a definir campos possíveis de ação política. No entanto, ainda há algumas limitações da sua construção teórica que precisam ser superadas para que o estudo da dinâmica de funcionamento de uma região reflita uma análise mais concreta e realista dos espaços geográficos. O objetivo deste artigo é mostrar que a despeito dos evidentes avanços da sua contribuição teórica ao estudo da dinâmica regional – a exemplo da relevância da questão ambiental (restrições ambientais) nos estudos acerca da espacialidade e da análise do espaço e do tempo –, sua abordagem desconsidera um conjunto de questões emergentes, tais como as questões das especificidades dos atores políticos e a questão cognitiva (regiões inteligentes, reflexivas). Com o propósito, portanto, de com Harvey, dá um passo além de Harvey na requalificação da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, o trabalho busca apoiar-se em David Harvey, para ir além dele, através da sugestão de uma agenda reflexiva.

Este artigo consta de duas partes e uma conclusão. Na primeira parte, faz-se uma reconstrução do quadro referencial que contribuiu para a formulação da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual de David Harvey. Inicialmente, apresentam-se dois tipos de teorias sociais, as temporais e as espaciais, mostrando como as mesmas convergem para a análise espaço-temporal, a qual se configura como um primeiro ponto de ancoragem da teoria de Harvey. Em seguida, reconstrói seu percurso através da sistematização da sua revisão de quatro diferentes modos de pensar o desenvolvimento regional. Este é, pois, o segundo ponto de ancoragem da teoria de D. Harvey: a unificação de diferentes linhas de pensamento (historicista, construtivista, ambientalista e geopolítica). Na segunda parte, apresentam-se, inicialmente, as condicionalidades da 'teoria unificada' – a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual – de David Harvey, e depois, faz-se uma avaliação de seu pensamento, apontando algumas limitações a serem superadas. E finalmente, na conclusão, propõe-se uma requalificação da teoria do desenvolvimento geográfico desigual a partir da sugestão de uma agenda de investigação acerca dos desafios que devem ser superados na teoria de Harvey, de maneira a fornecer uma visão mais fidedigna do universo que subjaz a formulação das políticas de desenvolvimento regional na atualidade.



2185

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO PARADIGMA DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Vieira, Maria Graciana Espellet de Deus^{1(*)}

¹ - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) | (*) Brasil

Resumen:

Este trabalho pretende desenvolver algumas considerações a respeito do paradigma de formação sócio-espacial, explicitado teoricamente pelo geógrafo Milton Santos em seu artigo de 1977, intitulado *Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método*. Passados mais de 30 anos desta proposta teórica para a Geografia, em especial para a Geografia Humana, percebemos que apesar dos avanços encontrados em relação à sua operacionalização no desvendar de uma determinada realidade histórico-geográfica - e aqui devemos prestar o merecido reconhecimento ao geógrafo Armen Mamigonian - a sua importância e o seu debate, ainda hoje, se encontram velados no ambiente acadêmico geográfico. Certamente a adoção desta perspectiva implica em posicionamento frente ao debate marxista. É, pois, uma perspectiva que aproxima geografia e materialismo histórico e dialético. Também implica em posicionamento a respeito de questões referentes à geografia propriamente dita. E questões onde não ocorre uma univocidade, englobando desde aquelas relativas ao objeto, até, ainda hoje, a que se refere à grande riqueza e dilema da geografia: o seu pertencimento aos dois grandes complexos, o da natureza e o da sociedade. Ao discutir a relação entre a categoria de formação social e geografia - ciência definida pela diversidade dos homens e dos lugares - importa ressaltar os vários pontos de aproximação entre geografia e marxismo, aspectos centrais presentes em ambos, entre eles: preocupação pela totalidade, interdisciplinaridade, relação sociedade/natureza, relação geral/regional ou unidade e diversidade, localização no tempo e no espaço, inter-relação de múltiplos elementos ou múltiplas determinações. Para prosseguir é necessário também resgatar o debate sobre a categoria de formação social, quando então se impõe, para aprofundamento da investigação, a categoria de modo de produção. A definição por oposição destes dois conceitos, um relativo à diversidade e unidade no tempo, o outro à diversidade e unidade no espaço, ressaltou a interdependência destas categorias na análise de qualquer realidade histórico-geográfica, ou seja, na análise das formações sócio-espaciais. O conceito de modo de produção, inerente ao desvendar de uma formação social, ou melhor, de uma formação localizada no tempo e no espaço, ou seja, sócio-espacial, reacende "antigos" e "calorosos" debates, apesar de alguns considerarem que sobre esta temática já "se jogou uma pá de cal". Como desvendar um processo histórico, seja na grande escala da história da formação mundial, seja na escala regional das formações particulares, sem considerar os distintos modos de produção, que traduzem distintos momentos da relação sociedade - natureza? Incorporando a relação estabelecida entre modo de produção e formação social, a categoria de formação sócio-espacial, não se identifica, *per se*, com nenhuma das duas e é ambas ao mesmo tempo e no mesmo espaço. A independência relativa das categorias de modo de produção, formação social e formação sócio-espacial se contrapõe à sua total interdependência na interpretação efetiva de uma dada realidade histórico-geográfica. Isto quer dizer que sua dissociação só pode e deve ocorrer como procedimento metodológico. A centralidade da relação sociedade/natureza, tanto na geografia quanto no materialismo histórico e dialético, aprofunda a proximidade entre estes dois pensamentos de *preocupações globalizantes*, que por isso mesmo trazem de origem a interdisciplinaridade. Esta identidade faz com que a perspectiva teórica materialista histórica e dialética seja a chave da síntese que a geografia tanto tem procurado. O espaço deve ser tomado como encontro do social e do natural; como sociedade, que implica na *relação orgânica* (Marx) entre homem/natureza e como natureza, que existe independente do homem. Para concretizar interpretativamente este encontro, a geografia tem que assumir que o seu ponto de partida, a localização física no espaço, contém a força do "empírico", que não se explica por si mesmo, mas que é o que deve ser explicado. Este empírico visto concretamente na especificidade dos lugares não se explica por mais detalhes que tenhamos em sua descrição, mas sem ele, sem o seu conhecimento, o único resultado a que podemos chegar é o de generalizações apressadas. Não podemos correr este risco, perder a essência, a diversidade dos homens e dos lugares, em nome de uma unidade vazia, sem concretude. Se a localização contém o ponto de partida, assim como o ponto de chegada da geografia, o materialismo histórico e dialético pode ser definido como uma teoria empírica, ou seja uma teoria que se realiza na interpretação de uma realidade espacial e temporalmente localizada. Marxismo e geografia - nos seus princípios - são perfeitamente compatíveis. É esta compatibilidade, dada pelo mesmo enfoque globalizante, pela relação entre o geral e o particular, que coloca à prova a real apreensão da realidade, na análise de um espaço geográfico específico, sem barreiras entre o geral e o particular. Esta proximidade entre geografia e marxismo permite a elucidação da categoria de formação sócio-espacial, baseada nos princípios da geografia como ciência da diversidade dos homens e dos lugares. Como contribuição ao aprofundamento teórico e metodológico da geografia, o debate sobre o paradigma de formação sócio-espacial deve ser retomado, lembrando que este está impregnado de conteúdo geográfico e marxista e que permite romper com a noção de lugar enquanto parte isolada do mundo, assim como impede que as diferenças e potencialidades dos lugares se desvançam em nome, não de um *Mundo Só*, mas de um mundo de dinâmica exclusiva dos países do centro do sistema capitalista.

16:30 a 17:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2019

ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS APRESENTADAS NO ENCONTRO DOS GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA (EGAL), NO PERÍODO DE 1997 A 2007.

Beatriz Ribeiro, Soares^{1(*)}; Rosa, Aline Hubaide¹; Leitão Júnior, Artur Monteiro¹; Queiroz, Cíntia Marques de¹; Soares, Dayane Zandonadi¹; Oliveira, Diego Alves de¹; Machado, Henrique Amorim¹; Mateus, Lívia Martins¹; Silva, Maraisa Costa da¹; Martins, Marco Túlio¹; Machado, Mireille Paula¹; Ferreira, Tainá Labrea¹; Tannús, Thaís Naves¹; Silva, Thaís Salgado¹; Vieira, Wesley Alves¹

¹ - Universidade Federal de Uberlândia | (*) Brasil

Resumen:

O Grupo PET (Programa de Educação Tutorial) do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia tem como princípio o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão - os três pilares do estudo acadêmico - buscando adotar abordagens de cunho histórico, social, político, econômico, cultural e ambiental em seus trabalhos, a fim de que os mesmos subsidiem a construção do espaço geográfico regional. Adotando uma linha central de estudos para cada ano institucional, o grupo enfocou, em suas atividades de 2008, a temática da América Latina. Diversa em múltiplas facetas, a América Latina conserva o paradoxo da convivência entre a modernidade e a pobreza extrema, reflexo de um processo de globalização excludente. Essa situação real e paradoxal não escapa aos olhos dos atentos cientistas sociais latino-americanos, os quais buscam, em suas produções científicas, enfatizar as inúmeras contradições cotidianas. O presente trabalho, realizado no âmbito das atividades planejadas pelo Grupo PET Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, tem como principal objetivo avaliar e traçar o perfil das produções científicas publicadas nos Anais do Encontro dos Geógrafos da América Latina (EGAL), no período de 1997 a 2007, buscando correlacionar os principais eixos de enfoque/preocupação destas produções com as respectivas nacionalidades de seus autores. Esse encontro possui como pressuposto a união, o diálogo e a partilha dos conhecimentos e saberes produzidos pela ciência geográfica nos territórios repartidos pela colonização ibérica do "Novo Mundo". A partir disso, esta pesquisa torna-se importante na medida em que permitirá visualizar a América Latina por ela mesma, considerando que o levantamento bibliográfico das produções científicas auxiliará na reconstrução dos caminhos trilhados pelos pesquisadores sociais, em particular os geógrafos, na compreensão da realidade latino-americana. Realizada segundo uma escala temporal de 11 (onze) anos, essa pesquisa trabalha com os Anais digitalizados das produções científicas dos últimos 6 (seis) eventos: 1997: 17 a 21 de Março, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina; 1999: 22 a 26 de Março, Universidad de Puerto Rico, San Juan, Porto Rico; 2001: 04 a 10 de Março, Universidade do Chile, Santiago, Chile; 2003: 22 a 27 de Março, Universidade Nacional Autónoma do México, Mérida, México; 2005: 20 a 25 de Março, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil e; 2007: 26 a 30 de Março, Universidad Nacional de Colômbia, Bogotá, Colômbia. A partir de uma quantificação das produções bibliográfico-científicas, considerando a nacionalidade dos seus respectivos autores, e em uma análise qualitativa destas mesmas produções, levando em conta as linhas de escala (espacial), conceitos espaciais inerentes e conteúdos correlacionáveis, buscar-se-á realizar um inventário crítico dos trabalhos publicados no âmbito do EGAL, bem como as suas contribuições acadêmicas e práticas no escopo da ciência geográfica interessada nos estudos dos fatos e fenômenos concernentes à América Latina. Com a análise da nacionalidade dos autores busca-se identificar e compreender a percepção destes estudiosos em relação ao que julgam ser as



questões/preocupações mais incidentes em suas respectivas áreas de estudo. Essa pesquisa pretende, portanto, fornecer, em última análise, os conceitos, as abordagens e os conteúdos privilegiados pelos geógrafos em seus trabalhos publicados no Encontro dos Geógrafos da América Latina (EGAL), buscando mostrar quais são os aspectos da realidade privilegiados pelos estudos geográficos latino-americanos, a fim de traçar um perfil do evento e de seus participantes nos últimos anos.

2035

PARADIGMAS TEMÁTICOS, ORIENTACIONES DISCIPLINARIAS Y ENFOQUES METODOLÓGICOS DE LA GEOGRAFÍA SOCIOECONÓMICA EN AMÉRICA LATINA, UNA PERSPECTIVA DESDE LOS EGAL, 1987 – 2007.

Carreto, Fernando ^{1(*)}; González, Raúl ²

¹ - Facultad de Geografía, UAEM | (*) Mexico

² - Escuela Preparatoria, UAEM

Resumen:

El objetivo de la presente comunicación es ofrecer las tendencias actuales de la geografía socioeconómica de América Latina a través de sus orientaciones disciplinarias y enfoques metodológicos desprendidos de los Encuentros de Geógrafos de América Latina (EGAL) realizados de 1987 a 2007. En este sentido, el trabajo confirma la hipótesis inicial de que a través de los EGAL es posible identificar las tendencias de la geografía latinoamericana en sus diferentes paradigmas temáticos, manifestados en su quehacer dentro de los ámbitos; universitario, laboral y de las dependencias públicas y privadas, en los últimos veinte años. Lo anterior se valida tanto por la secuencia del análisis que se viene realizando de este objeto de estudio desde hace una década, así como por el impacto de sus resultados académicos y de investigación derivados de las aportaciones que se han obtenido. Los cinco paradigmas temáticos generales que se han desprendido del análisis sobre las tendencias de la geografía en el ámbito latinoamericano: Geografía socioeconómica con 57.69 %, Geografía física con 19.49 %, Teoría y método con 9.84 %, Enseñanza de la geografía con 7.86 % y Nuevas tecnologías con 5.10 %. Por tal motivo, en el presente documento hacemos referencia al primer paradigma temático para su discernimiento y difusión entre los colegas de América Latina. La estructura del documento hace referencia al paradigma sobre la *geografía socioeconómica* con cuatro orientaciones disciplinarias, siendo la primera: análisis urbano regional con sus enfoques disciplinarios de la geografía urbana y regional. La segunda orientación disciplinaria de la geografía socioeconómica se refiere a la asimilación económica del espacio, la cual presenta mayor trabajo sobre los enfoques metodológicos de la geografía económica y los estudios relacionados al ámbito rural, del agro y la producción agrícola, emergiendo la geografía turística. Sobre la tercera orientación disciplinaria de este paradigma, se refiere al análisis socioespacial del territorio, el cual refleja una mayor actividad en los estudios del ordenamiento territorial y el desarrollo de la geografía espacial, seguidos por geografía de la población y la geografía cultural. Finalmente, en la orientación sobre el análisis político del espacio se manifiesta a través de los enfoques metodológicos de la geografía política y la geopolítica. De esta forma damos cuenta de lo que abordan los investigadores sobre el territorio latinoamericano y cuyas orientaciones sobre el campo de la geografía socioeconómica pueden caracterizarse como una de las tendencias auténticas de la ciencia geográfica en América Latina. Nuestros planteamientos sin duda se suman a las consideraciones de dos geógrafos latinoamericanos versados en los fundamentos de la disciplina. Blanca Rebeca Ramírez en las conclusiones emitidas en el 11 EGAL celebrado en Bogotá Colombia sobre discursos de la geografía: La geografía latinoamericana presenta diversidad en su desarrollo y comportamiento teórico

Apertura a nuevas formas de hacer geografía con mayor rigor científico en el uso de las categorías conceptuales y metodológicas

Cómo hacer una geografía no sólo académica sino de impacto político? Por su parte José Mateo Rodríguez advierte: Para desafiar la fragilidad e indigencia teórica y metodológica, debemos afrontar los retos, a través de una articulación sólida del conocimiento geográfico, esto exige una reformulación epistemológica, discutiendo el carácter y la naturaleza del saber científico en el interior de la propia disciplina.

2155

ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS APRESENTADAS NO ENCONTRO DOS GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA (EGAL), NO PERÍODO DE 1997 A 2007.

Ribeiro Soares, Beatriz ^{1(*)}

¹ - Universidade Federal de Uberlândia | (*) Brasil

Resumen:

O Grupo PET (Programa de Educação Tutorial) do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia tem como princípio o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão – os três pilares do estudo acadêmico – buscando adotar abordagens de cunho histórico, social, político, econômico, cultural e ambiental em seus trabalhos, a fim de que os mesmos subsidiem a construção do espaço geográfico regional. Adotando uma linha central de estudos para cada ano institucional, o grupo enfocou, em suas atividades de 2008, a temática da América Latina. Diversa em múltiplas facetas, a América Latina conserva o paradoxo da convivência entre a modernidade e a pobreza extrema, reflexo de um processo de globalização excludente. Essa situação real e paradoxal não escapa aos olhos dos atentos cientistas sociais latino-americanos, os quais buscam, em suas produções científicas, enfatizar as inúmeras contradições cotidianas. O presente trabalho, realizado no âmbito das atividades planejadas pelo Grupo PET Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, tem como principal objetivo avaliar e traçar o perfil das produções científicas publicadas nos Anais do Encontro dos Geógrafos da América Latina (EGAL), no período de 1997 a 2007, buscando correlacionar os principais eixos de enfoque/preocupação destas produções com as respectivas nacionalidades de seus autores. Esse encontro possui como pressuposto a união, o diálogo e a partilha dos conhecimentos e saberes produzidos pela ciência geográfica nos territórios repartidos pela colonização ibérica do "Novo Mundo". A partir disso, esta pesquisa torna-se importante na medida em que permitirá visualizar a América Latina por ela mesma, considerando que o levantamento bibliográfico das produções científicas auxiliará na reconstrução dos caminhos trilhados pelos pesquisadores sociais, em particular os geógrafos, na compreensão da realidade latino-americana. Realizada segundo uma escala temporal de 11 (onze) anos, essa pesquisa trabalha com os Anais digitalizados das produções científicas dos últimos 6 (seis) eventos: 1997: 17 a 21 de Março, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina; 1999: 22 a 26 de Março, Universidad de Puerto Rico, San Juan, Porto Rico; 2001: 04 a 10 de Março, Universidade do Chile, Santiago, Chile; 2003: 22 a 27 de Março, Universidade Nacional Autónoma do México, Mérida, México; 2005: 20 a 25 de Março, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil; e 2007: 26 a 30 de Março, Universidad Nacional de Colômbia, Bogotá, Colômbia. A partir de uma quantificação das produções bibliográfico-científicas, considerando a nacionalidade dos seus respectivos autores, e em uma análise qualitativa destas mesmas produções, levando em conta as linhas de escala (espacial), conceitos espaciais inerentes e conteúdos correlacionáveis, buscar-se-á realizar um inventário crítico dos trabalhos publicados no âmbito do EGAL, bem como as suas contribuições acadêmicas e práticas no escopo da ciência geográfica interessada nos estudos dos fatos e fenômenos concernentes à América Latina. Com a análise da nacionalidade dos autores busca-se identificar e compreender a percepção destes estudiosos em relação ao que julgam ser as questões/preocupações mais incidentes em suas respectivas áreas de estudo. Essa pesquisa pretende, portanto, fornecer, em última análise, os conceitos, as abordagens e os conteúdos privilegiados pelos geógrafos em seus trabalhos publicados no Encontro dos Geógrafos da América Latina (EGAL), buscando mostrar quais são os aspectos da realidade privilegiados pelos estudos geográficos latino-americanos, a fim de traçar um perfil do evento e de seus participantes nos últimos anos.



17:30 a 18:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

1119

LOS ENCUENTROS DE LA NUEVA GEOGRAFÍA Y EL SURGIMIENTO DE LA GEOGRAFÍA CRÍTICA EN URUGUAY Y ARGENTINA DURANTE LOS AÑOS '70

Quintero, Silvina^{1(*)}; Dufour, Ernesto²; Iut, Vanesa²

¹ - Instituto de Geografía - Universidad de Buenos Aires | (*) Argentina

² - Departamento de Geografía - Universidad de Buenos Aires

Resumen:

Las miradas retrospectivas que circulan en nuestro medio sobre la disciplina geográfica suelen dar por sentado que las tradiciones locales tienen poco que ofrecer para pensar la práctica profesional del presente. Quizás por este motivo, la historia de la geografía en América latina nos es prácticamente desconocida. Contamos sólo con panoramas superficiales de manuales foráneos, que a menudo fuerzan la aplicación de esquemas historiográficos producidos en y para los contextos europeo y norteamericano. Carecemos de narraciones contadas en base a fuentes primarias y relatos de actores locales, capaces de establecer con rigor y sensibilidad conexiones significativas con los procesos políticos e intelectuales que atravesaron a la región.

Este artículo presenta los primeros avances de una investigación que se propuso recuperar la memoria de los Encuentros para la Nueva Geografía de los años 1973 (Salto, Uruguay) y 1974 (Neuquén, Argentina). Los Encuentros de la Nueva Geografía pueden considerarse acontecimientos claves en el desarrollo de una geografía crítica en América Latina. Constituyeron una experiencia inédita de colaboración intelectual y política entre geógrafos argentinos y uruguayos, con un indudable protagonismo de estos últimos en la generación de ambas iniciativas. Aspiramos con esta primera reconstrucción de los acontecimientos, las ideas, los textos y las redes personales e institucionales generados en el marco del Segundo Encuentro de la Nueva Geografía, realizado en la ciudad de Neuquén, Argentina, entre los días 18 y 23 de febrero de 1974. El trabajo se basa en la recopilación de documentos inéditos y en el registro de los relatos de algunos protagonistas en entrevistas en profundidad. Aspiramos con esta tarea a poner en circulación documentos que registran las voces, los proyectos, los debates y las preguntas de geógrafos latinoamericanos en sus contextos socio-históricos, territoriales e institucionales. Para la historia de la geografía en la Argentina – y quizás valga decir, de la geografía rioplatense –, el Encuentro de Neuquén, organizado desde la Universidad Nacional de Comahue en febrero de 1974, implicó un punto de inflexión en la formación del campo profesional. El proceso de modernización disciplinaria iniciado durante los años sesenta – y suspendido abruptamente por los golpes militares– se orientó desde entonces hacia la construcción de una geografía social de enfoque crítico y mirada latinoamericana. Este enfoque lideró la reconstrucción de los espacios académicos y profesionales durante las recuperaciones democráticas de los ochenta, de la mano de varios geógrafos que se habían formado en aquellas experiencias. ¿Cómo abordar “los 70” como marco del quehacer y el pensar de los estudiantes y profesionales de la geografía sudamericana? Proponemos tres ejes claves para analizar esta experiencia, que en la época venían atravesando el campo de las ciencias sociales y definiendo reposicionamientos de sus actores e instituciones en distintos contextos nacionales: (1) la modernización conceptual y metodológica de las ciencias sociales y su participación en instituciones y organismos públicos orientados a la planificación territorial; (2) el debate sobre las relaciones entre ciencia y política, y sobre el compromiso social de la práctica profesional; (3) el consenso sobre la idea de que América latina debía ser el marco de problematización del rol de los intelectuales y de la ciencia en el desarrollo social y económico de sus países. Partiendo del supuesto de que la revisión del pasado tiene siempre un punto de partida en las preguntas del presente, el análisis de las propuestas conceptuales y las acciones colectivas desarrolladas en ese contexto busca promover una reflexión sobre las características del campo profesional actual. Se presta por ello atención a los temas y problemas que integran las agendas académicas y políticas de los geógrafos, así como al rol que juegan las redes de cooperación e intercambio intelectual en la consolidación de enfoques teórico-metodológicos y en la redefinición de los perfiles profesionales.

2253

DISCURSOS GEOGRÁFICOS Y LA CONSTRUCCIÓN DISCIPLINARIA: UN RECORRIDO POR LAS TEMÁTICAS Y LAS PROBLEMÁTICAS DE LA GEOGRAFÍA A PARTIR DE LAS PROPUESTAS EXPOSITIVAS DE LOS ENCUENTROS DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA

Fabri, Silvina^{1(*)}

¹ - Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires | (*) Argentina

Resumen:

El trabajo que aquí se presenta es el resultado de algunas reflexiones enmarcadas en el desarrollo del Seminario de Graduación de Teorías Contemporáneas en Geografía, de la carrera de Geografía de la Facultad de Filosofía y Letras, de la Universidad de Buenos Aires. La idea fundamental del trabajo allí realizado se abocó a la necesidad de replantear las ideas subyacentes a la producción de los geógrafos latinoamericanos en los últimos tiempos. De allí surgió la necesidad de indagar críticamente los caminos recorridos en los diferentes Encuentros de Geógrafos de América Latina, si bien nos encontramos en un carácter relativamente exploratorio de este proceso de investigación, avanzar en esta dirección se convierte en el puntapié inicial para dar marcha a acciones más concretas de intercambio y discusión de las producciones geográficas. El cambio social es siempre un “real” novedoso, los recortes que los investigadores sociales realizamos para poder abordarlos se imbrican con las propias prácticas disciplinarias (con sus aciertos, pero también con sus vicios) esta es una tarea constante que debe darse al interior del campo intelectual. Repensar, reformular y superar el propio quehacer geográfico es la base explícita de la construcción del conocimiento, de lo contrario estamos ante la posibilidad de volver la teoría y la práctica en elementos estáticos que no sirven como herramientas para explicar la complejidad social siempre en movimiento, en continuo cambio. Los Encuentros de Geógrafos de Latinoamérica son como un mapamundi de la propia disciplina geográfica... un escaparate donde los temas de agenda están presentados para que sean conocidos, criticados, trabajados y legitimados en la propia disciplina geográfica... pero ¿quiénes participan de esa particular cartografía, topografía y forma de mapear los problemas que pueden ser tratados dentro de esta disciplina académica? La institucionalidad del discurso imprime determinadas características al proceso de producción de conocimiento planteando cierta orientación y no otra. La “construcción de conocimientos es, entonces, génesis, actividad persuasiva para lograr la aceptación de (...) nuevas perspectivas y de los nuevos contenidos y validación por parte de los colegas” (Escolar; 2001:180). Los objetivos fundamentales del siguiente escrito son dar cuenta de la manera más pormenorizada posible de la diversas temáticas y problematizaciones geográficas desarrolladas al interior de los Encuentros de Geógrafos de América Latina desde sus inicios hasta la actualidad. El hincapié fundamental de este trabajo está en poner sobre el tapete de discusión la idea de la construcción de teorías que explican los problemas sociales desde nuestra perspectiva, tratar de deconstruir el sostén del andamiaje discursivo con el fin de postular sus alcances y limitaciones para la explicación (y respuesta) de los problemas sociales. Estudiar e interrogar los Encuentros de Geógrafos de América Latina, siguiendo la idea esbozada inicialmente es, sin duda un desafío de historia reciente, es problematizar esa historia y esa memoria particular, por y para la construcción de una particular mirada en donde confluyen muchas miradas, múltiples esfuerzos; desafío trastocado con la necesidad de hacer el camino unívoco que ninguna historia contiene en sí. La historia anda y se desanda a sí misma. Hay en ella unidad, multiplicidad de formas y dificultades que la hacen contradictoria. La Geografía como disciplina académica no escapa a estos postulados. El recorte de los contenidos se orienta a dar forma al objetivo inicial por lo cual, muchas de las propuestas de los Encuentros quedarán omitidas. Creemos que este tema de investigación debería ser continuado de manera detallada en cuanto a la producción de la Disciplina Geográfica en su totalidad. A los fines de nuestro trabajo nos interesa entonces, por un lado, darle cuerpo al recorrido temático que constituye a la disciplina, avanzar sobre qué entendemos por comunidad de geógrafos, y sobre todo latinoamericanos, entrando en la discusión acerca de lo que la institucionalidad de los discursos remarca como geográfico. Los objetos de la Geografía estuvieron atravesados en su constitución por una determinada lógica institucional, propia de la disciplina, deberíamos pensar si este proceso está en consonancia con los cambios históricos y políticos locales, nacionales y globales. No debería pasarse por alto la idea de que la producción académica muchas veces reorienta sus prácticas hacia lo meramente “científico” creando una brecha entre lo académico y las demandas que plantea la relación de la gestión social, es decir, la política. Iniciar la tarea de volver sobre los lugares en donde la Geografía *habló* a partir de los EGALÉS, es sin duda nuestro punto de partida. Vaivenes teórico-problemáticos,



metodológicos; vaivenes institucionales... vaivenes, en suma, de la propia construcción de la disciplina, de la construcción de saberes... *
Estudiante avanzada de la Carrera de Lic. De Geografía, Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires.

2263

TOPIÁS Y UTOPIÁS EN LOS EGALES. CARTOGRAFÍAS Y RECORRIDOS DISCURSIVOS DESDE SALTO (1973) A MONTEVIDEO (2009)

Di Cione, Vicente ⁽¹⁾

1 - Universidad Nacional de Tres de Febrero y Universidad de Buenos Aires | (*) Argentina

Resumen:

La mirada retrospectiva acerca de la producción y organización de los discursos y de los temas-problemas que han conformado el cuerpo de exposición y el carácter de los debates en los Encuentros de Geógrafos de América Latina se postula como objetivo principal del presente trabajo. Los aportes son una primera aproximación de un programa de investigación de "epistemología política de la geografía" iniciado desde algunos años de manera discontinua y que se retomó en el corriente año en el marco del Seminario de Graduación de Teorías Contemporáneas de la Geografía (UBA-FFyL-Departamento de Geografía) y el Seminario de Investigación Integrada (UNTREF-Carreras de Geografía). Con tal propósito encaramos analíticamente cuatro ejes fundamentales interdependientes que consideramos que abren la posibilidad de dar un contenido crítico al proceso de construcción teórica y práctica dado al interior del vasto y difuso "campo geográfico" (Bourdieu) y a sus relaciones socializadoras con el universo social del que forma parte.

El primero eje se organiza en torno a la revisión crítica en clave de la "epistemología política" de los presupuestos conceptuales e instrumentales con los que se pensaron los EGALES en su momento fundacional y cómo tales presupuestos y el camino recorrido fueron trazando la lógica de construcción de conocimientos y procedimientos y la consiguiente correspondencia entre tal lógica y los objetivos primigenios. La cuestión nos lleva a repensar los alcances y limitaciones que los encuentros han tenido para la identificación, investigación y disertación del campo geográfico de los problemas sociales, territoriales y ambientales que fueron estructurándose como vórtices de las variadas formas de desarrollos académicos, y en las fortalezas, oportunidades, debilidades y amenazas para delinear y desarrollar la concreción de una Geografía Latinoamericana con caracteres propios dentro de la diversidad del campo disciplinario a nivel mundial.

El segundo eje versa sobre la capacidad que ha tenido la disciplina para el tratamiento de las "problemáticas geográficas" latinoamericanas y, fundamentalmente, sus contribuciones y transferencias a los campos sociales involucrados en las problemáticas. Involucra centralmente las formas de resolución de las necesarias articulaciones entre los "contextos de descubrimiento", los "contextos de legitimación" y los "contextos de aplicación".

El tercer eje se organiza en torno a un conjunto difuso de cuestiones concernientes a los cambios en las articulaciones de los procesos intra, inter y tans-objetales (Piaget-García) con las redefiniciones intra, inter y transdisciplinarias acaecidas desde el inicio de los 70 a la actualidad, con particular atención del impacto de las nuevas tecnologías de la información y comunicación sobre las ciencias de la tierra y las ciencias sociales y los nuevos campos de aplicación identificados dentro del sistema científico y tecnológico general. En el eje se implican las competencias y colaboraciones inter y transdisciplinarias y, en gran medida, la puja por las incumbencias y formas de valorización disciplinarias sobre y dentro determinados campos de aplicación socialmente relevantes.

El cuarto eje se organiza en torno al vórtice de la socialización y sociabilidad disciplinaria expresada a través de los intercambios y construcción de formas proto-organizativas y organizativas de integración, información y comunicación en las diferentes escalas de América Latina y de como tales aspectos contribuyeron a las transformaciones en las escalas nacionales y a la articulación de los geógrafos de América Latina dentro del campo geográfico mundial. Alrededor de este eje serán considerados los debates acerca del "corporativismo disciplinario" y las incumbencias específicas, con especial atención a los desencuentros entre el poder configurador de las tradiciones y los requerimientos de innovación institucionales.

En la investigación fueron utilizadas las siguientes fuentes básicas: a) las convocatorias y circulares de los EGALES; b) las ponencias, comunicaciones, conferencias y transcripciones de los paneles y mesas redondas; c) reseñas y comentarios sobre los EGAL aparecidos en revistas y otras publicaciones; d) revisión reciente de los recursos electrónicos disponibles en internet (sitios y listas); e) entrevistas y encuestas realizadas a una muestra aleatoria de los asistentes a los EGALES.

Los primeros resultados revelan que los aportes de los EGALES, aunque insuficientes, fueron importantes para avanzar en la construcción de una Geografía de América Latina con identidad propia, confrontada a la inevitable "presión bibliográfica", temática y epistemológica de los países hegemónicos tradicionales (España, Francia, EEUU e Inglaterra). Del conjunto de países latinoamericanos resalta notoriamente en todos los EGALES la unidad diversificada y contradictoria de la "geografía brasilera" y de algunos núcleos universitarios menores distribuidos en la totalidad de los países, debido a los aportes de algunas individualidades descolantes. El principal limitante observado al impacto de la geografía brasilera radica en la aún escasa traducción de su copiosa producción bibliográfica. Sin embargo, los EGALES contribuyeron a la construcción de la identidad de la geografía de América Latina mediante un proceso desigual, combinado y contradictorio entre los desarrollos internos y las producciones de los países "externos" hegemónicos. En tal sentido puede decirse que los EGALES fueron a su vez el ámbito privilegiado mediante el cual "penetraron" colonizadamente y lograron difusión de manera tamizada, los desarrollos científicos de los países centrales a través de un conjunto de destacadas figuras. Aunque pueden observarse tíbiamente aportes originales, la sucesión de las grandes "modas" fueron el resultado de la difusión y reproducción adaptativa de las modas de los países centrales. Una de las grandes debilidades de los EGALES que impidieron e impiden aún que logran un mayor impacto en el proceso de construcción de la identidad de la geografía latinoamericana radica en la escasa difusión de los trabajos que fueron presentándose desde sus comienzos. Esta relativa impotencia es imputable a la arquitectura misma de los EGALES y a la falta de una instancia que además de contribuir a la mayor difusión de los documentos posibilite la constitución de una memoria colectiva en base a la acumulación de los sucesivos aportes y las posibilidades de acceso por parte de la gran mayoría de los estudiantes, investigadores y docentes de América Latina a los documentos y debates.

D - 38 - Área 2

08:30 a 09:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2034

POR UMA GEOGRAFIA DO SUJEITO: UM DIÁLOGO COM JEAN PAUL SARTRE, EM O EXISTENCIALISMO É UM HUMANISMO

Carneiro de Lima, Sélvia ⁽¹⁾; Felício Chaveiro, Eguimar ¹

1 - Universidade Federal de Goiás | (*) Brasil

Resumen:

A história da humanidade é repleta de vertentes filosóficas que foram elaborados para explicar o sujeito e a sua existência. O mesmo ocorreu com os diversos ramos da ciência, especialmente após o Iluminismo, que se dispuseram a criar teorias que direta ou indiretamente enfrentavam "o homem e seus problemas", como na expressão de Paz (1956). O trabalho que se propõe deseja proceder uma interpretação de sujeito social baseando-se na análise geográfica do fenômeno, baseando-se nas idéias contidas no texto "O EXISTENCIALISMO É UM HUMANISMO", edificado por Jean Paul Sartre. Ressalta-se que uma das bases filosóficas do existencialismo sartreano é a não existência de Deus. Este posicionamento causou implicações importantes na maneira de pensar o sujeito, pois "se Deus não existe o homem não tem uma essência como origem de si, anterior a sua própria existência". Ele é, ao contrário de qualquer outro fenômeno, um ser cuja existência precede a essência, ou seja, é na ação que o sujeito define sua essência. E não há ação sem escolha. Dessa maneira, inicialmente podemos suscitar algumas questões que balizam este trabalho. Qual seria o peso humano de uma escolha para cada indivíduo? Como na escolha o indivíduo se torna sujeito? É possível, uma anterioridade à presença humana, como o destino, a história, a cultura, a economia, tolher a minha capacidade de



escolher? Partindo desses questionamentos o presente texto vai percorrer as idéias que traçam um rol de argumentações para responder essas indagações. Ou, falando de outra maneira, são essas as perguntas que mobilizam o pensamento sartreano. Após caminhar com o raciocínio de Sartre, iremos aglutinar suas idéias à noção de sujeito em Geografia, cujo objetivo é produzir uma leitura da relação entre sujeito e espaço. Sartre define que a angústia é um processo natural fruto da liberdade que cada homem está entregue. E somente um ser, não absoluto, não completo, não pronto pode se fazer mediante a escolha que faz.? Haveria como, a partir dessas noções, desenvolver uma teoria de sujeito baseada numa interpretação geográfica? O pensamento geográfico que se expressou nas últimas décadas tem revelado que não existe sociedade sem espaço na mesma proporção que não pode haver espaço sem sociedade. Em função disso, pode-se afirmar que a vida humana realiza-se no espaço e constitui o espaço, mas é condicionado também por ele. Uma ponte com o raciocínio de Sartre pode efetivar que escolher é uma modalidade de criar possibilidades que, por sua vez, conduzem a novas ações, em que os desdobramentos não são previsíveis. Neste processo, o sujeito se constitui e é definido por Sartre como sendo "uma série de empreendimentos, que ele é a soma, a organização, o conjunto das relações que constituem estes empreendimentos." (1946, P. 14).

É na condição de que o sujeito é um construtor de possibilidades que se pode efetivar a compreensão de sujeito e espaço como ação. Sem escolha não há ação. E sem ação, poderíamos geograficamente dizer, não há espaço. O espaço é um contingente de ações sociais. Poder-se-ia apreender daqui que não há período histórico banal e vazio, como não há sujeito sem a densidade histórica que faculta qualquer existência. Essa síntese, manuseada como um mote teórico nos levaria a ser fiel ao pensador francês estipulando o seguinte: conhecer, por essa via de compreensão, nada mais é que averiguar a especificidade de cada coisa ou evento como acontecimento humano e espacial. Ou refazendo a ordem da afirmação: conhecer é perceber o acontecimento específico de cada coisa. Escolher, portanto, é produzir-se no espaço com a liberdade da condição situada de cada sujeito que escolhe. Se sem escolha não há liberdade, é na escolha que se inscreve a responsabilidade consigo mesmo, com o espaço e com a vida. Se ninguém escapa de escolher, e ao escolher universaliza-se a ação, o sujeito é um projeto. É uma abertura conduzida pela própria consciência. E é no espaço que ocorre esse infinito projetar. E porque projeta, todo sujeito é um ser de possibilidade. É esse o tino político da leitura de sujeito: nenhuma dor dilacerante; nenhum remorso castrador; nenhuma relação tingida pelas cores do medo; nenhuma prisão do passado. A ação constrói possibilidades. A abertura do sujeito é a abertura do mundo, sua inscrição de pedreiro da história: agir para construir a liberdade. Essa reflexão abre-se pela via da interpretação geográfica do sujeito e do espaço baseada pelo existencialismo sartreano como mais uma possibilidade de leitura dos fenômenos geográficos; pois corroboramos com a idéia de que o geógrafo do Terceiro Mundo precisa contribuir com a leitura de sua realidade, sintetiza Milton Santos.

2054

FILOSOFIA NO DIÁLOGO COM O DISCURSO CIENTÍFICO DA GEOGRAFIA: LINGUAGEM E ESPAÇO NO ZARATUSTRAS DE NIETZSCHE

Devides, Rdo^{1(*)}; Ferraz, Cbo¹

1 - Unesp - Universidade Estadual Paulista | (*) Brasil

Resumen:

Apresento resumo para participação no XII Encontro de Geógrafos da América Latina, a ser realizado entre os dias 3 e 7 de Abril de 2009, em Montevideo, Uruguai. Este resumo se refere aos estudos da pesquisa para monografia final do curso de bacharelado em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Cláudio Benito O. Ferraz, do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, SP.

Esta pesquisa é decorrência das discussões, leituras e atividades realizadas no interior do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas, o qual visa desenvolver análises quanto à organização da linguagem geográfica em sua diversidade de expressões, ou seja, em meio às práticas sociais cotidianas, a partir da diversidade de manifestações artísticas e perante a profundidade do pensamento filosófico. Partindo de dúvidas e questionamentos sobre as causas da crise do conhecimento racional científico em relação aos seus vínculos ideológicos e interesses políticos econômicos, acabamos por estabelecer contato com o pensamento de Friedrich Nietzsche, filósofo alemão que apresentou em fins do século XIX certas considerações sobre o aspecto filosófico, ético e cultural que identificamos como centrais para se fazer uma análise mais profunda quanto aos perigos do atual projeto de sociedade.

Tendo como base a contribuição do pensamento de Nietzsche na crítica a linguagem científica, principalmente através de sua obra "Assim Falou Zaratustra", texto metafórico e poético dotado de incrível diversidade lingüística e rico em considerações filosóficas, essa pesquisa visa contribuir com uma visão mais rica e fundamentada nas reais potencialidades e limites dessa linguagem dita científica, de maneira que o olhar geográfico possa contribuir de forma mais efetiva para o entendimento do homem no espaço por ele vivido. Objetivos

Após estas primeiras considerações, compreendemos que este estudo, condensado em um projeto científico, visa a busca pelo entendimento do discurso científico pautado na lógica formal e metafísica de verdade macro-conceitual em si, identificando seus limites, suas principais problemáticas, e se possível, tecendo considerações que possibilitem um repensar destes elementos perante as atuais necessidades cotidianas do homem e da sociedade.

Este objetivo mais geral foi realizado tendo como base o estudo da obra "Assim Falou Zaratustra", de Nietzsche, para ver sua contribuição à Geografia atual, discutindo seus fundamentos lógico-conceituais em sua relação com a linguagem artística, assim como a construção espacial do "caminho de Zaratustra", para discutir elementos pertinentes a questão espacial. Metodologia

Em relação a metodologia, optamos pela utilização de duas teorias que se aplicam ao estudo e interpretação de obras literárias e filosóficas: Hermenêutica Filosófica de Gadamer, e a Estética da Recepção, de Iser e Gumbrecht. A interpretação hermenêutica possibilita a compreensão de um texto, encadeando um novo discurso a partir do discurso do texto. Assim, ler é apropriar-se do sentido do texto, o que no caso da leitura do Zaratustra, significará a interpretação signífica dos referenciais, parábolas e metáforas nietzscheanas.

A Estética da Recepção considera a literatura enquanto produção, recepção e comunicação, elementos que possibilitam uma relação dinâmica entre o autor, a obra estudada e o receptor do texto. A partir desta metodologia, buscaremos o entendimento da dimensão histórica da obra, do autor e sua importância para a discussão de problemáticas que persistem até os dias atuais. Principais contribuições geográficas

A partir das primeiras leituras da bibliografia e da obra central *Assim Falou Zaratustra*, foi possível estabelecer um diálogo entre alguns elementos da ciência geográfica e o pensamento do filósofo Nietzsche, mas especificadamente tecendo relações com a linguagem e a questão espacial: duas discussões principais que foram abordadas pela pesquisa. Estes dois elementos se complementam, pois para poder identificar como Nietzsche aponta o sentido de espaço no Zaratustra, fez-se necessário adentrarmos na questão da linguagem, buscando entender a forma como Nietzsche entende a filosofia e o pensamento racional pela expressão artística e como o discurso científico da geografia pode enriquecer seus referenciais com este contato.

Assim, apontamos que os elementos artísticos e filosóficos apresentam uma diversidade de significados que retratam de diversas formas a vivência do ser humano em seu planeta, em sua cidade e mesmo em seu caminhar dia-a-dia, ou seja, a relação espacial é estabelecida na forma como o indivíduo "olha" seu espaço a ser construído, e neste aspecto a geografia, ciência caracterizada pelo estudo do espaço, adquire importância no redimensionamento de seu leque discursivo, englobando em seu arcabouço teórico a diversidade presente na arte e na filosofia. Referências Bibliográficas

ANTÔNIO, Marco C. N. Interpretação enquanto princípio de constituição do mundo. *Cadernos Nietzsche*, São Paulo, USP, vol. 10, pg 27-47, 2001. BENHABIB, Seyla: *A Crítica da Razão Instrumental*; in: Zizek, Slavoj; Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro; Contraponto, 1996. BOYER, Alan (et al.): *Por que não Somos Nietzscheanos*. São Paulo; Ensaio, 1994. BRAGA, Paula. A linguagem em Nietzsche: As palavras e os pensamentos, *Cadernos Nietzsche*. São Paulo, USP, vol. 14, 2003.

FERRAZ, Cláudio Benito O.: *Geografia e Paisagem: entre o olhar e o pensar*. FFLCH/USP, 2001; São Paulo, 2001. (Tese, Doutorado em Geografia). FORNAZARI, Sandro Kobol: O corpo-escritura em Nietzsche. *Cadernos Nietzsche*, São Paulo, USP, vol. 11, pg 7-12, 2001. GADAMER, Hans-Georg: *Verdade e Método – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*; Rio de Janeiro: Vozes, 2002. GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. LEFEBVRE, Henri: *Nietzsche*. México; Fondo de Cultura Económica, 1987.

MACHADO, Roberto: Arte e Filosofia no "Zaratustra" de Nietzsche; in: Novaes, Adauto (org.): *Artepensamento*. São Paulo; Companhia das Letras, 1994.

MARTINS, Elvio R.: Da Geografia à Ciência Geográfica e o Discurso Lógico. São Paulo; FFLCH/USP, Tese de Doutorado, 1996. NIETZSCHE, Friedrich. *Assim Falou Zaratustra*; São Paulo. Editora Martin Claret, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. *Obras Incompletas* (Os pensadores). São Paulo, Nova Cultura; 5ª edição, 1991.



2125

A GEOGRAFIA E A EXPERIÊNCIA DO MUNDO

Nogueira, Amelia ^(*)

1 - Universidade Federal do Amazonas | (*) Brasil

Resumen:

A GEOGRAFIA E A EXPERIÊNCIA DO MUNDO Profa. Dra. Amélia Regina Batista NogueiraUFAM Em 1945 um filósofo francês defendeu tese e quando a publicou anunciava em seu prefácio: " Eu não sou o resultado ou o entrecruzamento de múltiplas causalidades que determinam meu corpo ou meu 'psiquismo', eu não posso pensar-me como uma parte do mundo, como o simples objeto da biologia, da psicologia ou da sociologia, nem fechar sobre mim o universo da ciência. Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido...". Merleau- Ponty foi este filósofo que, seguindo os passos de Husserl que no início do século XX "desaprovou a ciência", fez da interpretação do mundo vivido seu objeto de reflexão. Em "Fenomenologia da Percepção", sua tese e uma de suas principais obras, dá ênfase ao mundo percebido e para falar deste põe em debate a categoria espaço, pois para ele a fenomenologia é também um "relato do espaço, do tempo, do mundo vivido". Poderíamos ousar a dizer que esta reflexão aproxima-se das preocupações da Geografia, pois ela é a ciência que tem como objetivo fazer um relato do espaço, do mundo vivido. Aproximamo-nos deste filósofo para compreendermos melhor o mundo estudado pela geografia; com ele percebemos que para termos um olhar diferenciado da geografia que fizemos até aqui, precisávamos deixar o olhar do cientista à parte, precisávamos olhar o mundo com o olhar de quem vive nele, o experiência. Era necessário, como fez Merleau-Ponty, reconhecer que o mundo está sempre ali, antes da reflexão; nosso papel era o de torná-lo visível, fazê-lo de objeto de interpretação. Não nos cabe dizer como o mundo é ou como deve ser, mas sim perceber como ele está sendo. Em outro texto nos aventuramos a pensar o mundo vivido do filósofo como o lugar vivido da Geografia, o lugar é o mundo da vida, nele se entrecruzam experiências vividas, percebidas de vários outros lugares. No lugar percebe-se a presença humana, a interrelação entre os homens e entre estes e a natureza. Não devemos olhá-lo como se estivéssemos fora dele, devemos, isto sim, perceber nossa condição de sujeito que está no mundo e que tem dele uma experiência. Nosso distanciamento deve ser por um momento para percebermos sem muitas paixões, para nos admirarmos diante dele e assim desvendá-lo, compreendê-lo e interpretá-lo. Para Merleau-Ponty o espaço não pode ser entendido de forma fragmentada, deve ser entendido na sua totalidade, porém reconhece que cada experiência com o espaço é única, fruto da existência, da relação que cada ser tem com o seu lugar que é singular. Merleau-Ponty ressalta " não se tem o direito de nivelar todas as experiências em um só mundo, todas as modalidades da existência em uma só consciência". Desta forma os lugares refletidos pela Geografia serão compreendidos a partir da experiência que cada sujeito ou cada grupo tem dele. Merleau-Ponty nos alertou que "o espaço é existencial da mesma forma que a existência é espacial". O lugar, assim, deve ser pensado em todas as suas dimensões, dos significados simbólicos, míticos, à sua dimensão material, visível. Merleau-Ponty ainda levantou a questão de que o espaço primordial não é o espaço geométrico, mas o espaço da experiência, da existência, onde as distâncias não são medidas apenas por dois pontos, mas pela experiência. Assim, " a distância, como todas as outras situações espaciais, só existe para um sujeito que faça sua síntese e que a pense". A experiência é entendida por Merleau-Ponty como conhecimento que antecipa a filosofia. A partir do momento em que ela é reconhecida, podemos ver o mundo como efetivamente ele é. Essa proposição nos leva a pensar o lugar, categoria eminentemente geográfica, como mundo vivido, pensado por Merleau-Ponty e outros fenomenólogos. O lugar produzido na relação cotidiana entre os homens que nele habitam e que fazem dele parte de si. Os lugares estão encarnados nos homens e estes traduzem no cotidiano o que é o lugar, revelando uma relação existencial entre estes e os homens. Merleau-Ponty nos orienta nesta discussão que "a existência é espacial, que ser é sinônimo de ser situados". Considero que antes de qualquer coisa há um lugar de onde nos orientamos e nos situamos. A leitura deste filósofo proporcionou à Geografia uma releitura de seus pressupostos teóricos. Aqui o homem não é tratado como mais um dado da pesquisa, ou como mais um informante dos dados necessários à pesquisa, mas como habitante do lugar, que o vive, vivencia e experiencia. O lugar será conhecido através das narrativas desses habitantes. Pensar uma Geografia sob estes paradigmas é fazer visível uma outra geografia radical. Entendendo como postura radical na ciência o ato de rompimento com antigas tradições com a ciência que geometrizava e naturaliza o mundo e que vê nestes pressupostos o único caminho para atingir a verdade. Pensar os lugares nesta perspectiva é entendê-lo apenas como dados de localização, com uma referência de orientação. Quebrar este paradigma na ciência geográfica foi uma atitude radical. Os Geógrafos que caminharam por estes pressupostos mostravam que o espaço está cheio de significados, de valores, para uns o lugar expressa um sentimento de pertencimento, para outros de repulsão. Os homens não se movem num lugar abstrato e sim num lugar que é concreto e pessoal, um espaço vivido, modelado pela experiência. Ao pensarmos em termos de radicalização, podemos pensar que os fenomenólogos, dentre eles Merleau-Ponty, foram radicais ao criticar e declarar pretensiosa a ciência que se mostrava como único conhecimento capaz de chegar a verdade. Nossa pretensão em fazer uma leitura de Merleau-Ponty é a de contribuir com os estudos do pensamento geográfico no sentido de pensar uma geografia que interprete os lugares com resultados da existência humana, o espaço não apenas como produto das relações de produção, mas como produção da cultura, onde os homens numa relação intersubjetiva registrem sua presença no lugar.

09:30 a 10:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2021

O ESPAÇO GEOGRÁFICO ENQUANTO NADIFICAÇÃO DO MEIO

Bernardes, Antonio Henrique ^(*)

1 - FCT-UNESP (Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente, da Universidade Estadual Paulista) | (*) Brasil

Resumen:

Compreender o processo de fundamentação do ser do homem e as determinações do meio nessa relação é uma problemática que instigou o espírito de alguns geógrafos. Se tomarmos como exemplo alguns escritos de Max Sorre percebemos essa preocupação quando ele busca "entender a determinação do papel meio na formação da psicologia do grupo" (MEGALE, 1984, p.45). Conquanto, retomamos a problemática de modo um pouco diferente, propomos uma discussão que tem como objetivo colocar alguns indicativos para a compreensão do processo de fundamentação do ser do homem para o mundo em que a categoria espaço geográfico ressurgiu como determinado tipo de conhecimento do mundo. Parte-se do homem em sua relação com o meio em direção ao conhecimento dos elementos do meio transcendido, que é espaço. Para elucidar esse processo utilizaremos a categoria Nada desenvolvida por Sartre, ou seja, o homem em sua relação com o meio que funda e é fundado pelo seu ser o nadifica, emergindo o espaço como conhecimento da coexistência e organização dos objetos. Quanto às atribuições em Geografia à categoria espaço geográfico, se tem como parâmetro aquela desenvolvida por Milton Santos. Para Sartre estabelecer o Nada, parte-se da exterioridade objetiva que nos deparamos constantemente, ou melhor, do processo de negação daquilo que é exterior a nós para firmar nossa consciência para as coisas e para o mundo, ou seja, "a consciência não é o seu próprio motivo, sendo vazia de todo conteúdo, [...] a consciência se fundamenta se relacionando com o mundo" (SARTRE, 1997, p.78). Comumente, ao se relacionar com dada exterioridade focamos nossa atenção a determinado objeto ou coisa, elucidando sua forma pela consciência para negá-la e suprasumi-la, mas toda forma elucidada tem um fundo. Nenhum objeto ou coisa está especificamente designado para organizar-se em fundo ou forma: tudo depende da direção de nossa atenção. Por exemplo, ao se procurar determinada pessoa em um bar, essa é forma e o bar com seus objetos é fundo. Essa organização de "bar" em fundo é uma nadificação. O bar com seus objetos têm atenção marginal e a nadificação de todas as suas formas é a condição de aparição da forma principal, a pessoa procurada. Eis, para que a totalidade das coisas se ordene a nossa volta em forma de utensílios, fragmentando-se em aspectos diferenciados que remetem uns aos outros e tem poder de servir, é preciso que a negação surja, não como uma coisa entre coisas, mas como rubrica categorial que presida a ordenação e repartição das grandes massas de coisas. Assim, a aparição do homem no meio das coisas que o "investem" faz que se descubra um mundo. Mas o momento essencial e primordial dessa aparição é a negação. O homem é o ser pelo qual o Nada vem ao mundo. Ao elucidar o fundo e a forma como elementos objetivos colocados para subjetivação e os nadificando emerge o espaço como objeto de transcendência. Nas palavras de Sartre (1997, p.246-247): O espaço com efeito não poderia ser um ser. [...] é a maneira única pela qual seres que se mostram como não tendo qualquer relação entre si podem revelar-se ao ser pela qual a relação vem ao mundo; ou seja, a exterioridade pura. [...] Seria inútil conceber o espaço como uma forma imposta aos fenômenos pela



estrutura a priori de nossa sensibilidade.

É negando a exterioridade que a consciência realiza a espacialização. Não sendo o espaço captado pelos sentidos humanos, não havendo sensação do espaço e sim a maneira pela qual os seres ou as coisas podem se revelar ao Ser pela qual a relação vem ao mundo. Em suma, nem forma nem fundo se referem ao espaço na medida em que são objetos de sensações e o espaço não o é. O espaço é uma das dimensões e modos da existência de algo, não o próprio algo. As formas e o fundo se revelam enquanto meio, ou seja, algo diante da Idéia que necessita ser definido. É a subjetivação da exterioridade apresentada ao homem. Confundir espaço e meio é não discernir entre ser/estar, existência com essência, ou mesmo, conceito e categoria. O espaço enquanto categoria em Geografia versa acerca das organizações, ou melhor, ao sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1996), que só vem à consciência com o processo de nadição das coisas e objetos que elucidam um fundo, que é meio. É nadição elementos do meio que percebemos e estabelecemos as coexistências, as co-relações dos objetos e as suas especificas intencionalidades para aferir sua organização, mesmo que essa se refira a fenômenos em outras escalas que transcendam o meio determinado para análise. O ressurgimento da categoria espaço como elemento fundante do ser do homem trás consigo as suas categorias analíticas (paisagem, lugar, território, região etc.) como elementos de construção cognitiva e podem contribuir para os estudos em Geografia quando se procura, por exemplo, compreender como as mediações eletrônicas, em específico a Internet, influencia nos modos de percepção, entendimento, localização e representação dos fenômenos espaço-temporais de seus usuários. Pois, para navegar na Internet é necessário que seu usuários interpretem certa lógica expressa na tela. Agora, configuraria uma paisagem a percepção da imagem expressa na tela? Seria a lógica interpretada pelo usuário como espaço? E, o que seria o meio? E o lugar seriam os *sites*?

Para aferir os pressupostos colocados e que estão em desenvolvimento na dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Geografia pela FCT-UNESP utilizamos algumas técnicas e métodos, como: verificar a influência do pensamento existencialista no desenvolvimento do pensamento geográfico e direcionar essas elucubrações teóricas tomando como base empírica determinados grupos que fazem uso dessa linguagem por meio de entrevista participativa em *Jan houses* na cidade de Presidente Prudente.

Referências bibliográficas

MEGALE, J. F. Max. Sorre. São Paulo: Ática, 1984. SARTRE, J. O ser e o Nada. Ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 1997. SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. "Eixo: "Respostas teórico-metodológicas da Geografia perante as recentes espacialidades"; temas: "Evolução do pensamento geográfico" ou "Teoria geográfica da paisagem".

2036

O LUGAR DA GEOGRAFIA NO ENTRE-LUGAR DO ESPAÇO TURÍSTICO - UMA VIAGEM COMPLEXA

Castrogiovanni, Antonio Carlos ^{1(*)}

¹ - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | (*) Brasil

Resumen:

O LUGAR DA GEOGRAFIA NO ENTRE-LUGAR DO ESPAÇO TURÍSTICO - UMA VIAGEM COMPLEXA

A proposta desta pesquisa foi estudar a Formação do Espaço Turístico e as suas interfaces com a Geografia e a Comunicação, a partir de uma realidade, uma estação de águas termais - o município de Irai, situado no setor noroeste do estado do Rio Grande do Sul. O estudo aplicado envolve o sítio urbano, área de importância histórica e às áreas a este relacionadas.

Este estudo teve como categorias: a Comunicação a partir de Morin (2001b) com as subcategorias Nominalismo, segundo Cassier (1992) e Imagem, segundo Barthes (1990); a categoria Forma foi empregada a partir de Santos (1980 e 1996); a categoria Lugar também segundo o mesmo autor (1996) com as suas subcategorias Não-Lugar (AUGÉ, 1994 e 1998) e Entre-Lugar (adaptado de BHABHA, 1998); a categoria Sujeito a partir de Morin (1987 e 2001a) e a categoria Globalização a partir de Morin (2001b) e de Santos (1994 e 2002). A pesquisa é qualitativa com o método de análise amparado na Complexidade, através de um caminho que valoriza as verdades vistas por Sujeitos, num certo momento e Lugar, até porque, na dialógica, que constitui a vida, parece ser impossível existirem verdades absolutas e eternas no tempo e no espaço. A técnica pra escutar e analisar o que pensam/dizem os Sujeitos (funcionários de hotéis, empresários ligados ao setor turístico, políticos, turistas que conhecem Irai, turistas que não conhecem Irai e residentes) foi a entrevista Episódica (FLICK, 2002). A pesquisa teve início em 2002 terminando a primeira fase em 2004 do qual as verdades até então encontradas estão aqui pontuadas. Atualmente estamos desenvolvendo uma segunda fase.

Iniciamos esta pensamos ser o Turismo um fenômeno também espacial e comunicacional, portanto também da responsabilidade de estudo geográfico. Ele tem apresentado em nossos estudos muitas incertezas e verdades provisórias.

A pesquisa parte inicialmente do pressuposto de que a *condição humana está marcada por duas grandes incertezas: a incerteza cognitiva e a incerteza histórica. [...] Conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente certa, mas dialogar com a incerteza*(MORIN, 2000, p.59). Assim pensamos em transitar nesta pesquisa com o pensamento complexo que trata com a incerteza, procurando conceber a organização. Por outro lado, como afirma Santos (1996, p.81), *a realidade concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade*[...]. Portanto, parece impossível, numa leitura, fundada em dois pólos, ou seja, o certo ou errado. A produção do conhecimento é processual, engloba o histórico, o individual e o coletivo ao mesmo tempo, deriva da práxis humana, da leitura feita através desta práxis, portanto não pode ser linear e neutra, ter certezas eternas e verdades absolutas. Acreditamos (neste momento!) que pensar a partir de diferentes leituras históricas e epistemológicas favorecem, em muito, a busca de complexos diálogos que, podem lidar, com maior propriedade, com as determinações sociais e econômicas que tem direcionado a história para caminhos ditos certos e verdadeiros.

O trabalho, com a busca das interfaces de três campos do conhecimento (preferimos chamar assim, neste momento, a Geografia, a Comunicação e o Turismo), parece poder sustentar estas inquietações: Existe relação entre o Espaço Geográfico e o Espaço Turístico ou não? Existe um espaço Turístico Pré-definido ou não? O Espaço Turístico é resultado da intervenção da Comunicação ou não? A mídia participa na construção deste Espaço ou não? Por que o Espaço Turístico Águas Termais tem sofrido uma certa rejeição por parte dos jovens neste início do século? Quais são as contribuições da Geografia e da Comunicação Social que possibilitam um entendimento, mesmo temporário do espaço turístico, que aqui se confunde, em muitos momentos textuais, com o espaço geográfico.

2066

GEOGRAFIA DE MARIO BENEDETTI: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE AS LINGUAGENS CIENTÍFICA E ARTÍSTICA

Ferraz, Cláudio Benito Oliveira ^{1(*)}

¹ - UFGD | (*) Brasil

Resumen:

Objetivos

Essa pesquisa visa possibilitar o diálogo entre os olhares geográficos presentes nas linguagens científica e artística, em especial na literatura de Mário Benedetti, assim contribuindo para um melhor entendimento das análises e estudos geográficos praticados nas academias e nas salas de aula.

Outro objetivo é melhor compreender os conceitos centrais ao discurso científico da geografia através das formas com que os mesmos se apresentam em outras linguagens produtoras de conhecimento, como é o caso da literatura, permitindo a busca por caminhos que ampliem o entendimento do olhar geográfico perante os problemas atuais que envolvem a sociedade e também os limites paradigmáticos do discurso científico e pedagógico.

Visa também contribuir para um maior entendimento da obra de Mário Benedetti, fruto de inúmeros estudos e olhares das mais diversas áreas do conhecimento científico, mas que carece de interpretações e diálogos mais constantes com a Geografia, na direção de seus referenciais e expressões da lógica espacial presentes no seu estilo e processos narrativos.

Métodos e Técnicas

Concordamos com a concepção kantiana que o conhecimento produzido pelas linguagens artísticas não se pauta na ordem dos conceitos. O conceito é um elemento estruturador dos discursos científico e filosófico, contudo, a possibilidade de conhecimento a partir das artes ocorre em seus referenciais subjetivos e sócio-culturais, seja através do estranhamento, de silêncios ou do prazer proporcionado. Mas tal aspecto não evita



que, tanto a filosofia, quanto a ciência, no nosso caso a geografia, possam fazer uso de seus referenciais conceituais para estudar as expressões artísticas, de maneira a perceber como a linguagem artística, exatamente por meio de seus silêncios, estranhamentos e sensibilidades, permite que determinados conceitos sejam vistos e abordados por outros olhares e matizes.

Acreditando nessa possibilidade é que o Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas aplicou e aprofundou no desenvolvimento de ferramentas e metodologias auxiliaadoras desse diálogo. Diante de nossos objetivos e necessidades, optamos aqui por referenciais teórico-metodológicos que se complementam na direção da análise de palavras e imagens artísticas, presentes na obra de Mário Benedetti, para o estudo científico da geografia. O referencial metodológico do trabalho advém da Teoria da Recepção, de Hans Ulrich Gumbrecht e Wolfgang Iser, e da Hermenêutica Dialética de Hans-George Gadamer. Ambas as metodologias acabam contextualizando uma forma de abordagem de textos literários em que definem a análise a partir do "eixo temático" proposto pelo autor, a "relação da particularidade dos temas e personagens com a universalidade concreta da vida" expressa em conceitos, e o "contexto em que a obra foi elaborada", tanto em relação as demais obras do mesmo autor quanto em relação ao conjunto social, histórico e geográfico em que veio a público.

Ler a obra de Benedetti por essa perspectiva permite a interpretação de sua narrativa a partir de determinados conceitos de ordem espacial que estabelecem pontes possíveis com o olhar geográfico a partir dos aspectos afetivos e subjetivos com que os personagens e as tramas, que se manifestam em imagens artísticas e poéticas da realidade social, desembocam em sentidos mais amplos e pertinentes para a objetividade e rigor da argumentação e análise científica da geografia.

Principais contribuições geográficas

Esta pesquisa faz parte das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas (GPLG, e-mail: linguagens_geograficas@yahoo.com.br), vinculado ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, cidade do oeste do estado de São Paulo na região Sudeste do Brasil. O referido grupo, por mim coordenado, desenvolve pesquisas que enfocam os limites do discurso científico da geografia e as possibilidades de diálogo com outras linguagens, notadamente as artísticas, como forma de melhor compreender a aplicação dos conceitos centrais aos estudos geográficos sob perspectivas outras, de maneira a mais bem enriquecer as leituras possíveis dos fenômenos espaciais e seus vínculos com a vida cotidiana e o trabalho destes em sala de aula.

Partindo do pressuposto da atual crise que envolve o pensamento científico da geografia, em decorrência muitas vezes dos resultados de aplicação desse conhecimento nos processos de controle e administração social, amplamente embasados na crença da pertinência de uma racionalidade objetiva e absoluta em si, assim como a distância cada vez maior que esse discurso toma em relação ao cotidiano espacial vivenciado pelas pessoas, acabou por cobrar uma busca por outros elementos do saber para ampliar o(s) sentido(s) da linguagem científica, permitindo assim uma crítica mais rica e fundamentada das reais potencialidades e limites dessa linguagem e sua efetiva contribuição para o entendimento do homem no espaço por ele vivido.

Esta pesquisa trilha essa perspectiva e os resultados até agora colhidos a partir da leitura da obra, principalmente dos contos, de Mário Benedetti (um dos maiores escritores e pensadores não só do Uruguai, mas da América Latina) apontam para a riqueza subjetiva com que trabalha os referenciais de lugar e território, assim como de fronteira e região, a partir dos dramas cotidianos e existenciais que permeiam as crises políticas e econômicas das sociedades latino-americanas. As graves desigualdades sociais entre o "nós" e os "outros", mas notadamente entre "nosotros", são trabalhadas na literatura de Benedetti através de um canal afetivo/subjetivo em que uma Geografia acontece enquanto busca dos condicionantes existenciais em lugares de profunda hibridação cultural e conflitos ideológico/políticos, de contatos entre grupos sociais e culturais diversos na tessitura por se sentirem pertencentes a um determinado território que se caracteriza por ser fragmentado, volátil e instável, presentes em alguns de seus contos por personagens angustiados na elaboração de simbologias e imagens que definem uma região de movimento constante, de flexibilidade de processos, de estranhamento e ocultamentos. O estilo e a estética nas/das obras de Mario Benedetti apontam uma leitura geográfica necessária para melhor compreensão do lugar da América Latina no contexto da geopolítica e cultura do mundo atual.

16:30 a 17:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2041

GEOGRAFIA: UMA HISTÓRIA TERRITORIAL

Coloniese, Priscila Backes^{1(*)}

1 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE | (*) Brasil

Resumen:

O objetivo principal de nossa pesquisa visa compreender as abordagens do conceito de território em obras de Antonio C. R. Moraes, professor da USP.

Metodologia utilizada

Este estudo está centrado na pesquisa bibliográfica, em virtude da temática e do caráter das atividades. A partir das obras de MORAES (2005), estudamos as concepções de geografia, espaço e de território, por meio de fichamentos de obras selecionadas. Com base na orientação metodológica de Quaini (2003), consideramos os seguintes aspectos na análise das abordagens: a) o método utilizado; b) os principais elementos considerados; c) os temas de estudos; d) as principais referências bibliográficas; e) as dimensões sociais priorizadas e como são trabalhadas.

Principais contribuições geográficas:

Abordando as visões de historiadores e geógrafos, Antonio C. R. Moraes percebe a dissociação existente entre os campos do conhecimento, quando há tentativa de relacioná-los. Na visão de historiadores, a geografia é compreendida como descrição da superfície, a partir da qual os grupos humanos se desenvolvem. Na dos geógrafos, a geografia é posterior à história, sendo que a história não abarca as funcionalidades da análise geográfica. Outro aspecto destacado pelo autor, além da relação tempo-espaço, é a correlação existente entre o material e o simbólico, indicando uma abordagem híbrida de geografia. Os símbolos variam no tempo e no espaço, de acordo com as características de cada sociedade. A elaboração das idéias é produto de um raciocínio construído historicamente. Na época moderna surge o conhecimento científico. O discurso geográfico enquanto ciência tem várias restrições, mas ainda assim há uma diversidade, pois o mesmo aflora em vários campos disciplinares. No final do século XVIII, surge uma geografia científica (moderna), e uma de suas particularidades é a organização de "escolas nacionais" de geografia, apresentando denominações nacionais, como "geografia alemã", "geografia francesa" etc.

Ao longo do século XIX, nos países centrais, a geografia passa a ser uma das disciplinas básicas para o processo ideológico de legitimação do Estado, por meio do levantamento das características principais de cada país. Além disso, o conhecimento geográfico exerce influência sobre os órgãos gestores do Estado, pois trata de informações e interpretações sobre os lugares e os fluxos presentes no território, participando da discussão geopolítica envolvendo-se na gestão pública. A demarcação de fronteiras é característica dessa geografia do poder do Estado. No Brasil, também há um processo de construção do pensamento geográfico, sendo que a condição periférica é marcante na história brasileira, influenciando as dimensões política, econômica e cultural da vida em sociedade. Nesse contexto, começa a se formar, no século XIX, a geografia no Brasil, marcada pela falta de identidade disciplinar e com idéias européias da geografia moderna, o que dificultou a delimitação da geografia e dos geógrafos brasileiros.

Atualmente, para Moraes (2005), o temário da geografia humana corresponde à relação entre sociedade e espaço, numa visão histórica e dialética. Entende-se a geografia humana como ciência social que tem como objeto de estudo o processo da apropriação do espaço natural e construção histórica de um espaço social por meio do trabalho humano. Toda sociedade cria formas para se reproduzir, comandadas pelo grupo social que as constrói. Suas ações e decisões têm o caráter de processo social sendo que o espaço produzido é herdado e determina o uso dos lugares historicamente constituídos.

Segundo o autor, a história pode ser concebida como uma apropriação e transformação do espaço terrestre. Os processos de *apropriação e transformação dos meios naturais* servem para que as sociedades sobrevivam e trabalhem, trazendo novas relações à sociedade. Há também o processo de *reapropriação dos meios já transformados*, num movimento contínuo denominado de *produção do espaço*, sendo "todos processos entabulados por atores sociais e objetivados pelo trabalho". (Moraes, 2005 p.43).

A valorização do espaço, como um *processo histórico*, também se transforma historicamente, podendo ser apreendida como processo de formação de um território, envolvendo a relação de uma sociedade com um determinado local que através de mudanças e permanências toma as formas da sociedade que o domina. Para Moraes (2005), a constituição de um território é, a cada instante, resultado de possibilidades, "um modo



parcial de ler a história" (p.45). Construções e destruições fazem parte da constituição do território que passa a ser um processo cumulativo. "É a própria apropriação que qualifica uma porção da terra como território" (p.45). Tal conceito aponta uma visão histórico-crítica e social do objeto geográfico, enfocando diretamente a relação sociedade-espço. No estudo da valorização do espaço, defendido pelo autor, estão agregados elementos da política. O discurso geopolítico aparece como basilar nos desígnios do Estado, monopolizador das ações básicas da formação do território. Assim, Estado e território são conceitos entrelaçados, e o Estado é dotado de um território. O Estado moderno possui um espaço delimitado para o exercício do poder, o qual pode estar sob seu controle ou de outras instituições. A modernidade fornece uma jurisdição para o exercício do poder, um Estado territorial. A política construída administrativamente pressupõe um domínio sobre o território numa perspectiva estatal. Talvez seja por isso que, segundo Moraes (2005), "a reflexão geográfica levou muito tempo para diferenciar a análise do território da análise da formação territorial" (p.51), tendo dificuldades para teorizar acerca de processos e dinâmicas. Para o autor, somente no século XX, com a crítica ao positivismo, que as teorias geográficas rompem com a visão coisificada do seu objeto e buscam abordagens processuais. Então, o território é fruto do relacionamento entre sociedade e espaço num processo histórico. É necessário, desse modo, apreender as articulações dos processos sociais, sendo o território explicável pelo seu processo de formação. A geografia, assim, é uma história territorial. Enfim, Antonio Carlos Robert Moraes descreve e analisa a história da geografia moderna, com discurso legitimado e instituído socialmente, e revela elementos centrais de sua concepção histórico-crítica de geografia. O território ora é entendido como Estado-nação, ora como processo histórico de formação de um lugar.

Referências:

MORAES, Antonio C. R. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

QUAINI, Massimo. *Costruire 'geostorie' – un programma di ricerca per i giovani geografi*, *Geostorie*, anno 11, n.1, 2003, Roma, p.3-15.

2162

A NOVA ESPACIALIDADE DOS CERRADOS BAIANOS: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS E POLÍTICOS

Santiago, Julliana^{1(*)}

1 - Universidade Federal da Bahia (UFBA) | (*) Brasil

Resumen:

Esta comunicação trata da nova espacialidade estabelecida nos Cerrados Baianos em decorrência da consolidação do agronegócio na região. O objetivo é mostrar que nova referida espacialidade está associada aos novos processos produtivos e seus arranjos organizacionais e institucionais, os quais não só requalificam economicamente a referida região como lança novos desafios epistemológicos aos formuladores de políticas de desenvolvimento local, em função da centralidade que assume os condicionantes globais deste processo. Com este propósito, o trabalho consta desta introdução, mais três partes e uma conclusão. Na primeira parte, descreve-se e fundamentam-se as novas formas técnicas de produzir, de financiar e de organizar a produção nos Cerrados Baianos, chamando atenção que elas se articulam por meio de arranjos organizacionais e institucionais excludentes e geradores de grandes impactos ambientais. Nesta direção, mostram-se como essas novas formas de produzir se inserem no âmbito de um desenvolvimento espacial assimétrico, já que a tecnologia usada no processo de produção é fortemente dependente das economias de sítio, em especial dos recursos endofoclimáticos que asseguram uma maior produtividade dos insumos agrícolas e dos "fixos" no sítio que assegura uma maior produtividade nas atividades dedicadas aos fluxos materiais e imateriais, o que torna anti-econômico a difusão destes novos processos fora de determinados territórios, o que resulta no desenvolvimento espacial assimétrico. Na segunda parte, introduz-se a "teoria" do desenvolvimento geográfico desigual de David Harvey para mostrar que o processo referido acima é orientado no sentido de acelerar a compressão espaço-temporal por meio de todos os recursos mobilizáveis em todas as escalas, o que gera uma série de consequências não desejáveis e, em decorrência, coloca novos desafios epistemológicos aos formuladores de políticas para áreas com tais perfis. As consequências indesejáveis são tratadas, tendo como pano de fundo os condicionantes de David Harvey, em dois blocos: as consequências sociais e ambientais indesejáveis. As consequências sociais indesejáveis são vinculadas aos novos arranjos organizacionais e aos novos arranjos institucionais: i) os novos arranjos organizacionais se manifestam por meio da "produção integrada", o que aumenta a eficiência do processo produtivo e reduz os custos dos negócios e que resulta num processo excludente; ii) os novos arranjos institucionais expressos nas novas estruturas de governança, por meio dos quais se aumentam a incertezas ao nível do território diante de uma crise do mercado do produto em torno do qual se estrutura toda a economia regional, crise esta possível de ser detonada não só pelas forças cegas do mercado, mas também pelas novas estruturas de governança. Enquanto as consequências ambientais indesejáveis são associadas aos efeitos da inserção na "teia da vida" dos novos modelos produtivos de produção submetidos à compressão espaço-temporal, as quais se manifestam tanto ao nível do produto, como do território. As consequências ao nível do produto se revelam a partir das elevações dos padrões exigidos pelo mercado consumidor, o que se tem mostrado por meio do aumento das exigências de certificação dos produtos no mercado externo. Já as consequências ao nível do território se revelam por meio do processo de degradação dos recursos naturais, em especial o solo e os recursos hídricos. Na conclusão, esboçam-se os contornos de uma agenda de enfrentamento dos desafios que esta realidade coloca aos formuladores de políticas de desenvolvimento para a região em tela.

2168

O LUGAR: LIMITES E POSSIBILIDADES TEÓRICO-CONCEITUAIS NA ANÁLISE GEOGRÁFICA

Silva, Rosilaine Souza de Araújo da Silva^{1(*)}

1 - universidade Federal Fluminense | (*) Brasil

Resumen:

Através de uma reflexão teórica, tentaremos resgatar o conceito de lugar na evolução do pensamento geográfico, no intuito de discutir como o conceito de lugar possibilita resgatar novas falas e sujeitos, principalmente por se tratar eminentemente da escala geográfica dos "aglomerados humanos de exclusão" (Haesbaert, 2006), dos vínculos e práticas (ações) comunitárias, da construção e (re)produção da vida, que segundo Santos (1996) é a sede de resistência e construção de novas horizontalidades, ou ainda novas racionalidades, onde se desenrolam relações ora contraditórias, ora articuladas entre o lugar e seus sujeitos, o Estado e as grandes empresas. Desta forma, escolhemos abordar o lugar, por se tratar da escala onde se potencializam as estratégias de sobrevivência, segundo Ferreira apud Santos (1996: 278) "é no lugar e na esfera do vivido que se encontram as possibilidades de transformação e mudança", ou seja, é no lugar que vislumbramos a possibilidade de construir uma geohistória dos grupos sociais, hoje, excluídos e por vezes, marginalizados. Segundo Corrêa (2007:30), "O lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante" da geografia, no entanto, Haesbaert alerta que a obra de Carlos (1996) é "provavelmente a única publicação em livro dedicada exclusivamente a discussão do "lugar" na geografia brasileira" (2006: 133). Sendo assim, a relevância acadêmica do trabalho consiste na contribuição teórica na discussão deste conceito a partir de um olhar geográfico, direcionando o diálogo com os sujeitos excluídos, revelando histórias "esquecidas", mais por vezes "silenciadas". Pretendemos abordar o conceito de lugar como cenário de trocas e vivências, de criação de vínculos e afetividades, de pertencimento e acontecer cotidiano, construção e afirmação dos processos identitários, espaço de conflitos e arena de lutas, em que se desenrolam relações contraditórias do sujeito com o lugar, do sujeito com o outro, resistências, mais acima de tudo, uma estratégia de sobrevivência das classes e grupos sociais excluídos. No entanto, sabemos que as estruturas locais estão através do tempo e no espaço desintegradas e fragmentadas, tanto no que consiste à gestão do lugar, quanto à solidariedade construída através de vínculos locais, e por isso atentaremos para a tendência de verticalização dos lugares (Santos, 1996), ou a subjugação do lugar ao ritmo do capital, mas principalmente como no lugar, se potencializam as formas de resistência, criando alternativas, as horizontalidades, (vizinhança, espaços compartilhados a partir de novas racionalidades), ou seja, revelando possibilidades, corporificadas nos movimentos sociais populares que lutam para construir através do trabalho a reprodução da vida (digna, justa, solidária), ao contrário do ritmo de trabalho (imposto) da reprodução do capital (acumulação, consumo, competitividade). Assim trabalharemos com a perspectiva, em que o lugar como campo da experiência-sensível (particular e coletiva), com cuidados (sem romantizar e imobilizar a análise), mas principalmente, através de uma perspectiva crítica, entendendo o lugar como parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada no desenvolvimento desigual. Nos propomos a Re-pensar "o lugar como representação espacial, definido a partir dos entrelaçamentos impostos pela divisão (espacial) do trabalho, articulado e determinado pela totalidade espacial" (CARLOS, 1995, p. 42) Bibliografia citada: CARLOS, Ana Fani(org). *A (re)produção do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994. _____. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. HAESBAERT, R. Indicações bibliográficas sobre o Lugar. In: Geophafia (REvista de Pós-Graduação



em Geografia da UFF). Rio de Janeiro, 2006. SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

17:30 a 18:30 - Área 2 | 2-Respostas teórico-metodológicas da geografia ante las recientes espacialidades

2022

REDES Y TERRITORIOS: ARTICULACIONES Y TENSIONES

Blanco, Jorge ^{1(*)}

1 - Universidad de Buenos Aires | (*) Argentina

Resumen:

REDES Y TERRITORIOS: ARTICULACIONES Y TENSIONES

Uno de los rasgos característicos del mundo contemporáneo es la presencia cada vez más destacada de las diversas formas de circulación: de bienes, de capitales, de personas, de informaciones, de ideas, de imágenes. En estrecha asociación con la aceleración de estas diversas formas de circulación, en los últimos años ha sido notable la incorporación de perspectivas relacionales en las discusiones en geografía y otras ciencias sociales. Estas perspectivas traen a un primer plano las redes y la circulación en la conformación y el análisis del territorio y plantean desafíos teóricos y metodológicos.

El trabajo se propone como objetivo principal indagar, desde un punto de vista teórico, en la relación entre redes y territorios. Esto implica considerar distintas perspectivas en el análisis del territorio e introducir los procesos de articulación de las redes en y con los territorios. Asimismo implica desarrollar un concepto de redes que involucre simultáneamente aspectos materiales, organizacionales y políticos, frente a las definiciones puramente formales-geométricas o puramente técnicas predominantes. Esto último es muy habitual en lo que se refiere a las redes técnicas (transporte, telecomunicaciones, energía, entre otras), que suelen ser cosificadas y autonomizadas de los complejos procesos sociales que se articulan con los objetos técnicos en red. Las redes ponen foco en las relaciones entre lugares/sujetos/territorios/comunidades y plantean un espacio de posiciones relativas y con significados diversos -espacio dinámico, móvil e inestable-, sometido a las decisiones de comando y control de la red y a códigos de funcionamiento. Tal vez sea más apropiado decir que es la secuencia no lineal de actores/lugares/objetos técnicos y tiempo, conformando un espacio relativo, la que requiere ser investigada.

El elemento orientador en esta búsqueda es la idea de tensión que queremos incorporar a la noción de red. En este sentido, entendemos que es muy estimulante indagar a través de los juegos de articulación y oposición, que los actores tienen capacidad de desarrollar a través de las redes. Cuestiones tales como la inclusión y la exclusión, la fragmentación y la articulación, la circulación y el control, la fluidez y la viscosidad, la hipermovilidad y la inmovilidad, la cercanía y la lejanía, la presencia y la ausencia, son abordadas en el trabajo. Una pregunta que enmarca este desarrollo es si existen dos lógicas en el territorio que, en principio, podríamos considerar como areal y reticular, respectivamente. Esto lleva a tomar en cuenta, de manera simultánea, las escalas en las que diversos procesos sociales cobran sentido y las múltiples interacciones que se producen en lo local como consecuencia de esos procesos variables multiescalares.

Las conclusiones no pueden ser más que reflexiones provisionales, en el sentido de proposiciones sujetas a discusión. Algunos de los aportes de la perspectiva relacional en el análisis del territorio están vinculados con la explicitación de un conjunto de tensiones en el territorio; en la capacidad para plantear las escalas de las prácticas sociales como construcciones sociales y no como niveles escalares fijos, que confinan las prácticas de los actores; en sostener una mirada extrovertida de los lugares; en ser adaptables a considerar un conjunto variable de geometrías del poder y en poner en cuestionamiento el determinismo tecnológico en relación con las transformaciones territoriales.

2130

IMAGINÁRIO REGIONAL SACRO-PROFANO: ESTRATÉGIAS DIOCESANAS NA INTERIORIZAÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DO CEARÁ

Oliveira, Christian Denny Monteiro de ^{1(*)}

1 - Universidade Federal do Ceará | (*) Brasil

Resumen:

As transformações regionais contemporâneas, motivadas pelo crescimento do Turismo Litorâneo, marcaram as duas últimas décadas de desenvolvimento do Estado do Ceará. Impactos socioambientais dos mais diversos trazem à tona a representatividade política e econômica desse direcionamento geográfico para a exploração do turismo de "Sol e Praia". Algumas reflexões críticas no que diz respeito à valorização dos bens simbólicos litorâneos e especulação imobiliária, apontam para a necessidade de redirecionamento, planejado e participativo das localidades ofertadas à integração de novos roteiros turísticos. As ações advindas de organizações não governamentais propondo uma outra ordem de inclusão do/no turismo – na perspectiva do Turismo Solidário, Comunitário ou Alternativo – avançam de forma tímida e pontual, não sendo capazes de alterar a dinâmica desse imaginário de ocupação concentradora e consumo dos lugares. Em contraste com essa tendência predominante, verificamos no Ceará, a expansão de ações eclesiais favoráveis ao processo de interiorização turística. Trata-se do incremento de núcleos devocionais diversos, conhecidos por Santuários Tradicionais, e instrumentalizados para captar a ação pastoral das igrejas regionais: as dioceses episcopais. O trabalho aqui proposto visa caracterizar a composição organizacional das 9 dioceses do estado, em sua identificação regional por intermédio de eventos integradores: festas de padroeiros, seminários episcopais, campanhas comunitárias específicas, entre outros. Mas a discussão teórico-metodológica que alicerça a primeira etapa do projeto em curso e sustenta uma reflexão mais regionalizada a partir da Diocese de Tianguá (Noroeste do Estado do Ceará), corresponde ao desenvolvimento de uma política eclesial de Interiorização do Turismo. Política essa reconhecida como estratégias de convergência entre práticas turísticas (peregrinas) e práticas educativas (reconhecidas por iniciativas pastorais). A metodologia do estudo compôs reflexivamente uma série de apontamentos que demarcam a interiorização territorial das iniciativas comunitárias e educativa como um vetor de desenvolvimento mais sólido e culturalmente mais sustentável que os volumosos investimentos direcionados à exploração litorânea do estado. Na primeira parte, fizemos uma discussão sobre as bases territoriais que põem em cheque o pacto federativo. Abrimos caminho assim para o entendimento de como a "base local" solidifica o primeiro polar estratégico da interiorização do turismo. Já na segunda metade do texto, a reflexão embasa o papel cultural da hibridação como pano de fundo para leitura da política cultural pública – que rejeita os processos de alteridade em nome de uma identidade artificial e ineficaz. Enquanto a Igreja, subsidiada pelos mecanismos histórico-globalizados de expansão, inverte esse processo e acolhe uma promoção alteridentitária que denominamos por ecuturismo. O resultado do trabalho tem apontado para um paradoxal desafio regional: o imaginário sacro-profano de valorização regional, não trabalha diretamente com uma política cultural do turismo; mas obtém efeitos na ação educativa regionalizada sem o qual um turismo para emancipação social não consegue enraizar-se. O texto é encerrado com um panorama sobre a representação de santuários populares e oficiais nas nove dioceses em destaque, optando por raciocinar mais diretamente com a já mencionada Diocese de Tianguá, abrindo espaço para discussão de um terceiro pilar de compreensão das estratégias de interiorização: o catolicismo mariano. Deixamos, esse item, entretanto, para um próximo trabalho acadêmico.



2251

REDES DE TELEFONIA NO BRASIL: TIPOS DE CONCORRÊNCIA E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

de Toledo Junior, Rubens ^{1(*)}; Serra da Silva, Felipe ²

1 - Universidade Federal da Bahia - UFBA | (*) Brasil

2 - Universidade Federal da Bahia

Resumen:

Nosso estudo procura demonstrar como as redes de telecomunicação normalmente reproduzem ou reforçam as antigas disparidades socioespaciais, o que vem fazendo com que suas implicações não sejam no sentido de uma homogeneização do espaço geográfico, mas na permanência ou no reforço destas desigualdades.

Neste estudo realizamos um levantamento da evolução do número de terminais telefônicos, fixos e móveis, a partir do ano de 1998, quando ocorreu a concessão deste serviço para empresas privadas no Brasil.

Naquele momento foi feita uma nova redistribuição territorial das áreas de atuação das empresas de telefonia, que até então tinham normalmente como área de atuação o território de alguma unidade da federação (estados ou o Distrito Federal). Esta redistribuição implicou na fusão destas empresas que eram componentes do sistema Telebrás, pois sua área de atuação destas empresas passou a corresponder um conjunto de unidades da federação. Também foram estabelecidas regras que deveriam garantir a concorrência das empresas que assumiram estes serviços, e que em cada uma das novas áreas existiria a concorrência de várias empresas que teriam sua atuação regulada pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Passados dez anos, vemos que a concorrência, pretendida naquele momento, não aconteceu da mesma forma entre as empresas prestadoras de serviço de telefonia fixa e móvel, e constatamos a permanência de desigualdades territoriais no que diz respeito ao acesso a estes serviços.

Para a realização da pesquisa, realizamos um levantamento da evolução do número de terminais telefônicos, fixos e móveis nas diversas áreas de atuação das empresas de telecomunicação, o que nos possibilitou verificar o início da concorrência na prestação do serviço, seus desdobramentos, e se esta concorrência tinha algum efeito sobre o quadro de desigualdades territoriais no acesso às telecomunicações.

Verificamos que na telefonia móvel houve um grande crescimento no número de terminais telefônicos efetivamente utilizado, uma concorrência real em grande parcela do território brasileiro, mas que esse processo aconteceu de forma que a atenuação das desigualdades territoriais no acesso fosse bastante tímida.

No caso da telefonia fixa, cresceu o número de terminais telefônicos disponíveis, mas este crescimento não foi acompanhado por uma utilização efetiva das linhas disponíveis. A consequência foi o crescimento da densidade telefônica a níveis abaixo do esperado pelas empresas e pelo órgão regulador. Salvo em algumas grandes cidades, a participação percentual das "empresas espelho", que são as novas empresas que deveriam concorrer com as tradicionais, se manteve a níveis extremamente baixos, o que nos impede de afirmar que realmente exista uma verdadeira competição entre as empresas. As desigualdades territoriais, no que diz respeito à densidade da telefonia fixa, também continuaram a existir. Com a chegada de novas empresas de telecomunicação, ocorreu o advento de uma nova realidade, a sobreposição de diversas redes do mesmo tipo em uma mesma área de atuação, particularmente nas parcelas mais ricas do território, onde é maior a disputa por clientes destas empresas. Esta lógica se materializa na concentração das infraestruturas e no aumento das desigualdades territoriais no fornecimento de serviços de telecomunicação.

Concluímos que o processo de concentração da oferta de serviços de telecomunicação está presente no Centro-sul do país, área denominada por Milton Santos de Região Concentrada, no Distrito Federal, e em algumas capitais estaduais. A grande concentração dos mais diversos tipos de infra-estruturas em rede e a necessidade de facilidade de acesso aos serviços de telecomunicação, decorrente do mais intenso estabelecimento do meio técnico-científico-informacional, são fatores que, somados às características técnicas das redes de telecomunicação, fizeram com que nestas parcelas do território brasileiro ocorresse uma mais intensa implantação e sobreposição destas redes.

Lunes 6 de abril

D - 39 - Área 2

11:00 a 12:00 - Área 2 | 2-Respostas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2115

O GTP: GEOSISTEMA - TERRITÓRIO - PAISAGEM. UM NOVO PARADIGMA?

Messias Modesto Passos ^{1(*)}

1 - Universidade Estadual de Maringá/UEM | (*) Brasil

Resumen:

EL GTP: ¿UN NUEVO PARADIGMA? RESUMEN La crisis contemporánea del medio ambiente encuentra a la investigación en una situación de complejidad y de urgencia. La introducción de este artículo está destinada, por una parte, a definir el objeto de pesquisa (el medio ambiente geográfico en su sentido amplio) y, por otra parte, a describir la herramienta científica utilizada para el análisis (un nuevo paradigma). En el transcurrir de los años 1966-1970 se asiste a una verdadera "revolución copernicana": el mundo cambia, la visión del mundo cambia y la investigación científica es afectada/trasformada por el recurso de la interdisciplinaridad y las nuevas tecnologías. La geografía física debe salir de su (relativo) aislamiento. La problemática del medio ambiente no es apenas un tema de investigación y de método. Como respuesta a los cambios globales, materiales e inmateriales, es necesario inventar un paradigma. Hasta el momento tenemos un sistema de referencia tripolar – GTP: Geosistema – Territorio – Paisaje – cuya validez intentaremos demostrar a lo largo de esta exposición. El GTP parte de tres polos fundamentales para la reconstrucción de la geografía física: (a) un polo epistemológico, de base filosófica, que tiene por objetivo principal colocar al conjunto de la problemática ambiental en el marco "de la naturaleza y de la sociedad"; (b) un polo metodológico que tiene como objetivo definir los conceptos, las prácticas metodológicas y las técnicas o tecnologías de trabajo; (c) un polo didáctico, cada vez más esencial, orientado tanto para la formación inicial (pedagogía), como para las aplicaciones profesionales (ordenamiento y planificación del desarrollo). ¿Podemos decir que existe aquí un papel fundamental a ser desempeñado por la geografía como "ciencia didáctica" del medio ambiente? La invención del geosistema: un sistema global, complejo, humanizado. La segunda parte de este artículo ("El geosistema, un concepto naturalista") es destinada a una reflexión crítica sobre el estado general de la geografía, particularmente de la geografía física en los años 1950-1960. Eso condujo para un método de análisis integrado a partir del concepto de geosistema, adaptado a la problemática ambiental. El geosistema, el territorio y el paisaje son tres maneras de considerar un objeto único que es el espacio que nos rodea, en una palabra: el medio ambiente. Se trata de tres entradas construidas en un objeto único, tres entradas y tres finalidades diferentes. Aproximarlas en un sistema tripolar, sin confundirlas, permite introducir la diversidad y la flexibilidad a un sistema complejo. Por lo tanto, son tres entradas complementarias e interactivas: El geosistema con finalidad naturalista lleva en consideración a la "naturaleza" humanizada; el territorio con finalidad socio-económica corresponde al abordaje clásico de la geografía humana; el paisaje con finalidad cultural introduce la dimensión de las imágenes y de las representaciones. No existe jerarquía entre los tres polos, sino que complementariedades: es esa característica que otorga flexibilidad al funcionamiento científico. A modo de reflexión: ¿Para un retorno de lo geográfico? En torno de tres cuestionamientos posibles: (a) ¿El retorno de lo geográfico será un retorno de la disciplina Geografía?; (b) ¿Se trata de una "ciencia diagonal" cuya gestación está en curso?; (c) ¿Cuál es el impacto de este paradigma sobre las aplicaciones para el ordenamiento territorial y para el "desarrollo sustentable"? [1] Este artículo está elaborado, esencialmente e fundamentalmente, a partir das idéias de Claude e Georges Bertrand, explicitadas no livro Une géographie traversière. L'environnement à travers territoires et temporalités. Paris : Éditions Arguments, 2002. Há uma versão brasileira: Uma geografia transversal – e de travessias, traduzida/organizada por Messias Modesto dos Passos.

2134

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES NA REDE CULTURA VIVA DA REGIÃO SUL PROGRAMA CULTURA VIVA / MINISTÉRIO DA CULTURA DO BRASIL [1]

Patrícia, Dorneles ^{1(*)}; Nelson, Rego ¹

1 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul | (*) Brasil

Resumen:

Territórios e Territorialidades

na Rede Cultura Viva da Região Sul

(Programa Cultura Viva – Ministério da Cultura)

O Projeto Territórios e Territorialidades na Rede Cultura Viva da Região Sul, em fase de pesquisa, é a oportunidade e continuidade e aprofundamento da dissertação mestrado Arte e Cidadania – Diálogos no Projeto de Descentralização da Cultura da Administração Popular de Porto Alegre.

Sabe-se que a partir da abertura política no Brasil, os projetos de arte desenvolvidos nas comunidades de periferia do país, mobilizados pelos movimentos de arte-educadores e de educadores populares contribuíram para a construção de um olhar sobre as formas de produção de cultura.

Na contrapartida da cultura "bancária", fomentada pela cultura de massa, (isto é a partir da disseminação de padrões mais ou menos hegemônicos de consumo cultural) ou na manutenção das formas elitistas de produção cultural (isto é, a concentração da produção cultural distanciada das classes populares), estas experiências apontam, como caminho possível, para o deslocamento e a emergência de novos espaços de produção cultural, a partir de uma visão marcada pela valorização da pluralidade da produção de imaginário[1], com capacidade de organizar novos territórios.

Estes territórios emergentes, em suas distintas formas – de organização, de produção, de reapropriação dos espaços da cidade e da periferia, entre outros -, vêm construindo estratégias de afirmação e resistência, que alimentadas por uma ética de solidariedade, por uma política da amizade, fomentam identidades inventivas e desejantes, e são fortalecidas através dos intercâmbios de experiências com capacidade de resposta à formação de redes e de novas ações e corredores culturais.

É baseado em experiências como estas que o Ministério da Cultura no atual governo, desenvolve o projeto "Cultura Viva" – Pontos de Cultura, promovendo espaço, no âmbito nacional, para uma ação ampla de política cultural que, amparada em pressupostos de participação e descentralização, revigora as idéias e ideais até então operados de modo mais local.

A proposta de investigação, como objeto de estudo, sobre o Programa Nacional de Cultura, Arte e Cidadania - Cultura Viva / Pontos de Cultura, instituído pelo Minc em 06 de julho de 2004 (Portaria nº 156) que, como hipótese tentativa, se funda, em ponderável medida, no caldo das experiências antes assinaladas, e guarda em si a possibilidade de geração de redes intercambiáveis de ações culturais/cidadãs capazes de revelar por um lado, através da emergência do lugar dos seus próprios atores e, por outro, em sua potencialidade, indo ao encontro de uma política nacional que, transcendendo, em seus objetivos, apresenta um panorama cultural marcado pela diversidade, sugere a instauração de um futuro: territórios como palco das manifestações de lugar espacial e social; território como rede emergente das relações de solidariedade entre atores produtores de cultura; território que, como cultura de Nação, se expressa e se faz sentir - reconstrói sua identidade na diversidade - numa perspectiva de mundo globalizado.

Programa Cultura Viva - Pontos de Cultura fortalece o diálogo com os três conceitos-chaves, que com dimensões articuladas, definem a ação do Ministério da Cultura, a saber: cultura como usina de símbolos, cultura como direito e cidadania, cultura como economia.

O Programa Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural mediados pelos Pontos de Cultura, sua principal ação. O papel do Ministério é através de editais, agregar recursos e novas capacidades a projetos e instalações já existentes, que amplifiquem as possibilidades do fazer artístico e recursos para uma ação contínua junto às comunidades. O objetivo do Programa é potencializar energias sociais e culturais, dando a vazão à dinâmica própria das comunidades, entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora, fomentando assim uma rede horizontal de "transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da



geração de uma teia de significações que nos envolve a todos” [2]

O Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura é considerado pelo Ministério da Cultura o seu programa mais abrangente e profundo do campo da cidadania cultural. Através dos editais, o Programa Cultura Viva firmou convênio com 532 Pontos de Cultura, que se encontram em atividades, distribuídos no território nacional.

Seu objetivo é de potencializar “o que se faz há muito tempo”, isto é, a produção cultural que se encontra em especial nas áreas de risco, nos territórios de invisibilidade, nos grotões e guetos das grandes cidades brasileiras, onde para os gestores deste ministério “pulsava uma cultura e uma arte tão forte [...] que não há miséria, não há indigência, não há descaso e violência que as façam calar” Assim, o Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura tem como proposta despertar, estimular e projetar o que “há de mais singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local”. [3]

Desta forma, o programa é entendido como uma iniciativa do “Do in antropológico” (expressão utilizada pelo ministro no seu discurso de posse) onde, através da política de fomento deste ministério, acreditamos os seus gestores, existe a possibilidade de “tocar” nos “territórios de invisibilidade” onde já existe uma produção cultural, potencializando assim “a energia criadora do país”, através de novos pontos de cultura[4].

O Programa possui outras ações que dialogam entre si. São elas: o Agente Cultura Viva, Cultura Digital, Escola Viva e Griôs.

O Agente Cultura Viva é uma parceria entre o Ministério da Cultura e o Ministério do Trabalho e Renda. Através do Programa Primeiro Emprego, 12.500 jovens participantes dos Pontos de Cultura, receberão um auxílio financeiro para experimentar, descobrir, inventar e produzir cultura.

Esta iniciativa não ocorre por acaso, ela faz parte da observação de um fenômeno. Verificou-se que em muitos projetos com propostas semelhantes, revelam-se jovens que desenvolvem habilidades tornando-se capazes de atuarem como oficineiros. Um exemplo é a experiência do projeto de Descentralização da Cultura de Porto Alegre. Observa-se também que, para muitos destes jovens, ser oficineiro foi a sua primeira experiência profissional, seu primeiro emprego.

O Ministério da Cultura, através do Agente Cultura Viva, tem como objetivo capacitar e potencializar este fenômeno, qualificando os resultados desta educação informal. Desta forma, nos editais dos Pontos de Cultura é proposto que além das oficinas de arte, desenvolvam oficinas de cidadania, que abordem diferentes temas. Estas oficinas devem estimular a criticidade política e a participação social destes jovens de forma criativa e engajada, mas que proporcione também uma capacitação, no mínimo inicial, para a cadeia produtiva da cultura.

Através da política da Cultura Digital, o Programa Cultura Viva realiza nos diferentes Pontos oficinas de gravação de cd, edição de vídeo, metareciclagem, domínio do software livre, entre outros.

Para os gestores do Programa, a proposta da Cultura Digital não se encerra no conhecimento gerado e enriquecido, através do acesso dos participantes do Programa, à comunidade e a cultura virtual, mas o domínio mínimo da tecnologia, tem como objetivo dar visibilidade produção cultural local fortalecendo a materialização da cultura como uma usina de símbolos.

A Escola Viva e os Griôs são ações do Programa que ainda não foram implementadas, e também não serão ações do Programa que farão parte diretamente dos objetos investigados nesta pesquisa.

A Escola Viva tem como objetivo integrar os Pontos à escola (das comunidades) de modo a colaborar para a construção de um conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura. Nesta perspectiva o Programa propõe várias ações entre elas Escola Aberta aos finais de semana e Recreio nas férias, entre outras.

Griôs é o “abrasileiramento” da palavra francesa Griot, usada por jovens africanos que foram estudar em universidades francesas”. Preocupados com a preservação de seus contadores de história, consolidaram um conceito e uma atividade secular a fim de preservar parte de seu patrimônio cultural. No Programa Cultura Viva, a proposta dos Griôs – Mestres dos Saberes, tem como objetivo valorizar aquelas pessoas que tem um acúmulo de conhecimento que pertencem as suas comunidades, proporcionando “através de apoio financeiro e material que estes Mestres dos Saberes continuem, com menos dificuldade, a preservar e reinventar nossa cultura”[5].

O Cultura Viva é apresentado como um programa de gestão cultural compartilhada e transformadora, onde o conceito de política pública esta em construção. Apostando na gestão em rede, e nas potencialidades locais como um contraponto a uma globalização cultural que uniformiza e pasteuriza, o Programa solicita aos Pontos de Cultura que suas ações dialoguem com os conceitos de empoderamento, autonomia e protagonismo social.

O conceito de empoderamento é compreendido no Cultura Viva, como um processo de transformação das relações de poder, potencializando o que já existe de criativo e inventivo nas áreas de exclusão, e ampliando e fomentando a respeitabilidade local pela sua produção cultural. [6]

Fazendo uma crítica às gestões públicas de cultura pensada nos marcos do liberalismo (Cultura é um bom negócio “) e do iluminismo (“levar luzes à inculta massa”), apontando que estas, retiraram a autonomia e o protagonismo dos movimentos sociais, os idealizadores do Programa acreditam que o “protagonismo” dos movimentos sociais aparece a medida que suas organizações são entendidas como sujeitos de suas práticas, que intervêm nas políticas de desenvolvimento social, nos hábitos da sociedade e na elaboração de políticas públicas.[7]

Em relação a autonomia, no Programa Cultura Viva, esta deve ser entendida pelo respeito a funcionalidade e organicidade de cada Ponto, bem como na fomentação de espaços de troca entre os Pontos/Pontos (Rede Cultura Viva) como na interação com a autoridade(sociedade-Estado) e na aquisição do conhecimento, incorporado ao patrimônio cultural.[8]

O Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura tem como proposta fortalecer a solidariedade popular, através de intercâmbios de experiências e trocas de tecnologia social[9], formando assim a Rede Cultura Viva. Esta deve ser entendida, segundo a proposta do Programa, como algo maleável, “menos impositiva na sua forma de interagir com a realidade, e por isso, ágil e tolerante como um organismo vivo”. Seu objetivo “é fazer uma integração dos Pontos em uma rede global que aconteça a partir das necessidades e ações locais”[10]; e “desenvolver uma ação proximal dos Pontos, onde a troca, a instigação e o questionamento, elementos essenciais para o desenvolvimento da cultura aconteçam num contato horizontal, sem relação de hierarquia ou superioridade entre culturas”.[11]

O Programa Cultura Viva aposta, através de suas ações e na fomentação da diversidade cultural numa ação local/global capaz de fazer um contraponto ao processo de globalização, alimentado pelo mercado, que segundo os gestores do Programa, continua impondo com mais força que o Estado, “a uniformização e a pasteurização de gostos e estilos artísticos, com o único motivo de maximizar lucros a partir da venda de produtos culturais em grande escala”[12].

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva – Pontos de Cultura, é uma política cultural nova nos que diz respeito à gestão pública realizada até aqui no Ministério da Cultura. Como já foi apresentado, o Programa vem com o objetivo de “potencializar o que já existe”, buscando fomentar a identidade cultural a partir da diversidade, apostando que as práticas culturais promovidas nos espaços de educação informal, são capazes de promover e avançar na idéia de construção do “capital social”, reexaminando as relações entre cultura e desenvolvimento. Para isto, o programa envolve capacitação de jovens, inclusão digital e a formação da Rede Cultura Viva como espaço de trocas simbólicas e de suporte a uma nova e possível experiência de desenvolvimento econômico, para as comunidades locais.

Ao olhar brevemente aqui a proposta do Cultura Viva – Pontos de Cultura, percebe-se que este programa esta identificado com as propostas das Agendas 21’s, contemplando a Agenda 21 da Cultura, bem como a do meio ambiente. As propostas de diversidade, de sustentabilidade da Cultura, presentes nas agendas citadas, dialogam entre si, e apontam para práticas mínimas que devem fortalecer ações de valorização das identidades ou das novas identidades locais, contra a homogeneização cultural, apontada pelo processo de globalização.

Identificamos o programa Cultura Viva – Pontos de Cultura como uma política cultural que possibilita o surgimento e / ou o fortalecimento de novos territórios de produção, identidade e ação cultural. Estes territórios surgem a partir de um lugar – Pontos de Cultura, através da emergência de seus próprios atores, da criação de redes intercambiáveis de produção cultural, daquilo que é vivido, na Geração Ambiência (Rego 2000, p. 07) das oficinas culturais e na formação dos Agentes Cultura Viva.

Na experiência do Projeto de Descentralização da Cultura verificou-se a construção coletiva de “outros espaços educativos e outras histórias na cidade”[13]. Histórias locais, das comunidades, a partir das oficinas, que ao participarem de outras ações em outras comunidades, ao se deslocarem de seus territórios, se ressignificavam, se reciclavam e se alimentavam, tanto de novas ações culturais como de novas linguagens, novos fazeres, fazendo novos amigos.

Baseados nas reflexões acima identificamos a proposta dos Pontos de Cultura, como uma “Hermenêutica Instauradora” (Rego 2003, p.278) capaz de ampliar territórios e territorialidades de ações e identidades culturais. Para Rego, baseado nas concepções de Durand e Bachelard, a “Hermenêutica Instauradora”, se traduz como um determinado jogo de símbolos, do quais não são como um ponto de chegada e sim como um ponto de partida: “a hermenêutica propõe-se ela própria a um agenciamento de futuro”.

No Programa Cultura Viva, este “ponto de partida”, assim como foi já demonstrado a partir das Oficinas do Projeto de Descentralização da Cultura, pode constituir-se a partir das experiências estéticas vividas, através das oficinas de expressões culturais, que possibilitam à criação de novas ações culturais no espaço comunidade, onde se localizam os Pontos. Como também, “o ponto de partida” pode nestas experiências dos



Pontos de Cultura, estar na formação de redes de trocas solidárias de conhecimento, formação e intercâmbio do imaginário cultural produzidos em cada Ponto, dialogados e distribuídos na e pela Rede Cultura Viva.

Assim, o Cultura Viva, baseado em experiências anteriores, parece propor numa dimensão maior, um agenciamento de futuro, a partir da formação de um rede de trocas e intercâmbios culturais, do protagonismo, da autonomia, do empoderamento, envolvendo conceitos de sustentabilidade, poder local, diversidade cultural, economia criativa, entre outros.

O Cultura Viva é para este ministério, um programa de educação, cultura e cidadania, do qual acreditam os seus gestores e idealizadores, ser a proposta dos Pontos um espaço educativo e colaborador, para o fomento de possibilidades para uma "globalização mais tolerante"[14]

Na contrapartida ao processo de globalização, aparecem as propostas de fortalecimento do poder local e a formação de redes solidárias dos mais diversos tipos de intercâmbios. Propostas também encontradas no Programa Cultura Viva.

Milton Santos (2001, p. 21), no seu livro *Por uma Outra Globalização*, aponta que podemos pensar em uma globalização mais humana. Compreende que "as bases materiais do período atual são antes, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta". Embora estas com afirma o autor, são as mesmas bases que o grande capital se apóia para construir a globalização perversa, se utilizadas para outros fundamentos sociais e políticos, é possível de se construir uma outra globalização.

Nesta perspectiva, Santos (2001) aponta que a mistura das filosofias devido ao aglomerado das pessoas em áreas menores permite dar um outro dinamismo à existência, apostando na sociodiversidade e na reconstrução da sobrevivência das relações locais, abrindo a possibilidade da utilização do sistema técnico atual ao serviço do homem. Junto a isso o autor aposta que a emergência do de uma cultura popular, e a produção de um outro e novo discurso teórico, que ganha relevância a partir de que o homem hoje pode constatar a existência de uma universalidade empírica [...] isto é a explicação do acontecer pode ser feita a partir das categorias de uma história concreta", também permite, como assinala Santos, a conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história. (ibid. p. 21)

Sabe-se que o Programa Cultura Viva-Pontos de Cultura, é uma iniciativa limitada no que diz respeito ao nível de marginalização e exclusão social do país. Também é obvio, que ele, perante o processo de globalização capitalista, não dará conta de grandes transformações sociais. Mas é o programa, sem dúvida, uma mudança de paradigma no que diz respeito ao investimento em cultura no nosso país, como também um fomento a um processo educativo, que aposta que as pequenas mudanças locais baseadas no engajamento social e comunitário são capazes de realizar pequenas, mas importantes revoluções sociais.

Destá forma, pode-se perguntar a partir de Milton Santos, de que forma nos Pontos de Cultura, a emergência da cultura popular e esta sociodiversidade que estará sendo alimentada pela inclusão digital e formando a Rede Cultura Viva, é capaz de alimentar a narrativa, o outro discurso baseado na universalidade empírica, colaborando e permitindo "conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história". De que forma esta narrativa, constituída a partir das tecnologias sociais construídas por cada comunidade a partir de sua realidade se constitui como um instrumento de uma mudança social local, que é capaz de influenciar e ser influenciado pelo diálogo com outras experiências desta rede?

No campo da cultura, como nos lembra Coelho (Coelho 1997, p. 183) o processo de globalização da economia que se associa ao fenômeno da globalização cultural, está em curso pelo menos desde a época das grandes viagens marítimas no século XVI, que resultou a colonização das Américas, e foi intensificada e potencializada, após a Segunda Guerra Mundial. De modo mais específico, nas últimas décadas, a globalização se associa – em particular ao aperfeiçoamento dos meios de comunicação de massa e informática que (ibid p. 183).

[...] revela-se antes de mais nada na tendência à uniformização da sensibilidade, via cinema e televisão, o que é conseguido pela distribuição de produtos gerados por um número cada vez menor de fábricas culturais colocadas sob a égide econômica (do gosto) dos padrões americanos administrados por empresas globais. (ibid. 185)

A uniformização da indústria cultural, segundo Coelho, não é ainda absoluta nem inevitável, observa-se um claro ressurgimento da diferença identitária manifestando-se de ora de modo violento ou procurando emergir de uma maneira mais pacífica sob a aparência do multiculturalismo. Para o autor, afirmação e a diferença, o fenômeno da reconversão cultural se difunde e as culturas e o imaginário nacionais tendem a desmoronar (relativamente), mas não desaparecer de todo o localismo como âncora cultural, quer isso signifique um valor positivo de afirmação identitária, quer negativo quando reafirma de provincianismo não de todo instante do racismo e da xenofobia (ibid. p. 186).

Quanto ao localismo, Coelho (1997 p. 242) designa na pós-modernidade, uma tendência de retorno ao *particular*, ao pequeno e ao *diferente* em posição ao universal, ao grande e ao igual ou o que há de *constante*.

É a *fragmentação do mundo* contemporâneo que abre que se expressa conceitualmente por um processo de heteroginização caminhando em sentido oposto a homogeneidade promovida pelo pensamento moderno e que tinha por consequência a eliminação do particular que o localismo procura recuperar. O local é um espaço vivido, experiencialmente, como responsável pelo efeito de mundo, e simbolicamente (teatralizado), através de obras de cultura (como efeito de discurso); em contraste o não local é um espaço imaginário, vivido de modo duplamente mediado: simbolicamente e a distância. É esse lugar que investido por uma imagem coletiva, adquire uma função de matriz: dá origem e preserva uma cultura e uma coletividade. Não é um mero terreno ou conjunto de fronteiras físicas, mas um "estado de espírito". O localismo opõe-se, na atualidade à globalização, com a qual constitui um par de elementos em tensão a cuja volta se tece – ou se esgarça – o tecido social ou, na expressão preferida pelo pensamento pós-moderno, o tecido comunitário. O localismo em política cultural é entendido como indicio que aponta para o papel que o afetual representa nas relações entre indivíduos mediados ou não pelas obras formais de cultura. Diferentes programas de ação cultural desenvolvem-se no sentido de oferecer uma possibilidade de ligação ou religação afetual do indivíduo e sua cidade e entre os próprios indivíduos. (ibid p. 242/243)

Coelho aponta ainda que em questão a globalização, são os aspectos comportamentais que as políticas culturais vem lidando na forma de problemas. As soluções que procuram dentro do âmbito que lhe compete, acabam ocorrendo nas experiências dos centros culturais independentes.

Os Centros Culturais Independentes será a função de cada Ponto em sua comunidade. onde através das atividades culturais poderão oferecer uma possibilidade ou religação afetual do indivíduo e sua comunidade, cidade e entre os próprios indivíduos.

Mario Pedrosa apostou que a próxima revolução seria a da estética.

Guattari (1993, p 116) viu nas artes uma grande contribuição para a ecologia virtual e ecosofia, do qual acredita agir a como ciência dos ecossistemas, como objeto de regeneração política, mas também como engajamento ético, estético, analítico, na iminência de criar novos sistemas de valorização, um gosto pela vida, uma nova suavidade entre os sexos, as faixas etárias, e as etnias [...]

Foucault (Ortega 1999, p.171) pergunta nas suas reflexões sobre a ética e a amizade em busca da experimentação de novas formas de vida e de comunidade: Como produzimos uma existência artística?

Destá forma, baseado na política da amizade e da solidariedade apontada na experiência da Descentralização da Cultura de Porto Alegre, do qual vimos ser a arte e a criatividade capaz de fomentar novos intercâmbios e territórios de criticidade, participação social e construção de novas redes sociais de ação cultural para a mudança, como nos aponta Freire (1908); e a partir das reflexões dos autores acima, pode-se perguntar: Serão os Pontos de Cultura, através de suas atividades artísticas e culturais capazes de fomentar a solidariedade horizontal, de que fala Santos (2001 p.85) nos territórios de suas comunidades e no território – rede? Esta solidariedade das horizontalidades será um espaço de "vocalização solidária" (ibid, p.111), capaz de construir laços de resistência aos atores hegemônicos do processo de globalização capitalista, que permite através dos Pontos e da Rede Cultura Viva "ser um aporte da vida, uma parcela de emoção que permite aos valores representar um papel" (ibid, p.111)?

Cabe ainda outra questão: A partir das trocas de experiências entre os Pontos, se esta for utilizada como uma forma sistêmica do conhecer global de uma forma crítica e política, poderá promover o que Santos (Santos 1999, p.116) diz sobre a existência "ser produtora de sua própria pedagogia?".

Assim, ao investigar como se desenvolverão os Projetos Pontos de Cultura, no espaço local - espaço geográfico de sua comunidade, bem como, no diálogo com a Rede Cultura Viva, investigando como os conceitos de território e territorialidade, se constituem a partir do espaço "geração ambiental" promovida nos Pontos a partir de sua ação cultural, e das possíveis "hermenêuticas instauradoras" que se originam nestes espaços, verificando também de que forma estas se constituem e dialogam com a rede, organizam-se para a sustentabilidade, compreendem a relação local/global, o objetivo desta pesquisa é compreender quais são as singularidades que os Pontos de Cultura da região sul, articulam o processo de construção da Rede Cultura Viva da Região Sul

E a partir da experiência dos Agentes Cultura Viva, de que forma as experiências educativas de ação cultural vividas pelo projeto contribuem para a compreensão territorial, ampliam o engajamento local, proporcionam novas ações culturais e novos diálogos com a cidade.

Sabe-se que, frente ao enfraquecimento das noções de região, as formulações atuais na geografia sobre o conceito de território, a partir das contribuições de Milton Santos entre outros (Blume 2004, p. 49) ampliam a visão conceitual anteriormente vinculadas exclusivamente à forma geométrica espacial do território (fundamentos exclusivos do Estado-Nação) para uma nova concepção, onde se prevalece para a análise as

relações flexíveis que ocorrem no espaço. Como nos apresenta Blume, a partir de Santos (1995), a compreensão de território na geografia passa-se pelo "o uso do território, e não o território em si mesmo". Assim, segundo Blume, qualifica-se o conceito de território, e as relações flexíveis no território passam a ser

analisadas pelas manifestações do cotidiano, sendo que tais posições correspondem às relações vividas, por receberem a influência da multidimensionalidade do poder em sua constante oscilação entre simetrias e dessimetrias presentes na prática social. (Blume 2004, p. 49).

Blume (2004, p. 52) aponta ainda que nas formulações atuais na geografia, dos conceitos de território passam por um diálogo entre o território político, o território simbólico e o território onde o político e o simbólico se fundem. Na perspectiva política de território, caracteriza-se o conceito a partir das relações de poder e apropriação do espaço em várias esferas de análise. Como aponta Santos (1995) "O território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder".

O território simbólico valoriza a identidade territorial, o vivido. Para Raffestin (1993), "a dimensão simbólica para os estufos territoriais" (...) reflete a multidimensionalidade ao vivido territorial, pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral "".

Na perspectiva da fusão da concepção política e simbólica, Blume (2004, p. 52) apresenta a visão de Haesbaert (2002) "o território é um produto de uma relação desigual de forças envolvendo o domínio ou o controle político – econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados, ora desconectados e contrariamente articulados".

Para Mesquita (1995, p 84) refletindo a partir das concepções de Raffestin, Lefort e outros, o território é o que é mais próximo de nós, pode ter significação individual e social, e se faz e se recia no cotidiano.

É o que nos liga ao mundo. Tem a ver com a proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a ordens de grandeza para estabelecer a sua dimensão ou o seu perímetro. É o espaço que tem significação individual e social. Por isso ele se estende até onde vai a territorialidade. Esta é aqui entendida como projeção de nossa identidade sobre o território (ibid).

As redes sociais, como sabemos, cada vez mais vem sendo uma alternativa para os movimentos sociais se fortalecerem numa prática contra-hegemônica à globalização capitalista. A tecnologia favoreceu, ampliou e fortaleceu o trabalho destas redes. Está aí o sucesso dos Fóruns Sociais Mundial, lugar onde estas redes se ampliam, e que depois da primeira experiência em Porto Alegre, se multiplicaram em pequenas redes, organizando novos Fóruns Sociais, como os municipais, estaduais, os de países e os continentais.

O Programa Cultura Viva aposta na construção da Rede Cultura Viva, e vê nela a possibilidade de fortalecimento das práticas sócio-culturais através do intercâmbio entre os Pontos.

Sabe-se que com o avanço da globalização capitalista e o desenvolvimento tecnológico, desenvolveu-se o mito da desterritorialidade. Haesbaert, (2004 p.16) no seu livro o Mito da Desterritorialização, nos apresenta que expressões clássicas como a da 'aniquilação do espaço pelo tempo' foram responsáveis por grande parte do preconceito 'espaço-territorial' que envolveu cada vez mais os territórios em uma carga negativa.

Baseado no debate de Guattari e Deleuze, Haesbaert (2004, p.279) aponta que é possível identificarmos "um território no movimento" ou 'pelo movimento".

Talvez esta seja a nossa grande experiência pós-moderna da nossa experiência espaço-temporal, onde controlar o espaço indispensável a nossa produção territorial não significa (apenas) controlar áreas e definir e definir "fronteiras", mas, sobretudo, viver em redes, onde a nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade.

Se como aponta Haesbaert as redes podem ser vistas como um constituinte do território rede, sendo assim território-rede, há de se perguntar se os participantes das ações culturais dos Pontos de Cultura identificarão a Rede Cultura Viva, como um território. E a partir daí identificar, através deles, o que é território e territorialidade pelo o que entenderem da projeção de sua identidade no território.

E, partir das reflexões de Milton Santos (1999, p.30) sobre as técnicas, "que são um conjunto de meios instrumentais e sociais com o qual o homem realiza sua vida, produz, e ao mesmo tempo cria espaço", é possível pensar num mapeamento desta rede cultural, a partir da tecnologia social desenvolvida no processo educativo dos Pontos de Cultura?

No livro Por uma outra globalização, Santos (2001, p.170) aposta num momento novo, onde ao elencar as condições de um novo mundo possível, apontam que há possibilidades de implementação de um novo modelo social, econômico e político. Este novo modelo, para o autor, surge quando "a partir de uma nova distribuição de bens e serviços, conduza à realização de uma vida coletiva, solidária e, passando pela escala do lugar à escala do planeta, assegure uma reforma do mundo por intermédio de realizar uma outra globalização" (ibid).

Na perspectiva da cultura, Santos aposta numa revanche da cultura popular, sobre a cultura de massa (ibid 144). Esta revanche está para o autor na apropriação da cultura popular dos instrumentos da cultura de massa. Embora saibamos como aponta Santos, que "os debaixo" não dispõem de meio para participar plenamente da cultura de massa, é através da própria experiência vivida da cultura popular, o seu maior instrumento de resistência. A cultura popular conforme aponta Santos

[...] por ser baseada no território, no trabalho, no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massa. Gente junta cria cultura e paralelamente cria uma economia territorializada. Essa cultura de vizinhança valoriza ao mesmo tempo a experiência da escassez e a experiência da convivência da solidariedade.(ibid 145)

Por ser gerada de dentro, a cultura popular é para Santos um alimento da política dos pobres, e aquilo que se parece fraqueza, como destaca o autor é na realidade uma força, "já que se realiza desse modo, uma integração orgânica com o território dos pobres e o seu conteúdo humano". Os símbolos da cultura popular são para Santos "portadores da verdade da existência e reveladores do próprio movimento da sociedade" (ibid).

Desta forma, cabe aqui perguntar, haverá na experiência da Rede Cultura Viva da Região Sul, e nas ações culturais dos Pontos de Cultura, "experiências de vizinhanças" capazes de possibilitar uma nova economia territorializada, contribuindo também para a deformação da cultura de massa?

Santos (146) aposta nas condições empíricas da mutação, onde a emergência das massas se potencializa na efetivação da economia dual que conduz a duas formas de divisão de trabalho e duas lógicas urbanas distintas e associadas, tendo como base de operação o mesmo lugar. O fenômeno já entrevisto de uma divisão do trabalho por cima e de uma outra por baixo tenderá a se reforçar. A primeira pretende-se ao uso obediente das técnicas da racionalidade hegemônica, enquanto a segunda é fundada na redescoberta cotidiana das combinações que permitem a vida, e segundo os lugares, operam em diferentes graus de qualidade e quantidade (ibid)

Desta forma, cabe perguntar, quais serão, a partir das reflexões de Santos, as combinações que permitem a vida, potencializadas na experiência dos Pontos de Cultura e na Rede Cultura Viva da Região Sul?

Na continuação do diálogo com Santos, que aposta na diferença da divisão do trabalho entre os de cima e os de baixo. Na divisão do trabalho de cima, a solidariedade é gerada de fora, dependente de valores verticais, relações pragmáticas, num campo de maior velocidade, rigidez de norma econômica e irracionalidade radical: "Sem obediência cega não há eficácia" (ibid). Na divisão do trabalho de baixo, para o autor, a solidariedade é produzida a partir de dentro e dependente de vetores horizontais "cimentados no território e na cultura local". "[...]Há um dinamismo intrínseco, maior movimento espontâneo, mais encontros gratuitos, maior complexidade, mais riqueza (movimento de homens mais lentos), mais combinações. Produz uma nova centralidade do social [...]" (147).

Assim, quais serão as redes de solidariedade criada entre os Pontos, capazes de produzir uma nova centralidade do social?

Ao querer investigar a constituição da Rede Cultura Viva da Região Sul, e alguns Pontos de Cultura, tem-se também como objetivo, responder as questões já apresentadas, onde também procura-se entender se esta nova política cultural do governo federal, potencializa um movimento de resistência a globalização hegemônica da cultura de massa. Os instrumentos do Programa Cultura Viva para isto, se encontram para além do seu investimento no que diz respeito ao repasse de recurso financeiro para as instituições dos Pontos de Cultura. Ao fomentar para a mobilização de formação de Fóruns Estaduais, Regionais e Nacionais, parece que o Programa Cultura Viva estimula o fortalecimento de representação social e política dos Pontos de Cultura, junto às ações governamentais ou não, que atuem na área da cultura. Cabe ainda relembrar aqui que, o Programa Cultura Viva faz um investimento também na difusão cultural dos Pontos de Cultura, seja pelo incentivo e capacitação da linguagem digital apostando no software livre, na difusão e capacitação da criação de produtos culturais, como também com outras articulações institucionais para promoção da sustentabilidade destes projetos.[15]

Assim, cabe lembrar aquilo que Castell (1999, p. 565) conceitua como Redes:

"Redes constituem uma nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados produtivos e de experiência, poder e cultura".

A palavra Rede vem do latim *retis* e, a partir de significados diversos que relacionam a trama, entrelaçamento de fios, ligações entre pontos,



pode ainda ser definida sob a ótica dos sistemas vivos, como estrutura interligada que possuem propriedades e dinâmicas específicas como não a linearidade, laços de retro-alimentação, auto - organização e capacidade de operar de forma não hierárquica. "Onde quer que encontremos sistemas vivos, organismos, partes de organismos ou comunidades de organismos – podemos observar que seus componentes estão arranjados à maneira de rede. Sempre que olharmos para a vida, olhamos para as redes. [...] O padrão da vida, poderíamos dizer, é um padrão de rede capaz de auto organização". (Capra 2002. p 78)

Sabe-se que o conceito de redes transcende a rede da tecnologia virtual, e do ponto de vista sociológico, a organização das sociedades em redes é tão antiga quanto a humanidade, tendo existido em outros espaços e tempos, adequadas as realidades e contextos da época. No entanto, não há como falar dessa forma de organização social, no momento atual, sem tocar em questões fundamentais do processo de transformação de nossa sociedade, como "[...] a construção de identidade, movimentos sociais, transformações no processo político e econômico e a crise do Estado na era da informação" (Castells, 1999, p 566).

Castells assim com Santos, entre outros autores que discutem e abordam as temáticas das redes, sinalizam sua relação de poder. Castells nos ajuda a refletir quando se percebe que a tecnologia da informação é justamente aquilo que oferece a base material que permite a sociedade adotar, em escala, essa forma de organização social, destacando-se que a "geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se fontes fundamentais de poder, numa informação na qual a informação é o produto do processo produtivo" (Castells, 1999, p. 566). Santos, ao nos apontar os dados sociais das redes, nos diz, que toda a rede é social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam. "Sem isso a rede material é uma mera abstração" (2001, p)

Ao refletir sobre as redes, o passado e o presente e sua relação com o território, Santos (1999, p.210) nos provoca a construir um olhar sobre o foco genético e o foco atual das redes. O foco genético é visto para o autor, como um processo. O foco atual, como um dado na realidade. Para Santos, estes dois focos não são estanques, e para compreender as redes, o desafio é unir estes dois focos.

O foco genético é "forçosamente diacrônico, as redes são formadas por treços, instalados em diversos momentos, diferentemente dilatados, muitos dos quais já não estão na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos" (ibid) Para Santos a sucessão não é aleatória, cada movimento se opera na data adequada, isto é, "quando os movimentos sociais exigem uma mudança morfológica e técnica" (ibid).

No foco atual, é a descrição do que constitui um estudo estatístico de qualidades e quantidades técnicas, mas é também, como nos aponta Santos, "o estudo da avaliação das relações que os elementos da rede mantêm com a presente vida social em todos os seus aspectos, isto é, essa qualidade de servir como um suporte corpóreo do cotidiano" (ibid).

Assim, Santos nos sugere que um estudo da visão atual das redes envolve, a idade "mundial" da respectiva técnica e sua longevidade, quantidade e distribuição destes objetos, o uso que lhe é dado, das relações que tais objetos mantêm com os outros fora da aldeia considerada, das modalidades de controle e regulação do seu funcionamento. (ibid)

Sabe-se que ao se pensar em redes de tecnologia social que surgem na lógica solidária, emancipatória e libertária, é importante entender como nos aponta Cássio Martinho[16], que as redes devem ter organização horizontal, isto significa isonomia e insubordinação, desconcentração de poder, multiliderança, coordenação ou gestão compartilhada e princípio de coesão que se encontram em objetivos e valores comuns.

Apostando na auto-organização de uma rede, Martinho aposta numa "comunidade de propósito", ou seja, as pessoas criam uma rede ou participam dela em função de um objetivo comum.

O surgimento das redes ocorre quando um propósito comum consegue aglutinar diferentes atores e convocá-los para ação. O elemento de coesão das redes é uma idéia força, uma tarefa, um objetivo comum. Algo que parece frágil como princípio organizacional, mas quando potencializado pela ação voluntária se constitui num poderoso agente de transformação. (2003, p. 89)

Como já foi apontado antes, o Programa Cultura Viva aposta que a Rede Cultura Viva seja horizontal e orgânica. Santos (1999, p.211) nos faz ainda refletir que quanto mais avança as redes atuais mais elas se diferem das redes de um passado que se encontravam numa relação de espontaneidade no território. O autor nos aponta que, quanto mais avança a civilização material mais se impõe o caráter deliberado na constituição da rede. Ou seja, na montagem da rede, supõe-se uma antevisão das funções que poderão exercer, tanto material quanto de gestão. Santos, ainda refletindo com Barris (ibid), diz: é assim que se cria o que Barris chama de "espaço de transação", que é porção do espaço total, cujo conteúdo técnico permite transações permanentes, precisas e rápidas".

Neste sentido, como política cultural pode-se pensar que a Secretaria de Programa e Projetos Culturais, que coordena o Programa Cultura Viva, apostando na Rede Cultura Viva como um espaço de articulação e emancipação dos Pontos de Cultura, tem proporcionado vários espaços de transação, no conceito de Barris.

Apostando na rede horizontal e orgânica, como nos aponta também Martinho, o Programa Cultura Viva, criou várias instrumentalizações materiais, como nos aponta Santos. E, para além do repasse de recurso ou da formação em software livre como já foi destacado, há ainda os encontros regionais de Pontos de Cultura, os Nacionais, os Boletins Semanais – Ponto a Ponto [17], o Mapa dos Pontos, os estímulos as organizações do Fóruns, as sub-redes temáticas, etc. Todas estas ações, as vezes mais institucionalizadas, as vezes não, tem como objetivo possibilitar o empoderamento de articulação política entre os diferentes Pontos de Cultura e seus atores sociais.

Marinho destaca a "comunidade de propósito", o Programa Cultura Viva fornece instrumentos materiais para a articulação de uma rede horizontal e orgânica, da sociedade civil para a emancipação da cultura popular e da democratização da produção cultural brasileira, mas a rede se forma, se constitui através de iniciativas, de articulações, de sobreposições, de pontos de difusão, retro-alimentação, aglutinação, e da não linearidade, entre outros, como nos apontaram os autores acima. Se ela vai ser um instrumento de poder, e que nível de poder, e para quem e como, isto só buscando estudá-la.

A partir das reflexões já apontadas anteriormente neste projeto, ao investigar o desenvolvimento dos Projetos dos Pontos de Cultura nos seu espaço local - espaço geográfico de sua comunidade, bem como no diálogo com a Rede Cultura Viva, ao investigar como os conceitos de território e territorialidade se constituem a partir do espaço "Geração de Ambiência" promovida nos Pontos de Cultura a partir de sua ação cultural. E ao verificar quais são as "hermenêuticas instauradoras", que ao se organizarem nestes espaços território-local (comunidade) e território-rede, promovem um "agenciamento de futuro", o objetivo geral desta pesquisa é compreender no período de investigação da mesma, quais são os elementos agenciadores na troca dos Pontos de Cultura que constituem a Rede Cultura Viva da Região Sul? Considerando estes elementos agenciadores a serem identificados na troca entre os Pontos de Cultura, nas Gerações de Ambiências, nas Hermenêuticas Instauradoras, são eles capazes de promover a consciência territorial em diálogo com a compreensão da identidade?

Referências Bibliográficas

- BLUME R. Território e Ruralidade – A desmistificação do fim rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. PGDR. PoA /RS. 2004
- BLASS L M S. Qual cor dos Olhos da Tecnologia? – Ciências Sociais na Atualidade – Realidades e Imaginários. Org. Bernardo T e Resende A. P-E. Ed. Paulus. SP /SP. 2007.
- CASTELLS M. A Sociedade em Rede – A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Volume 1. Ed. Paz e Terra. SP / SP. 2007.
- COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural. Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- DUARTE JÚNIOR, João Francisco. Porque arte-Educação? 5 ed. Campinas: Papirus, 1988.
- DORNELES, Patrícia. Arte e Cidadania – Diálogos na experiência do Projeto de Descentralização da Cultura da Administração Popular em porto Alegre – Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC – 2001.PPGE [Dissertação de Mestrado]
- FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. Pedagogia do Oprimido. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GUATTARI, Félix. Caosmos. Um novo paradigma estético. Tradução por Ana L. de Oliveira e Lúcia C. Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- Haesbaert R. O Mito da Desterritorialização- Do "Fim dos territórios" à Multiterritorialidade. Ed.Betrand Brasil. Rio de Janeiro. 2004.
- MAY, R. A coragem de criar. 9. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1975.
- MARTINHO, C. "Redes": Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto organização e da auto-organização. Publicação WWF 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de S. (org) et. al. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- ORTEGA, Francisco. Amizade e estética da existência em Foucault. Rio de Janeiro: Grall, 1999.
- _____. Para uma política da amizade. Arendt, Derrida, Foucault. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- RAFFESTIN, Claude (1993) Por uma Geografia de Poder. São Paulo. Atica
- RAMOS, Célia Maria Antonacci. Grafite, pichação & cia. São Paulo: Annablume, 1994.
- REGO, N; SUETERGARAY D; HEIDRICH A (orgs.). Geografia e Educação – Geração Ambiências. Porto Alegre – Ed. UFRGS 2000. PoA /RS
- REGO N; Aigner C;Pires C; Lindau H (orgs). Um pouco do Mundo cabe nas Mãos – Geografizando em Educação o Local e o Global – Ed UFRGS.



1ª ed. 2003 – PoA /RS.

SANTOS M. Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal – Ed. Record. Rio de Janeiro 2001.

----- Da totalidade ao Lugar – Edusp,2002 – São Paulo.

----- A Natureza do Espaço – Tempo, técnica, razão emoção. Ed. Hucitec. 3ª ed. São Paulo. 1999

Mesquita Z; Brandão C.R. (orgs) Territórios do Cotidiano – uma introdução a novos olhares e experiências. Ed. UFRGS. 1995. Poá /RS.

Caderno Cultura Viva – Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania.- Ministério da Cultura – Brasil. 2004.

[1] Imaginário é um conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelo homem a partir, de um lado, de formas tanto quanto possível universais e invariantes – e que derivam de sua inserção física, comportamental, no mundo – e, de outro, de formas geradas em contextos particulares historicamente determinantes. Coelho 1997, p.213.

[2] Caderno do Programa Cultura Viva, pg. 18.

[3] Caderno do Programa Cultura Viva, pg. 08 – Pronunciamento do Ministro Gilberto Gil sobre o Programa Cultura Viva em Berlim – Alemanha, 02 de setembro de 2004.

[4] Caderno do Programa Cultura Viva, pg. 08 – Pronunciamento do Ministro Gilberto Gil sobre o Programa Cultura Viva em Berlim – Alemanha, 02 de setembro de 2004.

[5] Caderno Cultura Viva, p.28.

[6] Caderno Cultura Viva p.35

[7] Caderno Cultura viva p. 34

[8] Caderno Cultura viva p. 34

[9] Conforme Blass (2007,p.167) Tecnologia Social compreende várias “maneiras de fazer com” que surge na vida cotidiana, abrangendo produtos, métodos, processos ou técnicas criados a fim de enfrentar situações colocadas pela dinâmica da vida.[...] Todas as soluções concebidas como tecnologia social devem atender aos quesitos de aplicação fácil, simplicidade, custos reduzidos, eficácia para a prática e se multiplicarem em larga escala. [...] Neste contexto surgem desde a construção de brinquedos a baixo custo, uso de materiais alternativos na construção habitacional, plantações domésticas, culinária que busca reaproveitar sobras e ou resíduos vegetais como cascas, sementes, etc., até as propostas educacionais não-formais, ou de controle dos riscos ambientais, produção agrícola “orgânica” sem agrotóxico, entre outros.

[10] Caderno Cultura Viva, pg. 15 – Texto de Célio Taurino – Secretário de Programas e Projetos Culturais – Coordenador da Cultura Viva.

[11] Caderno Cultura Viva, pg. 15 – Texto de Célio Taurino – Secretário de Programas e Projetos Culturais – Coordenador da Cultura Viva.

[12] Caderno Cultura Viva p. 38

[13] A Arte e a ética da solidariedade – Outros espaços educativos e outras histórias da cidade – Artigo Dorneles 2002 p.34 – Revista Paixão de Aprender – Publicação da Secretaria Municipal de Educação – Porto Alegre – Administração Popular.

[14] Caderno Cultura Viva p. 38

[15] Um dado do Programa Cultura Viva é que se verificou que 70% dos Pontos de Cultura trabalham com audiovisual. Desta forma, os produtos destes Pontos de Cultura já estão em circulação seja pelas redes virtuais, mostras culturais e outras que surgem a partir de novas articulações. No ano de 2007, em parceria com a TVE/RJ o Programa Cultura Viva realizou o Projeto Ponto a Ponto, que constituía um programa sobre os Pontos de Cultura. Nesta primeira edição foram editadas 26 programas que tem circulação nas TVEs do Brasil e na TV Pública, divulgando 60 Pontos de Cultura do Brasil. Encontros com instituições empresariais junto aos Pontos de Cultura também vem sendo uma articulação as Secretaria de Programas e Projetos Culturais – SPPC, responsável pelo Programa no Ministério da Cultura. Destaca-se o projeto com a Rede de supermercados Pão de Açúcar, que tem um quiosque de vendas de produtos artesanais. Os Pontos de Cultura interessados nesta parceria, encaminham sua produção artesanal à empresa, que faz então a comercialização e a divulgação do seu produto.

[16] Cássio Martinho trabalha como consultor para implementação de Redes. Ele é o organizador da publicação “Redes”: Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Publicação WWF 2003.

[17] Boletim semanal divulgado pela SPPC, via rede virtual para todos os Pontos de Cultura com notícias do Programa e dos Pontos de Cultura. O Boletim Ponto a Ponto tem como objetivo socializar a informação, divulgando e promovendo novas articulações.

2152

ETNI-CIDADE ELEMENTOS TEORICOS PARA A INTERPRETAÇÃO DA EXPERIENCIA ETNICA NAS CIDADES LATINOAMERICANAS

Rodriguez Cáceres, Lus Stella ^{1(*)}

1 - UFRJ (*) Brasil

Resumen:

Este trabajo surge de la necesidad de encontrar desde la geografía, y en dialogo con otras disciplinas; instrumentos conceptuales para comprender la etnicidad en la ciudad, la cual bien podría corresponder a nuevas especialidades. Sin embargo, cuando me adhiero a la categoría de nuevas especialidades, lo hago reflexionando en la novedad que para la geografía latinoamericana significa y en su reciente aproximación a la problemática; y no pensando que la etnicidad en la ciudad corresponda totalmente a pautas de nuevas especialidades, a pesar de que recursos jurídicos acuñados en las últimas décadas permitan su expresión.

La presencia de grupos étnicos en la ciudad no es novedosa, y por el contrario su relación con el medio urbano tienen una larga historia que sólo recientemente llama la atención de la geografía latinoamericana. Mientras que éste es un campo bastante explorado en Estados Unidos y Europa a partir de las oleadas de migración ocurridas durante el siglo XX.

Para el primer mundo, la migración y sus trazos exóticos se ofrecieron como elementos para pensar la ciudad multi-cultural; iglesias, restaurantes y mercados fueron estructuras que se configuraron como elementos modeladores de la ciudad, mas con la migración emergieron problemas que estando más allá de la clase se convirtieron en desafíos para la academia. Los encuentros lingüísticos, religiosos y gastronómicos iban de la mano con problemas como el desempleo y el acceso a vivienda y servicios como salud y educación. Para el primer mundo la alteridad, el “otro” había dejado de estar lejos para situarse en el seno de su sociedad.

La preocupación de este trabajo es interpretación de la especialidad étnica en la ciudad latinoamericana. En principio dos factores explican la presencia de la etnicidad en el espacio urbano, de un lado la migración, la cual ha sido más estudiada y aquella que diríamos por asimilación, es decir, grupos sociales “originales” que se vieron afectados por el crecimiento urbano y la especulación inmobiliaria. En esa última categoría se encuentran casos como los resguardos indígenas en la ciudad Bogotá y los quilombos urbanos en ciudades brasileras como Porto Alegre y Rio de Janeiro, los cuales ejemplifican la ausencia de conceptos para explicar la organización de colectivos humanos, bajo etiquetas identitarias se movilizan para reivindicar derechos y pertenecimiento a un lugar.

La mirada sobre la etnicidad en contextos urbanos ha sido tardía porque desde el punto de vista de la geografía las dimensiones cultural y urbana solamente van a encontrarse en la década de los años ochenta. Como consecuencia de la doble negación que las escuelas de pensamiento encarnaron al asumir la unicidad de sus miradas. Así los especialistas en el medio urbano, herederos de corrientes positivistas rechazaron lo “cultural”. Al no responder a la lógica cuantificadora, esta dimensión fue considerada como irrelevante para explicar la estructuración interna de las ciudades.

De otro lado, los especialistas en cultura venidos de la tradición de Berkeley se gestaron como investigadores anti-urbanos privilegiando la cultura en ámbitos rurales o entre grupos de campesinos; bajo ese sesgo, lo urbano era entendido como la destrucción de la tradición, la desestructuración de la cultura rural, concebida como auténtica. Esa postura le valió la crítica pues era un convite a inmovilizar lo social, negando la historia y desconsiderando las dinámicas impuestas por el capitalismo y procesos de modernización industrial, aceleración urbana.

En esa lógica, la antropología, llamada para el estudio del “otro” abordó la etnicidad en América Latina como una noción asociada a grupos tribales aislados con contrastivos rasgos culturales e en áreas rurales. Bajo esa perspectiva la etnicidad terminó correspondiendo a grupos indígenas en áreas de floresta con rasgos culturales como lengua, religión y padrones tradicionales de subsistencia dentro de un territorio ancestralmente habitado. Ese enfoque dejaba por fuera grupos de migrantes, de indígenas migrantes y grupos sin culturas “exóticas” como negros, gitanos y migrantes europeos.

Teniendo en cuenta ese breve recorrido del por que de la ausencia de estudios en el área, pretendo discutir sobre las posibilidades teóricas para la comprensión del fenómeno, pero sobre todo de la necesidad de crear nuevos caminos, tomando en cuenta los problemas que se tendrían al



intentar aplicar conceptos, como los de la Escuela de Chicago que se refieren a otra realidad, sin embargo son un punto de partida. El debate sobre identidad étnica y racial y las transformaciones de la ciudad en sus formas estructurales y prácticas culturales fueron la base para conceptos como gueto negro aportado por Whith. Ese mismo escenario funcionó para el lanzamiento de distinciones entre identidad étnica e identidad racial, siendo la primera aplicada a migrantes alemanes e italianos y la segunda a negros y asiáticos que además de sus diferencias culturales denotaban rasgos físicos socialmente interpretados.

Esos conceptos no han sido totalmente superados, pero sabemos que el modelo desarrollado en Estados Unidos no debe ser aplicado nuestro contexto, bajo el riesgo de llevarnos a resultados equivocados. Así, antes que la fijación de categorías necesitamos de más investigaciones. Por otro lado, conceptos como segregación, concentración, gueto, y enclave étnico tienden a estar asociados a aspectos negativos como pobreza, discriminación, bandas juveniles, embarazos en adolescentes, tráfico de drogas y precariedad residencial, no quiero decir que estas condiciones no existan en esos contextos, pero la etnicidad no es una condición necesaria de privaciones de carencia, mucho estudios continúan asociado etnicidad con penurias, sin rescatar otros factores como movilización, cultura, cooperación y aporte a la estructura urbana. Para avanzar en el entendimiento sobre los términos que conduzcan a investigaciones que se preocupen por temas como el de quilombos urbanos en Río de Janeiro, necesitamos re-elaborar nuestros marcos de pensamiento. Entender la experiencia étnica en la ciudad nos exige echar mano de elementos como la organización política, la cultura, la transformación y la identidad, evitando caer en la ilusión de hallar grupos étnicos perfectamente delineados.

12:00 a 13:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2088

AS LINGUAGENS DO COTIDIANO COMO REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA POSSÍVEL

Kozel, Salete ^{1(*)}

1 - Universidade Federal do Paraná | (*) Brasil

Resumen:

A presente comunicação tem por objetivo trazer a reflexão sobre as representações do espaço elaboradas a partir das linguagens do cotidiano referendadas nos mapeamentos cognitivos, o que denominamos Mapas Mentais. Focando o "olhar geográfico" em direção a vertente humanístico-cultural, encaminhamos a reflexão às representações, enfatizando as construções imagéticas como decorrente da apreensão dos significados e subjetividades espaciais, sobretudo por refletirem a compreensão sociocultural dos indivíduos, que as produzem. Nesse sentido, cabe ressaltar que as interpretações também são perpassadas por diferentes prismas; em direção ao representativo / simbólico que se situa na base da relação *sujeito / signo / imagem*. A Geografia sempre esteve associada às imagens, num primeiro momento com o sentido de transmitir informações sobre os espaços desvendados, e posteriormente como forma de comunicação/ representação do espaço físico, mensurável ou do espaço vivido subjetivo. Embora os mapas tenham sido concebidos como uma representação plana e "matematicamente precisa" da superfície terrestre, contém uma forma ideológica de apresentar os espaços geográficos refletindo, sobretudo uma abordagem sociocultural, reproduzindo discursos. A geografia incorpora essa abordagem em princípio pelo aporte comportamental, com os mapeamentos cognitivos, passando pelo conceito fenomenológico de "espaço vivido" em direção a dimensão sociocultural expressa nas representações sociais tendo os Mapas Mentais como um dos seus principais aportes metodológicos. Entendemos os Mapas mentais como uma forma de linguagem que retrata o espaço vivido representado em todas as suas nuances, cujos signos são construções sociais. Eles podem ser construídos por intermédio de imagens, formas, odores, sabores, porém seu caráter significativo prescinde de uma forma de linguagem para ser comunicado. Todas as funções mentais superiores, específicas do ser humano integram a ótica da consciência, e são processos intermediados pelos signos que são adquiridos durante o seu desenvolvimento em sociedade. A linguagem é um veículo de significados e valores sociais e o signo, ao refletir a realidade, manifesta essa visão, interpretada por alguém sob a ótica de sua vivência social.

Partindo do pressuposto que o objeto de análise é aqui interpretado como uma forma de linguagem, propomos como referencial teórico Mikhail Bakhtin (1986) que permite analisar os signos representados nos mapas mentais como Enunciado estabelecendo relações entre as esferas sociais e as formas de comunicação. Ao analisar as representações como enunciados, pode-se redimensionar-las amplamente estabelecendo relações entre as esferas sociais e as formas de comunicação, envolvendo grande número de interlocutores. Portanto, a codificação dos signos que formam a imagem como um texto, não se constitui apenas uma representação individual, mas coletiva, na medida em que compartilha valores e significados com comunidades e redes de relações, referendando o signo social. E nesse aspecto as paisagens podem ser consideradas como um sistema de criação signíca que é alterada de acordo com o tempo e a visão de mundo dos que a interpretam. As representações nessa perspectiva assumem um caráter de "Cartografia cultural", sobretudo por incorporar aspectos da geografia humanístico-cultural tendo como fio condutor o dialogismo bakhtiniano.

Assim, os Mapas Mentais como construções signícas requerem uma interpretação/ decodificação, que é o foco principal desta proposta teórico metodológica. Na perspectiva de contribuir com a reflexão sobre Espaço e representação perpassando pelas abordagens subjetivas os mapas mentais como uma forma de linguagem elaboramos uma metodologia como um caminho possível para a interpretação / decodificação das imagens construídas, atualmente utilizadas em várias pesquisas de cunho pedagógico, ambiental e turístico.

2153

LA CRISIS AMBIENTAL GLOBAL Y LA INTERDISCIPLINARIEDAD EN LAS CIENCIAS

Rodríguez Fontán Luchino, María de las Mercedes ^{1(*)}

1 - Universidad de São Paulo | (*) Brasil

Resumen:

LA CRISIS AMBIENTAL Y LA INTERDISCIPLINARIEDAD EN LAS CIENCIAS María de las Mercedes Rodríguez Fontán Luchino RESUMEN 1. Introducción La actual crisis ambiental es el resultado del avance ilimitado del orden económico dominante y de la ciencia. Este orden económico político vigente se fundamentó en el modelo racional de la ciencia. (LEFF, 2001) De tal modo, en esa metodología racionalista surgen las contradicciones para el orden económico dominante, pues el resultado de su propio avance se convierte en su límite. De igual forma, surge la contradicción para la ciencia, pues sus propios avances derivan en una realidad de riesgos, incertezas y acasos, caracterizada por la imposibilidad del control, entonces ¿Qué hacer frente al descontrol originado de la crisis ambiental? La crisis ambiental global deja en evidencia los límites del modelo de la ciencia y su necesidad de buscar nuevos caminos para encontrar las soluciones. El objeto de este trabajo es tanto el estudio de los límites de la ciencia frente a la crisis ambiental como el análisis del enfoque interdisciplinario como posibilidad de tratar esta realidad. El primer objetivo es analizar algunos aspectos de la crisis ambiental y de la complejidad de la realidad socioambiental relacionados con el orden económico dominante y el modelo de ciencia. El segundo objetivo es analizar las dificultades enfrentadas por las ciencias para tratar la crisis ambiental. El tercer objetivo es considerar la necesidad de que la ciencia adopte un enfoque interdisciplinario, lo cual le permitirá abordar la complejidad de la crisis ambiental y de la realidad socioambiental. Temas Principales 1. La Crisis Ambiental: la ciencia y el orden económico dominante Los cambios climáticos, la escasez de recursos naturales, la pobreza hacen parte de la crisis ambiental actual. (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005) Del mismo modo, los riesgos tecnológicos globales forman parte de esa crisis. La crisis ambiental se origina en la absolutización de los principios del orden económico tales como el crecimiento ilimitado, el uso ilimitado de recursos naturales, el menosprecio por la degradación industrial. (LEFF, 2006) Además, el avance de la ciencia sin límites ha llevado a la producción de los riesgos tecnológicos globales, contribuyendo a la crisis ambiental. (BECK, 2006) El orden económico vigente se basó en el modelo de ciencia racionalista, la cual le dio los fundamentos necesarios para su legitimación y su avance. (LEFF, 2001) 2. Los problemas del modelo de ciencia vigente La crisis ambiental deja en relieve la dificultad de la ciencia de enfrentar la compleja realidad regida por incerteza, los riesgos, el acaso, de lo cual se desprende la desilusión social frente a la pérdida de certeza y al control que inspiraba la ciencia. Se observa que la ciencia enfrenta problemas de comunicación tanto entre las disciplinas como con la sociedad, lo cual resulta de las excesivas divisiones entre las disciplinas, las dificultades derivadas de los metalenguajes



de cada disciplina. (NORGAARD, 1992) La crisis ambiental y el mundo de los riesgos globales evidencian una compleja realidad, de lo cual surge la necesidad de que la ciencia recurra al diálogo interdisciplinario. 3. El saber y la interdisciplinariedad. FOUCAULT observa que el saber es diferente del conocimiento científico, pues este se circunscribe al ámbito de una disciplina, mientras que el saber significa mucho más que eso. El saber significa la lectura crítica de "las condiciones discursivas" en las que se produce el acontecimiento sea este científico, político. (SCHUSTER, 2005) El saber hace necesario levantar las cuestiones subyacentes, las cuales están debajo de las apariencias, de la realidad de los discursos y de los acontecimientos. Las cuestiones subyacentes envuelven los conflictos entre los actores y sus intereses, de los cual resultan una serie de cuestiones, fuerzas y saberes subyugados. (FOUCAULT, 1979) LEFF habla de la necesidad de establecer un diálogo de saberes, lo cual implica un intercambio que resulta en el saber en el poder. (LEFF, 2006.) La realidad socioambiental requiere el diálogo de saberes, y en este intercambio surge el proceso interdisciplinario. Un modelo de ciencia interdisciplinario puede enfrentar el problema de la formación de generalistas, es decir aquellos que saben de todo en la superficialidad. (NORGAARD, 1992) La interdisciplinariedad se traduce en la posibilidad de que el estudioso de una área específica consiga entender cuestiones que son de otras áreas de las ciencias. (VIEYRA, 1997) 3. Conclusión Cabe observar que el modelo actual de la ciencia enfrenta fuertes dificultades ante la crisis socioambiental global. Así surge la necesidad de buscar otros caminos como el enfoque interdisciplinario. La Interdisciplinariedad es el diálogo de saberes al que se refiere LEFF, el cual implica tomar como punto de partida el saber del que habla FOUCAULT, es decir la previa lectura crítica de lo subyacente al acontecimiento. Tal interdisciplinariedad es la capacidad que tiene el especialista de un área de poder comprender las cuestiones de las otras áreas de las ciencias, posibilitando de tal modo el enriquecimiento de su entendimiento sobre el problema de la realidad socioambiental. Bibliografía BECK, Ulrich. La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Litografía Roses S/A, 2006. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Gerais, 1979. LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Ecosystems And Human Well-Being – Our Human Planet. Washington: Island Press, 2005. (p. 03 – 13) NORGAARD, Richard B. Environmental science as a social process. Journal Environmanetal Monitoring and Assessment. Volume 20, Numbers 2-3, 1992 (p. 95-110). SCHUSTER, Felix Gustavo. Explicación y predicción: la validez del conocimiento en ciencias sociales. 3 Ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. VIEIRA, P. e WEBER, J. (Orgs.). Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

14:30 a 15:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2121

AMÉRICA LATINA, LOS EEUU Y EL ASCENSO CHINO UN EJERCICIO DE GEOPOLÍTICA PERIFÉRICA Y REALISMO ESTRATÉGICO

Narodowski, Patricio^{1(*)}; Zapata, Federico²

¹ - Departamento de Geografía, Facultad de Humanidades, UNLP | (*) Argentina

² - Universidad Di Tella

Resumen:

Objetivos

El trabajo se propone mostrar, dentro del ámbito de la nueva geografía política, los cambios en las relaciones tradicionales entre América Latina (AL) y los Estados Unidos (EEUU) introduciendo las dinámicas emergentes que se producen debido a la relación creciente entre AL y China. Efectivamente, las relaciones económicas entre China y América Latina han crecido de manera espectacular en las últimas décadas, dicho proceso ha generado una escalada de expectativas en los Estados Unidos, por un supuesto expansionismo chino en una de sus zonas de influencia hegemónicas (Roett y Paz, 2008).

Por eso se trata de dilucidar las formas que adopta y las consecuencias económicas y políticas de este triángulo estratégico (Estados Unidos, China y América Latina). Para ello se asume por un lado que existe una considerable variación en la forma en la cual la dinámica triangular se manifiesta a lo largo del continente, país a país; en segundo lugar, que la misma depende del contenido de los flujos comerciales y éstos de la complejidad de las estructuras económicas, políticas e institucionales.

En síntesis, la hipótesis fundamental de este trabajo es que las estructuras económicas e institucionales así como las estrategias políticas explican las relaciones; además, dicha variación genera patrones de relacionamiento con consecuencias internacionales disímiles, dentro de una geopolítica multipolar capaz de crear lógicas cooperativas; finalmente se muestra que la ideología no es un factor explicativo de primer orden en esta geopolítica emergente.

La geografía política puede realizar un aporte fundamental, ya que el principal corolario del planteo es la posibilidad de trazarse premisas normativas de política y economía internacional para los países de la región y para ello no deja de ser fundamental la producción de conocimiento geográfico capaz de proponer una estrategia. Para que esto suceda se debe debatir a fondo la cuestión del multipolarismo y de la heterogeneidad geográfica alcanzando una solución adecuada y realista.

Métodos y técnicas

El modelo teórico-conceptual del presente trabajo se inserta en la intersección entre el Realismo y la Teoría de los Juegos, en lo que hemos conceptualizado como "realismo estratégico": se asume que cada país persigue sus propios intereses, y que la habilidad para llevarlos adelante está dada por la distribución de capacidades, la posición que dichos países ocupan en la estructura internacional pero también por la percepción que las élites tienen sobre esa estructura (Jervis, 1988).

Del cruce entre las distintas complejidades, racionalidades e intereses se desprenden cuatro estrategias dominantes: la estrategia de soft balancing, de interdependencia compleja (es el triángulo estratégico Brasil, China, Estados Unidos); hard balancing de matriz político-militar (Venezuela, China, Estados Unidos); la estrategia comercial (Chile, China, Estados Unidos) y la estrategia errática (México, China, Estados Unidos).

Principales aportes geográficos

Nos parece importante señalar tres aportes:

1) Retomar con una lectura sistémica (Narodowski, 2008) el debate sobre el nuevo orden mundial de la globalización, fundamentalmente para entender si se verifica o no el discurso de la heterogeneidad, si ésta elimina el concepto centro - periferia o si significa sólo la necesidad de ir a un enfoque multipolar en el que sobresalen algunos pocos países.

En el discurso de la heterogeneidad parecen sobresalir las versiones internacionales del evolucionismo económico (Conti, 1996) y también la geografía de Agnew (2000); entre quienes sostienen el concepto centro-periferia debemos mencionar a Wallerstein (2000) y al geógrafo Neil Smith (1994). Entre quienes plantean que se va al multipolarismo debemos ubicar el planteo de Silver y Slater (1999). Un economista como Petras y Harvey pueden ser considerados entre los que aun creen en el predominio de los EEUU.

2) Incorporar gracias al enfoque sistémico la importancia de las complejidades de las estructuras nacionales para entender mejor las diversas restricciones y oportunidades que hay en las relaciones internacionales

3) Incorporar a la geografía política de matriz sistémica, una herramienta muy útil como la teoría de los juegos en su versión realista y plantear una taxonomía para el análisis de las asimetrías mundiales.

2144

A RELEVÂNCIA DOS CONCEITOS "PROXIMIDADE TERRITORIAL" E "TERRITÓRIOS PROXIMAIS" PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.

Reinaldo, Santos Andrade^{1(*)}

¹ - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA | (*) Brasil

Resumen:

Fundamentando-se em levantamento bibliográfico e estudo comparativo, este trabalho avalia a evolução dos conceitos "proximidade territorial" e "territórios proximais" no âmbito da Geografia e sua aplicabilidade nas políticas públicas para desenvolvimento territorial empreendidas na América



Latina. Ele considera, conforme Santos (1996), os homens como virtualidades de valor e forças desiguais que competem entre si e pelo uso do espaço que se diferencia em parcelas territoriais unidas pela informação, um dos recursos presentes na totalidade concreta, que se distribuindo-se e combinando-se localmente, tornando-se significativos mediante o movimento histórico acionado pela divisão do trabalho e pelos eventos que constituem subespaços dotados de especificidades, particularidades e funcionalidades. A definição dos mesmos depende dos acontecimentos solidários nos quais tarefas comunais realizam-se compulsoriamente mesmo que o projeto não seja comum: nos acontecimentos homólogos as áreas de produção modernizam-se mediante informações especializadas que geram continuidades funcionais e definem os seus contornos, enquanto que os acontecimentos complementares caracterizam-se pelo cotidiano estabelecido mediante regras localmente (re)formuladas, por informações generalizadas horizontalmente, pelo centripetismo localizado, pela valorização das formas e das técnicas, pela continuidade extensional, pelas interações entre as diversas áreas. São interações engendradas por meio das necessidades modernas na produção e pela prevalência das trocas baseadas na proximidade territorial.

Tendo a horizontalidade como recorte espacial mais relevante, a proximidade territorial é constituída pela contigüidade física dos atores econômicos, sociais e políticos que compartilham uma mesma extensão onde vivenciam uma totalidade formada por inúmeras inter-relações que geram identidades mediante laços culturais e de solidariedade. Resultado do movimento dialético Sociedade-Técnica-Natureza, o espaço geográfico expressa o "prático-inerte" corporificado nas formas, nas relações sociais, no território onde os acontecimentos solidários diferenciam, mediante a divisão do trabalho, os espaços "luminosos", interessantes aos atores hegemônicos que usam o território como mercadoria, e os espaços "opacos", acessíveis aos hegemônizados que fazem dele abrigo e refúgio (SANTOS, 1996). Como é o uso que confere significado ao território, então "território usado" é uma categoria que revela os problemas socioeconômicos e ambientais que se manifestam espacialmente em múltiplas escalas e dimensões.

Segundo Storper (1997), a interação tecnologias-territórios engendra os mundos regionais da inovação, a interação tecnologias-organizações faz emergir os sistemas inovativos e a interação territórios-organizações cria os "mundos da produção" (intelectual, mercado, industrial e recursos intelectuais) cujas interações são mediadas pela proximidade territorial (geográfica, espacial) fazendo com que os territórios sejam essenciais para as interações entre organizações e tecnologias, pois não existe produção a-espacial.

Apropriado por diversas disciplinas, a proximidade territorial (espacial) é um conceito eminentemente geográfico que tem sido aplicado nas políticas públicas de ordenamento territorial direcionadas ao desenvolvimento territorial, social e ambiental, ensejando a emergência de formas organizacionais híbridas baseadas em aglomerações econômicas territorializadas, os territórios proximais.

A proximidade territorial é o espaço das horizontalidades no qual os contatos face-a-face e a co-presença incrementam a confiança entre os atores facilitando o intercâmbio de informações, a geração de conhecimentos e as inovações, o que possibilita a geração de capital social, responsável por elevados níveis de desempenho e flexibilidade, é um dos fatores relevantes para a elaboração de estratégias que procuram valorizar os trunfos dos territórios no intuito de criarem e usufruírem vantagens "competitivas" e "construídas" que sustentem a competitividade territorial, o motor do meio técnico-científico-informacional que se fundamenta na techno-ciência e nas novas tecnologias infocomunicacionais.

Trata-se de um milie criado por acelerações que abrigam forças concentradas que ao explodirem, criam o novo balizando mudanças paradigmáticas que desafiam os homens a desvendar as leis, os padrões e os sistemas de conceitos que expressam o "capitalismo cognitivo". O declínio do modelo de produção fordista e dos modelos de planejamento nacional-desenvolvimentista e neoliberal ensejou o *revival* da categoria território e da noção de proximidade territorial que possibilita a compreensão de processos e dinâmicas inerentes ao espaço geográfico tais como: a) geração de conhecimentos/inovações, b) alavancagem da produtividade e competitividade, c) sustentabilidade do desenvolvimento territorial, d) redução das desigualdades econômicas e sociais especializadas.

A proximidade geográfica de atores territorializados confere a uma dada área um perfil singular de especialização interfirmando propiciando o desenvolvimento socioambiental e territorial. Juntamente com a cooperação, a proximidade territorial de micro e pequenas empresas gera externalidades locais positivas.

Resultando de interações multidimensionais, os distritos industriais marshallianos, por exemplo, geram redes locais caracterizadas pela flexibilidade da produção, o que facilita o desenvolvimento de novas formas de aprendizagem e de novos conhecimentos que incrementam a competitividade territorial.

As políticas públicas brasileiras voltadas para o desenvolvimento territorial enfatizam o conceito de arranjos e sistemas produtivos locais que, juntamente com o conceito de clusters, são apontados por Silveira (2006) como "receitas de aplicação universal elaboradas por experts e corporações".

Santos alerta para os perigos decorrentes da introdução crítica de formas-conteúdos e de conceitos alienígenas nas formações sociais dos países subdesenvolvidos, configurando uma "totalidade do diabo" perfeitamente adaptada e instrumentalizada pela "especialização flexível" que exige o enfraquecimento das normas reguladoras impostas pelo poder público, uma crescente flexibilidade do trabalhador, dos meios de produção, e do Estado que ao ser refuncionalizado torna-se subserviente aos designios ditados pelas grandes empresas transnacionais e se responsabiliza pela "limpeza do território" ao remover os obstáculos que interferem na reprodução do capital, o que resulta na "guerra dos lugares" em busca de incrementar a competitividade... "competitividade espúria" gerada pela "flexibilidade espúria" manifestada na maioria dos países latino-americanos.

15:30 a 16:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2159

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: EMERGÊNCIA DE NOVAS ESPACIALIDADES

Rua, João ^{1(*)}; Acioli, Andréa ¹; Giannella, Leticia ¹; Vasconcelos, Tiago ¹

¹ - PUC-Rio | (*) Brasil

Resumen:

O objetivo central deste trabalho é contribuir para uma melhor compreensão dos processos que originam novas espacialidades no mundo contemporâneo, processos esses que não podendo, tanto de um ponto de vista operacional como analítico, serem limitados a uma abordagem monoescalar, exigem que sejam realizadas perscrutações multiescalares. Decerto, os movimentos da chamada globalização, com a difusão de uma pretensa hegemonia sócio-cultural – e econômica - associados aos diversos desenvolvimentos locais baseados em variadas resistências, na maioria das vezes, de natureza identitária, acabam por se traduzir em uma variedade de conflitos políticos e sócio-espaciais.

Ao observarmos com atenção o atual panorama sócio-político mundial contemporâneo, a sensação é de, no mínimo, constrangimento. O discurso ocidentalocêntrico persiste e se revigora obscurecendo a enorme diversidade dos países "centrais" ao mesmo tempo que não explicita a crise estrutural do capitalismo. Observando mais profundamente, podemos enxergar certos movimentos que se contrapõem a essa hegemonia capitalista-ocidental, criando discursos e representações espaciais, valorizando seus próprios meios de fazer e saber, constituindo, assim, novas identidades político-culturais organizadas. Dessa forma, o atual momento da globalização, denominado por alguns autores como pós-desenvolvimento, é marcado por movimentos sociais de reação/rejeição às intervenções exógenas no desenvolvimento local, que ameaçam ou põem em risco os saberes e culturas tradicionais. A idéia de desenvolvimento há muito vem sendo entendida na sua relação estreita com o projeto da modernidade e, portanto, com ideário ocidental. O recente debate acerca do projeto da modernidade tem trazido de um lado os "pós-modernos", críticos contundentes deste projeto e de outro lado os defensores de uma reformulação da modernidade sob uma ótica mais humanista. Esse debate se aprofundou, englobando a idéia de desenvolvimento e trazendo-a para o centro das disputas filosóficas. Críticos do desenvolvimento argumentam que este tem sido um veículo de ocidentalização do mundo, gerando assim uma homogeneização cultural, por outro lado, sob a abordagem pós-colonialista, o que se vê é uma desigualização cada vez mais profunda, produtora de resistências e de diferentes espacialidades nas mais diversas escalas. O desafio epistemológico que temos pela frente se evidencia na tentativa de dar conta dessas particularidades, buscando uma releitura do desenvolvimento, de um desenvolvimento "aberto" e multidimensional, para além da noção pura de crescimento econômico, de modernização. A globalização é antes de tudo um processo político atrelado à idéia de desenvolvimento e modernização. O discurso é político. Criam-se através dele políticas de representação capazes de transformar a realidade das sociedades. Logo, os desafios propostos pelas novas espacialidades são políticos. Alguns autores propõem a ênfase na autonomia cultural como saída política para a crise do desenvolvimento. Para esses, dever-se-iam desenvolver alternativas ao desenvolvimento que se encontrariam nas resistências e culturas locais. Certos autores reconhecem que essa posição não enfatizaria a crítica política efetuada, por exemplo, pelas tendências dos estudos



pós-coloniais. Os desafios políticos das novas espacialidades, assim, perpassariam a re-concepção de movimentos sociais; a aproximação entre economia política e análise cultural; e a noção de modernidades múltiplas e de múltiplos desenvolvimentos, o que se procurará fazer neste trabalho. O método decorre do que se objetiva apreender; é um ponto de partida e de chegada; pode e deve ultrapassar a dicotomia essência-aparência; métodos são criados para tentar explicar o real. Neste trabalho utilizaremos uma pluralidade metodológica motivada pela inerente complexidade da temática em que enquadramentos liberais, marxistas e pós-estruturalistas estarão em pauta. Como base tomaremos o método analítico-dialético para melhor compreensão das contradições expressas no espaço geográfico e por melhor possibilitar a explicitação das interações sujeito-objeto. Em alguns momentos (na discussão cultural, principalmente) haverá uma apropriação do método fenomenológico-hermenêutico, com sua ênfase no sujeito em detrimento do objeto. Assim, procurando integrar as abordagens dos desenvolvimentos geográficos desiguais (marxistas ou neo-marxistas) com aquelas oriundas do pós-estruturalismo (colonialismo, pós-colonialismo, pós-desenvolvimento), com suas variadas contribuições, podemos perceber a emergência de novas espacialidades, fruto da imposição, cooptação e/ou resistência, ainda pouco capturadas pelas análises dos geógrafos. O colonialismo e o pós-colonialismo, (integrados na colonialidade, ainda marcante) influenciaram e influenciam na formação de múltiplas espacialidades, onde se percebem tendências, tanto à igualização do espaço como à sua crescente heterogeneização, esta fruto de leituras particulares daquele processo de escala geral. Quase sempre ao se falar de colonialismo e pós-colonialismo pratica-se enorme generalização, tanto no que diz respeito à "matriz" (como foi heterogênea a dominação colonial!), como com relação aos "colonizados" (periferia, Terceiro Mundo). Quanta diversidade anulada nessas generalizações obscurecedoras dos hibridismos resultantes do amálgama de culturas/sociedades/espacos (com suas múltiplas dimensões), integrados a processos por demais complexos e variados em que, uma escala geral de "ocidentalização do mundo" se mescla com movimentos de escala local que percebem, de maneira particular, esse movimento de escala planetária. O desenvolvimento produz múltiplos territórios, produto e condição de/para movimentos sociais de matiz variado (conflitos e resistências; aceitação e cooptações) todos integrando dimensões concretas e simbólicas e participando de escalas diversas (local, regional, nacional, global) que expressam intrincados jogos de poder. A Geografia pode participar dessa análise complexa integrando essa matriz analítica diversificada – marxismo e as diversas manifestações do pós-estruturalismo – à compreensão do desenvolvimento territorial (conceito a ser ressignificado) como produtor de outras representações do espaço que não as dominantes.

2268

TERRITÓRIO E TERRITÓRIOS... DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA SERRA DO BRIGADEIRO, MINAS GERAIS, BRASIL.

Teixeira Ferrari, Clara ^{1(*)}

¹ - Universidade Federal de Viçosa | (*) Brasil

Resumen:

Acredita-se, nos dias atuais, que o mundo tenha se tornado pequeno: as distâncias diminuíram, a comunicação alcançou a escala global, eventos específicos são presenciados ao mesmo tempo em diferentes partes do mundo e, afirma-se, já não existem fronteiras, tudo é global. De fato a globalização põe em evidência um novo paradigma de desenvolvimento (BUARQUE, 2002) que tem como centro as novas tecnologias, os avanços da ciência e da informação, em um período que Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) denominaram de técnico-científico-informacional. Vivem-se nesse período a expressiva integração financeira entre mercados, a formação de grandes blocos econômicos e o surgimento de uma economia mundial, em um movimento que tende a gerar certa uniformização nos estilos de desenvolvimento. Neste contexto as fronteiras deixam de existir, em certa medida, para a circulação de produtos e capitais. E o Estado, segundo Santos (2004), tem o seu papel re-significado: reduz sua função política e torna-se regulador de ações no território nacional, atendendo às demandas do mercado financeiro internacional. Em meio à globalização hegemônica (FLORES, 2003) ou, como sugere Guimarães (2003), corporativa, perde-se um pouco do sentido político na vida social e a economia e a cultura parecem ter sido mundializadas. Nesse sentido cria-se uma idéia de desterritorialização. Ao mesmo tempo ganham destaque as diversidades, as particularidades, os processos locais de desenvolvimento e as estratégias de territorialização. Crescem as iniciativas de Estados para instituição de territórios como *lôcus* para intervenções de desenvolvimento. Surgem também movimentos de resistência, que buscam resgatar o sentido de "lugar" e de "comunidade", num processo contra-hegemônico de localização e reterritorialização, ou como acrescenta Haesbaert (2002), de constante *des-reterritorialização*. A idéia de desenvolvimento a partir de territórios vem suscitando inúmeros debates teóricos e sendo incluída no âmbito das políticas de desenvolvimento no Brasil. A teoria do desenvolvimento territorial inclui uma série de idéias tais como a de territórios de identidades, participação, gestão social, governança e democracia. A sua prática envolve uma complexidade de articulações e a construção de novas formas de organizar o espaço geográfico, que muitas vezes entram em conflito com outras territorialidades. A construção e a gestão de um território são processos que demandam envolvimento, negociação e amadurecimento interno. Isso, entretanto, não significa que em um território coexistem harmoniosamente diferentes forças sociais, onde ocorrem genuínos processos participativos, de gestão social e concertação política. Pelo contrário, estes territórios podem até ser vistos, sob o olhar bourdieusiano, como campos sociais, onde se enfrentam diferentes capitais sociais, econômicos e simbólicos, e, sob um olhar geográfico, como um espaço onde se combinam diferentes territorialidades e processos conturbados de desterritorialização e reterritorialização. Dentro do que convencionou-se chamar de Território Rural da Serra do Brigadeiro coexistem outros territórios, como o território do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, os territórios municipais e o território de atuação e de articulação entre organizações que atuam localmente. Estes territórios interagem de múltiplas formas, se aproximam, se afastam, se sobrepõem. Alguns se articulam com mais facilidade e outros às vezes encontram pontos de tensão e de divergência, trazendo desafios ao processo complexo de gestão territorial. Existe, portanto, uma diversidade de representações e de formas de apropriação do espaço que constitui o Território Rural, o que nos indica alguns desafios que se colocam ao processo de (des)envolvimento.

8169

ENTRE MUNDOS: AS ESPACIALIDADES NAS E DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO VALE DO GUAPORÉ (RONDÔNIA – BR)

Santos, Avacir Gomes dos ^{1(*)}; Almeida, Maria Geralda ²

¹ - IESA/UFV | (*) Brasil

² - IESA Instituto de Estudos Sócio-ambientais/UFV

Resumen:

As ordenações espaciais impostas em função do espaço percebido, intrínseco a visão de mundo do capital, provocaram e provocam o apagamento, o isolamento e a invisibilidade histórica das comunidades ribeirinhas amazônicas, as quais constituíram no início da ocupação territorial as "guardiãs" das fronteiras e na atualidade são apontadas, pelos programas de desenvolvimento, como empecilhos do progresso da região amazônica. Frente a essa invisibilidade "forjada" esse grupo cultural se vê dividido entre o mundo da "natureza" (rios e florestas), o mundo ameaçado e o mundo urbano, indicador de garantia de vida futura. No interstício desses mundos buscamos compreender como as comunidades "tradicionais" ribeirinhas recriam suas espacialidades por meio das vivências e representações, que contribuem para a produção e reprodução do espaço. A lógica desse processo pode ser percebida nas materialidades de práticas sociais formadoras do espaço percebido, vivido e concebido (Lefebvre; 1983, 2001, 2004). Caminhantes entre mundos: o mundo das águas e o mundo da várzea (terra firme), as comunidades ribeirinhas se constituem portadoras de *culturas desviantes*, ao recriarem configurações espaciais que fogem a lógica do valor de uso, prevalente na sociedade capitalista. *Cultura desviante* é uma releitura elaborada a partir da idéia de *retórica pedestre* formulada por Michel De Certeau (2007). Ao se apropriar do espaço o *homem ordinário* recria lógicas desviantes que fogem do controle institucionalizado pelos grupos hegemônicos. Se na ordenação capitalista urbana o espaço possui valor de troca (estipulado pela especulação imobiliária), para as comunidades ribeirinhas, com base nos laços de pertencimento, o espaço é apropriado por meio do valor de uso. A dinamicidade de táticas e práticas do espaço vivido, quanto apropriação e uso, presentes nas comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé (Rondônia – Brasil) será analisada por meio da *hermenêutica dupla* (Sahr, 2007). A *hermenêutica dupla* é instrumento de apreensão da realidade que capta a totalidade dos fenômenos e fatos, na unidade entre signo, significado e significante, domínio e apropriação, razão e emoção, lugar e não-lugar, e demais dicotomias espaciais pensadas e instituídas pela razão iluminista de forma fragmentada. De acordo com Sahr (2007), o pensar e o fazer geografia envolve uma ação dupla: construir o espaço geográfico e compreender as espacialidades humanas. Fazer geografia, sistematizar espacialidades geográficas, sintetizar culturas, compreender as lógicas dos espaços percebido, concebido e vivido é estar atento e predisposto aos múltiplos movimentos: pensar



dialeticamente, a partir das proposições científicas, se (en)volver nas vivências cotidianas e práticas sociais, retomar a análise sistematizada e compor a síntese reflexiva a fim de fazer aflorar a riqueza, complexidade e diversidade das espacialidades humanas, representadas por meio dos arranjos e configurações espaciais é ser geógrafo. Nesse sentido para apreendermos os significados das vivências *entre mundos* das e nas comunidades ribeirinhas, uma *hermenêutica dupla*, nos aparece no horizonte acadêmico como método de interpretação capaz de auxiliar a busca de compreensão das espacialidades desses grupos sociais, organizados por meio de *culturas desviantes*. Os ribeirinhos são seres vivos *entre mundos*. Vivem entre mundos: o mundo das águas e o mundo da terra firme; ordenam o cotidiano entre tempos: o tempo das chuvas e o tempo da estiagem; recriam o poético por meio dos mundos imaginários: seres das águas e os seres da floresta; dinamizam as práticas sociais entre mundos da heterotopia e da isotopia (Lefebvre, 2001). Pensar a materialidade espacial é a primeira etapa da pesquisa e tem importância *sine qua non* para que outros atributos possam ser considerados. O espaço não é vazio, neutro ou harmônico. O espaço é totalidade construída socialmente. Ele se constitui *entre mundos*: ordem e desordem; rigidez e flexibilidade; inclusão e exclusão; proibido e permitido; ruptura e sutura; continuidade e descontinuidade. Querer ver o único, o igual, a parte, a forma, a matéria, o objeto, sem considerar a lei dos contrários é se perder nas tramas da pesquisa. As comunidades, os grupos sociais, os fenômenos naturais e os fatos sociais são múltiplos em seus significados. É preciso enxergá-los, percebê-los e compreendê-los pelo calidoscópio das vivências sociais e não pelo binóculo da ciência. Por considerarmos o espaço como amálgama das dimensões físicas, sociais e culturais nos apropriaremos de pressupostos metodológicos que além de priorizar a descrição sejam capazes de realizar a interpretação das complexidades das espacialidades, práticas e representações espaciais. Sem a pretensão de estabelecer verdades universais, mas com o intuito de abrir novas possibilidades interpretativas recorreremos a aplicabilidade da *hermenêutica dupla*, por considerarmos, que na sua dimensão vivencial o espaço pode ser interpretado como texto. O espaço é ordenado por meio da paisagem textual (Cosgrove, 2000). A aplicabilidade da *hermenêutica dupla* vai da descrição a interpretação (leitura do espaço) realizada de forma radical, crítica e totalizante (Sposito, 2004). As descrições, leituras, análises e sínteses das práticas e táticas das espacialidades dos ribeirinhos terá por base as observações de campo, entrevistas, conversas informais, identificação e representação dos arranjos espaciais, gravação e transcrição das histórias de vida dos moradores das comunidades. Esperamos como resultado desta pesquisa corroborar a importância da abordagem cultural como metodologia interpretativa. Ela possibilita pensar a complexidade e a simplicidade da vida ribeirinha por meio da síntese totalizante da produção e reprodução do espaço e das práticas de espacialidades, reconfiguradoras do mundo vivido.

Comunicação coordenada:

"Espaços e Mundos: aventura na produção e reprodução das espacialidades culturais".

D - 36 - Área 2

11:00 a 12:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2101

LARGUISTAS, ESTREITISTAS E OS CAMINHOS DE FERRO DO BRASIL NO REINADO DO SEGUNDO PEDRO

Manoel Fernandes, Sousa Neto ^{1(*)}

1 - Universidade de São Paulo | (*) Brasil

Resumen:

O presente trabalho trata do processo de inserção das vias férreas no Brasil de fins do século XIX. Em foco várias são as questões que se põe relacionadas à dimensão geográfica do território estatal monárquico, ao relevo acidentado, à imensidão das florestas e para além da natureza estava ainda em jogo os modos e os meios técnicos e econômicos para enfrentá-las. Os engenheiros, muitos dos quais ligados ao Estado, fariam um grande e complexo debate sobre as maneiras de integrar o território por vias fluviais, terrestres e férreas, expressas em artigos diversos publicados nos jornais da época e condensados nos planos de viação do derradeiro quartel do Segundo Reinado (1869-1889). No caso das vias ferroviárias, entra em destaque a querela, realizada entre *estreitistas* e *larguistas*. O problema das bitolas, se largas ou estreitas, dizia respeito ao traçado da vias sobre o território, o que tornava a questão além de geográfica – já que se tratava de estender linhas sobre a maior porção possível de terras em todos os quadrantes daquele Império tropical –, uma questão econômica da mais destacada importância e isso obrigaria os engenheiros que se enfrontaram na querela a tentar justificar com cálculos e projeções econômicas o acerto de suas proposições técnicas. Os larguistas defendiam que uma bitola maior possibilitaria mais velocidade às locomotivas, garantiria mais estabilidade aos trens, permitiria o acesso a áreas topograficamente mais acidentadas, realizaria o transporte de cargas mais pesadas. Já os estreitistas argumentavam que os custos de implantação da bitola estreita eram menores e em função disso a malha ferroviária podia ser mais extensa. A bitola larga foi aquela que semeou as três grandes linhas ferroviárias construídas pelo Estado Monárquico, nomeadamente a ferrovia Pedro II. Já estreitas foram todas as ferrovias construídas sob a sombra da economia cafeeira com atenção especial para as vias férreas paulistas. A controvérsia entre estreitistas e larguistas envolveu ainda um problema que dizia respeito ao frágil planejamento e a má conectividade entre as diversas linhas, dado que para o período em questão havia mais de uma dezena de bitolas diferentes, tanto largas quanto estreitas. Foram larguistas engenheiros como Miguel Burnier, Hemildo Alves e Pimenta Bueno. Os estreitas, muitos dos quais autores de Planos de Viação, eram figuras como Honório Bicalho, André Rebouças e Eduardo José de Moraes. O que se tentou demonstrar na pesquisa foi que a disputa acerca da medida da bitola teve várias facetas e modos de pensar como integrar o território do Império do Brasil, pensado a partir das suas condições naturais e mediante uma economia vinculada à produção do café. O debate foi quase cativo e esteve sob a égide de um grupo de engenheiros que tratava da política de transporte a partir de seu campo profissional e do problema se apropriava como sendo o único autorizado a apresentar soluções. O problema da bitola na construção dos sistemas ferroviários de transporte, por outro lado, não foi apenas uma questão brasileira. Atingiu como demonstra a bibliografia sobre o assunto, países como Portugal, Espanha e França. Por fim a polêmica acerca das bitolas expressa as concepções acerca da integração do território por intermédio do sistema ferroviário.

12:00 a 13:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2002

"DIVISÃO REGIONAL BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE SEUS FUNDAMENTOS"

Afonso da Silva, Simone ^{1(*)}

1 - Universidade de São Paulo | (*) Brasil

Resumen:

O objetivo deste trabalho é identificar as principais características da divisão regional brasileira por meio da análise da Divisão Regional do Brasil adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, oficializada em 1970, identificando o contexto histórico de sua criação, os referenciais teóricos que a nortearam, a metodologia utilizada e a sua composição. Para alcançar esses objetivos, seguiremos o método analítico, partindo de um recorte espacial (Brasil) e temporal (décadas de 1960-1970). A Divisão Regional do Brasil em estudo possui características marcantes de seu contexto de criação. No final da década de 1960, o debate acerca da noção de região apresentava como referenciais teóricos a Teoria dos Lugares Centrais (Christaller) e a Teoria dos Pólos de Desenvolvimento (François Perroux), utilizando conceitos como "espaços funcionais", "espaços polarizados" e "regiões homogêneas". Note que no período essas discussões estavam em curso na Geografia Urbana, que por sua vez terá grande influência na Divisão Regional do Brasil em Microrregiões. Embora os referenciais teóricos em destaque aproximem a proposta de regionalização do país aos debates da Geografia Urbana, sobretudo às questões acerca da centralidade e áreas de influência dos núcleos urbanos, a Divisão Regional Brasileira apresenta também influências da Escola Determinista Ambiental, pois, de certa forma, as Macrorregiões mantêm como critérios para caracterizar as unidades regionais os elementos do quadro físico. Neste ponto, a divisão regional em destaque não difere de forma substancial das propostas de regionalização anteriores, tanto a de 1942 realizada pelo IBGE, como as demais propostas extra-oficiais. Como resultado, tivemos a divisão regional em duas escalas: Macrorregional, composta por grandes regiões para fins



didáticos, e Microrregional, composta por microrregiões homogêneas, utilizada para a tabulação de dados estatísticos e como auxílio ao planejamento. Dessa forma, a Divisão Regional do Brasil estabelecida pelo IBGE em 1969 e oficializada em 1970 apresentou a seguinte composição: Macrorregião Norte, composta pelos Estados do Acre, Amazonas e Pará e os Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, contendo 28 Microrregiões; Macrorregião Nordeste, formada pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia e Território de Fernando de Noronha, contendo 128 Microrregiões; Macrorregião Sudeste, constituída pelos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo, contendo 111 Microrregiões; Macrorregião Sul, formada pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, contendo 64 Microrregiões; e a Macrorregião Centro-Oeste, composta pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal, contendo 30 Microrregiões, totalizando 24 Estados e 4 Territórios e 361 Microrregiões. [2] Visto que esta Divisão Regional do Brasil permanece em vigor, cabe citar algumas alterações que foram realizadas desde então. Na escala Macrorregional, mudanças na divisão estadual e supressão de alguns Territórios alteram a configuração das Macrorregiões. Em 1976 o IBGE inaugura uma nova escala intermediária, as Mesorregiões. Como resultado, em 1990, o IBGE, agora com outras influências teórico-metodológicas, altera a regionalização brasileira, contudo não de forma substancial, como será exposto posteriormente. Partindo do estudo da divisão regional brasileira, verificamos a presença da dicotomia entre Geografia Humana e Geografia Física. Seria razoável nos questionarmos até que ponto essa cisão resultaria em dificuldades para se estabelecer uma proposta de divisão regional que contemple tanto os aspectos físicos/naturais como sociais/humanos numa mesma escala de análise. Desse modo, convém refletirmos como essa dicotomia se apresenta e interfere nas divisões regionais brasileiras oficiais, realizadas pelo IBGE. Através da apresentação da regionalização brasileira e suas principais características, com destaque para questões teórico-metodológicas, a troca de informações com os demais participantes do evento nos abrirá novas questões sobre os modelos de regionalização presentes na América Latina, seja em escala nacional ou continental, possibilitando-nos uma maior reflexão acerca da organização do espaço latino-americano e suas implicações. [2] MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.57, n° 4, p. 65-92, outubro-dezembro 1995.

2012

OS PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO DO BRASIL (1870 A 1930): O PENSAMENTO GEOGRÁFICO NA OBRA TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA, DE LIMA BARRETO

Leitão Júnior, Artur Monteiro^{1(*)}; Anselmo, Rita de Cássia Martins de Souza¹

1 - Universidade Federal de Uberlândia | (*) Brasil

Resumen:

O período entre o final do século XIX e o início do século XX, em consonância com os debates filosófico-científicos à época, é marcado profundamente pela necessidade de o Brasil ser reconhecido internacionalmente como uma grande nação, desvinculando-o dos estigmas de atraso, indolência e ociosidade de seus habitantes. Para tanto, instaurou-se, enquanto palavra de ordem dos discursos, o imperativo da modernidade, fundamentada em aspectos materiais – a partir de uma remodelação da estrutura e organização social e de um desenvolvimento técnico – e ideais – calcados nos princípios civilizatórios, referenciados na Europa Ocidental. Nesse projeto de modernização, vários grupos sociais – centrados cada qual em seus “indivíduos expressivos”, ou em seus “intelectuais orgânicos”, buscaram impor suas visões de mundo, entendendo-as como as melhores opções para a efetivação do Brasil Moderno. Partindo do pressuposto metodológico de que o contexto da formação territorial e da construção da identidade nacional pode ser resgatado a partir da documentação histórica ou dos discursos veiculados à época, e adotando como foco de análise a literatura brasileira do final do século XIX e início do século XX, é possível identificar que os discursos expressos pelos textos literários revestiram-se de ideologias científicas e, mais especificamente, geográficas, expressando as visões de mundo dos literatos. Estes versavam, enquanto articuladores das idéias dos grupos sociais específicos que buscavam representar, acerca de como entendiam as condições políticas, culturais, sociais, econômicas e espaciais do Brasil daquele momento histórico e de que como se deveria operar a formação territorial e a construção da identidade nacional brasileira, sob o signo da modernização do país. Sob essas considerações, diversas obras tornaram-se expressivas das escolas literárias brasileiras naquele momento, dentre as quais se cita o romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto. Esse romance, para além das contribuições estilísticas importantes para a literatura nacional brasileira do período, guarda, em seu discurso, concepções ideológicas interessantes acerca dos projetos de Policarpo Quaresma/Lima Barreto para modernizar o país. Apresentando uma sátira do Brasil oficial daquele momento, a narração pauta-se na vida de um modesto funcionário público – o major Policarpo Quaresma – em três estágios diferentes, correspondentes, mais ou menos, às três partes da obra: a sua vida como funcionário público; as suas aventuras enquanto proprietário rural; e, por fim, a sua vida como soldado governista voluntário contra a Revolta da Armada, de 1893. Paralelamente ao destino do protagonista, o romance também enfoca o universo fluminense em três níveis diferentes e complementares: a vida simples do subúrbio do Rio de Janeiro; o cotidiano familiar e político do interior (zona rural); e a atmosfera política da Primeira República. Esses ambientes do enredo servem de subsídio para que Lima Barreto trace um perfil da sociedade fluminense e brasileira do final do século XIX, utilizando-se do quixotesco Quaresma para expor algumas instâncias das reformas modernizadoras pensadas pelos intelectuais da época: a reforma pela cultura, a reforma pela agricultura e a reforma pela força militar; para cada uma dessas reformas, o autor denuncia os empecilhos para a efetivação do sonhado progresso pensado para o Brasil. Portanto, resgatar o discurso e as elucubrações dessa obra pode significar, então, entender, em diversas escalas, o contexto histórico-geográfico da época, bem como o papel dos intelectuais, das ciências e dos discursos na produção efetiva ou imaginada da espacialidade brasileira e da identidade nacional. Esse é, enfim, o intento que se almeja com o estudo da obra em questão e é, também, a maior contribuição geográfica a que se pretende: resgatar o pensamento do final do século XIX e início do século XX, expresso em trechos expressivos das ideologias presentes no texto, no tocante à modernização do país, e em que medida os discursos veiculados por Lima Barreto, naquele momento, alcançaram legitimidade política, materializando-se no espaço brasileiro e, portanto, tornando-se suporte para a explicação do presente.

2060

NOTAS PRELIMINARES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O IHG E A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO MINEIRO

Doralice Barros, Pereira^{1(*)}; Rogata Soares, Del Gaudio¹

1 - UFMG | (*) Brasil

Resumen:

O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, criado em 1838, no Segundo Império de D. Pedro II, na capital Rio de Janeiro, auxiliou a construir uma narrativa sobre a “jovem” nação brasileira. E apesar deste priorizar a História do Brasil, deve-se pontuar que o conhecimento geográfico do território consolidará uma imagem positiva da nação. Desse modo, facultava-se aos brasileiros uma unidade não apenas territorial, mas identitária, pautada na valorização da grandeza territorial e de sua natureza, ambos vinculados à ideologia nacional e associados à Geografia. A construção da nação, assenta-se no Tamanho do país e a unidade lingüística e religiosa teriam sido conseguidos pela ação política do governo imperial que, além disso, representava a continuidade do sistema político europeu nos trópicos. Essa construção simbólica (...), teve no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) sua principal agência de elaboração e representava, de certo modo, o “excepcionalismo” brasileiro. Éramos o único governo monárquico no meio das “republichetas” da América Latina. [...] No início do século XX, assistiu-se à emergência de outro grande mito nacional – o da democracia racial ou da “fábula das três raças”, na conceituação de Roberto DaMatta. Esta foi e é a grande ideologia nacional que junta nação e povo. (OLIVEIRA, 2000: 35-6) Portanto, cabia ao IHGB sintetizar as características regionais, reconhecer a diversidade e incorporá-las ao discurso “nacional”. A ausência de discussões sobre as diferenças se justificava pelo risco iminente de fragmentação, nos moldes da América Hispânica. (CARVALHO, 2005) A construção de um imaginário no qual o território tornou-se, progressivamente, um patrimônio que a nação deve preservar como herança para as novas gerações, acabou determinando também, a forma e as relações do Estado com “seu espaço”. Estrategicamente, a produção e apropriação do conhecimento geográfico foram, e têm sido um mecanismo de valorização e legitimação dos direitos da sociedade sobre seu território, criando certa indissociabilidade entre este e o destino da nação (CASTRO, 2006). O IHG em Minas Gerais, fundado em 1907, chega no momento da afirmação da república, um período de lutas em torno da centralização e descentralização administrativa, pois, em fins do século XIX, o sentimento de brasilidade não havia ainda tomado forma nem consistência. Durante um longo tempo, a lealdade dos homens que habitavam essas paragens se dirigiu mais às províncias nas quais viviam e menos à distante nação brasileira, da qual



pareciam não tomar parte. O mesmo ocorreu com a ambígua noção de pátria, muitas vezes pintada com as cores locais, enquanto a identidade brasileira edificou-se por oposição aos estrangeiros, sem a forte sensação de pertencimento ao país. (MARY, 2005:165) A relação entre as províncias e o Estado tensionava-se em torno de qual modelo de federação seria o mais adequado aos seus interesses, sugerindo que as filiais dessas sociedades possam ter articulado a coesão a um projeto de nação. A contribuição do IHGB no âmbito nacional leva à especificidade do IHG em Belo Horizonte, a partir da pesquisa: "A contribuição do IHG para a construção do pensamento da geografia em Minas Gerais", que prioriza entender como e por que o IHG é criado em Belo Horizonte, além de verificar como as idéias acima mencionadas se disseminaram pelas províncias brasileiras, reforçando o regionalismo e enfraquecendo a centralização política. Quais as inter-relações entre os institutos provinciais e o nacional? Que Geografia era produzida nessas instâncias, e qual era a sua articulação com o projeto nacional? Que entendimento esses institutos possuíam acerca das políticas centradas no espaço? A metodologia consiste no levantamento da documentação do IHG, considerando seus interesses científicos, os tipos de atividades desenvolvidas e divulgadas e, por fim, a identificação de seus membros. Em seguida, procurou-se evidenciar a compreensão que esse Instituto possuía acerca da Geografia e do espaço mineiro da época. A Análise de Conteúdo auxiliou na construção de categorias a partir das entrevistas, textos publicados, editoriais, sem desconsiderar seus limites teóricos - um "grilhão positivista" a cercar os sujeitos da/na pesquisa (ROCHA e DEUSDARÁ, 2005). Para tanto, relativizamos as respostas frente à produção temporal e espacial dos contextos discursivos, recorrendo a elementos da Análise do Discurso. Esperamos como resultados identificar: a geografia produzida, associando-a aos pressupostos ideológicos das correntes epistemológicas e suas permanências ao longo do tempo; compreender as relações da produção local/regional com a nacional e a externa; verificar interfaces, incongruências e permanências, ou seja, as bases que orientaram nossa trajetória histórica centrada na ação sobre o espaço em suas intencionalidades e possibilidades frente "às imposições teóricas que condenavam o Brasil a um triste destino" (ODÁLIA, 1997, p.16). REFERÊNCIAS - CARVALHO, J.M. *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005. - CASTRO I. de. Do imaginário tropical à política. A resposta da geografia brasileira à história da maldição. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (11). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-11.htm>. Acesso em 13 de mar 2008 - MARY, Cristina P. A geografia no Brasil nos últimos anos do Império. Rio de Janeiro, REVISTA DA SBHC, v. 3, n. 2, p. 156-171, jul./dez. 2005 - ODÁLIA, Nilo. As formas do mesmo. São Paulo: EDUNESP, 1997. - OLIVEIRA, L. L. *Americanos* - representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000. - ROCHA, D., e DEUSDARÁ, B. "Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória". *ALEA - Estudos Neolatinos*. Vol.7, n.º 2, Rio de Janeiro, jul-dez2005. p. 305-322. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-106X2005000200010&script=scl_arttext&tlng=e!n Acesso: ago.2008

14:30 a 15:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2004

GEOGRAFIA E LITERATURA-A POÉTICA DOS CANTOS SERTANEJOS DE PATATIVA DO ASSARÉ

Almeida, Maria Geralda de ^(*)

¹ - Universidade Federal de Goiás | (*) Brasil

Resumen:

Maria Geralda de Almeida

Programa de Pós- Graduação em Geografia

Instituto de Estudos Sócio-Ambientais-IESA

Universidade Federal de Goiás

mgdealmeida@gmail.com

Existem literaturas geográficas que, em sentido *stricto*, pode-se afirmar serem aquelas que foram obras de geógrafos no exercício de seu labor; e, existem as outras literaturas de interesse geográfico, frutos de intenções criativas, no qual o geográfico aflora de modo indireto, como parte de uma ficção, do imaginário, de uma sensibilidade do autor para ler a paisagem, o lugar e o mundo. Estes aportes literários ratificam o fato de que em cada realidade geográfica convivem sempre uma dimensão real e outra percebida, e que esta última é aquela que dá o componente conotativo que acaba sendo, também, parte inseparável da mencionada realidade. Poucos são os geógrafos que abordaram a literatura em seus estudos. Todavia, os estudos de obras literárias com interesse geográfico não são recentes. Entre os geógrafos franceses, desde os anos de 1940, já surgiam idéias de identificar e analisar aspectos geográficos em romances, contos, poesia e crônicas. Segundo Claval (1999), os trabalhos sobre o sentido dos lugares e sobre aquilo que a literatura ensina a esse respeito são numerosos no mundo anglo-saxão, desde o início dos anos 1970. A grande maioria dos geógrafos, quando se interessou pela literatura, foi dominada por reflexões sobre a representação literária da realidade geográfica, isto é, o valor documental ou pedagógico do texto literário para a geografia, o valor fenomenológico pela transcrição da experiência dos lugares ou o valor do reflexo das condições materiais de produção. Brosseau (1996) destacou-se ao procurar um viés distinto. Ele abordou as geografias alternativas presentes nos romances e, com essa inspiração, ele cunhou o termo "romances-geógrafos", título de seu livro. A singularidade do estudo de Brosseau estava em evidenciar em cada romance a geografia, bem distinta daquela que os geógrafos estão acostumados. A novidade de seu estudo residia na utilização particular que os romances faziam da linguagem no seu conteúdo e formas. Os geógrafos que procuram fazer a geografia literária têm-se interessado, sobretudo, pela representação da realidade geográfica, pela expressão de um imaginário dos lugares ou de uma outra maneira de habitar, poeticamente o espaço, nas palavras de Tissier (1992). A linguagem literária tem a particularidade de comunicar aspectos da realidade ou fatos e tempos da experiência humana. Revela, pois, a visão e posicionamento do escritor frente ao mundo. Colaboram com esse pensamento Bouerneuf e Quillet (1976, p. 29-30;32) quando afirmam que, no romance, "o romancista coloca-se entre o leitor e a realidade que lhe quer mostrar e interpreta-a para ele [...]. De modo geral, o romance atua sem cessar na fronteira ambígua do real e da ficção". No caso da geografia, a linguagem literária ganha também outros significados e é por isso que se faz necessário distinguir o que se entende por geografia literária e geografia da literatura. Grosso modo, para Brosseau (2002) a geografia da literatura se interessa pelo contexto da produção da obra, melhor dizendo, o que se encontra *hors-texte*, tanto a montante (condições de produção da escrita) como a jusante (divulgação, repercussão no meio acadêmico e do mercado, comercialização, prêmios...). Já a geografia literária tenta, preferencialmente, fornecer uma interpretação do texto literário, baseando-se em categorias, conceitos e análises geográficas e até o aspecto social é incorporado. Este texto propõe uma apreciação da poesia de Patativa do Assaré, poeta cearense (1909-2002) em que serão combinados uma geografia da literatura com uma geografia literária. A partir da poesia de Patativa do Assaré, a discussão a ser feita evidenciará as relações entre os lugares, com o espaço vivido e aquelas do meio social do poeta na medida em que elas poderão fornecer elementos da compreensão do espaço da poesia, assim como o papel dos lugares na vida do poeta e de suas poesias. O que se intenta com este estudo é sinalizar que a obra de Patativa do Assaré, como objeto, e as "opiniões" dele sobre as relações entre o poeta e os seus poemas, como sujeitos, são suscetíveis de provocar outras formulações de questionamentos e entendimentos. Patativa do Assaré visto, portanto, como um estudo de caso e, também, interlocutor.

Cabe, ainda enfatizar que o título deste texto, além de fazer uma alusão a um célebre poema do Assaré tem ainda uma outra leitura. "Os cantos" devem ser entendidos de duas maneiras: canto, como uma forma de expressão melódica, usado pelo poeta para revelar seus pensamentos e, tal como as aves, canto associado ao estabelecimento e à manutenção de territórios; e canto, como sinônimo de lugar onde se vive, de sítio, termo de uso muito comum no Sertão. É o espaço e a canção que, simultaneamente, são poetizados pelo autor.

Palavras-chave: geografia da literatura, geografia literária, sertão nordestino, Patativa do Assaré.

Eixo temático: Respostas teórico-metodológicas da geografia e evolução do pensamento geográfico.



2053

CONTEXTOS, PERSONAGENS E IDÉIAS: THOMAS POMPEU DE SOUZA BRASIL E ELYSIO DE CARVALHO

de Albuquerque Bomfim, Paulo Roberto ^{1(*)}; de Sousa Neto, Manoel Fernandes ²

1 - CEFETSP | (*) Brasil

2 - USP

Resumen:

Objetivos. No Brasil, os anos de 1900-1920 assinalam uma antecâmara à *modernização* do país – no tocante ao debate de idéias em um contexto de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, todas elas intimamente imbricadas com a maturação do complexo cafeeiro –, a qual, se terá como temporalidade privilegiada o período compreendido entre o final da 1ª República e o Estado Novo, esboça-se, já desde a virada do século, em projetos e idéias que envolveram, em variados espectros, uma gama respeitável de ensaístas, escritores etc., dentre os quais se localizam os nomes (como personagens) de Thomas Pompeu de Souza Brasil e Elycio de Carvalho, cujas idéias e seus contextos de elaboração são o objetivo da presente proposta. Ambos, nesse processo de início da modernização do Brasil, circularam pelos meios intelectuais e “pré-institucionais” à maneira comum ao seu tempo: autodidatas, engajaram-se em órgãos representativos dos “saberes geográficos” do período, respectivamente, na seção cearense do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e na SGRJ (Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro). Métodos. É premente destacar, nos estudos de história do pensamento geográfico no Brasil, as questões referentes a como se fazem os levantamentos contextuais – mais externalistas –, biográficos e, principalmente, sobre o pensamento/idéias de “personagens” os quais trafegaram, muitas vezes, na busca de interpretações sobre o Brasil, pelas mais variadas leituras – de geógrafos de inegável matiz colonialista, a historiadores supostamente “anarquistas”, de poetas e escritores a autores oriundos – já naquela época – dos meios militares. A busca pelas fontes primárias, nunca desligadas da análise do contexto histórico-político em que tais obras foram escritas e em que seus autores viveram, exemplifica uma preocupação em reconstruir, no caso do Brasil e da América Latina, os projetos de nação e as concepções de orientação e reflexão geográfica, em um período, aqui destacado, no qual as instituições universitárias não eram ainda mais que projetos de uma elite ávida pela “modernização” brasileira. A *leitura política das obras do pensamento geográfico* deve dar conta, também, em rastrear as obras e autores da geografia “institucionalizada” (obviamente, no contexto europeu), interpretando, inclusive, de que maneira tal referencial foi “filtrado” na periferia. Contribuições. O estudo de “personagens” da vida política e intelectual de um país de passado colonial é de fundamental relevância para pensar, ainda mais em relação àqueles autores os quais trafegaram à margem do poder, em que sentido a compreensão do Estado territorial, por parte desses “ensaístas”, apontou para aspectos que, de uma forma ou de outra, acabariam incorporados pelo poder oficial, via, por exemplo, planejamento, no tocante a questões como: centralização/descentralização político-administrativa, dotação de intra-estrutura para o território, problemas relacionados à dualidade “meio” e “raça” (tão cara aos autores do período em tela), ocupação do território em perspectiva comparada – “geopolítica” – tanto em relação a países da América do Sul quanto aos Estados Unidos – “modelo” sempre causador de incômodos etc. Elycio de Carvalho e Thomas Pompeu de Souza Brasil acenaram, nos prenúncios da modernização brasileira, com propostas, francamente elitistas, cujas bases, contradições (explícitas e implícitas) e suposições, muitas vezes igualmente anunciaram contornos nítidos dos aspectos modernizantes dos anos que lhes foram subseqüentes: a questão de um planejamento para o território, a geopolítica, o ensino da geografia como elemento de fomento do “ideal nacional”, a geopolítica, a defesa de um Estado coeso e centralizado, “forte” etc. Preencher tal lacuna – elencando autores e buscando outros quicâ pouco conhecidos ainda – é um aspecto central para enriquecer a pesquisa em história do pensamento geográfico e, também, entender as formações latino-americanas e, por conseqüência, as suas possíveis projeções para o futuro.

2194

A PROPOSTA DE ÁLVARO VIEIRA PINTO PARA UM NOVO BRASIL: ROMPIMENTOS

Modesto, Ricardo Veiga ^{1(*)}; Anselmo, Rita de Cássia Martins de Souza ²

1 - Universidade Federal de Uberlândia | (*) Brasil

2 - Universidade Federal de Uberlândia

Resumen:

O processo de colonização feito por Portugal sobre o território brasileiro foi um processo agressivo e longo. Diferentemente das demais colônias sul americanas, a independência brasileira foi marcada por não se constituir em uma ruptura efetiva com a matriz colonial visto que nessa separação a Família Real manteve o controle do “novo” país. Essa ação colonizadora agiu sobre a construção e produção do espaço e do território nacional durante e após o período colonial, influenciando sobremaneira sobre a formação nacional. Tal ação marcou o pensamento social brasileiro, atuando sobre o modo de pensar e agir da sociedade nacional e, conseqüentemente, sobre a organização do território. Em meados do século XX, o Brasil enfrentava duas circunstâncias históricas concomitantes, ou seja, o fim da II Guerra Mundial, no plano internacional, e o fim da Era Vargas, no plano interno. Esse período foi marcado, ainda, por uma certa (re) democratização do país em que alguns pensadores nacionais, entre eles Álvaro Vieira Pinto, propuseram uma nova forma de organizar e/ou planejar (pensar) o Brasil. A industrialização era vista como necessária e urgente, sustentada por um discurso modernizante e cujo objetivo era a superação do subdesenvolvimento atingindo um grau ou nível de equiparação aos países europeus. O discurso era o da ideologia nacional-desenvolvimentista, utilizado tanto por Vieira Pinto e seus pares como por outras correntes de pensadores daquele momento. Entre os itens que diferenciam a proposta do nacional-desenvolvimentismo do pensador das demais está o fato dele querer que essa superação econômica fosse atingida com o uso de capital nacional e que isso somente seria atingindo se simultaneamente a ela se materializasse uma superação intelectual de toda a sociedade, por meio da cultura e da educação. O avanço cultural e educacional proporcionaria e/ou estimularia a construção de uma consciência crítica que levaria à elaboração de um pensamento nacional autônomo, superando a consciência ingênua. O surgimento da consciência crítica no seio da sociedade brasileira seria um dos passos necessários para desconstruir paradigmas eurocêntricos coloniais. Entendemos que no paradigma do colonialismo, enquanto uma construção ideológica, está embutida a perpetuação do poder nas mãos de uma elite agrária e, posteriormente, industrial, que procurava manter os agentes sociais como entes “passivos” ao longo do processo histórico. No Brasil revoluções e eventos que poderiam partir da “massa” e com amplo apoio popular, acontecem na verdade na forma de uma revolução-restauração onde a elite toma as rédeas e determina os caminhos a seguir, seja na Independência, em 1822, na Proclamação da República, em 1889, na Revolução de 1930, ou em tantos outros movimentos sociais ao longo da história brasileira. Álvaro Vieira Pinto defendeu e praticou, até certo ponto, uma idéia de rompimento com as gerações anteriores em que era necessária uma mudança comportamental dos intelectuais que se enxergavam como a *intelligentsia* que guiaria o país. Na mentalidade brasileira, e não só nela, os intelectuais julgavam-se os guias *par excellence* da nação, mas acabavam utilizando, na maioria das vezes, seus conhecimentos apenas para análises subjetivas, e muitas vezes fantasiosas. Para esse autor se se quisesse construir um país verdadeiramente conhecedor de sua história e senhor de seu destino seria imprescindível que se rompesse com a consciência ingênua e se trabalhasse efetivamente, no sentido, de estabelecer uma participação crítica de toda a sociedade e não apenas de uma única parcela correspondente à elite. Isto acompanha sua opção marxista de compreensão da realidade e teve desdobramentos interessantes do ponto de vista da formação nacional brasileira do período pós-guerra até a instalação do golpe militar quando o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, ao qual estava ligado, foi extinto. O ISEB constituiu-se mesmo como um centro de difusão de idéias da esquerda entre os anos de 1955 a 1964 e congregou intelectuais importantes desse momento histórico. As idéias desenvolvimentistas encontraram ressonância nos discursos desses economistas, historiadores, filósofos, sociólogos, entre outros profissionais, agora já formados pelas universidades brasileiras, instaladas desde 1934. Entendemos que dada à conjuntura política no plano externo e interno as propostas feitas pelos isebianos, entre eles, Álvaro Vieira Pinto, teve conseqüências negativas para o Brasil. Toda essa proposta de rompimento do autor e seus pares levaram a um Golpe de Estado dado pelos militares e setores conservacionistas da direita brasileira. O ISEB não foi o único e nem o principal motivo da instauração de uma ditadura no Brasil, foi sim um importante difusor e colaborador das idéias que procuravam romper o status quo, mas que não se efetivaram em virtude dos eventos que acometeram a Nação.



15:30 a 16:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2276

CONSTRUCCION DEL ESPACIO PÚBLICO HABITABLE SEGÚN LA PALABRA Y LA ACCIÓN COMUNITARIA

Morúa R. Argentina M. ^{1(*)}

1 - Universidad Central de Venezuela | (*) Venezuela

Resumen:

Como una forma de mirar el tema urbano desde lo local, se asumen este trabajo como una reflexión, hurgando en fundamentos que orientan al establecimiento de algunas interrelaciones entre lo teórico y lo práctico sobre un tema de la ciudad, el espacio público, visualizando en esa relación espacio/tiempo, la actuación del sujeto social, que según su palabra y acción, interviene en la dinámica del hábitat, caracterizándolo para el uso y disfrute comunitario, mediante propuestas y trabajo comunitario, que generan en el proceso de construcción de ese espacio, un intercambio de saberes. Desde esta perspectiva, se privilegia la descripción que sobre la ciudad realiza González, Enrique (1996:22): "... Toda la ciudad son unos seres vivos (...) hay que conocerle y pedir permiso para acometerla o seducirla. Debemos dejarnos llenar de tierra, de concreto y de afectos. Averiguar sus nombres y... elaborar las crónicas de intervención urbana...". En la misma tónica, de los Textos Escogidos (1980) del Arquitecto Carlos Raúl Villanueva, ponemos sobre el tapete, su visión que "... La ciudad es un instrumento de vida colectiva... el objetivo debe ser crear ciudades humanas donde el bien, tanto físico como espiritual del hombre, sea la razón primerísima y final de nuestra acción...". Se vislumbran en este tema así planteado, aspectos de obligada consideración, tópicos que abordar, estrechamente vinculados con la comunicación entre individuos y colectivos y sus formas de participación y organización, para forjar ideas y acometer acciones sobre situaciones inherentes a su espacio vital, para incidir en su forma. En una dinámica que entranía determinados procesos humanos, y según confirma Piccinato (2007:xxii), ver más allá de cómo es la ciudad supone "... comprender los procesos que rigen la transformación, en vez de sus formas. Y sin embargo, las formas, si se saben analizar nos pueden decir mucho más acerca de los procesos que se están desarrollando". Admitimos entonces, que en esos procesos de transformación, el compromiso, el sentido de corresponsabilidad y la participación consciente constituyen ejes fundamentales directamente relacionados con el logro de las metas previstas, en tanto debería conducir una participación tal a la toma de decisiones pertinentes. Con esta afirmación se puntualiza otro ángulo necesariamente implícito en el perfil de la discusión que nos proponemos, esto es, la formación de individuos dispuestos a asumir las riendas de sus propios procesos sociales, de manera consciente, sistemática e integral, el hecho que permitirá conocer el entorno, interpretarlo y ejercer de manera comprometida sobre el espacio que se habita, la gestión de las transformaciones sociales requeridas y priorizadas por la población interesada. El objetivo en este trabajo es por tanto, delinear algunas posiciones teóricas que destacan la importancia de la participación comunitaria en el ámbito local, como elementos complementarios de una praxis en la cual intervienen saberes: comunitarios/académicos/institucionales, respectivamente derivados de los entes que participan en un trabajo de tal envergadura, como lo es acometer no solo el discurso -la palabra- sobre la búsqueda de un espacio público habitable, sino también las acciones que pongan en marcha la concreción de ese ideal. En función de tal objetivo, asumimos conceptos y categorías de la investigación cualitativa; toda vez que se orienta la discusión planteada hacia el tema de la construcción de espacios públicos, en que se toma en cuenta la palabra y la acción comunitaria, se considera acertada la aproximación al tema mediante la Investigación Acción Participante, en los términos descritos por Jorge Murcian Florián (1992:12) que sustentan la articulación entre proceso investigativo y modificación de una realidad dada, en cuyo marco su principal propuesta es la vinculación del saber popular y el saber científico. Este hecho se concreta con la participación protagónica de los hombres y mujeres en los asuntos concernientes a su entorno inmediato. Este carácter protagónico de la participación en los diferentes ámbitos de la ciudad, es enunciado como un derecho y un deber y se consagra en la Constitución Nacional (1999), en el caso venezolano: "... La participación del pueblo en la formulación, ejecución y control de la gestión pública es el medio necesario para lograr el protagonismo que garantice su completo desarrollo, tanto individual como colectivo. Es obligación del Estado y deber de la sociedad facilitar la generación de las condiciones más favorables para su práctica." (Art. 62 CRBV) En consecuencia, arribaremos a concretar las aproximaciones teóricas, mediante el re-conocimiento, descripción e interpretación de una realidad, en la cual interviene los miembros de una comunidad a partir de su propio accionar y motivación, en que se conjuga la posibilidad de observar y estudiar algunas variables involucradas en la dinámica de procesos y factores inherentes al quehacer cotidiano de individuos y colectividades, que expresan de manera simultánea y múltiple, intereses, tradiciones, prácticas ciudadanas y en fin, diversidad de cosmovisiones, en torno al rescate de un espacio público determinado, desde la praxis de la Red Comunidad - Universidad, como ámbito de reflexión y acción, para la construcción de espacios habitables comunitarios que promuevan la transformación local, en ese entorno inmediato ubicado como caso de estudio: la Parroquia San Pedro, Municipio Libertador, Distrito Capital, Caracas, Venezuela. Palabras clave: espacio público, participación protagónica, intercambio de saberes, participación consciente, participación y formación

6056

A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS E A IMPLANTAÇÃO DOS PRIMEIROS ASSENTAMENTOS RURAIS

Célia, Célia Regina Piroló dos Reis ^{1(*)}

1 - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul | (*) Brasil

Resumen:

O presente trabalho tem como objetivo analisar a concentração fundiária em um dos setenta e nove municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. Bem como a forma com que se deu a implantação dos primeiros assentamentos rurais no mesmo. O município de Sidrolândia possui uma área de 656.200 ha e se caracterizava por apresentar grandes latifúndios, os quais ocupavam 58% de sua área física. O processo embrionário da formação do município de Sidrolândia começou aproximadamente na terceira década do século XIX, quando algumas famílias de pioneiros atravessam os cerradões de Três Lagoas e deram início à história do povoamento da Região Sul de Mato Grosso. Inicialmente fundaram o Povoamento de Santana de Paranaíba e posteriormente chegam até Belos Campos onde encontram três vacas e um cavalo, denominando assim o local de Campos da Vacaria. Com a chegada nesse local do catarinense Sidrônio Antunes de Andrade que após a morte de sua esposa recebe como herança de seu sogro 5.400 hectares de terra funda a vila de Sidrolândia que foi elevada à categoria de Distrito de Paz em 1º de dezembro de 1948, conquistando sua emancipação político-administrativa em 11 de dezembro de 1953. Os problemas fundiários neste município sempre estiveram voltados para Fazenda Capão Bonito a priori essa fazenda se formou através da compra de 158.873 ha pela companhia Brazil Land Cattle and Packing Co. depois ela foi sendo fragmentada e deu origem a grandes latifúndios. A área remanescente dessa fazenda foi alvo da implantação dos primeiros assentamentos em Sidrolândia. No presente trabalho optou-se por um estudo de caso. Há de se considerar que a questão agrária sempre existiu nesse país, após a leitura de autores que discorrem sobre o assunto apresentou-se uma contextualização teórica e em um segundo momento foi feito todo levantamento de dados junto ao INCRA, órgão esse responsável pela implantação de assentamentos rurais, e a última etapa foi a compilação dos dados para a organização do presente trabalho. A historiografia brasileira é profundamente marcada pela questão fundiária da terra. Desde que os portugueses aqui chegaram, teve início luta pela terra. MORISSAWA (2001:56), reforça que: A luta pela Terra no Brasil nasceu naquele mesmo instante em que os portugueses perceberam que estavam em uma terra sem cercas, onde encontravam tudo muito disponível. Os habitantes do local, então, diante de armas e intenções nunca imaginadas, teriam muito que lutar contra esse verdadeiro caso de invasão. Em 1534, o território brasileiro foi dividido pela Coroa portuguesa em quinze faixas de terra com largura de 200 e 650 quilômetros, indo do litoral à linha do Tratado de Tordesilhas e foram entregues a doze nobres portugueses. As capitânicas hereditárias, que inseriram o Brasil no sistema colonial mercantilista, foram os primeiros latifúndios brasileiros. No aporte de Frei Beto (1992:65): "a primeira e única reforma agrária da história do Brasil". Pois os donatários teriam direitos de explorá-las em nome da Coroa, aprisionar índios, vender pau-brasil e escravos sem pagamentos de tributos. E essa luta se propagou em Brasil todo inclusive nesse estado. E foi intensificada com a luta dos movimentos sociais. Segundo Fernandes (2000:44-Internet): Diversos religiosos assumiram as lutas camponesas, como foram os exemplos de Dom Pedro Casaldáliga, no Mato Grosso; Dom José Gomes, em Santa Catarina; Dom Tomas Balduino, em Goiás. (...) Rompendo as cercas do latifúndio, da militarização, das injustiças, reiniciavam um novo



período da história da formação camponesa.

Em Sidrolândia a atuação do Sindicato de Trabalhadores Rurais foi fundamental para a implantação dos primeiros assentamentos rurais posteriormente juntou-se a essa luta o MST. A alta concentração de áreas de reforma agrária transformou Sidrolândia no município com maior número de assentamentos do estado.

8176

AVÁ-CANOIRO: A RESISTÊNCIA DOS BRAVOS-CONFLITOS TERRITORIAIS NO CERRADO DO NORTE GOIANO

Silva, Lorraine Gomes da ^{1(*)}; Chaveiro, Eguimar Felício ¹

¹ - Universidade Federal de Goiás (UFG) | (*) Brasil

Resumen:

A sociedade brasileira é composta por diferentes matrizes étnicas entre elas o índio. Porém a miscigenação do povo brasileiro não é composta por todos os povos indígenas existentes hoje. Dentre as três etnias indígenas que vivem em território goiano: Avá-Canoeiro, Tapuio e Karajá, a presente pesquisa tem como foco o grupo dos Avá-Canoeiro da bacia do Rio Tocantins localizada nos Municípios de Minaçu e Colinas do Sul no Estado de Goiás. A preocupação com essa temática afirma a necessidade de conhecer um pouco mais o território indígena dos Avá-canoeiro a fim de entender, a partir dos conflitos suas trajetórias socioespaciais (os diversos caminhos percorridos em defesa de sua terra, de seu povo e de sua cultura) e suas territorialidades (sentimentos de pertencimentos aos lugares vividos). Considerando que o espaço de que dispõe os Avá-Canoeiro contextualiza sua luta. Essa pesquisa atenta-se para a importância das diversas territorialidades, permitindo conhecer, sob diferentes abordagens, o que ocorreu na dinâmica territorial desse grupo.

D - 35 - Área 2

11:00 a 12:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2024

GEO-GRAFEIN Y GEO-EXPLANANS TRANSFORMACIONES EN CONCIENCIA, EN ACCIONES Y EN OBJETOS HACIA UNA GEOGRAFÍA DEL SIGLO XXI

Bozzano, Horacio R. ^{1(*)}

¹ - UNLP-CONICET | (*) Argentina

Resumen:

Si hiciéramos una encuesta, entre la mayoría de las personas no geógrafas, sobre la percepción o el entendimiento de lo que significa la Geografía, muy probablemente el resultado dominante esté emparentado con la imagen que dio origen a su nombre: geo-grafein = descripción de la tierra, por extensión, del espacio terrestre; aún perduran expresiones del tipo "la geografía estudia montañas, ríos, actividades económicas, lugares, regiones". Sin embargo, en el último siglo, el conocimiento geográfico atraviesa un complejo proceso de redefinición casi permanente, que en los hechos nos lleva a pensar incluso, en la posibilidad de un cambio o una adición a la raíz del término: geo-grafein y geo-explanans, vale decir un giro desde la descripción a la explicación de la tierra. Ahora bien, la descripción intenciona la explicación. El concepto de explanans (Schuster, F.; 2005) aporta notable riqueza para pensar en una base teórico-metodológica que sustente el valioso proceso de renovación del último medio siglo en la Geografía. Sin embargo, en la aplicación del explanans, el carácter nomológico-deductivo de una explicación propia de las ciencias exactas y naturales, no tiene correlato semejante con explicaciones propias de ciencias sociales, donde realidades y problemas objeto de estudio son complejos y multidimensionales, dependiendo el explanans de varios factores, leyes o postulados. Entre todos los factores explicativos de una realidad compleja –social, cultural, política, económica, territorial y/o ambiental determinada- se trata de reconocer qué es lo que explica cada tema de investigación –el explanans- y qué es lo que debe ser explicado al cabo de la investigación: el explanandum. Puede ocurrir por tanto que la explicación nomológico-deductiva active más de un explanans; en tal caso será importante reconocer, cuál es el explanans más importante y cuáles los secundarios. Si hace más de un siglo que ininterrumpidamente la Geografía describe y explica la tierra, tanto la tierra natural como la transformada por el hombre, tal vez sea oportuno realizar una revisión profunda, tanto en tradiciones nomotéticas e idiográficas milenarias, como en corrientes neoclásicas, críticas, fenomenológicas y en otras que dominaron el escenario de nuestra ciencia desde mediados del siglo XX, en vista a definir un macro-objeto que contenga el variado trasfondo teórico-ideológico hoy presente en nuestra ciencia; pero que a la vez sirva para trascender elucubraciones teóricas estériles, y generar aportes para que la Geografía sea vista como una ciencia más útil en la escuela, en la política y en la ciudadanía. Estimamos que para pensar definiciones de Geografía y de territorio, es oportuno incorporar lugares, procesos y actores. En buena medida, estaremos haciendo referencia explícita o implícita en territorios y lugares a aquella tensión no resuelta entre acción y sistema en el campo de la Sociología, entre concepciones que desde Weber y Durkheim han ido complejizando el objeto de la Sociología; nos referimos a las maneras de articular en el análisis y la explicación, actores y prácticas particulares, por un lado, y estructuras, procesos y tendencias generales, por otro. Pensar explanans sólidos para un macro-objeto de la Geografía, puede ofrecer elementos para trascender fuera de nuestra disciplina. Hoy los problemas en nuestro Planeta son infinitos y las soluciones, limitadas. Las soluciones no sólo están ligadas a decisiones emanadas de las complejas estructuras de poder, sino a la movilización de nuestras conciencias: el entendimiento y la inteligencia territorial son también base de soluciones más solidarias, cooperativas y complementarias. Movilizar nuestro mundo cercano generando procesos de transformación en conciencias, en acciones y en objetos, constituye un aporte para reafirmar aquello que señalaba Simmel, "... todos somos fragmentos no sólo del hombre en general, sino de nosotros mismos". ¿Qué significa transformación? ¿en quiénes tiene lugar la transformación? ¿dónde tiene lugar la transformación? En el fondo de estas tres preguntas subyacen unidos el tiempo, el espacio y nosotros, seres humanos. En una primera aproximación, toda transformación supone un cambio en el tiempo, en el espacio y en las personas. En qué rasgos o aspectos estaría operando la transformación? La hipótesis actualmente en vigor –investigada en nuestro equipo de investigación UNLP-CONICET- plantea que la transformación estaría teniendo lugar en conciencias, en espíritu, en acciones y en objetos. Hoy muchos decisores –políticos y empresarios- intervienen construyendo realidades en Nuestro Planeta que no son compartidas por cientos de millones de personas. Estas situaciones se introducen subliminalmente –frecuentemente como met mensaje a través de los medios de comunicación- como parte constitutiva de tres funciones sociales que plantea Dumézil (en: Serres;1995) que existen desde las sociedades más arcaicas: el poder político, el poder económico y la violencia. Entre los miles de millones de seres humanos que somos: ¿cuántos son los que, en última instancia, deciden sobre la mayoría de las transformaciones que contribuyen a este presente tan difícil y complejo que atañe a todos? Tal vez el uno por ciento de la Humanidad. Sin embargo, nuestro Planeta a la vez que objeto de grandes transformaciones operadas por pocos, es objeto de millones de pequeñas transformaciones, las cuales son operadas por la mayoría de los seres humanos. En cada transformación que contribuyamos a realizar, conscientes o no de nuestra naturaleza como agentes de desarrollo, estaremos intencionando, imprimiendo y proyectando a nuestro quehacer –ciudadano, social, científico, político, empresario, técnico, etc- particulares combinaciones de conocimiento y realidad. Ahora bien, si los seres humanos no tomamos conciencia, si no dedicamos tiempo a entender problemas y las formas de solucionarlos, no nos apropiaremos de ideas o proyectos, ni tampoco podremos construir acuerdos con otros sujetos de cambio. Así toda transformación tendrá mayores posibilidades de naufragio, o bien de ser implementada de manera más sesgada, vertical o inconsciente. La apropiación de un proyecto por parte de los sujetos beneficiarios directa o indirectamente del mismo es clave en la concreción de un círculo virtuoso de transformación, de un círculo donde territorios reales, pensados y posibles sean más solidarios, humanizantes y sustentables que los actuales.



2048

POLITIZACIÓN DE LA CIENCIA, CIENTIFIZACIÓN DE LA POLÍTICA Y NUEVAS ESPACIALIDADES: CONDICIONES DE POSIBILIDAD PARA CONVERGENCIAS DISCIPLINARES Y SECTORIALES

da Costa Pereira, Nérida^{1(*)}; Martínez, Jorge¹; Tancredi, Elda¹; Tuis, Claudio²

¹ - División Geografía, Departamento de Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Luján | (*) Argentina

² - División Análisis socio-económico y cultural, Departamento de Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Luján

Resumen:

Ante las cuestiones ambientales caracterizadas normalmente por altos grados de incertidumbre, la definición y las fronteras del problema, el costo de las respuestas políticas alternativas y la identidad de los actores y sus intereses están lejos de ser evidentes; por lo que los generadores de políticas ambientales son especialmente dependientes de los marcos cognitivos ofrecidos por científicos y expertos. En este contexto, la habilidad de representar de forma simbólica los fenómenos físicamente imperceptibles confiere una gran influencia a aquellos considerados como autoridades en la materia en cuestión, de forma que bajo condiciones de incertidumbre y complejidad, el papel de los científicos y profesionales puede ser clave. Sin embargo, el conocimiento científico puede influir y jugar un rol importante en las decisiones políticas solo si: a) sustenta formas políticamente aceptadas de discurso y razonamientos; b) las comunidades que tienen el derecho privilegiado de formular políticas, lo ratifican; c) los intereses gubernamentales y económicos lo sustentan. El control que ejercen las comunidades epistémicas sobre el conocimiento y la información es una importante dimensión del poder, y su difusión puede conducir a nuevas pautas de comportamiento y ser crucial en la coordinación política sobre los problemas ambientales, jugando un papel preponderante no sólo en elaborar y suministrar información, sino también en la configuración de la agenda de los gobiernos. Los gobiernos necesitan entonces, aprender a funcionar en el contexto de aplicación y éste afecta cada vez más a las universidades. Si las universidades permanecen cerradas o ajenas a estas necesidades los actores, ya afectados por la dinámica emergente, buscarán otros canales que les permitan encontrar respuestas rápidas y concretas a sus intereses. Las universidades deberían dejar de ser solo agente de formación e investigación y pasar a ser un actor más de un grupo cada vez más expandido en la producción del conocimiento. Esta producción se vincula hoy con lo transdisciplinar, lo heterárquico y lo transitorio. Este modo que debe ser socialmente responsable y reflexivo, incluye a un conjunto de practicantes cada vez más amplio, temporal y heterogéneo, que actúa sobre la base de un problema inmerso en un contexto específico y localizado. No se aplica solamente a la investigación o al desarrollo, sino que incluye además al ambiente de intereses, instituciones y prácticas que afectan al problema a resolver. Las consecuencias del problema inciden no solo en los lugares en donde se producen los conocimientos, sino también sobre los actores que participan y sobre las relaciones que se establecen desde el origen hasta el análisis del rendimiento de una solución. En este marco se presentan aquí tres proyectos de investigación conducidos por un equipo de trabajo de la División Geografía de la Universidad Nacional de Luján –UNLU–, desde donde se intenta abordar este problema a partir del dimensionamiento de las relaciones entre el campo disciplinario y los diferentes sectores (civiles, productivos y gubernamentales locales, nacionales y mundiales). Para ello se consideran diferentes variables de intervención y configuración de la realidad en las diferentes escalas. En primera instancia y a los efectos de elaborar la información para la resolución de la problemática señalada, el proyecto "REDES EPISTÉMICAS AMBIENTALES TRANSNACIONALES", aborda tres experiencias científicas cuyo foco de estudio son las problemáticas ambientales globales. Ellas son: la "Red de Formación Ambiental", fuertemente institucionalizada en el marco del PNUMA, que se propone introducir en la agenda educativa latinoamericana, como asunto central, la necesidad de una transformación radical del paradigma civilizatorio occidental basado en una nueva ética para la sustentabilidad; el "Millennium Ecosystem Assessment (MA)", que pone el centro en la evaluación de los ecosistemas y su relación con el bienestar humano como insumo para la toma de decisiones en diferentes convenciones post-Río '92, y el "International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change (IHDP)", que propone en su agenda científica una diversidad mayor de problemáticas ambientales con una estrategia de organización "boton-up", como red de redes. En otro orden escalar, el proyecto "INVESTIGACIÓN Y DESARROLLO TERRITORIAL: dimensiones de la relación entre intereses científicos y demandas locales en el área de influencia de la UNLU" caracteriza la relación entre el avance de la construcción del conocimiento en los distintos departamentos de la UNLU y la resolución de problemáticas locales. Para ello la secuencia de procedimientos de indagación se vincula con el desarrollo territorial como ámbito de investigación y producción de conocimiento; la configuración territorial del área de influencia de la Universidad; los intereses y demandas de los distintos sectores de la sociedad involucrada; los proyectos de investigación desarrollados desde 1995; las ideas que actuaron como mapas de rutas para la definición de las políticas de investigación; y la relación entre intereses de la comunidad e ideas que perfilaron los proyectos de investigación en la última década. Por último, el proyecto "ORDENAMIENTO AMBIENTAL Y GESTIÓN DEL TERRITORIO: renovación de estrategias para la configuración de un Área Protegida en el Partido de Luján" elabora nuevas estrategias para mantener la idea de reunión entre la Universidad, la comunidad local y el municipio. Las estrategias contienen actividades vinculadas con el análisis situacional del territorio que contiene al corredor verde, para configurar acciones de uso y manejo del Distrito de Protección Ambiental (DPA); el establecimiento de líneas de base de componentes ambientales del DPA de acuerdo a normativas vigentes; la realización de talleres con la comunidad y con el sector público para perfilar un proyecto de ordenanza conjunto sobre uso y manejo del DPA; y el fortalecimiento del valor de la gestión asociada. Estas investigaciones desde sus diferentes escalas abordan el dilema del consejo científico y el rol de las universidades en la sociedad actual. Se señala así la emergencia de una nueva constelación para la naturaleza epistémica del consejo de la ciencia y para la naturaleza democrática de la construcción de políticas ambientales y territoriales.

2794

INTELIGENCIA TERRITORIAL Y TERRITORIOS POSIBLES. REDES EUROPEA Y LATINOAMERICANA ENTRE LAS UNIVERSIDADES Y LOS PROBLEMAS DE LA GENTE.

Girardot, Jean Jacques ; Bozzano, Horacio

Resumen:

En esta ponencia se rescatan diez años de trabajo en red y veinte años de trabajos de investigación con la gente en proyectos concretos, en Europa y en Latinoamérica. Reconociendo la compleja realidad, se trabaja con principios de transparencia, construcción colectiva entre universidad y actores del cambio, soporte teórico, marcos metodológicos sistematizados y desarrollo de herramientas. La European Network of Territorial Intelligence y la Red Latinoamericana Territorios Posibles son co-construidas por universitarios y por actores territoriales, proponiendo métodos afines que combinan análisis estadísticos y espaciales multicriterio, cuantitativos y cualitativos, con el propósito de confrontar necesidades de grupos concernidos, servicios disponibles e indicadores territoriales. Se comparan conceptos de referencia de ambas redes -"inteligencia territorial" y "entendimiento territorial"- con el propósito de integrar conocimientos multidisciplinarios y de proponer herramientas accesibles a los actores territoriales para concebir, diseñar, gestionar y evaluar sus proyectos de desarrollo. Se trata de una nueva red mundial www.territoriosnet.org, un espacio virtual de trabajo cooperativo de diversas redes: www.territorial-intelligence.eu, www.territoriosposibles.org y en otros continentes. En la presentación al EGAL se realizará una invitación a sumarse a la red con trabajos concretos. La Red Europea de Inteligencia Territorial Se aprovechan las valiosas experiencias previas de la CAENTI Coordination Action of the European Network of Territorial Intelligence; es una acción de investigación financiada por el 6º programa-marco "Integrar y Reforzar el Espacio Europeo de la Investigación" de la Unión Europea, en la prioridad temática "Ciudadanos y gobernanza en la sociedad del conocimiento". Es sede en la Université de Franche-Comté en Besançon, Francia y presente en otros países: España, Bélgica, Italia, Rumania, Eslovenia, Hungría y Taiwán, como miembro asociado. Le "Réseau Européen d'Intelligence Territoriale" (REIT, red europea de inteligencia territorial), se fue constituyendo progresivamente desde 1989, con la difusión del método Catalyse; se trata del punto de partida y el ambiente científico de las actividades de coordinación de la caENTI, que se inicia en marzo 2006 y concluye en febrero 2009. Un proyecto en red más ambicioso lo sucede. Hoy www.territoriosposibles.org ofrece cinco secciones en su portal para ir alimentando, construyendo y resolviendo colectivamente inteligencia territorial, problemas reales y desarrollo de proyectos. En resumen se trata de los siguientes: Problemas, Conceptos, Trabajos, Conocimiento y Tesis. 1- Problemas: Consiste en una sección del portal donde, sistematizados, se publican problemas reales y desarrollo de proyectos realizados en el marco de la red, y también proyectos externos con su pertenencia institucional u organizacional. Asimismo se documentan resultados de seminarios realizados al efecto en diferentes universidades.



- 2- Conceptos: En esta sección del portal se publican resultados de una primera etapa referida al análisis e interpretación de 540 nociones sobre territorio- y se abre una nueva etapa orientada a sistematizar cinco cuestiones: ¿Qué entiende por territorio, por lugar, por inteligencia territorial, por gobernanza y por desarrollo territorial?
- 3- Trabajos: Se trata de una sección del portal donde se publican investigaciones y trabajos de interés en el tema con el propósito de ofrecer al lector aportes referidos al estado del arte en la cuestión. Se prevé en el corto plazo su sistematización temática.
- 4- Conocimiento: Aquí se publican mapas temáticos clasificados según territorios reales (usos del suelo, población, etc), territorios vividos (percibidos, simbólicos, etc), territorios legales (códigos urbanos, territoriales, etc), territorios pensados (lugares, regiones), territorios proyectados (planes, estrategias, etc) y territorios posibles (propuestas realizables). En cada caso se registran criterios mínimos de sistematización y pertenencia institucional.
- 5- Tesis: Esta sección del portal es más abierta, en la medida que ofrece criterios para definir nuestros proyectos y/o nuestras tesis, no sólo territoriales, sino de un amplio abanico de temas. Se pone el énfasis en la investigación-acción y en el reconocimiento de objetos de estudio y de objetos de intervención. Se prevé próximamente clasificar los proyectos por áreas de interés. Asimismo se documentan resultados de seminarios realizados al efecto en diferentes universidades.

Un análisis preliminar permite establecer de manera provisoria algunas diferencias entre ambas redes, se trata de cuestiones a profundizar en el futuro en el trabajo conjunto. Ellas se refieren a: 1) la accesibilidad de herramientas para los actores territoriales es un pilar central en la caENTI, con el objetivo que los actores compartan la información, 2) la diferente inserción institucional internacional real y posible de ambas redes, 3) la diferente naturaleza de los problemas en Europa y en América Latina, y 4) la continuidad en el equipo de trabajo europeo, que permite aprovechar las experiencias previas a los partners; y la discontinuidad en diferentes proyectos en los casos latinoamericanos.

Conclusión: Creatividad e inteligencia

Ante un mundo con tamaños incertidumbres, estamos transitando el tiempo de una gran oportunidad: establecer más y mejores puentes entre las universidades y la gente, trabajando en el terreno y aprovechando el poder de internet. Aquellas redes de internet que promuevan transformaciones en conciencias, en acciones y en objetos serán poderosos instrumentos de cooperación y complementariedad para construir, sin distinción de burbujas –académicas, institucionales, empresarias, otras- mediante pequeñas acciones, grandes cambios.

Conociendo y entendiendo más y mejor el territorio, sus actores, sus lugares y sus procesos, escuchando y participando con los actores territoriales, estaremos en mejores condiciones de desarrollarlo. A nuestro criterio de esto se trata la inteligencia territorial.

Más allá de la incertidumbre galopante y de la crudeza con que se posan vectores de decisión en nuestro planeta, con conocimiento, información, entendimiento, inteligencia, participación, partenariatio y desarrollo equitativo y sostenible los territorios serán más posibles para todos.

12:00 a 13:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2055

ANALISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO PIB PER CAPITAL EM SERGIPE (1999 - 2004)

Diana, Diana Mendonça de Carvalho ^{1(*)}; Marcos, Marcos Aurélio Santos da Silva ²

1 - Universidade Federal de Sergipe | (*) Brasil

2 - Embrapa Tabuleiros Costeiros

Resumen:

Esta análise visou entender a espacialização e polarização econômica exercida pelos municípios sergipanos, no que refere a distribuição espacial do PIB Per Capita. O mesmo fundamentou-se no estudo da categoria território, pois está é uma dimensão do espaço geográfico, que fundamenta-se na interação entre o homem e a natureza, isto é, o território é um todo complexo onde se tece relações complementares e conflitantes no espaço materializado pelas relações estabelecidas entre o lugar, a formação sócio-espacial e o mundo. Por esse conceito, observa-se que os fenômenos sociais e econômicos estão de alguma forma, ligados às características da região ou localidade onde o mesmo ocorre. Tal observação nos remete a afirmação de Tobler (1979), que se aplica tanto para demonstração de fenômenos ambientais quanto sócio-econômicos, afirmando que "no mundo, todas as coisas se parecem; mas coisas mais próximas são mais parecidas que aquelas mais distantes". A partir disto, tentou-se fazer um resumo de trabalhos correlatos sobre o estudo de série na instância do pib per capita em Sergipe, utilizando-se da estatística de Moran: Índice Global de Associação Espacial, Índice Local de Associação Espacial e Gráfico de Espalhamento de Moran; como também, da base de dados Pib Per Capita produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos programas Terra View, empregado no cálculo dos índices, na geração dos mapas do tipo Box Map e na visualização dos resultados; e do Arqview para georeferenciar os mapas. Pela análise dos mapas e a distribuição do Pib Per Capita entre os 75 municípios sergipanos, considerando metodologicamente 4 classes (AA; AB;BA;BB), observou-se uma correlação espacial do tipo alta concentrada principalmente entre os municípios litorâneos e uma concentração de municípios de baixa correlação na faixa agreste e sertaneja do estado. A concentração no litoral ocorre primeiro, pela polarização econômica vislumbrada no processo de colonização de todo o Brasil, quando da extração do pau-brasil e da produção canavieira; depois pela polarização de quase todas as atividades lucrativas nessa estreita faixa, e assim como, pelas muitas atividades turísticas e por agregar as principais bases petrolíferas do estado. Fatores estes que proporcionam um desenvolvimento "endógeno", quase que fechado nesse território. A exceção à essa polarização do PIB Per Capita, fica para Canindé do São Francisco, município localizado no alto sertão sergipano, que recebe os dividendos gerados pela Usina Hidrelétrica de Xingó e do Projeto Califórnia. Todavia, deve-se ressaltar que os valores de 83.250,00 (Pib Per capita de Canindé do São Francisco, 2004) não são repassados a população municipal, ela só existe nos censos do IBGE, talvez por isso possa se considerar uma ilusão numérica. A partir da avaliação de distribuição do PIB per capita de 1999 a 2004, entre os 75 municípios sergipanos, chega-se a conclusão de que não se pode fazer analogia completa com os oito territórios propostos pela Gerência de Informações Geográficas e Cartográficas (GIGEC/SUPES/SEPLAN, 2007), que seriam: Alto Sertão, Baixo São Francisco, Médio Sertão, Leste Sergipano, Agreste Central, Sul sergipano, centro-sul e Grande Aracaju. Isso porque quando se considera o Índice de Moran, que fornece uma medida geral de associação espacial dos dados na representação do mapa, podem ser usadas às quatro classes fornecidas pela permutação para criar territórios de planejamento ou de polarização, que leve em consideração à localização e concentração dos municípios de maior ou de menor correlação espacial. Logo, por metodologias de análise diferenciadas podem-se agregar formas de ordenar e organizar o território conforme a necessidade do estudo. Por tal metodologia construiu-se quatro territórios, diferentes dos propostos estadualmente, que toma como referência a importância de se considerar a localização geográfica, os fatores sócio-econômicos e culturais que perfazem o território sergipano.

2174

DESIGUALDADE REGIONAL E INTERVENÇÃO ESTATAL: UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO REGIONAL NO I E II PLANO PLURIANUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, ENTRE 2000 E 2007

Tathiana, Rodrigues Salgado ^(*); Tadeu, Alencar Arrais

(*) Brasil

Resumen:

A Constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo 165º, estabelece a obrigatoriedade, tanto para o Governo Federal como para os Governos Estaduais, do estabelecimento, para fins de planejamento, dos Planos Plurianuais. Esses planos têm como objetivo apresentar as diretrizes da administração pública, traduzindo, de certo modo, sua visão de território, uma vez que o orçamento, as ações e os diversos programas passam a ser regionalizados. No estado de Goiás, os dois primeiros Planos Plurianuais ocorrem entre 2000 e 2007. Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado (GOIÁS, 2001), o PPA 2000/2003 tinha por objetivo central: *A inserção de Goiás na economia nacional e internacional para garantir seu crescimento em termos de progresso econômico social e qualidade de vida.* O PPA - Goiás século XXI foi orientado por cinco diretrizes estratégicas: "1 - Goiás competitivo e pólo econômico regional 2 - Goiás com cidadania e melhoria na qualidade de vida 3 - Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado 4 - Goiás moderno e empreendedor 5 - Alianças e parcerias em prol de Goiás.". O segundo PPA para o



estado foi denominado de *Goiás século XXI - avançar mais*, com indicações de ação para o período de 2004 a 2007. Sua estrutura é semelhante ao do primeiro plano. Composto por 90 programas setoriais orientados pelas mesmas diretrizes estratégicas. Merece destaque a melhoria na apresentação do plano, que passa a indicar no texto quais as regiões de planejamento do Estado serão destinadas às ações, permitindo dessa forma uma melhor espacialização dos programas e ações. No primeiro PPA essa espacialização é intuitiva, o que dificulta sua regionalização. Entretanto, de acordo com a nomenclatura da ação é possível identificar as regiões e assim proceder à análise de seus possíveis impactos regionais. Nesse trabalho, partimos da hipótese que, para além das questões legais, a análise dos Planos Plurianuais pode revelar o significado do desenvolvimento regional para os governos, assim como o alinhamento teórico com as concepções hegemônicas de intervenção estatal, a exemplo da incorporação das matrizes do planejamento estratégico. No sentido de ordenar nossas argumentações, a reflexão foi dividida em três partes. Na primeira parte refletimos sobre as desigualdades regionais no território goiano. Escolhemos como escala as 10 regiões de planejamento dos Planos Plurianuais e como recorte temático dados secundários econômicos e sociais relativos ao período de planejamento. Na segunda parte elaboramos uma leitura dos Planos Plurianuais, relacionando a perspectiva legal (normativa) federal e estadual com os pressupostos políticos, uma vez que o planejamento também traduz o conjunto de forças na arena política estadual. Na terceira parte buscamos compreender a visão de intervenção estatal presente nos planos, o que foi feito com base na leitura da desigualdade regional. Também estabelecemos os vínculos políticos e econômicos das estratégias contidas nos PPA's com o espaço nacional. A conclusão aponta para a necessidade de colocar na agenda de discussão do Governo Estadual a construção de uma Política Estadual de Desenvolvimento Regional, uma vez que os Planos Plurianuais não são capazes, pela perspectiva burocrática que os encerram, de estimular uma reflexão mais profunda sobre a desigualdade regional no território goiano.

2223

MAPEAMENTO SOCIAL DA DIVERSIDADE SOCIAL NA PAN-AMAZÔNIA

Costa Lima, Marcos Vinicius da ^{1(*)}; Lima, Luis Augusto ²; Novaes, Jurandir Santos de ³; Mesquita, Benjamin Alvino de ⁴

1 - UFPA | (*) Brasil

2 - UEA

3 - USP/UFPA

4 - Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Resumen:

A cartografia social desenvolvida conjuntamente com comunidades e povos tradicionais visa o mapeamento social, através de diversos procedimentos incluindo-se o georreferenciamento de informações dos processos de territorialização e desterritorialização que ocorrem em diversos estados do Brasil e na Pan-Amazônia (Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana Francesa, Equador e Bolívia). Esses processos correspondem em grande parte às distintas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais que emergiram nas duas últimas décadas, e às situações de ocorrência de conflitos consideradas relevantes por agentes sociais que se autodenominam quilombolas, quebradeiras de coco, ribeirinhos, pescadores artesanais, piaçabeiros, artesãos, comunidades de fundos de pasto, faxinalenses, pomeranos, seringueiros, castanheiros, ciganos, povo de terreiros, mulheres artesãs, peconheiros, que estão em processo de auto-afirmação.

O objetivo desta comunicação é apresentar atividades dos profissionais da área da Geografia que participam do Núcleo de Pesquisas em Territorialização, Identidade e Movimentos Sociais, no que concerne ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA. Essas atividades consistem em participar do mapeamento dos esforços mobilizatórios, descrevendo-os e georreferenciando-os, com base no que é considerado relevante pelas próprias comunidades estudadas. Pretende-se privilegiar para tanto a diversidade das expressões culturais combinadas com distintas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais.

Estes processos de territorialização e desterritorialização vêm justamente evidenciar os avanços e retrocessos em matéria de preservação do meio ambiente. As práticas dos povos e comunidades tradicionais encontram-se completamente referidas aos diversos tipos de usos dos recursos naturais nos locais onde eles vivem. Este tipo de prática tradicionalmente desenvolvida faz parte da reprodução física e natural dos diferentes povos e comunidades. Existe uma relação dialética entre os seus modos de vida e o seu meio, no qual, práticas como: caça e pesca de subsistência, extrativismo, medicina natural, utilização de fontes de água naturais para consumo, transporte e lazer, e outras, tanto precisam da natureza preservada, do direito ao seu uso e acesso, quanto contribuem para a sua preservação. Existe, pois, uma interdependência, uma preservação conjunta entre povos e/ou comunidades tradicionais e o os recursos florestais e hídricos.

Os processos de desterritorialização, por um lado, levam à destruição de áreas antes preservadas tradicionalmente por estes povos e/ou comunidades, enquanto que, por outro lado, procuram a preservação da natureza por meio da expulsão dos agentes responsáveis por essa mesma preservação.

Estas informações aparecem recorrentemente nos diferentes mapeamentos que focalizam: devastação de áreas de babaquais, devastação da caatinga, assoreamento de rios e igarapés, voçorocas, áreas desmatadas, nascentes morrendo ou mortas, retiradas ilegais de areia, madeira, e outros recursos naturais, trilhas para ecoturismo, poluição produzida por indústrias, invasão de lagos e rios por geleiros, avanço de cultivos homogêneos, criação de caprinos, bovinos, bubalinos e suínos, ameaças por carvoarias, por mineradoras e por criação de parques e reservas ecológica.

O trabalho de mapeamento do PNCSA pressupõe o treinamento e a capacitação de membros da própria comunidade, que são os sujeitos na seleção do que deverá constar nos mapas produzidos e no registro de pontos a eles referidos. Para esses mapeamentos são realizadas oficinas de cartografia, de levantamentos documentais, de informações primárias, de cursos introdutórios à linguagem cartográfica formal e de orientação e localização geográfica pelo uso de equipamentos técnicos como GPS. As oficinas de mapas realizadas nas próprias comunidades, consoante uma composição definida pelos seus próprios membros, delimitam perímetros e consolidam as informações obtidas por meio de observação direta e de diferentes tipos de relatos, contribuindo para uma descrição etnográfica suficientemente precisa.

Como processamento final das informações antes obtidas, o mapeamento continua com o trabalho de geoprocessamento nos laboratórios dos diversos núcleos do Projeto. Nesta etapa procura-se georreferenciar todos os dados e compor a primeira versão do mapa que será submetida a análise, modificações e autorização por parte dos membros dos povos e comunidades envolvidas.

Como produto do conjunto de esforços envolvidos nas experiências de mapeamentos é elaborado e publicado um fascículo que contém, além do mapa construído, depoimentos dos participantes das oficinas sobre suas histórias, conquistas, ameaças, conflitos, lutas, reivindicações e seus desafios.

O conjunto de experiências envolvidas com a nova cartografia social realizada entre o Projeto e os povos e comunidades tradicionais, vem significando um aprendizado contínuo não só no que se refere aos mapeamentos sociais quanto à utilização destes como ferramentas de luta e reivindicação dos próprios territórios.

14:30 a 15:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2057

CAMBIOS, PERMANENCIAS Y PERSPECTIVAS PARA FORMULAR PROPUESTAS DE GESTIÓN SOCIO-TERRITORIAL: EL APROVECHAMIENTO INTEGRAL DEL RÍO COLORADO EN BAJO DE LOS BAGUALES – LA PAMPA - ARGENTINA

Dillon, Beatriz Susana ^{1(*)}

1 - Instituto de Geografía - Universidad Nacional de La Pampa | (*) Argentina

Resumen:

El sudeste de la provincia de La Pampa –Argentina- representa un espacio con condiciones ambientales, cuyo aprovechamiento podría generar una dinámica particular en la conformación de una nueva estructura socioproductiva. El aprovechamiento de las aguas del Río Colorado en el área de Bajo de los Baguales –La Pampa- representa una acción estratégica de intervención territorial en la cual los geógrafos tienen un rol fundamental en el aporte de nuevas metodologías para ello. La contribución teórica y metodológica de los procesos destinados al planeamiento,



ordenamiento y gestión de los espacios y lugares geográficos, es un terreno en el que los geógrafos intervienen, de manera cada vez más frecuente en el marco de la transversabilidad de los estudios. Planificar los usos "adecuados" de los espacios geográficos, en sus diferentes escalas y localizaciones, es intervenir en forma integrada sobre los recursos naturales, socioculturales y las actividades económicas y recomendar su aprovechamiento de manera que resulten sostenibles y sustentables. Se trata de generar formas de desarrollo óptimas, que, en definitiva, conduzcan al beneficio de las comunidades que lo habitan. La planificación territorial necesita, entonces, de objetivos estratégicos sobre los cuales se concibe el desarrollo, proyectando un crecimiento integrado, articulado y equilibrado de las particularidades locales y regionales. El ordenamiento territorial, es ante todo, un trabajo interdisciplinario ya que supone tomar en cuenta diferentes variables interactuando de manera integrada para comprender el porqué de las particulares configuraciones y dinámicas espaciales y cómo se han desarrollado los distintos acontecimientos a lo largo de su historia socio-productiva, entre otras. Otra preocupación, desde los ámbitos académicos, ha sido la discusión para enriquecer la construcción conceptual del ordenamiento territorial y los aportes que desde la Geografía se puedan realizar para superar postulados teóricos rígidos. Se coincide con aquellos autores que consideran al ordenamiento territorial como un conjunto de "acciones concertadas para orientar la transformación, ocupación y utilización de los espacios geográficos, para lograr su desarrollo socio económico teniendo en cuenta las necesidades e intereses de la población, las potencialidades del territorio y la armonía del ambiente". Si se pretende, entonces, realizar estudios de ordenamiento territorial se necesita de políticas de gestión estructurales que tomen como marco los grandes objetivos del país -en tanto unidad político-territorial- para proyectarla sobre objetivos particulares y proponer acciones concretas sobre el territorio. Cuando surgen los interrogantes de *por qué* y el *para qué* realizar propuestas de planificación territorial basado en el conocimiento profundo de las particularidades locales y de sus potencialidades -adquiridas y futuras-, las respuestas parecieran ser sencillas, sobre todo, cuando se percibe, casi cotidianamente, los efectos que sobre las sociedades producen los errores resultantes de la mala planificación. Es allí donde la búsqueda de las respuestas se hace más compleja y se agregan, además, otros interrogantes para tender al logro de resultados más concretos y positivos. Es aquí donde el rol del geógrafo es requerido para discutir y proponer alternativas que permitan intervenir sobre modelos de gestión pública que atiendan los reales problemas que se presentan en los espacios geográficos, siempre, en el marco de las políticas estructurales en que acontecen. En esta ponencia se establece un diálogo entre las concepciones teóricas, el aporte disciplinar y las particularidades del lugar, aplicados a un estudio de caso de intervención, organización, planificación y gestión del territorio en un área con altas probabilidades de desarrollo. A partir de las fortalezas, las oportunidades, las debilidades y las amenazas detectadas, se proponen algunas alternativas para el futuro desarrollo del área en estudio. Asimismo, y a modo de cierre, se hacen reflexiones acerca del rol del geógrafo y de las vinculaciones entre las instituciones universitarias y los sectores públicos y/o privados que intervienen directamente sobre la aplicación de políticas en el territorio y las dificultades de los investigadores para que sus aportes sean escuchados por quienes poseen las herramientas para tomar decisiones políticas de intervención.

2116

INDICADORES SOCIAIS: O NECESSÁRIO RESGATE DE SUAS RAÍZES ATRAVÉS DA GEOGRAFIA

Milléo, José Carlos ^{1(*)}

1 - Universidade Federal Fluminense | (*) Brasil

Resumen:

Este trabalho se apresenta como o desdobramento de um percurso que vem sendo percorrido pelo autor, na vereda da defesa e da busca por uma reflexão mais aprofundada em torno do tema indicadores sociais sob uma perspectiva geográfica. A tese de doutorado, defendida por este autor e os trabalhos publicados posteriormente, muito embora não compreendam a totalidade deste percurso representam um considerável avanço na resolução de alguns questionamentos, na mesma medida em que funcionaram para a alavancagem de novas prospecções. Deste modo, a inscrição deste trabalho se dá na perspectiva de oferecer as conclusões mais sedimentadas, aos questionamentos por parte de outros pesquisadores, ao mesmo tempo em que se pretende, também, dividir novas inquietudes decorrentes do avanço nas leituras empreendidas pelo autor.

Objetivo:

A defesa de um resgate das discussões em torno da proposição e da utilização dos indicadores sociais, desta vez por parte da Geografia, se apresentou ao autor a partir da constatação de que há uma reduzidíssima reflexão em torno deste tema de parte da Geografia. Os indicadores sociais permanecem dentro da Geografia como um campo pouco explorado, provavelmente, porque são vistos como representação do existente, mas muito pouco como criadores de uma nova existência ao circunstanciar ações futuras, ao criarem identidades enquanto destroem outras. Esta tem sido uma postura fortemente responsável por um grau muito reduzido de intervenção da Geografia dentro do debate sobre as formas de se medir as condições em que se encontra uma determinada sociedade numa posição bastante aquém da densidade teórica já alcançada por outras ciências como a Economia ou a Sociologia, por exemplo. No mais das vezes "geografizar" os indicadores sociais tem sido proposto como seu mapeamento, como seu cruzamento em cartogramas, ou como a mera proposição de um determinado conjunto em detrimento de outro. Este é um posicionamento, no mínimo, curioso para uma ciência que desde o primeiro momento pôde experimentar uma identidade quase visceral com os indicadores sociais. Em função deste distanciamento este autor defende uma crítica ao processo de adoção dos indicadores sociais por parte da Geografia. Através desta crítica, acreditamos que é possível realizar uma contribuição à exploração, por esta ciência, das maiores virtudes dos indicadores, além da adoção deste instrumental despida tanto do preconceito quanto do fetichismo, que acompanhas as técnicas e são tão comuns nestes tempos.

Métodos e técnicas:

Julgamos que a crítica proposta deve partir das idéias que regeram a criação do conceito de indicador social sejam examinadas mais detidamente e, desta vez, tentando demarcá-las como circunstâncias que influenciam no encontro da Geografia com este instrumental. Com base neste raciocínio, foram alinhadas duas das principais fontes teóricas que justificaram a possibilidade de existência dos indicadores sociais e lhes forneceram suas funções dentro do planejamento estatal e privado.

O primeiro manancial abordado foi a corrente utilitarista dentro da Economia. Esta corrente foi analisada em suas duas versões conforme a divisão proposta pelo economista indiano Amartya Sen, quais sejam: a corrente ética, ligada a alguns filósofos e economistas clássicos, iniciada a partir de meados do século XVIII; a corrente da "Engenharia", dentro da qual figuram alguns economistas neoclássicos de grande expressão. A segunda fonte examinada foram as idéias advindas da Escola de Sociologia de Chicago que por sua vez também desempenharam um papel decisivo na constituição dos primeiros norteamentos que marcaram indelevelmente os indicadores sociais. Neste caso tal influência se dá mediante o interesse desta escola por formas de compreensão da mudança social e dos impactos que inovações tecnológicas poderiam provocar na sociedade.

Principais contribuições geográficas:

Por sua vez, o saldo decorrente do resgate e da crítica proposta pode igualmente se fracionado em duas frentes:

De parte da Economia foi possível mensurar a extensão da influência advinda dos "éticos" e dos "engenheiros" sobre a idéia de se construir indicadores sociais, em especial seu forte componente teleológico, ou sua atenção sobre as conseqüências das ações, como recurso para avaliação de determinadas políticas dentro do planejamento centralizado.

De parte da Escola de Chicago foi bastante interessante notar como se coloca em perfeita sintonia um movimento de revisão da métrica do social, o movimento dos indicadores sociais surgido em meados da década de 1960, e uma escola de pensamento que teve seu auge em meados da década de 1930.

Assim, a Geografia ao tomar os indicadores sociais e com eles constituir a retratação de determinada realidade, raramente se dá conta que toma junto o legado que estas duas fontes infundiram nos indicadores sociais. Mais recentemente enveredamos pela leitura de autores ligados à Sociologia do Conhecimento, como Max Weber e Karl Mannheim, como forma de dar respostas aos questionamentos levantados na pesquisa em especial à possibilidade de observação dos indicadores sociais como um *objeto técnico*, baseados nos apontamentos que Milton Santos fez sobre este último conceito.

Subeixo: 1) Papel do geógrafo na América Latina em transformação



2169

DESENVOLVIMIENTO SÓCIO-ECONÓMICO E CAPITAL SOCIAL NO BRASIL: EM BUSCA DE CORRELAÇÕES

Silva, Svlvio Bandeira de Mello e ^{1(*)}; Silva, Barbara Christine Nentwig ¹; Silva, Maina Pirajá ²

¹ - Universidade Católica do Salvador | ^(*) Brasil

² - Universidade Federal da Bahia

Resumen:

O trabalho tem como objetivo fazer uma análise da distribuição espacial do capital social no Brasil e correlacionar estes resultados com diversos indicadores, também espacializados, de desenvolvimento sócio-econômico. Na análise da dinâmica da organização social, destaca-se um conjunto de idéias em torno do que se convencionou chamar de capital social, sobretudo a partir das contribuições pioneiras de Bourdieu (1998, original de 1980), Coleman (1988; 1990) e Putnam (1996, original de 1993). Estes autores ressaltam a importância das organizações sociais para a introdução e direcionamento de atividades inovadoras no sistema econômico-social. Assim, por exemplo, Putnam (1996, p.177) define capital social como o conjunto de "características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas". Em seu detalhado estudo sobre a Itália, este conceito foi básico para entender a diversidade de situações relacionadas com os níveis de desenvolvimento existentes na península italiana. Como indicadores do capital social, ou seja, das organizações sociais que exercem importantes funções na sociedade, foram tomadas as informações do IBGE sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos. A metodologia para a definição das Fundações foi a de selecionar, no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE), para 2005, as entidades, com base na composição de sua natureza jurídica que se enquadrassem "nos cinco seguintes critérios: i) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado; ii) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins; iii) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; iv) auto-administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e v) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores" (IBGE, 2008, p.13). Já os indicadores do desenvolvimento sócio-econômico foram analisados com base nas seguintes informações: índice de desequilíbrios regionais de Williamson (calculado pelos autores), PIB *per capita*, índice de desenvolvimento humano (IDH), índice de Gini, taxa de mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer e média de anos de estudo das pessoas de 20 a 24 anos. O índice de Williamson (1977, original de 1965) combina a população de um determinado país ou estado, a população das regiões, a renda *per capita* nacional ou estadual e a renda *per capita* das regiões. Quanto mais próximo de zero, menor será o desequilíbrio regional de um determinado país ou estado. Os resultados, após o emprego de uma metodologia de análise estatística e cartográfica em diferentes escalas do território nacional, indicam uma grande variedade de situações, mas é possível afirmar que para os estados com melhor relação entre habitantes por organizações sociais, há, em termos gerais, uma correlação significativa com melhores indicadores do desenvolvimento econômico-social. Assim, há relevância dos resultados para o entendimento da diversidade geográfica brasileira. Há, portanto, um potencial de análises e reflexões que merece ser explorado em diferentes escalas e contextos tentando aprofundar o conhecimento sobre a relação entre organização social e desenvolvimento econômico-social. Eixo temático:(eixo 2) Respostas teórico-metodológicas da Geografia perante as recentes espacialidades (eixo 1) Geografia da América Latina em transformação política e social

15:30 a 16:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2030

TEORIA DE LA ACCION TERRITORIAL. ACTORES Y SUJETOS ENTRE LA ESTRUCTURA Y LA ACCION

Bustos, Roberto ^(*)

^(*) Argentina

Resumen:

La necesidad de explorar nuevos marcos teóricos abarcativos de la amplia experiencia de interacción de la Geografía con el conjunto de las Ciencias Sociales en el análisis, la práctica y la intervención territorial.

Esta ponencia continúa la reflexión sobre la perspectiva territorial en tanto "acción territorial" enmarcada en lo que denominamos "Geografía de la acción territorial". Esta organizada en dos partes una teórica que permite asociar aspectos metodológicos y teóricos de la Geografía social y la Geografía cultural y una segunda parte derivada de las prácticas concretas de territorialización del mundo rural.

La noción de acción en Ciencias Sociales y particularmente en la Sociología y la Filosofía, ha ocupado un lugar central en la explicación social. Se toman en cuenta las reflexiones de Thomas Luckmann, Milton Santos y Gastón Berger. Sin embargo es sobre todo Anthony Giddens quien propone una teoría social integradora y superadora de las dicotomías que paralizan la reflexión y la articulación entre práctica y teoría. La acción a que se refiere corresponde a sujetos situados, produciendo una dimensión espacio temporal (con historicidad y territorialidad propia) contenidos en una estructura pero con un margen de autonomía que promueve una visión optimista de las posibilidades de intervención.

La acción territorial a que nos referimos se desarrolla en un territorio definido como espacio como "espacio con sentido", y si se entiende "sentido" como "significado" pero también como "orientación", es decir una dirección que guía la construcción de futuro, en su imaterialidad pero también en su materialidad. Esta definición simple pone de relieve la centralidad de la subjetividad en la interpretación de los procesos territoriales.

Esta perspectiva permite analizar los procesos de transformación y reestructuración territorial como procesos sociales complejos donde la acción colectiva, la acción privada y la acción pública se articulan en formas diversas de gobernanza. Asimismo permite interpretar los procesos de patrimonialización y valorización territorial.

En la propuesta actual utilizamos el marco teórico indicado para avanzar en la comprensión de los procesos de desarrollo rural. En donde el concepto de territorio se ha transformado progresivamente en un instrumento de intervención y su aplicación responde a políticas muchas veces contradictorias en sus resultados. En todos los casos el territorio se concibe como una construcción social, de significados múltiples que integra y reproduce la sociedad local en la búsqueda de una autonomía relativa. La crisis permanente de los espacios rurales ha impulsado políticas expresas de reconstrucción territorial que puede surgir desde una demanda genuina o imponerse desde una perspectiva de gestión. Este proceso tiene múltiples modelos y ejemplos en Argentina, Brasil y Chile entre los que podemos encontrar similitudes, posiblemente por un mismo origen de las ideas iniciales y las prácticas y diferencias ligadas a tradiciones más o menos fuertes en la organización territorial de cada país.

Los antecedentes europeos a los que se menciona frecuentemente son aquellos procesos ligados a la comarcalización en Europa, que adopta la forma de políticas de Pays en Francia, luego que la regionalización se consolidó en el caso Francés o las autonomías en el caso Español. Por otro lado las propias políticas de la Unión Europea en relación con los programas LIDER que sucesivamente se aplicaron a las áreas relativamente marginales. Estas experiencias convergieron sobre la modalidad de desarrollo conocida ahora como desarrollo territorial rural, como perspectiva de intervención, haciéndose dominante. Por un lado se trata de espacios de intervención, por otro lado espacios de valorización y anclaje social de la producción. Persisten las formas antinómicas de imposición desde lo técnico o demandas de territorialidad más o menos expresas.



2081

TERRITORIO Y CIUDADANÍA: ESTRATEGIA PEDAGÓGICA PARA PROCESOS DE FORMACIÓN CIUDADANA EN LATINOAMÉRICA

Gutiérrez Tamayo, Alberto León ^{1(*)}

1 - Universidad de Antioquia | (*) Colombia

Resumen:

En el escenario global-local ligado con aspectos sociales, económicos, políticos, ambientales, tecnológicos y espaciales, surge la democracia como posibilidad para mejorar la calidad de vida. Consolidarla no es tarea fácil. La democracia frente a otros regímenes, permanece en debate; sin embargo como sistema político y forma de gobierno se ha convertido, para Latinoamérica, en una alternativa posible. Veinte años atrás era una ilusión; hoy, desde lo formal, una realidad: no queda vigente en el continente ninguna dictadura. La democracia requiere (Sartori, 1994) para su construcción, de ciudadanos capaces de vivir su ciudadanía; más allá de ciudadanos cívicos, republicanos, comunitaristas o mestizos, la democracia precisa de ciudadanos democráticos, activos, sociales, políticos y críticos, dispuestos a subvertir el orden, capaces de transformar la realidad cotidiana y arraigados fluidamente (Pagés, 2003) al territorio donde habitan y luchan por materializar sus sueños. Estos ciudadanos no nacen; se forman (Santos, 2000). Estructurar la formación ciudadana capaz de tejer este anhelo demanda del sistema educativo, proponérselo y prefigurarlo como imagen objetivo, es decir, como proceso consciente mediante el fortalecimiento de los conocimientos que brinda la instrucción, las habilidades y competencias que otorga el desarrollo de aptitudes, los valores y actitudes necesarios para poner en práctica el conocimiento aprehendido y apropiado, propios de la educación. Emerge así el planteamiento soporte de la reflexión: las interdependencias entre territorio y ciudadanía, como estrategia pedagógica para alimentar los procesos de formación ciudadana (Magendzo, 2004) desde las Ciencias Sociales y la Geografía. Territorio considerado no sólo como contenedor social o espacio físico-espacial sino, además, como construcción socio-cultural en tensión, dinámica, diversa, compleja. La ciudadanía concebida más allá de las clásicas, más cercana al lugar, fruto de las múltiples territorialidades generadas por las interacciones, representaciones, prácticas y aprendizajes sociales de los diversos actores. Y, los procesos de formación ciudadana asumidos como los propios del sistema enseñanza-aprendizaje consciente, orientados a las transformaciones del territorio mediante los cuales se *instruye* para adquirir los conocimientos esenciales, se *desarrollan* las habilidades y competencias para el cambio y, se *educa* en actitudes y valores que posibiliten, de conjunto, el saber, el ser y el hacer para, juntos, orientar el saber hacer intencionado; como tales, estos procesos tienen la potencialidad de aprovechar las oportunidades pedagógicas que ofrecen las interdependencias entre territorio y ciudadanía, posibilitando la formación de ciudadanos capaces de ejercer nuevas ciudadanías para construir la democracia anhelada y procurar alcanzar mayor nivel de bienestar y más calidad de vida, en contexto, conforme el proyecto político imperante y de acuerdo con las políticas públicas vigentes. Esta ponencia da cuenta de reflexiones y avances obtenidos en la búsqueda sobre los procesos de formación ciudadana a liderarse desde las Ciencias Sociales y la Geografía, apoyados en estrategias pedagógicas derivadas de las interdependencias entre territorio y ciudadanía, para gestar ciudadanos y fomentar la construcción democrática territorial, es decir, ciudadanos territorializados conocedores, instrumentados y dispuestos para el ejercicio de su ciudadanía, la transformación de su realidad socio-territorial y la construcción del anhelo democrático (Dewey, 1971), alrededor de las preguntas por: ¿Cuál es el fundamento teórico de los procesos de formación ciudadana en Ciencias Sociales y Geografía, a partir de la inclusión de los estudios del territorio, desde las interdependencias territorio y ciudadanía, en contexto? Qué posibilidades ofrecen los estudios del territorio para alimentar la formación ciudadana, el ejercicio de la ciudadanía y forjar ciudadanos democráticos, sociales, críticos, creativos y activos dispuestos a construir y fortalecer la democracia territorial desde las Ciencias Sociales y la Geografía? El objetivo es constituir las potencialidades que ofrecen los estudios del territorio, desde las interdependencias territorio y ciudadanía, para alimentar los procesos de formación ciudadana en el ámbito de la educación formal pública, niveles básico y medio, en Ciencias Sociales y Geografía, con perspectiva latinoamericana. La apuesta teórica está centrada en los procesos conscientes (Álvarez de Zayas, 1998) por su consideración de la formación como proceso pedagógico integrador que educa, instruye y desarrolla en contexto, reafirmando que los estudios del territorio, como concepto aglutinador de los saberes sociales y diversos a enseñar y aprender, en diálogo con los de espacio vivido que los estudiantes tienen en la educación básica y media, posibilita formar de cara al territorio y gestar ciudadanos decididos a ejercer sus ciudadanías, construyendo democracia.

Territorio, ciudadanía y formación ciudadana se constituyen en categorías de análisis enmarcadas por la democracia y el contexto global-local vigente. Para estudiarlos, por su carácter interdisciplinario, deberán combinarse metodologías cuanti-cualitativas como el análisis documental, el diseño etnográfico y los estudios de caso en perspectiva teórico-práctica, respaldados en métodos, instrumentos y técnicas mixtas que posibiliten la exploración, correlación y análisis de representaciones, prácticas y aprendizajes socio-culturales para nutrir los procesos de formación ciudadana, aplicables al escenario de la educación formal pública, desde las Ciencias Sociales y la Geografía Latinoamericanas. Como contribuciones importantes a la Geografía, están: 1. Conceptualización sobre estudios del territorio más allá de lo físico espacial, cercano al construido socio-culturalmente y generador, en su interdependencia con la ciudadanía, de estrategias pedagógicas innovadoras para los procesos de formación ciudadana; 2. Movilidad de lecturas interdisciplinarias y de debates sobre los estudios del territorio, en su interdependencia con la ciudadanía y en la posibilidad de generar estrategias pedagógicas para los procesos de formación ciudadana en contexto, aplicables al escenario Latinoamericano; 3. Constitución teórica de los procesos de formación ciudadana a partir de la inclusión, consideración y apropiación de las interdependencias entre territorio y ciudadanía y la generación de estrategias pedagógicas para la enseñanza y el aprendizaje de las Ciencias Sociales y de la Geografía.

5601

O CORPO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO EM SALVADOR/BAHIA

Xavier Nunes, Camila ^{1(*)}

1 - Faculdade de Tecnologia e Ciências/ FTC EAD | (*) Brasil

Resumen:

INTRODUÇÃO E OBJETIVOSA perspectiva de análise da apropriação do espaço pelo corpo na cidade de Salvador foi o que objetivou a pesquisa, já que, o corpo se configura como o primeiro campo problemático. Buscou-se vislumbrar o corpo como escala geográfica elementar e a corporeidade como linguagem banal – isso para avaliar de que maneira ocorre o acesso físico ao corpo, por meio do corpo e dos seus mecanismos de controle, e ao mesmo tempo refletir sobre o papel que este exerce no espaço. A corporeidade, aqui foi vista como a mais íntima relação do homem com o espaço, como importante subsídio na estruturação dos elementos que compõem o cotidiano e, também, como uma forma de resistência à homogeneização do espaço e das relações sociais. A investigação se encaminhou na tentativa de esmiuçar as espacialidades, temporalidades, corporeidades e cotidianidades existentes, apesar da presença de um discurso tempo-espacial que procura homogeneizar essas práticas. MÉTODOS E TÉCNICAS O diálogo estabelecido entre o espaço e o corpo soteropolitano perpassou por uma constituição teórico-conceitual que procurou integrar tempo e espaço. A complexidade das práticas sociais foi percebida a partir da análise do tempo-espaço como produto social, uma vez que, estes são conceitos basilares para a análise de qualquer realidade social. A trajetória da pesquisa foi construída primeiramente com a escolha da temática que foi se delineando conforme a revisão bibliográfica realizada através de livros, periódicos (revistas e jornais), dissertações, teses, artigos em revistas digitais, etc. Por isso, foram utilizadas também obras literárias, teatrais, musicais, de artes visuais e publicitárias porque estas são também meios de persuasão, produtoras de conhecimento e formadoras de opinião e porque inserem elementos reflexivos que incursionam entre o conhecimento científico e o senso-comum. A revisão teórico-conceitual teve como base obras geográficas, mas também se apoiou em obras pertencentes à História, Filosofia, Sociologia, Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Neurologia e outras áreas afins para uma análise ampla da produção tempo-espacial e da construção social do corpo. Uma análise histórico-geográfica sobre a cidade de Salvador foi imprescindível, pois, esta potencializa as raízes histórico-culturais da nação brasileira que foram reestruturadas e transformadas em atrativo turístico. Para uma contextualização de Salvador o uso de imagens mostrou-se de extrema importância, porque estas apreendem de forma singular a dinâmica do cotidiano e também as marcas sociais condensadas no corpo soteropolitano. A abordagem do corpo soteropolitano foi realizada sob quatro enfoques: corpo oprimido, corpo marginal, corpo metafísico e corpo solidário. A pesquisa de campo se constituiu inicialmente, de visitas preliminares, com o intuito de observar, caminhar, dialogar com as pessoas, fotografar, ou seja, explorar de maneira livre as áreas de estudo para, posteriormente, esmiuçar os acontecimentos cotidianos. Posteriormente, foram definidas manifestações, eventos e cenas cotidianas configuradas em áreas descontínuas na cidade com o intuito de averiguar as relações



espaço/corpo, de acordo com as características e funções exercidas em cada uma das mesmas. Essa pesquisa incorporou tanto elementos científicos como pertencentes ao senso-comum, numa perspectiva que buscou unir razão e emoção, ciência e arte. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS: A escala do corpo permitiu que, neste exame geográfico, muitas possibilidades fossem exploradas e, por isso, a corporeidade foi um importante instrumento analítico por se constituir de materialidade e subjetividade e perpassar pelo discurso institucionalizado e pelo imaginário e seus sistemas de representações. A pesquisa buscou desconstruir uma imagem do corpo soteropolitano que provém de uma visão estereotipada, esta que é amplamente veiculada por um discurso constantemente reformulado. A proposição do diálogo entre espaço e corpo abriu possibilidades de análise, interpretação e humanização do espaço. Deste modo, a linguagem do corpo foi utilizada para realização de uma leitura do espaço soteropolitano e suas formas de apropriação foram avaliadas através das corporeidades constituídas. Na Salvador contemporânea, a igualdade social se insere apenas no discurso institucionalizado, uma vez que, as condições materiais e as relações sociais travadas se direcionam para o oposto da equidade. Certas corporeidades são ocultadas por não se enquadrarem nos padrões que regem a cidade espetáculo, como é o caso de pessoas com necessidades especiais, idosos, moradores de rua, homossexuais e prostitutas. Percebe-se que a emancipação do corpo está muito mais direcionada a liberação de sua exploração econômica do que a aceitação de sua complexidade. A corporeidade estabelece um elo identitário tão intenso com a cultura e o espaço vivido por meio das relações entre indivíduo/indivíduo, indivíduo/espaço, indivíduo/sociedade, sociedade/espaço. A corporeidade é (re) significada constantemente através de imagens e símbolos que estabelecem quais corpos e rostos irão compor a identidade soteropolitana. A análise da experiência corporal trouxe a possibilidade de uma interpretação mais íntima do espaço soteropolitano. Assim sendo, pode-se afirmar que a corporeidade é um instrumento de enraizamento cultural, conscientização social e ação política. O diálogo entre a cidade e o corpo, trouxe à discussão condições básicas de uma existência humana saudável, tanto física quanto mental.

D - 38 - Área 2

11:00 a 12:00 - Área 2 | 2-Respostas teórico-metodológicas da geografia ante las recientes espacialidades

1147

MULHER E TRABALHO EM CATALÃO-GO

Silva, Kelly Cristina^{1(*)}; Rodrigues Mendonça, Marcelo¹

¹ - Universidade Federal de Goiás | (*) Brasil

Resumen:

O resumo refere-se a um projeto de mestrado que visa discutir a partir da temática trabalho e gênero a situação/condição da mulher no mercado no período (1980-2005) em Catalão/GO. Pois pois sabe-se que as desigualdades vividas pelas mulheres no cotidiano da sociedade, em relação aos problemas de gênero, não se definiram somente a partir do cultural e do social, formando "modelos sociais" sobre as funções das mulheres e as funções dos homens dentro dos variados espaços de convivência, mas definiu-se também a partir do plano econômico percebe-se então que nas últimas décadas está ocorrendo um dos fatos mais marcantes na sociedade brasileira, que foi a inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho. O avanço da industrialização que de uma certa forma exige mão de obra especializada abre portas para que as mulheres estejam presentes no mercado de trabalho (com qualificação). Durante a realização desta pesquisa serão realizadas etapas que garantam uma análise e avaliação da temática, visando alcançar os objetivos incluídos na proposta de estudo sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho na cidade de Catalão. Para tanto, será necessária a avaliação teórica e conceitual, a qual constituirá na revisão de literatura sobre a temática, através de levantamentos bibliográficos e consultas através de meios impressos e eletrônicos. Ainda, serão realizadas pesquisas em relatórios governamentais e não governamentais sobre assuntos relacionados com a temática: trabalho, capital, mercado de trabalho, índices de população etc. Essa pesquisa poderá ser feita em órgãos públicos e particulares, visando sempre melhores esclarecimentos da temática. Também iremos utilizar como fonte de pesquisa os estudos já existentes sobre a área da pesquisa e sobre o contexto gênero x trabalho. Ainda será feita nesta fase da pesquisa análise dos resultados parciais e produtos finais das atividades de pesquisa e extensão e documentos técnicos. Esta etapa da pesquisa permitirá uma observação mais direta da real situação dos problemas e vantagens que cercam as mulheres em seus locais de trabalho essa observação se dará da seguinte forma: serão aplicados questionários junto as trabalhadoras das empresas mineradoras, a fim de obter respostas que nos auxilie na catalogação dos dados relacionados com os problemas e vantagens que as mesmas enfrentam em seus locais de trabalho. Será feito também trabalhos a campo (empresas) a fim de observar como são os locais de trabalho, equipamentos, transporte, alimentação, oferecidos as trabalhadoras, após esta etapa e o registro dos dados colhidos nesta etapa seguirá imediatamente a etapa seguinte. Nesta etapa da pesquisa será fundamental a utilização de um mapa pré-elaborado que possa nos permitir uma localização das áreas de pesquisa, a construção de gráficos que permitirá perceber as transformações ocorridas no mercado de trabalho e o perfil das trabalhadoras nos últimos anos. Será feita também nesta etapa uma breve revisão bibliográfica para que se possa interpretar e sistematizar os dados obtidos a campo, assegurando a redação preliminar da Dissertação. O que se pode vislumbrar é que o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho é um processo lento pois além de enfrentarem os problemas de âmbito econômico as mulheres ainda enfrentam os de âmbito social. É diante deste contexto que se fundamenta a pesquisa, que visa ter uma leitura desses problemas, na cidade de Catalão, mais especificamente nas empresas mineradoras instaladas neste município.

2032

FEMINIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: AS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA EM RIO GRANDE (RS).

Cardoso, Adriana^{1(*)}; Veleda da Silva, Susana Maria¹

¹ - Universidade Federal do Rio Grande | (*) Brasil

Resumen:

Esta pesquisa trata de questões de gênero, feminismo e de trabalho, buscando uma articulação teórica entre os estudos feministas e a pesquisa empírica, problematizando as questões da emancipação feminina a partir da qualificação e do trabalho. O objetivo principal da pesquisa é analisar a situação das mulheres consideradas chefes de família com filhos que estão estudando na cidade do Rio Grande/RS na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em relação ao empoderamento (*empowerment*). Esse conceito começa a ser utilizado pelos movimentos feministas por volta dos anos setenta e a principal contribuição é a importância da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais, contribuindo para a não subordinação da mulher. A justificativa desta pesquisa tem como base os indicadores sociais que apontam para um aumento significativo de famílias chefiadas por mulheres. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define como chefe de família (ou pessoa de referência) a pessoa reconhecida como a maior autoridade dentro de um grupo familiar. No mundo entre 80 e 90% das famílias pobres tinham como chefe uma mulher e no Brasil em 1991, 18,1% dos chefes de família eram mulheres, o percentual passou para 24,9% em 2000. Nestes novos arranjos familiares observamos desigualdades que ocorrem principalmente quando as mulheres assumem a chefia da família, evidenciando condições de pobreza. Em Rio Grande, as mulheres que eram responsáveis por 30% dos domicílios possuíam entre um e quatro anos de estudo (59%) e a renda média não atingia a dois salários mínimos (IBGE, 2000). A relação das mulheres chefes de família, trabalho e escolarização representa, também, uma demanda econômica crescente para que as mulheres se incorporem ao mercado de trabalho e para isso é necessário qualificação. Sendo assim, ocorre uma crescente busca pela educação formal, principalmente, na modalidade da EJA que pressupõe o interesse por um processo educativo básico mais dinâmico. Este contexto indica a necessidade de problematizar a condição dos sujeitos pesquisados e examinar possíveis fatores e efeitos de empoderamento através da educação pela modalidade da EJA e do trabalho, considerando as relações de gênero como constituintes das relações sociais. O gênero dá ênfase ao ser cultural, social e subjetivo, um ser heterogêneo que faz escolhas e reage conforme as circunstâncias que o mundo apresenta. O entendimento do conceito de gênero como elemento constitutivo das relações sociais é central para a teoria feminista contemporânea. Considerando as relações de poder que se estabelecem na divisão sexual do trabalho, em uma perspectiva de gênero optamos por desconstruir à idéia de desigualdades baseadas no sexo, e enfatizamos a busca por equidade entre homens e



mujeres, rompiendo con las barreras de un mundo sexista para la conquista del derecho al trabajo y a la ciudadanía. Las mujeres al no insertarse en el mercado de trabajo no alcanzan condiciones reales de igualdad. Desempleo, menores salarios, ocupaciones de bajo *status* y jornada dupla de trabajo son algunas de las causas y consecuencias de esta inserción. Partimos de la idea que esas mujeres no vivenciarán ciertas trocas sociales y la importancia del lugar-escuela está en el convívio y en el rescate de la auto-estima y del empoderamiento. Este proceso de escolarización oportuniza a esas mujeres jefe de familia la posibilidad de alcanzar un mejor empleo, cursar la universidad o curso técnico e principalmente estar en un lugar de trocas sociales, esos factores son importantes para arte de empoderar-se, pues no ocurre linealmente, mas de modo complejo, porque es un proceso dinámico y ocurre en todas las esferas en que los sujetos pesquisados circulan. A metodología opeo con un estudio teórico conceitual y tomamos como principales referencias los trabajos de Perrot (2007), Scott (1990), Galeazi (2001), Mendes (2002), Nogueira (2006) e Sommer (2006). Estos trabajos influyen y guían a la investigación, también buscamos en los bancos de datos como el IBGE e no Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG) informaciones sobre o contexto empírico da pesquisa. Utilizamos un questionário fechado como instrumento de coleta de dados e, após a análise desse questionário, os sujeitos da pesquisa se concretizaram e participaram voluntariamente de uma entrevista em profundidade. Apontamos como pauta para discussão dos resultados: a) trabalho formal remunerado e qualificação; b) a EJA como lugar de empoderamento; c) a construção da identidade a partir do conceito chefe de família; d) a chefia da família e a dupla jornada de trabalho. Este estudo pretende contribuir para fortalecer uma cultura de emancipação e empoderamento, pois se propõe a fazer uma reflexão sobre a relação da divisão sexual do trabalho, educação formal e as mulheres chefe de família com filhos. Acreditamos que o movimento feminista contribuiu e contribui com o contexto das mulheres chefe de família, mas há muito que mudar principalmente no que se refere à divisão sexual do trabalho já que esta pressupõe uma relação de poder entre homens e mulheres. A condição feminina está mudando as relações patriarcais, mas ainda há muitos preconceitos a serem superados. Ser mulher e chefe de família não deveria ser um problema, mas uma outra possibilidade de viver. Apontamos para a necessidade de políticas públicas que levem em conta estes novos arranjos familiares.

2042

"TERRITORIO Y EXCLUSIÓN SOCIAL. A PARTIR DEL ESTUDIO DE CASO DE LA MATERNIDAD ADOLESCENTE EN LOMAS DE ZAMORA"

Coronel, Liliana^{1(*)}

1 - UNICEN. Bs. As. | (*) Argentina

Resumen:

Hoy el territorio se convierte en una dimensión fundamental para comprender la estructuración real que lleva a la formación socio-espacial, es la vía fundamental para poder revelar y comprender las contradicciones originadas por los procesos que rigen al mundo actual, que lo van a caracterizar como móvil, transformable y desequilibrado. La actividad espacial es desigual considerando los diferentes lugares, donde la organización del territorio y por lo tanto la territorialidad, originan una geografía del poder que se identifica por la desigualdad, la tensión, el conflicto y la fragmentación, y es precisamente en los espacios urbanos donde dichas situaciones, determinan en las últimas décadas, realidades cada vez más marcadas de pobreza y exclusión, que originan una fragmentación socioterritorial. Esta realidad espacial, puede ser abordada desde el proceso de exclusión social, desde su visión territorial, ya que el territorio se transforma en un agente activo y esencial para poder interpretar la complejidad y evolución de los procesos de exclusión social, plasmadas fundamentalmente en desigualdades económicas, sociales, culturales y políticas, entre otras. En toda sociedad, existen grupos con mayor riesgo de vulnerabilidad frente a este proceso, que no sólo se limita a las carencias materiales, sino también a la pérdida de vínculos sociales, culturales y políticos. Son las madres adolescentes, uno de estos grupos. La maternidad adolescente presenta una diferenciación territorial, la misma responde a las desigualdades económicas, sociales y culturales, que se plantean desde los diferentes espacios geográficos, como producto de que hombres y mujeres encuadran los mismos a través de su comportamiento, comprobando así que el cruce de diferentes factores como lo son el territorio, potenciado en este caso con el género y la pobreza, son causales de la exclusión sociocultural y territorial, de este grupo. El presente trabajo tiene como objetivo analizar como el proceso de fragmentación territorial, refuerza la exclusión social de las madres adolescentes en la zona periférica del partido de Lomas de Zamora. El abordaje metodológico del mismo se hará a través de la triangulación, complementando así técnicas cualitativas y cuantitativas que permitirán enriquecer y contribuir los resultados finales de este trabajo. La aplicación de técnicas cualitativas permitirá el acercamiento en este caso a madres adolescentes y referentes sociales de los barrios seleccionados para la investigación. El análisis cuantitativo se realizará a través del tratamiento de datos censales oficiales del último Censo Nacional de Población y vivienda (2001). Los mismos se trabajarán a través de la representación cartográfica y gráfica de algunas variables claves, donde su cruzamiento permitirá observar la fragmentación socioterritorial que se evidencia dentro del partido de Lomas de Zamora. Dicho trabajo tiene como conclusión más importante comprobar como el territorio del partido de Lomas de Zamora se fragmenta respondiendo a su diferenciación histórica y a su inscripción distintiva en las lógicas globales, fragmentación contrapuesta entre componentes territoriales integrados-dinámicos y desintegrados-estáticos y que dichas diferencias territoriales influyen directamente en la construcción del género, evidenciando como las madres adolescentes de barrios periféricos se transforman en uno de los grupos más vulnerables, ya que son ellas, las que ven acentuada su calidad de excluidas como producto de estar inmersa en la producción social de este espacio que llevó a la actual fragmentación socioterritorial local.

12:00 a 13:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2049

ESPACIALIDAD Y DIMENSIONALIDAD CUANTITATIVA: VINCULACIONES EN EL MARCO DE UNA EPISTEMOLOGÍA AMPLIADA

da Costa Pereira, Néida^{1(*)}; Martínez, Jorge¹

1 - División Geografía, Departamento de Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Luján | (*) Argentina

Resumen:

El concepto de espacialidad viene siendo discutido por un equipo, realizador de tareas de investigación, docencia, extensión y vinculación técnico-política, que tiene una permanencia de veinte años.[1] En ese lapso se ha debatido con diferentes entusiasmos y humores sobre filosofías de base, teorías, metodologías, instrumentales técnicos y mediciones derivadas. El objetivo de guía ha tenido y tiene directa relación con la necesidad de identificar prácticas sociales, tácticas políticas e intervenciones tecno-científicas, que configuran la condición espacial para perfilar estrategias de gestión territorial. La dimensionalidad como manifestación de decisiones, configura otro eje de discusión y reflexión. Si se acepta que la validez que da crédito al conocimiento supone selección de magnitudes del indicador de referencia, en cuanto a relevancia, especificidad, sensibilidad y contextos; es menester entonces, retomar la antiquísima pero vigente discusión sobre la significación de la cuantificación y de los números que los definen como cosas y como formas. La discusión conlleva como requisito de partida un nuevo punto de vista procedimental que intenta contener una multiplicidad de espacios, de criterios y de principios. Este punto de vista reafirma la importancia del espacio y de la armonía de tres aspectos fundamentales de su ser: lo territorial, lo social y lo histórico. Implica también reconocer que lo que se cree verdadero es solo un acontecimiento de finitud imprecisa, incierta, que requiere de la tenacidad intuitiva, de la capacidad de razonamiento, de la experiencia y de la reflexión. La lógica espacial, en este contexto de pensamiento, se sostiene desde argumentos modales (que admiten desde lo estrictamente metodológico los diferentes mundos posibles) y divergentes (que habilitan para la incorporación de saberes paralelos). El pensamiento y razonamiento que sustentan el conocimiento ya no son exclusivamente axiomáticos o de deducción natural, no alude a representaciones precisas y rigurosas. Los métodos aplicados para reflexionar sobre espacio y espacialidad, dimensión y dimensionalidad incorporan lo temporal, epistémico y deóntico de la lógica modal como lógica extendida[2]; y, lo intuitivo, lo polivalente, trivalente o borroso de la lógica divergente. La aplicación de estas lógicas amplía el camino procedimental y le otorga validez desde un aval al concepto de razonamiento revocable. Ahora bien, recorrer este camino de indagación no produce el sosiego por el ajuste a la norma, a lo que está establecido por autoridad científica, y entonces ampara. Pero, como lo establecido no siempre garantiza la validez y la confiabilidad del conocimiento construido, es importante considerar valores otorgados por el conjunto de la sociedad y no sólo los establecidos por la comunidad de pares científicos. Lo que se escribe aquí se enmarca en el respeto por la



norma científica y señala ligazón pero no atadura. Busca reparo en una epistemología ampliada, orientando el análisis del espacio desde una mirada filosófica. Es decir, se trabaja desde el análisis, la deconstrucción y la elaboración consecuente de conceptos propios de una filosofía de la ciencia y la cultura que, como tal se preocupa del núcleo duro de la ciencia, pero sin aislarlo del entretejido de fuerzas en el que se produce y desarrolla[3] La práctica científica surgida desde estos supuestos de epistemología ampliada, refleja una tarea de investigación-acción que combina los conocimientos científicos con los saberes de la gente. Si bien el transcurso de dicha tarea puede incorporarse una etapa hipotético deductiva, lo que marca la diferencia con el modo tradicional de construir conocimientos es la forma de establecer dimensiones y definir procedimientos para atribuir las variables. Las dimensiones no se fijan desde la impronta exclusiva del investigador sino que se acopla el saber de todos los usuarios del territorio para establecer los niveles de cuantificación. Así, la validez de la información que construye el conocimiento se extiende. Desde el marco señalado, se dará cuenta en esta ponencia de un trabajo de medición y cuantificación de variables que configuran problemáticas territoriales en partidos del área de influencia de la Universidad Nacional de Luján. Se hará visible en esta ocasión el procedimiento concreto para el reconocimiento de espacialidades desde dimensionalidades cuantitativas ampliadas. [1] El equipo lleva adelante en la actualidad el Proyecto: Investigación y desarrollo territorial: dimensiones de la relación entre intereses científicos y demandas locales en el área de influencia de la Universidad Nacional de Luján. Es responsable además del área de Teoría y Metodología de la Geografía y tiene a cargo las asignaturas: Introducción a la Investigación Ambiental, Teoría y Método de la Geografía. Técnicas Cuantitativas en Geografía, Técnicas Cualitativas de Investigación y Análisis Espacial de las carreras Prof. en Geografía, Lic. en Geografía y Lic en Información Ambiental del Departamento de Ciencias Sociales de la UNLu. [2] A través de estas estructuras podemos representar además, no sólo el conocimiento particular de cada actor, sino también el conocimiento de grupo, común o distribuido de un determinado grupo de actores que pertenecen al conjunto de actores que han sido asociados al modelo espacial sobre el que se trabaja. Los primeros trabajos sobre razonamiento acerca del conocimiento fueron escritos por von Wright (1951), pero fue J.Hintikka (1962) quien puso de manifiesto por primera vez la relevancia de lógicas diferenciadas. Sin duda estas dos aportaciones, junto con las de Kripke han constituido una fuente de referencia para los trabajos posteriores sobre lógica modal epistémica. Pero debemos recordar también a Lewis (1969), un autor en el que otros como Halpern y Moses (1990) vieron un precedente de su desarrollo formal sobre la noción de conocimiento común y conocimiento distribuido. Todas estas cuestiones han sido recogidas en trabajos más recientes como R.Fagin, J.Y.Halpern, Y.Moses, M.Y.Vardi (1995) y Huth, M., Ryan, M. (2000). [3] Diaz E, Entre la tecnociencia y el deseo. La construcción de una epistemología ampliada, Buenos Aires Biblos, (2007: 24)

2052

LA MANIFESTACIÓN ESPACIAL DE LA VIOLENCIA FEMINICIDA EN MÉXICO 2000- 2006

Damián Bernal, Angélica Lucía ^(*)

† - UNAM | (*) México

Resumen:

OBJETIVOS Analizar desde la geografía feminista el problema de la violencia feminicida en México, la temporalidad corresponde del año 2000 al 2006. Abordar el problema de la violencia feminicida en las distintas escalas y la importancia del el espacio geográfico en relación con el problema. **MÉTODOS Y TÉCNICAS** La metodología utilizada en esta investigación es la de la geografía feminista que tiene como objeto de estudio al espacio geográfico y como sujetas de estudio a las mujeres, desde esta disciplina se analiza los problemas que afectan a la sociedad, los cuales se delimitan en el espacio-tiempo, en este caso corresponde a la violencia feminicida en los distintos espacios y en las distintas escalas en México, la temporalidad va del año 2000 al 2006. El espacio geográfico entendido como una construcción social tiene elementos políticos, culturales, jurídicos y económicos que propician, o no, el problema de la violencia feminicida. La violencia feminicida es definida como: "la forma extrema de violencia de género contra las mujeres, producto de la violación de sus derechos humanos en los ámbitos público y privado está conformado por el conjunto de conductas misóginas, maltrato y violencia física, psicológica, sexual, educativa, laboral, económica, patrimonial, familiar, comunitaria, institucional, que conllevan impunidad social y del Estado y, al colocar a las mujeres en riesgo de indefensión pueden culminar en el homicidio o su tentativa, y en otras formas de muerte violenta de las niñas y las mujeres: accidentales, suicidios y muertes evitables derivadas de, la inseguridad, la desatención, y la exclusión del desarrollo y la democracia (Comisión Especial del Femicidio, 2006). Esta investigación utiliza estadísticas y cartografía sobre la violencia feminicida en México, con base en éstas se puede saber qué espacios ocupan los primeros lugares en las tasas de homicidios contra mujeres. **CONCLUSIONES** La violencia feminicida ocurre en la escala mundial, nacional, estatal y municipal, tanto en el espacio privado como en el público. En la escala nacional En México la violencia contra las mujeres es un grave problema, las estadísticas mencionan que "en México más de seis mil niñas y mujeres fueron asesinadas de 1999 al 2005, en promedio murieron 4 mujeres diario (Comisión Especial del Femicidio, 2006). En la escala Estatal Las entidades que presentan las tasas más altas de homicidios contra las mujeres a través del tiempo, desde el año 1980 son el Estado de México, Oaxaca, Guerrero y Chihuahua. En 2004 Nayarit obtuvo el primer lugar por su tasa de homicidios.

En la escala municipal

Es importante analizar y señalar que los homicidios en contra de las mujeres no se comportan homogéneamente en el espacio, al delimitar el problema en la escala municipal, hay que destacar que Ciudad Juárez, municipio de Chihuahua, caracterizado por ser un espacio feminicida, no es el municipio con la tasa más alta de homicidios contra mujeres, en la entidad de Chihuahua del año 2000 al 2004 los municipios que obtuvieron la tasa más alta fueron: Nuevo Casas Grandes, Guachochi y Batopilas (Comisión Especial del Femicidio, en Chihuahua, 2006). En ese mismo periodo hay algunos municipios del Estado de México con tasas más altas como son Naucalpan, Toluca y Chimalhuacán (Comisión Especial del Femicidio en el Estado de México). Los Actores sociales entorno a la violencia feminicida

En México hay actores sociales que están involucrados en el problema de la violencia feminicida, por ejemplo el conjunto de las instituciones por parte del Estado, quienes al abordar el problema lo hacen de manera ineficaz, pues los homicidios de mujeres a través del tiempo continúan, lo que responde a una falta de prevención e intervención eficiente y expedita por parte del Estado, el cual en ocasiones se mantiene al margen, siendo que éste el es responsable de resolver el problema. Por otra parte se encuentra el movimiento de mujeres feminista que ha visibilizado y protestado por la violencia contra las mujeres, y ha llevado el tema a la agenda gubernamental a nivel internacional, nacional y estatal, ha hecho propuestas legislativas para abordar, solucionar y erradicar el problema. Elementos del Espacio

Uno de los elementos espaciales es el jurídico, el cual es un factor clave para el abordaje de la violencia feminicida, el planteamiento que hay que hacerse es ¿si hay una Legislación que tome en cuenta y que aborde la violencia contra las mujeres? y si la hay, ¿si lo hace desde una perspectiva de género? o ¿desde una perspectiva patriarcal? En el caso de que la haya ¿cómo se aplica? o ¿no se aplica? El Cómo se aplique la ley es determinante en la solución o no del problema, por ejemplo si están o no tipificados los delitos que atentan contra la vida y la libertad de las mujeres y cómo están desarrollados en los Códigos Penales.

El elemento político

El poder patriarcal está inmerso en la violencia feminicida, la respalda, la silencia, la encubre, la ignora o la subestima tanto a nivel institucional como en la sociedad. O por otro lado, al ser reconocido y valorado como un gran problema debe analizarse que propuestas hay para abordar y solucionarlo ¿si existen políticas públicas en materia de violencia de género contra las mujeres? ¿Cómo se aplican?, ¿Qué resultados tienen? ¿Se aplica con base en la ley? ¿Qué instituciones hay y cómo abordan el problema? Elemento cultural e ideológico

Es necesario mencionar que la violencia contra las mujeres responde a una cultura patriarcal y misógina, a las mujeres se les discrimina, se les agrede y se les asesina por el simple hecho de ser mujeres, la violencia feminicida va más allá de las clases sociales pues las mujeres de distintos estratos sociales son maltratadas así como también las de distintas edades, distintas ocupaciones, estado civil, grupos étnicos y distintas latitudes.



14:30 a 15:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2104

MUERTES VIOLENTAS EN LA CIUDAD DE TANDIL, ¿UN PROBLEMA TERRITORIAL DE GÉNERO?

MARIA MAGDALENA, LOPEZ PONS,^{1(*)}; Diana, Lan¹

¹ - Centro de Investigaciones Geográficas (CIG), Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA) | (*) Argentina

Resumen:

MUERTES VIOLENTAS EN LA CIUDAD DE TANDIL, ¿UN PROBLEMA TERRITORIAL DE GÉNERO? LOPEZ PONS, MARIA MAGDALENA [1] LAN, DIANA [2] Los problemas de salud en el territorio han sido abordados desde múltiples perspectivas desde la geografía y entre ellos los problemas territoriales de la mortalidad han obviado en gran parte de sus estudios las múltiples problemáticas de género producidas. La mortalidad femenina y masculina ha sido comparada por ocurrencia de causas y edad donde se detecta el envejecimiento de la población y cambios de comportamiento de la mortalidad. Se propone una primera aproximación del análisis territorial de la mortalidad según sexo en la ciudad de Tandil, para posteriormente abordar las problemáticas propias de la mortalidad por causas violentas desde donde se pretende detectar problemas de género implícitos en el territorio, así como identificar las construcciones socioculturales de género y las fragmentaciones territoriales producidas. El espacio geográfico es donde se materializan estas realidades, y desde donde pretende explicarlas la geografía. Por estas razones consideramos, como base de esta investigación, al espacio geográfico como el producto de un proceso socio histórico en el territorio. El enfoque de género se abordará como una construcción histórica, social y cultural de lo que es ser mujer y de lo que es ser un hombre en una sociedad determinada, en contraposición a sexo, referido a las diferencias biológicas. Así mismo, intentaremos identificar la transversabilidad implícita de esta problemática a todos los sectores de la sociedad; así como los obstáculos metodológicos surgidos de las estadísticas oficiales. Se procederá a una exhaustiva recopilación y análisis de estudios de mortalidad, territorio y violencia familiar a nivel nacional, regional y local, de material periodístico en diarios locales y nacionales; para aproximarnos al proceso histórico y social de la problemática en nuestra ciudad. Los datos de mortalidad de esta ciudad intermedia se relevaron para el periodo 2001-2005 en los registros civiles, obteniendo una base de datos de aproximadamente 5000 defunciones. Las mismas fueron clasificadas por causa de mortalidad según el CIE 10 "Clasificación Internacional de enfermedades", esta generalización fue necesaria debido a las variadas formas de declaración de las causas en las partidas de defunción, y requirió de múltiples entrevistas con profesionales de la salud que corrigieran nuestra clasificación. En el actual periodo técnico- científico e informacional, la mortalidad en la ciudad de Tandil presentan un predominio de población mayor de 60 años mayormente femenina, con causas de mortalidad debidas a problemas circulatorios, respiratorios y de tumores, lo que correspondería a etapas avanzadas de la transición sanitaria. Sin embargo, entre las principales causas de muerte se encuentran las muertes violentas con un comportamiento diferencial al presentado en las restantes causas. La violencia familiar, un problema de género, se encuentra inmersa en esta realidad. [1] Profesora de Geografía. Becaria Comisión de Investigaciones Científicas (CIC) Centro de Investigaciones Geográficas (CIG) Facultad de Ciencias Humanas. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA) E-mail: magdalenalp@fch.unicen.edu.ar [2] Profesora Titular. Centro de Investigaciones Geográficas (CIG), Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA) E-mail: dlan@fch.unicen.edu.ar

2109

TRABALHO DOMÉSTICO E A DOMICÍLIO: ESPAÇOS PRODUTIVOS?

Mattos, Regina^{1(*)}

¹ - PUC-Rio | (*) Brasil

Resumen:

ESPAÇOS PRODUTIVOS E TRABALHO FEMININO

A América Latina tem participado, nos últimos anos, das transformações estruturais que vêm ocorrendo no capitalismo contemporâneo. A intensificação das mudanças tecnológicas nos processos produtivos e de gestão impõe uma redefinição de habilidades e saberes que têm acentuado as desigualdades sociais já existentes. Expande-se cada vez mais em nosso país um consenso sobre a crescente necessidade da aquisição de competências como filtro para a participação no competitivo mercado de trabalho. Pergunta-se, qual mercado de trabalho? Mercado de trabalho para quem? Se as mudanças ocorridas demandam novos domínios técnico-científicos, é fato que nem todos adquirem essas racionalidades diferenciadoras. O movimento homogeneizador/diferenciador do capital promove desiguais desenvolvimentos espaciais, portanto, nas práticas que o constituem, favorecendo uma multiescalaridade de ações que penalizam fortemente grande parte da massa de indivíduos que, como força de trabalho, só o seu trabalho tem a oferecer. Paralelamente aos espaços constituídos por vigorosos sistemas técnicos, como aqueles geradores de "inovações", entendidas como resultados de pesquisa científica e tecnológica, outros são configurados por trabalho intensivo através de longas jornadas e precárias condições de reprodução das relações de produção. Nos últimos anos, o mercado de trabalho brasileiro tem sido modificado pelo aumento da participação do trabalho feminino, seja pela crescente emancipação das mulheres de seus tradicionais papéis sociais, seja para garantir, agora fora da "casa", uma dessas atribuições: repartir a responsabilidade do sustento da família ou ser a sua principal provedora. Cada vez é mais reconhecida a importante presença da mulher em todos os setores da sociedade, ocupando cargos e exercendo funções até bem pouco tempo quase que totalmente dominados pelo trabalho masculino. A divisão sexual do trabalho não decorre de um destino biológico, mas, sim, de construções sociais historicamente datadas. O complexo processo de reestruturação produtiva em busca de novas racionalidades que aproximem o binômio qualidade/productividade tem propiciado o crescimento de externalidades, como a terceirização, que tem gerado múltiplos postos de trabalho nem sempre com garantia de simples reposição das condições necessárias da força de trabalho para sobreviver. O engajamento de inúmeras funções nas empresas, a gradativa informatização da estrutura empresarial e a demanda por novos saberes e habilidades, colocam no mercado um número crescente de desempregados, ficando na base da pirâmide, um conjunto imenso de desprovidos de múltiplas condições sociais dentre os quais, o trabalho feminino. Carregando historicamente o peso de subalterna representação, a mulher vê-se obrigada a recorrer à expediente de baixa qualificação e remuneração, com expressiva presença de relações de informalidade. Ao mesmo tempo, tal processo de reestruturação tem promovido, também, espaços produtivos majoritariamente constituídos por trabalho feminino executado em seus próprios lares, conjugando, através do trabalho em domicílio, o espaço da reprodução, a casa, com o espaço da produção de mercadorias. Nosso objetivo é fazer uma breve reflexão sobre o profundo distanciamento da pesquisa geográfica em relação às questões derivadas da divisão sexual do trabalho ou das relações de gênero. São poucos os esforços desenvolvidos no sentido de tornar as relações de gênero uma categoria analítica reveladora das transformações sócioespaciais. Seja através de temáticas mais gerais, focadas ou locais, a Geografia tem por tradição pesquisar um "sujeito neutro", mas na maior parte das vezes, é sempre precedido pelo artigo masculino "o". Nosso propósito é não só despertar o interesse assim como levantar questões que mais expressem nossas angústias diante desse desafio. Como nosso campo de pesquisa está voltado para análise de espaços produtivos, apresentamos reflexões sobre o trabalho doméstico e a domicílio como pilares organizadores tanto do espaço da reprodução familiar como do espaço do capital, o que sugere a articulação entre as categorias espaço e lugar. Acreditamos contribuir para o necessário e permanente debate teórico-metodológico, na medida em que o trabalho feminino no interior do lar poucas vezes tem sido reconhecido como, também, um importante agente produtor tanto do espaço como do e no lugar. Nossa análise se apóia nas categorias trabalho, espaço e lugar através de pesquisa bibliográfica.



3312

QUEM É A PROSTITUTA?. PROSTITUIÇÃO, PRECONCEITO E EDUCAÇÃO NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP - BRASIL

Meira Costa, Moisés^{1(*)}; Mazucheli, Claudemir¹; Pafunda, Rosana Akemi²; Gonçalves, Gabriel Alexandre¹

¹ - UNESP - Universidade Estadual Paulista "Faculdade de Ciências e Tecnologia" | (*) Brasil

² - UNESP - Universidade Estadual Paulista "Faculdade de Ciências e Tecnologia"

Resumen:

Este trabalho é parte das discussões e reflexões realizadas no interior do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas em parceria com as disciplinas Prática de Ensino III e IV.

Busca-se o entendimento sobre as diversas expressões nas quais a sociedade estabelece seus códigos de comunicação e de linguagens passíveis de leituras espaciais que não foram, contudo, adequadamente focadas até o momento pela ciência geográfica, tendo o estudo do fenômeno da prostituição, seu objeto.

Tais discussões deram subsídios teóricos metodológicos tanto para a produção de um vídeo-documentário como para sua instrumentalização em sala de aula, no intuito de introduzir transversalmente e interdisciplinarmente a problemática da prostituição. Sem perder de vista os pressupostos geográficos presentes nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) do Ministério da Educação, mergulhamos nesse mar de contradições e questionamentos propondo, ainda, ir além das discussões teóricas, a fim de buscar novas formas de abordagens para o segmento educacional. Ou seja, a problemática materializada na produção de um vídeo-documentário.

Ao trazer para dentro da sala de aula a questão da prostituição no contexto espacial do aluno, da sua própria cidade, percebemos as possibilidades de contribuir para a compreensão dos fenômenos e a formulação dos conceitos, que poderão estar associadas à práxis social e conseqüentemente a um reordenamento das relações sociais. Todo esse processo supostamente irá convergir para uma possível superação da intolerância e da violência, principalmente contra os profissionais do sexo, além de abrir outras discussões nesse âmbito, tais como a homossexualidade, a transexualidade, o preconceito e a exclusão social.

Nesse sentido, apropriaremos principalmente dos conhecimentos sociológicos, geográficos e cinematográficos na tentativa de desvendar esse meandro social.

A escolha pela produção de um vídeo-documentário como método de trabalho não ocorreu por acaso. Marilena Chauí salienta que a câmera tem o poder de captar uma sociedade complexa, múltipla e diferenciada, combinando de maneira totalmente nova, música, dança, literatura, escultura, pintura, arquitetura e história.

Segundo a filósofa, a linguagem imagética teria o poder extraordinário, próprio da obra de arte, de tornar presente o ausente, próximo o distante, distante o próximo, entrecruzando realidade e irrealidade, verdade e fantasia, reflexão e devaneio.

Convém lembrar que no imaginário dos educandos "assistir um filme" significa descanso das aulas. Assim, o educador deverá aproveitar positivamente essas expectativas e direcionar suas observações e objetivos previamente propostos para melhor apreensão do tema tratado. O vídeo-documentário quando ministrado como instrumento pedagógico estimularia a maior participação e o interesse por parte dos educandos, pois a linguagem imagética está ligada a um contexto de lazer e de entretenimento.

Uma questão poderá surgir nesse contexto. Por que elaborar um vídeo-documentário sobre prostituição na cidade de Presidente Prudente se já existem tantos filmes ou mesmo documentários que trabalham com a questão? O objetivo aqui proposto visa o educando identificar-se com os símbolos e signos presentes no vídeo, não ocorrendo estranhamento principalmente em relação aos locais filmados.

Acreditamos que o material consubstanciado na realidade concreta e no contexto espacial do educando tende a cumprir os objetivos propostos, pois a construção de um plano de aula associado à apresentação de um vídeo-documentário, elaborado no contexto social do educando, possibilita um maior entendimento da complexidade social em que o mesmo está inserido e conseqüentemente identificá-lo com os símbolos e signos presentes.

Esses objetivos são mais facilmente alcançados quando o educador tem a possibilidade de criar seu próprio vídeo-documentário, pois ao levantar os problemas vivenciados pelos educandos e transformando-os em uma linguagem audiovisual, permitem aos mesmos um melhor entendimento da realidade, além de lançar questionamentos sobre as "verdades" difundidas pelos meios de comunicação e sua unicidade de pensamento.

A compreensão dos conceitos e categorias da Geografia é de fundamental importância para os educandos, principalmente na fase do Ensino Médio, pois é nessa etapa que estarão se inserindo ativamente no complexo processo de leitura, transformação e produção do espaço social. Dessa forma, o educador aparece no procedimento de ensino como o mediador entre os conhecimentos sensíveis apreendidos pelos educandos nas relações socioespaciais e as teorias já construídas. Essa mediação deve exercitar a transformação da superficialidade fenomênica do conhecimento sensível em um salto de consciência: a materialização dos conceitos.

Portanto, o processo educacional proporcionará ao educando o abandono das explicações dos fenômenos somente pelos aspectos exteriores e isolados, pois ao aprofundar suas reflexões enquanto um sujeito social consciente da diversidade de elementos presentes no espaço ao qual pertence, poderá se posicionar despido de estereótipos frente à lógica desta territorialidade prenhe de preconceitos e desconhecimentos.

15:30 a 16:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2132

PROSTITUIÇÃO TRAVESTI E PRÁTICAS TERRITORIAIS NO SUL DO BRASIL

Ornat, Marcio^{1(*)}

¹ - Universidade Federal do Rio de Janeiro | (*) Brasil

Resumen:

Esta reflexão busca compreender a relação entre os territórios intra-urbanos da prostituição travesti e a instituição de uma rede geográfica da prostituição travesti no Brasil meridional, dando continuidade às pesquisas relacionadas à problemática espaço-gênero-sexualidade, iniciadas no ano de 2006, através do Grupo de Estudos Territoriais GETE/UEPG (Grupo de Estudos Territoriais / Universidade Estadual de Ponta Grossa - Paraná - Brasil). Nossas inquietações surgiram após dois anos de convivência com o grupo das travestis que retiram seu sustento da atividade da prostituição na cidade de Ponta Grossa - Paraná - Brasil. Nossa primeira afirmação indicou que o território intra-urbano é um elemento fundante da identidade travesti, o que possibilitou a ultrapassagem do tratamento do território enquanto um mero receptáculo das práticas sociais. Contudo, a paulatina legitimação do saber científico do grupo de pesquisadores junto ao grupo levou ao estabelecimento de novas questões que eram centrais em seus discursos, pois há entre elas uma busca de conquistas territoriais cada vez mais amplas. Entretanto, apenas algumas delas alçam relações que extrapolam aquelas contidas no território intra-urbano, realizando fluxos através de amplas redes geográficas que conectam territórios de diversas escalas. As redes geográficas que possibilitam as conexões são constituídas de elementos próprios da identidade do grupo de travestis. Como existe um conjunto de normas relacionadas aos territórios, isto também seria visível a outras dimensões escalares. O respeito a estas normas resultariam em benefícios, materiais e simbólicos, de acesso ou não acesso às redes. A arte da convivência espacial, em qualquer dimensão territorial, é concretizada devido aos laços de proximidade e repetição de práticas culturais. A partir das entrevistas realizadas com o grupo de travestis que retiram seu sustento da atividade da prostituição em Ponta Grossa-Paraná-Brasil, conseguimos detectar a existência de duas escalas territoriais da prostituição travesti, e não apenas uma medida de fenômeno relacionada ao intra-urbano. Do total de travestis pesquisadas, 25% não haviam trabalhado na prostituição em outro local a não ser em Ponta Grossa-Paraná-Brasil. Os outros 75% haviam trabalhado, antes de vir para Ponta Grossa, nos Estados de São Paulo (cidades de São Paulo, Campinas, Santos), Paraná (cidades de Guarapuava, Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Paranaguá, Palmas), Santa Catarina (cidades de São Bento do Sul, Camboriú, Joinville) e Mato Grosso do Sul (cidade de Campo Grande), sendo que a média de tempo de residência das travestis em Ponta Grossa é de dez anos. Mas o elemento que mais chamou a atenção foi a declaração, feitas por algumas travestis, da utilização de um período do ano para viagens, permanecendo as travestis durante um período nas cidades acima citadas. De forma cíclica ou em períodos consideráveis as travestis vivenciam diversos territórios intra-urbanos, ou diversas escalas territoriais, uma relacionada a um território contínuo, o território intra-urbano, e outra



relacionada a um território descontínuo, resultado do fluxo das travestis, através da rede geográfica. Este fato é potencialmente um elemento que cria a possibilidade destas travestis saírem do Brasil, entrando em um circuito transnacional. Existem diversas formas das travestis conseguirem acessar e participar do circuito da prostituição transnacional. Uma delas é a cafetinagem (cobrança pela possibilidade de ficar na rua e se prostituir). Uma das entrevistas exploratórias evidenciou que dos dez municípios (São Paulo, Campinas, Guarapuava, Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Camboriú, Joinville, Campo Grande) que eram constituidores da multi-territorialidade desta travesti entrevistada, seis municípios tinham como central uma travesti-cafetina; em dois se tinha uma mulher-cafetina; no restante se tem uma travesti central, mas não com a ocorrência da cafetinagem. Coloca-se como de fundamental importância refletir sobre a forma de estabelecimento das dimensões territoriais da prostituição travesti no Brasil meridional e a natureza destas relações. As travestis envolvidas na atividade da prostituição têm sido sistematicamente relegadas à marginalidade, tanto na Geografia Latino-Americana, como tema de relevância científica, como sócio-espacial, vivendo segregadas e carregando o estigma da culpa de diversos problemas sociais, entre eles a disseminação de doenças e a ocorrência de práticas sexuais que não se conjugam com as práticas que ocorrem na família tradicional. Refletir sobre este fenômeno, amplia as possibilidades do universo conceitual e temático da ciência geográfica, pois como salientado por Denis Cosgrove, a geografia está em toda parte.

2157

A TEORIA NOS ESTUDOS GEOCIÊNCIAS: REFLEXÕES A PARTIR DA ANÁLISE FILOSÓFICA DA CIÊNCIA

Salvi, Rosana Figueiredo^{1(*)}; Batista, Irinéa de Lourdes²

¹ - Universidade Estadual de Londrina/Departamento de Geociências/UDEL | (*) Brasil

² - Universidade estadual de Londrina/Departamento de Física/UDEL

Resumen:

O trabalho aqui apresentado faz parte de um projeto interdisciplinar sobre estudos da Teoria Científica e tem como preocupação central investigar a produção da teoria no âmbito da ciência geográfica e da geociência em geral. Objetivos
A pesquisa busca refletir sobre as seguintes questões: Na conjuntura atual do saber científico em que consiste a teorização no campo do conhecimento geográfico? Como as teorias auxiliam no avanço ou na limitação da ciência geográfica? Existe a teoria geográfica? Em que se constitui? Quais seus fundamentos? Como é possível identificar, estudar e compreender teorias engajadas particularmente com o saber da disciplina? Qual a relação da teoria com a prática na dinâmica do conhecimento geográfico? Qual prática deriva da teoria e vice-versa? Quais elementos constituintes são possíveis de serem apreendidos quando se estuda a teoria em Geografia? Procuramos trazer para o debate essas questões, entendendo que estudos no campo da história e filosofia da ciência propiciam uma compreensão melhor fundamentada dos problemas que envolvem a teorização científica e geográfica. Métodos e Técnicas
Por se tratar de um trabalho de investigação de gabinete, foram estabelecidos os seguintes procedimentos metodológicos para estudo: a) Escolha de uma proposta de entendimento da Teoria da Ciência: no caso em questão estabelecemos os estudos filosóficos de Larry Laudan (1977). b) Escolha de exemplares teóricos da Geografia c) Análise e discussão das teorias à luz dos fundamentos histórico-filosóficos de Laudan. Principais contribuições geográficas
A influência das tendências do pensamento geográfico tão amplamente difundidas que perfazem as grandes bases da geografia foi realizada a partir de importantes fronteiras teóricas entre elas que, no nosso entender, necessitam maior elucidação e o modelo reticulado de racionalidade científica estabelecido por Larry Laudan (1977) pode fornecer elementos importantes dessa compreensão. Os estudos sobre a teoria podem ser facilitados quando nos dispomos a testar os modelos filosóficos que surgem no âmbito da teorização da ciência, mas ao lançarmos mão de tais modelos percebe-se que é também preciso considerá-los a partir da ciência sobre a qual se dá o estudo. Para Laudan (1977) o progresso na ciência pode ser avaliado em função da maior capacidade que uma nova teoria tem de resolver problemas conceituais e empíricos. O novo de sua tese consiste na classificação dos diferentes tipos de problemas científicos que movem a ciência e na graduação de sua importância, relacionando essa classificação e essa graduação às redes conceituais e de linguagem em que se ligam os problemas científicos, de modo que eles possam ser contextualizados. Para ele é importante distinguir os problemas empíricos, ligados a questões sobre os objetos do domínio de investigação de uma ciência, dos problemas conceituais, relativos às dificuldades geradas pelas teorias, internas a elas próprias ou ao relacionamento delas com outras teorias. Ao apontar a estreiteza e demasiada abstração que envolve a noção de teoria como sendo uma grande falha do enfoque tradicional positivista, ele propõe a análise das teorias a partir de duas classes de redes proposicionais, de sentido estrito e amplo, em que teoria tanto pode significar um conjunto de hipóteses que explica e prediz fenômenos, como também pode significar conjuntos de doutrinas ou conjecturas (proposições) gerais. Aquelas teorias mais globais são denominadas de Tradições de Pesquisa (LAUDAN, 1977, p. 73) e se constituem por e encerram teorias específicas. No modelo reticulado de Laudan, a racionalidade científica é governada por três componentes inter-relacionados numa "rede triádica": os objetivos ou metas da ciência; os métodos utilizados para alcançar esses objetivos ou metas e as teorias ou afirmações factuais que resultam da aplicação dos métodos. Também fazem parte desse modelo os valores cognitivos necessários para avaliar se as metas foram alcançadas em termos de afirmações factuais pelos métodos utilizados. A importante alternativa de compreensão na mudança científica dada por esse modelo é que ele possibilita a avaliação epistêmica da Geografia feita por meio de um amplo sistema de crenças factuais, metodológicas e valorativas dependentes uma das outras e das mudanças que sofrem ao longo do tempo. Pode-se mostrar como ocorrem revisões e mudanças racionais nos três níveis da rede de compromissos científicos, ou seja, nas teorias, nas metodologias e nos valores cognitivos.
A relação multifacetada entre teoria, métodos e valores aponta que cada um desses três aspectos da pesquisa científica e geográfica pode afetar a evolução histórica do outro, pertencentes a uma tradição de pesquisa. No caso do desenvolvimento de teorias no campo do conhecimento geográfico há muito para se investigar, porém, deve-se ter o cuidado de não aprisionar a análise num esquema forçoso que dita normas do começo ao fim deste tipo de investigação. Os estudos epistemológicos constituem, eles próprios, um campo crescente e contínuo no qual cada estudioso contribui com sua proposta individual e é por isso que as proposições devem ser tomadas no seu conjunto e no alargamento de seus temas. O estudo da teoria em geografia pode ser dado a partir do enfoque que estabelece como ponto de partida uma definição do que ela vem a ser, de sua natureza, fronteiras e implicações e deve seguir observando o preceito da teoria na sua conjuntura histórica, pois é neste aspecto que se pode falar sobre a sua validade, alcance e força, seja como um conjunto de princípios; seja como um grupo de postulados e leis; seja como modelos explicativos ou mesmo como estrutura doutrinária. A axiomatização também se faz importante, pois ao posicionar as teorias num esquema valorativo é possível discutir os fundamentos dos problemas a serem resolvidos e o seu respectivo conteúdo metodológico. Desta forma, se nos dispomos a aprofundar as considerações a que tais estudos conduzem, um debruçar mais profundo sobre as teorias produzidas e sua conseqüente influência na perpetuação do conhecimento geográfico faz-se necessário.

2160

GEOGRAFÍA Y GÉNERO EN AMÉRICA LATINA

Sabaté Martínez, Ana^{1(*)}; María Silva, Joseli²

¹ - UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID | (*) Spain

² - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumen:

GEOGRAFÍA Y GÉNERO EN AMÉRICA LATINA

Ana Sabaté Martínez y Joseli María Silva

Objetivos

Esta comunicación parte de una pregunta que nos venimos planteando desde hace muchos años: ¿por qué la perspectiva de género es tan poco visible en la geografía de América Latina?. Para buscar algunas respuestas a esta pregunta, los planteamientos de base son los siguientes:

a) Género y ciencias sociales

La perspectiva de género se está considerando ya como imprescindible en las ciencias sociales: en efecto, cualquier ciencia cuyo objetivo sean las personas ha de tener en cuenta, por un lado, que el colectivo "personas" no es uniforme, y que la condición de hombre o mujer es una de las principales categorías de diferencia (por ejemplo, para el acceso al mercado laboral, usos del espacio y del tiempo, tipos de trabajos desarrollados, acceso a los estudios, etc.).



Además, las propias relaciones de género (entendidas como relaciones de poder económico y social entre hombres y mujeres) son una categoría universal (existe en todas las sociedades), aunque ofrece diferencias muy significativas según se trate de contextos urbanos, rurales, tipos de religión, organización de la economía y del trabajo, etc.: *el contexto territorial es decisivo en las relaciones de género.*

b) Estudios de género en América Latina

La ausencia de desarrollo de esta perspectiva en la Geografía contrasta con la centralidad que los estudios de género tienen en muchas otras ciencias sociales en América Latina, destacando de forma muy especial dos hechos: la extraordinaria importancia que los movimientos de mujeres tienen desde hace varias décadas y el vigor del feminismo latinoamericano que, en nuestra opinión, es uno de los más importantes del mundo actual, ya que aúna los planteamientos teóricos, la conexión con los movimientos de base y un profundo compromiso por mejorar la sociedad a través de las relaciones de género.

El desarrollo que está teniendo en organismos como la CEPAL o UNIFEM es sin duda uno de los referentes acerca de los estudios de género en América Latina, puesto que están aportando una extraordinaria riqueza a la incorporación y normalización de los estudios de género, con el objetivo final de erradicar las desigualdades socialmente construidas entre mujeres y hombres.

Temas como la feminización de la pobreza, la creciente proporción de mujeres al frente de los hogares, la emigración exterior, las economías nacionales basadas en el envío de remesas y como ello redibuja todas las relaciones de género en los lugares de origen, la participación de las mujeres en movimientos campesinos (como en el caso del Movimiento de los Sin Tierra) y, muy por encima de todo, los desiguales efectos que sobre mujeres y hombres está produciendo la globalización son algunos de las cuestiones que, a pesar de su inequívoco significado territorial, la Geografía de América Latina apenas está abordando.

Avanzando un paso más, mientras la Geografía no incorpora estos planteamientos, otras ciencias afines sí están planteando la perspectiva territorial en los análisis de género. Algunos ejemplos son la elaboración de Sistemas de Información Geográfica para indicadores de Género (México y Nicaragua), el magnífico proyecto *Ciudades sin violencia, ciudades seguras para las mujeres* (avalado por UNIFEM y la AECID), la importancia de los poderes locales como elementos de democratización desde la base y la participación de las mujeres en estos gobiernos locales, y, con carácter general, la necesaria participación de las mujeres en todos los procesos de desarrollo, en los nuevos modelos económicos y políticos y en las economías globalizadas en general.

c) ¿Por qué la Geografía de América Latina apenas ha incorporado la perspectiva de género?

Esta es la pregunta central de nuestra comunicación, a la cual se pretende dar adecuada respuesta. Como hipótesis de partida se parte de buscar la causa en la *orientación epistemológica* de la geografía latinoamericana (sería lo específico de la región); a ello se puede superponer la pervivencia de estructuras organizativas patriarcales del mundo académico, donde los modos de acceso y promoción, muy masculinizados, no sean proclives a que se incorporen investigaciones de género (realizadas tanto por mujeres como por hombres). Téngase en cuenta que ambas hipótesis no son contradictorias sino que, posiblemente, ambas se refuerzan mutuamente. El ejemplo de lo que ha ocurrido en otros países puede ser un buen marco de referencia, contrastando el buen desarrollo de los estudios de género en la geografía española, frente a su escaso desarrollo en la francesa.

2. Metodología

La respuesta a las dos cuestiones planteadas se esta buscando mediante el análisis de los siguientes recursos: a) revisión de las principales publicaciones científicas periódicas (estudio de autores/autoras, palabras clave, presencia de estudios de género); b) contenidos de los planes de estudio de geografía; c) organización académica de los departamentos y/o facultades de Geografía.

3. Principales resultados

En la fase actual de esta investigación no se han acabado de procesar las fuentes básicas de información mencionadas, por lo cual no queremos aventurarnos a avanzar unos resultados que pueden verse modificados por el análisis total e interpretación de resultados.

Algunos de los resultados que se pueden esbozar son los siguientes: la geografía en América Latina, en general está muy conectada con la tradición de la geografía regional francesa por un lado y con ciencias de la tierra y exactas por otro: ambas bases son poco proclives al desarrollo de geografías basadas en los análisis sociales, culturales y de la diversidad, que es donde se ha comprobado que la semilla del enfoque de género ha fructificado mejor en el conjunto de las ciencias sociales y en distintos países.



Martes 7 de abril

D - 39 - Área 2

08:30 a 09:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2165

O CONCEITO DE CIRCULAÇÃO FACE ÀS TRANSFORMAÇÕES ATUAIS

Silva Junior, Roberto França^{1(*)}

1 - Unicentro (Universidade Estadual do Centro-Oeste-PR) / Unesp (Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente) | (*) Brasil

Resumen:

A circulação é uma das ações fundamentais do homem no processo de produção do espaço. Mais movimento conduz a mais mudanças espaciais (lugares, paisagens, territórios e regiões), que também são sociais, econômicas e políticas. Embora a circulação seja uma ação antiga, a noção de circulação, atualmente, deve ser pensada diante das transformações técnicas e políticas. Assim, o objetivo deste artigo é desenvolver uma análise acerca da noção de circulação desenvolvida pelos geógrafos e demais cientistas sociais no período atual. Para tanto, empirizamos o tempo, isto é, desenvolvemos uma periodização que nos permita estabelecer as principais diferenças entre os períodos anteriores e o atual, denominado aqui de globalização, que é o apogeu do processo de internacionalização do capital. Seu entendimento deve ser feito com base na indissociação do "estado das técnicas" e o "estado da política". No caso das técnicas, elas formam sistemas que auxiliam a leitura de um determinado período. Entre os fatores que auxiliam na explicação da globalização são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e a cognoscibilidade do planeta. Esse entendimento é feito com base em Milton Santos, apresentado, entre outras obras, em seu livro intitulado "Por uma outra globalização". Dada a importância da circulação como instância que metamorfoseia o espaço, vimos a necessidade de se meditar acerca de sua noção que, até certo ponto, está sendo banalizada ("tudo circula, tudo se movimenta rapidamente: fluxos de pessoas, capitais, idéias, informações etc."). Essa banalização da noção de circulação se deve à facilidade de compreensão da palavra, tanto na Geografia quanto nas demais ciências sociais, viabilizada por suas acepções mais triviais. A polissemia do termo põe o desafio da elaboração de um conceito, pois, em muitos casos, se utiliza a circulação como elemento descritivo de determinada situação. Desse modo, uma das necessidades é entender a imbricação dos dados políticos e técnicos em relação à circulação. Do ponto de vista político, está em questão a velocidade, dominada e controlada, sobretudo, pelas grandes corporações. O imaginário da velocidade também é disseminado como ideologia. Do ponto de vista eminentemente técnico, há um avanço das tecnologias da informação e das telecomunicações (TIC) nos setores responsáveis pelo movimento de mercadorias, resultando na logística, um setor responsável pela gestão dos fluxos de mercadorias e serviços. Com as mudanças políticas dos últimos trinta anos e com a crise do fordismo, com consequente avanço do comércio e da produção na escala mundial, os territórios passaram a ser repensados para um novo planejamento dos fluxos, considerando o aumento exponencial de sua espessura, resultando em normas controladas por intermédio das TIC. A circulação também representa o exercício e manifestação de práticas espaciais de poder que se estabelecem a partir de grupos hegemônicos frente a grupos hegemônizados. Essas práticas espaciais de poder são: o absoluto acesso à velocidade e o máximo controle da técnica e das normas. Ademais, fluxos materiais e imateriais se realizam sob a tutela desta. Os fluxos não são livres, mas não são obstáculos para os agentes hegemônicos, pois estes têm o pleno domínio sobre as normas. Enfim, essas são as principais considerações a respeito do que trataremos na apresentação completa deste trabalho.

2177

O COMERCIO ELETRÔNICO E AS DINÂMICAS EMPRESARIAIS E INDUSTRIAIS: NOTAS PARA UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA

Toledo, Pedro Eduardo^{1(*)}

1 - Universidade Federal de Santa Catarina | (*) Brasil

Resumen:

Este resumo constitui-se em uma proposta de construção de um artigo de cunho econômico - geográfico e tem por objetivo estabelecer o ambiente teórico ao qual será construído o trabalho final de doutoramento, através da formulação de um texto que evidencie para o leitor, a problemática da tese (e por consequência a sua conjuntura macroeconômica), o apontamento das principais questões que regem esta pesquisa e o pensamento do autor. Neste sentido, irei realizar uma explanação a respeito do diálogo existente entre a especialização e inovação do setor industrial e comercial através da contextualização histórica e econômica em um ambiente de vários fatores inerentes ao presente quadro da economia brasileira e mundial, enfatizando o balanço dos "pesos dados" com relação a interação entre o setor industrial e comercial, que serão descritos de forma a situar o leitor no pensamento em que será construída a tese, como já ressaltado. Desta forma, como início da perspectiva teórica ao qual este artigo se propõe e assim, traçando um panorama sobre o contexto econômico, podemos dizer que nos últimos anos o setor comercial de alimentos e produtos duráveis tem mostrado um crescimento significativo perante outros fatores econômicos, e este dinamismo comercial foi favorecido pelas novas tecnologias de comunicação que facilitaram e tornou mais ágil para o consumidor o processo de compra via sites das empresas e pagamento via cartões magnéticos e boletos bancários. Porém, o crescimento deste setor tem mostrado um alto índice de concentração através da incorporação de médias e pequenas empresas pelos grandes grupos nacionais e estrangeiros, que caracterizam o momento de recessão da economia mundial. Este processo é notavelmente percebido após a abertura comercial vivenciada pelas políticas neoliberais dos anos de 1990. Outras mudanças significativas encontram-se no investimento de grandes grupos atacadistas no setor de varejo, além de outros exemplos em diferentes setores mostrando assim, um novo cenário que vêm sendo desenhado neste ramo por via de novos estabelecimentos visando atender novas tendências de consumo, que engloba também neste sentido, o comércio eletrônico (e-commerce), na relação pessoa física/pessoa jurídica, também conhecido por Business-to-Consumer (B2C); pessoa física/pessoa física; e pessoa jurídica/pessoa jurídica, também denomina de Business-to-Business (B2B). O setor de comercialização realizado em lojas de departamentos têm mostrado similar organização e dinâmica, referente a incorporação e domínio de mercado. As Casas Bahia, fundada pelo senhor Samuel Klein, mostrasse sem dúvida alguma como a grande rede de lojas de departamento e possui alto poder de negociação junto à indústria em compras realizadas em escala, podendo desta forma, oferecer preços mais baixos e facilitados pelo crédito de longo prazo. O sistema de crédito privado lastreado pela indústria e empresas encontra respaldo teórico nos estudos clássicos de David Ricardo e Adam Smith, no que concerne aos investimentos guiados pelo sistema de taxas de juros. O sistema privado de crédito nos dias de hoje, encontra campo de expansão e crescimento, no cenário de inflação baixa e mensuração por parte do consumidor baseado na possibilidade de pagamento com base em seu rendimento mensal, ou seja, o consumo realizado pela classe média e até mesmo pelos grupos de baixa renda, é respaldado no percentual que a parcela do preço dada pela loja em questão, cabe em seu orçamento, mesmo que isto signifique o pagamento de duas vezes (e três vezes em alguns casos) do mesmo produto no final de sua dívida, este sistema de crédito favorece o cenário reprodutivo para o capital estrangeiro, de modo em geral, em toda a América Latina. Desta maneira, a tecnologia encontrada em cartões magnéticos de pagamento parcelado, em crédito ou a vista como no caso do sistema de débito automático, tornou-se nos últimos anos, o grande produto do sistema financeiro bancário, junto ao sistema de financiamento privado, encontrado nas diversas agências pertencentes a bancos de capital privado. Esta tecnologia de pagamento através de cartões magnéticos é "a chave" principal para o comércio de produtos na internet. Por sua vez, o comércio eletrônico realizado em índices cada vez mais elevados, ao exemplo do comércio de carros no Brasil, que alcançou o maior índice de vendas neste primeiro semestre de 2008, está transformando a estrutura empresarial e industrial em um contexto que analisaremos com maior especificidade no artigo maior, mas que podemos descrever como uma relação dialética, se considerarmos que o



comércio eletrônico exige das empresas uma reordenação do espaço de atuações no que concerne principalmente a depósitos e centros de distribuição, ao exemplo dos vários centros de distribuições das Casas Bahia, inaugurados este ano no Estado do Rio de Janeiro, e por outro lado, na "desmaterialização" de estruturas físicas comerciais como as próprias lojas de departamento, ao exemplo das lojas virtuais da rede Magazine Luiza, e possivelmente as concessionárias de carros em um futuro próximo.

Em detrimento a este ambiente, temos presente nos estudos teóricos recentes o termo: "Globalização", referente às novas dinâmicas da economia mundial e seu respaldo nos âmbitos da transformação intrínseca da sociedade como aponta alguns teóricos sociais ou pseudo-sociais, mas que aqui trabalharemos este termo, na perspectiva de incorporação do espaço geográfico pelo capitalismo, uma vez que a lógica de consumo de massa, capaz de criar "uma nova classe média" como apontado recentemente, através das várias vias de compra, como apontado anteriormente nos exemplos citados, exige das empresas e indústrias um maior dinamismo transformador do espaço geográfico como um todo, onde cada região é "incorporada" por sua capacidade produtiva em uma logística comercial dita "global".

Portanto a proposta para o artigo a ser desenvolvido, é estabelecer para o leitor cenário sobre as mudanças tecnológicas ocorridas após a denominada Crise do Petróleo de 1973 e por consequência seus desdobramentos para o setor comercial e industrial. Deste modo, o objetivo central é realizar a leitura destes processos sob a ótica geográfica, uma vez que a dinâmica espacial e a reprodução dos "objetos" que compõe a lógica de produção capitalista são resultados do processo histórico-econômico acima citado.

2211

A IMPORTÂNCIA DOS GRUPOS DE PESQUISA/PESQUISADORES E DOS ENCONTROS CIENTÍFICOS PARA A PRODUÇÃO DO PENSAMENTO EM GEOGRAFIA AGRÁRIA: UM ENSAIO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PRODUÇÃO PAULISTA NO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

Francisca de Souza Campos, Janaina ^{1(*)}; Mançano Fernandes, Bernardo ²

1 - Universidade Estadual Paulista - UNESP (*) Brasil

2 - UNESP-PRESIDENTE PRUDENTE

Resumen:

O presente trabalho apresenta uma discussão a respeito da importância dos grupos de pesquisa para a produção do pensamento em Geografia Agrária. Compreendemos que a formação recente destes grupos tornou-os espaços privilegiados onde acontece parte significativa da produção geográfica. Esta produção comparece nos principais eventos científicos e é a partir desta referência que podemos identificar as tendências temáticas e as correntes teórico-metodológicas que hoje influenciam os estudos geográficos. Por essa razão, neste texto, buscamos realizar um estudo preliminar das produções dos grupos de pesquisa do Estado de São Paulo e de pesquisadores que não estão vinculados aos grupos (pesquisadores individuais), baseado no levantamento das últimas duas edições do SINGA – Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2005 e 2007). Importante lembrar que este estudo encontra-se em fase de desenvolvimento. Diniz (1987) já apontava para esta necessidade, de modo a termos informações mais precisas sobre pesquisas, eventos, trabalhos e teses, sem as quais não se pode reconstruir de forma prudente a trajetória da Geografia brasileira. Para Germani (2005 apud RAMOS FILHO, 2005, p. 55) os eventos também são espaços essenciais para a compreensão da formação do pensamento geográfico. Neste contexto, compreendemos que o levantamento das últimas edições do SINGA também nos permitirá identificar e analisar a atualidade da produção teórico-metodológica e conhecer as influências intra e interdisciplinar, bem como as temáticas estudadas. Entendemos que no interior dos grupos de pesquisa estão acontecendo parte importante da produção do pensamento em Geografia Agrária. Suas linhas de pesquisa, seus projetos, suas publicações, filiações teóricas ou paradigmáticas, metodologias, etc, são elementos fundamentais que juntos com os eventos científicos formam uma das mais ricas fontes para o estudo da produção do pensamento em Geografia Agrária. Para Marafon (2008) os grupos de pesquisa tornaram-se canais de construção do conhecimento, estimulados por universidades e órgãos de fomento.

O debate entre as correntes teórico-metodológicas – por meio dos grupos de pesquisa/pesquisadores - ocorre principalmente nos eventos científicos, em espaços interativos onde os geógrafos defendem as diferentes propostas teóricas, promovendo mudanças e influências. Esse espaço de debate se mantém no SINGA desde 1998. Em 1997, um grupo de pesquisadores do Laboratório de Geografia Agrária, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, junto com a Comissão de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros, ampliou o debate sobre a questão agrária brasileira. É dessa decisão que nasce a proposta de realizar o primeiro SINGA. No entanto, é somente a partir do segundo simpósio (2003) que o evento alcança abrangência internacional. De acordo com Oliveira (2005 apud RAMOS FILHO, 2005, p. 67), a criação do SINGA iniciou um campo de debate teórico, metodológico, político e ideológico na Geografia Agrária. Com convidados de vários países da América Latina e do mundo, o SINGA vem influenciando o desenvolvimento da Geografia Agrária para além das fronteiras nacionais. Para este trabalho utilizamos a base de dados virtual do *Directorio dos Grupos de Pesquisa e informações geradas pela Plataforma Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), consultas às páginas eletrônicas dos grupos de pesquisa e pesquisas nos anais do SINGA. No que diz respeito a participação das universidades brasileiras, nos anos de 2005 e 2007 o simpósio tem demonstrado grande diversidade. Nestes anos foram identificadas universidades em praticamente todas as regiões do país, exceto nos Estados do Amapá, Rondônia e Piauí. Nas duas edições do evento, a produção científica concentrou-se na região Sudeste, com destaque para os estados de São Paulo (117 trabalhos) e Minas Gerais (69 trabalhos).

O SINGA de 2005 aconteceu na UNESP, Campus de Presidente Prudente, São Paulo. Foram apresentados 242 trabalhos, sendo que 63 trabalhos de Geografia Agrária e dos familiares foram produzidos por pesquisadores do Estado de São Paulo (26% em relação à produção nacional). Deste universo de trabalhos, 40 produções foram de pesquisadores filiados a grupos de pesquisa do estado vinculados ao CNPq. Já em 2007 o SINGA aconteceu na Universidade Estadual de Londrina – UEL – em município de Londrina, Paraná. O número de trabalhos apresentados nesta edição foi superior à edição passada (307 trabalhos), sendo que 54 trabalhos de Geografia Agrária e dos familiares foram produzidos por pesquisadores do estado. Ao que cabe os grupos de pesquisa, foram identificados 30 trabalhos inscritos. Como mencionado no início do texto, este estudo encontra-se em desenvolvimento. Inúmeros levantamentos e análises ainda estão sendo realizados. Até o momento constatamos uma grande influência dos grupos de pesquisa/pesquisadores da região Sudeste, tendo grande importância o Estado de São Paulo em eventos como o SINGA. Uma das hipóteses levantadas para esse fato é que, até década de 1980 a discussão em torno da Geografia Agrária esteve centrada no eixo Rio-São Paulo. Segundo Ferreira (2002) até a década de 1930 a Geografia brasileira apoiou-se basicamente em dois princípios. Aqui nos interessa apontar somente um deles: o princípio acadêmico. A implantação dos cursos superiores de Geografia em São Paulo e no Rio de Janeiro concretizou essa ideia, com a concepção de formar professores e pesquisadores. Foram justamente nesses dois estados que se concentraram as produções mais representativas da geografia brasileira. REFERÊNCIAS

DINIZ, José Alexandre Filizola et al. Subsídio ao estudo da história da geografia agrária brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10, 1990, Aracaju. Anais... Aracaju: ENGA, 1987 (mimeo).

FERREIRA, Darlene Aparecida. O Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil de 1930-1990. São Paulo: Unesp, 2002.

MARAFON, Gláucio José. A importância dos grupos de pesquisa na formação dos profissionais da geografia agrária: a experiência do NEGEF. In: Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 284-290. Disponível em: Acesso em: 25 de agosto de 2008.

RAMOS FILHO, Eraldo Silva. Tradição x Tecnologia: As novas territorialidades do espaço brasileiro (entrevista). In: Revista Formação, Presidente Prudente, v. 1, n.º 12, p. 45-86, 2005.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2005, Presidente Prudente. Anais eletrônicos...Presidente Prudente: UNESP, 2005. Disponível em CD-Rom

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2007, Londrina. Anais eletrônicos...Londrina: UEL, 2007. Disponível em CD-Rom.



09:30 a 10:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2018

A GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE INTRODUTÓRIA, 1940-1995.

Barcelos, Sâmea ^{1(*)}

¹ - Universidade Federal do Rio de Janeiro | (*) Brasil

Resumen:

Este estudio é uma análise preliminar sobre geografia urbana com o intuito de refletir sobre a produção brasileira realizada ao longo dos últimos cinquenta anos. Através dessa pesquisa procuramos identificar os autores e temas que se destacaram na produção geográfica sobre a cidade. E apesar de ser uma análise quantitativa, através desta podemos construir um conjunto articulado de temas e autores que refletem as influências teóricas de cada período da história da geografia urbana no Brasil, assim como da geografia enquanto área do conhecimento e de suas transformações. Esse tipo de análise é relevante pois há o resgate do que já foi construído, o que possibilita traçar as matrizes teóricas para construção de um retrato da geografia urbana brasileira.

Devido a diversidade de publicações (artigos, monografia, dissertações, teses, etc.) existentes sobre um tema abrangente, como é a geografia urbana, conduzimos a avaliação do que foi produzido a partir de duas publicações de grande relevância nacional e que foram selecionadas também por abranger um período de tempo de publicação regular, são elas a Revista Brasileira de Geografia (RBG) e o Boletim Paulista de Geografia (BPG). A RBG foi publicada de 1939 a 1996 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um órgão governamental com sede no Rio de Janeiro, portanto de grande importância nacional. A revista era inicialmente bimestral, contava com cerca de 5 artigos por periódico. Já o BPG foi publicado entre 1949 e 2001 pela Associação de Geógrafos do Brasil (AGB), seção São Paulo, com uma periodicidade trimestral até a década de 60 e depois passou a ser um periódico anual.

Entre os dois periódicos há uma discrepância quanto ao volume total de artigos. A RBG por ter um maior número de publicações, conseqüentemente possui um maior número de artigos. Assim, observamos que ao longo de 55 anos, a RBG publicou um pouco mais que o triplo de artigos de geografia urbana comparada ao BPG. Nota-se que estabelecemos intervalos decenais, com exceção do intervalo entre 1940 e 1950, pois o ano de 1956 é considerado um marco de mudança na geografia brasileira, pois foi nesse ano que se realizou o Congresso da UGI no Rio de Janeiro. Quanto ao número de artigos de geografia urbana, comparativamente a RBG ampliou o número de artigos publicados ao longo do tempo, diferentemente do BPG que manteve um número equitativo de artigos publicados, com exceção da década de 1970.

Em uma outra análise quantitativa dos artigos publicados procuramos revelar os autores que mais artigos publicaram. Apesar do problema quanto a ser uma análise quantitativa, os nomes que surgiram são / foram de pesquisadores de renome, autores de livros clássicos em geografia urbana. Na RBG os autores que mais publicaram foram Fany Davidovich, Roberto Lobato Correa, Pedro Geiger e Speridião Faissol, todos eles foram pesquisadores do IBGE. Já no BPG, os autores de destaque são Pasquale Petrone, Milton Santos e Aroldo de Azevedo, pesquisadores de renome acadêmico nacional e internacional.

Para uma melhor análise, elegemos seis grandes temas da geografia urbana para agrupar os artigos com a finalidade de observar quantitativamente quais temas que foram mais privilegiados e em qual período de tempo. Os temas foram: A (Monografias urbanas); B (Área de influência / Rede urbana / Cidade-região / Funções urbanas); C (Organização interna da cidades); D (Processo de urbanização); E (Proposições Teórico-metodológicas); F (Políticas públicas e planejamento) e G (outros). Compreendemos as limitações na escolha desses temas e sabemos das possíveis discordâncias quanto a classificação dos artigos em cada um deles, mas isto é apenas uma análise preliminar, sujeita portanto a retificações, se for o caso.

Realizamos assim uma análise dos artigos a partir, principalmente, do título. Dessa forma, procuramos relacionar os temas das publicações com as tendências ou orientações teóricas abordadas. Em ambos periódicos, por exemplo, entre 1940-1955 prevalecem as monografias urbanas. Já de 1956-1980, enquanto a RBG privilegia temas relacionados a Área de influência / Rede urbana / Cidade-região / Funções urbanas, o BPG apresenta estudos mais voltados para a Organização Interna da Cidade e também procura de forma mais marcante do que na RBG estabelecer Proposições Teórico-metodológicas.

Assim, a avaliação acima permite repensar criticamente sobre a produção da geografia urbana brasileira, dentro de uma linha de investigação que considere não apenas os números, mas que possa ser relacionada com o debate teórico hodierno de cada época. Tais produções revelam quais eram as preocupações dos geógrafos e de como o fenômeno urbano foi compreendido por eles. E apesar de ser uma metodologia rudimentar, essa investigação reflete a evolução do pensamento geográfico, como também as influências e contribuições para os estudos que abordam o fenômeno urbano.

2083

IMAGINARIOS GEOGRÁFICOS Y CULTURA VISUAL PERONISTA

Hollman, Veronica ^{1(*)}; Lois, Carla ²

¹ - CONICET-FLACSO- Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires | (*) Argentina

² - Instituto de Geografía - Universidad de Buenos Aires

Resumen:

Los gobiernos peronistas (1946-1955) se preocuparon por generar, divulgar e internalizar en la sociedad un conjunto de símbolos: fechas conmemorativas, lugares míticos, objetos, eslóganes e imágenes de diverso tipo (Plotkin, 1993; Ciria, 1983; De Ipola, 1982; Sarlo, 1994). Las imágenes -concebidas como el vehículo privilegiado para visualizar la acción y los objetivos de gobierno- explotaron un catálogo preciso de temas y figuras (Gené, 2005: 19) que circularon bajo diversos formatos y configuraron cierta cultura visual propia de su tiempo. El repertorio temático de ese imaginario visual pivotó en torno a temas y figuras [leit motif] recurrentes, "que identificaron simultáneamente Movimiento, Partido y Estado" (Gené, 2005: 14). En términos generales, la iconografía peronista estuvo concentrada en explotar la imagen del trabajador, de la familia, del propio Perón y su mujer Evita; sin embargo no fueron las únicas: el repertorio temático también incluyó imágenes de paisajes y mapas que buscaban instalar cierto imaginario geográfico.

Las imágenes geográficas formaron parte del discurso peronista de forma activa (Ajón, 1995). Un rasgo destacable es la ubicuidad de esas imágenes: la variedad y la cantidad de registros visuales que los gobiernos peronistas produjeron, publicaron y pusieron en circulación fueron lo suficientemente amplias como para que la dirigencia se asegurara una intervención sostenida en casi todos los dominios de la cultura popular (la radio, el cine, la prensa, los espectáculos públicos). Muchos de esos materiales fueron producidos específicamente por oficinas gubernamentales (como la Subsecretaría de Informaciones y Prensa). Por ejemplo, las políticas de fomento del turismo interno durante el peronismo -que interpelaban a ciudadanos potenciales turistas a partir de propuestas de disfrute del tiempo libre que se imbricaban con la toma de conciencia acerca de la potencialidad del territorio argentino- hicieron un uso intensivo de imágenes de paisajes, mapas y metáforas geográficas de diverso tipo (Troncoso y Lois, 2004).

La masificación de la escolarización - particularmente el nivel primario- implicó la ampliación en el acceso de nuevos sectores sociales a la lectoescritura (Cuccuzza y Pineau, 2002). Las imágenes también acompañaron este proceso de creciente incorporación de la población a la lectura y a la vez, fueron constituyendo un entramado en la currícula escolar para la transmisión y consolidación de esos imaginarios geográficos. En los libros de geografía de este período, la fotografía comienza a consolidarse como la imagen por excelencia para tratar el territorio nacional. Esto coincide con una tendencia hacia la diversificación de las fuentes de obtención de estas imágenes, en la que los archivos de imágenes de instituciones estatales (tales como Parques Nacionales, Instituto Geográfico Militar, Ministerio de Obras Públicas o Ferrocarriles del Estado) desempeñan un rol creciente.

Además de los contenidos de la enseñanza geográfica, otros materiales dedicados al mismo público reforzaron esos imaginarios. A través del análisis de las imágenes que aparecieron en materiales didácticos y de divulgación, intentaremos mostrar cómo las fotografías y los mapas retrataron un territorio armónico, integrado, generosamente dotados de riquezas y recursos, "natural", lleno de potencialidades, rico en recursos con escasa transformación que garantizarían el desarrollo y la modernidad.

Este imaginario geográfico visual se superpone y se entremezcla con los retratos de Argentina que formaban parte del sentido común geográfico de la época, tales como el territorio de la modernidad, a través de diferentes aspectos o facetas propios de los géneros visuales que proponemos



analizar.

¿Qué lugar ocupaban las imágenes geográficas en los materiales educativos y recreativos destinados al público escolar? ¿Qué mensajes y valores asociados al territorio nacional se fueron construyendo a través de este repertorio de imágenes? ¿Qué tipo de habilidades ayudaban la comprensión de las imágenes en el público infantil? ¿Qué tipo de imaginarios geográficos fueron puestos en circulación en materiales educativos y de divulgación destinados a un público infantil? ¿Cuáles son los elementos comunes que se pueden identificar como recurrentes en los distintos registros de imágenes analizados? ¿Cuáles fueron los cánones de las imágenes geográficas en este período? Estas son algunas de las interrogantes que este trabajo pretende responder. El corpus de esta parte de la investigación está conformado por textos escolares, revistas orientadas al público infantil y publicaciones oficiales.

Eje 2. Respuestas teórico metodológicas de la geografía

Evolución del pensamiento geográfico

Eje 3. Educación y enseñanza de la geografía.

Nuevos y tradicionales recursos didácticos

2182

LOS APORTES DE HENRI LEFEBVRE A LA GEOGRAFÍA URBANA. UN CORPUS TEÓRICO PARA ENTENDER LAS NUEVAS ESPACIALIDADES.

Vázquez Romero, Juan Antonio ^{1(*)}

1 - Colegio de Geografía. Facultad de Filosofía y Letras. UNAM | (*) Mexico

Resumen:

El propósito de esta ponencia es exponer como las investigaciones del Filósofo Francés Henri Lefebvre y su propuesta teórica de "la producción del espacio" aterrizada en la geografía, se convierte en una categoría disciplinar que nos permite una aproximación a la realidad urbana. A través de un análisis tripartitario de las formas espaciales, la política del espacio y la reproducción capitalista, se llega a plantear un corpus teórico que aborda las problemáticas urbanas de una forma crítica y en una dimensión espacio-temporal. La teoría de la Producción del espacio se convierte en un camino, un instrumento que permite entender cómo es que se configura la realidad de los espacios urbanos, realidad que desde la geografía se focalizara de forma indiscutible en su particularidad espacial.

La ponencia está dividida en tres bloques

I.-La producción social del espacio.

En su libro "la producción del espacio" Lefebvre argumentó que existen diversos niveles de abstracción en relación al espacio, desde la más inmediata a la percepción que es el espacio físico- matemático resultado de la percepción, hasta la más compleja en razonamiento: el espacio como construcción social. Explica que cada sociedad al relacionarse produce cierto espacio, su propio espacio. Para él, el espacio social es una compleja red de relaciones sociales, sustentadas por una jerarquía de clases sociales y un modo de producción dominante. La producción del espacio implica así, dentro de muchos aspectos una práctica de la vida cotidiana con tintes dialécticos. A la par productos y producción, ocupan un espacio social generado a través de ellos e inversamente.

II.- La política del espacio urbano

Para comprender la condición política del espacio urbano, se debe comenzar por asumir que el espacio no es algo dado, no es "una dimensión específica de la organización espacial". Partiendo de que es un producto social, resultado de las necesidades de un cúmulo de grupos sociales, el primer punto en el que se posa su condición política, es que todo espacio social, ya sea urbano o rural, requiere ser gestionado; al respecto el espacio urbano ha visto desarrollada esta gestión por medio de la planeación urbana que en la geografía se posa en la planeación territorial. En ese sentido, Lefebvre argumenta que el espacio no es un objeto científico removido de la ideología y la política, siempre ha sido político y estratégico. Si el espacio tiene un aire de neutralidad e indiferencia en relación a sus contenidos apareciendo "puramente" formal, es precisamente porque ya ha sido ocupado y usado y ha sido el blanco de procesos pasados cuyas trazas no son siempre evidentes en el paisaje.

El espacio urbano desde esta lectura se expone como un espacio con un proceso de definición política siempre preconcebido antepuesto a convertirse en una forma espacial.

II.- La ciudad instrumentalista.

La propuesta de Lefebvre de estudiar la ciudad desmenuzando la producción del espacio, expresó como necesario un estudio que no puede consistir únicamente en el método formal, lógico o logístico, debe ser igual un método dialéctico que analice las contradicciones del espacio dentro de la sociedad y la práctica social, lo que pone en claro dentro de la geografía que si bien los aportes de las corrientes analíticas y sus modelos espaciales son de gran ayuda para explicar la realidad de la ciudad, no son suficientes ya que el espacio urbano contiene en ella, procesos complejos y contradictorios desencadenados por sus productores: los hombre y mujeres en sociedad.

En este proceso de apropiación – producción la ciudad se desarrolla como un espacio Instrumentalista y con ello se entiende que es un espacio estratégico donde existen relaciones jerárquicas y siempre de tensión entre "las autoridades, los grupos sociales, las administraciones, los capitalistas, las instituciones, los pueblos y los estados", dicho espacio resulta ser la síntesis de las negociaciones previas entre agentes políticos que tienen el poder para producir la ciudad.

11:00 a 12:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2245

GEOGRAFIA E POESIA: UMA BREVE REFLEXÃO

Flávio, Luiz Carlos ^{1(*)}

1 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná | (*) Brasil

Resumen:

A produção espacial significa movimento, metamorfose, em cuja dinâmica o homem participa em toda sua inteireza: razão, inteligência, emoção, sensibilidade, senso de justiça, estética, sagrado, interesses econômicos, ideológicos, etc... Ao longo de sua evolução, desde o princípio, à medida que vive e produz espaço, o homem busca sempre decifrar, desvendar o mundo. A ciência é uma das ferramentas de desvendamento do "Cosmos"... Nessa trajetória, a todo instante o mundo é recriado: por meio dos mitos, das representações e da arte (em sons, na pedra, madeira; imagens, etc.); da religião; da ciência. A poesia é outra ferramenta que comporta linguagens que os homens historicamente desenvolveram para sentir, explicar, interpretar o mundo. A palavra, à medida que elabora reflexão sobre as coisas, imagens, é instrumento que tem poder de (re)criar o mundo, inaugurando outras percepções, desejos, sonhos. Que embalam novas produções, territórios, paisagens etc. O poeta, que busca intimidade com a natureza e com a essencialidade humana, capta e traduz um poder criador de imagens, o caráter primordial dos sentidos e forças que levam à transformação das coisas. Na mitologia grega, Zeus criou as artes para suprir e ativar no homem a chama do espírito, a fim de ajudá-lo a apurar sua sensibilidade e inteligência a respeito *das essências da vida*, de suas múltiplas verdades. A própria filosofia é parte desta busca historicamente construída. A poesia é parte das artes que se manifesta, desde seus primórdios, como busca de desvelamento do ser. A arte, enquanto "projeto de iluminação", é por excelência poema, que fita a abertura do Ser, como quer Heidegger. O poema fala da história humana, sua cultura, suas emoções, valores estéticos, éticos, belezas, equilíbrios, repetições e diferenças, enfim, de suas contradições. Ele fala de toda a produção da vida emergindo-se a partir dos sentidos humanos, em suas expressões que resvalam o emocional, o conceitual, sentimentos, imagens, visões de mundo que excitam a alma, por meio das melhores palavras, em sua melhor ordem. Nessa condição, o poético interfere no espaço humano por possuir poder criativo; inspirador de outras possibilidades despertadas pelo sentimento do belo que há nas coisas e que comove as pessoas. A poesia tematiza a beleza do mundo e manifesta o que existe de universal na formas/conteúdos humanos. O poético é uma potência criadora, apta a reverter as ordens e representações do espírito humano, contrariamente à ação de conservação da ordem estabelecida nas instâncias políticas pelas forças e poderes hegemônicos. Sendo instrumento cognitivo que agrega: *lirismo* (grito do inconsciente) + *crítica* (análise) + *palavra* (expressão), a poesia edifica bases de uma nova estesia... A poesia ajuda a analisar contradições, pondo-se em guarda contra a fantasmagoria de uma comunhão de todos os homens... A polifonia do mundo, suas coexistências espaço-temporais podem ser



interpretadas pela via de todos os sentidos humanos. Para Nietzsche, a poesia, como toda arte, é "feiticeira que cura". Para estudar a sociedade a partir das formas/conteúdos com que os homens modelam, transformam a terra através das práticas e relações sociais (coesões, solidariedades; embates, lutas; regramentos e resistências; disputas territoriais...) a geografia pode encontrar importante base de construção interpretativa do espaço a partir do apoio traduzido pelo pensar contido nas obras poéticas de diversos autores brasileiros e da literatura universal. Uma das principais acusações que se faz à Geografia moderna é a de ser "positiva, determinista, racional", cuja concepção tem servido para dominar a natureza fitando torná-la instrumento de ganhos e lucros para a burguesia, favorecendo a coisificação humana e sua alienação em função do capital. O diálogo da geografia com a poesia pode ser fecundo em evidenciar como a percepção poética é elemento que pode auxiliar o entendimento do próprio capitalismo no que, em seu transcurso, trouxe de transformações, degradações à natureza e às sociedades espalhadas pelo mundo. O poético se sensibiliza com a servidão humana e subordinação, e também faz ver novas formas de sonhos, utopias que buscam o engendramento de espaços felizes...

8171

A IDENTIDADE COMO PATRIMÔNIO NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Saquet, Marcos Aurélio Saquet^{1(*)}; Briskievcz, Michele²

1 - Professor Dr. da UNIOESTE-Universidade Estadual do Oeste do Paraná | (*) Brasil

2 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumen:

Introdução

Nesse texto, apresentamos alguns resultados obtidos até então em pesquisas feitas no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais – Unioeste, Campus de Francisco Beltrão (PR). Trabalhamos com três conceitos fundamentais: território, territorialidade e identidade. Ao mesmo tempo, estamos estudando a formação territorial do Sudoeste do Paraná, evidenciando aspectos fundamentais da modernização da agricultura, da criação de parques industriais, da agricultura familiar, do crescimento dos equipamentos urbanos, das migrações e dos processos identitários. Utilizar o conceito de desenvolvimento territorial requer clareza sobre seu significado e sobre os componentes do território como processo social, compreendendo a identidade como um patrimônio da humanidade que precisa ser valorizado a partir do uso da paisagem.

Objetivos

O objetivo principal é compreender os conceitos de território, territorialidade e identidade, como processos sociais e territoriais de organização da vida cotidiana principalmente no Sudoeste do Paraná (Brasil). Também objetivamos orientar a elaboração de projetos de desenvolvimento territorial que visam preservar e valorizar a identidade simbólico-cultural de certo grupo social e lugar.

Métodos e técnicas

As atividades são feitas no laboratório de pesquisas do Geterr – Unioeste, Campus de Francisco Beltrão (PR). Para atingir os objetivos de nossas pesquisas, temos feito revisão bibliográfica sobre os conceitos de território, territorialidade, identidade, mobilidade e a formação do Sudoeste do Paraná; fichamentos; colóquios internos ao Geterr; coleta de dados secundários (IBGE e IPARDES) e coleta de dados primários, em prefeituras municipais, em cartórios de registros civis, na paróquia São Pedro de Pato Branco (PR) e a realização de entrevistas. Os dados coletados estão sendo atentamente tabulados e analisados, para posterior representação cartográfica. Nossa abordagem está centrada na concepção material e imaterial do território, da territorialidade e da identidade cultural (i)materializada na paisagem.

Principais contribuições

A principal contribuição até o momento é teórico-metodológica. Estudando a literatura basilar da geografia, notamos que o território compreende quatro componentes principais: as relações de poder; as redes de circulação e comunicação; as identidades; e a natureza. Em virtude da amplitude da temática, nesse resumo, evidenciamos a identidade como processo histórico e patrimônio que pode ser potencializado através de projetos alternativos de desenvolvimento (Magnaghi, 2000). Na Suíça, Claude Raffestin (1993) constrói uma argumentação em favor da multidimensionalidade do território e da territorialidade. O território e a territorialidade ocorrem através da atuação do Estado, porém, acontecem também através de outras ações sociais, efetivadas por empresas, organizações políticas e indivíduos. É uma concepção que consideramos renovada, histórica, crítica e eminentemente reticular, inspirando compreensões que podem orientar o redimensionamento de relações de poder e a elaboração de projetos de desenvolvimento que valorizem as identidades simbólico-culturais. No Brasil, Haesbaert (1997) identifica diferentes abordagens conceituais de território: a) a jurídico-política; b) a culturalista; c) e a econômica. O território deve ser compreendido como um domínio politicamente estruturado e como apropriação simbólica, identitária inerente a certa classe social. O território envolve uma dimensão cultural, através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem, e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar, de ordenação do espaço como forma de domínio dos indivíduos. Esse autor prioriza o caráter político-cultural do território e da identidade, numa perspectiva integradora. Conforme Haesbaert (1997), a identidade territorial é intercalada por várias outras e seu conteúdo simbólico pode mudar rapidamente no tempo, a identidade nunca pode ser vista como unitária. O *poder simbólico* pode fazer uso de elementos espaciais, representações ou símbolos, constituindo uma identidade territorial. Os territórios e as fronteiras são fundamentais para a construção das identidades, onde a alteridade fica muitas vezes condicionada a um determinado limite físico de reprodução dos grupos sociais. Para o autor, o que forma uma identidade é a força política e cultural dos grupos sociais que nele se reproduzem. Numa abordagem cultural, segundo Woodward (2000), podemos afirmar que as identidades possuem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas. A identidade é relacional, marcada pela diferença e envolve a exclusão. Também há símbolos entre a identidade das pessoas e as coisas que elas usam, ou seja, a construção da identidade é simbólica e social, constituindo-se num patrimônio. De maneira geral, segundo Woodward (2000), a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e às escolhas identitárias. Os sistemas simbólicos dão sentido à experiência das desigualdades sociais, marcando o encontro do passado com as relações culturais e econômicas nas quais vivemos os dias atuais. Cabe ainda destacar que, para Saquet (2003/2001), a territorialidade é um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com a natureza. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade cultural, do patrimônio e para a reorganização da vida cotidiana a partir do uso da paisagem. A identidade também ocorre no processo de migrações e outras transformações territoriais: ela também se efetiva quando acontecem mudanças sociais que podemos resumir na desterritorialização e na reterritorialização. Um autor que nos orienta a pensar dessa forma é Claude Raffestin, que se dedicou a estudar a correlação territorialização-desterritorialização-reterritorialização. O território é formado por processos culturais, políticos e econômicos, contendo identidades que precisam ser valorizadas em projetos de desenvolvimento e consideradas com patrimônios da humanidade.

Referências:

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (Org.). Identidade e diferença, a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.p.7-72.HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: A rede "gaúcha" no nordeste. RJ: EDUFF, 1997.MAGNAGHI, Alberto. Il progetto locale. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.
RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. SP: Ática, 1993.RAFFESTIN, C. Immagini e identità territoriali. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES, 2003. p.3-11.SAQUET, Marcos. Os tempos e os territórios da colonização italiana.O desenvolvimento da colônia Silveira Martins. Porto Alegre: EST Edições, 2003/2001.



8177

IDENTIDADE TERRITORIAL DA COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA DO BARRO PRETO-SANTA MARIA DO ITABIRA-MG: CARTOGRAFADA E RECRIADA PELA TÉCNICA DA HISTÓRIA ORAL.

Silva, Lussandra Martins da ^{1(*)}; Tubaldini, Maria Aparecida dos Santos ¹; Silva, Sandra Maria P. Lucas ¹

¹ - UFMG | (*) Brasil

Resumen:

Este trabalho trata de uma análise cartográfica pela história oral do território sobre as Comunidades de Afro-descendente denominadas de Barro Preto e Indaiá, localizadas no município de Santa Maria do Itabira e Antônio Dias-MG. As comunidades de Barro Preto e Indaiá são reconhecidas pela Fundação Palmares como Comunidades afro-descendentes e buscam, as duas, o reconhecimento e legalização de seus territórios junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária), órgão que implementa a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável regulamentado as terras como a dos quilombolas. A etapa da pesquisa/extensão está finalizada na comunidade de Barro Preto e se iniciou em Indaiá em setembro de 2008. Objetivou-se com essa pesquisa de extensão recuperar através da história oral com os mais velhos a identidade territorial por meio das toponímias e das lembranças dos lugares e das situações vividas pelas pessoas que hoje moram na comunidade Foi identificado e mapeado o território atual de moradia da comunidade remanescente de quilombolas Barro Preto, todas as moradias e hortas de fundo de quintal, definindo o ordenamento territorial e social dos lugares de plantio das famílias. Além das hortas a comunidade ainda mantém terrenos – denominados de chácara - para plantios que são cedidos individualmente para famílias ou para plantios comunais. Comumente, são plantados feijão e milho nestes terrenos. O espaço de produção agrícola ainda existente na comunidade é composto de plantios de subsistência nos terrenos da chácara e em fundos de quintais mais amplos. Existe uma socialização harmônica entre os membros de uma família nucleada no uso dos quintais que permite plantio de arroz, feijão e milho. O espaço de morada atualmente conflita com o espaço de produção agrícola e com as hortas de fundo de quintal à medida que as famílias se reproduzem. Uma das soluções encontrada por eles está na construção vertical de suas moradas, para manter os quintais. Após várias visitas e trabalhos de campo foram realizadas entrevistas com os atores sociais, utilizando a metodologia de história oral para o resgate histórico do território e suas relações com o entorno e os pontos toponímicos identificáveis por eles. Os relatos obtidos com a entrevista principal com o Sr. Antônio de 68 anos, aposentado e um dos membros mais velho e bem quisto pela comunidade, juntamente com sua esposa, foram os melhores para a identificação de locais mais significativos para a comunidade, bem como os limites exatos de suas terras. As demarcações foram realizadas por meio de GPS em cada residência e foram marcados os limites atuais da comunidade. Alguns moradores apresentaram junto com os pesquisadores a área. Na marcação dos limites o Sr. Antônio percorreu os caminhos mais próximos do espaço de morada e uma moradora jovem realizou a caminhada juntamente com o bolsista nos caminhos montanhosos que circundam a comunidade. Feitas as marcações com o GPS, de pontos – casas, bem como de áreas – quintais de plantio comunal e individual e limites atuais da comunidade, utilizou-se o software Trackmaker 4.4 para descarregar os dados obtidos em campo e transformá-los em linhas, pontos e polígonos para a exportação para o software MapInfo 8.0. De posse desses dados foram feitas as correções necessárias, nomeação de lugares, rios e ruas, identificação de rios e nascentes e a produção de mapas temáticos com as informações sobre o território e toponímia da comunidade. Por meio da técnica de história oral para a cartografia dos lugares e coisas pode-se perceber que os moradores dão muita importância aos elementos naturais como a cachoeira que está em seu território histórico e que hoje não mais pertence ao atual, as trilhas para as antigas propriedades, aonde os antepassados eram escravos e posteriormente trabalhadores na cafeicultura. De grande pujança também foi a demonstração pela comunidade da convivência pacífica com estes espaços de vivência atual e com os que os remetiam ao passado, quando eram apenas denominados de escravos fugitivos pelos donos das fazendas a que pertenciam. Essas foram contribuições importantes obtidas na oficina cartográfica e de história oral. Foram construídos 3 mapas; da toponímia, dos limites externos da comunidade e da distribuição das moradias na rua principal e nas duas bifurcações que já existem como segunda e terceira ruas. A importância do projeto de pesquisa ligado à extensão é sua contribuição que retorna para a comunidade em forma de produto socialmente construído pelos pares – sociedade quilombola e pesquisadores do projeto de seus interesses e necessidades nesse caso, o mapeamento dos limites atuais da comunidade. O mapa resultante dos limites internos e externos da área do Sr. Antônio, dos limites do terreno de plantio e da horta de sua família (quatro irmãos e um espaço comunal de plantio, com limites demarcados pelas famílias) foi o ponto alto entre o antigo e ao atual, fundindo-se em um conhecimento elaborado e construído onde não se tem antigo nem passado, tem-se o prazer pelo conhecimento novo adquirido entre pesquisadores e ator social da pesquisa. A participação social num processo de produção de um trabalho de extensão tem um significado muito importante para os atores sociais da pesquisa e também para os pesquisadores que têm um *feedback* instantâneo do trabalho que está sendo realizado. A etapa final será a entrega e apresentação e distribuição para a comunidade dos territórios construídos e mostrados em forma de mapa. Esse trabalho trouxe-nos a possibilidade futura de mais um projeto de extensão, a ser submetido aos órgãos de pesquisa, para com os moradores, aprofundando a cartografia dos lugares e territórios histórico, trazendo a possibilidade de identificar e mensurar qual era o território dessa comunidade no passado, quando o mesmo foi criado, bem como, transpor os mapas prontos para a escola local de 1 a 8ª série em conjunto com as duas professoras e os alunos e comunidade, contribuindo para a construção de suas identidades territoriais.

12:00 a 13:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

1193

O PLANEJAMENTO REGIONAL E AS ARTICULAÇÕES ENTRE O NACIONAL, REGIONAL E LOCAL. UM LEVANTAMENTO HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO NO BRASIL

Alves dos Santos, Juliana ^{1(*)}

¹ - UNESP | (*) Brasil

Resumen:

A atual organização e produção dos espaços desiguais materializados nas disparidades regionais, que na maioria das vezes configuram os espaços nacionais dos países pobres, acabam por contribuir para a manutenção das desigualdades sociais inerentes ao sistema econômico tal qual é apresentado. Isso se realiza, por exemplo, quando uma região como a do sudeste do Brasil concentra a atração de investimentos em detrimento de outras regiões pobres do país, acentuando cada vez mais a desintegração e desigualdades entre estes espaços nacionais. Por isso, antes de sua aplicabilidade, visto que qualquer tipo de planejamento é composto por duas fases (abstrata e a concreta), é premissa a reflexão sobre qual tipo de desenvolvimento se quer alcançar. No caso de um país como o Brasil, no qual as desigualdades entre os espaços regionais ajudam a contribuir as desigualdades sociais, o desenvolvimento que se almeja é o que se manifeste de formar equilibrada para as diferentes regiões e suas respectivas populações. Diante dessa realidade é que o planejamento regional se constitui como meio de promoção da organização da economia, de distribuição de recursos de maneira a resolver, se não por completo, diminuir as discrepâncias sociais, econômicas e espaciais da sociedade. Por isso o presente trabalho tem como objetivo compreender as articulações das escalas geográficas nacional, regional e local com vistas ao planejamento, adotando como ponto de partida para a análise a realidade das políticas e do planejamento regional no Brasil, especificamente, nos períodos compreendidos entre 1930-2008, considerando o histórico de ocupação do Brasil e a produção de seu quadro regional em decorrência, principalmente, das atividades econômicas verificadas em seu território. No caso específico do planejamento regional ele pode ser direcionado à regiões econômicas, como o que se verificou no Brasil com a criação da SUDENE, SUDAM, PRODOESTE durante os governos militares. De acordo com Rattner (1973) para se alcançar o desenvolvimento econômico e social das regiões de um país os recursos devem ser distribuídos de maneira mais equilibrada possível e assim promover o desenvolvimento simetricamente, ou seja, de forma a não causar as macrocefalias, que por sua vez acarretam nas desigualdades espaciais dentro de um mesmo país. A concentração espacial ocasionada pela metrópole, por exemplo, representa cada vez mais a desintegração dos espaços nacionais que por sua vez incidi na problemática da integração do país e do papel do Estado como atenuador das desigualdades regionais produzidas na nova modernização marcada, de acordo com Milton Santos (1979), pela tecnologia e pela transformação do consumo viabilizado pela difusão da informação. A pesquisa busca também contribuir e propor o retorno das discussões sobre o planejamento que recebeu mais atenção, nos países de economia capitalista, depois da perda da confiança no autonomismo de mercado com o conseqüente abandono da teoria do laissez-faire. Assim numa sociedade de economia capitalista o



planeamiento inicia-se como un programa de investimentos e se aplica a alguns setores estratégicos nos quais existem desequilíbrios entre oferta e procura. Desta forma o planeamiento aparece como meio de resgatar a autonomia dos países, planejar suas respectivas economias e de promover o equilíbrio social e espacial de sua sociedade.

2020

LA SUTILEZA DEL TIEMPO EN LA GEOGRAFÍA, PENSAR HISTORICAMENTE EL ESPACIO

Berenzon, Boris^{1(*)}; Calderón Aragón, Georgina¹

¹ - UNAM | (*) Mexico

Resumen:

¿La espacialidad del tiempo?

Sí. Tiempo y espacio es un binomio indisoluble por sí mismo, una construcción social que permite establecer, dos puntos imaginarios para la existencia humana desde la más remota antigüedad hasta nuestros días ha sido la pregunta ontológica ¿ser y estar? Por ello es imposible desasociar al tiempo y al espacio ya tenemos mucho camino andado en este sentido si revisamos la teoría de la relatividad que plantea que no hay un espacio absoluto, inmóvil donde puedan imaginarse coordenadas respecto a las cuales se dan movimientos absolutos; todo movimiento de un cuerpo respecto al otro es relativo y se puede tomar convencionalmente cualquiera de los cuerpos en reposo. Según Einstein, las propiedades geométricas del espacio no son independientes sino que están condicionadas por la materia, de manera que el espacio universal es finito, como el universo material.

El espacio es un contenedor que no cambia desde su establecida formalidad, a menos que se entienda como un producto social dialectico en donde la naturaleza es apropiada o significada por el ser, de allí la pregunta: ¿La temporalidad del espacio? Establecer los paralelismos y las conexiones entre la geografía, entendida ésta como la construcción del espacio, y la historia como la construcción del tiempo, tiene un primer encuentro en la interpretación, en atribuir cierto significado a un lugar o a un hecho, pretendiendo encontrar y revelar para otros el significado de ciertos discursos, o bien dar forma a una idea o deseo de otro, el científico o el artista. reflejan en ello, su propia sensación, a lo que copia, reproduce o ejecuta. Proceso que si no se cumple en la investigación no permite el análisis de la realidad siempre en movimiento, se queda en la mera crónica; para mostrarnos una vez más que la esencia es un imaginario en las disciplinas sociales, a menos que se pretendan mirar desde una óptica positivista, que más que interpretar declara al espacio y al tiempo como parte del proyecto progresivo de las naciones que se fundamenta en la evolución y el desarrollo, ambos conceptos fallidos, o es acaso que ¿un espacio geográfico puede determinar el sentido y el sentimiento de territorialidad por sí sólo?

Pensar en la geografía desde la historia es plantearse la búsqueda del cambio en donde se entrelazan las coordenadas del espacio y el tiempo y no la estabilidad de las mismas como algunos autores han propuesto un imaginario estático frente a dos conceptos en permanente movimiento e interrelación.

La geografía desde la mirada histórica, permite adentrarnos en la acción colectiva, en particular en aquellas acciones bajo los cuales las personas comunes, los seres cotidianos, comparten un conjunto de intereses, actúan o dejan de actuar con base en la economía, las relaciones amorosas, geopolíticas es decir la cultura.

Historizar la geografía, pongamos un ejemplo, El mapa plasma como una postal, un momento que al término de su elaboración se encuentra modificado por la realidad de la que surgió, como cualquier fuente histórica. Cabe señalar que los mapas también contienen la carga ideológica de quién lo manda a hacer, de quien lo hace y de quien lo interpreta en ese momento, de ahí su instantaneidad. Los mapas son el resultado de la resignificación del espacio desde una nueva simbología, ya que representan una realidad desde patrones disímboles, en donde se juegan los imaginarios temporales sobre el espacio, pero también los espaciales que modifican al tiempo. La recuperación de las fuentes permite, si se analizan desde distintas ópticas temporales y espaciales, reconstruir el proceso de los cambios estructurales, sociales y de apropiación de la naturaleza, que se evidencian en dichas relaciones. En efecto, mientras que a nivel del individuo construimos descriptivamente una entidad que llamamos "yo", que nos permite conservar una identidad geohistórica, a nivel grupo construimos descriptivamente una entidad que llamamos "nosotros" y que situamos con relación a un espacio y a una tradición compartida, es decir, a un territorio.

La identidad social y cultural de un grupo humano se construye descriptivamente en un discurso que lo sitúa en un espacio delimitado por fronteras geográficas y cronológicas imaginarias. La identidad de grupo que es inseparable de la reconceptualización del pasado a través de los mapas, pero también el discurso para nombrar entidades, no necesariamente se identifican con el sentido de territorialidad. La identificación ocurre, el discurso que se construye como miembro de una cultura se identifica con el discurso que se elabora como practicante de una disciplina social

2110

LA CARTOGRAFÍA MILITAR EN LA ARGENTINA: HACIA LA ESPECIALIZACIÓN TOPOGRÁFICA (1865-1912)

Mazzitelli Masticchio, Malena^{1(*)}

¹ - Universidad de Buenos Aires | (*) Argentina

Resumen:

En el siglo XIX la cartografía militar argentina tendió a concentrarse en la representación de distintas cuestiones militares. En este sentido y teniendo en cuenta las funciones relacionadas con el trabajo topográfico y el levantamiento de planos se puede establecer un hilo conductor entre la Mesa de Ingenieros Militares (1865); la Oficina Topográfica Militar (1979); la IV Sección de Ingenieros Militares, Topografía y Cartografía (1885) y la 1ª División Técnica (1895). Todas estas oficinas compartían el mismo tipo de prácticas cartográficas para la realización de los mapas. Estas prácticas incluían tanto el trabajo de recopilación como el trabajo de campo. Este último era realizado por un topógrafo quien recorría el terreno junto a las milicias. Para estas oficinas la elaboración del mapa era uno más de los objetivos de las campañas militares pero no el único.

En 1904 con la creación del Instituto Geográfico Militar (IGM), empezó un periodo en el cual la cartografía fue colocándose en la escena de las prioridades del Estado Argentino.

De esta manera la cartografía de tipo "archipiélago" realizada por las Oficinas Militares decimonónicas fue cambiando, y las tareas cartográficas y topográficas fueron haciéndose cada vez más específicas. Esta especialización se manifestó básicamente en la progresiva especialización técnica, profesional e institucional que experimentó el Instituto. Por un lado, se registró un incremento cualitativo y cuantitativo del personal contratado para la realización de los trabajos topográfico. Por otro lado, el tipo de organización institucional del IGM tendió a crear un perfil más científico de las tareas cartográficas y topográficas. Estos cambios llevaron a implementar una nueva metodología del trabajo topográfico: las campañas topográficas se independizaron de las campañas militares y, al mismo tiempo, comenzó la intervención de otro tipo de profesionales (topógrafos, geodestas, dibujantes etc.)

Todos estos indicios de especificación y especialización de las actividades y las tareas topográficas trajeron como consecuencia la necesidad de crear distintas instituciones, como el Colegio Militar de la Nación (1870), la Escuela de Ingenieros Militares (1885) y la Escuela Superior de Guerra (1900), que se dedicaron a formar profesionales y técnicos capaces de enfrentar los nuevos desafíos implicados en las tareas cartográficas. En este trabajo se analiza el proceso a lo largo del cual la cartografía militar se dedicó exclusivamente al mapeo topográfico del territorio argentino. Ese proceso estuvo marcado por la imbricación de otros dos procesos: por un lado, las prácticas cartográficas se profesionalizaron dentro del ámbito militar según las pautas de las ciencias topográficas y geodésicas más modernas; por el otro, las oficinas cartográficas abandonaron los objetivos netamente castrenses (mapas de movimiento de tropas y líneas de "frontera interior") para pasar a proponer proyectos cartográficos de alcance nacional y de interés para la gestión del Estado. Como resultado de ello, comenzó a producirse una cartografía *topográfica*, con escalas, proyecciones, y representaciones homogéneas.

Para esto se analizan las estructuras administrativas, el personal y los objetivos de las diversas oficinas topográficas militares que funcionaron en la Argentina en la segunda mitad del siglo XIX y a principios del siglo XX.



D - 36 - Área 2

08:30 a 09:30 - Área 2 | 2-Respostas teórico-metodológicas da geografia ante las recientes espacialidades

2029

APUNTES PARA UNA CRÍTICA DE LA GEOGRAFÍA POLÍTICA: TERRITORIO, FORMACIÓN TERRITORIAL Y MODO DE PRODUCCIÓN ESTADISTA

Bustos Ávila, Camilo Alejandro ^{1(*)}

1 - Universidade de São Paulo | (*) Brasil

Resumen:

El "Territorio" es uno de los conceptos más antiguos y tradicionales de la Geografía, su uso ha sido reivindicado; tanto para justificar la necesidad de la expansión de la soberanía de los Estados nacionales en un espacio determinado por fronteras internacionalmente reconocidas; como por comunidades locales, urbanas y rurales, muchas veces representadas políticamente por partidos políticos y movimientos sociales, para que les sea reconocida su apropiación sobre el espacio cuando se encuentran en peligro de ser expulsados de áreas en las que han vivido tradicionalmente. Por lo tanto, la utilización del concepto de territorio y sus derivados: territorialización y territorialidad, representa múltiples desafíos para los distintos académicos que se encargan de su estudio, como geógrafos, antropólogos y politólogos, entre otros. Este escrito tiene la finalidad de debatir las diferentes aproximaciones a conceptos como territorialización y formación territorial, a partir de diferentes corrientes teóricas y metodológicas de varias áreas de la disciplina geográfica, como la Geografía Política, la Geografía Económica y la Geografía Agraria. Se hará una revisión de conceptos como territorio, territorialización y territorialidad, con base en la revisión de autores muy conocidos que han trabajado el concepto como: Ratzel, Santos, Raffestin, Sack y Haesbaert, entre otros. Se hará un destaque especial sobre el concepto de "formación territorial", mostrando la predominancia que tiene una concepción del territorio que lo ubica, específicamente, como "cuerpo del Estado", de acuerdo con la tradición teórica heredada de Ratzel y, a partir de la cual, han sido realizados numerosos trabajos en el área de Geografía Política. Esta concepción será fuertemente cuestionada por ser considerada una utilización de la Geografía para justificar el orden estatal, de acuerdo con una perspectiva hegeliana que representa al Estado como el fin de la historia, negando las contradicciones inherentes a su implantación en el espacio, arrasando modos de vida tradicionales y territorialidades alternativas de acuerdo con una perspectiva ideológica basada en el desarrollo de la economía capitalista, el crecimiento económico y el "progreso". Para la crítica de la concepción de territorio como territorio estatal serán utilizados aspectos de la teoría marxista sobre el Estado, rescatada por autores como David Harvey y, principalmente, Henri Lefebvre. De este último autor será utilizado el concepto de "Modo de Producción Estadista", para expresar la expansión de la forma Estado (la difusión de las instituciones mediando todos los aspectos de la vida humana), identificándola como una forma de sociabilidad que sirve a la expansión de la forma mercancía y, por lo tanto, de las relaciones económicas capitalistas. El artículo que se presenta aquí, surgió como desenvolvimiento de aspectos teóricos trabajados en la disertación de Maestría defendida por el autor, en 2008, en la Universidad de São Paulo sobre la influencia del Plan Colombia sobre una comunidad de campesinos indígenas del Departamento colombiano del Putumayo y a raíz de los conflictos territoriales generados por este conjunto de políticas, destacándose el desconocimiento por parte de los organismos del gobierno colombiano y de instituciones públicas y privadas internacionales, de la racionalidad indígena y campesina en la forma de concebir la vida y apropiarse de la naturaleza.

2078

RELAÇÕES RURAIS-URBANAS: AS PESQUISAS EM GEOGRAFIA E AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA SOCIOLOGIA RURAL.

Goulart, Fernando ^{1(*)}; Azevedo da Silva, Clécio ²

1 - UFSC/IF-SC | (*) Brasil

2 - Universidade Federal de Santa Catarina

Resumen:

Foi provavelmente a Sociologia Rural que inaugurou no século passado uma reflexão mais cuidadosa das relações rurais-urbanas a partir da compilação de categorias que pudessem qualificar a essência social dos espaços rurais em contrapartida com as lógicas da sociedade urbana. Para tanto, no desenvolvimento dessa ciência pode-se distinguir duas tendências: a francesa e a norte-americana, orientadas à definição do que é o rural, frequentemente em contraposição ao urbano; bem como a demarcação do "meio" e da população rural como seus objetos de estudo e pesquisa. Nos Estados Unidos, a trajetória acadêmica da disciplina foi contemporânea e, em certa medida influenciada pelos estudos de ecologia urbana da "Escola de Chicago", sobretudo em relação aos conceitos e métodos utilizados por seus pesquisadores. Sem dúvidas, a projeção das pesquisas sobre os problemas urbanos, que renovou vários dos estudiosos de Chicago (R. Park, E. Burgess, L. Wirth, entre outros), contribuiu para o aparecimento de uma vertente de estudos rurais que os espelhasse. Pode-se assim dizer que alguns sociólogos apegados aos referenciais da ecologia urbana, mas preocupados com a sociedade rural da época, foram os responsáveis por inaugurar a Sociologia Rural norte-americana, muito ligada, pelo contexto em que surge, às bases teórico-metodológicas proposta pelos estudos urbanos. A importância dessa vertente de discussão na Sociologia Rural pode ser evidenciada através do artigo clássico de Sorokin et al. (1929) apud MARTINS (1986) intitulado "Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o mundo urbano". No referido trabalho a compreensão das diferenças entre o rural e urbano foi analisada pelos autores segundo a identificação das "características diferenciais e definições 'compostas' do mundo rural e do mundo urbano". Os "traços típicos" compreendiam esforços em distinguir o rural do urbano, identificado através de características próprias de tais áreas: as diferenças ocupacionais e ambientais presentes no campo e na cidade; o tamanho das comunidades; a diferença em termos de densidade populacional; a heterogeneidade das populações; as particularidades na estratificação e complexidade social; os fatores responsáveis pela mobilidade populacional e a direção da migração, bem como as formas específicas de integração social. O postulado das diferenças, como colocados, tratam bem o arcabouço teórico e o posicionamento da Sociologia Rural norte-americana na primeira metade do século XX, contexto em que a noção de polarização aparece como formulação coerente porque consegue, em essência, apresentar os descritores que servem para categorizar as comunidades rurais e urbanas como formações específicas. Entretanto, para Smith (1947), a polarização apresentava as diferenças rurais-urbanas como extremos de uma escala polar, desconsiderando os subespaços fronteiros e o *continuum rural-urbano*. Nesse sentido, o autor defendia de que não existia absolutamente "[...] um grau definitivo de urbanização ou de ruralização, e sim um fluxo de características em que o rural e o urbano em vez de constituírem simples partes de uma dicotomia, tendem a situar-se ao longo de uma escala [...]. (SMITH, idem: p.87)". No pós-guerra, o debate acerca da dicotomia rural *versus* urbano passou a dar lugar a um novo corpo de pesquisas que procurava compreender de que forma os agricultores respondiam aos estímulos da introdução de novas técnicas de produção agrícola, na perspectiva do "social psychological-behaviorist approach", também conhecido como difusionismo (SCHNEIDER, 1997). Por tais perspectivas práticas, o referido momento definiu-se pela diminuição do interesse da Sociologia Rural sobre a problematização acerca do *continuum* campo-cidade. De fato, a noção de convergência da base ocupacional, trazida pela aparelhamento técnico do trabalho na agricultura, e o afinamento das trocas entre os espaços rurais e urbanos, apresentava-se para alguns sociólogos rurais como um problema prático que demandava reconsiderar o sentido oferecido até então aos conceitos de rural e urbano. Contudo, na década de 70, Aldo Solari resgatou a questão apontando para uma terceira via que adiante as idéias de polarização e do *continuum rural-urbano*, buscando construir uma síntese de explicação do contato rural-urbano no contexto das concepções e fundamentos vigentes na Sociologia Rural. Para tanto, propôs a perspectiva de um gradiente contínuo/descontínuo rural-urbano (MARTINS, 1986). Solari esclareceu que o fenômeno de "fuga" dos habitantes do centro da cidade para a franja urbana, aproximava essa população do "meio rural"; da mesma forma pelo uso das áreas rurais como espaço de lazer. Portanto, o estágio diferenciado do grau de urbanização refletia diretamente na aproximação e validade teórica dos critérios de delimitação rural-urbana, isso porque quando a urbanização se dá lentamente, a polarização entre as comunidades rurais e urbanas são mais nítidas, respaldando o proposto por Sorokin et al. (op.cit) Por outro lado, "em se tratando de sociedades de urbanização acelerada, em que é mais nítido o avanço da cidade sobre o campo, o *continuum* rural-urbano se apresenta com maior clareza (SOLARI, op.cit)". Nesse sentido, o autor acrescentou uma terceira via no estudo das relações rurais-urbanas, de



enorme importância teórica, apesar de reconhecermos que o debate encontra-se hoje revestido de novas complexidades. Evidentemente que não se trata de afirmar que a questão foi superada ou a discussão proposta pelos referidos autores encontra-se comprometida. Ao contrário, a emergência de quadros explicativos não desconstruiu em absoluto o que havia sido proposto anteriormente, apesar de acrescida agora de inéditos complicadores, como no caso brasileiro. Portanto que a problemática dos estudos contemporâneos a respeito das relações rurais-urbanas e sua questão central - da dissociação ou indissociabilidade entre o espaço rural e urbano - ao que parece, permanece em evidência.

09:30 a 10:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2175

UN ANÁLISIS CRÍTICO DE LOS DEBATES CONTEMPORÁNEOS EN LA GEOGRAFÍA POLÍTICA

Talledos, Edgar^{1(*)}

1 - Universidad Nacional Autónoma de México | (*) Mexico

Resumen:

Resumen

Desde finales de la década de los setenta hubo un resurgimiento de los trabajos de la geografía política, ese auge estuvo en marcado por los trabajos de Paul Claval que menciona que: "se ha hecho poco caso de las dimensiones espaciales de los actos de poder" (Claval, 1978) y por los de Claude Raffestin, (1979, 1980) quien lanzaba su propuesta de una *geografía del poder*, preocupado en producir una Geografía Política que diera cuenta de las formas nuevas y complejas del ejercicio del poder, en su relación con el espacio, que propiamente con el Estado en sí. A la parte de estas argumentaciones también se encontraban las argumentaciones de Lacoste (1978) con su libro la *Geografía un arma para la Guerra*. A partir de estas obras hubo un relanzamiento de los debates que vinculaban a la geografía con la política, de dichos debates surgieron varias obras con esta temática, como las de P. Taylor (1980), R. Johnston (1986), A. Silva (1984) J. Sánchez (1992), W. Costa (1991), D. Massey (1993), y G. Uribe (1998). Estas obras situaron a la geografía política en el escenario académico mundial que hasta la fecha sigue estando presente, como lo demuestran los trabajos de F. Farinelli (2000) J. Nogue y J Vicente (2001) e I. Castro (2005).

El creciente interés en los investigadores geógrafos para realizar estudios de geografía política colocó a distintos temas y escalas de análisis (como la regional y local) en otras perspectivas teóricas y metodológicas dentro de la Geografía Política. Así en esta época vuelve a renacer el interés por las cuestiones políticas en Geografía y por los debates que fundamentan sus argumentaciones en el *Territorio* como fuente o estrategia de poder.

Todos estos trabajos han estado enmarcados por distintos marcos teóricos-conceptuales, que van desde el estructuralismo, el funcionalismo, el marxismo y la posmodernidad, estas obras de geografía política han tratado de innovar y de presentar marcos teóricos que permitan mostrar una geografía política coherente con el desarrollo de la época en la que se inscriben. Sin embargo dichos trabajos han tenido un punto común, salirse del debate iniciado por la geografía francesa del *determinismo* versus *posibilismos*.

De esta manera pretendemos mostrar, desde un punto de vista crítico, cuales son los debates, pretensiones y propuestas teóricas-conceptuales actuales de la geografía política.

Objetivo: Se explora lo que fue y está siendo producido dentro de la Geografía Política, buscando enfatizar el modo por el cual los geógrafos conciben e interpretan, sistemáticamente y mediante discursos específicos, las cuestiones de la política.

La estructura de la exposición adoptada busca reflexionar los aspectos más importantes de la evolución de ese campo de estudios privilegiando a los autores y sus obras que notoriamente contribuyen para el avance del conocimiento en esta área.

Métodos y Técnicas: El análisis se realiza primero estableciendo los inicios de lo que podemos denominar la geografía política clásica, para después remitirse a los libros producidos con el título de geografía política a partir de la década de los setenta, para llegar a los trabajos más recientes publicados tanto en libros y revistas especializadas, impresas y en vía electrónica. Esto nos podrá mostrar como el pensamiento dentro de la geografía política ha sido y es heterogéneo y contradictorio en sus diferentes etapas de desarrollo.

Principales aportes geográficos: El presente trabajo intenta inscribirse teóricamente desde un marco teórico conceptual crítico, que permita entender los problemas tanto metodológicos como teóricos desarrollados en este campo de estudio, además de establecer y apuntar cuales son las tendencias y perspectivas actuales en el sector.

Finalmente, este trabajo procura demostrar que, al contrario de lo que muchos todavía pueden imaginar, la Geografía a diferencia de los demás ramos de las ciencias humanas, no ha generado un conocimiento neutro, aunque aún innumerables científicos sociales imaginen que los geógrafos no tenían intimidad con las cuestiones de la política, este trabajo contribuye para mostrar que esto no es verdad desde hace por lo menos cuatro décadas.

3352

REVITALIZAÇÃO DA MICRO-BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO GUARUJÁ – LONDRINA – PARANÁ – BR: UMA EXPERIÊNCIA METODOLÓGICA EM ATIVIDADE DE EXTENSÃO.

Alves, Valter Vinicius Vetore^{1(*)}; Meireles, Marcio Aparecido¹; Arcanjo, Evandro Gabriel¹; Silva, Ricardo Alves da¹; Fuscaldo, Wladimir Cesar¹; Barrozo, Luciana Aranda²

1 - Universidade Estadual de Londrina | (*) Brasil

2 - Sala Verde Peroba Rosa

Resumen:

Introdução A metodologia de Estudo do Meio tem sido uma das alternativas para o trabalho com a temática Ambiental no ensino de Geografia e em ações desenvolvidas em Projetos de Extensão, como é o caso do Projeto "Assessoria e Acompanhamento à implantação do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos da Universidade Estadual de Londrina – RECICLAUEL." Após a fase de implantação do programa no campus da UEL, procuramos estender à comunidade algumas das experiências acumuladas no RECICLAUEL. Para tanto firmamos parceria com a Sala Verde "Peroba Rosa", que surgiu a partir de uma parceria entre a Vila Cultural Alma Brasil e o projeto Sala Verde coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. A Sala Verde Peroba Rosa está localizada a 200 metros do fundo de vale do Córrego Guarujá na Vila Brasil, uma das regiões mais antigas de Londrina, formada por quatro bairros, próximos à região central da cidade. Estima-se que a população local esteja em torno de 30 mil habitantes. O Córrego Guarujá, juntamente com outros vinte córregos distribuídos por diversos bairros e vilas do centro e proximidades pertence a Micro-bacia do Ribeirão Cambé, uma das seis Micro-bacias localizadas no perímetro urbano. Além de disponibilizar recursos de uma Biblioteca Ambiental para escolas, comunidade da Vila Brasil e região e outras instituições, a Sala Verde Peroba Rosa realiza atividades em Educação Ambiental integradas a elementos de Artes Plásticas, Teatro, Educomunicação e Cultura Popular. A parceria entre a Sala Verde Peroba Rosa e o PROJETO RECICLAUEL resultou na formação de um Grupo de Estudos em Educação Ambiental, que teve como uma das primeiras ações a realização de algumas atividades na cabeceira do Córrego Guarujá convidando as autoridades ambientais da cidade para discutirem os problemas encontrados neste fundo de vale. Foi apresentada uma proposta de projeto para a Recuperação Ambiental da Micro-bacia Hidrográfica do referido Córrego, iniciando por um mutirão de limpeza da área e outras ações educativas. Objetivos Realizar um levantamento da situação sócioambiental da área estudo, com a participação da equipe da Sala Verde, estagiários do RECICLAUEL, professores e alunos da Escola Municipal Arthur Thomas; Contatar os moradores da região, formar grupos de diálogo para que haja uma participação ativa nas tomadas de decisão e formulação de projetos a serem desenvolvidos; Estimular a curiosidade, a leitura e a busca por informações ambientais em seus mais variados aspectos e disponibilizar os recursos da biblioteca da Sala Verde "Peroba Rosa" aos moradores da região para que os projetos a serem formulados possam também estar apoiados à base teórica sobre o meio ambiente em seu sentido mais amplo; Combinar atividades da cultura popular, educomunicação e arte educação para que haja sensibilização e envolvimento da comunidade com as práticas de educação ambiental; Viabilizar o acesso às informações ambientais aos professores da Escola Municipal Arthur Thomas (1ª a 4ª série do ensino fundamental); Desenvolver atividades de ensino de Geografia e Educação Ambiental com a Metodologia de estudo do Meio, juntamente com os professores da Escola Municipal Arthur Thomas; Métodos e Técnicas - Etapa 1: Diagnóstico: Realizar um levantamento técnico sobre as características da área com relação ao solo, vegetação, recursos hídricos, deposição de resíduos e contaminações, uso do fundo de vale



pela comunidade, uso do local para pastagem de equínos, etc., com a utilização de ferramentas de geoprocessamento e outras formas de representação cartográfica; Formulação e aplicação de questionário para conhecer as impressões do público frequentador da área de estudos com relação à temática ambiental e especificamente as relações da população local com o Córrego Guarujá. Formulação de questionário e aplicação para a comunidade, associações e instituições locais levantando suas impressões sobre a questão sócioambiental local: histórico do uso e ocupação da APP (Área de Preservação Permanente), características da área natural como relação ao solo, vegetação, recursos hídricos, deposição de resíduos e contaminações, uso do fundo de vale pela comunidade, uso do local para pastagem de equínos, etc. Etapa 2: Informação e Participação reunião da equipe técnica para elaboração dos resultados da etapa de diagnóstico; Apresentação desses resultados para a comunidade; Levantamento de medidas necessárias para iniciar a implementação do projeto e identificar atores sociais que queiram se comprometer com tais medidas; Reuniões para definir estratégias e projetos a serem formulados e aplicados a partir da realidade local; Etapa 3: Participação e implementação das ações As estratégias de ação definidas na etapa anterior devem estar apoiadas: na realização de oficinas e encontros formativos, onde possam ser discutidos conceitos e práticas ambientais. Tais atividades poderão contribuir para que a comunidade possa definir problemas ambientais, questionar como suas atitudes diárias favorecem a perpetuação destes problemas e propor soluções para a resolução dos mesmos; Os objetivos definidos estão apoiados em alguns princípios norteadores das práticas de Educação Ambiental como a criação de um espaço de diálogo e interação onde a temática ambiental possa comungar com o saber local; a realização de atividades em educação ambiental permeadas por elementos da arte-educação, educomunicação e cultura popular, ponte de ensino-aprendizagem entre a comunidade e facilitadores do projeto; Na difusão das noções de autonomia, incentivo a leitura, aquisição de informação e elaboração de projetos sócio-ambientais específicos para a realidade local; Avaliação dos e aspectos ambientais locais sem perder de vista a suas implicações com os contextos municipal, estadual, nacional e global. Principais contribuições geográficas – pretende-se, com este projeto, utilizando a Metodologia de Estudo do Meio, o ensino de Geografia e a Educação Ambiental, aprimorar os conhecimentos dos participantes na compreensão das relações sociedade-natureza e sua complexidade no período histórico atual, representado pelo meio técnico-científico-informacional, caracterizado pelo intenso uso dos recursos naturais e urbanização acentuada.[1] [1] Eixos temáticos Eixo 3 – Educação e ensino da Geografia Eixo 7 – Processos da interação sociedade-natureza

6321

EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES ENTRE OS CURSOS DE FILOSOFIA E GEOGRAFIA

Elias de Jesus, Tânia ^{1(*)}; Honória dos Santos, Vanilda ¹; Ávila Melo Sampaio, Adrian ¹; Itamar Borges, Bento ¹

¹ - Universidade Federal de Uberlândia | (*) Brasil

Resumen:

EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES ENTRE OS CURSOS DE FILOSOFIA E GEOGRAFIA

Este Projeto de pesquisa teve seu início no ano de 2006, época em que houve o interesse em compreender melhor a dinâmica do curso de Filosofia, surgiu então, a vontade de pesquisar os motivos que causavam as desistências dentro deste mesmo curso. Naquele momento, não havia maiores pretensões, pelo menos, não por parte das alunas pesquisadoras. Entretanto, na medida em que o trabalho foi se desenvolvendo, pode-se perceber quão extensa era de fato a pesquisa, pois extrapolou os limites do curso de Filosofia, e logo começou a se integrar a outros cursos, especialmente ao curso de Geografia, que respaldou a pesquisa e trouxe maiores informações extra classe, bem como o estímulo constante a novas leituras e outras experiências, como ministrar uma palestra ou um mini curso. Apesar dessas experiências serem estimuladas no próprio curso de Filosofia, cada segmento tem um modo de conduzir as situações que se apresentam, e, quando se tem a oportunidade de conhecer outras vertentes, o conhecimento torna-se mais amplo.

Essa possibilidade despertou nas alunas pesquisadoras a visão da interdisciplinaridade, que na prática supera, e muito, a teoria. O contato com novos saberes, outras formas de proporcionar a formação e, acima de tudo, troca de conhecimento que numa graduação convencional torna-se mais difícil de acontecer.

A importância do trabalho sob todos os aspectos é indiscutível, pois, a formação das pesquisadoras em questão, tomou proporções, que só agora, depois de algum tempo de desenvolvimento é que se pode perceber. Houve um rompimento de barreiras e uma abertura a novos horizontes, ou seja, foram superadas algumas dificuldades, como, por exemplo, falar em público, ao mesmo tempo, em que houve um estímulo a buscar novos caminhos e acreditar em novas possibilidades. Bem como entender mais e melhor a dinâmica do curso de Filosofia e aqueles que deram suporte à pesquisa.

No início havia o anseio das pesquisadoras em compreender o porquê das desistências, agora ainda permanece a preocupação, uma vez que se percebe que o aluno tem algumas dificuldades em relação ao curso, mas, o que prevalece para esse aluno é o imediatismo, ou seja, se formar. A Filosofia é algo desejado, porém, aparentemente, não é viável economicamente, porque o mercado de trabalho não oferece oportunidades para estes profissionais. Isto, entre outras questões, faz com que se pense que o problema é maior do que de fato se apresenta, pois não se sabe até que ponto o curso pode interferir nesse processo. Mas, o que mais surpreendeu, e positivamente, é que o número de desistências é menor do que a hipótese anteriormente colocada, ou seja, os dados comprovaram que há desistências, entretanto, o que ocorre é uma postergação do curso, isto é, há um esvaziamento, mas grande parte destes alunos terminam a graduação num tempo maior que o previsto.

Apesar deste parecer ser parcial faz-se necessário a sua referência, pois é preciso salientar que até sob esse aspecto houve um melhor entendimento por parte das alunas pesquisadoras diante do quadro que se apresenta.

De fato esta oportunidade é singular, pois o contato direto e constante tanto com outros cursos quanto com os orientadores do projeto, proporciona uma formação acadêmica, pessoal e profissional mais rigorosa, uma vez, que estimula a busca pelo conhecimento de modo mais amplo, independente e autônomo.

Os discentes continuam como tema principal da pesquisa, e a desistência ainda é o que se espera compreender, porém, hoje é possível entender melhor o processo sem tanto sofrimento e sem maiores expectativas, bem como entender que o curso pode melhorar sob muitos aspectos, mas que tem sua dinâmica própria; e não pode resolver todas as questões que se apresentam, pois nem todas elas podem ser consideradas inerentes ao curso.

11:00 a 12:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2163

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE DAVID HARVEY

Santiago, Julliana ^{1(*)}

¹ - Universidade Federal da Bahia (UFBA) | (*) Brasil

Resumen:

O processo de globalização da produção tem estimulado os estudos da dimensão espacial do desenvolvimento, os quais podem ser classificados em três grupos: i) os estudos da divergência, ii) os estudos de localização e iii) os estudos dos mecanismos de formação das assimetrias espaciais. David Harvey é um representante emblemático desta última corrente, e apoia-se numa crítica às teorias sociais dominantes, chamando atenção que elas têm-se revelado limitadas, por causa da parcialidade dos seus recortes. De um lado, as teorias sociais temporais desconsideram o espaço, do outro lado, as teorias sociais espacializadas desconsideram o tempo. A tentativa de superação de David Harvey destas limitações por meio de sua Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual é o objeto deste trabalho. O objetivo é mostrar que a despeito dos evidentes avanços da sua contribuição teórica ao estudo da dinâmica regional – a exemplo da relevância da questão ambiental (restrições ambientais) nos estudos acerca da espacialidade e da análise espaço-tempo –, sua abordagem desconsidera um conjunto de questões emergentes, tais como as questões das especificidades dos atores políticos e a questão cognitiva (regiões inteligentes, reflexivas). Com o propósito, portanto, de com Harvey, dá um passo além de Harvey, na requalificação da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, o trabalho busca apoiar-se em Harvey, para ir além dele, através da sugestão de uma agenda reflexiva. Este artigo consta além desta introdução de mais duas partes e uma conclusão. Na primeira parte, faz-se uma reconstrução do quadro referencial que contribuiu para a formulação da



Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual de David Harvey. Inicialmente, apresentam-se dois tipos de teorias sociais, as temporais e as espaciais, mostrando como as mesmas convergem na análise espaço-temporal, a qual se configura como um primeiro ponto de ancoragem da teoria de Harvey. Em seguida, reconstrói seu percurso através da sistematização da sua revisão de quatro diferentes modos de pensar o desenvolvimento regional. Este é, pois, o segundo ponto de ancoragem da teoria de Harvey: a unificação de diferentes linhas de pensamento (historicista, construtivista, ambientalista e geopolítica). Na segunda parte, apresentam-se, inicialmente, as condicionalidades da 'teoria unificada' – a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual – de David Harvey, e depois, faz-se uma avaliação de seu pensamento, apontando algumas limitações a serem superadas. E finalmente, na conclusão, propõe-se uma requalificação da teoria do desenvolvimento geográfico desigual a partir da sugestão de uma agenda de investigação acerca dos desafios que devem ser superados na teoria de Harvey, de maneira a fornecer uma visão mais fidedigna do universo que subjaz a formulação das políticas de desenvolvimento regional na atualidade.

2234

ASPECTOS DA (DES)CENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ

Santos, Regerson Franklin ^{1(*)}

1 - Universidade Estadual de Maringá | (*) Brasil

Resumen:

Identificar as transformações espaciais e avaliar qual seu real sentido e finalidade e conseqüências – a favor da minoria ou da maioria da população – coloca-se como desafio àqueles que se comprometem com o exercício da cidadania e manutenção da liberdade. Desta forma, o presente trabalho pautou-se na desmitificação do território através do estudo de caso realizado na cidade de Paranavaí - PR, Brasil, evidenciando as diversas formas de utilização do território. No transcorrer da pesquisa, procurou-se estudar a Geografia em sua totalidade, ou seja, relacionando prática - pois provida de questionários, entrevistas e coleta de dados -, e teoria, uma vez que, a construção do conhecimento científico sempre exige um delineamento teórico. Também ressaltamos e discutimos questões epistemológicas, por entendermos que se muda a sociedade, mudam-se todas as estruturas, promovendo a descoberta do novo e a necessidade de novos parâmetros epistemológicos. Ademais, não se deixou de lado as questões que abrangem a multi, pluri e interdisciplinaridade, uma vez que o próprio objeto da geografia incide na relação entre sociedade e natureza, promovendo transformações sobre a forma como se estudam ambos, o que coloca a ciência geográfica na vanguarda desse processo, e, portanto, mais conexa com outras disciplinas. Com essa postura crítica, entendemos que se pode chegar a conclusões coesas e eficazes, que expressam uma realidade existente e não vestígios ideológicos a favor do capital, que tem feito do Estado um mero espectador acerca das questões políticas e econômicas. Para chegar a essa finalidade, adotamos o Uso do Território como categoria de análise fundamental à construção e reconstrução dos espaços geográficos, que interligam o mundo ao local, no caso de nossa pesquisa, voltados para a centralidade dos serviços de saúde que tem se expandido de forma considerável e que dinamizam o setor comercial e de serviços e torna a cidade de Paranavaí um centro regional de extrema importância para os municípios circunvizinhos, pois desprovidos de infra-estrutura mínima. Por um lado, temos os estabelecimentos públicos desprovidos ou atuando precariamente acerca da mão-de-obra e de infra-estrutura, tendo que atender uma grande parcela da população, por outro, os estabelecimentos particulares que vem crescendo em decorrência dos convênios com o SUS – Sistema Único de Saúde – e demais instituições que, através dos planos de saúde, atendem uma parcela específica – os dotados economicamente – da população, o que evidencia o Uso do Território de forma a ampliar as desigualdades sociais e econômicas. Desta forma, durante a realização da pesquisa, pautamos nossas críticas na coerência e na postura ética visando diagnosticar os problemas, mas também apontar as políticas que priorizam pequenos grupos seja de pessoas seja de empresas e/ou instituições que vêm na saúde um rol passível de ampliação do ganho e do lucro, perfazendo um papel não apenas de investigador, mas de cidadão comprometido com a distribuição de renda e a inserção social. Expressamos nossa opinião, pois compreendemos ser fundamental construir um mundo mais humano e solidário, o que só será possível se repensarmos a utilização do território em favor de poucos, deixando fora do bojo aqueles mais necessitados e assim, formando um espaço perverso e desigual. Cabe aos Geógrafos e Professores de Geografia unirem as geografias e formarem um verdadeiro espaço da vivacidade mínima.

5368

ESPAÇO PÚBLICO: UM DIÁLOGO ENTRE GEOGRAFIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Miranda Cardia, Rita Helena ^{1(*)}

1 - UNESP-Universidade Estadual Paulista- Rio Claro-SP | (*) Brasil

Resumen:

O objetivo deste trabalho é tentar traçar as diferentes definições do conceito de espaço público nas Ciências Sociais e na Geografia, e mostrar a relação que existe entre esses dois tipos de "espaços" para entender a dinâmica do urbano. Acredita-se que esta categoria de análise seja essencial para compreender a dinâmica social urbana composta por uma diversidade de atores sociais com distintos interesses. Acredita-se também que a relação existente entre Ciência Política e Geografia seja muito relevante para pensar novas políticas urbanas e soluções para a segregação espacial nas cidades.

Para o desenvolvimento do trabalho realizou-se a leitura de alguns autores da Ciência Política e Sociais que trabalham com o conceito de esfera pública e democracia como Evelina Dagnino, Sérgio Costa, Leonardo Avritzer, Tarso Genro, Vera Telles, Nancy Fraser, Jürgen Habermas, Arato e Cohen. A leitura sobre o conceito de espaço foi realizada a partir das diferentes definições encontradas na Escola Crítica e Radical da Geografia Brasileira nas obras de Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa e na obras de David Harvey e Henri Lefebvre.

A justificativa para a realização deste trabalho se encontra na importância de entender o espaço público em sua visão sociológica, pois independente das distintas definições existentes para este conceito, em sua essência pode-se considerá-lo como uma instância política singular de debate, discussão e diálogo conduzido racionalmente em torno de decisões sobre um interesse público. A análise deste "espaço público" complementa o estudo geográfico do espaço urbano, pois de um modo geral podemos considerar que a Geografia parte da materialidade, ou seja, do espaço geográfico, para entender as relações sociais que o constitui e que o produziu. Sendo assim, acredita-se que o estudo da abordagem Geográfica e da Ciência Política revela um movimento dialético da construção do urbano, pois as decisões tomadas no espaço público de debate e decisões também são responsáveis pela construção do espaço urbano.

Este trabalho dividiu-se em três partes. Na primeira realizou-se um panorama entre as distintas definições de espaço público a partir da Ciência Política traçando um debate entre os autores. Na segunda partiu-se de uma análise do conceito de espaço, principal objeto de estudo da Geografia. Na terceira parte realizou-se a tentativa de evidenciar a relação entre as distintas abordagens das duas áreas do conhecimento e ciências e exaltar este diálogo necessário para o estudo das políticas públicas urbanas.

Acredita-se que exista um confronto entre a política de regularização fundiária e a relação estabelecida pela população em uma área ocupada irregularmente. Sendo assim, a participação popular no processo de regularização fundiária das políticas habitacionais, serviria para partir do reconhecimento de um espaço já existente produzido pela população habitante, para assim democratizar o acesso ao solo urbano e à própria cidade, além de concretizar a construção coletiva entre sociedade civil e Estado, da cidade.

As políticas urbanas deveriam articular os instrumentos de ordenação do território contidos nos Planos Diretores, mas o que se vê atualmente é uma desconexão entre esses instrumentos e o que acaba prevalecendo é a lei dos mais fortes, a lei dos grandes empresários que disputam o território com a população de baixa renda e os trabalhadores.

A sociedade produzindo o espaço passa a ter uma determinada consciência dele. Assim, os homens produzindo seus bens materiais e se reproduzindo como espécie estão produzindo o espaço geográfico. É neste sentido que a participação deveria ser fundamental na utilização dos instrumentos de gestão das cidades e elaboração dos planos diretores.

O Estado tem o poder legítimo de excetuar projetos de intervenção no espaço urbano e conseqüentemente organizar o espaço. Os instrumentos de gestão e participação são novas ferramentas que carregam em si uma ideologia fundamentada na "democracia participativa". O que se questiona é que ao mesmo tempo em que são considerados esses novos instrumentos na gestão das cidades justamente para tornar o acesso ao solo urbano mais democrático e que haja efetivamente uma participação da sociedade nas decisões do ambiente construído, a relação entre Estado e empresas privadas está cada vez mais estreita na execução das novas políticas urbanas. E considerando que o objetivo do capital privado é lucrar cada vez mais, como é possível realizar políticas públicas, no caso de urbanização, sem que haja o predomínio dos interesses



privados?

Acredita-se que o conhecimento do debate contemporâneo na Ciência Política em torno da esfera pública seja essencial para a compreensão da comunicação entre os atores sociais que participam dos espaços públicos referentes aos assuntos pertencentes à dinâmica das cidades, como o meio-ambiente, saúde, habitação, educação, etc. Além de acreditar que a análise desses espaços públicos seja uma maneira de entender o papel que eles cumprem para a produção do espaço, o estudo do espaço urbano pode cumprir a função de termômetro para medir a eficácia das elaborações das políticas urbanas.

Não foi objetivo do autor definir um conceito de esfera pública e espaço urbano, e sim mostrar as distintas definições e a necessidade de mostrar a interação que existe entre esses dois conceitos. Este artigo tentou no plano teórico apontar a necessidade de diálogo entre áreas distintas do conhecimento científico, com o objetivo de chamar a atenção para uma totalidade que se expressa no espaço urbano.

D - 35 - Área 2

08:30 a 09:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2017

A ESTÉTICA ROMÂNTICA GERMÂNICA E O ADVENTO DA CATEGORIA PAISAGEM

Barbosa, Tulio^{1(*)}; Rodrigues Nunes, João Osvaldo²

1 - Universidade Federal de Uberlândia | (*) Brasil

2 - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Resumen:

O presente trabalho tem como tese central que antes de qualquer existência metodológica a Geografia já existia dentro do pensamento da *naturphilosophie*, isto é, trata-se da filosofia da natureza a qual Goethe considerava a arte e a natureza como pontos complementares de polaridades dentro de uma intensificação harmônica entre o homem e a natureza – dentro da mesma lei cósmica –, tal como Spinoza (que o influenciou) compreendia a matéria e o espírito como complementaridade dos atributos do pensamento e dos atributos da extensão (*natura naturans* e *natura naturata*). A filosofia de Goethe e Spinoza deram a idéia de Absoluto uma sobrevida que marcou o encantamento do romantismo, sobretudo o germânico, quanto à relação da arte com a natureza dentro de um pensamento oposto ao mecanicismo e ordenado numa concepção organicista e criadora. O pensamento romântico germânico foi construído a partir deste alicerce teórico e muitos outros contribuíram para o fortalecimento do mesmo; assim, o estudo de seus principais representantes Schelling, Schopenhauer, Fichte e Hegel fazem-se necessário para compreender a passagem da era da representação para a era da positividade por meio da transformação da relação óptica sujeito-mundo (arte-natureza) pelas idéias da estética romântica; assim, um dos primeiros interlocutores entre a *naturphilosophie* de Goethe e Spinoza foi o cosmógrafo Humboldt. Portanto, o advento da Geografia ocorreu a partir das mudanças da *epistémê* dos séculos XVIII e XIX, por meio de uma desorganização do mundo (segundo sua concepção racional) e um subsequente retorno ao mundo sensível pelo pensamento filosófico e estético romântico; o que deu margem ao surgimento de novos métodos filosóficos-científicos. Diante disso, a Geografia foi sistematizada e institucionalizada a partir da categoria paisagem, que foi, sem dúvida, a categoria balizadora do pensar geográfico; assim, objetivamos colaborar para a compreensão da categoria paisagem na ciência geográfica por meio do questionamento ontológico-epistemológico que tem a capacidade de promover uma gnoseologia estética e direcionar o pensamento geográfico para o romantismo como fundamento da Geografia moderna; assim, os referenciais teóricos trabalhados (Schiller, Kant, Goethe e Fichte) contribuíram para que a relação ser-pensamento-mundo revelasse a paisagem enquanto dialética histórica-geográfica inacabada. São nossos objetivos gerais, portanto, um maior entendimento das formas e das funções que estruturam o pensar geográfico, portanto, nossa tese desenvolve-se à partir da estética, ou seja, os valores estéticos-morais coordenam e até mesmo materializam as paisagens, logo compreender a estrutura das paisagens significa compreender o mundo que aí está, avançando para além da pseudoconcretidade. Deste modo, os objetivos específicos deste trabalho são apontar um método de estudo para a paisagem; assim, o estudo precisa ir além da compreensão da paisagem enquanto multiplicidade dimensional relacionada aos fatores antrópicos no binômio natureza-sociedade ou sociedade-natureza, isto é, a paisagem deve ser atrelada aos sujeitos enquanto ontologia. É necessário, entender a relação entre a delimitação do campo paisagístico, os objetos e fatores selecionados para diferenciar uma paisagem de outra, bem como apontar as especificidades da categoria paisagem na Geografia. Neste sentido, por meio do materialismo histórico-dialético o trabalho contribuirá para o aperfeiçoamento do debate epistemológico, bem como o melhoramento das práticas geográficas quanto ao processo ensino-aprendizagem. Debater a categoria paisagem e resgatá-la enquanto conceito construído historicamente contribui para o próprio futuro da ciência geográfica enquanto ciência dialética.

2118

AS PERCEPÇÕES DO HOMEM SOBRE A NATUREZA

Morimoto, Clayson^{1(*)}; Salvi, Rosana Figueiredo¹

1 - UEL - Universidade Estadual de Londrina | (*) Brasil

Resumen:

O presente trabalho tem como objetivo contextualizar no decorrer dos tempos a intrínseca relação do homem e da natureza, buscando explicitar como as transformações desta conflituosa relação de dominação e subordinação e subordinação como se ocorre esta conflituosa relação. Sabe-se que desde a mais primitiva das sociedades, homem-natureza estão interligados. Isto porque o homem para produzir seus bens de consumo recorreu à natureza transformando seus recursos naturais em prol dos interesses pessoais. Esses fatos, evidentemente, produziram consequências na vida prática, dando surgimento a conflitos de interesses até então inexistentes, os quais passaram a exigir regulamentação a fim de preservar o equilíbrio social. Com o advento da revolução industrial, a partir do século XIX, os termos da relação utilização e capacidade de regeneração da natureza foram invertidos significativamente, de modo que, o homem começou a violentar o movimento global da natureza, alterando o quadro, com a ruptura da escala e do ritmo, sob o duplo efeito do crescimento demográfico e do desenvolvimento tecnológico sem precedentes históricos. No limiar do século XXI, enfrentam-se novos desafios provenientes do avanço das ciências naturais, das economias globalizadas e dos despreparos dos ordenamentos jurídicos para harmonizarem os impasses criados por tantas situações novas. A preocupação do homem moderno com a natureza diz respeito a qualidade de vida. Os problemas negativos sobre o próprio homem levaram a reconhecer que a qualidade de vida é pré-requisito para prosperar econômica e tecnicamente. O homem precisa entender a natureza e não procurar conquistá-la. A natureza é como uma grande força que possui um processo próprio de rejeição de corpos estranhos que o invadem. Ela poderá aceitar o homem, porém dentro de suas regras e de suas condições. Como o homem persiste em transgredir, violentar essas regras ele se incompatibiliza em conviver harmonicamente com a natureza. Em razão do caráter teórico deste trabalho, deverá ser utilizada uma pesquisa bibliográfica e documental, que irá, através de um processo analítico e sistemático, coletar e analisar as informações a respeito do tema, provenientes das mais diversas fontes, tais como, livros, revistas, artigos de jornais, doutrina internacional e internet. Desta forma, o principal método a ser utilizado será o hipotético dedutivo. No que tange as contribuições esperadas, buscar-se-á o presente trabalho fornecer a comunidade científica em geral, um estudo sistematizado da relação homem-natureza, de modo a contribuir para uma reflexão sobre o desenvolvimento humano e das ciências. Assim, coteja-se demonstrar a percepção do homem sobre a natureza, através de uma metodologia clara, de modo a salientar que dessa interação homem-natureza salientam-se aspectos econômicos e sociais que interrelacionam-se numa matriz multi-escalar e multi-temporal. No âmbito teórico, busca-se explicar aos profissionais ligados ao tema apresentado, uma compreensão ampla sobre a subjacente relação do homem e a natureza, com toda a dimensão dessa temática, bem como ampliar o debate em torno da questão da utilização dos recursos naturais face o desenvolvimento das ciências e de novas tecnologias. Com isso, aspira-se que as conclusões do estudo possam subsidiar novos estudos e fundamentar uma concepção em que homem e natureza são concebidos como parte de um mesmo processo de constituição de diferenças. Por óbvio espinhoso, mas brilhante será o caminho a ser trilhado.



2224

O OLHAR E A LEITURA DA PAISAGEM NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

de Oliveira, Janete Regina^{1(*)}; Machado, Patrícia²

1 - UNIBH/UNIFEMM | (*) Brasil

2 - Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH

Resumen:

Compreendida como a dimensão visível do espaço, a paisagem é uma importante categoria dos estudos geográficos. A relação sociedade-natureza, durante muito tempo foi explicada a partir da descrição/observação da paisagem. A sua leitura, como ponto de partida para as explicações acerca dos fenômenos geográficos, sempre esteve presente na prática dessa ciência. O presente trabalho busca refletir acerca da relação entre o olhar e a paisagem no processo de formação do pensamento geográfico. A presente reflexão justifica-se pelo fato do olhar constituir-se como principal instrumento na leitura da paisagem. Para tanto são utilizados alguns referenciais que servem como subsídio para a compreensão dos diferentes significados assumidos pelo olhar na leitura da paisagem. Inicialmente, faz-se uma retrospectiva da evolução conceitual sobre o olhar. O conceito de olhar apresenta algumas diferenciações ao longo do tempo, influenciado pelos referenciais epistemológicos (grego, iluminista, moderno e contemporâneo) que consubstanciaram a reflexão crítica sobre o espaço geográfico e os fenômenos nele observados. O exercício do olhar é o esforço de leitura e decifração desse espaço; é também a busca do conhecimento sobre as sociedades humanas no movimento do conhecimento sobre o mundo. O olhar, dessa forma, pode ser compreendido como ação. O ato de olhar desempenha, assim, na ciência geográfica, papel fundamental na compreensão da relação sociedade/natureza. Tendo em vista a compreensão do olhar como ação que se manifesta como leitura e decifração do espaço geográfico, o estudo aqui proposto passa a orientar sua atenção para a categoria paisagem. A paisagem se destaca como a categoria de análise privilegiada pela geografia. Seja a partir da compreensão de que é categoria que guarda as manifestações das formas do visível, ou que, por outro lado, manifesta as formas resultantes da relação homem/natureza (tendo em vista a historicidade dessa relação), a paisagem se manifesta como resultado do exercício dinâmico do olhar. Portadora de significados diversos (progresso, decadência, religiosidade, memória, entre outros), a paisagem se impõe como elemento constitutivo no processo de construção do conhecimento geográfico. Para que sejam avaliados os propósitos da geografia é necessário que se reflita, também, sobre as orientações epistemológicas que operam (ou não) com esses significados. A leitura da paisagem apresenta significativas mudanças, dependendo do olhar de quem observa: um olhar sob a influência psíquica de Freud, um olhar sob as referências de Marx ou, ainda, sob a perspectiva metafísica de Aristóteles. Tais olhares estão presentes no tipo de leitura que se realiza sobre a paisagem ao longo da construção da ciência e, portanto, na caracterização dos espaços. Para a caracterização da categoria paisagem serão analisadas as referências presentes em Alexander Von Humboldt, Karl Ritter, Paul Vidal de La Blache e Gabriel Rougerie. Esses teóricos nos oferecem uma visão clássica acerca dessa categoria. Numa visão mais contemporânea foram analisadas as contribuições de Milton Santos, para quem a paisagem traz as rugosidades produzidas na relação sociedade/natureza. Uma questão merecedora de destaque refere-se à necessidade de reflexão como único caminho que conduz à ampliação do olhar, da leitura inicial e oferece melhor compreensão do fenômeno sob observação.

09:30 a 10:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2133

A CATEGORIA PAISAGEM: OBJETO E INSTRUMENTO DA GEOGRAFIA

Orrico, Camila Maria Blank^{1(*)}; Souza, Lúcia Helena Pazzini de¹

1 - Universidade Federal do Espírito Santo | (*) Brasil

Resumen:

a. Objetivos Trata de um estudo sobre a categoria paisagem; com a finalidade de compreender a dinâmica paisagística enquanto fenômeno natural e/ou decorrente da produção espacial; faz analogias sobre os conceitos de espaço e paisagem e, de posse desses entendimentos, tece considerações referentes à temática em questão a fim de significar a paisagem sob a lente da Geografia, pois manifesta as relações e diferenças, permitindo ao observador fazer uma triagem do que lhe tem mais sentido. Intenta demonstrar de que forma e porque razão essa categoria passa de objeto de estudo da Geografia para o papel de instrumento na compreensão do espaço. E ainda, quando ela é construtora e quando ela é resultado do que o espaço constrói; quando ela é fabricada e quando ela naturalmente é identificada ou identifica. Quais seriam então, os atores sociais que tentam homogenizá-la e quais através dela demonstram resistência à homogenização. b. Metodologia e técnicas Para descortinar sobre o papel da paisagem ora como objeto, ora como instrumento, a pesquisa se apoia na análise de duas áreas limites que se apresentam em contraste: os bairros Enseada do Suá e Prai do Suá, na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo. A paisagem escolhida contrapõe formas distintas, indicadores de que processos históricos diferentes as resultaram. Consideramos aqui a paisagem como ordem próxima e o espaço como ordem distante, semelhante à lógica aparência/essência. Um dos bairros apresenta uma paisagem homogênea, enquanto o outro traz resquícios que tornam possível um ponto de partida para a sua compreensão, contemplando o seu processo histórico. A paisagem apresentada pelo limite entre os dois trata de um fenômeno social Schier (2003), o qual é tanto percebido, como gerado pela sociedade. A partir dos elementos forma, função, estrutura e processo definidos por Santos (1992) pode-se entender em que momento a paisagem os recebe como novos e quando ela resulta da concomitância deles. A fotointerpretação de imagens aéreas de momentos distintos aliada à pesquisa histórica e a depoimentos de moradores, habitantes e turistas (com diferente grau de conhecimento do lugar em questão), foram as técnicas utilizadas. As fotos aéreas permitiram fazer uma periodização da ocupação do solo, os dados históricos sugeriram as motivações de cada momento nessa ocupação. Os depoimentos concederam à paisagem uma representação, peculiar aos indivíduos e dependente da sua relação com o lugar. c. Principais contribuições Geográficas O objeto maior de estudo da Geografia é o espaço, logo, a paisagem é o seu melhor instrumento. Toda lente de natureza geográfica é capaz de nela identificar a forma e o processo de construção do espaço que ela representa. Porém essa identificação nem sempre é fácil, sobretudo no processo globalizante atual, que acelerou as formas de construções espaciais, carregando com mais intensidade a paisagem de sobreposições, na qual as mais recentes produzidas tentam prevelecer. Infere-se a paisagem como instrumento essencial de subsídios para o estudo de natureza geográfica. Estudando os aspectos físicos, urbanos, sociais e/ou econômicos de um determinado lugar, os indicadores da paisagem convidaram e convidam à reflexão sobre o espaço a ser analisado, sendo este, resultado de um processo histórico presente e aparente no dinamismo espacial. A Geografia prossegue com a discussão sobre seu objeto de estudo ainda não concluída. Essa busca epistemológica ao persistir afirma a sua cientificidade e o estudo de suas categorias contribui para a definição desse objeto. Eixo Temático: Teoria Geográfica da Paisagem

7710

PAISAJES DEL ARROZ EN EL DEPARTAMENTO DE ROCHA, URUGUAY

Segovia, Sandra^{1(*)}; Flora, Horacio; Goñi, Ana Laura

(*) Uruguay

Resumen:

El trabajo elabora una nueva mirada desde la tipificación de paisajes, desde la Geografía Perceptiva y desde el perfil de arquitectos con especialización en paisajismo. Se focaliza la tipificación en los "paisajes del arroz" por la atracción que genera la conformación antropizada -desde la producción- del paisaje natural, conformando una gran extensión del territorio dominada por el monocultivo.

A inicios de la década de los 90 más del 80% de la superficie de arroz en el Uruguay se cultivaba en la cuenca de la Laguna Merín o Región Este, en la última década se han integrado las zonas norte y centro del Uruguay, siendo la primera la que mayor peso tiene en la producción.

Se acota el área de estudio específica al departamento de Rocha, Uruguay, en razón de la existencia de extensas zonas de producción. En la misma confluyen: la gran biodiversidad en un área poco extendida a pesar del uso de un monocultivo, el alto atractivo turístico de estas áreas, la



gran complejidad en la apropiación social del espacio: temporalidades, paisajes fragmentarios, diversidad socio-económica y productiva, entre otras variables. Además presenta una multiplicidad de ambientes: diversidad natural y antrópica, biodiversidad y diversidad histórico-etnográfica.

a. Objetivos.

General: Estudiar los "paisajes del arroz" en el departamento de Rocha, Uruguay.

Específicos:

Analizar los elementos constitutivos que integran un paisaje productivo.

Comprender los "paisajes del arroz" desde sus elementos constitutivos.

Explorar distintas posibilidades de tipificación de paisajes.

b. Métodos y técnicas. Se realiza una revisión bibliográfica focalizada en la tipificación de paisajes y vinculada a la producción de arroz para identificar elementos que la nutran. Para conocer la realidad geográfica de la zona de estudio y obtener criterios para la tipificación, se realizan salidas de campo, relevamiento fotográfico in-situ, estudio de fotografías aéreas e imágenes satelitales. Se utilizan además otras fuentes de información tales como mapas temáticos disponibles realizados por instituciones públicas y de las agrupaciones de productores, cartas del Servicio Geográfico Militar, páginas web. Se realizan entrevistas a informantes calificados.

El análisis se estructura en tres tipos de elementos: físicos, antrópicos y perceptivos, vinculados a la producción de arroz. Se analizan diversas dimensiones dentro de estos elementos, sus relaciones con el arrozal, con sus características particulares, con la población vinculada a él, con la percepción a través de los sentidos, la percepción ambiental y finalmente se elabora una tipificación de "paisajes del arroz".

c. Resultados

Se entiende al medio geográfico no como objeto estático sino como un medio dinámico, determinado por los niveles de producción, como afirma Wettstein (1972): "la sociedad mediante el aporte de trabajo, realiza un intercambio constante de sustancias con la naturaleza, y la transforma así de simple medio físico-biológico en medio geográfico." El paisaje es dinámico, no estable y está sometido a diversas acciones, ya sean geológicas, productivas o simbólicas. De este modo el paisaje pasa a ser objeto de transformaciones, donde lo natural es antropizado, generando una naturaleza artificial.

La cadena productiva del arroz involucra múltiples operaciones de fuerte antropización, teniendo como hilo conductor el manejo del agua, desde la construcción de grandes embalses, de sistemas de riego y drenajes, a instalaciones industriales con secadores, silos de almacenaje e infraestructuras de transporte. La misma ha generado un paisaje de reciente instalación en el país y con una gran velocidad de transformación, desde una perspectiva histórica, ya que hace apenas tres décadas que la producción de arroz se ha instalado en forma significativa en el Uruguay.

Los productores de arroz en el Uruguay tienen particularidades que los diferencian del resto de los productores agrícolas, porque producen casi exclusivamente arroz como cultivo de grano y son productores con un perfil empresarial marcado. Las fuentes de información disponibles permiten conocer la estructura productiva: la incorporación tecnológica, los resultados productivos de su adopción, la escala en términos de tamaño de cultivo, la mano de obra ocupada y la forma como se vincula el cultivo de arroz con otros rubros, en especial la ganadería de carne.

La investigación identifica como muy significativos los valores estéticos e intangibles de estos paisajes productivos. Se señalan las relaciones Paisaje-Percepción que han sido estudiadas en profundidad en las décadas del 60 y 70 del siglo XX. Autores como: Kevin Lynch, 1960, Yi Fu Tuan, 1974, Anne Whyte, 1977, Amos Rapoport, 1978, han realizado valiosos aportes en este sentido. Se considera la Percepción Ambiental porque ésta introduce la noción de variabilidad cultural, en oposición a un medio ambiente único con características inmutables. Esto constituye en la investigación un instrumento conceptual útil para leer al medio ambiente en su variedad cultural. El medio ambiente puede considerarse como una forma de comunicación no-verbal, los usuarios deben saber leerlo, por lo que el proceso de codificar/decodificar debe tenerse en cuenta.

El aporte de este trabajo se centra en una mirada desde la arquitectura del paisaje, de un espacio productivo del Uruguay, en sus múltiples temporalidades, actores, espacios físicos y en su interacción. La tipificación realizada incorpora esta multiplicidad de variables que resulta en una diversidad paisajística original.

8304

EL PAISAJISMO EN TANTO PRÁCTICA DE CARÁCTER TÁCTICO INTERPRETACIÓN Y CONSTRUCCIÓN DE PAISAJES EN MONTEVIDEO

Babino, Adriana ^{1(*)}; Contenti, Luis ¹; Recoba, Alejandro ¹
¹ - IUB | (*) Uruguay

Resumen:

Las ciudades constituyen fenómenos complejos de difícil aprehensión. Dados los múltiples aspectos interrelacionados que conforman el paisaje urbano y tomando a la ciudad de Montevideo como referencia, se propone ensayar instrumentos de interpretación-concepción y actuación adecuados a la complejidad y riqueza del objeto de estudio. Se indaga en la noción de cartografía, espacio de concurrencia de diversas disciplinas y campos de saber, como vehículo de interpretación territorial, pero también como instrumento operativo, constructor de nociones acerca del paisaje. A los efectos de la indagación en modos alternativos de concepción y registro del paisaje, se recurre a la noción de táctica según Michel de Certeau, y a la noción de mapa desarrollada por Deleuze y Guattari. Se entiende el paisaje como una unidad abierta que acepta el desplazamiento entre discursos, tal cual sugiere Jean Marc Besse, e incorpora distintas temporalidades según lo sugerido por Daniel Hiernaux. El paisajismo táctico se concibe como un instrumento revelador y constructor de realidades alter-nas, capaz de habilitar nuevos discursos. La multiplicación y el desplazamiento continuo de los términos en juego, en procesos siempre abiertos, parecen ser recursos eficaces que hacen posible el enriquecimiento del abordaje del Paisaje. Finalmente se sugieren algunos ensayos de su aplicación en la Plaza Independencia de la ciudad de Montevideo. Ensayo # 1: Micropaisajes y huellas En la huella reside una suerte de información sobre algo que ya no está ahí, que apenas si puede ser conmemorado mediante ese rastro; pero la huella también es una realidad objetiva, una señal sobre el territorio con características determinadas. Se propone "desconfiar de lo evidente" buscando marcas permanentes (casi inmanentes al sopor-te) o efímeras como claves para acercarse a procesos de difícil visibilidad que pudieran acontecer en las inmediaciones. La comparación de diferentes registros de On permite visualizar ciclos, fluctuaciones, alteraciones, mutaciones, rupturas en los procesos. La observación simultánea de los registros, habilitaría la construcción de un mapa de puntos de intensidad variable. Ensayo # 2: Ventanas y filtros Se define una ventana que restringe el campo visual. Se produce aquí un primer desplazamiento paisaje-imagen. El paisaje se aplana y se registra en una superficie. A esta imagen se le superponen filtros que intentan revelar/concebir/comunicar relaciones de proximidad visual, simbólica, emocional, u otras posibles, que no son del todo visibles en una primera aproximación. Se superponen a esta imagen filtros que intentan revelar/concebir/comunicar relaciones de proximidad visual, simbólica, emocional u otras posibles, que no son del todo visibles en una primera aproximación. Ensayo # 3: Oscilaciones y bordes Este ensayo está orientado a la lectura de oscilaciones en la configuración visual de la plaza y consiste en la superposición de indicadores de movilidad y registros fotográficos. Se aspira a que el mismo dé cuenta de algunos de los fenómenos efímeros que, siguiendo a Hiernaux, constituyen la cotidianidad de la plaza. Se entiende que la alternativa planteada a modo de ensayo, se valida en la medida en que se hace operativa y efectiviza su potencial generador habilitando nuevos caminos de exploración, liberándonos a la vez, de aproximaciones inerciales.



11:00 a 12:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2173

DISTANTE DO OLHAR: UMA IMAGEM DA CIDADE

Soares Gamaliel, Bárbara ^{1(*)}

¹ - Centro Universitário de Belo Horizonte-UNIBH | (*) Brasil

Resumen:

A cidade, espaço e movimento, se realiza em um contínuo de relações, onde intrincadas combinações na apropriação do espaço asseguram a organização da cidade. Os constantes fluxos das relações fazem e refazem a cidade, imprimindo significados, registrando vivências. O homem é a própria cidade, observador desse espaço e agente da paisagem. A cidade existe através do observador, que só reconhece na cidade aquilo que existe em si. São espelhos, imagens que se abrem ao ambiente, para nele se transformar, num movimento de ir e vir, de troca contínua, até que não se identifique mais a distinção. A visão humana "enxerga" a cidade, sem, no entanto, perceber tudo o que há nesse complexo espaço. A cidade se constrói e fragmenta através do olhar. A cada olhar um cenário se constrói. Não há um olhar único e muito menos uma cidade única. O observador desse espaço percorre a paisagem procurando algo onde seu olhar se fixe. Vista sobre o mesmo ângulo a cidade se modifica não em si, mas através do observador. O observador enxerga a cidade que é capaz de ver. A cidade é complexa, dinâmica e sua compreensão vai além do concreto, linear e lógico. As edificações revelam uma das dimensões da cidade e não sua realidade multidimensional que abrange os fluxos natural, humano e social. O presente estudo objetiva compreender a configuração da cidade sobre a ausência da visão. A partir de entrevistas e estudo da imagem mental (mapa mental) de habitantes videntes e não videntes da cidade de Belo Horizonte. Realizado na Praça da Liberdade, marco histórico da cidade de Belo Horizonte e de seus habitantes. O estudo demanda trabalho de campo, a fim de coletar dados para a elaboração do mapa de análise de campo da Praça e entrevistas com uma pequena amostra de habitantes videntes e não videntes da cidade de Belo Horizonte. As entrevistas realizadas consistem de perguntas a cerca do valor simbólico da praça, sua conformação, estrutura física e a relação com o entorno: ruas de acesso, avenidas... As entrevistas são divididas e analisadas entre os dois grupos: videntes e não videntes, a procura de encontrar elementos de destaque no mesmo grupo. A fim de desvendar semelhanças e diferenças nas percepções dos grupos de habitantes. O resultado da análise consiste na elaboração de três mapas: o mapa com informações da coleta de dados em campo, um mapa do grupo de habitantes videntes e o mapa do grupo de habitantes não videntes. Os mapas dos grupos serão comparados entre si, para análise de elementos comuns e incomuns entre os grupos. A geografia possui o espaço como categoria de análise, considerando a cidade um espaço geográfico. O estudo presente quer revelar algumas das possíveis percepções desse espaço da cidade, que por vezes são negadas e esquecidas no estudo das cidades, os deficientes visuais. Isso é um reflexo da forma que os envolvidos na construção da cidade a olham, tornando-a um espaço excludente. Ao buscar novos olhares, busca-se uma forma mais generosa de compreensão desse espaço. Para além disso, pretende-se vislumbrar as relações simbólicas da cidade em sua complexidade contribuindo para o aprofundamento, ainda maior, do conhecimento do espaço urbano.

2198

POLITICAS DEL PAISAJE. APORTES PARA UNA APROPIACIÓN CRÍTICA DE LAS "REPRESENTACIONES SOCIALES" EN LA GEOGRAFÍA

Llorens, Santiago ^{1(*)}

¹ - Dpto. Geografía. Universidad Nacional de Córdoba. Cátedra de Epistemología de la Geografía | (*) Argentina

Resumen:

Las siguientes reflexiones son parte de un trabajo mayor actualmente en curso que aborda desde los presupuestos de una *ontología del espacio* el análisis etnográfico de prácticas cotidianas y diferenciadas realizadas por distintos grupos sociales del suburbano del Gran Córdoba, utilizando como instrumentos analíticos o tecnologías intelectuales de visión las categorías de *paisaje* y *representaciones*.

A través de su análisis se persigue el objetivo de comprender la manera en que estos grupos producen e interpretan reflexivamente su espacialidad, historicidad y subjetividad como forma de posicionamiento social, político y simbólico a través del modelado y significación de determinados *paisajes*, en un contexto en donde dichas áreas emergen como espacios donde se dirimen relaciones de poder y se visibilizan los conflictos y contradicciones materiales y simbólicos del proceso de cambio social y de metropolización difusa de la ciudad.

En este proceso conflictivo se configuran, circulan y cristalizan *imágenes* y *representaciones* (tanto hegemónicas como disidentes) sobre los paisajes que actúan a manera de mediaciones -entre tantas otras- a través de las cuales los sujetos perciben los procesos sociales, delimitan su subjetividad y su relación con la alteridad, al tiempo que viabilizan y orientan sus prácticas, mediatizando y produciendo en definitiva sus propias experiencias espacio-temporales.

En este trabajo me concentro específicamente en la aproximación teórica al concepto de representaciones, su genealogía -entendida más en el sentido de una génesis que delimita una lógica particularmente situada de las inclusiones y las exclusiones que una suma histórica- y las formas en que ha sido utilizada en las ciencias sociales en general y su apropiación particular por parte de la geografía. Esta discusión pretende colaborar en el esfuerzo de desnaturalización que se está realizando en el campo de la geografía de conceptos comunes en las ciencias sociales, suponiendo que un conocimiento especializado puede aportar elementos para este debate dentro del campo de la geografía en particular como para la construcción de una ciencia social crítica en general.

Solo en la *"ilusión"* de abarcar la totalidad de lo dicho y lo pensado, es más aún, de lo imaginado, y en la contradicción siempre presente que esto *representa* se emprende este recorrido amplio y contradictorio por la genealogía del concepto, recalándose la importancia de distinguir los distintos niveles y aproximaciones al mismo. Si bien parece existir un acuerdo básico en las ciencias sociales en interpretar a las representaciones sociales en el sentido de reproducción de una percepción anterior o del contenido del pensamiento, esta es solo la superficie de la discusión dado que la complejidad de estos presupuestos y su dinámica se diferencian según los abordajes.

Entre estos abordajes de las representaciones, pero que no se pueden pasar por alto, se visualizan: la dimensión coercitiva-cohesiva de la representaciones -colectivas- en Durkheim; el "espíritu" o "imagen del mundo" como representación en Weber; la relación bases materiales y representaciones sociales o más específicamente como "las ideas dominantes de una época como ideas de la clase dominante" en Marx; o la representación como "ropaje", "disfraz de vejez venerable" o "espíritu del pasado" nuevamente en Marx; el predominio de las representaciones sobre las similitudes en el cambio de episteme de Foucault; las representaciones como comunicación en Moscovici; la epidemiología de las representaciones en Sperber; la dimensión poética-pedagógica de las representaciones en Geertz; las representaciones como esquemas clasificatorios y como sistemas de enclasmientos que sirven a la objetivación de los grupos en Bourdieu; y las condiciones de producción y circulación, los procesos y estados de las representaciones sociales y su estatuto epistemológico en Jodelet, etc.

A su vez la geografía tiene diferentes problemas con la cuestión de las representaciones -tema que es abordado en este trabajo- sin embargo ha naturalizado muchas de las discusiones precedentes. En este recorrido el esfuerzo consiste entonces en indagar en la forma en que esta categoría puede ser reflexionada, reconstruida y aplicada para iluminar las propias espacialidades latinoamericanas y sus contradicciones, representando el siguiente texto más el resultado de una búsqueda por aclarar lo que puede significar trabajar con la categoría de representaciones en un caso particular que agotar un tema, quedando por lo tanto abierta la discusión.



2241

TEORIA GEOGRAFICA DEL PAISAJE. EL PAISAJE COMO PATRIMONIO, IDENTIDAD Y RECURSO.

Llanes Navarro, Alejandro (*)

(*) Argentina

Resumen:

XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. 2009. UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, MONTEVIDEO, URUGUAY. EJE TEMÁTICO Nº 2. Respuestas teórico-metodológicas de la Geografía ante las recientes espacialidades. TEORIA GEOGRAFICA DEL PAISAJE. EL PAISAJE COMO PATRIMONIO, IDENTIDAD Y RECURSO. Lic. Prof. Alejandro Llanes Navarro Proyecto "Paisaje: Patrimonio, Identidad y Recurso. Estudios de casos en Tucumán" Consejo de Investigaciones de la Universidad Nacional de Tucumán Facultad de Filosofía y Letras. Departamento e Instituto de Estudios Geográficos UNT La Geografía ha recorrido muchos caminos reflejados en tendencias o escuelas de pensamiento desde la Antigüedad hasta nuestros días, como lo han hecho la mayoría de las ciencias, en relación a su objeto formal. Ciencia de la "superficie terrestre", del "espacio geográfico"; del "paisaje", la Geografía es una ciencia con fundamentos naturales o físicos y humanos o sociales, que se integran al momento de interpretar la diversidad de los hechos humanos en el espacio. Este objeto formal ha variado con el tiempo, y la mayoría de los estudiosos están de acuerdo que la geografía como ciencia se ha definido a partir de la geografía moderna. La geografía de la antigüedad y del Medioevo queda en un cono de sombra a partir del análisis epistemológico de la modernidad. Una hipótesis: el conocimiento geográfico moderno, al prescindir del fundamento filosófico, y abandonar la dimensión moral, ha devenido en un relativismo moral y gnoseológico, en una crisis ética y de valores que degrada, no sólo a la naturaleza del paisaje, sino a la propia naturaleza del hombre. Este trabajo tiene como primer objetivo hacer conocer que las interpretaciones modernas han desvirtuado no sólo el objeto formal, -de qué se ocupa la geografía como ciencia-, sino también su sentido aplicado, en cuanto ciencia capaz de colaborar con el ordenamiento del territorio. Un segundo objetivo ha sido demostrar el valor y la vigencia de la teoría geográfica del paisaje como una respuesta ante las recientes espacialidades, donde predomina una visión desde las categorías de poder y de utilidad. El paisaje, es un concepto integrador, entendido por Alexander von Humboldt: *"el gran carácter de un paisaje, y de toda escena imponente de la Naturaleza, depende de la simultaneidad de ideas y de sentimientos que agitan al observador. El poder de la Naturaleza se revela, por decirlo así, en la conexión de impresiones, en la unidad de emociones y de efectos que se producen en cierto modo de una sola vez. Si se quieren indicar sus fuentes parciales, es preciso descender por medio del análisis a la individualidad de las formas y a la diversidad de las fuerzas. (Cosmos, p. 27, 1944)*. El paisaje forma un todo territorial y referido, por tanto, a un espacio concreto, en que los elementos naturales y humanos son considerados simultáneamente, (Mata y otros, 2001), tal como lo concibe la escuela del paisaje de la Universidad Autónoma de Madrid. Esta escuela apuesta al paisaje como calidad de vida, patrimonio, identidad y recurso. Los métodos y técnicas empleados se han basado en: 1) una interpretación lingüística crítica de las escuelas y tendencias más representativas de la evolución del pensamiento geográfico desde la Antigüedad a la Postmodernidad, en sincronía con la evolución del pensamiento filosófico en general. 2) una aplicación de encuestas, entrevistas, e índices de calidad de vida -cuantitativos y cualitativos- realizadas en paisajes rurales y urbanos de la Provincia de Tucumán, para medir las imágenes mentales y las desviaciones respecto del medio real, que poseen los actores sociales, en orden a la calidad de vida y bienestar común. Los principales aportes geográficos que aquí se presentan son de naturaleza epistemológica, y alertan sobre las desviaciones que afectan la identidad de la geografía como ciencia. En primer lugar, la modernidad geográfica, al romper con el sentido clásico de la ciencia, no puede entender la realidad espacial en su totalidad, quedando reducida su comprensión a los hechos materiales. En segundo lugar, el peso de lo ideológico es tan contundente que, al observar parcialmente esa realidad espacial, no le permite comprender la totalidad, en un sentido filosófico, y también geográfico. Una consecuencia lógica que resumen estas dos ideas, ha sido la última Ley Federal de Educación Nº 24195 de 1993 en la Argentina, que ha dividido los contenidos naturales de los humanos, concibiendo a la Geografía como una "ciencia social" y trasladando los contenidos de la Geografía Física a las Ciencias Naturales. Esta fragmentación del saber geográfico ha disgregado lo que existe junto en la realidad, en la totalidad de un paisaje. Ha resentido la unidad de la persona en la búsqueda de bienes deleitables, útiles y decorosos; y a la unidad del hombre con su sistema natural. En segundo lugar, la percepción que se tiene luego de los viajes de reconocimiento al paisaje rural tucumano y de la rica experiencia que resulta dialogar con los actores sociales, es que existe una gran cantidad de planes, programas e iniciativas, muchas de ellas loables por el esfuerzo que significa en personas e instituciones, pero falta la visión del todo, de ese "todo" de Estrabón de Amasia (64 AC-), que consideraba la geografía clásica, con una diversidad de conocimientos, con una mirada de síntesis, fruto del "entendimiento" que "concibe el todo" (Tsiolis Karantasi, 1997). En conclusión, la persona se ha desintegrado y el orden de la naturaleza se ha alterado, de manera que nuestro compromiso moral como universitarios nos empuja a cambiar la espantosa realidad de los "paisajes de la guerra", los "paisajes del hambre, la pobreza y la exclusión", los "paisajes de la opulencia", para rescatar un orden social en armonía de la naturaleza. Bibliografía: Llanes Navarro, A. *La percepción de la calidad de vida en localidades rurales (de menos de 2.000 habitantes)* en Tucumán. En Revista Breves Contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos Nº 19. 2007. Facultad de Filosofía y Letras UNT. Mata, R., Gómez Mendoza, J. y Fernández Muñoz, S. *Paisaje, calidad de vida y territorio*. En Análisis Local, Nº 37, Julio Agosto 2001. Tsiolis Karantasi, Vasilis. *La geografía antigua*. 1997. Madrid. Arco Libros.

12:00 a 13:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2199

A PAISAGEM CARIOCA: TEMPO E ESPAÇO DOS PAINÉIS DE LEANDRO JOAQUIM

Lira, Lenice da Silva (*)

1 - Universidade do Estado do Rio de Janeiro | (*) Brasil

Resumen:

Este texto tem como objetivo reconhecer o significado da paisagem do Rio de Janeiro na visão de Leandro Joaquim (ca. 1738 – ca. 1798), pintor brasileiro do século XVIII. Este objetivo, por sua vez, desdobra-se em duas sub-questões: a identificação do olhar do pintor sobre a cidade e o reconhecimento das cidades por ele retratadas. O artista / artesão Leandro Joaquim foi um dos poucos artistas mulatos que, à sua época, obteve destaque na arte brasileira. O pintor, cenógrafo e arquiteto, pertenceu à Escola Fluminense de Pintura. Nasceu, viveu e morreu no Rio de Janeiro, então capital do Brasil colônia. A data de seu nascimento é desconhecida; estima-se que tenha sido no ano de 1738; a sua morte ocorreria em 1798. A sua vida e obra foram estudadas a partir do século XIX. Segundo Amandio dos Santos (1994), os seus analistas se detiveram em suas imperícias técnicas; apesar de reconhecerem o virtuosismo de suas pinturas, não reconheceram a importância de sua obra como uma das pioneiras no processo de laicização das artes plásticas do Rio de Janeiro. Gilberto Ferrez, por exemplo, ressaltava a falha na perspectiva de suas pinturas, o que demonstrava o pouco domínio do artista do gênero pintura de paisagens. Já Araújo Porto-Alegre atribuía a Leandro Joaquim pincel suave. Autor de vários retratos, painéis sacros e cenas do cotidiano do Rio de Janeiro colonial. Leandro Joaquim foi, de fato, o primeiro pintor de paisagens e cenas de costumes do Rio de Janeiro. Propõe-se, então, uma abordagem geográfica das imagens de lugares, que concilie as camadas objetivas e subjetivas – no que se refere à subjetividade do observador –, que compõem a realidade – simultaneamente objetiva e subjetiva, como assinalou Augustin Berque. Essa tendência vem sendo desenvolvida no cenário das geografias inglesa e francesa. No Brasil, a tese de doutorado de Luciana Martins (1998) introduz essa abordagem geográfica e iconográfica da paisagem. As imagens produzidas por artistas brasileiros e estrangeiros constituem expressões de atitudes sociais e processos materiais de um lugar, particularmente o Rio de Janeiro, e não apenas um registro da realidade local, cuja representação é pensada como espelho do mundo. O registro da paisagem também indica uma configuração de idéias que engendraram sua construção. A literatura consultada nos permite reconhecer que as pinturas da paisagem do Rio de Janeiro, aqui apropriadas como objeto de análise e de interpretação de sua realidade, bem como um instrumento de conhecimento do mundo, abrigam visões de mundos que, na construção do olhar e do ambiente físico, instituem e constituem o sentido das coisas e da própria paisagem. Atitudes sociais, valores e significados são, dessa forma, motivados pelo sentido ora encarnado no espaço físico, ora a vagar em busca de territorialidade. Assim, a paisagem significa a expressão mais contundente das relações materiais e simbólicas. Dentro desse cenário, direcionam-se as reflexões sobre a formação da identidade carioca adonada pela produção e circulação de imagens de sua natureza, de cenas urbanas e de gênero no Brasil do século XVIII. É neste contexto que as obras de Leandro Joaquim emergem como sítios da manifestação do sentido da paisagem carioca em um determinado momento histórico, onde também se expressa o sentido da existência de uma dada sociedade. A



abordagem metodológica adotada neste trabalho está ligada à semiótica, visto que a interpretação e a compreensão das representações e da própria realidade envolvem a produção de signos. Este trabalho insere-se no campo da geografia cultural. É uma pesquisa pioneira, pois são poucos os estudos, no Brasil, que se dedicam a uma interpretação geográfica de obras de arte. [*] [*] Este trabalho está vinculado ao eixo temático "Respostas teórico-metodológicas da geografia diante das recentes espacialidades", tópico: Teoria geográfica da paisagem.

2222

A PAISAGEM EM HUMBOLDT: DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DO OLHAR À PERCEPÇÃO DO COSMOS.

Silveira, Roberison W. Dias da ^{1(*)}; Vitte, Antonio Carlos ¹

¹ - UNICAMP | (*) Brasil

Resumen:

O conceito de paisagem, nesse sentido, concatena um amplo legado em Humboldt e, por esse caráter integrador, pode oferecer a elucidação desse campo filosófico na estruturação de seus trabalhos e, o que nos interessa sobremaneira, na Gênese da Geografia Moderna. A paisagem em Humboldt compreende a significação da natureza colocada por Goethe como processo de formação-transformação. Origem de nova forma, cada figura representa um processo, uma dinâmica própria de uma relação entre o invisível e o empírico. Enquanto se pronuncia o profetismo, a apetição pela qual se orientam todas as formas, enquanto se apresenta um modelo ideal, o protótipo, arquétipo perfeito que aspira todo ser, se constrói objetivamente uma imagem que é o retrato de toda essa confluência, a representação de uma unidade que não pode ser alcançada por nenhuma de nossas representações. Isolada em si, cada parte carrega o que haverá de ser, cumpre a plena realização pela relação sempre aberta com o invariável e a totalidade. Por sua condição, a parte é fundamento do novo; de sua ligação com as outras partes e com o infinito surge a mudança, a dinâmica que enreda novamente essa peça, que mantém a comunhão entre tudo o que existe objetiva e subjetivamente. A paisagem representa a forma, melhor dizendo, o conjunto das formas (morfologia) e, desse modo, exprime por sua imagem a construção que se opera na cena contemplada. As formações, sobretudo vegetais, revelam nessa perspectiva da paisagem a ligação universal entre cada particular e o todo que se abre em plena relação.

A paisagem em Humboldt exprime ainda a iniciativa de uma aproximação entre razão e sensibilidade que reflete as contribuições de Schiller, Goethe e, sobretudo, as formulações de Schelling (1775-1854) acerca da síntese entre espírito e natureza. Como destacamos na dissertação de mestrado (Silveira, 2008), em Schelling (2001a; 2001b) "a natureza é o espírito exteriorizado, disperso em todas as formas naturais, enquanto que o espírito é a natureza profunda e interiorizada." (MARI, 1989, p. 170 Trad. nossa). A figura do gênio, o artista capaz de tornar prática a manifestação abstrata da intuição intelectual, assume um papel crucial: ser capaz de, por intuição estética, traduzir objetivamente o que se apreende na intuição, é o gênio elemento chave da filosofia schellingiana; é, assim, tanto um produto da natureza (por sua inconsciência) como um produto da liberdade, já que ordena conscientemente os processos e a mensagem na construção da obra de arte. A filosofia da arte realiza a síntese final na imagem do gênio, porque reaproxima este a natureza e o espírito numa condição privilegiada que revela o progresso e o sentido último de uma realidade em busca do Absoluto.

Com esta postura, Humboldt empiriciza e instrumentaliza a noção de *conformidade a fins* de Kant e da metafísica da substância que estava sendo construída no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Foi neste momento que ocorreu uma extrema valorização da paisagem por meio de uma forte mediação estética. A estética também operacionaliza a concepção da Naturphilosophie (GLOY E BURGER, 1993), onde a natureza passa a ser entendida como uma totalidade viva e organizada. Para Humboldt a Natureza é também uma conexão sem fim das coisas, em que o conhecimento estético também permite o conhecimento do mundo.

Nasce, assim, por intermédio de Humboldt, a "natureza-paisagem" produto de um livre jogo entre a imaginação e o entendimento, como preconizado na Terceira Crítica kantiana. Agora a Natureza, estética e cientificamente operacionalizada, permita por meio do conceito de paisagem realizar materialmente a metafísica da substância, convertendo o transcendental em objetividade. Assim a natureza se converte em paisagem, que é particular e delimitada, fazendo parte de um todo, mas que na análise, a paisagem torna-se uma totalidade independente. É possível falar que a natureza como totalidade torna-se individualizada em paisagens, que funcionam e apresentam limites. A delimitação das paisagens, segundo Humboldt, deveria obedecer a particularidade de cada paisagem que eram marcadas pela diferença de rochas, solos, vegetação, relevo, culturas e usos da terra. Caberia ao naturalista-geógrafo, a partir de uma posição experimental, científica e estética encontrar a individualidade (eixo transcendental) e delimitar a paisagem, onde ao juízo teleológico estaria a responsabilidade de explicar as particularidades de cada paisagem e conectá-las ao universal.

Para que esta delimitação de fato representasse a individualidade, a estratégia de Humboldt, e que perdura até os dias de hoje nos trabalhos de campo, era observá-la, descrevê-la e representá-la, só que por meio da pintura. O observador deveria estar sempre em um relevo topograficamente alto, de tal maneira que ele tivesse a visão total da paisagem e das relações de seus elementos. Assim, segundo Humboldt, esta primazia do sujeito em relação a paisagem fazia confluir Ciência, Arte e Literatura.

5871

FRONTEIRAS IMATERIAIS DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS: A DIALÉTICA TERRITORIAL DAS PAISAGENS URBANAS

Pantaleao, Sandra ^{1(*)}; Nakagawara Ferreira, Yoshiya ¹

¹ - Universidade Estadual de Londrina | (*) Brasil

Resumen:

RESUMO

As cidades contemporâneas apresentam dinâmicas espaciais em que várias paisagens se configuram, uma vez que refletem materialmente as transformações do espaço em virtude do capital. Desse modo, são instituídas várias relações sociais nas cidades, algumas delas tangíveis e outras intangíveis, cujo processo de territorialização perpassa pelos novos significados que são dados aos elementos constituintes do ambiente urbano. Nesse contexto, a espacialidade das cidades contemporâneas revela novas formas de apropriação do território e fronteiras invisíveis de poder – instituído pelos próprios elementos da paisagem. O poder de segurança, colocado por Haesbaert (2008), demonstra as novas fronteiras inseridas no tecido urbano, em que a mobilidade e a acessibilidade são reduzidas e a aparente liberdade dos espaços é controlada pelas próprias relações sociais. Dessa maneira, o espaço urbano contemporâneo pressupõe a materialização do poder de segurança, cujas linhas de limite são inseridas não por aspectos físicos, mas pelos fenômenos que repercutem no ambiente urbano. Há uma necessidade intrínseca de controle da circulação e dos acessos, levando a um espriamento do tecido urbano de paisagens distintas e facilmente rotuláveis. São espaços segregados, inertes, híbridos e que tentam se incluir numa malha pré-definida de outros tempos históricos, algumas vezes, resgatando velhos tecidos em prol de manter o controle sobre os espaços tidos como públicos. Essas operações urbanas, por vezes, corroboram para a mobilidade irrestrita da parcela hegemônica da cidade, enquanto os marginalizados são excluídos dessa nova espacialidade, em que há uma contensão territorial da mobilidade, através de "barreiras" que assinalam os limites entre os guetos e os espaços de domínio e, por conseguinte, verdadeiras paisagens da cidade. O tecido urbano é recortado de forma descontínua, formando locais de inclusão, que são instituídos pelo próprio poder de segurança e legitimados; locais cercados cujo acesso é monitorado e que se fecham para a cidade. Haesbaert (2008) esclarece que a contensão possui um efeito de barragem, que é parcial, paliativo, pois há apenas o limite de um dos lados, enquanto o outro é fluido, ou seja, não há controle sobre todos os fenômenos sociais, especialmente daqueles que vivem à margem do processo. Há apenas um ato de contorno, em que o poder hegemônico se fecha para a cidade, mesmo usufruindo de suas outras partes, havendo um trânsito por fronteiras: parte dos marginalizados tem acesso aos muros monitorados, por tempo determinado, enquanto que as grandes vias permitem que a camada hegemônica circule por todas as partes da cidade. Cabe lembrar, também, que as cidades contemporâneas são fruto de um novo modo de produção do espaço, uma vez que refletem a espacialidade em que as relações sociais são deterioradas, em que o tempo é vivido em sua efemeridade e sobressai-se a quantidade na relação espaço-tempo, ao invés da qualidade. Isso se deve ao individualismo exacerbado da sociedade contemporânea, cujas necessidades são definidas pelo desejo, ou seja, o abstrato toma ares concretos, mas que na realidade, reflete a fragmentação do homem pelo objeto com a legitimação do consumo pelo prazer. Significa dizer que o espaço é mercadoría, em que a camada hegemônica torna-se o principal sujeito de produção do espaço, uma vez que são suas intervenções que são legitimadas pelo poder e disseminam as fronteiras da contensão social. Ana Fani



(2008) coloca que este processo reflete a apropriação privada do espaço, no que tange ao acesso à moradia, pois a relação entre renda e metro quadrado vislumbra a morfologia espacial e social das cidades contemporâneas, em que a propriedade privada é o principal agente de transformação e modificação das paisagens urbanas. Ainda segundo Fani (2008), essa dinâmica revela as contradições do mundo moderno, imperando os instrumentos legais de produção do espaço, que permitem a realização da contenção social, seja pela degradação do espaço público que inibe sua apropriação, seja pela monumentalidade dos objetos arquitetônicos legalmente constituídos, voltados para o consumo do espaço. Mediante ao exposto, esse trabalho busca analisar de que forma as paisagens urbanas podem facilitar ou dificultar a mobilidade de toda a população no espaço urbano e quais são as fronteiras imateriais que intencionalmente delimitam os espaços, separando as diferentes camadas sociais numa tentativa de contenção social. Para tanto, discute-se as relações que os novos espaços inseridos na cidade de Londrina, tais como os equipamentos de superfície e as intervenções viárias contribuem para que os fenômenos de controle do poder definam as estruturas urbanas, de forma a delinear a espacialidade dos centros urbanos em franca expansão.

5880

CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA ATMOSFERA E DO CARÁTER DA CIDADE

Milani, Jaqueline^(*); Lamounier, Alex; Yamaki, Humberto¹

1 - Universidade Estadual de Londrina | (*) Brasil

Resumen:

Estudar a memória urbana requer alguns conhecimentos sobre as raízes que determinaram a construção das edificações e a historicidade presente desse espaço construído. Atualmente, com as rápidas transformações da paisagem urbana, muitos significados importantes das edificações, como a história do projeto, o seu uso pela população, como também a relação espacial no cotidiano da cidade, estão perdendo a sua memória. Quando não se preserva a memória, perde-se também a identidade e uma parte importante da história urbana. Em cidades jovens, porém com uma certa espessura e tessitura qualitativa da história da cidade, é importante que alguns ícones significativos, visíveis ou invisíveis possam ser preservados, pois as transformações da paisagem urbana só passam a ter significância histórica, como memória urbana, quando alguns traços significativos da sua evolução possam ser percebidos, apesar das grandes transformações na paisagem urbana. Algumas leis, decretos ou especificações no Plano Diretor da cidade, podem solucionar algumas questões de preservação. Seriam ordenamentos jurídicos que, indiretamente, podem funcionar como um certo controle, para que certas atmosferas da cidade não se percam como partes integrantes da paisagem urbana. Essa atmosfera, que é também parte integrante do caráter e da identidade da cidade, se preservada, mesmo que seja uma preservação parcial, certamente expressará um resquício da atmosfera. O objetivo deste artigo é demonstrar, através de exemplos coletados em uma cidade localizada no norte do Estado do Paraná, com população urbana de 500.000 habitantes, atmosferas que podem ser identificadas, através de fragmentos do espaço urbano, importantes fases da evolução urbana de Londrina, identificando paisagens significativas relacionadas a um determinado tempo histórico. Nos exemplos aqui expostos, podemos observar que existe uma multiplicidade de elementos ou fatores determinantes de uma época histórica, tanto do ponto de vista social, cultural como político. São ações humanas que, através da arquitetura vernacular ou através do traçado das ruas, do projeto de loteamentos, tanto urbanos como rurais, dos materiais utilizados nas edificações na cidade, dos sistemas de construção, da disposição das construções no lote urbano, da relação entre as edificações em relação ao Sol, demonstram a riqueza de elementos que, mesmo despercebidos à primeira vista, constituíram parte da alma daquele momento. Um outro aspecto bastante significativo do caráter imprimido pela população, é a relação que persiste entre os elementos da natureza e a habitação, representada pelo riacho, rios ou córregos, como também os tipos de árvores ou plantas ornamentais. Identificar esses elementos que deram ou ainda dão algum caráter ao bairro ou à cidade, é também resgatar a atmosfera daquele momento. Muita atmosfera ainda se preserva naturalmente, mesmo com a degradação ou destruição do seu entorno, porque foram elementos significativos, fortes ou vitais no significado daquela paisagem cultural. Para um observador atento, é possível perceber macro atmosferas e micro atmosferas ou atmosferas imperceptíveis da cidade. No caso da cidade de Londrina, uma cidade fundada e planejada há cerca de 70 anos, por uma empresa de colonização inglesa, há muitos resquícios, marcas de projetos e edificações imprimeadas no espaço-tempo que, juntamente com a sua grande região, em mata virgem à época, guardam importantes testemunhos e registros que merecem um resgate e melhor compreensão como documento pessoal e coletivo a ser registrado.

D - 38 - Área 2

08:30 a 09:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2215

RETORNO CRÍTICO AO CONCEITO DE TERRITÓRIO

Lima, Ivaldo^(*)

1 - Universidade Federal Fluminense | (*) Brasil

Resumen:

O cerne deste trabalho gira em torno da exigência de uma reflexão mais atenta acerca do núcleo dos conceitos teóricos, com ênfase àqueles que constituem o trama conceitual da Geografia. O conceito de território foi eleito para ilustrar a presente discussão devido não somente à sua principalidade nos estudos geográficos contemporâneos, como também pela maneira diversa pela qual ele vem sendo reelaborado e sistematizado por muitos autores. Identificar e discutir criticamente os termos que compõem o núcleo do conceito de território é o nosso objetivo geral. Para tanto, partimos de uma abordagem sistêmica a qual implica no reconhecimento de três pressupostos básicos, a saber: a) complexidade; b) instabilidade; e c) intersubjetividade. O território como sistema é, pois, a concepção mais acabada da qual partilhamos, no rastro do pensamento de autores como Edgar Morin e Milton Santos. Quanto ao primeiro autor, de sua obra depreendemos a complexidade da ideia de sistema, tendo em vista a relação formada entre as partes e o todo, bem como os pares dialógicos que, metodologicamente, nos viabilizam o entendimento da expressão sistema territorial. Quanto ao segundo autor, no que se refere aos conceitos de espaço e de tempo – tomados como matriz onto-epistemológica do conceito de território – extraímos a necessidade metodológica de se trabalhar com a inseparabilidade dos sistemas de objetos com relação aos sistemas de ação, bem como as noções de solidariedade territorial e acontecer solidário. O núcleo do conceito de território será rastreado e discutido levando-se em conta os termos constitutivos: a) limite; b) controle; c) autonomia; d) sujeito; e e) consciência. A decisão de partirmos para a identificação clara e da discussão rigorosa de termos nucleares do conceito justifica-se pela possibilidade de avanço na direção das fronteiras com outros conceitos teóricos, especialmente aqueles empregados por geógrafos. Cada um desses termos nucleares será tratado a partir de sua densidade (extensão), exterioridade (compreensão) e mutualidade (co-implicação). Com essa *démarche*, asseguramos o retorno crítico às ideias de complexidade, instabilidade e intersubjetividade das quais partimos para alcançar o núcleo do conceito em tela. O debate sobre o conceito de território torna-se fundamental no momento em que a ampla difusão, aceitação e confusão desse conceito teórico corresponde à sua aplicação na interface de outros conceitos e processos; daí, então, falar-se em território-rede, territórios da cidadania, justiça territorial, territórios imaginários, conselhos territoriais, des-re-territorialização, dentre outros. O debate proposto é, como se nota, exigente e imperioso. Destacamos que esse trabalho está diretamente vinculado a um escopo mais amplo de pesquisa, no qual dedicamos atenção especial à relação formada entre Ética e Geografia. Assim, a partir do retorno crítico ao conceito de território, buscamos chegar a uma compreensão mais consistente da noção de justiça territorial, retomando uma expressão cunhada na década de 1960 e que carece de uma reavaliação, considerando-se cada um dos seus termos constitutivos de um ponto de vista epistemológico, tal qual instauramos com o presente esforço interpretativo. Por fim, ponderamos que a aplicação dos princípios éticos à ideia de produção social do espaço passa, obrigatoriamente, pelo reconhecimento dos direitos intrínsecos à construção dos múltiplos territórios, tornando explícito o significado de justiça territorial.



2800

LA VIOLENCIA URBANA EXPLORADA DESDE LA PERSPECTIVA DE GÉNERO. EXPERIENCIAS EN AMÉRICA LATINA

Colombara, Mónica^{1(*)}

1 - Fundación PROPUESTA | (*) Argentina

Resumen:

En América Latina, las grandes ciudades están marcadas por fuertes desigualdades sociales y económicas que se expresan en evidentes inequidades, segregación y fragmentación social y territorial. Uno de los objetivos de esta ponencia es poner en relieve que, si bien la creciente violencia e inseguridad urbana afectan al conjunto de la ciudadanía, hombres y mujeres la viven y perciben de diferente manera. La violencia contra las mujeres se basa en el orden de género imperante y se sustenta en pautas culturales profundamente arraigadas, construidas socialmente: es el ejercicio de poder de un sexo sobre el otro. Otro objetivo, vinculado al anterior, es reconocer que cuando decimos que existe violencia contra las mujeres en las ciudades, no solo nos referimos a los delitos tradicionales que dificultan la vida cotidiana (hurtos, robos, asaltos, violaciones), sino también a todos aquellos factores que inciden en los grados y modalidades de las manifestaciones de violencia efectiva o simbólica hacia las mujeres. Para enfrentar estas realidades complejas, diversas organizaciones gubernamentales (nacionales y supranacionales) y otras no gubernamentales elaboran propuestas más abarcadoras e innovadoras, generan mecanismos de colaboración y reflexión conceptual, y desarrollan y comparan experiencias. Redes de mujeres y redes feministas han contribuido al debate político, a la generación de propuestas y al avance en el conocimiento sobre la violencia de género, en la perspectiva de incidir en políticas públicas. Por ende, un tercer objetivo es dar a conocer algunos de esos proyectos y experiencias que se están realizando en los últimos años en algunos países de la región (por ejemplo, Programa «Ciudades Seguras: violencia contra las mujeres y políticas públicas», Red URB-AL 12), focalizando en las cuestiones metodológicas y técnicas empleadas. La ciudad como espacio construido no es neutro de género, contiene y expresa las relaciones sociales entre hombres y mujeres quienes la construyen y transforman a lo largo del tiempo. La perspectiva de género sobre la ciudad significa detectar y analizar las diferencias -no biológicas, sino sociales y culturales- entre hombres y mujeres, así como las relaciones de poder entre los géneros, diferencias que se traducen en distintas formas de discriminación, subordinación e inclusive violencia hacia las mujeres. Es una forma distinta de mirar y pensar los procesos sociales, las necesidades y demandas en cuestiones de seguridad, los objetivos de la planificación del desarrollo urbano. En otras palabras, es una forma diferenciada en que construimos, vivimos, percibimos, el espacio urbano.

09:30 a 10:30 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2209

DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: DISTINÇÕES ENTRE O CONHECIMENTO E O SABER – EM BUSCA DE APROXIMAÇÕES

Pinheiro, Robinson Santos^{1(*)}; Ferraz, Cláudio Benito Oliveira²

1 - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados | (*) Brasil

2 - UFGD

Resumen:

O presente texto objetiva expor algumas reflexões que estão sendo desenvolvidas no interior do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas (GPLG), localizado na Faculdade de Ciência e Tecnologia / Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP) – campus de Presidente Prudente – no estado de São Paulo – BR. Reflexões estas que também estão atreladas com a nossa pesquisa desenvolvida na pós-graduação (mestrado) em geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – campus Dourados – MS – BR, para a elaboração do artigo, partimos da diferenciação que os estudiosos da história do pensamento Geográfico fazem acerca de um conhecimento geográfico e um saber geográfico. Para estes pesquisadores (Lencioni (1999), Moreira (1986), Moraes (1987), Sodré (1976) [1]), existe o conhecimento Geográfico, que se afirma como tal a partir da sua institucionalização (século 19), e o saber geográfico, este enquanto um saber que é produzido a partir das relações hodiernas produzidas antes da afirmação da geografia como um saber institucionalizado, portanto, científico. O intento não é de elaborar um resgate histórico aprofundado, simplesmente evidenciar que houve na história uma separação entre um conhecimento e um saber geográfico, sendo que ficou a supremacia do conhecimento em detrimento do saber. Além do mais, na própria história da geografia, a busca por um saber geográfico é dado a partir da procura de algo que foi, no mínimo, sistematizado, assim negando e não valorizando os saberes produzidos no cotidiano social concreto dos mais diferenciados indivíduos. Estes que acabavam por materializar suas impressões da realidade através das diversas linguagens possíveis. Acreditamos que a busca do encontro com um conhecimento geográfico deve ser pensada para além do que comumente vem acontecendo nos estudos geográficos. Na nossa análise, percebemos que quando se referiam ao saber geográfico os pesquisadores buscavam elementos parecidos com os padrões da institucionalização e, a partir daí, pensavam o que existia de geograficidades em cada período. Todavia, temos ciência que esta concepção de análise histórica está diretamente vinculada com a concepção do que é geografia, qual é o seu papel, onde a geografia ocorre para os pensadores da epistemologia geográfica. Para nós, a geografia ocorre em suas múltiplas e diversas escalas, desde a escala corpo até a escala mundo. Uma geografia que tem como mote de manifestação o existir, construção de identificação e de referencialização que se produz entre os indivíduos no cotidiano, sendo um saber que acaba por se refletir nas mais diversas linguagens que o homem se utiliza para dar sentido à vida, ou seja, para melhor se localizar e se orientar no mundo. O ponto central é tomarmos consciência da distinção que há muito tem sido feito acerca de um saber e de um conhecimento geográfico. Todavia, limitar a geografia a esta distinção e não buscarmos o diálogo para arquitetarmos referenciais que se debruçam sobre o cotidiano espacial das relações humanas podem nos levar a elaborações de discursos fantasmagóricos e unilaterais. Sendo que é dentro da diferença que o discurso pode começar a ganhar forma, fazendo com que o conhecimento não se esgote numa uniformidade discursiva em si. Ou seja, dentro de uma perspectiva dialógica, intentamos evidenciar como as diferentes linguagens podem se comunicar e construir um saber do mundo carregado de sentidos existenciais. Asseveramos que é através do diálogo entre o conhecimento e o saber que a ciência geográfica pode ser (re)pensada e (re)construída. Atualmente, muitos dizem que temos que reler os clássicos para buscarmos encontrar caminhos outros de produção geográfica. Aceitamos esta perspectiva, todavia, buscamos complementá-la, dizendo que além de relermos os clássicos do pensamento geográfico devemos olhar para determinados aspectos que não foram considerados pela análise epistêmica, aspectos que não foram entendidos como elementos do discurso institucionalizado da geografia, considerados inferiores dentro das suas capacidades analíticas de expressão do real. Hoje cobra-se um olhar para esse além do discurso institucionalizado. O desfecho que não se desfecha se coloca para que juntos pensemos na poesia, no teatro, na literatura, na pintura, nos mapas etc. como fenômenos que sejam possíveis de fazermos leituras geográficas; entender a relação destas manifestações com o seu tempo e a partir do diálogo com a literatura científica produzir um conhecimento preñado de sentidos de orientação para um determinado período e que, num processo de resignificação, possamos nos apropriar destes para nos entender no tempo-de-agora, resignificando e produzindo uma geografia que seja realmente expressão da vida humana. Geografia que pode ser entendida como prática cotidiana de localização dos indivíduos. Para tal, esta passa por muitas vezes pela leitura de outros saberes que melhor expressaram a produção de significados existenciais do homem no mundo, como certas obras artísticas assim acabam por comprovar. [1] Ver em: MOREIRA, Ruy. O que é geografia. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986; SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução a geografia: geografia e ideologia. Rio de Janeiro: Vozes, 1976; MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1987; LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: EDUSP, 1999.



2246

ESPAÇO, TERRITÓRIO E MEMÓRIA: APROXIMAÇÃO TEMÁTICA

Flávio Luiz Carlos ^{1(*)}

¹ - Universidade Estadual do Oeste do Paraná | (*) Brasil

Resumen:

Qual a relação da produção da memória com a questão espacial e territorial? Esta indagação é um dos pontos fundamentais que queremos levantar em nosso trabalho. A produção da memória resulta da capacidade humana de elaborar pensamento. Mas também significa construção social de verdades plasmadas em percepções, imagens e concepções objetivadas nas relações cotidianas dos homens, em suas disputas e tramas de poder. Um dos pressupostos que queremos debater é o de que os espaços e territórios se constroem enquanto arenas de lutas que têm como um de seus capítulos mais relevantes a memória como mediação de disputas, semelhantemente ao que aborda Pollak (1989). A memória interessa à geografia não enquanto função psíquica, tal qual é abordada pela psicologia. Mas, isso sim, à medida em que é instrumento cognitivo social que media as disputas, alimentando-as com percepções e representações a respeito da formação e produção do espaço. Toda ação humana do presente envolve percepções que nos remetem às criações e realizações arraigadas ao passado: seus artefatos, pensamentos, ações, culturas, valores dados a coisas e pessoas, cuja herança se coloca enquanto cabedal de conhecimentos que nutrem as práticas presentes e futuras. Arendt (1997, p. 36) lembra uma estória interessante contada por Kafka e que subsidia nossa reflexão a respeito do papel da memória enquanto fato social e territorial: a estória narra uma cena que apresenta um campo de batalha. Neste, forças do passado e do futuro se digladiam. E "(...) entre elas encontramos o homem que Kafka chama de 'ele', que, para se manter em seu território, deve combater ambas" (grifo nosso). Embora seja tema negligenciado na geografia, como diz Abreu (1998), estamos convencidos de que a questão da memória é um dos temas de grande importância para refletir o espaço e o território, bem como a construção de discursos a respeito do passado que embasam as práticas geográficas. Discutir os mecanismos de sua construção subjetiva e coletiva pode nos oferecer chaves de desocultamento da construção de estratégias de poder e dominação que sustentam as formas de apreensão do espaço-tempo e seus territórios. É interessante lembrar que a memória não se define como "conservação" do passado. Antes, é uma espécie de re-conhecimento do passado. Ou dizendo de outro modo: é uma reconstrução que organiza representações e conhecimentos propalados a seu respeito, os quais passam a informar o presente (HALBWACHS, 1990; BOSI, 1987). Refletirmos como a memória é (re)construída, questionando os significados que lhe são conferidos tanto individual, quanto em seus aspectos sociais, os quais se desdobram como política de abordagem do território é tarefa importante da geografia. Embora apresente um aspecto de relativa conservação e imaginação subjetiva, a memória individual é produzida como prática de lembranças que é tributária das experiências e engajamentos coletivamente construídas no cotidiano do grupo social de que participa (família, bairro, fábrica, igreja, cidade etc.). Ou seja, a memória individual é sorrateiramente invadida pela memória grupal ou coletiva, nas práticas cotidianas, a ponto de com elas na maior parte das vezes fazer coesão. As imagens, relatos, histórias, contos, fábulas, mentiras contadas no dia a dia das pessoas são incorporadas enquanto instância imagética ou cognitiva. Torna-se cabedal de conhecimento utilizado pelas pessoas em suas decisões a respeito da vida, do amor, da guerra, da paz, das divisões espaciais etc. Enfim, na tomada de posição a respeito de como participar na produção do espaço social. É necessário percebermos, portanto, que o desvelamento do mundo através da memória é elemento fundamental para a prática geográfica. Produzir uma teoria crítica é objetivo perseguido pelo pensamento geográfico nas últimas décadas. Pensamento este que tem se esforçado para mergulhar mais e mais nas dimensões consideradas invisíveis ou imateriais da realidade. Embora não se apresentem aos olhos menos atentos, presos à superfície do mundo fenomênico (o imediato), os aspectos imateriais, presentes enquanto dimensão simbólico-cultural das práticas territoriais podem ser "invadidas" e perscrutadas pelo pensamento que busca os elementos de mediação que modelam as paisagens. Ou seja, procura aspectos que informem quais processos e forças dão formas-conteúdos às coisas, tecendo tramas de movimentos na realidade. Construindo-se em bases radicalmente críticas, o pensamento geográfico bem pode fazer jus à célebre e profunda frase de Montale: "Tragamos à claridade a coisa obscura" (CÂNDIDO, 2004, p. 09). A memória é uma destas coisas obscuras, ocultas nas tramas das relações territoriais, que podem ser desvendadas pela geografia.

2249

IMPLICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS NA GEOGRAFIA AO SE ADOTAR AS NOÇÕES DE VIDA COTIDIANA E DE COTIDIANO

Amorim Araújo, James ^{1(*)}

¹ - Universidade de São Paulo | (*) Brasil

Resumen:

Este resumo traz como tema de reflexão as diferentes abordagens da noção de vida cotidiana na Sociologia e as consequentes implicações teórico-metodológicas na Geografia. A noção de vida cotidiana ou mesmo de cotidiano tem na Sociologia um "lôcus" privilegiado de discussão tanto pela longa produção quanto pelas diferentes abordagens desenvolvidas. De uma maneira geral são reconhecidas pelo menos três diferentes abordagens para a noção de vida cotidiana: a marxista ou da alienação, a da dramatização e, finalmente, a da resistência. A abordagem marxista, ou como é nomeada por alguns sociólogos de "abordagem da alienação", provavelmente tenha surgido com filósofo francês Henri Lefebvre quando da publicação do tomo I da Crítica da vida cotidiana em 1946. Neste primeiro livro o autor buscava superar um marxismo viciado por dogmatismos e, através de uma reflexão crítica e sistemática da temática, trazer à luz do conhecimento a noção de vida cotidiana como o centro da reprodução da sociedade tomada em seu conjunto. Uma outra abordagem ao estudo do cotidiano tem como pressuposto a ritualização ou dramatização dos atos sociais, portanto, trata-se de uma visão eminentemente fenomenológica da vida cotidiana. Esta abordagem, também conhecida como "*mise en scène*", deriva grande parte de suas bases teóricas aos trabalhos dos sociólogos alemães Georg Simmel e Edmund Husserl, sendo que seus mais eminentes representantes são Erving Goffman e Alfred Schütz. A abordagem sobre o cotidiano nomeada de resistência difere-se das anteriores uma vez que o cotidiano é entendido como uma dimensão em que os indivíduos põem em ação as chamadas "táticas de resistência," para "atenuar as imposições 'mortíferas' macro-sociais as quais eles são alvos". Os maiores representantes dessa última abordagem são Michel Maffesoli e Michel de Certeau. Todas as três abordagens sobre a vida cotidiana apresentam seus "corpus" teóricos definidos e, conseqüentemente, seus encaminhamentos metodológicos. Foi a partir desta constatação que se iniciou o diálogo com a Geografia, afinal realizamos uma pesquisa sobre a dimensão do habitar ao nível da vida cotidiana. Entendemos que o habitar é uma prática social, mas também um nível do espaço social pelo qual se pode ler a reprodução da sociedade sob o ponto de vista de uma microssociologia. Enquanto nível do espaço social, o habitar ilumina toda uma perspectiva de observação e análise da reprodução social porque corresponde ao lócus privilegiado de realização da vida cotidiana. Por outro lado, este nível do espaço articula-se aos superiores submetendo-se conflituosamente às ordens daí emanadas, então, tem-se uma macrosociologia desses espaços superiores operando sobre e por dentro do nível do habitar. Das considerações descritas acima fica patente que o tratamento geográfico de uma noção advinda da Sociologia, sob diferentes perspectivas, requer não somente um amplo conhecimento teórico, mas também um relativo domínio das derivações metodológicas durante a realização da pesquisa de campo, portanto, não se trata de se fazer uma Geografia sociologizada, mas ao contrário de trazer para o debate no interior da Geografia as potencialidades e, ao mesmo tempo, os desafios de se trabalhar com a noção de vida cotidiana. Palavras-chave: Este resumo traz como tema de reflexão as diferentes abordagens da noção de vida cotidiana na Sociologia e as consequentes implicações teórico-metodológicas na Geografia. A noção de vida cotidiana ou mesmo de cotidiano tem na Sociologia um "lôcus" privilegiado de discussão tanto pela longa produção quanto pelas diferentes abordagens desenvolvidas. De uma maneira geral são reconhecidas pelo menos três diferentes abordagens para a noção de vida cotidiana: a marxista ou da alienação, a da dramatização e, finalmente, a da resistência. A abordagem marxista, ou como é nomeada por alguns sociólogos de "abordagem da alienação", provavelmente tenha surgido com filósofo francês Henri Lefebvre quando da publicação do tomo I da Crítica da vida cotidiana em 1946. Neste primeiro livro o autor buscava superar um marxismo viciado por dogmatismos e, através de uma reflexão crítica e sistemática da temática, trazer à luz do conhecimento a noção de vida cotidiana como o centro da reprodução da sociedade tomada em seu conjunto. Uma outra abordagem ao estudo do cotidiano tem como pressuposto a ritualização ou dramatização dos atos sociais, portanto, trata-se de uma visão eminentemente fenomenológica da vida cotidiana. Esta abordagem, também conhecida como "*mise en scène*", deriva grande parte de suas bases teóricas aos trabalhos dos sociólogos alemães Georg Simmel e Edmund Husserl, sendo que seus mais eminentes representantes são Erving Goffman e Alfred Schütz. A abordagem sobre o cotidiano nomeada de resistência difere-se das anteriores uma vez que



o cotidiano é entendido como uma dimensão em que os indivíduos põem em ação as chamadas “táticas de resistência,” para “atenuar as imposições ‘mortíferas’ macro-sociais as quais eles são alvos”. Os maiores representantes dessa última abordagem são Michel Maffesoli e Michel de Certeau. Todas as três abordagens sobre a vida cotidiana apresentam seus “corpus” teóricos definidos e, conseqüentemente, seus encaminhamentos metodológicos. Foi a partir desta constatação que se iniciou o diálogo com a Geografia, afinal realizamos uma pesquisa sobre a dimensão do habitar ao nível da vida cotidiana. Entendemos que o habitar é uma prática social, mas também um nível do espaço social pelo qual se pode ler a reprodução da sociedade sob o ponto de vista de uma microsociologia. Enquanto nível do espaço social, o habitar ilumina toda uma perspectiva de observação e análise da reprodução social porque corresponde ao lócus privilegiado de realização da vida cotidiana. Por outro lado, este nível do espaço articula-se aos superiores submetendo-se conflituosamente às ordens daí emanadas, então, tem-se uma macrosociologia desses espaços superiores operando sobre e por dentro do nível do habitar. Das considerações descritas acima fica patente que o tratamento geográfico de uma noção advinda da Sociologia, sob diferentes perspectivas, requer não somente um amplo conhecimento teórico, mas também um relativo domínio das derivações metodológicas durante a realização da pesquisa de campo, portanto, não se trata de se fazer uma Geografia sociologizada, mas ao contrário de trazer para o debate no interior da Geografia as potencialidades e, ao mesmo tempo, os desafios de se trabalhar com a noção de vida cotidiana.

11:00 a 12:00 - Área 2 | 2-Respuestas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2099

É A GEOGRAFIA QUANTITATIVA BRASILEIRA MALDITA, AFINAL? PROPOSIÇÕES PARA UMA ANÁLISE.

M.Lamego, Mariana Lamego^{1(*)}

1 - CEFET-RJ e UFRJ | (*) Brasil

Resumen:

Não restam muitas dúvidas quanto ao fato de a geografia quantitativa constituir um expressivo período da história das idéias geográficas. Fato que é facilmente comprovado por meio de breve análise de obras historiográficas do pensamento geográfico em geral que dedicam um, ou por vezes mais de um, capítulo sobre a transição da chamada Geografia Tradicional para a Nova Geografia (Capel, 1981; Gomes, 1996; Johnston, 1986; Livingstone, 1992; Mendoza et al., 1982; Stoddart, 1986; Unwin, 1992; entre outros). A marca distintiva deste período aparece reconhecida pois compõe o fecundo panorama, no mundo anglo-americano, de surgimento e propagação do movimento que explicitamente introduziu na disciplina novos procedimentos científicos, tanto em suas bases teóricas quanto em suas práticas. As mudanças decorrentes deste movimento não se deram, entretanto, sem os inevitáveis conflitos característicos de uma verdadeira transferência de poderes e status entre aqueles que se ocupam de produzir o conhecimento científico. E neste aspecto, os escritos publicados na época refletem a intensidade destas mudanças e o entusiasmo daqueles envolvidos no processo. Uma vasta gama de artigos, teses e livros estão entre estas fontes diretas do movimento de renovação da disciplina (Schaefer, 1953; Bunge, 1962; Haggett, 1966; Harvey, 1969; Abler, Adams e Gould, 1971; Burton, 1972; Golledge, 1972; Chorley, 1972; Lukermann, 1961; Ackerman, 1963; Nyusten, 1968; entre tantos outros). Por meio destas leituras é possível compreender porque a palavra revolução não aparece associada à substituição da tradição regional pela análise espacial à toa. O termo, de fato, denota a radical e, por vezes, dramática reestruturação pela qual passou a disciplina nos anos 1950 nos EUA e Inglaterra. Se o papel da geografia quantitativa é reconhecidamente relevante na história da disciplina nos Estados Unidos e na Inglaterra, o mesmo não pode ser dito sobre a versão quantitativa da geografia brasileira. Pois, ainda que esta conste como um capítulo da história do pensamento geográfico brasileiro, esse fato não pode ser interpretado como sinônimo de deferência por parte significativa dos geógrafos atualmente empenhados em pesquisas de natureza historiográfica e teórica. Em meio aos diversos artigos e pesquisas da linha teórica, pouca atenção é dada à fase quantitativa da geografia, que aparece hoje muito pouco como objeto de interesse, discussões e (re)avaliações, excetuando alguns escassos e esparsos trabalhos (Almeida, 2000; Bomfim, 2007; Perez Filho, 2005; Reis Jr., 2003 e 2007). Logo, parece procedente afirmar a existência de um certo desprestígio da geografia quantitativa no meio acadêmico nacional. O caso do ocaso da geografia quantitativa no Brasil parece bastante singular. Não pairam sobre ela muitas simpatias. É como se uma autêntica maldição acometesse a geografia quantitativa. Uma vez associada à ditadura militar, aos anos duros de torturas, perseguições e toda a sorte de ataques à liberdade do homem, a geografia quantitativa mergulhou num verdadeiro limbo acadêmico e tentar extrai-la deste lugar constituiria tarefa ignóbil, tão vil quanto o próprio regime ao qual o país se viu submetido dos anos 1960 ao início dos anos 1980. Acostumamo-nos, geógrafos brasileiros, a uma representação forjada da geografia quantitativa que a torna alvo de uma repulsa pretensamente justificada em torno da idéia de ser este o período em que a disciplina se viu afastada de todo e qualquer tipo de posicionamento crítico, servindo de suporte a uma prática científica que privilegiava o empiricismo, representava uma postura científica positivista, simplificada e alienada de qualquer dimensão social, logo a-crítica, a-política, a-histórica e irremediavelmente condenada a sua associação com o regime militar para fins de planejamento, sendo, portanto mantenedora de um status quo autoritário e retrógrado. Talvez estas representações mereçam ser reavaliadas, passados mais de trinta anos de vigência da prática quantitativa na geografia brasileira. Este trabalho tem, portanto, o objetivo de lançar questões sobre a temática exposta, sendo seu pressuposto central o reconhecimento de que uma verdadeira caricatura oblitera o papel da geografia quantitativa na história do pensamento geográfico no Brasil.

2229

REVISIÓN DEL HISTORICISMO COMO UN ENFOQUE PARA LOS ESTUDIOS EN LA GEOGRAFÍA DE HOY

Rojas Salazar, Temístocles^{1(*)}

1 - Escuela de Geografía, Universidad Central de Venezuela. | (*) Venezuela

Resumen:

La realización de los estudios geográficos bajo un enfoque historicista ha permitido entender la realidad espacial de aquellas áreas donde se ha aplicado; el problema con la aplicación de este tipo de enfoque surge cuando se trata de evaluar la veracidad de los hechos presentados por las fuentes históricas, pues aunque se tratara de fuentes auténticas, podría surgir la pregunta de si los autores de dichos documentos históricos dieron una versión real de los hechos geográficos descritos o actuaron con el interés de tergiversar esa realidad pasada.

Así se propone como objetivo de la presente ponencia plantear un procedimiento para superar las limitaciones derivadas del trabajo con fuentes históricas, cuya evidencia de haber presentado hechos reales pudiera resultar dudosa.

El planteamiento implica la necesidad de analizar la documentación histórica de otros descriptores de la época, que pudieron haber presentado realidades distintas del mismo espacio y la misma época referida, o en caso contrario que podrían apoyar y enriquecer los planteamientos de la fuente inicial. En este sentido, el historicismo requiere que el investigador no acepte como verdad a ciegas lo que una fuente histórica refiera; conviene complementar las referencias con otras fuentes que sustenten los hechos descritos.

Asimismo, la realidad del presente debe mostrar rasgos, “huellas”, de esa realidad pasada, pues, de acuerdo a algunos autores, si el hombre transforma constantemente a la naturaleza, la naturaleza mantendrá siempre algunos rasgos de esa naturaleza original, y éstas serán la prueba de que lo referido por una fuente histórica fueron hechos ciertos; por lo que puede concluirse que los geógrafos que trabajan bajo un enfoque historicista deben hacerlo también siguiendo un enfoque paisajístico.

En este orden de ideas, el análisis geográfico historicista implica entonces la realización consecutiva de las siguientes fases:

- 1) Revisión bibliográfica y documental del material relacionado con el problema o área estudiada. Esta actividad se refiere fundamentalmente al arqueo de las fuentes históricas.
 - 2) Constatación de la veracidad de los hechos reflejados en las fuentes consultadas, a través de la comparación con otras fuentes que refieran a los hechos estudiados.
 - 3) Realización de visitas de campo a fin de obtener, a través de la observación o de entrevistas con residentes del área estudiada, información sobre rasgos geográficos probatorios de lo señalado en las fuentes históricas consultadas.
- Las ideas presentadas aquí forman parte de un trabajo de investigación más amplio que realiza el autor, titulado “Epistemología, conceptos, conflictos, corrientes, enfoques y tendencias de la Geografía”. Estas ideas corresponden al capítulo referido a los enfoques en Geografía, que incluye entre otros, al historicismo.



La presente ponencia se fundamenta en el análisis de obras de los geógrafos Carl O. Sauer y Pedro Cunill Grau. Este último puede ser calificado como historicista y sobre el cual se plantea evaluar la siguiente bibliografía: Geografía del poblamiento venezolano en el siglo XIX (1987), Avances espontáneos en el siglo XIX del poblamiento andino en paisajes zulianos y de los llanos (1981) y el despoblamiento de tempranos movimientos pioneros a comienzos del siglo XIX en el golfo de Paria (1980). De Carl O. Sauer, calificado como el padre de la Geografía del paisaje, se consultará su obra Land and life (1963).

5241

TRABALHO E GÊNERO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE CIDADES PERIFÉRICA E MÉDIA

Ghizzo, Márcio Roberto ^{1(*)}; Santos, Valkíria Trindade dos ²; Rocha, Márcio Mendes ²

1 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná | (*) Brasil

2 - Universidade Estadual de Maringá

Resumen:

O objetivo principal deste trabalho é contextualizar as relações de trabalho e gênero entre cidades de diferentes características, a saber, periférica e média. Neste sentido, procuraremos estabelecer correlações no intuito de compreender diferentes contextos das relações de trabalho implementados nestas espacialidades. Entendemos ser importante explicitar que, para este intuito, utilizaremos como parâmetro analítico o trabalho informal de artesanato desenvolvido por mulheres dos municípios de Guaporema e Toledo, ambos do estado do Paraná, Brasil. Enquanto o primeiro ocupa uma posição de periferia na hierarquia de cidades da mesorregião noroeste do estado, contando com pouco mais de dois mil habitantes, o segundo se comporta como cidade média da mesorregião oeste, com uma população que ultrapassa os cem mil municípios, configurando espaços de heterogêneo desenvolvimento socioeconômico.

Pretendemos confirmar que essa atividade desenvolvida pelas mulheres possui representatividade diferenciada considerando-se o papel que exerce sobre a vitalidade e ascensão social de suas famílias, bem como na economia informal local. No caso de Guaporema, uma cidade pequena, com uma economia local apresentando um desenvolvimento pouco diversificado em processo de desabilitação, que, depois de uma perda acentuada nos anos de 1970/80, vem mantendo sua população estável nas últimas décadas, as mulheres artesãs encontraram em suas atividades uma forma estratégica de desenvolvimento local autogerido e sustentável; enquanto que, no caso de Toledo, uma cidade média industrial, de ascensão socioeconômica, este tipo de atividade não alcança a mesma representatividade na sociedade, embora represente para seus gestores, também uma questão vital, porém de menor magnitude.

Neste contexto, centraremos nossas discussões numa sinopse teórica, embasada no significado de se trabalhar com cidades pequenas e médias e no desenvolvimento local sustentável e autogerido, na economia solidária e no capital social, somado às investigações *in loco*, auferidas nos dois municípios por meio de entrevistas com as pessoas envolvidas no artesanato. De posse destes resultados, empreendemos uma análise das informações que permitiram visualizar questões implícitas nas/das cidades.

No caso dos municípios elencados, desde os últimos anos, principalmente após o advento da modernização agrícola conservadora, uma nova configuração sobre suas realidades fez-se notória. Trata-se de uma intensa mobilidade no sentido campo-cidade e/ou periferia-centro que ocasionou uma hipertrofia dos maiores centros e uma inércia – ou declínio – das cidades periféricas que se reflete até a contemporaneidade. Nestes municípios é muito comum perceber, além da mobilidade espacial repulsiva, uma relativa imobilidade social por parte de muitos daqueles que permaneceram. É neste sentido que as promoções de desenvolvimento local sustentável e autogerido, somado às de economia solidária, têm proporcionado boas perspectivas para as muncípios da cidade de Guaporema que, por meio destas iniciativas, organizaram-se e estão desenvolvendo atividades econômicas voltadas para o artesanato.

Por outro lado, no que se refere à cidade de Toledo, trata-se de uma cidade média que, ao longo do seu desenvolvimento, incentivou o setor industrial. Entretanto, no que tange ao trabalho de artesanato desenvolvido pelas mulheres, este também lhes representa condição vital. Porém, como a cidade centra sua dinâmica econômica em outro setor, não oferece condições semelhantes de desenvolvimento para as artesãs, de modo que estas mulheres não possuem grandes perspectivas de desenvolvimento e geração de renda. Afinal, estas trabalhadoras findam por exercer suas atividades favorecidas apenas pela possibilidade de exposição em feiras, concedidas pelo poder local, somados ao seu próprio empreendedorismo. Por isso, esta atividade econômica encontra um grande desafio: ser valorizado pela sociedade local de modo a otimizar sua comercialização e permitir ascensão socioeconômica para as trabalhadoras.

Percebemos, portanto, que se trata de uma situação antagônica, mas de interesses comuns das partes envolvidas. É a força-de-trabalho da mulher, desprovida de capital, que se organiza e busca espaço para estar em condição plena de desenvolvimento socioeconômico em seus respectivos lugares. Porém, condições locais exercem profundas influências, condicionando ou não formas de sustentabilidade urbana por meio de estratégias de economia solidária e capital social.

Nos estudos da Geografia contemporânea, aqueles que privilegiam as pequenas cidades têm encontrado destaque somado aos de casos comparativos, pois permitem analisar o desenvolvimento e as transformações do território à luz do sistema hegemônico que exclui considerável parcela da população de suas condições de vida ideais, figuradas, entre outros, na mobilidade social ascendente e na produção de seu trabalho. Trata-se de investigar potencialidades locais que, no caso estudado, enfatiza-se as mulheres artesãs, pois estas, mesmo diante das adversidades e da marginalidade em relação à economia formal, são expressões de resistência e criatividade na produção e geração de renda. Desta forma, é imprescindível destacar o papel que as mulheres exercem. Afinal, os registros históricos revelam o rol de conquistas que obtiveram até o presente momento, embora, muitas vezes, se submetam a uma extensa jornada de "sobretaxa".

Nos referenciais bibliográficos afeto ao tema abordado, há extensos estudos sobre a segregação ocupacional, a discriminação no emprego e a disparidade salarial relacionadas ao gênero. Porém, em relação ao trabalho que a mulher exerce de forma alternativa, ainda se encontram muitas lacunas que podem e devem ser investigadas. Desta forma, a organização alternativa do trabalho das mulheres, principalmente do que diz respeito à cidade de Guaporema, possui grande expressividade e poderá contribuir para uma maior compreensão do desenvolvimento local. Assim, percebemos que espacialidades moldadas heterogeneamente, sob a égide do capitalismo, possuem condições de desenvolvimento também diferenciadas, embora, muitas vezes, as demandas socioeconômicas de suas populações sejam similares. Outrossim, quando esta população consegue desenvolver formas de desenvolvimento local sustentável, de economia solidária e/ou de capital social, percebe-se que uma nova perspectiva é reiterada, permitindo almejar e conquistar melhores condições de vida. 1- Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Integrante do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização e aluno-bolsista da Fundação Araucária. marcioghizzo@utfpr.edu.br 2- Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá e integrante do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização. valkiriats2006@hotmail.com; Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá e coordenador do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização. mmrocha@uem.br

12:00 a 13:00 - Área 2 | 2-Respostas teórico-metodológicas de la geografía ante las recientes espacialidades

2008

UNIDADES DE PAISAGEM: TRANSECTO DO MUNICÍPIO DE PITANGA A CAMPO MOURÃO

Ana Paula, Colavite ^{1(*)}; Nair Glória, Massoquim ²

1 - FECILCAM | (*) Brasil

2 - FECILCAM; USP

Resumen:

O estudo da paisagem embora não sistematizado ganha espaço desde o início do século quinze (XV), mas, o estudo que discute a paisagem geográfica em "unidades de paisagem" é mais recente, tendo sido designado por Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro na década de 1970. Atualmente os estudos de paisagem na geografia subdividiram-se em duas áreas: uma baseada no Geossistema, que dá maior ênfase aos fatores físicos que compõem a paisagem; e a outra baseada na Geografia Cultural, com maior ênfase aos aspectos humanos e culturais na formação da paisagem. O objetivo deste estudo é definir Unidades de Paisagens num trajeto que vai de Pitanga a Campo Mourão a partir das variáveis, clima, litologia, uso do solo, formas de vegetação predominante e os efeitos antrópicos sobre esta paisagem. Para tanto se tomou como base um perfil



geocológico elaborado para o estado do Paraná. A área de estudo é composta de uma biodiversidade preciosa em termo de espécies vegetacionais, além da importância de outros elementos naturais que compõe a paisagem. Localizada na porção Centro Ocidental Paranaense, a área do transecto é composta por parte de dois compartimentos Geológicos e de quatro Subunidades Morfoesculturais (descritas em estudos geomorfológicos de pesquisadores da UFPR em associação a Mineropar). Quanto aos aspectos vegetacionais, podem-se caracterizar três diferentes formações (embora representadas atualmente por fragmentos), sendo elas a Floresta Estacional Semidecidual; a Floresta Ombrífila Mista e a Vegetação de Cerrado, em consonância com os elementos climáticos, geológicos, geomorfológicos, pedológicos e ação antrópica, formam três Unidades de Paisagem. O estudo foi elaborado a partir de teorias e práticas abordadas na disciplina de Pós-Graduação em Geografia (em nível de Mestrado e Doutorado), da UFPR: "Ecologia e Planejamento da Paisagem" ministrada pelo professor Dr. João Carlos Nucci, no primeiro semestre de 2008. Como método abordou-se o dedutivo com procedimento analítico teórico baseado na subdivisão de Unidades de Paisagem (Monteiro, 1975). Em razão da importância de se levantar os remanescentes fitogeográficos da região estes foram levantados e representados na forma de ecótopos, referenciados segundo o modelo de Troll (1966). As técnicas utilizadas foram: prática de campo, construção de perfis topográficos, contendo dados geológicos, pedológicos e de cobertura; recorte da área em transectos; e elaboração de ecótopos, para as três unidades fitogeográficas. Os materiais utilizados, para a construção dos perfis foram cartas topográficas, pá e picareta, lápis para desenho e pintura, fotografias, cartas Topográficas, GPS, Mapas Geomorfológicos e Geológico (disponíveis para download no site <http://www.mineropar.pr.gov.br>) e Imagens de Satélite, do Landsat 5, os quais foram analisados de forma integrada e comparativa. Os resultados indicam que no trajeto estudado foi possível verificar quatro diferentes áreas de ocupação e cobertura da paisagem, a dinâmica dessas áreas quanto ao aspecto natural e antrópico possui elementos essenciais que resultou na análise e mapeamento de quatro distintas Unidades de Paisagens, as mesmas foram representadas nesta pesquisa por meio de um transecto com seus devidos ecótopos e fotografias terrestres. Este trabalho apresenta-se relevante a Geografia principalmente por discutir e abordar metodologia e técnicas de análise integrada da paisagem, e como podem ser interrelacionados os elementos que a compõem para subdividir uma região em unidades e subunidades com características próprias, já que este é tema de vasta abordagem na Geografia.

2079

SABOR NA GEOGRAFIA - PAISAGEM, MEMÓRIA, IMAGINÁRIO

Gratão, Lúcia Helena B. ^{1(*)}

¹ - Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina | (*) Brasil

Resumen:

O tema a que se apresenta surge do interior de um campo de investigação geográfica ainda a deslumbrar, que poderia ser "nomeada" de "geografia do sabor". Porém, não é o nome mais apropriado, pois, não é este o sentido. Qual seria então, o sentido que procura envolver o sabor na geografia? Qual seria a dimensão da geografia que envolveria este sentido? Poderia ser pela via (re)inventada ou transmutada da dimensão cultural? Esta, que originalmente estava vinculada ao conceito de "paisagem cultural" e que deu um significado essencial à subjetividade? Esta chamada "geografia cultural" que influenciou decisivamente a chamada "geografia humanista"? Esta "geografia vivida" traçada por Eric Dardel que trata da ligação do homem com sua terra natal, a relação do homem com a Terra? Para quem, a paisagem é uma manifestação mais ampla e complexa que o lugar, que se refere às ligações existenciais do homem com a Terra, pela leitura de Werther Holzer que tem se debruçado nos estudos de paisagem. Aqui está o fundamento para esta reflexão que traz para o campo de saber da geografia, o sabor enquanto dimensão da memória e do imaginário envolvendo a paisagem. Uma reflexão que espera-se projetar e fundamentar uma nova linha de pesquisa em Geografia. Desde já adiantamos que o enveredar-se por esse campo de descoberta geográfica parte do desejo de um fazer enraizado na valoração da paisagem e da cultura especialmente, a sertaneja. O sabor que brota da terra, que envolve valores culturais, éticos e humanos, numa relação que ultrapassa o inventário dos conteúdos da área e de seus objetos. Uma relação que se estabelece no modo de ver o mundo, aos seus padrões objetivos, mas também às crenças das pessoas, aos significados subjetivos dos lugares. Uma associação que origina a paisagem. De que paisagem estaríamos falando? Não seria aquela tradicionalmente contemplada apenas pela visão, sentido que tem privilegiado nos estudos de paisagem. Mas, uma paisagem vivida com aporte de todos os sentidos perceptivos e imaginários, e que se guardam na memória, para serem desvelados e revelados através da percepção e sensação do sabor. Por isso, uma paisagem dotada de cultura (atitudes e preferências). Por este sentido, uma paisagem vista-vivida a partir dos mundos vívidos pessoais, "focada" por um atributo invisível de sensação. Uma abordagem que vai além da descrição dos atributos visuais e, portanto, sentida, experimentada, provada, saboreada, de modo a estabelecer uma "essência" de paisagem – "extração" de paisagem. É por esta qualidade de "essência" que se diz 'que quanto mais modos terá de ver a paisagem, mais próximos estaremos da descrição da essência do fenômeno'. Mais essencialmente se pondo no ato desta reflexão, o sabor encontra-se na procura desta "essência" de paisagem. A paisagem vai além de um modo de ver o mundo. Mais, ela se manifesta também, enquanto imaginário da natureza e não, tão somente, enquanto aspectos socio-econômicos da sociedade. Que projeção tem então, esta proposta de investigação geográfica? A paisagem tem memória? A paisagem guarda memória? Como um livro, escrito, impresso, que ao ser lido (com todos os sentidos) se (des)vela, se revela enquanto memória, imaginário, lembranças? É comunicação, linguagem, percepção, imaginação? É um lugar de memória? Preservação; subsistência; resistência; identidade? A paisagem envolve pessoas; A paisagem se revela e revela-se aos homens/observadores/contempladores. A paisagem é ao mesmo tempo expressão e impressão. Um texto, (con)texto, (pre)texto. A paisagem tem cor, cheiro, som, sabor. Se põe e se manifesta nas relações intersubjetivas. É produtora de significados. Por esta intenção – de trazer sabor para a geografia, faz-se necessário buscar a essência geográfica definida por Dardel, a geograficidade pelo aporte filosófico e orientação fenomenológica - amor à terra natal – extensão do lar – sentimento de pertença. A paisagem é ela, uma extensão do lugar. Uma ligação entre o lugar e o espaço, uma relação entre o lugar e o homem que nela habita – que nela está. Aí está a vinculação: - sabor, paisagem, memória, imaginário, geografia. Composição de lembranças que podem (des)velar a "essência geográfica", experiências das pessoas, produção de sentidos e significados - cultura. Pela projeção desta perspectiva, vislumbre de uma outra maneira de fazer geografia, capaz de guardar o que está vivo na consciência de-ser-e-de-sentir o que faz dos homens fazer-se e sentir-se vivos!

2123

GEOGRAFICIDADE FILMICA: A PAISAGEM PANTANEIRA PELA OTICA DO CINEMA BRASILEIRO

Neves, Alexandre Aldo ^{1(*)}; Ferraz, Cláudio Benito Oliveira ¹

¹ - UFGD | (*) Brasil

Resumen:

Para melhor interpretar e estudar as paisagens, a Geografia parte das imagens observadas, entendendo estas como fenômenos contextualizados e permeados de significados e sentidos que possibilitam a leitura e a interpretação do mundo. Nessa direção, as imagens filmicas podem ser lidas pela geografia, sendo interpretadas enquanto paisagens que expressam determinados valores, idéias e concepções que auxiliam na elaboração de um imaginário social ou de uma determinada forma de compreensão e leitura do que está sendo apresentado pela narrativa filmica. Nesse sentido, o principal objetivo desta proposta esta calcado na realização um exercício de pesquisa e reflexão sobre a forma como a Paisagem pantaneira foi interpretada e representada sob a ótica de um conjunto específico de filmes de longa-metragem do cinema brasileiro, que utilizaram esta Região como elemento central para o desenvolvimento de suas narrativas, no sentido não só de entretenimento, mas de contribuição na edificação de determinada imagem e referência regional. Para tanto, selecionamos um conjunto específico de filmes de longa-metragem (na época dos seus respectivos lançamentos, foram classificados como filmes de aventura e de grande apelo popular), destacando em suas imagens as características espaciais e paisagísticas referentes à Região Pantaneira e Sul-mato-grossense de uma forma geral. Mais precisamente, optou-se por analisar os seguintes filmes: "Pantanal de Sangue" (Brasil/1971, Dir: Reynaldo Barros); "Caingangue e a Pontaria do Diabo" (Brasil/1973, Dir: Carlos Hugo Christensen); "Caçada Sangrenta" (Brasil/1974, Dir: Osualdo Candéias); "Massacre no Pantanal" (Brasil/1979, Dir: David Cardoso). Desta forma, para analisarmos estas obras cinematográficas adotamos como metodologia de procedimento a Hermenêutica Filosófica. Levando em consideração que a hermenêutica, como arte, de âmbito universal e universalizante, de interpretar o sentido das palavras, das leis, dos textos e de outras formas de interação humana. O processo de análise de um filme permite apreender uma série de elementos particulares, inerentes à obra que se tornam objeto de interpretação hermenêutica. Esses detalhes (partes) compõem o todo da estrutura narrativa é possuidor de um

sistema complexo de sugestões temáticas. São detalhes relacionados às situações particulares do cotidiano dos personagens do filme. Pode-se observar, nesse caso, uma relação circular e dialógica entre o todo e as partes ou o "círculo hermenéutico". Ou seja, é a partir das partes que conseguiremos compreender o todo, mas é o todo quem atribui significado às partes. Essa análise ajuda a compor uma leitura paisagística das obras em questão, para tanto, é necessário focar essas partes. Nesse sentido, a utilização de um *software* (Programa: Intervídeo da *Microsoft for Windows*), permite essa seleção e edição de algumas imagens (*Still*) significativas, possibilitando assim, que as mesmas sejam pontuadas sob uma ótica geográfica. Diante desses aspectos todos, podemos apresentar algumas considerações, ainda que não definitivas, mas relevantes sobre o tema. A Geografia, como as demais disciplinas entendidas e classificadas como científicas, assim como também ocorre com as de caráter artístico, tem as configurações de sua existência social, da elaboração dos seus significados históricos e utilidades em meio às necessidades humanas, submetidas à fuga de seu próprio território de conhecimento institucionalizado, o qual se consubstanciou ao longo da história da modernidade. Certamente, não há Geografia sem que haja a transgressão de suas próprias fronteiras. O reconhecimento destes territórios científicos (tão rigidamente construídos e demarcados) e a efetivação de um contínuo diálogo com as demais áreas do saber (científico ou não), promoverão a democratização dos discursos e uma experiência dialógica tão necessária para o revigoramento conceitual e social deste saber. Nesse ponto, o diálogo com outras esferas do saber humano, como no caso a arte (em especial o cinema), pode contribuir para ampliar os conceitos, indo além do formalismo e da mera especialização dogmatizante dos mesmos, visto que, arte e ciência, sensibilidade e racionalidade interpenetram-se continuamente em todas as instâncias do processo de criação.

Sábado 4 de abril

D - 02 - Área 2

08:30 a 13:00 - Área 2

1050

NORMAS E DOTAÇÃO DE FLUIDEZ AO TERRITÓRIO: OS OPERADORES DE TRANSPORTE MULTIMODAL NO BRASIL

Silva Junior, Roberto Franca^{1(*)}

¹ - Unicentro (Universidade Estadual do Centro-Oeste-PR) / Unesp (Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente) | (*) Brasil

Resumen:

As mudanças nas formas de produção, advindas com a crise do fordismo, demandou maior velocidade e organização dos fluxos nacionais, mas principalmente internacionais por parte das corporações e por parte dos Estados, para viabilizar as trocas entre os países. Neste panorama emerge a logística como demanda corporativa, que mais tarde se consolidaria, a partir dos anos 1970 nos países centrais e a partir da década de 1990 no Brasil, como um ramo de atividade do moderno setor de serviços (com a existência de grandes grupos) e um setor-chave das empresas, para a redução de custos com aumento da velocidade dos fluxos. Este ramo vem se consolidando a cada ano através do fortalecimento dessas empresas especializadas na movimentação de mercadorias. Essa consolidação proporcionou alterações na forma de circulação de mercadorias no país. Muitas dessas empresas se tornaram Operadores de Transporte Multimodal (OTM) com base em regulamentação feita pelo Estado brasileiro, em consonância com as regras estabelecidas por outros países. Com este trabalho, objetivamos analisar as atuais modificações nos processos de circulação e integração do território, com base na logística, também levando em consideração os aspectos normativos e técnicos que viabilizam determinados usos do território, principalmente, por parte das corporações, demandantes da velocidade nas trocas nacionais e internacionais. Com base nos dados e informações disponíveis sobre os OTM (disponibilizadas pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT) verificamos a sua organização, formas de atuação, modais utilizados, estrutura técnica, fluxos, redes e enfim, a política territorial dessas empresas responsáveis pelo movimento de mercadorias no espaço. A circulação pelo território, no atual período histórico, não é realizada apenas por meio de técnicas que viabilizam a movimentação de mercadorias e informações, mas por normas e instituições que regulam, organizam e potencializam esses fluxos. No Brasil, os sistemas de engenharia voltados para a circulação (fixos como rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos, portos etc.) não são suficientes para produzir a fluidez necessária para atender os desígnios corporativos, demandando a "intervenção" do Estado para o estabelecimento de normas que possibilitem aos agentes hegemônicos obter mais mobilidade e velocidade no processo de circulação-distribuição de mercadorias e serviços. Com base nessa prerrogativa, foram criadas leis que disciplinam o transporte multimodal no Brasil, para dotar o país de uma maior capacidade de competir no comércio internacional. A primeira destas leis data de 1995 (Decreto 1.563 de 19/07/1995) e dispõe sobre a execução do acordo de alcance parcial para a facilitação do transporte multimodal de mercadorias, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Outras leis foram criadas no sentido de regular o transporte multimodal, uma atividade essencial na tentativa de superação dos gargalos existentes na movimentação de mercadorias, principalmente para exportação. No segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso foi inaugurada uma "nova era da regulação estatal" no Brasil, com a formação das agências reguladoras de setores essenciais na gestão do território (energia, transportes, comunicações, saúde, segurança nacional e inteligência etc.). Uma delas, considerada uma das mais importantes, é a ANTT, criada em 2001. Em 2004, sob sua tutela, houve a habilitação do Operador de Transporte Multimodal (OTM) que é uma firma que realiza o transporte multimodal de cargas da origem até o destino das mercadorias, por meios próprios ou por intermédio de terceiros, através da gestão da informação e do conhecimento técnico e normativo dos sistemas de movimento. Portanto, como é próprio do período atual, o OTM pode ser transportador ou não, pois não é necessário que a empresa tenha frota própria, ou seja, a frota pode ser toda terceirizada, cabendo ao operador, apenas a administração e controle dos fluxos de transportes e informações. Para ser um OTM é necessário que as empresas tenham um registro junto à ANTT, assumindo a responsabilidade pela execução dos contratos firmados e pelos prejuízos resultantes da perda ou avaria das mercadorias sob sua custódia. O OTM também se responsabiliza por prejuízos decorrentes de atraso na entrega, quando o prazo tiver sido acordado. Além dos transportes em mais de uma modalidade, o OTM também oferece os serviços de coleta, unitização, desunitização, movimentação, armazenagem, entrega entre outros. Essa estrutura jurídica que foi criada para otimizar a circulação de mercadorias, encontra na infra-estrutura, a sua principal barreira, devido a precariedade das condições atuais e da rarefação de vias de transporte e outras infra-estruturas de apoio. Outro entrave é tributação no setor, que ainda não está totalmente resolvida. Existe um outro problema histórico que é o grande número de agentes atuantes no transporte rodoviário, em oposição à situação oligopolista do transporte aéreo, aquaviário e ferroviário. Com todas essas questões, a multimodalidade é prejudicada, fazendo dos custos logísticos, um dos maiores dos circuitos espaciais de produção. A agilidade proposta através de normas para a circulação de mercadorias e serviços esbarra na oferta de transporte por caminhões, com seus fretes artificialmente baixos se comparados aos outros modais, prejudicando a dita competitividade do país frente ao comércio internacional. Todavia, a criação da figura do OTM tem sido fundamental no intento da desobstrução desses gargalos, atuando na estruturação da esfera técnico-normativa do território, por promover a "simplificação" nos processos relacionados à circulação.

1073

AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL: NAS FRONTEIRAS (DES)TERRITORIALIZANTES DO CAPITAL

Lima, Dermeson^{1(*)}

¹ - Universidad Federal de Acre - UFAC | (*) Brasil

Resumen:

INTRODUÇÃO: A discussão sobre a internacionalização da Amazônia envolve reflexões de diversas índoles vinculadas a vários conceitos como: território, cultura, populações amazônicas e seus conhecimentos etnoculturais, além da relação entre os diferentes sujeitos envolvidos como a sociedade civil, organizações do terceiro setor, Estados, governos amazônicos e soberania, dentro de um contexto geopolítico nacional e internacional estende-se desde o período de sua colonização até os dias atuais. O meio ambiente, desde modo, torna-se objeto de inquietação internacional e desperta cobiça em todos os níveis por suas possibilidades de vantagens competitivas presentes e futuras no mercado. Nas últimas décadas temos observado o desenvolvimento de um processo de dominação do território amazônico que prioriza o valor de troca associado à propriedade privada da terra e de seus recursos que se traduz numa homogeneização das formas e espaços que se (re)criam ao som da reprodução do capital internacional. Assim, a apropriação da biodiversidade desse espaço riquíssimo não descarta intromissões estrangeiras que põe em questão a soberania dos países pan-amazônicos sobre seu patrimônio sócio-ambiental. Neste cenário, o Estado do Acre por sua localização na tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia, numa fronteira de recursos naturais ocupa uma área de geopolítica estratégica, cobiçada pelo capital internacional que se faz presente nas mais diversas formas e roupagens, cuja importância e atuação merecem ser analisada.

OBJETIVOS: Este artigo tem por objetivo refletir sobre o processo de (des)territorialização na região amazônica pan-americana, focando a região da Amazônia Sul Ocidental, mais precisamente o Estado do Acre na tríplice fronteira, discutindo este processo frente à nova geopolítica imposta pelo capital na região, identificando as principais nuances que redesenham o novo mapa geopolítico regional. No segundo momento, traçamos o marco de discussão no período atual em que o Estado do Acre é inserido neste processo econômico e ambiental, no qual ultrapassa as fronteiras nacionais, relatando os atores e os tentáculos dos qual o capital internacional se utiliza para se apropriar destes recursos produzindo novas territorialidades através da consolidação de eixos de integração regional.

MÉTODOS E TÉCNICAS: Este trabalho parte de um esforço teórico baseado na revisão de textos e material bibliográfico complementar, confrontados com observações diretas da realidade fronteiriça trinacional na Amazônia Sul-Ocidental discutidos na disciplina, "Estado e Desenvolvimento e Formação Econômica e Social da Amazônia" do Programa de Pós-Graduação-PPG, a nível de mestrado, em Desenvolvimento



Regional-MDR da Universidade Federal do Acre-UFAC, no primeiro e segundo semestre de 2008. As técnicas utilizadas foram levantamentos bibliográfico, documental e de dados, entrevistas com pessoas-chaves em órgãos não-governamentais e governamentais envolvidos com a temática estudada. Além, da observação crítica e participativa de nós como personagens desta na região de fronteira.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS: A apropriação dos recursos naturais faz com que o discurso geopolítico se faça presente em várias agendas internacionais de desenvolvimento por ser uma questão estratégica para ganhos tanto presentes como futuros, no âmbito geopolítico, econômico e ambiental envolvendo várias nações do planeta através dos mais diversos interesses. O cenário de dominação 'associado e dependente' do propagado território amazônico está alçado no seu patrimônio ambiental, social e cultural, divagando num processo que se territorializa e desterritorializa envolvendo multiterritorialidade de espaços, involucre numa relação antagonica e simultânea frente às forças do capital nacional e internacional, tendo como alvo principal apropriação da biodiversidade da região. Neste viés, algumas vertentes adquirem grande importância por suas premissas, como o ambientalismo, o papel das fronteiras/territórios e a re-desenho da geopolítica regional, por estes estarem diretamente influenciados pelo processo de globalização e a consolidação das novas formas do capitalismo propagado "sustentável", sendo responsáveis pela configuração de novas territorialidades na Amazônia Pan-Americana. A par disso, analisamos a questão da Amazônia como fronteira dos recursos naturais, e a sua importância perante a cobiça capitalista dando enfoque à propagação do ambientalismo nesta região.

1078

A PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS ESTADUAIS NO BRASIL

Luz, Ivóir da^{1(*)}; Videira, Sandra Lúcia¹

1 - Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro | (*) Brasil

Resumen:

Este resumo tem por objetivo apresentar uma breve discussão sobre o desaparecimento dos bancos públicos estaduais no Brasil. Embora a Geografia tenha avançado na análise de múltiplos fenômenos sócio-territoriais, o setor bancário sempre esteve à margem das pesquisas, por isso é que nos instigou a pesquisar sobre esse tema. O estudo da questão financeira torna-se importante pelo fato dos fluxos de capital terem papel determinante na construção e reconstrução de territórios. No Brasil, os primeiros bancos surgiram no século XIV, da necessidade de financiar alguns setores importantes da economia, como a indústria e a agricultura. Mas foi somente entre os anos de 1919 e 1930 que surge uma grande diversidade de bancos, principalmente privados.

Mesmo ocorrendo uma maior participação dos bancos privados atuando no sistema financeiro nacional, os estados encontravam dificuldades de financiamento. Havia uma falta de interesse dos empresários privados em explorar determinadas atividades, sobretudo àquelas ligadas à construção de infra-estrutura industrial e de serviços. Outro fato era a escassez de oferta de crédito de longo prazo por parte do sistema financeiro privado. A falta de instituições financeiras no interior do país, também representava um obstáculo à expansão do crédito, principalmente para a atividade agrícola. Para evitar esse problema alguns estados fortemente agrícolas passaram a financiar esses setores por meio das instituições privadas que atuavam no seu respectivo território. Corroborando assim para que no final dos anos de 1920 os estados passassem a controlar essas instituições de acordo com seus interesses, projetando assim os futuros bancos públicos estaduais.

Os primeiros bancos estaduais passaram a atuar seletivamente privilegiando o financiamento local para dinamizar suas economias. Assim, a partir da década de 1920 alguns Estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul, passaram a dispor de pelo menos um banco público estadual, visando também o financiamento da produção agrícola e de serviços públicos. Os bancos estaduais passaram a desempenhar outras funções importantes para o desenvolvimento do Estado, como a canalização de um fundo de poupança e financiamento de projetos na área sócio-econômica. A extinção desses bancos se deve sobre tudo aos reflexos da crise econômica da década de 1980 atrelada a outros elementos internos e externos, os quais colocaram muitos bancos públicos em situação orçamentária comprometida, principalmente depois que os bancos passaram a ser credores de seus respectivos estados. O problema foi se agravando a partir da década de 1980, devido muitos estados começarem a ter dificuldades para pagar as dívidas junto aos seus bancos. Um dos fatores estava no fato dos empréstimos tomados pelos Estados serem maiores do que a capacidade de pagamento, isso faziam com que as dívidas com os bancos fossem se acumulando. Uma das dificuldades dos estados em liquidar as dívidas junto aos seus bancos começou após as pressões do FMI junto ao Governo Federal para o controle do endividamento do setor público. Com isso, muitos Estados tiveram que se ajustar ao controle fiscal dos gastos, assim os Estados tiveram suas fontes de financiamentos tanto internas como externas limitadas. O resultado foi o corte de despesas e o atraso de pagamento dos empréstimos feitos. Mesmo havendo uma rápida recuperação dos Estados a partir de 1985, o problema da dívida financeira dos bancos não foi resolvido, apenas administrado para que não continuasse crescer em ritmo acelerado. Nesse contexto, a fragilidade dos bancos que se seguiu na década seguinte, fez com que o governo tomasse uma série de medidas na tentativa de recuperar as instituições estaduais. A primeira tentativa foi o auxílio aos bancos estaduais, representado pelo PAC, no entanto esse programa não teve muito êxito, logo o governo lançou outro programa, o Proerf. Mesmo adotando essas medidas os bancos estaduais continuavam enfrentando dificuldades financeiras. Assim, em 1987 o governo federal adota uma medida mais radical. Por meio do RAET, assume as instituições financeiras com problemas.

Na década de 1990, após inúmeros programas de salvaguarda sem resultados, o governo federal criou o Proer. Esse programa incentivava a incorporação de instituições com problemas financeiros por outras instituições sólidas, na tentativa de garantir a solidez do sistema financeiro. Após o Proer, houve um grande número de fusões e liquidações de bancos, de tal forma que das 241 instituições que existiam em 1993, reduziu-se para 201 no final de 1998.

Em 1996, paralelo a esse programa, o governo federal começou arquitetar a privatização dos bancos públicos. As políticas adotadas durante esse governo tinham como objetivo reduzir a presença do Estado no setor financeiro, através do processo de privatização das empresas estaduais, principalmente dos bancos públicos. Os resultados dessas pressões podem ser vistos no gigantismo de alguns bancos nacionais privados como Bradesco, Itaú e Unibanco, ao adquirir um número considerável de bancos, dentre eles vários estatais. Um fator positivo desse processo, é que o tamanho dessas instituições não tem permitido um domínio total do Sistema Financeiro Nacional por parte dos estrangeiros. Mas resta saber até quando essa hegemonia dos bancos nacionais vai durar, pois alguns dos maiores bancos internacionais como Santander e HSBC, vêm crescendo no território nacional a cada ano através dos processos aquisitivos.

Portanto, a privatização dos bancos públicos ainda é questionável pelo fato desses bancos terem sido construídos com dinheiro público do contribuinte, uma vez que o sistema privado desprezava certos segmentos. A importância deles também foi fundamental no desenvolvimento do território, pois enquanto as instituições privadas se concentravam nas regiões mais rentáveis; as estaduais atuavam em diferentes áreas onde o sistema financeiro privado não tinha interesse. Além de atuarem junto à política de seus Estados subordinados, nos mais variados projetos socioeconômicos.

Diante disso, a atual configuração do Sistema Financeiro Nacional em que pequeno grupo de bancos privados nacionais e internacionais controlam grande parte do mercado financeiro é resultado das inúmeras mudanças de ordens políticas, econômicas e tecnológicas que se dão em escala mundial e que, corroboram para o acúmulo de capital dos grandes grupos econômicos.

1079

RESERVA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL: UMA QUESTÃO GEOPOLÍTICA

Machado, Fabiano Ferreira^{1(*)}; Sarante, André Luiz¹

1 - UFVJ | (*) Brasil

Resumen:

As disputas pelas terras indígenas na região da Raposa Serra do Sol – a nordeste do estado de Roraima – já perfaz por quase um século. A problemática tem se concentrado quanto ao tipo de demarcação a ser efetivada, seja em ilhas ou em forma contínua. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) sempre defendeu a demarcação em área contínua, por acreditar que a criação de ilhas dificultaria o acesso dos índios a rios e áreas de caça. No entanto, com este tipo de demarcação, os chamados não índios conhecidos por, dentre outros, madeireiros, posseiros, garimpeiros e rizicultores, terão que sair da reserva. Contra a demarcação, o Governo do Estado de Roraima promoveu várias ações na Justiça, uma delas foi a criação do município de Uiramutã em 1997, dentro da reserva. A preocupação do governo do estado está no rico subsolo da reserva e nas terras



férteis que ficariam inutilizadas para fins econômicos. Porém, mesmo com tantas pressões internas, em 15 de abril de 2005, foi homologada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. A partir de então, começou uma negociação para a retirada dos não índios da área. Entretanto, devido ao crescimento exponencial da tensão entre os silvícolas e os não índios, a demarcação ainda não foi devidamente efetivada e está em tramito judicial sendo avaliada em última instância pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro. Com a homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, julgamos oportuno mudar a sentido do debate para a ótica geopolítica, no qual podemos levantar o seguinte questionamento: quais os impedimentos para a configuração de um novo Estado (indígena)? Para responder a essa pergunta, iremos analisar a concepção de Estado Moderno, utilizando autores clássicos abordados por Costa (1992), Fonseca (2003) e Azevedo (1992), como Engels, Lênin, Poggi, Poulantzas e Gramsci. As concepções estatais ratzelianas também serão discutidas tendo como foco a questão das Fronteiras. Para este conceito, autores como Martin (1998) serão essenciais para a abordagem, principalmente no que tange a diferenciação entre limite e fronteira. E, ainda pra responder efetivamente a nossa pergunta, ficaria pertinente o seguinte questionamento: a homologação da reserva indígena em área contínua, na faixa de fronteira, não representa um risco à soberania brasileira? Para solucionar a questão, iremos trabalhar substancialmente o conceito de Soberania. Para tanto, faremos uso das palavras de clássicos como Jean Bodin, Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau, analisados na percepção de Liziane de Oliveira (2001). Serão analisados temas como soberania interna e externa. Para tanto traçaremos um diálogo com o princípio da autodeterminação dos povos analisado por André Martin (1998), até construir o conceito moderno de soberania, que constitui o alicerce do Estado soberano. Contudo, acreditamos ainda que se faz necessário a envergadura legal para a análise plena da problemática. Será feito, desse modo, uma análise de um documento enviado pelo Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES) ao Superior Tribunal Federal onde são contestados cinco artigos da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, alegando que os mesmos são inconstitucionais. Esta preocupação dos militares é relevante haja vista o fato de o Congresso Nacional ter aprovado em 2004 a Emenda constitucional nº45, o dispositivo que determina que, leis e manifestos inferidos em entidades internacionais no qual o Brasil faz parte (como a ONU), terão efeitos constitucionais dentro do Estado soberano brasileiro caso aprovados pela câmara dos Deputados e do Senado. É importante destacar que os militares afirmam ser "inaceitável" o reexame de conceitos substantivos como os de soberania e fronteira por quaisquer entidades ou órgãos governamentais. Portanto, acreditamos que a eterna dívida com os povos tradicionais brasileiros é relevante e extremamente pertinente na formação da cultura e identidade nacional. Contudo, acreditamos também que a mesma deva ser revista no que tange a integridade do Estado brasileiro e a soberania do país. Assim, quando as terras indígenas são homologadas em áreas de fronteira, como a Raposa Serra do Sol, a soberania nacional fica constantemente ameaçada. Ainda que a demarcação seja feita em ilhas, fica evidente a preocupação da CEBRES quanto a este tipo de território indígena sedo que o grande perigo é que as tais ilhas sejam exatamente demarcadas, por coincidência, em pontos estratégicos onde existam riquezas minerais ou de biodiversidade. Ainda que a questão seja pensada primordialmente em âmbito político, cultural ou antropológico, acreditamos que, com a homologação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol o maior beneficiado será o capital internacional, cujo interesse direto nas riquezas naturais e no subsolo da Amazônia brasileira é evidente. Isso permitirá a intensificação das ações diplomáticas internacionais na região, seja através de ONGs ou pela mídia através de discurso do "patrimônio da humanidade". Desse modo, a criação de "áreas de proteção autônomas" ou mesmo a gênese de novos Estados soberanos, onde hoje estão os territórios indígenas, seria uma questão meramente temporal. Assim, com base nos autores aqui levantados e outros não menos importantes como a Iná Elias de Castro, podemos concluir que se a homologação de uma área para os indígenas na Raposa Serra do Sol for realmente essencial ou imprescindível, acreditamos que a mesma deva ser feita em forma de "ilhas" e em distância significativa da fronteira nacional. O Estado e a soberania brasileira, desse modo, ainda teriam relativa autonomia frente os interesses internacionais.

1120

GEOGRAFÍAS DE UN TERRITORIO Y LA SOBERANÍA "FANTASMAGORÍAS DE LA SOBERANÍA EN TERRITORIOS LOCALES"

Ramírez Burbano, Carlos Alberto ^{1(*)}

¹ - Universidad del Valle | (*) Colombia

Resumen:

Antes de plantear las preocupaciones que me llevan a querer comprender la problemática de control territorial en Colombia procurare llevar al lector a comprender los diferentes conceptos que aquí se abordan, el primero es el concepto "estado" que lo veré como la estructura de orden social moderno o lo que Roseau llama el contrato social (lo que nosotros como geógrafos llamaríamos la esclavización del territorio), en el paso hacia el estado moderno, el cambio en la concepción de la espacialidad minusvalorada en la monarquía como espacio de producción y control hacia una categoría de competencia en el sistema de producción y comercialización a partir del territorio en manos de los individuos "libres", fue instaurada a partir de la abolición del feudalismo como sistema hegemónico en una primera etapa marcada del momento como hecho histórico, ante la revolución Francesa entre el siglo XVIII y el siglo XIX consolido el pensamiento y el sistema capitalista. Por otro lado el demonio o Lucifer eran utilizados para representar las poblaciones con tradiciones culturales desconocidas y lejanas, como la forma terrenal del mal, constituyendo así la representación simbólica de amenaza para la población desde un punto de vista teológico y que demuestra tal cual fue estructurado los miedos de la sociedad civilizada, siendo esto lo que naturalmente infundía la necesidad de un poder defensor el cual era la monarquía o el señor feudal y en la actualidad el Estado como rechazo al "caos-diablo"; esta estructura de organización social infundada en miedos se constituye y se fortalece en la actualidad, asentando unas formas de pensamiento y adquisición de conocimiento en los individuos de la comunidad, que transforma tanto las estructuras mentales como las formas de construcción de territorio, un individuo moderno en un territorio multi-polar y polifacético.

El estado colombiano, visto en la relación antagónica entre el control territorial y el ejercicio soberano, configura una dimensión regional entendida como la escala de análisis de las problemáticas administrativas en la evolución territorial del Estado, y nos enfoca en las contradicciones que nacen ante estas relaciones territoriales, tales como la visión holística del territorio y reduciendo al territorio a un monopolio del fenómeno social y generaliza desde la necesidad de ver unidades territoriales iguales, esto es lo que llamamos regiones funcionales, bajo el sesgo del capital. En un caso puntual como los territorios de paz trataré de velar por lo ya mencionado y en cuyo punto profundizaré sobre estos territorios.

El punto de vista de un geógrafo ante la relación existente en los conceptos región y soberanía, traza como espacio interrelacional el territorio, ya que es en éste en donde estas abstracciones se materializan. Desde la región la configuración del territorio se asume como la ordenación espacial del estado hacia un carácter funcional y que facilite las diligencias administrativas y de control, que son por un lado institucional y por el otro bélicas, su carácter centralista que es donde impera su iniciativa homogenizadora, donde se convierte y se configura el territorio en una región, donde dicho control territorial esta en una dicotomía territorial concurrendo está especialización hacia producciones concretas del discurso hegemónico a partir de la mercancía de moda y suscita a su vez vacíos oferentes de mercancía que son tradicionales en el manejo de la cultura-territorio, es decir desprecia mercados que subvierten el orden del mercado mundial, lo que hace que grandes producciones especializadas salgan adelante mientras los pequeños productores pierden su mercado y pone en crisis al estado ante su precaria iniciativa de solución a las problemáticas territoriales de la sociedad que se desenlazan del sistema capitalista, esto produce una deslegitimación de la población hacia el poder que se establece en las localidades desde el Estado, lo que nos coloca la situación a blanco y negro hasta cierto punto, es decir, configura por este principio zonas territoriales donde el estado tiene pleno control y otras donde este no existe; es reemplazado por estructuras económicas al margen de la ley y en ocasiones en contra del Estado y engendrados por él. Como también aquellas poblaciones que buscan independencia del estado para poder sobrevivir, producto de la dinámica ya mencionada y que a su vez ahondan las problemáticas sociales, y es donde el Estado moderno encuentra su propósito, los territorios por conquistar o controlar en un espacio en el que las reticencias, los tiras y aflojes son el muro que sostiene la estructura, y es lo en geografía llaman algunos autores "región de aceptación o negación de la nación" o como Serje lo denomina "territorio vedado", lo que posteriormente nos llevara al punto crucial del debate del estudio sobre la región y la soberanía en el territorio, la existencia o no de la soberanía como componente primordial del Estado-Nación Colombiano a su interior y el reconocimiento o legitimación en sus localidades como un Estado, que constantemente fortalece esta soberanía a su interior con el apoyo de su población, siendo esta afirmación lo ideal y que podría funcionar como una hipótesis falsa.



1123

O "ESPAÇO PORTUÁRIO" DE SÃO SEBASTIÃO E O SEU LUGAR NA GEOGRAFIA PORTUÁRIA PAULISTA

Reis, Heloisa dos Santos ^(*)

1 - Universidade de São Paulo | (*) Brasil

Resumen:

O presente trabalho buscou compreender o "espaço portuário" de São Sebastião a partir de sua inserção no sistema portuário paulista. Os portos, através de um enfoque geográfico, são vistos como objetos técnicos imprescindíveis para a realização dos fluxos espaciais de mercadorias e pessoas entre a terra e o mar e ao mesmo tempo constituintes de sistemas de engenharia que passam a responder a novos imperativos no mundo globalizado, como por exemplo, a demanda cada vez maior pela fluidez na circulação territorial.

O "espaço portuário" de São Sebastião, localizado no litoral norte do estado de São Paulo, foi aqui entendido como a porção do espaço geográfico que abriga os sítios portuários do Porto Público de São Sebastião e do Terminal Marítimo Almirante Barroso da PETROBRAS (TEBAR), os quais apesar de geograficamente próximos engendram realidades distintas e até mesmo contraditórias, especialmente quando consideramos a movimentação de cargas que realizam.

Desta maneira, com base na análise da movimentação de cargas ocorridas entre os anos de 1998 e 2008 (para o porto público) e de 2007 e 2008 (para o TEBAR), tentou-se compreender como o "espaço portuário" de São Sebastião contribui para o quadro geral da circulação de mercadorias no estado de São Paulo, bem como de quais seriam seus principais desafios e perspectivas futuras.

O quadro levantado na pesquisa a partir de trabalhos de campo e análise de documentos oficiais nos permitiu caracterizar as duas realidades que se imbricam no espaço em questão. Neste quadro, o porto público que nasceu a partir do "sonho" de se dotar o espaço da circulação do estado de São Paulo de um porto alternativo, enfrentou ao longo dos anos a contradição entre a sua realidade e os projetos (não concretizados) para o seu desenvolvimento. Atualmente, sua situação ilustra a necessidade de integração entre os objetos técnicos em uma rede mais ampla, constituída por elementos que acrescentem vantagens comparativas à sua localização, como o sistema de transportes e especialmente a intermodalidade. Por outro lado, o quadro trazido à tona pela presença da Petrobras nos revela uma complexidade da situação e desenvolvimento no conjunto do "espaço portuário", uma vez que para a sua operacionalização o Terminal Marítimo demandou e continua a demandar uma organização espacial específica (locais para construção dos tanques, para a passagem das tubulações e etc), e a sua movimentação de graneis líquidos ressalta a sua posição como o maior terminal de óleos e derivados da América Latina.

Observamos que o estudo de caso em questão é bastante representativo de como a atividade portuária não pode ser pensada separadamente da realidade econômica, social e espacial em que se insere. Sendo um meio para a realização da circulação no território e não um fim em si mesmo, os portos demandam uma atenção especial para a sua melhor inserção no quadro da região que buscam dinamizar, pois correm o risco de não serem capazes de realizar todo o seu potencial de desenvolvimento.

Por fim, além de fornecer mais uma contribuição para o avanço do estudo da temática portuária pela Geografia, o estudo em questão longe de pretender cobrir a lacuna existente, busca somar esforços e ressalta a importância e pertinência de uma abordagem geográfica da circulação e dos transportes em território nacional.

1150

A QUESTÃO ENERGÉTICA E O PAPEL (DES)INTEGRADOR DA ENERGIA.

Costa, Natália ^(*)

1 - UFF - Universidade Federal Fluminense | (*) Brasil

Resumen:

GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA

A Questão Energética e o Papel (des)Integrador da Energia.

Resumo da proposta de trabalho: A luta pelo controle das fontes de energia tem sido um dos vetores mais significativos para entender diversos desenvolvimentos na história do homem. Na era pré-histórica, os grupos que primeiro dominaram a técnica de obter fogo passaram a ter vantagem comparativa importante sobre os demais. Com o início da era dos hidrocarbonetos e de fontes alternativas de energia, no final do século XXI, a busca pelo controle das fontes de energia passaria paulatinamente a ocupar mais espaço na política dos Estados. Nos dias de hoje, 96% dos veículos de transporte no mundo dependem do petróleo para sua locomoção (Simões, 2007). A energia deve ser vista não apenas pelo seu lado econômico, tecnológico, mas, sobretudo, pelo lado político. A questão central que se coloca nos nossos dias não é exatamente saber se há tecnologia suficiente para desenvolver as restantes reservas de petróleo. O fundamental é entender as dificuldades de acessibilidade a essas reservas, por fatores como a nacionalização, fechamento de mercados ou instabilidade política. A realidade geopolítica do tema e sua implicação econômica direta leva a que muitas das grandes questões estratégicas internacionais estejam vinculadas ou derivem diretamente de problemas de acesso a recursos energéticos. No mundo, a divisão dos recursos energéticos não acompanha o grau de desenvolvimento das economias. Assim, as regiões mais ricas são, em geral, carentes de recursos energéticos, que são buscados nas áreas mais pobres. O crescimento econômico, cada vez maior, de áreas do mundo em desenvolvimento, como a China e a Índia, tende a aumentar a competição pelos escassos recursos disponíveis e conduz à elevação dos preços e da tensão política mundial. A riqueza energética da região coloca a América Latina como um potencial de complementação entre consumidores e produtores. Nesse contexto, torna-se indispensável a presença de uma visão geográfica na análise da modificação que os recursos energéticos promovem nas relações entre os países, em especial nos países da América do Sul, onde, atualmente, as tensões parecem estar latentes, principalmente no que diz respeito ao petróleo e ao gás natural.

O cerne deste trabalho consiste exatamente nesta discussão de como os principais produtores e consumidores de gás natural e petróleo vêm se posicionando nas relações internacionais do subcontinente América do Sul, visto que o gás natural já é considerado por muitos a energia do futuro por ser um combustível barato e ecologicamente correto e o petróleo ainda assume importante papel no desenvolvimento mundial. Discutirei também o processo de integração latino-americana e como o fator energético se posiciona além de alertar como podemos entendê-lo na forma de veículo integrador da região, numa discussão crítica à cerca da geopolítica da energia. A discussão se trava na relação Energia x Política e como essa relação se dá na América Latina (América Latina x Recursos Energéticos), visto que o assunto ligado aos recursos energéticos aparece na região com 'grande entusiasmo', sendo uma forma de superação econômica dos países da região, emergindo como *símbolos nacionais* das economias regionais, representados, por exemplo, pelos governos de alguns países na atitude de nacionalização das reservas.

1235

A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO NA CONSTRUÇÃO DE UM ANTI-SISTEMA

dos Santos Simone, Angélica ^(*)

(*) Brasil

Resumen:

O semi-árido brasileiro é um bioma único pertencente a uma formação geológica e climática complexa que o definiu, há milhares de anos, como a paisagem que conhecemos. A caatinga sofre os impactos das ações humanas sem planejamento regional e a questão da seca, discutida e combatida desde o Império, permanece até hoje deturpada como o flagelo do homem sertanejo.

A região do nordeste seco compreende as áreas onde a precipitação é irregular no tempo e no espaço, com alto índice de aridez e alta probabilidade nos riscos de seca.

Apesar das dificuldades sociais encontradas pela população local, sabe-se que o semi-árido brasileiro é o mais povoado do mundo, ou seja, seus habitantes não desistiram de viver e semear um futuro melhor.

O indivíduo sertanejo é um tipo social fruto de um desenvolvimento histórico pautado na exploração, injustiça e ambição, todas advindas de uma sociedade controlada até os dias atuais pelos chamados coronéis, aos quais se somam na atualidade grandes grupos empresariais internacionais e nacionais, voltados para a exploração dos recursos regionais, principalmente no vale do São Francisco.

A seca foi desde a colônia, o objeto relacionado ao semi-árido, projetos e movimentações políticas sem resultados satisfatórios, açudes



espalhados pelo território sertanejo, monopólio dos recursos naturais pelos proprietários de terra aliados aos seus interesses políticos. O governo e a mídia nacional trabalharam para distrair a população com as negligências sociais em períodos de seca, enquanto o problema nunca foi realmente resolvido.

Pretende-se mostrar no trabalho que a idéia mais consistente não é combater a seca, pois a ciência a afirma como parte de uma dinâmica natural bem equilibrada, a verdadeira questão é observar essa dinâmica e conviver com ela, respeitando seus limites e valorizando suas potencialidades. Situação que presenciamos na região, onde grandes grupos empresariais lucram a partir do cultivo de frutas tropicais no vale do São Francisco, ao mesmo tempo em que os pequenos agricultores ficam proibidos de ultrapassarem essas áreas (que é quase a totalidade do vale), ficando assim dependentes de outras fontes de água, não podem ser consideradas como solução para os problemas do semi-árido e muito menos como projeto de desenvolvimento sócio-econômico regional.

Esses pequenos agricultores, famílias de lavradores que se organizam em comunidades e associações para manterem uma produção rentável, são alvos de grileiros e jagunços dos coronéis que ordenam roubar as terras e destroem todo um trabalho coletivo, fatos registrados nos anais da vergonha nacional nas lutas pela posse da terra.

A nossa região de estudo compreende os municípios de Casa Nova com 9.697 Km² e Uauá com 2.962 Km² de área, ambos no estado da Bahia, na região do médio São Francisco e onde são encontradas comunidades organizadas a partir de um programa de convivência com o semi-árido na agricultura familiar; em Casa Nova trabalharemos as lutas pela posse da terra, presente ainda na realidade do pequeno agricultor e Uauá, uma comunidade que vive em paz depois de conseguirem o princípio gerador da vida: a terra.

O município de Uauá integra o Projeto Sertão Produtivo executado pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irapaa), em parceria com a Superintendência de Agricultura Familiar (Suaf) órgão da Secretaria de Agricultura da Bahia, beneficiará diretamente 8.300 famílias rurais de vários municípios do Semi-árido baiano. Estão sendo estimuladas atividades como a caprino-ovinocultura de leite e de corte, apicultura e pequena agricultura de sequeiro e irrigada. Destaca-se a preocupação com a regularização fundiária das terras que vai garantir tranquilidade ao homem do campo e o beneficiamento local da produção com o objetivo de aumentar a renda local.

O município de Casa Branca possui maior dinamismo econômico, destacando-se o maior rebanho de caprinos da Bahia, atividade que vem sendo modernizada com elevação da produtividade e investimentos no beneficiamento da carne e do leite. A partir da década de 1990 cresce na região a produção de vinho, com a instalação de vinícolas de alta produtividade e qualidade. Além disso, com a mudança da cidade em razão da construção do lago de Sobradinho ela se tornou uma cidade de beira de estrada, ao lado da BA-235, rodovia com grande movimento de caminhões. Com esse processo de crescimento econômico a cidade passou a atrair investimentos e empresas de fora, que colocam em risco a permanência do sertanejo na terra e as possibilidades de convivência com as condições naturais regionais.

A comparação das duas realidades nos permitiu compreender a importância de projetos que respeitem de um lado as comunidades locais e de outro as condições naturais, pois de outra forma, não podemos falar em desenvolvimento do semi-árido.

Enfim, nosso foco é analisar os movimentos sociais que visem a melhora na qualidade de vida dos habitantes do nordeste seco, bem como sua importância na construção de uma sociedade mais justa e igualitária; qual o papel de cada indivíduo nesta construção e o exemplo que pode ser para outras regiões do país.

1241

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA ESTUDO DE CASO DA SUB-REGIÃO DOURADOS.

Rezende Gomes, Madeleide ^{1(*)}

1 - UFGD | (*) Brasil

Resumen:

Análise sobre o desenvolvimento da faixa de fronteira, estudo da sub-região de Dourados - Mato Grosso do Sul - Brasil

Este trabalho procura investigar as ações planejadas e executadas no interior do (PDF) especificamente na sub-região de Dourados, identificando as repercussões geográficas nesse espaço fronteiriço decorrentes das ações realizadas no interior do programa. O mencionado Programa apresenta como diretriz referencial o apoio aos chamados Arranjos Produtivos Locais (APL) estes são concebidos como instrumento capazes de gerar o desenvolvimento local. E como procedimento de pesquisa levantamentos bibliográficos a partir de trabalhos científicos e jornais referentes ao tema. Ao mesmo tempo, estamos fazendo levantamento de dados oficiais junto a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste - órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional. Adicionalmente, entrevistaremos os representantes governamentais (secretários e prefeitos municipais, contemplados com recursos e obras no bojo deste Programa). Após esta fase procuraremos fazer uma análise sistematizada dos dados levantados. O governo brasileiro, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT, 2003/2010) tem adotado uma estratégia de retomada de planejamento, onde o Estado assume a condição de sujeito na coordenação do processo de desenvolvimento nacional. No interior dessa estratégia atribui-se prioridade ao desenvolvimento regional e a integração da América do Sul. A estruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDF) está inserida dentro desta orientação estratégica. Em uma análise criteriosa da região de fronteira, demonstram que as ameaças ao Estado (no caso de Mato Grosso do Sul) residem no esgarçamento do tecido social, na miséria que condensa importantes segmentos da população, o não exercício de uma cidadania plena, no desafio cotidiano perpetrado pelo crime organizado e na falta de integração com os países vizinhos, estas são as principais ameaças presentes na Faixa de Fronteira, que colocam o desenvolvimento regional como

estratégia prioritária para a soberania brasileira e a integração continental No bojo do PDF definiu-se uma diretriz de apoio aos chamados Arranjo Produtivo Local (APL) como instrumento de desenvolvimento transfronteiriço. Constatamos que na sub-região de Dourados houve o incentivo ao APL da piscicultura. Ocorrendo a divulgação de eventos como o 1º Congresso de Peixes Nativos de água doce e o 1º Encontro de Piscicultores de Mato Grosso do Sul. Sendo Dourados a primeira unidade do Brasil a ter o núcleo de pesquisa com foco na produção na produção de peixes nativos. A cidade é o epicentro da expansão da produção de peixes no sul de Mato Grosso do Sul.

Constatamos ainda nessa sub-região a implantação do frigorífico de peixe denominado Mar & Terra, na cidade de Itaporã este atende a exportações e com esse apoio buscou-se contatos de governo e prefeitura propondo a inserção do peixe na merenda escolar.

Acarretando desenvolvimento na área de infra-estrutura e também o acesso as oportunidades, viabilizando não apenas a inclusão social mas como consequência a inclusão produtiva. Por isso através do Ministério da Integração ocorrem investimentos como no ano de 2007 onde foi avaliada pela diretoria do Conselho Estadual de Investimentos Financiáveis pelo FCO (Fundo Constitucional de financiamento do Centro-Oeste) a liberação de R\$ 20,6 milhões em investimentos, atendendo empreendimentos de pequeno e médio porte localizados em Sidrolândia, Deodápolis, Maracajú, Rio Brilhante, Jateí, Caarapó, Laguna Carapá, Itaporã e Dourados (todos incluídos na sub-região de Dourados). Em março do ano de 2008 foi liberado R\$100 mil para Jateí este montante foi destinado a obras de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica. Já em junho de 2008 foi liberado para Taquarussu 200 mil, 1,3 milhão para Fátima do Sul todos para obras de pavimentação asfáltica e terraplanagem. Sendo que em 2007 houve uma liberação de R\$ 570mil destinada a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul sendo usada na operação inicial do perímetro irrigado em Santa Terezinha (este é Distrito do município de Itaporã). Neste mesmo ano foi liberado pelo Ministério da Integração R\$1,1 milhão sendo usado pela prefeitura de Dourados na implantação do parque Rego d' água, em obras de canalização.

Também uma estratégia deste governo é o Sistema de Saúde (SIS Fronteira), criado para o repasse de verba para a saúde para que haja uma melhor distribuição desta e o atendimento daqueles que não tem moradia fixa no Brasil mas que por muitos os motivos (como a privatização de plano de saúde de alguns países) utilizam o sistema de saúde brasileiro. A intervenção do Governo Federal é para diminuir as diferenças com base na solidariedade consolidando o Mercosul e a integração com a América do Sul, tendo a Saúde como contexto de desenvolvimento humano, considerando sua importância econômica e tecnológica.

Trata-se de um Programa que abrangerá parte significativa do território e da sociedade sul-mato-grossense. É importante lembrar que sobre o referido Programa - em implementação não há ainda nenhuma análise acadêmica, principalmente na sub-região de Dourados.

Assim busca se contribuir para um banco de dados sobre os projetos executados por esse Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira desta sub-região.



1255

NOVAS PRODUÇÕES ESPACIAIS EM TERRITÓRIOS DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO LITORAL DE SÃO MATEUS - ES.

da Cunha Teixeira, Claudinea ^{1(*)}

¹ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO | (*) Brasil

Resumen:

O objetivo é analisar as produções espaciais que sobrepõe o território das populações tradicionais em Barra Nova e Campo Grande. Apresenta os primeiros resultados da pesquisa. As populações tradicionais sofrem com a pressão do modelo capitalista de produção do espaço. Os projetos econômicos, passaram a investir na inserção do local e estes buscaram criar estratégias: um Plano de Ordenamento em 2001 para Barra Nova sugerindo transformá-la em área de expansão urbana; em 2003 a Estação Ecológica de Barra Nova é extinta e o Terminal Norte Capixaba é instalado atendendo a indústria do petróleo e em 2005 aprova o Plano Diretor Municipal, legitimando a região como urbana, propondo crescimento da cidade. Tais estratégias têm exposto o território dessas populações a vulnerabilidades numa sobreposição de uso do espaço.

2037

A REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DA PAISAGEM EM ALEXANDER VON HUMBOLDT: UMA CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

Cene, Vonei Ricardo ^{1(*)}; Vitte, Antonio Carlos ²

¹ - Instituto de Geociências - UNICAMP | (*) Brasil

² - UNICAMP

Resumen:

As relações entre o conceito paisagem, técnicas cartográficas estão conectadas, para geografia, no trabalho de Alexander von Humboldt, que utilizando da paisagem que nasce como estética nas artes, inova a maneira de se conceber a superfície terrestre. Uma fusão feita por Humboldt entre cartografia e arte contribuiu para a elaboração e desenvolvimento do conceito paisagem para a geografia. Um levantamento da história da cartografia para analisar a concepção de representar o mundo e as influências que essa técnica sofre devido às novas concepções que a geografia trás, como, por exemplo, a paisagem. No contexto de profundas mudanças proporcionadas pela Revolução Científica Moderna e pela filosofia kantiana, particularmente a terceira crítica, a crítica do juízo, naturalistas, como Alexander von Humboldt (1769-1854), em associação com a arte, contribuíram com novas explicações e representações sobre a natureza. A paisagem, uma construção cultural, vai além de uma representação estética, embora sua origem tenha sido na pintura. Para tal afirmação, paisagem como construção cultural e não um objeto físico. Entendendo que a paisagem está em contínua transformação. A paisagem é uma representação, da qual participam os materiais e histórico-sociais. Como representação, pode ser através de pinturas ou cartografadas. Assim, a paisagem são símbolos, códigos, conceitos, regras da arte e da matemática. Para entender melhor a contribuição de Alexander von Humboldt os períodos retratados nesse projeto serão: a) os do século XVI para a História da Arte, devido à sua importância para o levantamento de quando surge a paisagem e sua importância quando nos referimos à Revolução Científica Moderna. b) O segundo período e o mais importante será o do século XVIII, pois é nele que surge o trabalho de Humboldt e nele se fundem as técnicas cartográficas e a paisagem, inovando a maneira com que a geografia pensa a superfície terrestre. O entendimento da gênese em que o desenvolvimento das idéias e práticas que resultaram na representação do espaço geográfico moderno, na concepção que inovou a visão sobre a superfície terrestre, teremos que responder as questões: A Arte e a Cartografia podem ter algo em comum? Existe algum ponto em que as duas se encontram? Qual a importância de Alexander von Humboldt nesse contexto? Dessa forma é inevitável fazer um estudo sobre a História da Arte, pois, é nela que Humboldt "busca" a paisagem contextualizando tal conceito para a geografia. Como essa concepção não ocorre unicamente no campo que diz respeito às pinturas, se faz necessário irmos às técnicas cartográficas, que retratadas dentro da história da cartografia, podemos transcorrer nossa análise sobre a formação de conceitos por Humboldt e que vieram a contribuir para o desenvolvimento da Geografia. Pois, a cartografia sofre grandes transformações devido às grandes navegações, trazendo mais empiricismo para a cartografia e afastando-se do imaginário e aproximando-se da razão para se fazer mapas. Se quisermos entender a gênese desses conceitos, descritas no projeto, teremos que entender os fatos históricos que permitiram o desenvolvimento desses conceitos. Só entendendo como ocorreu a Revolução Científica Moderna, e suas consequências para a cartografia, a concepção da paisagem por Humboldt sobre influência da arte, poderemos entender o desenvolvimento da forma como a geografia "vê" a superfície terrestre em termos de paisagem. OBJETIVOS: 1- Estudar as relações entre o conceito de paisagem e tal representação geográfica, a partir das conexões entre a história da arte e a história da cartografia; 2- Entender como estas relações se materializaram nas obras de Alexander von Humboldt e seu significado para a Geografia Moderna; METODOLOGIA De acordo com Laudan (1993, p.7), a preeminência da ciência na cultura ocidental é manifesta. Quem quer que estude a sociedade moderna deve reconhecer a importância de compreender como a ciência conduz sua tarefa de inventar, testar e finalmente aceitar ou rejeitar teorias. Uma cultura que se orgulha de sua capacidade de auto-exame crítico deve ter em alta conta, na sua agenda intelectual, o estudo sistemático dos processos de mudança e invenção de teoria na ciência. Assim, a análise bibliográfica consiste, além de fazer um levantamento sobre o que já foi escrito no aspecto de como a arte contribuiu para a geografia na concepção da paisagem, tem também o intuito de fazer um estudo sistemático sobre o desenvolvimento da ciência nesse período. Realizaremos uma investigação teórica que confronte com teorias alternativas para entender como ocorreu à concepção das idéias que surgiram da junção da arte com a cartografia, resultando em uma nova concepção da superfície terrestre para isso adotaremos o método de acordo com Larry Laudan de tradições de pesquisa (LAUDAN, 1993). Ao confrontarmos as teorias, de cartografia antes de depois da paisagem, por exemplo, iremos verificar por que a idéia de uma nova concepção se tornou aceitável. Iremos trabalhar com a História da Arte, de como a paisagem se tornou elemento nas pinturas. A análise e estudo de quadros têm sua importância também, são neles que veremos as primeiras representações e formas de se ver a paisagem. Como ponto principal a História do Pensamento Geográfico, que inclui a História da Cartografia. Por abordarmos a História da Ciência, Geografia como a ciência em questão, faremos uma análise do contexto histórico analisando-o, com ênfase nas transformações da ciência no período proposto. A análise do contexto permitirá a compreensão de como e de que forma como chegamos à concepção atual da paisagem, comparando com seu surgimento na Geografia e anterior a essa ciência, permitindo, por sua vez, a inovação na forma de conceber a superfície terrestre. REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA CARVALHO, Márcia S. de. Terrae (In) cognitae. In: SEEMANN, J. (org) A aventura cartográfica: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005. p. 75-86 LAUDAN, Larry. et al. Mudança científica: modelos filosóficos e pesquisa histórica. Estud. av. Dez 1993, vol.7, no.19, p.7-89. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> > Acesso em: 13 de Novembro de 2007.

2038

REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO, NOVAS CONFIGURAÇÕES, NOVOS CONCEITOS: UMA PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DA REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

Chagas, Clay Anderson ^{1(*)}

¹ - UFPA | (*) Brasil

Resumen:

Este trabalho tem por objetivo fazer uma breve discussão acerca do conceito de região e de regionalização, com destaque para momento a partir das últimas décadas do século XX, o que permitiria uma melhor compreensão da ampliação da complexidade que o conceito assume atualmente. Outro destaque é para as divisões regionais do estado do Pará ao longo do tempo.

A Primeira, a divisão oficial do IBGE – de Mesorregiões e Microrregiões: essa não reflete mais a realidade regional, pois não representam regiões contíguas, homogêneas ou mesmo de planejamento, o que provoca uma lacuna para o "pensar" o Estado. Segunda, a divisão regional mais recente – Doze Regiões de Integração: apesar de apresentar um significativo avanço em relação à divisão oficial do IBGE, ela deixou alguns pontos centrais soltos, principalmente, a questão das variáveis utilizadas para nortear o modelo de regionalização. A dinâmica dos fluxos poderia ter sido mais aprofunda, buscando alcançar melhor entendimento dos pontos de conexão entre os lugares. Finalmente, outro ponto importante seria a diversidade de regionalização para o Estado, utilizadas pelas secretarias estaduais (SESPA, SEFA, SEDUC, etc.), que não permitem



pensar a unidade estadual.

O conceito de região e as discussões recentes

Para o entendimento da complexidade da problemática espacial regional presente na atualidade, faz-se necessário compreender a definição e a construção histórica do conceito de região e regionalização, pois entendemos que esse conceito e a metodologia, são dinâmicos e estão diretamente ligados aos aspectos sociais, culturais e econômicos de cada momento histórico, o que permite entender uma diversidade de formas de apropriação e de reestruturação do espaço pelos diversos agentes sociais e econômicos dos quais compõem o cenário das transformações regionais.

Trilhar os caminhos do conceito de região e mesmo de regionalização é uma tarefa árdua, porém necessária, já que as discussões na atualidade trazem à tona a problemática da região e da regionalização, voltadas principalmente para a compreensão das heterogeneidades sociais, econômicas e culturais, promovendo assim, novas espacialidades contemporâneas.

Para Corrêa (1996), a partir dos anos de 1970, o conceito de região poderia ser interpretado por três grandes definições. A primeira refere-se à região como uma resposta aos processos capitalistas, sendo a região entendida como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção. Tratando-se da regionalização a partir da Divisão Social do Trabalho, do processo de acumulação capitalista, da reprodução da força de trabalho e dos processos políticos ideológicos.

A segunda aceção de região é definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo e, assim um elemento constituinte de uma identidade (CORREA, 1996; BEZZI, 2004).

Para Frémont (1980) a região seria um espaço vivido de reconhecimento coletivo, marcado pelas relações dos homens com o seu ambiente, por intermédio dos laços culturais, o que promoveria uma espécie de coesão simbólica.

A terceira aceção estaria vinculada à região como meio para as interações sociais, tratando-se da ideia política da região com base na ideia de dominação e poder constituindo fatores fundamentais na diferenciação de áreas (CORREA, 1996).

Nesse contexto, a região é entendida no seu conteúdo político, ou seja, o papel da dominação e do poder, dentro da sociedade é o fator primordial para a existência da diferenciação regional. Sendo assim, a região desempenha um papel importante na produção e reprodução das relações sociais.

Segundo Raffestin (1993, p. 45) para compreender o conceito de região, faz-se necessário entender primeiramente o território, sendo assim: É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) e, qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente... O ator "territorializa" o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passa do espaço ao território: "A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estadas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas, etc." O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, releva relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território e a prisão que os homens constroem para si.

Essa perspectiva apontada por Raffestin (1993), torna-se essencial para compreensão das discussões contemporâneas acerca da problemática da regionalização, para tanto, faz-se necessário abordar a questão com mais detalhe, o que faremos mais adiante.

É importante destacar que as três definições de região que emergem a partir dos anos de 1970, têm em comum o fato de estarem apoiadas na ideia da persistência da diferenciação de áreas, não compartilhando a tese de que o mundo esteja se tornando homogêneo, indiferenciado e, conseqüentemente, as regiões estejam desaparecendo (CORREA, 1996), o que vem demonstrar que mesmo com o avanço do processo de globalização, impulsionado pela disseminação do modo capitalista pelos mais diversos pontos do planeta, não se implementaram como movimento homogeneizador.

Uma questão importante nesse momento seria de identificar a necessidade de retomar a discussão em torno da questão da diferenciação entre o conceito de região e regionalização. Para Haesbaert (1999, p. 17):

(...) Em primeiro lugar, admitimos que regionalização é um processo amplo, instrumento de análise para o geógrafo em sua busca dos recortes mais coerentes que dêem conta das diferenciações no espaço. Por outro lado, região, como conceito, envolve um rigor teórico que restringe seu significado, mas aprofunda seu poder explicativo; para defini-la devemos considerar problemáticas como a das escalas e fenômenos sociais mais específicos (como os regionalismos políticos e as identidades regionais) entre aqueles que produzem a diversidade geográfica do mundo.

A região e regionalização em Geografia estão diretamente relacionadas aos interesses dos agentes envolvidos nos estudos regionais, sendo esses interesses difusões em decorrência da concepção teórica que orienta o trabalho. Podendo assim, assumir uma gama distinta de concepções conforme as escolas do pensamento geográfico.

Santos (1994, p. 102) ressalta a complexidade da questão regional quando afirma:

Não pensamos que a região haja desaparecido. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais, desafiando-nos a exercer plenamente aquela tarefa permanente dos intelectuais, isto é, a atualização dos conceitos.

A região continua a existir, contrariando, um grupo de intelectuais que previam o fim da região, devido ao processo de homogeneização do território a partir do processo de globalização. No entanto, a região se apresenta com um nível de maior complexidade jamais alcançado pelo homem. "Agora nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização" (SANTOS, 1999, p. 16).

A partir dessa nova perspectiva visualizamos uma "nova geografia regional", que apresenta como principais definições, segundo Haesbaert (1999, p. 17):

(...) é um amplo, instrumento de análise para o geógrafo em sua busca dos recortes que dêem conta das diferenciações no espaço. Por outro lado, região, como conceito, envolve um rigor teórico que restringe seu significado, mas aprofunda seu poder explicativo; para redefini-la devemos considerar problemáticas como a das escalas e fenômenos sociais mais específicos (como os regionalismos políticos e as identidades regionais) entre aqueles que produzem a diversidade geográfica do mundo.

É importante entender que um dos problemas centrais levantados pela questão regional é a busca da síntese entre múltiplas dimensões do espaço geográfico. A busca por uma síntese, sem que seja exaustiva e que esteja vinculada à produção de uma singularidade coerente capaz de delimitar uma porção contínua e relativamente estável do espaço. Esse é o maior esforço para a geografia regional contemporânea: como criar instrumentos metodológicos, que reflitam na diversidade e apresentem um caráter contigüidade do espaço, principalmente nesse período de globalização e exacerbação do regionalismo.

A proposta de reformulação da regionalização do Estado do Pará

A lógica paraense da (re)produção do espaço não escapa dessa perspectiva regional. É importante entendê-la para promover uma melhor intervenção de políticas públicas que promovam um desenvolvimento equilibrado entre as regiões do Estado do Pará. No entanto, faz-se necessário pensar uma proposta de reformulação da regionalização, que leve em consideração a complexidade dos agentes envolvidos no processo de construção do espaço geográfico e a diversidade regional, a partir das diversas categorias de análise.

Os diferentes momentos históricos de ocupação do território paraense imprimiram marcas. Os "territórios usados", segundo Santos (2004b), são reflexos da sociedade, e determinam o tipo de relação inerente no bojo do processo da organização da sociedade. É importante entender essas particularidades, (re)produção espacial e societária para compreender a diversidade e complexidade da construção do espaço paraense.

No passado, as regiões se configuravam por meio de processos orgânicos, representados pela territorialidade de uma comunidade de pessoas com certa história detentores de recursos e saberes dotadas de uma certa cultura. A diferença entre área era motivada pela relação direta com o entorno, e a solidariedade, características da região, dava-se em função dos arranjos locais (SANTOS, 2004a). No entanto, as condições atuais fazem as regiões se transformarem continuamente. É nessa perspectiva que temos a intenção de orientar nosso trabalho, objetivando dessa forma, a construção de uma regionalização melhor e que venha a refletir as mudanças verificadas no território nos últimos anos.

9. BIBLIOGRAFIA

- AGNEW, J. *From the political economy of regional to regional political economy*. Progress. In: Human Geography, 24, 2000. p. 101-10.
- BEZZI, M. L. Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.
- CORRÊA, R. L. *Trajórias geográficas*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- _____. *Região e organização espacial*. 6ª. Edição. São Paulo: Ática, 1998 (Série princípios).



- _____. Espaço: um conceito-chave na geografia. CASTRO, I. E. ; GOMES, P. C. C. ; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. 8ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 15-48.
- FREMONT, A. A região como espaço vivido. Portugal: Livraria Coimbra, 1980.
- HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. In: Geographia. Ano I, n.º 1. 1999. p. 15-39. (Revista Eletrônica). Disponível em <www.ufr.br/etc > acesso em: 5 de abril de 2008.
- _____. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SANTOS. M. Técnica, espaço e tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- _____. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004a.
- _____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004b.

2068

ATÉ QUE PONTO NO SÉCULO XXI, DEVE-SE UTILIZAR O MECANICISMO MODERNO? SERÁ QUE A SOCIEDADE É SENHORA DA NATUREZA?

Ferreira Coutinho, Adriano ^(*)

(*) Brasil

Resumen:

ADRIANO FERREIRA COUTINHO
E-MAIL :BONOSOFIA@HOTMAIL.COM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

ATÉ QUE PONTO NO SÉCULO XXI, DEVE-SE UTILIZAR O MECANICISMO MODERNO? SERÁ QUE A SOCIEDADE É SENHORA DA NATUREZA?

Introdução

Um estudo sobre a teoria de René Descartes e Francis Bacon e sobre duas abordagens: Meio Ambiente e Filosofia, e Meio Ambiente e Geografia, ambos analisados sobre o prisma e sua crítica, precedida pela análise crítica será feita através de proposta para a mudança de paradigmas. A questão ambiental é analisada no contexto do processo do desenvolvimento da Ciência na Idade Moderna e como se deu essa transição para o processo no mundo atual, a exemplo do iluminismo até o dado momento histórico das Ciências, através da análise de pontos em comum e diferente desses diversos processos: o desenvolvimento do Sistema Capitalista e da relação do homem com Meio Ambiente ao longo da História na relação homem e natureza e o avanço da Ciência.

O Meio Ambiente é o tema central analisado em diferentes níveis, seja na relação Sócio-espacial, através da análise crítica sobre o papel da Ciência mecanicista positivista no contexto atual além de poder conceituar a sua influência no contexto neomecanicista no espaço do pragmatismo, constituindo tempos diferentes na coexistência de teorias modernas mecanicistas e as novas perspectivas da Ciência atual. Diante do pragmatismo, que trás sérios problemas ambientais, há a urgência de desenvolver propostas para defender o equilíbrio entre o Meio Ambiente e a Ciência, á partir de mudança de paradigma, percebendo, descrevendo e analisando as constantes transformações dos fenômenos sócio-espacial, pois a natureza está em constante transformação sócio-espacial, forçando um maior esforço por partes dos teóricos para explicar a nova realidade, construindo novos conceitos que venham ao encontro das necessidades da humanidade pelo fato de que a Ciência atual ainda utiliza os conceitos mecanicistas do século XVII, que segundo a sua ideologia, defende ser a sociedade mestre e possuidora da natureza, concepção que provoca sérios problemas ambientais no século XXI, por parte de uma Ciência que ainda está estruturada em paradigmas que perderam a validade, conseqüentemente, conceitos velhos que não condizem com a realidade.

O ideal é de que a Ciência atual seja democrática, atendendo as necessidades de toda a sociedade num equilíbrio entre a teoria e a prática. Uma Ciência que promova o desenvolvimento, respondendo ás necessidades ambientais e á organização urbana é respondendo ás principais questões como a crise da questão ambiental.

A crise que o mundo está atravessando pode ser amenizada por uma reformulação de paradigma, através de debates epistemológicos profundos sobre a questão da Ciência ser neutra.

Isso é a principal característica da crise que a Ciência atual está passando. Por outro lado, à globalização também é uma violência consolidada que estabelece a ideologia de uma economia única: fundamentalismo do consumo. A Ciência pós-moderna obedece à lógica financeira, no exercício da política que estabelece a relação de poder que desfavorece o crescimento natural da própria Ciência que é subjugada para fins pragmáticos. Dessa forma, a Ciência é obrigada a retornar os investimentos das grandes corporações internacionais através de pesquisas deixando de lado os fins democráticos.

2086

A INFLUÊNCIA DOS FATORES AMBIENTAIS SOBRE A HUMANIDADE E A RELEVÂNCIA DO FATOR CLIMÁTICO: UMA REVISÃO HISTORICISTA-CONTEXTUAL DOS SUPOSTOS DISCURSOS DETERMINISTAS E DE SUAS CRÍTICAS E MATIZES IDEOLÓGICOS.

Jardim de Carvalho Junior, Ilton ⁽¹⁾; Rezende de Azevedo, Tarik ¹

1 - Universidade de São Paulo | (*) Brasil

Resumen:

Existe um preconceito arraigado entre geógrafos e cientistas sociais a respeito do que veio a ser denominado "determinismo geográfico/ambiental. Assim, esses termos têm servido de rótulo para obras e autores de inestimável valor e reconhecida cientificidade e complexidade. Criou-se um tabu em torno da investigação da influência exercida pelo ambiente físico/natural sobre a cultura, a humanidade e o desenvolvimento das nações, como se ao atentar para essas inexoráveis influências, o geógrafo estivesse automaticamente negando o papel exercido pelos demais fatores que não os ambientais. Somado ao preconceito e o tabu que o envolve, há bastante imprecisão, subjetivismo e falta de critério na definição e uso do termo determinismo Geográfico. Ainda não foi encontrada uma definição clara e bastante unânime para o termo, constatação que reforça nossa hipótese de que determinismo ambiental/geográfico é um termo sem sentido, vazio, usado desmedidamente, e que pouco se sabe realmente sobre os chamados "geógrafos deterministas", e que na verdade, há autores que abusaram do alcance dos fatores ambientais sobre a humanidade (enveredando para uma espécie de misticismo ambiental), e que isso não invalida as contribuições da época que são aceitas até hoje ou que são ainda alvo de dúvidas e debates no seio da comunidade científica. Essa visão estereotipada e distorcida do que veio a ser denominado determinismo geográfico, na verdade faz parte de um preconceito mais amplo, fruto de uma má concepção e subavaliação do que se convencionou chamar de Geografia Tradicional. O termo tradicional evoca certos preconceitos em relação a esse período riquíssimo e fundamental da Geografia, fundamental no próprio sentido de ter estabelecido ou aprimorado as bases filosóficas, conceituais e teórico-metodológicas da Geografia, além de ter sido um período no qual todas as grandes questões foram levantadas e discutidas, do que se infere que quase nada do que se discute atualmente é de fato inovador. Diante dessas constatações, o objetivo geral de nossa tese de doutorado é fazer uma releitura dos discursos sobre as influências diretas e indiretas das condições naturais (fatores geográficos ou ambientais) sobre a humanidade, com ênfase no clima, tendo por fio condutor o (falso) paradigma do determinismo geográfico/ambiental, as críticas a ele direcionadas e as ideologias nele imbricadas. Pretendemos demonstrar a importância e a necessidade históricas do determinismo ambiental e a impossibilidade de se negar a questão das influências ambientais como hipótese básica da Geografia. Quando necessário, tanto quanto possível, os discursos deterministas serão analisados em termos de seu contexto de elaboração, disseminação e assimilação, ao passo que as ideologias neles subjacentes serão iluminadas. Essa reinterpretção da gênese e desenvolvimento de um paradigma tão controverso exigirá, por conseguinte, um resgate histórico e uma revisão teórico-crítica na literatura geográfica e em outras ciências, dos discursos acerca do papel exercido pelo ambiente físico nos aspectos humanos, ou, em outras palavras, dos fatores ambientais sobre a humanidade. Por meio de análise de discurso, o que implica numa postura crítico-filosófica da linguagem usada pelos autores estudados, pretende-se tanto realizar uma crítica da crítica ao determinismo ambiental, separando as críticas infundadas e pouco pertinentes, daquelas que enfocaram as reais fraquezas dos discursos deterministas sem ignorar seus méritos, quanto identificar ou não a existência de ideologias subjacentes e que dão suporte a esses discursos discutindo-os à luz do



contexto político e histórico-filosófico vigente quando da sua elaboração. Assim, nossa tese está centrada em torno das idéias “deterministas” e anti-deterministas, concebendo-as como discurso no sentido pós-estruturalista do termo e enquanto tal será analisado como uma série específica de representações, práticas e performances por meio das quais o significado é produzido, conectado em redes e legitimado. Esperamos, após ampla análise e interpretação do tema, proporcionar um novo olhar sobre o nascimento da geografia científica e sobre o rotulado “determinismo geográfico”, olhar este menos pautado em embates de alter-egos acadêmicos, falsas dicotomias e “desfiles de escolas de pensamento”, e mais alicerçado sobre as nuances envolvidas nos reais dilemas e problemas suscitados pela questão das influências ambientais. Cabe esclarecer que nossa pesquisa centra-se em três autores injustamente rotulados de deterministas: Ratzel, Semple e Huntington. Ratzel será estudado com menor detalhamento, devido ao nosso foco recair sobre a geografia anglófona, e pela impossibilidade de leitura dos originais em alemão. Huntington será mais focado em detrimento de Semple, cuja obra foi menos relevante para a geografia estadunidense e de menor alcance teórico-epistemológico. Houve também uma seleção de autores “possibilistas”, cujas críticas são importantes para nossa pesquisa, e que foram também taxados de deterministas pelo antropólogo Franz Boas. Em nosso resgate dos discursos deterministas, partimos da tradição clássica grega, até chegarmos aos discursos produzidos no ocaso da Geografia Tradicional e na transição para a Geografia Crítica, de modo a compreender a evolução desses discursos. Até o presente estágio da pesquisa, foi possível verificar que as ideologias que impulsionaram os autores “deterministas”, segundo alguns intérpretes de suas obras, foram o duo imperialismo/colonialismo e o duo racismo/ etnocentrismo(eurocentrismo). Por sua vez, as teorias científicas que influenciaram os autores rotulados de deterministas foram o mecanicismo, Darwinismo (evolucionismo), Lamarckismo e neo-lamarckismo, ao passo que os sistemas filosóficos que lhes serviram de suporte foram o iluminismo e o positivismo de Comte. Há controvérsias sobre quais desses elementos mais impingiu suas marcas nos autores deterministas, mas já há fortes evidências de que o neolamarckismo foi mais influente do que o darwinismo e que foi uma espécie de “mãe científica” da geografia anglófona da virada do século XIX XX. É preciso esclarecer que nossa pesquisa não pretende reavivar a tese de que os fatores ambientais-climáticos formam a principal influência sobre o desenvolvimento da humanidade. Alternativamente, pretendemos mostrar, trazendo as discussões feitas pelos principais expoentes da geografia, que as influências ambientais-climáticas sobre o ser humano em particular, sobre o conjunto da sociedade, e inclusive sobre a origem, distribuição e desenvolvimento das civilizações são relevantes, merecem mais atenção, e sempre fizeram parte do temário geográfico. Além disso, as influências do ambiente e do clima sobre as atividades humanas têm se constituído em preocupação constante desde as primeiras tentativas humanas em sua jornada pela busca do conhecimento.

2117

FUTEBOL E GEOGRAFIA: O ESPORTE GLOBALIZADO E A AMÉRICA LATINA

Miranda, Helisson de Paiva ^{1(*)}

¹ - Universidade Federal de Viçosa | (*) Brasil

Resumen:

Este estudo propõe o emprego do futebol na análise conjunta de uma das facetas da ótica capitalista atual – a globalização. São explicitadas as relações que se estabelecem entre países da América Latina e o futebol enquanto esporte global. Apresenta uma caracterização conjunta dos temas, de modo a identificar a globalização como integradora do cenário mundial moderno e o futebol como mercadoria. Enfatiza os fluxos que o mercado futebolístico alcança e os desdobramentos espaciais típicos, oriundos dos processos que marcam a globalização, em especial nas nações latino-americanas. Discute o panorama contemporâneo com um olhar sobre o esporte tratado e esboça uma análise do nível de conhecimento sobre os temas que uma parcela dos estudantes do curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa (Brasil) possui. O trabalho busca dar ênfase à dinâmica própria da globalização, enquanto fenômeno mundial e, paralelamente, traçar uma linha que a relacione ao futebol. Procura ainda traçar a relevância da América Latina tanto no que concerne ao mundo globalizado, quanto ao cenário futebolístico geral. Almeja-se apresentar com o uso de um tema que agrada a um público relativamente extenso, no caso o futebol, uma visão do mundo atual, gerida pela globalização. É intuito a explicação do processo de difusão do capital por áreas de potencial exploração, que se caracterizam como novos mercados passivos de serem adquiridos pelo sistema capitalista, usando de um esporte difundido mundialmente. O estabelecimento de conexões entre o mercado de exportação de jogadores latino-americanos com a expansão do futebol, como esporte apoiado pela rede de fluxos planetários da qual se vale o modo de produção capitalista para se perpetuar, tentará contribuir para o avanço nas discussões acerca do fenômeno do mundo globalizado e do papel da América Latina nesse processo. Assim, é também objetivo o aprimoramento, por meio de evidências espaciais e temporais, da mente dos diversos agentes sociais que compõem o plano atual dos segmentos da sociedade, com relação à globalização, assunto tão em voga na atualidade. Daí o uso de um público de entrevistas específico na cidade de formulação do trabalho, que garante com os resultados obtidos, uma aproximação do tema com o grupo de estudo que serviu à pesquisa. Espera-se que este grupo consiga se aprofundar substancialmente nessa temática. Por tratar-se de um trabalho com bases teóricas dentro e fora da ciência geográfica, a primeira necessidade foi a de um levantamento bibliográfico que seja útil no aprofundamento do tema e do objeto de estudo. Seguiu-se uma compilação de dados que expressassem bem o que se explicita no corpo do trabalho. Esses dados relativos a transações, salários, faturas de clubes e marcas esportivas foram de valia para a fase posterior. A etapa seguinte apresentou a um grupo de entrevistados da cidade de Viçosa, no estado de Minas Gerais (Brasil) esses dados. Paralelamente, formulou-se uma pesquisa de base qualitativa, com série de doze perguntas relativas ao mercado de futebol e à globalização. Esse grupo restrito de entrevistados teve motivo nessa etapa do trabalho. Antes de tentar apresentar uma visão pequena do todo, o interesse era o de dispor a grupo preestabelecido uma familiarização com o que se estava tratando. A escolha envolveu estudantes do curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa, localizada na cidade de feitiço do trabalho. Esses entrevistados responderam às perguntas embasados em seu conhecimento básico acerca dos temas. O questionário empreendido foi de fácil preenchimento, com respostas já estabelecidas, isto é, em que o envolvido na pesquisa apenas marca o que melhor lhe convier. Após a reunião dos dados da pesquisa, seguiu-se a análise dos mesmos e a elaboração de resultados a partir da amostra. Esses resultados tentaram criar uma idéia do entendimento dos graduandos em Geografia da instituição em questão sobre as sinapses possíveis entre o futebol, a globalização e a visão/participação da América Latina e de sua Geografia. Pelo objetivo proposto, uma das contribuições mais significativas é a de uma aproximação entre o tema de abordagem e o público-alvo a que se destina inicialmente, nesse caso os alunos que participaram da pesquisa em si. Em consonância com essa contribuição está a de garantia mais ampla da discussão geográfica, que relacione a temática do futebol com as mudanças espaciais da globalização. O trabalho deve contribuir a nível acadêmico, fomentando potenciais discussões que consigam abarcar uma análise sócio-espacial da contemporaneidade. Num contexto mais amplo, o trabalho pode ser de valia nas questões que envolvem a América Latina de hoje, buscando um meio alternativo de análise do processo crescente e ininterrupto que a globalização se vale para adentrar nos mais diversos mercados e se fazer sentir em todas as instâncias sociais. O entendimento de questões como a espacialização do fenômeno capitalista, que tem apoio na globalização, feito por meio de um esporte que é difundido mundialmente é um foco de interesse na apresentação, posto que uma contribuição geográfica comum a todos os trabalhos é a de um papel contestador da forma como se organiza a sociedade atual. Não se pode esquecer nunca que a ciência geográfica integra o ramo das ciências sociais, o que pressupõe que tudo o que se produz seja válido à mesma sociedade onde se insere a Geografia.

2137

IDENTIDADE E TERRITÓRIO NA OBRA DE CLAUDE RAFFESTIN: UMA ANÁLISE RELACIONAL

Pereira de Castro, Elizabeth ^{1(*)}

¹ - Universidade de São Paulo | (*) Brasil

Resumen:

Claude Raffestin, em sua obra “Por uma Geografia do Poder”, define o conceito de territorialidade como sendo de um valor particular. O autor basicamente afirma que ele nada mais é do que um conjunto de relações que tem o território e seus habitantes como elementos envolvidos. A territorialidade se estabelece o tempo todo conforme a produção do espaço ocorre e se apresenta nos mais variados tipos. Vale frisar que mais elementos podem ser incluídos nessa relação, gerando diferentes combinações que se evidenciam nas diferentes territorialidades espalhadas pelo planeta. Ao citar o geógrafo americano Edward Soja, Raffestin recupera sua visão de territorialidade presente na obra “The Political Organization of Space”, de 1971. Nela Soja afirma que a territorialidade é composta por três elementos: Senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço. Essas três categorias apresentam fácil relação, haja visto que a identidade espacial tem dentro os seus fatores de formação o senso de exclusividade e a interação humana no espaço. O autor busca salientar que o conceito de



identidade espacial não se aplica a um indivíduo apenas, ele só faz sentido quando abrange um grupo de pessoas. Com isso entendemos que todos os seres que coabitam determinado território e se incluem nas relações da territorialidade existente partilham de uma mesma identidade. Raffestin faz menção a necessidade de se reconhecer na territorialidade vivida características que a diferencie de outras. Compreendemos que isso possibilita o surgimento de um “fator aglomerador” sob o ponto de vista da identificação. O autor dá mais importância ao caráter relacional dado o tema principal da obra em que se encontra essa passagem, onde o autor busca salientar as relações de poder levando em conta os elementos população, território e recursos. cremos que a interação é de grande valia, principalmente no tocante ao reconhecimento da exclusividade, contudo, o foco dessa pesquisa é analisar como os conceitos de Identidade e Território se relacionam. A identidade territorial aparece então como um elemento da territorialidade. Ora, nada mais lógico, pois, ao ser fator e fazer parte de uma relação o elemento influencia e é influenciado. Cabe aqui incluir a citação de Lefebvre feita pelo próprio Raffestin em “Por uma Geografia do poder: “Os trocadores trazem uma realidade orgânica: seus corpos, suas mãos, além de seus instrumentos e produtos. Entram em contato. Esse contato, que traz uma informação a cada uma das partes, os modifica. Há junção de uma energia orgânica e de energia informacional”. Já acerca do conceito de território, Claude Raffestin volta-se atenciosamente, salientando sua importância vital para a Ciência Geográfica e apresentando uma definição que junto com toda a obra, apresentou-se como uma revolução teórica no campo da Geografia Política, e que por isso constitui-se como um clássico. O autor começa diferenciando espaço de território sendo o primeiro anterior e a partir do qual o segundo se forma. “É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação”. A partir disso, lembramos o fato de que todo ator é dotado de uma certa visão de mundo. Logo podemos ligar o conceito de território ao de ideologia, salientando que o primeiro foi criado a partir das intenções e ações de um ou mais atores que pensavam e agiam sobre o espaço de acordo com um determinado modo de apreender a realidade. A identidade espacial, sendo ela um elemento da territorialidade e, por consequência, surgindo a partir do território também apresenta, por consequência, influência da ideologia. O conhecimento histórico-geográfico capaz de fornecer uma contextualização da formação de um determinado território por seus atores se mostra então de grande valia para compreender as intenções e ações que os moviam, a visão de mundo destes e, ainda mais longe, nos permite compreender como se deu a formação de uma identidade espacial, como os habitantes deste determinado território passam a se reconhecer e serem reconhecidos ao se relacionar com as populações de outros territórios. Para estabelecer relação entre os conceitos de Identidade e Território quando estes já estão formados, lembrando que ambos podem estar sempre num interminável processo de formação, temos que percorrer o caminho inverso sempre com o auxílio da contextualização, e a principal chave para desvendar ambos os conceitos é a mesma, a Ideologia. O desenvolvimento deste trabalho se dá através de pesquisa bibliográfica, tendo como principal eixo a obra “Por uma Geografia do Poder” de Claude Raffestin, além dos autores citados por ele no livro que apresentem importância na explanação de conceitos, como por exemplo Edward Soja e Jean Gottmann, além de livros, trabalhos e artigos que tragam como tema a relação entre identidade e território. A abordagem que utilizamos é a mesma de Claude Raffestin, ou seja, a problemática relacional, que o autor afirma atuar como uma “participação crítica” e não apenas como testemunha dos fatos. O fato de que a problemática relacional afirma que as relações bilaterais são meras abstrações, que a realidade é muito mais complexa e não apresenta apenas dois elementos se relacionando se mostra interessante a nossa pesquisa, pois, ela se propõe relacionar dois conceitos diferentes e para entender a relação entre eles temos de abranger ainda mais elementos.

2141

OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: DO AJUSTE NEOLIBERAL À CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS

Poletto, Emílio Rafael^{1(*)}

1 - Universidade Estadual Paulista - UNESP | (*) Brasil

Resumen:

O cenário mundial emergente nos dias atuais é o da globalização do capitalismo, com a internacionalização da mais-valia produtiva através das empresas transnacionais e da ampliação das diferenças socioeconômicas entre os países centrais e os países periféricos. Neste panorama, marcado por profundas mudanças técnicas e organizacionais, o espaço geográfico fragmenta-se em territórios produtivos, comandados por atores hegemônicos da economia global e reorganizados através de políticas neoliberais. O espaço geográfico é uma totalidade dinâmica, produto das múltiplas totalizações a que está submetido o processo da história a cada instante. O território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades. Os movimentos sociais latino-americanos vêm ocupando o cenário político e social na última década, a partir de suas ativas resistências às privatizações, aos programas de ajuste estrutural e de desmonte dos Estados nacionais. O êxito destas resistências, canalizadas através de amplas mobilizações, originou, em certos países, manifestações populares ou processos eleitorais que desbancaram o poder das tradicionais elites, modificando o cenário político recente. A ascensão de governos de cunho progressista e de esquerda foi a forma mais visível que assumiram as mudanças causadas por estes movimentos, que vinham se formando na base das sociedades desde o começo dos anos 1990. A reflexão teórica sobre o conflito e os movimentos sociais encontra seu estímulo nas experiências e problemáticas que os próprios movimentos trouxeram à cena pública. As lutas recentes na América Latina deixaram evidente que a ordem capitalista neoliberal é a negação de um mundo incluyente e justo. Em maior ou menor grau, estes movimentos criaram um ambiente de atualização da questão de classe e da luta de classes. Neste contexto, os objetivos do presente trabalho são: mostrar como os movimentos sociais na América Latina cresceram desde 1990 e as mudanças pelas quais eles vêm passando neste período. Pretendemos contribuir para o entendimento de como o território (e suas características específicas, como a identidade e a história locais) tornou-se a base do conflito entre os movimentos sociais e os processos hegemônicos das políticas neoliberais em expansão na América Latina. Para chegar aos resultados apresentados, utilizamos ampla bibliografia nacional e estrangeira para o exame dos movimentos sociais. Através da análise dos diferentes autores, buscamos traçar o perfil dos atuais movimentos sociais na América Latina e como estes se diversificaram com o aumento das políticas neoliberais na região. Os movimentos sociais que surgem não reclamam o poder nem tão pouco estão sob as regras de partidos centralizados, hierárquicos e “profissionais”. Pelo contrário, situam-se à margem do poder e muitas vezes estão fora dos marcos do que a esquerda tradicionalmente denomina de poder. Num certo sentido, consolida-se uma visão do poder que entra em oposição com as concepções dominantes do mesmo. Existem novas visões sobre o poder e a participação popular, novas formas de protestos de organização, novas plataformas de ação e convergência que recordam as tradicionais, em certos aspectos, mas que as inovam e as recriam. Aparecem, de fato, novas concepções que recuperam um discurso que sempre foi patrimônio do discurso neoliberal, como é o caso da democracia, e o põe na perspectiva dos movimentos sociais: democracia de gênero, democracia plurinacional, democracia ecológica, democracia econômica. Os movimentos indígenas, os movimentos de mulheres, os movimentos antiglobalização, os movimentos dos homossexuais, os movimentos ecologistas, os movimentos camponeses, os movimentos dos sem teto nas grandes cidades, dos sem trabalho, etc., todos reivindicam uma agenda que enriquece a possibilidade de reconstruir os horizontes emancipatórios e as práticas políticas de resistência. Contudo, ao mesmo tempo, se mostram incapazes de gerar um projeto político de convergência de todas as forças em função de um programa unitário, e uma ação política em função da conquista do poder, porque todos eles discordam sobre a noção de poder. Ao ter uma visão descentralizada do poder, uma visão mais ampla da organização, um discurso mais aberto e uma militância diversificada dispersa, os movimentos sociais enfrentam a questão de mudar o sistema sem haver criado um sistema alternativo e com uma visão de poder também alternativa. Dessa forma, enquanto para a classe operária estava claro que aquilo que viria depois do capitalismo era o socialismo, para os movimentos sociais latino-americanos da atualidade as respostas não estão claras. Aderem a uma idéia de socialismo mais como um ethos histórico do que como uma resposta concreta às suas agendas. Tão pouco se assemelham a partidos políticos centralizados. Sua matriz é, nesse sentido, mais horizontal e mais heterogênea e em termos de poder, mais débil. Não podemos negar que eles conseguiram realizar importantes mobilizações que, de uma maneira ou de outra, conseguiram deter o avanço do projeto neoliberal. Contudo, não conseguem reverter o processo de reforma institucional neoliberal do Estado, que se aplicou por toda a América Latina. O limite que impede a convergência do horizonte emancipatório criado pela classe operária, ou seja, a liberação do trabalho, com os horizontes emancipatórios dos movimentos sociais é, justamente, a armadilha do neoliberalismo. Os movimentos sociais estão inscritos dentro da matriz do neoliberalismo. O neoliberalismo esgota as possibilidades emancipatórias da humanidade dentro de seus próprios conteúdos epistemológicos e políticos. É exatamente neste ponto que reside o problema dos movimentos sociais latino-americanos: vencer as barreiras impostas pelo neoliberalismo às lutas sociais através de um pseudo-discurso que se alinha com os valores democráticos. O neoliberalismo não pode reconhecer a diferença, seja a diferença das mulheres, dos indígenas, dos camponeses, dos jovens ou dos ecologistas. Pelo contrário, ele reduz as diferenças à homogeneização do pensamento único dos lugares, na figura do cidadão que eleger os seus representantes num mercado eleitoral e na figura do homo economicus, o consumidor que eleger aqueles bens e serviços que maximizam sua função de utilidade. É necessário compreender os aportes que estão influenciando os movimentos sociais da América Latina – particularmente como um aporte que vá mais além da retórica de oposição ao neoliberalismo – e



visualizá-los como a única opção para recompor o horizonte de emancipação, e, portanto, as possibilidades do discurso antiglobalização e da utopia libertária.

2258

TERRITÓRIO: CATEGORIA GEOGRÁFICA DAS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

Alves Leal, Adílio ^{1(*)}; Soares Fonseca, Gildette ¹

1 - Unimontes | (*) Brasil

Resumen:

Este artigo tem por objetivo caracterizar a gama de pensamentos sobre o conceito de território, a começar pela visão ratzeliana, abordando as temáticas territorialização, desterritorialização, reterritorialização e a multiterritorialização discutidas por pensadores das mais variadas Ciências. É válido ressaltar que não é possível deixar de elucidar as categorias espaço e lugar ao caracterizar território. A pesquisa foi organizada em fundamentação teórico-conceitual organizada a partir de levantamento bibliográfico. Inicialmente procurou-se analisar os conceitos da categoria território, posteriormente uma discussão sobre desterritorialização e reterritorialização, por fim, a multiterritorialização no espaço geográfico. O conceito de Território no campo geográfico tem sua raiz na Geografia Clássica e permaneceu, durante muito tempo, atrelado à idéia de território nacional. O território tinha uma vinculação apenas com a conquista e anexação de terras o que só vem corroborar a relação de poder presente no espaço. A temática esteve durante muito tempo de forma intrínseca, relacionada quase exclusivamente à idéia de território nacional ou vinculada à Natureza, elemento fundamental do conceito de espaço vital estudado por Ratzel. A visão ratzeliana considera o território como espaço concreto apropriado por um grupo social ou por um Estado-Nação que o rege por meio de leis, e onde todos serão unidos por laços comuns, tais como a linguagem e os hábitos culturais. O conceito de território perpassa por várias perspectivas (materialista, idealista e integradora) visões, e concepções, que discutem a temática e demonstra que cada enfoque dado à categoria ocorre em função das discussões que se pretende levantar. As perspectivas materialistas discutem território como materialidade, ou seja, fazendo alusão à posse de um espaço (terra) que não ocorrerá sem que aja disputa. Dentro destas perspectivas há ramificações de concepções: naturalista, econômica, política e cultural todas tecem distintas ideologias sobre a função do território enquanto matéria. As perspectivas idealistas têm adquirido uma amplitude nas discussões que enfatizam abertamente a dimensão ideal-simbólica do território. A lógica culturalista dá ao território um pertencimento que implica na representação da identidade cultural, marcada por geossímbolos. Neste contexto o território é primeiro um valor, pois a existência e a necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida. O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos, não podem ser percebidos apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita, pois representa uma identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço. Por fim a perspectiva integradora que faz uma leitura do território em sua totalidade, ou seja, não se distingue e restringe a uma única visão (seja ela natural, econômica, política ou cultural), mas concebe esta categoria geográfica em uma visão integradora. Alguns debates sobre território nas diversas temáticas discutidas ocorrem em função de demonstrar os fundamentos da organização territorial da sociedade, assim, optando por abordar a temática que mais seja conveniente podendo ser de base cultural, técnico-econômica, ou de fundo político. Na atualidade a análise das territorialidades no espaço geográfico abarca em diversas correntes científicas, o que tem enriquecido o conteúdo teórico desta categoria, autores brasileiros entre outros, vêm abordando território no contexto do espaço contemporâneo. Discussões sobre desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialização ganham foco e contribuem de maneira significativa para uma visão holística e apurada do conceito. A desterritorialização é um processo visto não somente como a perda do território concreto (substrato), mas também, de identidades, sejam elas econômicas, sociais, políticas e culturais, é a passagem de um território para um outro sem destruição ou abandono. A desterritorialização é abordada por estudiosos das Ciências Sociais de forma variada, no entanto, quando se discute desterritorialização torna-se imprescindível relacioná-la à sua difusão, ou seja, em escalas espaciais (local, regional, nacional ou global) e temporais (longa, média ou de curta duração), pois a desterritorialização é o inverso da territorialidade, movimento pelo qual os grupos sociais desapropriam seus territórios. Um dos resultados dessa desterritorialização é a multiplicação dos aglomerados de exclusão. A compressão espaço-tempo está sempre a serviço da construção de novas territorialidades, ainda que com um conteúdo imaterial muito maior. Esta compressão ou o desencaixe também produz novas formas de articulação próximo-distante e, assim, de valorização e de controle do espaço, enfatizando ainda mais o seu caráter relacional. O território também é produzido no movimento ou, pelo menos, na repetição do movimento o que representa um tipo de controle, principalmente por haver um controle das redes (territórios-rede) e uma rearticulação de limites. Pode-se afirmar que além de vir sempre indissociavelmente ligada a reterritorialização, aquilo que significa desterritorialização para uns é, na verdade, reterritorialização para outros (manifestando seu profundo sentido relacional), o que aparece como desterritorialização em uma escala ou nível espacial pode estar surgindo como reterritorialização em outra (ressaltando o caráter multiescalar). Seguindo este raciocínio, não haveria desterritorialização apenas pelo fato de que ela é o outro lado da territorialização. No contexto do espaço contemporâneo, as redes permitem que as informações sejam disseminadas em pequenos espaços de tempo, dissolvendo a idéia de distância. As pessoas muitas vezes sem se darem conta, abandonam seus territórios e dominam outros com grande facilidade, mas isto não significa que um território foi destruído, já que eles mudam de tamanho dependendo do domínio tecnológico gerando uma nova configuração espacial-geográfica. Diante dessas análises, conceituar território é muito complexo, mas, torna-se inegável considerá-lo uma categoria que aborda a manifestação das ações num espaço, construídas pela sociedade numa relação de poder. Abandonar um território (desterritorializar-se), fundar um novo território (reterritorializar-se) e assim engajar em diversos espaços territoriais (multiterritorializar-se) é o vivenciado na atual conjuntura contemporânea marcada pela interatividade das redes, predominando o poder desde a escala espacial do local ao global. Perceber e analisar os processos de (des)-(re)-(multi)-territorializações e as suas facetas dentro da atual conjuntura socioespacial são temáticas desse artigo, tão em voga e de tamanha relevância dentro da Ciência Geográfica.

4006

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A ESPACIALIZAÇÃO DE OCORRÊNCIAS DE VÍTIMAS FATAIS REGISTRADAS NA DEFESA CIVIL EM DECORRÊNCIA DE TEMPESTADES

André, Iára ^{1(*)}; Tavares, Antônio Carlos ¹; Azevedo, Thiago ¹; Ferreira, Nelson ²; Mutti, Renato ¹; Pellegrina, Geógia ³; Pucci, Rodrigo ¹; Matorano, Natália ⁴

1 - Unesp Rio Claro | (*) Brasil

2 - INPE

3 - Unesp Bauri

4 - unesp - Rio Claro

Resumen:

RESUMOA atualmente, o estudo de ocorrência de tempo severo ganha cada vez mais importância, pois tais eventos geram inúmeros impactos sócio-econômicos e/ou ambientais, como perdas materiais e de vidas humanas. Segundo Marcelino (2002: p.27), "A ocorrência de tempestades intensas pode desencadear diferentes tipos de fenômenos atmosféricos extremos potencialmente danosos. Um dos principais agentes para a sua formação certamente são as condições atmosféricas, principalmente em escala sinótica". Os fenômenos atmosféricos de grande intensidade estão associados a dinâmicas climáticas próprias, geradas naturalmente. Marcelino (2003) afirma que os fenômenos têm relação com sua origem, agrupando-os nas formas meteorológicas hídricas (chuva, neve e nevoeiro), mecânicas (tornados) e elétricas (raios e relâmpagos). Efetuar o mapeamento das áreas atingidas por tempo severo e os seus impactos decorrentes é de fundamental importância. A espacialização das áreas atingidas e os tipos de impactos, ao longo de um determinado período, contribuirão para determinar as possíveis áreas de risco e servir de suporte logístico para os órgãos que trabalham com a assistência aos vitimados, além de contribuir com a previsão meteorológica nos sistemas de alerta. Contudo, segundo Gerardi e Silva (1981), a forma como os fenômenos espaciais são cartograficamente representados pode ocasionar diferentes interpretações dependendo da técnica empregada. Desta forma, este trabalho propõe um procedimento metodológico para espacializar as ocorrências de vítimas fatais provocadas por eventos de tempo severo no Estado de São Paulo. Para demonstração foram utilizados os dados dos meses de janeiro de 2004 a 2006, registrados pela Defesa Civil. A elaboração do banco de dados sobre eventos severos foi efetuada por



Geórgia Pellegrina, do IPMet/UNESP – Bauru, a partir de informações coletadas sobre todos os municípios paulistas junto à Defesa Civil do Estado de São Paulo, contendo os danos ocorridos, os fenômenos atmosféricos que os propiciaram, localização, data e hora dos sinistros. Contudo, de acordo com a Teoria de Classificações, os dados devem ser sistematizados de forma a elaborar classes hierarquicamente organizadas de acordo com os atributos escolhidos e, por isso, decidiu-se pela adoção de vítimas fatais para ordenação das informações. Assim sendo, para a demonstração do procedimento metodológico, os mapas representam, no nível mais genérico da classificação, as vítimas fatais nos municípios paulistas afetados pelos fenômenos meteorológicos nos meses de janeiro de 2004, 2005 e 2006. O procedimento metodológico proposto adotou a base espacial de informações municipais do Estado de São Paulo, no formato *shapefile* do Sistema de Informações Georreferenciadas EstatCart, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), foi utilizada como plano de informação espacial. Esta base de dados foi exportada para o Sistema de informação geográfica ArcView (ESRI, 1996) e os dados sobre os danos (materiais e/ou humanos) foram inseridos. O Sig ArcView possui um formato de armazenamento de dados vetoriais baseados em arquivos, isto é, os atributos dos elementos geográficos são armazenados em um banco de dados denominado de tabela de atributos. Cada linha desta tabela contém as informações descritivas de uma única feição e as colunas ou campos definidos na tabela são as mesmas para cada linha (CÂMARA e MONTEIRO, 2004). A ligação entre as feições geográficas e a tabela de atributos é garantida pelo modelo geo-relacional, isto é, um identificador único efetua a ligação entre ambos, mantendo uma correspondência entre o registro espacial e o registro de atributos. Segundo Câmara e Monteiro (2004), uma vez que esta conexão é estabelecida, podem-se apresentar informações descritivas sobre o mapa e armazenar outras. Nesta fase do trabalho, a tabela de atributos foi alimentada com os dados, e o resultado final deste procedimento foram elaborados de três mapas temáticos. Estes mapas contêm a localização dos municípios que apresentaram ocorrências registradas na Defesa Civil, decorrentes dos fenômenos atmosféricos, no Estado de São Paulo, durante os meses de janeiro de 2004, 2005 e 2006. Após este processo foi realizada a sobreposição dos três mapas, gerando como produto final um mapa temático que identifica os municípios que registraram o maior número de vítimas fatais no período estabelecido (janeiro de 2004, 2005 e 2006). Este procedimento metodológico demonstrou ser adequado para mapear os danos nos municípios. Contudo, poderá ser utilizado para espacializar qualquer tipo de fenômeno e ocorrência, como, por exemplo, os provocados por raios, granizo, vendavais, ou os desalojados ou com vítimas fatais. AGRADECIMENTOS: Os autores agradecem à FINEP pelo apoio financeiro e por dar condições ao desenvolvimento desta pesquisa que está vinculada ao Projeto ADAPT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IBGE Sistema de Informações Georreferenciadas EstatCart. Rio de Janeiro, 2004 – Cd Row
CÂMARA, G. e MONTEIRO, A. M. U. Conceitos básicos em ciência da geoinformação. In: G. CÂMARA *et al.* (Ed.) Introdução a ciência da geoinformação, São José dos Campos: INPE, 2004. disponível em: <www.dpi.inpe.br/gilberto/livros.html> acesso em : março de 2008.
ESRI Using ArcView GIS Redlands: Esri, 1996, 350p.
GERARDI, L. H. O.; Silva, B. C. N. Quantificação em Geografia. São Paulo: Difel. 1981. 161p.
MARCELINO, I. P. V. O.; HERRMANN, M. L. P.; FERREIRA, N. J. The occurrence of tornadoes in Catarina State, Brazil. Australian Meteorological Magazine. (Submetido), 2002.
MARCELINO, I. P. V. Análise episódica de tornados em Santa Catarina: Caracterização sinótica e mineração de dados. 2003. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto). Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos – SP.

4008

GEOPROCESSAMENTO APLICADO À FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE - A PRÁTICA NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MESTRE ÁLVARO - SERRA - ES

Costa, Caroline Araújo^{1(*)}; Nardoto, João Pinto¹; Bergamaschi, Rodrigo Bettim²

1 - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo, CEP 29075-910, Vitória (ES) | (*) Brasil

2 - UNICSUL - Universidade Cruzeiro do Sul, CEP 03342-000, São Paulo (SP)

Resumen:

A América é, sem dúvida, o berço da conservação ambiental tal qual como esta é entendida hoje: convívio e harmonia do homem com a natureza com o mínimo impacto possível, isto é, sem esgotar os recursos ambientais, de modo a permitir a vida das gerações futuras. Contudo, ao se tratar de América Latina, composta por países ditos em desenvolvimento, é notória a necessidade de conservar e principalmente fiscalizar as áreas de proteção ambiental e permanente, em especial dos ecossistemas urbanos, já que a porção insular da América é marcada por uma dinâmica própria de crescimento dos centros urbanos na qual impera desajustes estruturais que influenciam decisivamente na qualidade de vida da população e que devido a ação antrópica é nas cidades que a degradação é mais intensa. O presente trabalho visa analisar a situação ambiental de infrações de Áreas de Proteção Permanente (APP) por meio de tecnologia associada aos Sistemas de Informações Geográficas (SIG), cujo crescente avanço é de grande utilidade ao suporte de políticas públicas devido à facilidade e eficiência de seu uso. É válido demonstrar também que os softwares de geoprocessamento funcionam como suporte ao geógrafo e que o conhecimento pertinente à elaboração e interpretação de dados gerados a partir destes softwares é intrínseco a este profissional. A metodologia de análise, adiante citada, será aplicada de forma prática no domínio da Área de Proteção Ambiental (APA) de Mestre Álvaro, no município da Serra, Espírito Santo, Brasil. Esta APA possui aproximadamente 3.470 hectares e é caracterizada por um maciço granítico que faz parte do conjunto da Serra do Mar, que se destaca na paisagem dos tabuleiros litorâneos e das planícies flúvio-marinhas. Sua vegetação é constituída de Mata Atlântica de encosta com diversos córregos e nascentes. Está localizada próxima a área urbana – a quatro quilômetros da sede municipal e a 11,6 quilômetros do litoral – e é circunscrita por diversos bairros de população com baixo poder aquisitivo. A pesquisa justifica-se pela necessidade de identificação das áreas em desacordo com a lei de proteção permanente, sobretudo nas áreas urbanas e, logo, de esclarecimento de seu quadro urbano-ambiental. Por meio dos resultados os órgãos competentes à administração de tais áreas poderão promover penalidades aos transgressores tais como o impedimento dos usos indevidos por meio de multas financeiras ou aplicações de modelos de recuperação das áreas culpadamente degradadas. Além disso, as análises descritas e as bases de dados geradas poderão servir de suporte a muitos outros estudos ambientais, como o monitoramento das infrações. Para tanto se fez uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG) por meio do aplicativo ArcMAP, o módulo central e fundamental do ArcGIS 9.1. Tal SIG possui ferramentas que conferem maneiras práticas e intuitivas para o manejo de dados espaciais de forma a adquirir, manipular, analisar e exibir uma significativa gama de dados geográficos. De maneira a alcançar os desígnios traçado fez-se uso de diferentes planos de informações. Para facilitar o acesso e manuseio dos mesmos, estes foram convertidos para o arquivo vetorial padrão do ArcMAP, a extensão .shp (*shapefile*). Os planos de informações trabalhados foram basicamente: cursos de água, massa de água, curvas de nível, uso do solo, áreas de conservação, vias urbanas e vias interurbanas (estas últimas foram classificadas em ruas, estradas, caminhos, trilhas, etc.). O cruzamento destes dados, devidamente georeferenciados, servirá a investigação e representação de suas ações conjuntas, com base nos objetivos propostos, na forma de mapas temáticos. Ao cruzar planos de informações do uso do solo com o de cursos de água poderemos inferir se as áreas no entorno dos últimos estão de acordo com a legislação que rege as APP (Código Florestal Brasileiro - Lei n.º 4.771 de 1965 - e a Resolução CONAMA 303 de 2002), como a resolução que determina como área de proteção permanente até 30 m (trinta metros) do entorno de cursos de água de menos de 10 m (dez metros) de largura. Por se tratar de uma região montanhosa, também será abordado de maneira sólida como identificar áreas de desrespeito à APP de encostas e topos de montanhas, morros e colinas. As visitas de campo são primordiais para conferir os dados apreendidos de forma digital. Após todo o processo de coleta de dados, edição, conferência e análise, cabem a apresentação das fontes de informação oriundas dos mapas temáticos finais, que servirão ao objetivo traçado, assim como tabelas e gráficos.



4009

A IMPORTÂNCIA DO CADASTRO URBANO PARA FINS DE PLANEJAMENTO URBANO - EXPERIÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS/BRASIL E SANTA FÉ/ARGENTINA

Argenta, Addressa^{1(*)}; Postiglione, Gustavo²; Oliveira, Francisco Henrique¹

¹ - Universidade do Estado de Santa Catarina | (*) Brasil

² - UDESC

Resumen:

O Cadastro Territorial Multifinalitário reúne dados econômicos, físicos, jurídicos, ambientais e sociais de cada parcela (menor unidade para o cadastro) presente no espaço urbano/rural. Com estes dados reunidos e disponíveis, é possível o reconhecimento e o levantamento do território, fornecendo o embasamento necessário à formulação de políticas públicas com fins de planejamento urbano. O planejamento urbano visa garantir qualidade de vida para todos os seus habitantes, a partir do ordenamento do espaço físico.

O presente trabalho objetiva esclarecer e confrontar até que ponto as informações provenientes do cadastro territorial multifinalitário são de fato utilizadas para o ordenamento territorial urbano, em especial nas cidades de Florianópolis (Brasil) e Santa Fé (Argentina), assim como apontar problemas e potencialidades dos sistemas cadastrais vigentes nos dois países. No Brasil ainda há a visão de que o cadastro existe exclusivamente para fins tributários, resultando muitas vezes na negligência do uso das informações provenientes desta técnica por parte dos órgãos públicos. É fundamental que haja a mudança desta visão, pois o planejamento urbano se estrutura de forma mais segura quando de fato se apóia na definição e teoria do cadastro territorial multifinalitário.

A mudança de paradigma frente a esta nova proposição estimula estudos sobre o grau de desenvolvimento e adequação dessas regras aos países e suas culturas. Por este motivo torna-se interessante traçar um comparativo entre duas cidades com perfis semelhantes (Florianópolis – Brasil e Santa Fé – Argentina), mas que estão localizadas em países distintos, obedecendo às leis e normas nacionais, dando ênfase no estudo de caracterização da aplicação e aceitação do sistema cadastral nestas cidades. Portanto, a temática de estudo deste trabalho se fundamenta especialmente no ganho efetivo pós-implantação do cadastro territorial multifinalitário nas cidades supracitadas.

A existência de um Cadastro Territorial Multifinalitário deve atender as Diretrizes Gerais de Política Nacional de Desenvolvimento Urbano seja brasileira ou argentina, instrumentalizando a construção de um "Sistema Nacional de Política Urbana", por meio das quatro vertentes: planejamento territorial; habitação; saneamento ambiental; trânsito, transporte e mobilidade urbana, com controle e participação social. Cabe ressaltar que as informações referentes ao Cadastro Territorial Multifinalitário, criado pelos municípios de Florianópolis – Brasil ou Santa Fé – Argentina, devem obrigatoriamente se manter atualizados, pois integram o patrimônio público, vinculado à administração pública, sujeitando-se aos princípios constitucionais da moralidade, publicidade e eficiência.

Toda gestão municipal deve ter como principal premissa a atualização e manutenção do cadastro de seu município, visto que se trata de uma importante ferramenta para o planejamento e ordenamento territorial. Porém isso nem sempre acontece, como é o caso de Florianópolis, que sofreu um vertiginoso processo de urbanização, com políticas de planejamento aquém das demandas necessárias, e que pela sua atual configuração é fácil diagnosticar a falta de avaliação ou estudo do poder público frente à ocupação desconsiderando a base cadastral municipal (cartografia cadastral).

Santa Fé mantém seu território cadastrado desde sua fundação, em 1573, o que permitiu o traslado do município para uma área 90km distante da original, porém mantendo as bases administrativas e estruturais da cidade. Esta organização se reflete até hoje na estrutura espacial de Santa Fé, um exemplo que poderia ser seguido por Florianópolis.

4013

USO DE GEOTECNOLOGIAS NA ANÁLISE AMBIENTAL DA MICROBACIA DO RIO FACA, SÃO JORGE D'OESTE – PARANÁ, BR.

Batistella Saquet, Danielli^{1(*)}; Mello Filho, José Américo de¹

¹ - Universidade Federal de Santa Maria | (*) Brasil

Resumen:

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar o uso de geotecnologias na análise ambiental da microbacia hidrográfica do rio Faca (afluente do Iguazu) localizada no município de São Jorge D'Oeste, Sudoeste do estado do Paraná. Com o uso dessas ferramentas, podemos realizar o monitoramento com a finalidade de contribuir para a melhor gestão das microbacias, em virtude do agravamento das condições ambientais. Essa microbacia caracteriza-se originalmente pelo predomínio de Floresta Estacional Semidecidual (pluvial), ligando-se a florestas de Araucária. Atualmente restaram remanescentes das formações florestais, em diferentes estágios de sucessão secundária, encontrando-se em diferentes graus de regeneração devido aos intensos desmatamentos ocorridos desde o início do processo de ocupação da região. Desde os primórdios da colonização, na década de 1940, as áreas de matas têm sido substituídas por culturas agrícolas e pela produção pecuária. E, como sabemos, a legislação ambiental, baseada no Código Florestal Brasileiro, de 1965, cada vez mais intensifica a cobrança de recuperação da vegetação ciliar dos rios e das nascentes. Diante dessa situação, percebe-se a importância de um monitoramento, por meio de geotecnologias, que venha a contribuir para a melhor gestão dessa microbacia, em virtude do agravamento das condições ambientais a partir dos anos 1980. As novas tecnologias de coleta e manuseio da informação como os SGI (Sistemas Geográficos de Informação), o Geoprocessamento e o Sensoriamento Remoto, subsidiando o processo de tomada de decisão com informações sobre o território. Um Sistema de Planejamento Territorial, segundo Xavier da Silva (2007), permite inspecionar e analisar, por varredura, toda a extensão territorial da base de dados utilizada, localizações e correlações de interesse do usuário. Esse permite também, o equacionamento de situações ambientais, tais como o levantamento de áreas de riscos e de potenciais conflitos de utilização do território, estimativas de impactos ambientais, criação de cenários prospectivos, definição de unidades e normas de manejo e zoneamentos territoriais para diferentes finalidades, como proteção ambiental e planejamento econômico, fornecendo conhecimentos indispensáveis para utilização racional dos recursos ambientais disponíveis. Assim, as representações através das técnicas computacionais permitem a inspeção do relacionamento entre as entidades ambientais envolvidas. Essa montagem, cuidadosamente ordenada, possibilita a construção de modelos conceituais que representam as *verdadeiras* características da realidade ambiental, por Xavier da Silva (2001). Para demonstrar isso, o presente estudo constituiu-se primeiramente em uma revisão bibliográfica sobre os aspectos físicos da região, a qual pertence à microbacia do rio Faca, bem como numa fundamentação dos principais conceitos da geoinformação denominados de Sistemas Geográficos de Informação, Geoprocessamento e geotecnologias, baseados em autores como Mack (1969), Câmara e Medeiros (1998) e Xavier da Silva (2001 e 2007). Com a aquisição das imagens de satélite Landsat 5, de 1985, e CBERS datada do ano de 2004, realizou-se o processamento delas no programa Grass, o que nos permitiu obter informações sobre o uso da terra num intervalo de 20 anos. Através da utilização da carta topográfica 1:25.000 da DSG (Diretoria do Serviço Geográfico do Exército) vetorizaram-se, com uso do programa ArcGis 9.2, as principais feições da microbacia, como curvas de nível, rede de drenagem e a delimitação da área. Assim, geraram-se mapas de declividade, de APP (Áreas de Preservação Permanente) e de hipsometria. O SGI possibilitou realizar consultas e análises espaciais através de um banco de dados georreferenciados, como também produziu documentos cartográficos para a representação do espaço. No programa SAGA (Sistema de Análise Geo-ambiental), realizou-se, inicialmente, a importação de todos os mapas temáticos em formato *raster*, e, por meio de atribuição de pesos e notas, e da integração dos diferentes temas espacializados, realizou-se avaliação de tipo complexa. Nessa, obtiveram-se informações da quantidade de áreas de lavouras e de pastagens que estão dentro de áreas que deveriam ser de preservação permanente (APP), bem como a evolução da paisagem nas últimas décadas. Desse modo, fez-se análise da situação ambiental da área em questão, pois a característica básica desse sistema foi de associar as representações do mundo real. "A tecnologia do geoprocessamento, por ser uma ferramenta preciosa e precisa, permite realizar investigações que oferecem produtos digitais básicos e aplicados para as análises de cada situação ambiental definida" (DIAS et al. 2007, p.144). Para Xavier da Silva (2007), esses modelos conceituais possuem alto potencial de apoio aos diagnósticos ambientais e precisam ser construídos para facilitar a modelagem digital final, a qual permite o tratamento dos dados de geoprocessamento e a representação de uma visão integrada da realidade ambiental.



4024

GUÍA DE CLASIFICACIÓN MORFOLÓGICA DE ZONAS URBANAS A PARTIR DE SENSORES REMOTOS.

Castro Lozano, Viviana Paola ^{1(*)}; Vargas Cuervo, German ¹

¹ - UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA | (*) Colombia

Resumen:

GUIA DE CLASIFICACION MORFOLOGICA DE ZONAS URBANAS A PARTIR DE SENSORES REMOTOS

Viviana Paola Castro Lozano Geógrafa. Universidad Nacional de Colombia.

German Vargas Cuervo. Geólogo Phd. Director depto. de Geografía. Universidad Nacional de Colombia

La estructura urbana está dada principalmente por las vías, edificaciones, parques industriales, espacios de ocio, redes vitales; su distribución y densidad hacen que "las ciudades no son todas iguales: dependiendo de su localización, de su historia, su desarrollo y sus funciones muestran un aspecto y una estructura diferente". (Mesa, 1993). Algunas zonas urbanas dependen de las características físico-geográficas para su emplazamiento, ya que algunas se localizan en ambientes naturales que influyen en el emplazamiento de las mismas. Las zonas urbanas son el resultado de relaciones socio-culturales, económicas políticas y espaciales, generando múltiples formas y morfologías al interior de las mismas. Etimológicamente la morfología viene del griego Morphé = Forma, lo cual indica la configuración esencial de un elemento determinado. En el caso de las zonas urbanas, las formas internas que se presentan en su perímetro urbano, son consecuencia de las relaciones multifuncionales nombradas anteriormente. Sin embargo, las formas urbanas dan la posibilidad de distinguir ciudades de orígenes renacentistas, romanas, griegas, medievales "las formas urbanas medievales están dadas por murallas con sus torres y puertas, las calles y espacios afines destinados a su circulación, el mercado alojado a veces en el interior de un edificio y dotado de otros establecimientos comerciales, la iglesia que en general se alza en su propio espacio urbano y con todo lo anterior la gran masa de edificios en su contorno" (Morris, 1984. pp. 105), los orígenes medievales están relacionados en su gran mayoría con ciudades o zonas urbanas europeas como por ejemplo Roma, Oxford, Cambridge entre otras. Las zonas urbanas se identifican por sus orígenes culturales y sus formas internas; haciendo que las morfologías urbanas sean diferentes. La tradición en el estudio de las ciudades y las formas urbanas ha estado relacionada con la observación desde los planos, "es una representación de la ciudad en su conjunto, un mapa con mucho detalle en el que podemos ver el trazado de las calles, la forma de las manzanas, la planta de los edificios". (Capel, 2002). También se han utilizado mapas, fotografías aéreas desde donde se identifican rasgos geográficos, espaciales y se puede apreciar las formas o morfologías que se presentan en las zonas urbanas. A partir de estas observaciones, se han desarrollado estudios de crecimiento urbano, identificación de patrones urbanos relacionados con la estructura urbana enfocándose hacia las edificaciones, vías, espacios de ocio, entre otros. Dado que, la morfología este relacionada con la organización espacial de las zonas urbanas. En esta monografía se realizará un análisis morfológico de cuales son las formas que predominan o se presentan en las zonas urbanas; con ello se desarrollaran criterios de clasificación como la geometría, estructura y texturas urbanas. También se identificarán y se relacionarán los criterios propuestos con variables como aspecto natural, aspecto socio-económico y el aspecto cultural y como estas influyen sobre la morfología urbana. En este contexto, para la elaboración e identificación de las diferentes morfologías; la guía de clasificación de zonas urbanas estará apoyada en la utilización de los sensores remotos. Serán analizadas imágenes de zonas urbanas provenientes de sistemas como Spot, Landsat, Ikonos, Quickbird (Google Earth); la implementación de las imágenes de estos sensores será de acuerdo a las especificaciones de resolución espacial para cada uno, ya que para los criterios de clasificación el detalle de observación y análisis son de las morfologías son diferentes.

4025

INTERACCIÓN ESPACIAL EN LA REGIÓN SANITARIA VIII, PROVINCIA DE BUENOS AIRES (ARGENTINA) EN LOS AÑOS 1991, 2001 Y 2010

Celemín, Juan Pablo ^{1(*)}

¹ - Universidad Nacional de Mar del Plata - CONICET | (*) Argentina

Resumen:

Una de las formas para conocer el nivel de interacción existente entre las localidades de una región determinada es por medio de un modelo que calcule el potencial de población de cada urbe. A partir del peso poblacional de cada una, se estima su nivel de interacción pero sin dejar de lado la atracción espacial que puede generar una localidad en particular por su importancia económica, o por la provisión de servicios que brinda, etc. También se hace necesario incorporar la distancia que hay que recorrer para acceder a cada una de las ciudades de una zona determinada. El *Potencial de Población (PP)* es un índice de interacción potencial de una localidad respecto del total de localidades del área de estudio cuyos antecedentes deben retrotraerse a los trabajos de los años treinta y cuarenta del siglo XX, sobre el potencial de población en el espacio. No obstante, posteriormente ha sido aplicado en una amplia variedad de fenómenos geográficos por parte de numerosos autores, en especial para representar procesos de interacción espacial o expresar niveles de accesibilidad. Este índice está compuesto por dos partes, la primera comprende el potencial de inter-localidades (*PI*); y la segunda, al potencial propio (*P*) considerado, en este caso, como sinónimo de magnitud poblacional de la localidad objeto de la medición. Este procedimiento se aplicó a los siguientes municipios que componen la Región Sanitaria VIII de la provincia de Buenos Aires (Argentina) que en su conjunto superan el millón de habitantes: Balcarce, Tandil, Ayacucho, Mar Chiquita (Coronel Vidal), General Alvarado, Necochea, San Cayetano, La Costa, Pinamar, Villa Gesell, Gral. Juan Madariaga, Gral. Guido, Gral. Lavalle, Lobería y Gral. Pueyrredon. En esta última jurisdicción se encuentra la ciudad más importante -Mar del Plata, con el 95% de la población del municipio- que cuenta con dos sedes de atención de la Salud llamados Centros Integrales. Están conformados por equipamiento de alta complejidad, infraestructura para la internación y profesionales idóneos. Los dos casos hallados fueron el Hospital Materno Infantil y el Hospital Interzonal General de Agudos, ambos centros de recepción de pacientes provenientes de la Región Sanitaria VIII.

El modelo se aplicó en tres momentos diferentes: para los años 1991, 2001 (a partir de los datos de los Censos Nacionales de Población, Hogares y Vivienda realizados en los respectivos años) y en el 2010 en base a una proyección de población con el método exponencial. Asimismo se pudo establecer el *PP* para todas las localidades y en particular para Mar del Plata, procedimiento que permitió conocer cómo ha ido evolucionado su relevancia como cabecera de la Región Sanitaria.

Se elaboraron tablas donde los *PP* fueron normalizados, calificando al valor máximo (Mar del Plata) como base 100% y el cálculo del resto de los valores empleados para confeccionar mapas de isóneas y su correspondiente visión tridimensional a través del software Surfer 8.0. Tanto los productos gráficos finales como las tablas, muestran una composición muy similar debido al leve crecimiento poblacional, incluso algunos municipios han disminuido ligeramente su componente demográfico. Sin embargo, se corrobora la utilidad de esta metodología en un contexto más amplio como es el tema de la accesibilidad espacial, en tanto punto de partida para la planificación vinculada al acceso a equipamiento, tanto a escala urbana como regional.

4026

EN BUSCA DE UN MEJOR ACCESO A LOS SERVICIOS SANITARIOS PÚBLICOS: UNA APROXIMACIÓN A LA LOCALIZACIÓN DE NUEVOS CENTROS DE SALUD

Celemín, Juan Pablo ^{1(*)}; Ares, Sofía Estela ²; Aveni, Silvina Marie ²

¹ - Universidad Nacional de Mar del Plata - CONICET | (*) Argentina

² - Universidad Nacional de Mar del Plata

Resumen:

El presente trabajo, referido a la ciudad de Mar del Plata (Buenos Aires, Argentina) tiene como punto de partida los postulados de la Geografía de la Salud, subdisciplina que combina contenidos provenientes de la Geografía Médica (concentrada en el estudio de los agentes externos que condicionan a la salud de las personas) con temas propios de la Geografía de los Servicios Sanitarios (dedicada a indagar en los recursos físicos e instituciones que proporcionan asistencia médica). Se procura un acercamiento a la salud en tanto componente de la calidad de vida, concepto



multidimensional y complejo, construido social e históricamente y con una distribución territorial fragmentada. En tal sentido, resulta de interés el estudio de la localización y la accesibilidad geográfica, como factores vinculados a la calidad de vida de la población, debido a las diferencias existentes en su posibilidad/oportunidad para acceder a los servicios de salud. La ciudad de Mar del Plata cuenta en la actualidad con una población que ronda los 600.000 habitantes. La creación de nuevos centros de atención sanitaria de carácter público, debería tener en cuenta la distribución territorial de los diversos factores que contribuyen a una mejor accesibilidad de su población. Por tanto, el objetivo de esta investigación es detectar posibles localizaciones para nuevos centros públicos de salud en la ciudad de Mar del Plata. La metodología utilizada es la Evaluación Multicriterio (EMC) que se destaca por su capacidad de contribuir a tomar una decisión frente a un objetivo particular, en el cual múltiples productos cartográficos son considerados para obtener un único producto cartográfico. Esta herramienta sirve de apoyo a la toma de decisiones en los procesos de planificación territorial ya que permite manejar información espacial de manera eficiente. En el presente estudio se recurrió a la variante booleana de la EMC donde las zonas aptas de los factores, que en este caso actúan como restricciones, fueron estandarizadas con el valor -1- y las zonas no aptas con el valor -0-, de acuerdo al objetivo de localización planteado. Los factores seleccionados para emplazar nuevos centros de salud fueron los siguientes: a) Distancia menor a 150 metros de red cloacas; b) Distancia menor a 150 metros de red de agua; c) Distancia menor a 100 metros de red de transporte público; d) Distancia menor a 150 metros de calle pavimentada; e) Área no inundable; f) Distancia mayor a 300 metros de fábricas; g) Distancia mayor a 1000 metros del área de influencia de centros de salud existentes; h) Radios censales con el cuartil inferior de un índice de calidad de vida compuesto por diez variables (ocho provenientes del último censo -año 2001- realizado por el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos y dos ambientales). Los resultados permitieron establecer áreas dentro de la ciudad que responden favorablemente a los factores enunciados con anterioridad y que se localizan en zonas habitadas por población vulnerable tanto desde el punto de vista sanitario como desde su calidad de vida. Asimismo, la aproximación booleana, aunque la más elemental de la EMC, surge como un aporte inicial interesante para trabajos orientados hacia la organización territorial de los servicios básicos.

4030

UMA REFLEXÃO AMBIENTAL SOBRE A AVALIAÇÃO DO USO DA TERRA NO ANO DE 2006, NO MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Cirolini, Angélica^{1(*)}; Viera, Ediane Girardi¹
1 - Universidade Federal de Santa Maria | (*) Brasil

Resumen:

Ao estudar o espaço geográfico, devem-se entender suas desigualdades e contradições, suas relações de produção, culturais e econômicas e como a sociedade se apropria destes elementos, envolvendo a interação sociedade-natureza, bem como as formas de organização, interpretação e representação do espaço. No passado, o homem, por meio dos seus conhecimentos empíricos, extraía da natureza os elementos necessários à sua sobrevivência e, para a organização do espaço ao seu entorno, tinha em sua percepção, primeiramente, organizar a produção e a vida social. No decorrer do binômio espaço-tempo, o crescimento das pesquisas com o referencial do espaço geográfico, suas relações e transformações, somado à evolução das idéias e da tecnologia, resultaram em documentos cartográficos (gráficos e mapas) com inúmeras significações. Portanto, a presente pesquisa tem como finalidade precípua abordar o uso da terra através da elaboração do mapeamento do município de Restinga Sêca e suas implicações ambientais. A área em estudo localiza-se cartograficamente na porção central do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, entre as coordenadas geográficas de 29°37'30" e 29°58'15" de latitude sul e 53°05'20" e 53°33'53" de longitude oeste do Meridiano de Greenwich. Durante a pesquisa, inicialmente, realizou-se um levantamento teórico-metodológico da temática em estudo e a coleta de dados junto a órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Secretarias da Prefeitura Municipal de Restinga Sêca, Cartório de Registro de Imóveis e Bibliotecas Públicas. A expressão uso da terra pode ser compreendida como a forma pela qual o espaço está sendo ocupado e transformado pelo homem em um período de tempo. O levantamento do uso da terra consiste em um mapeamento e avaliação quantitativa dos diferentes usos sobre a litosfera em uma escala e um período. De posse das cartas topográficas e imagem de satélite CBERS 2 CCD foram compilados os limites municipais. Essas cartas forneceram, também, as bases cartográficas para a elaboração do banco de dados geográficos georreferenciado e, por conseguinte, a elaboração do mapa de uso da terra. Para a criação das classes temáticas de uso da terra, foi realizada inspeção visual da imagem de satélite e, após, a confirmação das mesmas em trabalhos de campo. O município de Restinga Sêca passa por uma dinâmica, e hoje apresenta usos da terra distintos em sua área territorial. A imagem de satélite classificada, em função da escala e precisão, permitiu a interpretação de quatro classes de uso da terra, sendo elas: floresta, campo, agricultura e água. As áreas mais planas, localizadas próximas à rede de drenagem, apresentam uma maior ocupação humana, já nas áreas mais elevadas há o predomínio da cobertura florestal. Essas características determinam uma diversidade de usos da terra distribuída pelo Município, porém de forma desigual, pois enquanto que em uma área um uso da terra se destaca, em outra aparece com pouca frequência. Nas áreas mais íngremes, percebe-se que a vegetação encontra-se mais preservada. Por outro lado, a floresta, localizada em áreas com relevo plano, em função da acessibilidade antrópica, é secundária e apresenta uma dimensão menor e fragmentada. Nesse sentido, nota-se que há a predominância de florestas com 28.225 ha, nos quais existem áreas de florestas nativas ou exóticas e capoeirão. Há, ainda, uma parcela expressiva de áreas de campo que correspondem a 41.266,72 ha. A classe referente à agricultura totaliza 17.313,44 ha, correspondendo a áreas cultivadas ou preparadas para o plantio. A classe lâmina d'água representa uma área de 9.740,40 ha, referente a rios, barragens e açudes, sendo que neste período computou-se as inundações dos rios. Há a classe área urbana com 309,59 ha. Ao interpretar o mapa de uso da terra, com base nas imagens de satélite do ano de 2006 em período de inundações e em trabalhos de campo, verificou-se a presença da agricultura, principalmente do arroz irrigado, o qual distribui-se em toda planície aluvial dos rios Jacuí, Vacacaí-Mirim e Vacacaí. O uso da agricultura refere-se ao cultivo do arroz. Já nas áreas de coxilhas, destaca-se a produção da soja, a qual juntamente com o arroz formam a principal fonte da economia municipal. O campo aparece nas áreas mais próximas das drenagens, vinculados à criação de gado. As maiores áreas de campo contínuas são encontradas nas localidades situadas na porção sul do Município, pois, nas áreas mais ao norte, o campo é intercalado com floresta e agricultura. O mapa é de grande importância no levantamento do uso da terra, pois indica a distribuição espacial dos tipos de uso e a composição das unidades de mapeamento. Assim, conclui-se que o uso da terra por meio de levantamentos *in loco* e pelas diversas tecnologias advindas do sensoriamento remoto é uma atividade imprescindível para o planejamento racional da política econômica do país a nível regional, estadual e municipal.

4041

MAPEAMENTO DE ÁREAS DESERTIFICADAS NO SUDOESTE DA BAHIA/BRASIL

Oliveira Junior, Israel de^{1(*)}; Vale, Raquel de Matos Cardoso²; Lobão, Jocimara Souza Britto²; Rocha, Washington de Jesus Sant'Anna da Franca¹

1 - Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS | (*) Brasil
2 - Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS-BAHIA

Resumen:

A desertificação ocorre em áreas localizadas em climas áridos, semi-áridos e subúmidos secos (Nações Unidas, 1997) e em todo o mundo há uma preocupação com este processo, pois a sua escala de ocorrência amplia-se progressivamente. De acordo com Lacerda *et al.* (2004), a desertificação atinge principalmente a população pobre que vive nas regiões afetadas, pois acarreta perda da produtividade agropecuária, redução das condições de saúde, êxodo rural, analfabetismo, diminuição e/ou extinção da biodiversidade, e aumento da pobreza. Devido a essa realidade, o governo brasileiro, através do Ministério do Meio Ambiente (MMA), lançou o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN-BRASIL com o propósito de identificar, combater, monitorar e reduzir os efeitos da desertificação no nordeste brasileiro (BRASIL, 2005). No Brasil, os primeiros trabalhos foram realizados por Vasconcelos Sobrinho, que identificou seis núcleos de desertificação, sendo que na Bahia, mapeou áreas com risco ou desertificadas, em Uauá, Macururé, Chorrochó, Abaré, Jeremoabo, e municípios vizinhos (MATALLO JUNIOR, 2001). A Bahia possui cerca de 70% de seu território sob domínio morfoclimático semi-árido (CAR, 2005), onde o uso intensivo dos recursos naturais provoca impactos negativos ao ambiente e amplia-se a vulnerabilidade destes espaços à desertificação. Neste



contexto, o sudoeste baiano inclui-se como área de risco à desertificação, uma vez que apresenta condições sócio-ambientais que podem desencadear-la, como solos frágeis, clima semi-árido, sobrepastoreio, desmatamento e queimadas. Nesta região, ainda não há estudos dedicados a essa temática, o que motivou a proposição desta pesquisa, que objetivou identificar ambientes degradados e com potencial para instalar processos de desertificação. A área de estudo foi selecionada com base na avaliação do índice de vegetação, onde foi escolhido o Índice de Vegetação Normalizada (*Normalized Difference Vegetative Index* –NDVI) obtido através da imagem *Spot Vegetation* do estado da Bahia com resolução de 1 km. Assim, foi possível identificar locais com características espectrais que apontam solo exposto, que é um forte indicio de degradação ambiental. A área está situada entre as coordenadas geográficas: 11°97'00" S, 41°97'00" W e 15°09'00" S, 39°66'00" W e abrange total ou parcialmente 126 municípios e 878.324,83 Km². A realização desse estudo está apoiada numa abordagem sistêmica, o que permite uma análise integrada, considerando uma relação de interdependência entre os elementos da paisagem (CHRISTOFOLETTI, 1990). Foram utilizados indicadores biológicos e físicos: uso e cobertura do solo, índice de vegetação, geologia e geomorfologia e hidrografia, entre outros. Iniciou-se com uma revisão bibliográfica e levantamentos de dados secundários (mapas digitais, imagens de satélites, modelo digital de terreno etc.), buscando obter informações referentes à desertificação, como conceituação, ocorrência no Brasil, metodologias empregadas para identificar áreas comprometidas, e a realidade socioambiental na Bahia. Estas informações foram incorporadas aos levantamentos de campo, que possibilitaram checar e validar o banco de dados. A utilização de ferramentas de Sensoriamento Remoto (SR) e Sistemas de Informações Geográficas (SIG) geraram novos dados e ampliaram a base pré-existente. Através da análise de dados secundários, foram recortados mapas temáticos em meso-escala, os quais fornecem informações sobre geomorfologia, geologia, vegetação, uso do solo, hidrografia e solos. A região de estudo abrange áreas da Chapada Diamantina, depressões periféricas, planaltos pré-litorâneos e sul-baiano e regiões de acumulação. Nas áreas localizadas nas depressões, o uso do solo é intenso sendo desenvolvidas atividades agropecuárias. São encontrados em toda área de estudo domínios de solos diferentes, cerca de 14 tipos, sendo os de maiores abrangência o Argissolo Vermelho-amarelo Eutrófico, concentrando-se, em grande parte, na região da Depressão periférica e Latossolo Vermelho-amarelo Distrófico, que abrange, em sua maioria, a regiões de maiores altitudes. Para a cobertura completa da área de estudo foram utilizadas 5 imagens LANDSAT ETM+ (resolução de 30 m), em dois períodos (chuvoso e seco), das seguintes órbitas/ponto: 216_069; 216_070; 217_068; 217_069; 217_070. Nestas, foi testado o NDVI para fomentar a discussão e comparação em relação às características espectrais da área de estudo. Utilizou-se o Modelo Digital de Terreno MDT/SRTM-NASA (2003) para geração de produtos, como: altitude, declividade, topografia e aspecto, que além de comporem o SIG, possibilitaram melhor compreensão das paisagens da região. Os referidos produtos subsidiaram identificar o grau de degradação ambiental e susceptibilidade à desertificação em relação às variáveis selecionadas. Desse modo, verificou-se que no sudoeste baiano restam pequenas manchas de cobertura vegetal, entre elas campo rupestre, cerrado e caatinga, restritas, principalmente, a porção oeste da área, ao sul da Serra do Sincorá. Em outros locais encontram-se afloramentos rochosos, espelho d'água, solos expostos com forte indicio de degradação ambiental, e desenvolvimento de atividades agropecuárias. A partir de uma avaliação comparativa entre as imagens, o NDVI, o MDT e os demais temas identificou-se que a maioria das regiões com afloramentos rochosos situam-se em altitudes elevadas, entre 1.000 a 2.025 m, e correspondem à parte sul da Serra do Sincorá. As áreas de encostas possuem solos expostos e alguns trechos são margeados por vegetação de sopé. Contudo, são nas depressões, entre 116 e 600 m de altitude, onde encontram-se as áreas preocupantes quanto a questão ambiental, pois o uso do solo é intenso. Essas áreas, em geral, possuem um relevo aplainado, o que favorece a produção agropecuária intensiva, o que a médio e longo prazo poderão atingir níveis de degradação ambiental elevados e, inclusive, configurar-se como áreas de risco à desertificação.

4042

DETERMINAÇÃO DO POTENCIAL NATURAL À EROÇÃO (PNE) NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO DA ÁGUA BRANCA, ITIRAPINA (SP) - BRASIL

Pinheiro, Leandro de Souza ^{1(*)}; Cunha, Cenira Maria Lupinacci da ¹

¹ - UNESP | (*) Brasil

Resumen:

A erosão apresenta-se como um grande problema ambiental para a sociedade que por sua vez, por desconhecimento ou negligência, contribui em muitos casos para a aceleração e dinamização dos processos erosivos. O carreamento de sedimentos dos interflúvios resulta em problemas ambientais e econômicos. Verifica-se, desta maneira, que é muito importante o Planejamento Ambiental, pois, através deste, seria possível, de antemão, prever impactos e desequilíbrios que causariam reflexos no ambiente e na economia. O conhecimento geomorfológico aliado ao conhecimento mais amplo do meio físico, de seus recursos de água, solo e clima, suas potencialidades e limitações, constitui a base técnica sobre a qual o poder público deve estabelecer o processo de planejamento territorial. Neste contexto, a avaliação das fragilidades erosivas constituiu-se em parâmetro importante para tal planejamento. É importante, portanto, o estudo das potencialidades erosivas de uma bacia hidrográfica, pois é a área de contribuição hídrica dos canais fluviais tributários do canal principal e do escoamento superficial hídrico para estes cursos d'água, onde os sedimentos carregados, resultantes da dinâmica erosiva, serão depositados. Neste contexto, a área objeto deste estudo é a Bacia Hidrográfica do Córrego da Água Branca inserida totalmente no município de Itirapina. O município de Itirapina, por sua vez, possui uma população de 13471 pessoas, de acordo com dados de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e uma área territorial de 564 km². A área de estudo localiza-se sobre formações areníticas, onde se desenvolvem solos frágeis que podem se tornar vulneráveis aos processos erosivos, diante de um manejo inadequado, fato este comprovado nas visitas de campo onde foi possível a visualização de vários sulcos erosivos distribuídos por toda a bacia. Diante deste cenário, os objetivos do trabalho consistiram em estimar o Potencial Natural à Erosão laminar (PNE) e analisar os processos geomorfológicos atuantes na bacia do córrego da Água Branca, em Itirapina – SP. Quanto à metodologia, a caracterização do PNE como indicador de fragilidade ambiental, foi conduzida utilizando a Equação Universal de Perdas de Solo (EUPS), considerando seus termos que se referem aos parâmetros do meio físico, isto é, os fatores erosividade da chuva (fator R), erodibilidade do solo (fator K) e o fator topográfico, envolvendo a declividade (fator S) e a extensão da vertente (fator L). Foram utilizados os softwares AutoCAD para a digitalização e vetorização das linhas e isolinhas, Spring para importação dos mapas e exportação das matrizes para o software Idrisi, onde os mapas foram cruzados e gerou-se o mapa de PNE. Os resultados da análise da carta de PNE permitiram observar que prevalecem, na área de estudo, as classes de potencial natural à erosão moderadamente baixo, moderadamente alto e alto, representando quase ¾ do total da área da bacia. As classes de baixo potencial ocorrem nas áreas com declividades inferiores a 3% no baixo curso do Córrego da Água Branca, à margem esquerda do córrego e do falhamento ao longo do canal, pois, nestas áreas a velocidade do escoamento perde energia diminuindo, assim, o potencial erosivo. As áreas com maiores potenciais de erosão são aquelas com declividades mais acentuadas e nas áreas de rupturas topográficas definidas pela erosão diferencial. Mas as grandes extensões de rampas também influenciam no escoamento da água colaborando com os processos erosivos. De posse destas informações, os dados produzidos por esta pesquisa podem vir a contribuir com o Planejamento Ambiental da área, pois permitem, através dos documentos cartográficos elaborados, analisar os setores mais frágeis à ação erosiva, possibilitando planejar usos da terra condizentes com tais limitações. O Planejamento Ambiental pode vir a solucionar ou evitar muitos transtornos que ocorrem ou poderão ocorrer. Mas, é importante o interesse e a participação da sociedade de maneira geral, pois, apesar de ser tão discutido pelos acadêmicos e até mesmo pela mídia, o Planejamento Territorial Ambiental ainda é pouco utilizado.

4044

ANÁLISE DAS ROCHAS VULCÂNICAS DA BACIA DO PARANÁ, DE SUAS CARACTERÍSTICAS DE RELEVO E DIFERENÇAS NA PAISAGEM A PARTIR DE ANÁLISES PETROGRÁFICAS E INTERPRETAÇÃO DO MODELO DIGITAL DO TERRENO (MDT), NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, PARANÁ, BRASIL.

do Belém Tratz, Eliza ^{1(*)}; Hauck da Silva, Pedro Augusto ²

¹ - Universidade Federal de Santa Catarina | (*) Brasil

² - Universidade Federal do Paraná

Resumen:

O presente trabalho tem como recorte espacial o município de Guarapuava localizado na porção Centro-Oeste do Estado do Paraná, Brasil. Geologicamente o município está inserido no domínio dos derrames vulcânicos da Província Magmática do Paraná, onde a maioria dos derrames faz parte da sequência básica, predominando os derrames maciços tabulares, subordinadamente os derrames de basalto vítreo e basaltos



lobados. No topo da seqüência vulcânica há ocorrência de rochas ácidas do Tipo Chapecó caracterizada pelos riolitos e quartzo-latitos. Seguindo a compartimentação geomorfológica proposta por (MAACK, 2002), o município faz parte do terceiro planalto paranaense qual é composto segundo Ribeiro (1989), por blocos planálticos variando de 800 a 1350 metros no reverso da Serra da Esperança (*cuesta*), denominação regional da Serra Geral no Estado do Paraná. Estes blocos são compartimentados pela ação combinada entre a tectônica e o trabalho erosivo da drenagem, que se desenvolve no sentido geral Leste-Oeste em uma paisagem de relevo suavemente ondulada marcada por áreas altas e planas (os platôs). Paisagem que tem como um dos fatores condicionantes a sucessão dos derrames. No sentido de melhor compreender a gênese do relevo da região ressalta-se a importância de levantamentos litoestratigráficos apoiados ao estudo das formas. Portanto, objetivou: 1) O estudo das unidades litoestratigráficas do município de Guarapuava, buscando sua relação com as características de relevo. 2) Caracterização das unidades litológicas presentes no município. 3) Elaboração do Modelo Digital do Terreno (MDT) e sobreposição dos contatos geológicos. 4) Interpretação configuração geológica-geomorfológica da área. Para a concretização do trabalho foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: Atividades de campo: Foram essências para o reconhecimento e caracterização dos pontos de interesse, coleta de amostras de rochas para posterior realização de análises de texturais, em microscópio petrográfico e análises de densidade. Atividades de Laboratório: Análise microscópica das rochas: As amostras de rochas coletadas em campo foram cortadas por lâmina e impregnadas com resina especial. Com a ajuda de abrasivos estas foram desgastadas até atingirem 0,03 mm, espessura necessária para análise da estrutura mineralógica e textura em microscópio petrográfico. Análises de densidade das rochas: Considerando que as rochas ácidas apresentam densidade diferente das básicas as amostras referentes aos pontos de coleta em campo tiveram a densidade avaliada. Para obtenção de tais valores em um primeiro momento foi obtido a massa e o volume das rochas, fez-se as razões com as mesmas (m/v) para obtenção da densidade. As fórmulas utilizadas foram as seguintes: $\text{Peso específico} = X \text{ g/cm}^3$
 $\text{Densidade} = \frac{\text{Peso mínimo}}{\text{Peso Específico H}_2\text{O}} = X \text{ cm}^3$
 $\text{Peso Específico H}_2\text{O} = X \text{ g/cm}$

Elaboração do Modelo Digital do Terreno: O modelo digital do terreno (MDT) foi elaborado utilizando-se como base cartas topográficas de 1:50:000 com curvas de nível de 20 em 20 metros, MI -2837-2, MI 2837-3, MI 2838-3, 2838-4, MI 2852-22853-1 digitalizadas e ortorectificadas pelo Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano -SEDU, Serviço Social Autônomo o Paranacidade, e Consórcio Geoambiente – FOTOTERRA. O programa utilizado para elaboração da imagem 3D foi o Surfer 8.0. Os contatos geológicos sobrepostos a imagem em 3D tiveram como base o Mapa Geológico- Mineropar, 2007. Após interpretação dos dados pôde-se considerar que o levantamento litoestratigráfico apoiado pela caracterização petrográfica é de fundamental importância na análise das formas do relevo auxiliando na interpretação dos processos responsáveis pela sua origem. Dados estes visualizados no Modelo Digital do Terreno (MDT), qual representa a configuração geológica-geomorfológica da área, informação que associada às análises de detalhe da litologia explicam as diferenciações de derrames e relação com a conformação da paisagem. Deste modo, a área de platô encontra-se associada aos derrames ácidos de topo enquanto que as áreas com relativo grau de dissecação, sustentada por rochas básicas que aparecem margeando o platô onde o relevo caracteriza-se por apresentar formas onduladas constituídas por colinas, morros e morretes.

4050

CONTRIBUIÇÃO DA ANÁLISE MORFOMÉTRICA DA REDE DE DRENAGEM NA INTERPRETAÇÃO DA EVOLUÇÃO GEOMORFOLÓGICA DO COMPLEXO DE TANQUES DO MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS – PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL

Francisca Tavares de Melo, Rhaiissa^{1(*)}; Gomes da Silva, Danielle¹; Barros Corrêa, Antonio Carlos¹

¹ - Universidade Federal de Pernambuco | (*) Brasil

Resumen:

RESUMO

A análise de padrões morfométricos como a densidade de drenagem quando relacionados aos diversos processos superficiais, adquire grande importância como instrumento de análise da paisagem, sobretudo para a identificação de possíveis focos de susceptibilidade geomorfológica. Esta técnica permite que as áreas anômalas sejam individualizadas entre baixa e alta densidade de drenagem, podendo refletir tanto um controle tectônico, ou mesmo pedológico, dependendo das características inerentes ao substrato e ao tipo de clima predominante na área estudada. O município de Brejo da Madre de Deus está situado na porção centro-leste do estado de Pernambuco, distando cerca de 180 km da cidade do Recife. Geomorfológicamente a área associa-se a superfícies aplainadas e pouco dissecadas decorrentes das diversas fases de denudação pós-cretácea do Planalto da Borborema. Este trabalho consiste na análise dos padrões de drenagem e cálculo de índices morfométricos da rede hidrográfica da referida área. Os dados para a sua realização foram obtidos das imagens Shuttle Radar Topography Mission (SRTM) disponível através do site da EMBRAPA, os quais provêm dados topográficos da superfície terrestre a cada 90x90m e com precisão altimétrica de 1m. A partir dos dados geo-referenciados, relativo à densidade de drenagem, procurou-se estabelecer um vínculo formativo entre os índices obtidos e o relevo, litologia, estrutura tectônica e cobertura pedogenética, a fim de reconhecer qual fator, ou combinação de fatores, detêm o maior controle sobre a drenagem local e a existência dos tanques. O trabalho foi fundamentado a partir do emprego de alguns procedimentos metodológicos, a saber: geração de um raster de direção de fluxo e extração da drenagem da imagem SRTM através do software Arcgis 9.1; identificação e classificação dos padrões de drenagem encontrados; geração de um gráfico de isovalores de densidade de drenagem com o uso do Arcgis 9.1 e posterior sobreposição aos mapas geomorfológico, geológico e pedológico. O resultado obtido mostrou que a densidade de drenagem apresenta-se bastante variável na área, o que permite supor que esta apresenta uma subordinação litológica, visto que a área do município de Brejo da Madre de Deus mostra uma dispersão considerável quanto aos parâmetros geológicos. Contudo, através de uma análise comparativa com os diferentes tipos de solos, percebe-se a forte relação entre a composição destes e a densidade de drenagem. Os valores mais elevados da densidade de drenagem se estabelecem sobre os neossolos regolíticos e neossolos litólicos, que possuem baixa profundidade e horizonte A assentado, em alguns pontos, diretamente sobre a rocha sã, dificultando a infiltração e produzindo um maior escoamento superficial, gerando possibilidades de esculturação de canais permanentes. Os relevos residuais (inselbergs e relevos em crista) por deterem maior declividade em suas encostas, também concentram uma maior densidade de drenagem. A grande presença de tanques no ambiente semi-árido pernambucano motivou a realização do mapeamento de sua ocorrência em Brejo da Madre de Deus e estes plotados sobre o índice de densidade de drenagem demonstrou que tais feições encontram-se inseridas em áreas de média e baixa densidade de drenagem, índice que reflete o baixo volume do escoamento superficial atual, após a remoção de qualquer manto de alteração em suas proximidades. Desta forma, os tanques que se encontram nas áreas de média densidade de drenagem são aqueles inseridos próximos aos plaios aluviais, indicando que, provavelmente, estes já possuíam uma alta densidade de drenagem capaz de erodir o leito rochoso dando origem às depressões, e o baixo índice atual reflete a cobertura superficial existente associada à baixa atividade pluviométrica do atual clima semi-árido; ao contrário dos tanques encontrados em inselbergs e que tiveram sua evolução condicionada por erosão diferencial através do ataque da umidade nas zonas de fraqueza litoestrutural, explicando assim sua ocorrência em áreas de baixa densidade de drenagem.

4056

CARACTERIZAÇÃO DA COMPARTIMENTAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA - SP A PARTIR DO USO DE IMAGENS LANDSAT 7 ETM+ E ANÁLISE MORFOMÉTRICA EM SIG

Gigliotti, Marcelo^{1(*)}; Dias, Renê Lepiani¹; Oliveira, Regina¹; Gobbi, Estefano¹

¹ - Universidade Estadual de Campinas | (*) Brasil

Resumen:

Introdução

As áreas litorâneas apresentam-se como uma linha de contato entre o oceano e o continente, caracterizando assim como uma zona de grande complexidade e fragilidade devido aos diversos processos de formação do relevo, desde fatores de ordem estrutural, climáticos e oceanográficos. A heterogeneidade dos processos resulta na configuração de formas distintas que obedecem a uma dinâmica própria de esculturação, mostrando-se vulneráveis aos processos associados a movimento de massa, deslocamento de blocos, deslocamentos, corridas de lama enchentes e



inundações.

A análise geomorfológica vem corroborar na compreensão da dinâmica dos processos que regem o funcionamento da paisagem, dentre as escalas de análise geomorfológica, a compartimentação do relevo em unidades de características, gênese e formas semelhantes vem contribuir na especialização das análises dos processos, existindo grande necessidade de estudos geomorfológicos que considerem aspectos quanto a natureza e à dinâmica dos processos nas zonas costeiras devido essas zonas serem áreas de contato entre o oceano e o continente, agravando a complexidade natural dessas áreas.

Em virtude dessa grande complexidade natural das zonas costeiras, a Região Metropolitana da Baixada Santista, que é composta por nove municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente, que se encontra na faixa central do litoral do Estado de São Paulo apresenta necessidade de estudos relacionados com a caracterização física da paisagem a partir da compartimentação geomorfológica.

Objetivos

O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de compartimentação geomorfológica da região da baixada santista, delimitando as unidades geomorfológicas e identificando os processos de gênese e estruturação do relevo, buscando o entendimento da dinâmica física da paisagem, através da análise morfométrica e análise de imagens de satélites em ambiente digital a partir do uso de ferramentas do sistema de informação geográfica.

Métodos e Técnicas

O relevo pode ser pensado como um sistema dinâmico que tende ao equilíbrio, atuando sobre ele diversos fatores que influenciam a sua formação e transformação, sejam eles de natureza climática, geológica, biótica e antrópica.

Para Ross (1990) a Teoria do Equilíbrio Dinâmico tem sido aplicada nas pesquisas geomorfológicas de detalhe, principalmente quando se desenvolvem estudos para ambientes e processos atuais. Essa teoria pressupõe que o ambiente natural encontra-se em equilíbrio, mas não estático, devido aos mecanismos de funcionamento dos diversos componentes do sistema (princípio relacionado a Teoria Geral dos Sistemas), relacionando a sua funcionalidade a entrada e saída do fluxo de energia no sistema produzido por um determinado trabalho.

Dentro da análise sistêmica, Ross e Moroz (1997) discutem os conceitos Geotextural, Morfoestrutural e Morfoescultural fato que remete a uma discussão taxonômica. A primeira corresponderia a as grandes regiões da crosta.

A Morfoestrutura constitui em extensões menores relacionadas com as características estruturais, litológicas e geotectônicas associadas à gênese de formação sendo dividida em três categorias: crátons ou plataformas, cinturões orogênicos e bacias sedimentares.

A morfoescultura é associada aos produtos morfológicos de influência climática atual e pretérita, sendo representada pelo modelado ou tipologia das formas geradas sobre diferentes morfoestruturas.

A compartimentação geomorfológica da região de baixada santista foi baseada nos conceitos de Morfoestrutura e Morfoescultura sendo elaborada através da interpretação e mapeamento das zonas homólogas e de morfologia semelhante, utilizando a ferramenta SIG..

Essas zonas homólogas e de morfologia semelhantes podem ser descritas na ferramenta SIG de maneiras espacial, através de estruturas vetoriais podendo ser classificada em três formas básicas:

- Elementos pontuais: são as entidades geográficas que são posicionadas por um único par de coordenadas, porém deverá ser relacionado outro dado para indicar seu atributo.
- Linhas: são constituídas de pelo menos dois pontos devendo armazenar informações que indique o atributo que ela está associada.
- Polígonos: a função da estrutura poligonal é descrever as propriedades topológicas das áreas de maneira que os atributos relacionados aos elementos areais sejam manipuláveis.

Para a delimitação dos compartimentos foi utilizado a forma poligonal, no qual foi identificado as áreas de morfologias semelhantes através da interpretação da imagem de satélite Landsat 7, cartas morfométricas e geológica.

A organização e digitalização da carta geológica referentes a Região Metropolitana da Baixada Santista ocorreu pelo uso de material pré-existente feito por Suguio e Martin (1978) em escala 1:100.000.

Para a confecção das cartas morfométricas, foi utilizado como base o material topográfico fornecidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o modelo digital de elevação gerado a partir de imagens SRTM utilizando o programa ArcGis 9.2.

Na primeira etapa da confecção das cartas foi feito a vetorização por linha da drenagem. Na sequência, considerando a proposta de Shrahles (1952), delimitou-se a hierarquia da drenagem

Após a delimitação, utilizando as informações das cartas produzidas e dados de campo, foi possível produzir a caracterização da dinâmica de processos e formação de cada compartimento delimitado.

Principais contribuições geográficas

A compartimentação geomorfológica possibilita o aprofundamento da análise e caracterização da paisagem e da compreensão da dinâmica dos processos naturais vigentes.

Portanto, faz-se necessário a compartimentação geomorfológica da Região Metropolitana da Baixada Santista, pois esta corrobora na compreensão da dinâmica dos processos que regem o funcionamento e os níveis de fragilidades do relevo, vindo contribuir no auxílio do planejamento ambiental e nas políticas públicas.

A ferramenta SIG vem auxiliar no desenvolvimento de trabalhos geográficos, pois possibilita a correlação de diversos dados em diversas escalas, possibilitando uma maior gama de análise e interpretações da paisagem, além do aumento de detalhamento dos dados.

4065

REPRESENTAÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE CANOAS – RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Lacerda Martins, Rafael^{1(*)}; Zeferino Pires, Cláudia Luísa²; Gaudie Ley Lindau, Heloisa¹

¹ - ULBRA/UFRGS | (*) Brasil

² - ULBRA/Curso de Geografia

Resumen:

Esse trabalho tem como objetivo apresentar a abordagem metodológica utilizada em representações sócio-ambientais do município de Canoas/RS. Trata-se de um trabalho interdisciplinar desenvolvido e coordenado pelo Curso de Geografia da ULBRA, com apoio da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Comunitário. Num primeiro momento trataremos das representações do espaço-tempo e das tessituras territoriais de Canoas para, então, apresentarmos os procedimentos metodológicos empregados para a confecção cartográfica da referida temática.

Considerou-se, para a sua compreensão, a materialidade e o dinamismo do território que registra uma complexidade de fatos sociais, culturais, políticos e econômicos em seu espaço geográfico, bem como o vínculo indissociável desse espaço com os diferentes tempos. Um dos principais desafios da ciência geográfica se evidencia na necessidade de se estabelecerem diferenciações de partes do espaço geográfico, ou seja, os problemas das divisões espaciais que permeiam os conceitos de território e região. O conjunto de ações que analisam e produzem critérios a fim de estabelecerem as diferenciações espaciais podem ser identificadas pelos processos de territorialização. A análise das diferenciações espaciais constitui em uma coleção de mapas do território do município. Este é um processo que procura tratar os dados geográficos a partir de uma localização, expressa como coordenadas em um mapa, e atributos descritivos, que podem ser representados pela sistematização das informações. No processo de produção desse espaço urbano, uma constante diferenciação espacial se estabelece pela expansão periférica de seu sítio e pela constante transformação e remodelação do espaço intra-urbano. Em virtude da proposta de Santos (1996), procuramos encontrar na realidade de Canoas o sentido da produção do espaço uno e múltiplo, buscando o mapeamento das diferentes formas e conteúdos do espaço analisando o sentido dessas "formas e conteúdos" pela análise de sua produção como resultado de um sistema de ações e objetos espaciais.

Entendemos que as diferenciações espaciais em mapas temáticos visualizam distintos processos de territorialização que produzem e se reproduzem nas periferias ou na malha interna urbana do município de Canoas. São territórios, pois se definem pela apropriação espacial e pelo conflito de interesses entre diferentes atores sintagmáticos (que produzem um programa de gestão). A apropriação espacial, ou seja, o território em construção se estabelece pelo conflito entre diferentes interesses e pela produção de diferentes formas e conteúdos espaciais que contrastam entre si pelo estabelecimento de fronteiras entre os diferentes usos, funções e formas desses territórios urbanos. Os resultados do presente



processo metodológico são mapas temáticos representativos da espacialização de diferentes temas que, definem uma análise territorial que se apresenta pelo sentido de integração, onde estão presentes na produção do território, tanto elementos de ordem social, como econômicos, naturais, políticos e culturais em relação complexa. O trabalho de mapeamento utilizou um conjunto de tecnologias voltadas à coleta e tratamento de informações espaciais, isto é, o geoprocessamento. Estas tecnologias possibilitam o processamento de dados referenciados geograficamente (ou georreferenciados), desde a sua coleta e organização, até a geração de produtos na forma de mapas convencionais temáticos, relatórios, arquivos digitais, entre outros. Enfim a análise dos dados e das informações possibilitou entender a múltipla produção territorial interna do município e a dinâmica histórica e geográfica das relações existentes, ora em conflito, ora em interação, entre sistemas de objetos e sistema de ações que definem a singularidades espaciais no município de Canoas. 4. AVANCES EN EL USO DE LAS TECNOLOGÍAS DE INFORMACIÓN GEOGRÁFICA - Los saberes geográficos en el uso de las tecnologías de la información geográfica (TIG)

4088

MAPEAMENTO E QUANTIFICAÇÃO DO USO DA TERRA E COBERTURA VEGETAL DO PANTANAL DE CÁCERES-MT, BRASIL: ATRAVÉS DE IMAGENS DE SENSORIAMENTO REMOTO E PESQUISA DE CAMPO

Neves, Sandra Mara Alves da Silva^{1(*)}; Cruz, Carla Bernadete Madureira²; Neves, Ronaldo José¹; Silva, Aguinaldo³; Cochev, Jakeline Santos¹

¹ - Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat, Campus Jane Vanini - Departamento de Geografia. Av. São João, s/nº. Bairro: Cavallhada. Cx Postal 242. 78200-000 Cáceres/Mato Grosso-MT | (*) Brasil

² - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. Av. Brigadeiro Trompowski, s/n - CCMN – Bloco I, Sala I-012. Cidade Universitária - Ilha do Fundão. Cx Postal 68537. CEP 21945-970 Rio de Janeiro/RJ

³ - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus de Corumbá – Departamento de Geografia. Av. Rio Branco, 1.270 - Vila Mamona - Cx Postal 252. CEP 79.304-902 Corumbá/MS

Resumen:

O objetivo do presente estudo foi o de gerar mapeamento e quantificações do uso e cobertura da terra do Pantanal de Cáceres. A área estimada do Pantanal de Cáceres é de 12.412,56 km², onde 12.371 km² (99,66%) estão situados no município de Cáceres, 4,48 Km² (0,04%) no de Curvelândia e 37,08 Km² (0,3%) no de Lambari D'Oeste, totalizando aproximadamente 9,01% da área do Pantanal mato-grossense e 50,87% da área do município de Cáceres/MT. A metodologia foi constituída inicialmente pela A elaboração do mapeamento do período seco da área de estudo foi realizada via classificação das cenas 227-71 e 72 do satélite LANDSAT7 ETM+ no Sistema de Processamento de Informação Georreferenciadas - SPRING do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais – INPE (1996). Foram utilizados os seguintes procedimentos para a elaboração do mapa do período seco: realização da segmentação das cenas brutas (bandas 3, 4 e 5) das imagens, cujo algoritmo utilizado foi o "crescimento de regiões", similaridade 10 e área 10. Segmentadas as cenas foram aplicados os procedimentos de criação de um arquivo de contexto, extração de região, execução do treinamento, cujo classificador utilizado foi o Battacharya. Na sequência procedeu-se à realização do mapeamento de classes de imagem classificada para um temático, onde foram identificadas várias classes de uso da terra e cobertura vegetal. Dando prosseguimento, foi elaborado o mapeamento de uso da terra e cobertura vegetal referente ao período úmido, que necessitou para sua realização, de um mapa intermediário, que retratasse as áreas inundáveis e inundadas. Nesse sentido foram utilizadas as bandas 3, 4 e 5 brutas do mosaico de imagem do período úmido e os mesmos procedimentos de classificação descritos foram aplicados, porém classificando as amostras de treinamento em apenas duas classes: área não inundada e inundada. De posse dos mapeamentos de uso da terra e cobertura vegetal do período seco e de áreas inundáveis e inundadas, foi realizado no módulo ArcMap do ArcGis o cruzamento de ambos, através da função Union, gerando o mapa de uso da terra e cobertura vegetal do período úmido. A adoção desse procedimento foi devido a água interferir no comportamento espectral da vegetação, dificultando a classificação da área no período úmido. A validação do mapeamento ocorreu através de trabalhos de campo, consulta a mapeamentos realizados na área, disponíveis nas escalas de 1:1.000.000 e 1:250.000 produzidos respectivamente pelo projeto RADAMBRASIL (1982) e PCBAP (1997), e manuais técnicos do IBGE para vegetação e uso da terra. A classificação supervisionada foi utilizada para corrigir e finalizar a produção do mapeamento. Os layouts dos mapas foram elaborados no ArcGis. A partir do exposto, os seguintes resultados foram obtidos: foram mapeada estimados os percentuais das onze classes, das quais oito são de vegetação natural, três de uso (pastagem, praias e solo exposto) e uma de corpos d'água (rios, córregos, corixos, lagoas e baías). No contexto do presente resumo destaca-se que a formação de Savana gramíneo-lenhosa foi dividida em duas classes, a partir da observação diferenciada da reflectância, visualizada na imagem e verificada em campo: Savana gramíneo lenhosa-1 que corresponde aos campos sujo e limpo e Savana gramíneo-lenhosa -2 que corresponde a vegetação aquática; Savana arborizada (Campo Cerrado) possui fisionomia campestre, formada por vegetais baixos, sendo uma formação exclusiva das áreas areníticas lixiviadas, tem sua composição florística semelhante à Savana florestada, porém com estrutura mais baixa e aberta, ocorrendo em terrenos parcialmente inundáveis; A Floresta Estacional Semidecidual (Floresta aluvial) ocorre nas áreas de acumulação inundáveis, principalmente ao longo da drenagem, no caso ao longo do rio Paraguai, Sepotuba, Cabaçal, Padre Inácio e Jauru, onde o clima é marcado por uma estação de seca acentuada e altas temperaturas. A decidualidade é apenas parcial nas espécies arbóreas mais altas, embora a sua maioria apresente folhagem sempre verde. Os espaços que existem entre as árvores são quase sempre dominados por espécies de palmeiras, destacando o acuri (*Attalea sp.*). Os terrenos aluviais, no Pantanal de Cáceres correspondem às comunidades vegetais que recobrem a área de deposição situada nas fazendas São Sebastião e Descalvados, sendo áreas pedologicamente instáveis, devido ao contínuo aporte de material oriundo das deposições aluviais anuais do rio Paraguai. A pecuária se mantém como a principal atividade econômica e processa-se de maneira extensiva, aproveitando as gramíneas nativas, que constituem o suporte básico do rebanho pantaneiro. As barras, mapeadas como praias na área de estudo, foram observadas em parte do rio Cabaçal, Sepotuba e principalmente no rio Paraguai a partir da foz do rio Cabaçal até próximo à sede da fazenda Descalvados. Estas barras são utilizadas pelos animais para tomar sol, ingestão de água, reprodução e captura de alimento. O uso como praia é restrito ao período seco, pois no período de cheia os rios elevam de nível deixando essas áreas submersas, variando de tamanho anualmente, conforme a quantidade de sedimentos depositado. E no tocante à água, o percentual de 9,4% no período de seca se eleva para 62% no úmido, impossibilitando a utilização de aproximadamente 7.694 km² do Pantanal de Cáceres.

Nota: Este texto deriva da pesquisa modelagem de um banco de dados geográficos do Pantanal de Cáceres/MT – estudo aplicado ao turismo, subsidiada pela Capes.

4105

MAPEAMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Regis Filho, Daniel^{1(*)}; de Oliveira, Francisco Henrique²; de Toledo, José Roberto³; Shephard, Tania⁴

¹ - Universidade do Estado de Santa Catarina | (*) Brasil

² - UDESC

³ - ABRAJI

⁴ - FOCAL

Resumen:

O artigo fundamenta-se no projeto de pesquisa de cooperação internacional denominado "Mapping the Media of Americas" (Mapeamento dos Meios de Comunicação das Américas), o qual é fomentado pela FOCAL (Canadian Foundation for the Americas). A FOCAL é uma instituição canadense investidora de pesquisas para o desenvolvimento científico e cultural da América Latina. Assim, a pesquisa estuda a relação entre os dados dos meios de comunicação e dados de democracia no Canadá e em mais 11 países da América Latina, sendo eles: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Guatemala, México, Peru, Trinidad e Tobago, e Uruguai. A grande ênfase da pesquisa é fornecer democraticamente via *webmapping* informações sobre a locação, cobertura e domínio da estrutura dos meios de comunicação (TV, Rádio, Jornal), juntamente com informações chaves sobre demografia e resultados eleitorais. No Brasil projeto é intitulado como "Mapeamento dos Meios de Comunicação das Américas" e tem como parceiros o Geolab – Laboratório de Geoprocessamento da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - ABRAJI. O Geolab é responsável por toda a modelagem do banco de dados geográfico e elaboração dos mapas temáticos interativos. A ABRAJI tem como função prospectar os dados



relacionados às temáticas pré-estabelecidas e organizá-los para que possam ser inseridos no SIG (Sistema de Informações Geográficas). A importância do projeto se sustenta no preceito de que as informações concedidas através dos meios de comunicação podem e de fato têm um importante papel nas decisões dos cidadãos em uma sociedade democrata. Por causa de sua onipresença e do alto nível de confiança que é colocada a eles por cidadãos. Podem-se tomar como exemplo dessas informações, as relacionadas com as eleições, serviços públicos, e políticas governamentais, entre outros. Neste contexto destaca-se a ligação existente entre os meios de comunicação, os cidadãos, e suas escolhas, auxiliando com isso o entendimento de como os meios de comunicação influenciam cada país da América Latina. Estas inter-relações serão disponibilizadas ao cidadão que tem acesso a internet através de mapas temáticos interativos, ou como é mais conhecido internacionalmente através das ferramentas de *webmapping*. Esta ferramenta consiste em organizar mapas temáticos na internet onde o usuário da rede mundial de computadores possa acessar essas informações de acordo com seu interesse. Isto quer dizer, o usuário tem a capacidade de alterar os *layers*, camadas de informação, bem como acessar o banco de dados para consultas pertinentes a sua pesquisa e portanto obter como resposta novos mapas temáticos com intervalos distintos de representação do tema, e/ou ainda modificar cores e apresentação do mapa e dos dados descritivos do objeto pesquisado. Por fim, o produto dessa pesquisa criará um ambiente que promoverá transparência e liberdade de expressão democrática da imprensa, assim será impossível analisar as inter-relações de como por exemplo as áreas de maior violências se relacionam com as áreas de maior crescimento econômico. Ou então de áreas de menor taxa de crescimento populacional com as áreas mais subdesenvolvidas do nosso país. O resultado do projeto trará a tona a necessidade de maior divulgação das informações pelos meios de comunicação. Vale ressaltar que apesar da execução do projeto ainda há ausência de informações exatas sobre os meios de comunicação em muitos países da América Latina. Conhece-se pouco publicamente sobre a estrutura de domínio dos meios, bem como o impacto da mensagem dos meios de comunicação no voto, ou o efeito da concentração dos meios e sua ameaça potencial à diversidade das idéias, à liberdade de expressão e ao acesso à informação.

4108

MORPHOLOGY OF ANDEAN GLACIERS: AN ANALYSIS IN THE CORDILLERA TRES CRUCES, BOLÍVIA

Ribeiro, Rafael^{1(*)}; Bremer, Ulisses¹; Ramirez, Edson²; Simões, Jefferson¹

1 - UFRGS | (*) Brasil

2 - UMSA

Resumen:

Andean glaciers play an important role in the hydrological and social-economic systems of many countries. For example, they are essential to supply drinking water to local communities; produce energy in hydroelectric power plants; supply water for agriculture; and have scenic values in tourism. In La Paz (Bolivia), for instance, 70% of the water used by the population comes from glaciers. Mountain glaciers, in general, lost mass during the 20th century. This is a process that can be attributed both to a general atmospheric warming and to regional climatic variability (Meier, 1984). Altogether, melting of mountain glaciers, ice caps and parts of the Antarctic and Greenland ice sheets, are the main contributors (70%) to sea level rise; the rest is mainly due to the thermal expansion of the ocean water (Church *et al.*, 2001). Though mountain glaciers constitute less than 1% of the cryosphere volume, it is estimated that they contributed with 1/4 of the sea level increase between 1988 and 1998 (Dyrugerov, 2003). In short, mountain glaciers are considered by the Intergovernmental Panel on Climate Change (2001) as one of the main contributors to future sea level rise and key indicators of climate change. Accurate determination of mountain glacier changes may be useful for assessing regional hydrological balance and water supply. Parts of the Andes do not have good imagery coverage. Since 2001, a new opportunity arose from the launch of the China-Brazil Earth Resources Satellites (CBERS). In this paper we analysed one scene acquired by the High Resolution Charge Coupled Device (CCD) aboard the second Chinese-Brazilian satellite (CBERS-2). A glacial inventory, as considered for the Global Land Ice Measurements from Space (GLIMS), was still not applied for cordillera Tres Cruces (67° 22' W - 67° 32' W and 16° 47' S - 16° 09' S). CBERS-2 images can be obtained free of charge for South-American countries, and its 20 m spatial resolution qualified them to be used in the morphological classification for this region's ice masses. A total of seven glaciers – with different solar exposition and under diverse climatic conditions – in this mountain range were analysed. Another criterion for choosing this glaciers was the extension of its ice masses; however, due to the satellite spatial resolution, very small glaciers would be difficult to delimitate. The glacial drainage basins are very clear and easily identified in the satellite images. A number of mountain peaks (normally above of 5,500 metres a.s.l.) that surround the analysed area were detected as true glacier divides. Practically, all analysed ice masses are confined in the mountain ridge valleys with the same topographical characteristics. This feature has allowed us to classify them as valley glaciers. The climate controls are also clearly identified, when comparing the altitude of the east-north glacier orientation, about 100-270 m raised above the west-south glaciers orientation. The presence of retraction moraines has been detected in all analysed glaciers suggests the retraction of their terminal parts. It demonstrates that, during the Quaternary, the Cordillera Tres Cruces' glaciers had spread to wider areas than in the present. We recommend the use of CBERS-2 data for this region as they increase the potential of coverage by optical imagery.

References:

- Church, J., Gregory, J. M., Huybrechts, P., Kuhn, M., Lambeck, K., Nhuan, M. T., Qin, D. & Woodworth, P. L. (2001) Changes in sea level. In: *Climate Change 2001, The Scientific Basis: Contribution of Working Group I to the Third Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* (ed. by J. Houghton, Y. Ding, D. J. Griggs, M. Noguer, P. Van Der Linder & D. Xiaou), 639–694. Cambridge University Press, Cambridge, UK.
- Dyrugerov, M. B. (2003) Mountain and subpolar glaciers show an increase in sensitivity to climate warming and intensification of the water cycle. *J. Hydrol.* 282, 164–176
- Meier, M. F. (1984) Contribution of small glaciers to global sea level. *Science* 226, 1418–1421.

4110

MAPEAMENTO DO USO DA TERRA E COBERTURA VEGETAL A PARTIR DO ÍNDICE DE VEGETAÇÃO NDVI

Rosendo, Jussara Santos^{1(*)}; Rosa, Roberto¹

1 - UFU - Universidade Federal de Uberlândia | (*) Brasil

Resumen:

Os índices de vegetação são transformações lineares de bandas espectrais, geralmente nas faixas do vermelho (V) e infravermelho próximo (IVP) do espectro eletromagnético. Tais índices realçam, em geral, o comportamento espectral da vegetação e se correlacionam com os parâmetros biofísicos da vegetação, como biomassa, Índice de Área Foliar (IAF), percentagem de cobertura vegetal. Incluem também elevados graus de correlação com o vigor da vegetação verde, percentagem de cobertura do solo, atividade fotossintética e produtividade. As técnicas de realce de imagem por meio de índices de vegetação aumentam o brilho das áreas vegetadas, melhorando a aparência da distribuição espacial de informações das imagens, tornando-as de fácil interpretação visual e computacional. O índice de vegetação NDVI (*Normalized Difference Vegetation Index*) detém a habilidade para minimizar efeitos topográficos ao produzir uma escala linear de medida, possui a propriedade de variar entre -1 a +1 (quanto mais próximo de 1, maior a densidade de cobertura vegetal), o 0 representa valor aproximado para ausência de vegetação, ou seja, representa superfícies não vegetadas. A bordo das Plataformas Espaciais TERRA e AQUA, encontra-se o sensor MODIS (*Moderate Resolution Imaging Spectroradiometer*), que possui inúmeras vantagens em relação aos satélites e sensores convencionais. A primeira delas é o fato de produtos e imagens serem distribuídos já corrigidos geograficamente e radiometricamente, minimizando a influência de nuvens e aerossóis que muitas vezes interferem na utilização dos produtos orbitais; uma segunda vantagem está no fato desses produtos apresentarem várias opções de resolução espacial (moderada a global); a terceira característica, e talvez mais importante, seja a distribuição gratuita desses produtos ou imagens pela internet. Além de bandas individuais, os usuários podem ter acesso a vários tipos de produtos provenientes do sensor MODIS, que possibilitam pesquisas sobre o Balanço Energético, Cobertura Terrestre, e produtos destinados à Vegetação. O presente trabalho teve como objetivo avaliar a elaboração de mapas de uso da terra e cobertura vegetal a partir da utilização de índices de vegetação (NDVI), provenientes de imagens do sensor MODIS. Para a realização do presente trabalho foram utilizados os seguintes materiais: Documentos cartográficos - Folhas Topográficas editadas pelo IBGE e DSG, na escala de 1:100.000 e 1:250.000; base cartográfica em meio digital; Imagens do sensor MODIS/Terra, *tile* h13v10, produto MOD13Q1; Equipamentos - microcomputador; aparelho GPS de navegação GARMIN modelo 12 XL; Softwares - Idrisi, versão 3.2; ArcView 3.2; *Modis Reprojection Tool* - MRT. A pesquisa foi desenvolvida de acordo com os seguintes procedimentos operacionais: aquisição



dos produtos e manipulação das imagens; realização de trabalho de campo na área de pesquisa; geração dos índices de vegetação NDVI e elaboração dos mapas de uso da terra e cobertura vegetal a partir dos índices de vegetação NDVI. Com relação aos resultados obtidos, verificou-se que o índice de vegetação NDVI apresentou bom desempenho no acompanhamento mensal e sazonal das modificações no estado fenológico da vegetação. A partir do índice de vegetação do mês de junho, foi elaborado o mapa de uso da terra e cobertura vegetal ao qual foi possível a definição das seguintes categorias, bem como o percentual que cada uma ocupa na área da bacia analisada: cultura anual (35,8%), pastagem/café/cerrado (55,7%), cultura irrigada (0,5%) mata/reflorestamento (5,6%) e corpos d'água (2,4%).

4116

UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS LIVRES DE WEBMAPPING APLICADA AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL. ESTUDO DE CASO: BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITACORUBI.

Silva Filho, Getúlio^{1(*)}; Regis Filho, Daniel¹; Oliveira, Francisco Henrique¹

¹ - Universidade do Estado de Santa Catarina | (*) Brasil

Resumen:

O advento da Internet promoveu o que se pode chamar de globalização das informações, essa interação tornou-se "real time", e a inserção dos Sistemas de Informação Geográfica nessa rede tornou-se importante para a disseminação de projetos de pesquisas científicas que envolvem a variável espacial. A Internet pode ser definida como o conjunto de documentos (e informações) entrelaçados através do conceito chamado hipertexto (Weinman e Weinman, 2002), e por extensão caracterizada como multimídia, pois disponibiliza através da World Wide Web os diversos tipos de mídia disponíveis, como o som do rádio, a imagem proporcionada pela televisão, e a escrita disseminada pela imprensa com a possibilidade de interação entre ela e o seu público alvo (Marisco, 2004). Os baixos custos de acesso associados a sua (quase) universalidade promoveram o nascimento e desenvolvimento de uma nova classe nos sistemas de informação, e estendeu-se aos dados geográficos. Os dados geográficos podem ser manipulados hoje com alto nível de precisão, eficiência e rapidez, mas por outro lado um dos grandes entraves ainda encontrados é a dificuldade na disseminação desses dados. A ferramenta de WebMapping fornece aos SIG (Sistema de Informações Geográficas) essa possibilidade, proporcionando uma maior disseminação, visualização e integração das pesquisas científicas. A disponibilidade de um mapa na Web promove dessa forma o acesso de informações geográficas de um modo dinâmico e interativo com a possibilidade de serem constantemente atualizados. A necessidade de difundir o uso do SIG no estado de Santa Catarina alavancou a proposta de pesquisa realizada neste projeto. Neste contexto deu início a elaboração de um projeto de iniciação científica intitulado: SIG interativo da Ilha de Santa Catarina utilizando ferramentas de Webmapping, fomentando pela instituição de ensino UDESC através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina (Fapesoc) com o objetivo de se trabalhar com o mapeamento interativo, utilizando as ferramentas de WebMapping. Este projeto encontra-se vinculado ao Laboratório de Geoprocessamento da Udesc (GeoLab) o qual disponibiliza todo ferramental necessário de microcomputadores e softwares básicos de SIG como Spring, ArcGis, Geomedia, CAD'S entre outros. Para a execução utilizou-se aerofotografias e imagens QuickBird para serem visualizadas nos softwares SIG juntamente ao banco de dados com informações cadastrais da microbacia. O banco de dados existente é proveniente do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso): Utilização de Geotecnologias para o Diagnóstico Sócio-Espacial da bacia Hidrográfica do Rio Itacorubi – Florianópolis/SC desenvolvido no GeoLab. Posteriormente foi utilizado o software livre Mapserver onde, essas informações foram processadas com as ferramentas de WebMapping para disseminação na web. Deve-se ressaltar, entretanto, que um sistema de WebMapping vai muito além de recursos comuns a sistemas de visualização de mapas como aproximação (zoom), ligar e desligar planos de informação (layers) ou disponibilizar um mapa sem critério estatístico de divisão de legendas. O grande diferencial, principalmente para a área geográfica, está na capacidade de integração dos dados coletados a campo. Por exemplo, de PDAs (Personal Digital Assistant), bem como na análise desta informação em tempo hábil para se preparar um mapa de risco (escorregamento, enchente, queimadas, outros), processado via web e disponibilizado para cópia no formato requerido pela defesa civil, por exemplo. O objetivo principal é de através da manipulação de dados via WWW (World Wide Web) e mapas interativos promover a disseminação de informações geográficas fundamentadas em pesquisas promovidas na Universidade do Estado de Santa Catarina. Assim, a criação de um ponto de acesso único à informação, onde todos os recursos de informação disponíveis são agrupados e disponibilizados de forma integrada e homogênea, auxiliando o usuário na sua busca de soluções e garantindo maior percentagem de sucesso em encontrar fundamentação científica à tomada de decisão. Para tal, são facultados dois ambientes distintos, mas complementares de pesquisa: o acesso via web forms a Bases de Dados On-line e o acesso via WebMapping a Sistemas de Informação Geográfica On-line. Para realizarmos uma pesquisa geográfica ou qualquer outra que seja é preciso intenso esforço juntos as matrizes detentoras do conhecimento científico. Os órgãos municipais, estaduais, as universidades bem como empresas privadas possuem pesquisas e trabalhos realizados em áreas comuns, muitas vezes até replicam trabalhos por falta de comunicação e integração desses dados entre eles. Para isso, o foco deste projeto centrou-se em construir um SIG interativo que auxilie em exercícios de planejamento urbano, e o entendimento de mapas temáticos utilizando tecnologias gratuitas, sendo possível a análise/avaliação da realidade. Trazendo ao uso comum materiais específicos do geoprocessamento como dados matriciais (imagens de satélite de alta resolução, aerofotografias) e dados vetoriais (hidrografia, ocupação, vegetação, etc) atrelados a um banco de dados geográfico. Com isso serão feitas análises dos resultados obtidos, ou seja, análises dos mapas temáticos de modo a orientar o usuário no entendimento das tecnologias e dos conceitos cartográficos e geográficos, bem como das ações de planejamento. Por fim, somada as leis de ocupação do município, leis ambientais do código florestal e do ministério do meio ambiente. Acredita-se que o ferramental geotecnológico trás recursos de caracterização, gestão e monitoramento do meio que subsidiam a tomada de decisão e portanto, através de simulações determinam (considerando parâmetros pré-definidos) a melhor interação homem/sociedade/natureza.

4132

O USO DA TERRA EM SILVEIRA MARTINS: UMA NOVA PERSPECTIVA OU POSSIBILIDADE POR MEIO DAS GEOTECNOLOGIAS

Viera, Ediane Girardi^{1(*)}; Rovani, Franciele Francisca Marmentini¹

¹ - Universidade Federal de Santa Maria | (*) Brasil

Resumen:

Com a atual intensificação de técnicas agrícolas, cada vez mais a agricultura passa a ser uma atividade que necessita economicamente do meio físico. Nesse sentido, estudar o solo é essencial para conhecer as características e entender as limitações que apresentam para o uso agrícola, permitindo, assim, um planejamento para obter rendimentos economicamente viáveis e a preservação ambiental. As implicações ambientais assumiram grandes dimensões, contribuindo, assim, para crescente preocupação em nível mundial no que se refere a necessidade de uma associação entre as pesquisas científicas e a sua aplicação na prática. Dentre as estratégias utilizadas pelos pesquisadores, tem sido o mapeamento dos diferentes usos da terra que proporciona a análise dos desequilíbrios ambientais, dentro de detalhamento permitido pela escala adotada, facilitando a associação entre teoria e prática. O mapeamento do uso da terra de uma determinada região é de extrema importância para a compreensão do espaço e de suas mudanças. Ele consiste em buscar conhecimento sobre a utilização das terras, além de caracterizar as diferentes classes vegetais que compõe a área. Além disso, o mapeamento é importante para solucionar problemas decorrentes do hábito do desenvolvimento ao acaso, de maneira incontrolada, o que provoca a deterioração ambiental, destruição dos solos e de terras agricultáveis e a perda do habitat da fauna silvestre. Devido a relevância dos estudos detalhados sobre aspectos que singularizam determinada unidade espacial para o desenvolvimento local e regional, optou-se pela realização de mapeamentos sobre as condições geoambientais que corresponde ao município de Silveira Martins-RS, utilizando produtos do Sensoriamento Remoto, interpretados através da aplicação de técnicas de Geoprocessamento. Deste modo, analisou-se os tipos de solos de área, enfocando a sua fertilidade, além das declividades existentes, para que se possa explicar as diferentes ocupações agrícolas que ocorrem no Município. Torna-se de fundamental importância para o desenvolvimento econômico municipal um planejamento no que diz respeito à reestruturação das áreas devastadas irregularmente, assim como a preservação do que ainda resta, com estudos que demonstram, de forma mais detalhada possível, as condições do meio, principalmente no que se refere à exploração agrícola, pois esta é a base da economia do Município. Nesse sentido, justifica-se a importância de mapeamentos que retratam aspectos físicos, por meio do mapa de declividade, assim como a ocupação das áreas, obtidas com o mapa de uso da terra, e com a interpretação das informações dos mapas, evidenciar os possíveis conflitos entre o uso atual da terra e o ideal para as condições ambientais do Município, que



servirá como subsídio para o desenvolvimento de ações conservacionistas que visem ao melhor aproveitamento dos recursos naturais. O objetivo geral consiste em analisar o uso da terra no município de Silveira Martins-RS. Os objetivos específicos são: avaliar a distribuição espacial do uso da terra com a aplicação de técnicas por imageamento de satélite; gerar o mapa de uso da terra, para que se possam analisar as transformações espaciais ocorridas na estrutura produtiva. O estudo será analisado em etapas diferentes. Primeiramente, fez-se um levantamento bibliográfico com ênfase no Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Uso da Terra. Num segundo momento, será elaborado o mapa base, na seqüência os mapas de declividade, hipsométrico e de uso da terra através de técnicas cartográficas e de Sensoriamento Remoto. Para a realização deste, utilizar-se-á o programa de banco de dados geográficos SPRING 4.2 (Sistema de Processamento de Informações Georreferenciadas), a partir do qual será gerado produtos cartográficos georreferenciados, para a classificação e posterior análise das transformações ocorridas na referida área. Como resultados, espera-se analisar onde há maiores conflitos de terra, avaliar a distribuição das terras e propor um redirecionamento das atividades agrícolas no Município com incentivos do poder público.

4142

UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL NO LANÇAMENTO DE PEDRAS VIA-MARITIMA PARA A AMPLIAÇÃO DOS MOLHES DA BARRA DO PORTO DO RIO GRANDE/RS – BRASIL

Magalhães, Mario R. ^{1(*)}; Lemos, Glaudenir H. ²; Nunes, Lidiane Q. ¹; Dumith, Raquel de Carvalho ³

1 - FURG | (*) Brasil

2 - Colégio Técnico Industrial / CTI-FURG

3 - Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Resumen:

O presente trabalho tem como objetivo principal à abordagem sobre a crescente aplicação de geotecnologias como ferramentas de auxílio às grandes obras de engenharia e as suas contribuições para o desenvolvimento do mundo moderno. O uso dessas ferramentas tem sido cada vez mais presente e também muito importante, pois tem garantido, entre outros aspectos, a precisão e a segurança, além de extrema rapidez e agilidade na execução de obras de grande impacto, onde também exercem papel importante, pois auxiliam diretamente na racionalização do uso dos recursos minimizando assim todo e qualquer tipo de dano desnecessário ao meio ambiente. Como exemplo disso, o presente trabalho ilustrará a combinação do conhecimento e da técnica aplicados na tarefa de ampliar aquilo que já foi considerada a maior obra de engenharia da América Latina, os Molhes da Barra do Rio Grande, situados no extremo sul do Brasil. Os molhes da barra do Rio Grande, construídos no início do século XX, foram concebidos a fim de proporcionar condições de navegação através do canal de acesso ao porto de Rio Grande e a sua ligação com o Oceano Atlântico. Entretanto, passados mais de cem anos, essa grande obra de engenharia começou a mostrar suas limitações frente ao incrível avanço da indústria naval, capaz de construir embarcações cada vez maiores que, por sua vez exigem das instalações portuárias e suas adjacências, constantes adequações para que possam garantir assim a navegação. O canal de acesso ao porto marítimo de Rio Grande, é guarnecido por dois molhes intraoceânicos contendo o molhe oeste e leste, respectivamente, 4,2 km e 3,1 km de extensão, os quais garantem atualmente um calado natural de 14 metros de profundidade. O avanço das técnicas da indústria naval tem possibilitado a construção de embarcações de grande porte, o que por sua vez, tem exigido calados muito superiores aos atuais 14 metros presentes no canal do porto de Rio Grande, razão pela qual esta então sendo realizadas obras de aumento na extensão dos molhes da Barra do Rio Grande a fim de permitir o aprofundamento do referido canal tornando assim favorável à navegação de embarcações de maior calado. O prolongamento dos molhes do Porto de Rio Grande, realizado nesse cenário, é uma obra emblemática no contexto do aprimoramento da infra-estrutura portuária brasileira. O projeto possibilitará o aprofundamento do canal de acesso ao porto, passando dos atuais 14 m (40 pés) para 18 m (60 pés) de profundidade no leito canal e, com isso, a acolhida de alguns dos navios com maior capacidade de carga do mundo. Essas obras também permitirão ao Governo Federal realizar seu objetivo no que se refere ao Porto de Rio Grande: transformá-lo num porto concentrador e distribuidor de carga para outros portos brasileiros e para os dos vizinhos Uruguai e Argentina. Será o único com esse status ao sul do Porto de Santos (SP). A idéia é tornar Rio Grande o "Porto do Mercosul". A ampliação dos molhes da barra prevê que o molhe leste seja ampliado em 370 metros, passando dos atuais 4,2 Km para 4,57 Km de extensão e, o molhe oeste, atualmente com 3,1 Km, seja ampliado em 700 metros, passando a ter 3,8 Km de extensão. O presente trabalho irá descrever todo o processo de ampliação dessas estruturas e a evolução das técnicas de construção que agora serão implementadas para ampliação de uma obra realizada a mais de 100 anos, bem como a utilização das ferramentas de geoprocessamento em cada uma das etapas desse processo apontando, inclusive os resultados esperados dentro da margem de confiabilidade do sistema e a minimização dos impactos causados ao meio ambiente em função da diminuição da área impactada pelo lançamento de pedras. A forma de ampliação das estruturas se dará de forma semelhante às atuais, sendo formadas barreiras de contenção compostas por blocos de granito extraídos nas jazidas da região de pelotas e capão do leão, distantes cerca de 60 Km do porto de Rio Grande. Tais barreiras serão compostas por diferentes formações de aglomerados rochosos depositados desde o fundo oceânico até emergirem sobre a linha d'água. Desta forma para que ocorra precisão no lançamento, se faz necessária à utilização de um importante recurso geotecnológico, o sistema de Posicionamento Global, GPS. A utilização do GPS abrange desde os processos iniciais de lançamento de pedras via embarcação que irão compor a base da estrutura até a formação das "carapaças" de tetrapodes que formaram a estrutura final do molhe. A principal função da utilização do sistema GPS é garantir a deposição do material rochoso, transportado por uma embarcação construída especialmente para este fim, em locais previamente determinados com absoluta exatidão, garantindo assim o máximo aproveitamento do material e o mínimo impacto ambiente ao redor da estrutura. É fundamental durante todas as etapas do processo o uso das ferramentas de geoprocessamento, como o uso do GPS que é, sem dúvida um componente de extrema importância como ferramenta de auxílio às grandes obras de engenharia que visam transformar o espaço urbano em busca do desenvolvimento econômico. Todo o processo de preocupação com a responsabilidade ambiental não se restringe somente à área de construção dos molhes, mas, também nas áreas de extração dos blocos rochosos das jazidas onde, também esta presente a aplicação de ferramentas de geoprocessamento para monitoramento e diagnóstico dos impactos causados ao ambiente e suas possíveis implicações no comprometimento do equilíbrio natural daquela área. Essas ferramentas vêm então acrescentar ao campo da geografia uma importante forma de atuação sobre o espaço observando assim serem possíveis as ações antrópicas sobre o meio ambiente sem que este esteja necessariamente comprometido.

4143

ELABORAÇÃO DE SUBSÍDIOS TÉCNICOS PARA O ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE PEDRAS ALTAS

Nunes Soares, Marlon ^{1(*)}; Carlos, Roney Tagliani ¹

1 - Universidade Federal de Rio Grande | (*) Brasil

Resumen:

O presente trabalho tem como objetivo geral, gerar os subsídios técnicos necessários à elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico no município de Pedras Altas, localizado na Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A metade sul passa por um momento de grande transformação econômica, havendo um forte investimento na área de celulose, indústria naval e agropecuária. Todo este processo causa direta e indiretamente uma grande pressão sobre os recursos naturais da região, causado tanto pelo aumento da área urbana dos municípios, por um aumento significativo de emprego e renda, assim como pelo aumento da área utilizada em sistemas agropastoris, caso do município de Pedras Altas. Tal pressão sobre os recursos naturais implica em uma necessidade de um planejamento territorial adequado sobre a base ambiental, econômica e social, para que os recursos naturais sejam explorados de uma maneira mais correta, buscando o não comprometimento dos processos físico-biológicos atuantes e o ordenamento territorial das atividades antrópicas. No Brasil, o planejamento ambiental está previsto na Política Nacional de Meio Ambiente e nos Códigos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente. No estado do Rio Grande do Sul, o licenciamento ambiental municipal é uma das formas que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) vêm promovendo para melhorar o sistema ambiental do estado. Para se habilitarem ao licenciamento os municípios devem, entre outros instrumentos, elaborar os seus respectivos Planos Ambientais Municipais. Desde meados de 2007 o Laboratório de Oceanografia Geológica (LOG) da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) em uma parceria com a Associação dos Municípios da Zona Sul (AZONASUL), vem auxiliando os municípios na condução desse processo. Um dos programas sugeridos nesses planos é a elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico Municipal (ZEE), que visa o ordenamento territorial integrado. A metodologia de um ZEE envolve, em uma primeira instância, a realização de diagnósticos setoriais incluindo fatores ecológicos,

econômicos e sociais e, através do cruzamento dessas ordens de fatores, a identificação de zonas com características diferenciadas em relação as potencialidades de uso, preservação e conservação e que serão alvo de diretrizes e propostas para sua utilização. Numa segunda instância, o processo de elaboração do ZEE ocorre com uma escala de maior detalhamento, visando à organização do espaço no interior de cada unidade, obedecendo aos princípios de uma política ambiental, voltada para assegurar a eficiência produtiva dos espaços e preservar os fluxos vivos da natureza. As informações necessárias e que possibilitarão a conclusão de um proposta de zoneamento para o município de Pedras Altas estão sendo formatadas em um banco de dados de um Sistema de Informações Geográficas. Esse procedimento, além de gerar informações de qualidade, permitirá o cruzamento automatizado dos diferentes temas, auxiliando o processo de zoneamento e permitindo os ajustes e incorporação de mudanças de uma maneira rápida e automática. Isso facilita a participação dos atores sociais envolvidos e incorporação das sugestões apresentadas durante o processo participativo. Até o presente momento já estão formatadas as informações temáticas do diagnóstico do meio físico-natural e do diagnóstico jurídico-institucional. Esse trabalho contribui na busca de uma Geografia de meio ambiente que englobe a análise e compreensão integrada dos processos físicos e humanos de uma determinada parcela do espaço geográfico, culminando em um estudo menos setorial e mais complexo.

4147

AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE ÁREA FOLIAR E SUA INFLUÊNCIA NA QUANTIDADE DE RADIAÇÃO SOLAR INCIDENTE NO MANGUEZAL - BARRA DO RIBEIRA – IGUAPE/SP – BRASIL.

Lima, Nádía Gilma B. de ^{1(*)}; Galvani, Emerson ²

1 - Universidade de São Paulo | (*) Brasil

2 - FFLCH/USP (Universidade de São Paulo)

Resumen:

A vegetação é um dos principais controles climáticos para a determinação de microclima, já que estes estão essencialmente ligados ao uso e/ou cobertura do solo. A cobertura promovida pelo dossel controla a quantidade, qualidade e distribuição temporal e espacial da luz, determinando níveis diferenciados de umidade do ar, temperatura e condições de umidade do solo, além de promover a interceptação das chuvas, reduzindo o impacto direto sobre o solo. Dessa forma, a cobertura vegetal é o maior determinante do "micro-habitat" interno de uma floresta, influenciando o crescimento e sobrevivência de plântulas, determinando a composição florística da comunidade, afetando processos de oxidação da matéria orgânica e controlando processos erosivos, portanto a cobertura atua diretamente nas condições microclimáticas do ambiente.

A entrada da radiação solar em uma cobertura vegetal depende das características dos elementos vegetais (tamanho, textura, espessura e orientação das folhas e galhos) e da estrutura da vegetação (altura das árvores, continuidade do dossel, densidade de indivíduos e densidade foliar), expressa pela área foliar (AF) e pelo índice de área foliar (IAF). Consequentemente, o balanço de radiação solar e terrestre altera-se em função das características do dossel, estando a absorção, emissão, transmissão e reflexão também influenciados por essas propriedades do ambiente. A radiação solar é um fator importante na contabilização do balanço de energia no interior dos manguezais, influenciando diretamente os processos de aquecimento do ar e do solo, evapotranspiração e fotossíntese.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a variação ao longo do ano da densidade do dossel do manguezal, através da obtenção do Índice de Área Foliar, por meio de fotografias hemisféricas registradas com a lente olho de peixe, bem como quantificar a transmissividade do dossel (td), para o período de janeiro a julho de 2008. A análise deste material permite monitorar a quantidade de espaços livres e obstruídos para a passagem da radiação solar no ambiente microclimático do manguezal. O trabalho foi realizado na Ilha dos Papagaios, localizada no Rio Ribeira de Iguape, no município de Iguape, no litoral sul do estado de São Paulo – Brasil. As fotografias digitais foram classificadas por meio do aplicativo Gap Light Analyzer-GLA 2.0.

Para obtenção dos dados de radiação solar global instalou-se uma torre meteorológica com 10m de altura e junto a esta duas estações meteorológicas sendo uma fixada a 10m de altura (acima do dossel de mangue) e outra a 2m de altura (abaixo do dossel). A transmissividade do dossel (td) foi avaliada efetuando a relação entre os valores integrados diários da radiação solar global incidente abaixo (RG2m) e acima do dossel (RG10m) do manguezal. Os resultados preliminares indicam uma redução nos valores de transmissividade ao longo do período. A possível explicação para esta redução associa-se a dois fatores: o primeiro com a variação do IAF da vegetação e o segundo relacionado à declinação solar. A obtenção de fotografias hemisféricas utilizadas para determinar a geometria e a posição da abertura de dossel, a passagem da luz em períodos sazonais, tem contribuído para a análise de parâmetros relacionados a luminosidade abaixo do dossel, permitindo inferir sobre as propriedades do dossel e sua importância para o ambiente em questão.

4159

UTILIZAÇÃO DE SENSORIAMENTO REMOTO PARA IDENTIFICAÇÃO E MEDIÇÃO DE ÁREAS CULTIVADAS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE/RS – BRASIL

Lemos, Glaudenir H. ^{1(*)}; Uarthe, Pedro H. P. ¹

1 - Colégio Técnico Industrial / CTI-FURG | (*) Brasil

Resumen:

Este trabalho tem por objetivo mostrar a aplicação de ferramentas de Sensoriamento Remoto na agricultura. Tem como enfoque específico identificar e medir as áreas de cultivo de arroz na zona rural do Município de Rio Grande/RS, no extremo sul do Brasil. Neste início de século a globalização da economia é uma realidade que torna o mercado extremamente competitivo e leva o setor agrícola a buscar eficiência e produtividade. Na agricultura, as aplicações de Sensoriamento Remoto estão relacionadas às atividades de levantamento, caracterização dos solos, identificação de cultura e mapeamento. Tais aplicações subsidiam informações como área de cultivo e classes de cultura, sendo estes, dados fundamentais para a estimativa de safras agrícolas. O sensoriamento remoto tem aplicação direta no auxílio a identificação da variabilidade espacial e de problemas que podem ser corrigidos ainda durante o a fase de maturação da lavoura. O uso de técnicas como fotogrametria aérea, videografia (filmagem aérea, com as cenas trabalhadas individualmente como fotografias) e imagens de satélite permitem o acompanhamento da evolução da cultura em tempo real e a correção dos fatores deficientes no instante em que são diagnosticados. O presente trabalho pretende mostrar a utilização de imagens de sensores remotos na agricultura e sua aplicação na identificação e medição de áreas de cultivo. Para isso, são utilizados dados dos sensores abordo dos satélites NOAA, LANDSAT e fotografias aéreas digitais para identificar e medir as áreas de cultivo de arroz. Usando imagens dos satélites NOAA e Landsat para verificar as alterações nos índices de vegetação do terreno e a consistência de tais medidas segundo as diversas resoluções dos sensores em questão. A metodologia utilizada baseia-se na identificação do comportamento dos elementos do terreno quando submetidos à radiação emitida pelo sensor a bordo dos satélites que, ao refletirem diferentes comprimentos de onda na faixa do espectro eletromagnético permitem a distinção correta da evolução de cada um destes no período compreendido entre o plantio e a colheita, sendo monitorados em tempo real via imagens de satélite. Trata-se basicamente da técnica de aplicação do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (Normalized Difference Vegetation Index – NDVI). O NDVI trata-se de um indicador numérico simplificado, utilizado nas análises de sensoriamento remoto, via sensores orbitais para medir, entre outros fatores, o desenvolvimento da vegetação através da sua coloração como indicador de maturação. O NDVI permite não só mapear a vegetação, mas também medir a quantidade e a condição da vegetação, sendo utilizado no estudo do ciclo de crescimento da vegetação e na análise de eventuais perturbações em seu ciclo sazonal. O referido índice pode ser utilizado em uma vasta gama de estudos como modelagem climática e hidrológica; balanço de carbono, detecção de mudanças climáticas, estimativas de parâmetros da vegetação (cobertura vegetal, índice de área foliar); atividades agrícolas (monitoramento do ciclo de crescimento de culturas, modelagem do crescimento e produtividade de plantações); monitoramento de secas; detecção de desmatamentos, avaliação de áreas queimadas, entre outras aplicações. Dentre as diversas contribuições geográficas do uso de Sensoriamento Remoto voltado à agricultura, destacam-se a grande espacialidade da sua aplicação onde podem ser monitoradas, identificadas e medidas grandes extensões de áreas cultivadas em um curto espaço de tempo, permitindo assim intervenções mais rápidas e eficazes a fim impedir danos maiores as culturas analisadas. Contribuem também como ferramenta de auxílio a gestão pública e a economia, pois fornecem confiáveis índices de estimativa de safra e qualidade de produção de alimentos. Demonstra-se o presente trabalho uma importante ferramenta de apoio aos agentes financeiros que subsidiam o plantio e tem como única garantia, a expectativa de uma boa colheita, podendo obter então o acompanhamento integral do desenvolvimento da lavoura.



4161

UN PORTAL WEB COMO HERRAMIENTA PARA EL INTERCAMBIO DE INFORMACIÓN EN EL ÁMBITO DE LA GEOGRAFÍA

Rodríguez Estévez, José Antonio ^{1(*)}; Muñoz Semeco, Dayana ¹

¹ - Departamento de Geografía. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Valladolid. | (*) Spain

Resumen:

Durante el último tercio del siglo XX, el mundo asiste a una serie de profundos cambios que transforma por completo los mecanismos por los cuales se rige el funcionamiento de las sociedades. Las principales fuentes de generación de riqueza, que desde la irrupción del modelo de producción *fordista* se habían localizado en el sector industrial, se reubicarían a partir de ese momento en las actividades de los servicios. En ese nuevo escenario, la creación, manipulación, almacenamiento y transmisión de la información cobrarían una importancia capital.

El desarrollo de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) representaría un papel protagonista en las transformaciones que conducirían a lo que se ha dado en llamar *mundo globalizado*. Desde una perspectiva económica, la globalización supondría flujos crecientes de bienes y servicios, de capitales y de trabajo. Desde un enfoque tecnológico, se generalizaría el uso de las nuevas tecnologías y el acceso a la información se haría inmediato gracias al desarrollo de los servicios de información —las telecomunicaciones—. Desde una perspectiva social, la globalización implicaría un flujo internacional de ideas y promovería el intercambio cultural.

Es en el escenario de lo que hoy se entiende por sociedad de la información, el de una sociedad post industrial, donde se hace imprescindible, además de la producción de conocimiento, su difusión inmediata y global. A ese fin se aplican las nuevas tecnologías de la información y la comunicación en general, de entre las que se destaca la red Internet, como una herramienta de primer orden, en particular. Su relevancia en la difusión del conocimiento técnico y científico, así como en la creación de redes de intercambio de información entre investigadores y profesionales de todas las disciplinas, está ampliamente demostrada.

En este contexto, surge la idea de crear un espacio de encuentro para los investigadores y los profesionales de la ciencia geográfica, en un primer momento, de la comunidad de habla hispana. Se trata de poner a disposición de los interesados un medio a través del cual puedan compartir la información relacionada con el desarrollo de la actividad profesional y científica del geógrafo. El medio en sí, sustentado en las nuevas tecnologías de la información, consiste en un portal Web que, a través de sus diferentes apartados, permita a los usuarios no sólo acceder a los contenidos almacenados, sino a su vez generarlos, creando de ese modo un sistema interactivo y *retroalimentado*. Un medio así aprovecha las potencialidades de la red Internet en lo que se refiere a su inmediatez y universalidad, ofreciendo la posibilidad de acceder a la información desde cualquier lugar y en todo momento.

En sus aspectos técnicos, las distintas páginas de que se compone el portal Web se desarrollan en lenguaje XHTML (*Lenguaje Extensible de Marcado de Hipertexto*, de su traducción del inglés) en su versión 1.0, un lenguaje de contenidos conforme con XML (*Lenguaje de Marcado Extensible*), y que a su vez es compatible con el estándar para páginas Web al que viene a sustituir, HTML (*Lenguaje de Marcado de Hipertexto*). El empleo de XHTML proporciona una gran compatibilidad con todo tipo de agentes de usuario, lo que amplía en mucho la accesibilidad del portal. Además de este lenguaje, el código fuente de los distintos documentos que integran el portal Web incorpora el lenguaje de estilos CSS (*Hojas de Estilo en Cascada*) para la composición de su apartado visual, así como el lenguaje de programación JavaScript, de gran difusión entre los diferentes agentes de usuario. Se trata, en todo caso, de crear una herramienta conforme con las especificaciones del *World Wide Web Consortium* (W3C), cuyo objetivo es dotar de la mayor accesibilidad posible a los contenidos proporcionados a través de la red Internet. En este sentido, cabe mencionar el interés de los desarrolladores del portal Web porque la información contenida en el mismo se encuentre al alcance de todos, con independencia de sus capacidades técnicas o físicas, o de sus habilidades en el manejo de herramientas informáticas.

4170

GEOTECNOLOGIAS APLICADAS AO ESTUDO DA DINÂMICA TERRITORIAL DE BARÃO GERALDO (CAMPINAS, BRASIL)

Moretti, Ana Isabel Pasztor ^{1(*)}; Takemoto, Mayumi Morena Soligo ¹; Gonçalves, Gustavo Rocha ¹; Magalhães, Julia Reis de ¹

¹ - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) | (*) Brasil

Resumen:

Estudar a dinâmica territorial do distrito de Barão Geraldo, localizado no município de Campinas, no estado de São Paulo, Brasil, representa entender como se deu o processo de formação deste espaço que sustenta e dá sentido aos usos nele contidos. O espaço em Barão Geraldo passou por significativas mudanças desde a sua criação. Antes caracterizado como rural em razão das grandes fazendas e terras férteis destinadas ao uso agrícola, Barão Geraldo sofreu, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, intenso processo de crescimento urbano e econômico em razão da implantação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), importante vetor de sua reorganização territorial. Como resultado deste crescimento, o padrão de uso e ocupação do solo sofreu alterações com destaque para a valorização do preço da terra e o aparecimento de loteamentos destinados à população de alto e médio poder aquisitivo, acelerando a ocupação dos bairros existentes e induzindo novos parcelamentos de terra. O termo "qualidade urbano-ambiental" é utilizado pela Prefeitura Municipal de Campinas para justificar a procura de pessoas de média e alta renda por Barão Geraldo em razão de o distrito possuir áreas de qualidade paisagística e ambiental. As grandes fazendas Pau d'Alho, Anhumas, Santa Cândida, Santa Genebra, Rio das Pedras, Quilombo e Estância Santa Eudóxia, e áreas rurais com propriedades menores, contém exemplares da arquitetura rural paulista de valor histórico e cultural e os poucos remanescentes da cobertura vegetal original, atrativo que seleciona uma parcela da população com alto nível educacional e/ou de renda, mas que dificulta o estabelecimento de residência de funcionários e de estudantes universitários com menos recursos. Contrapõe-se a este fato apenas a existência de uma pequena favela, atendida de serviços básicos no Real Parque. O objetivo principal deste trabalho, portanto, foi buscar compreender a dinâmica territorial de Barão Geraldo com o auxílio do uso de geotecnologias, tais como o sistema de informação geográfica (SIG), o sensoriamento remoto orbital e a cartografia digital. Inicialmente, foram elaborados três mapas: Mapa das Bacias Hidrográficas, Mapa do Sistema Viário e Mapa de Uso e Ocupação do Solo, o qual permitiu constatar a grande heterogeneidade espacial existente em Barão Geraldo, decorrente do próprio dinamismo da região, e os conflitos resultantes desta sobreposição de usos e ocupações. A partir do Mapa de Uso e Ocupação do Solo, de um estudo histórico da região e de uma discussão sobre as zonas rural e urbana do distrito, foi proposto um novo Mapa de Uso e Ocupação do Solo de Barão Geraldo, no qual foi realizado o agrupamento de todas as formas definidas de uso e ocupação em três grandes classes para fins de análise: "áreas de vegetação natural"; "áreas antrópicas agrícolas" e "áreas antrópicas não agrícolas", propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo revelou algumas das especificidades da estruturação do espaço físico de Barão Geraldo. A alteração de seu padrão tradicional de uso e ocupação do solo se deu a partir da criação da UNICAMP e da construção de grandes eixos viários. A integração dos bairros e loteamentos, justamente em razão da presença dos grandes eixos viários responsáveis pela circulação regional (Rodovias D. Pedro I e Campinas-Paulínia), não se dá somente com o centro de Barão Geraldo, mas também com o centro de Campinas. A partir desta dinâmica, o número de habitantes do distrito cresce e o processo de expansão de sua malha urbana se intensifica, respeitando as grandes fazendas ainda existentes e conformando um espaço único que mescla paisagens bucólicas com desenvolvimento urbano.



4171

A DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O MAPEAMENTO DE ÁREAS POTENCIAIS A IMPLANTAÇÃO DE ATERROS SANITÁRIOS EM GUARAPUAVA-PR

Antonio, Janaina Natali^{1(*)}; Ribeiro, Selma Regina Aranha¹

¹ - Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG | (*) Brasil

Resumen:

Na maioria das cidades os resíduos sólidos têm como destino final depósitos nos quais o lixo é simplesmente descarregado sem qualquer tratamento, e em alguns casos, também são dispostos resíduos industriais e de serviços de saúde, de forma descontrolada, e sem medidas prévias de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública. Além, da poluição visual, mau odor e desvalorização imobiliária da região, entre outros, que não são levadas em consideração pelos planos imediatistas de destinação final dos resíduos urbanos, por meio de planos que em muitos casos, visam não à solução do problema, mas sim apenas afastá-lo das residências, transferindo-o para outro lugar, geralmente para locais periféricos longe dos olhos da população, criando a falsa impressão de que o problema dos resíduos foi resolvido. Segundo dados da Pesquisa nacional de Saneamento Básico (PNBS) realizada em 2000, o número de municípios, no Brasil, apresentam formas de disposição final adequada de seus resíduos não é tão favorável, pois 63,6% utilizam lixões e 32,2%, aterros adequados (13,8% sanitários, 18,4% aterros controlados), sendo que 5% não informaram para onde vão seus resíduos. Em 1989, a PNSB mostrava que o percentual de municípios que vazavam seus resíduos de forma adequada era de apenas 10,7%. Considerando tal situação, muitos municípios têm se voltado para a questão do destino final a ser dado aos resíduos sólidos urbanos, pois o problema não se encerra após o recolhimento dos resíduos, neste sentido uma das alternativas ambientalmente viáveis é a construção de aterros sanitários, pois estes representam uma forma adequada de disposição final de resíduos com um custo relativamente baixo, comparado a outros sistemas. É importante que o projeto seja condizente com a realidade de cada município, levando em consideração características físicas, econômicas, políticas e sociais, para estar em conformidade com as necessidades locais e não venha prejudicar os agentes envolvidos neste processo. No município de Guarapuava, área de estudo em questão, atualmente apresenta o lixão a céu aberto, realidade discutida pelo poder público que pretende modificar a conjuntura dos resíduos por meio da intensificação da coleta seletiva e reciclagem e da implantação do aterro sanitário, tendo em vista os problemas causados por esta forma de disposição final, como mau cheiro, presença de moscas, roedores e baratas, contaminação do solo causado pelo chorume, entre outros. A construção do aterro sanitário é importante, pois permitirá que os resíduos recebam uma destinação final adequada minimizando os impactos causados pela sua disposição. Porém, para a implantação de um aterro sanitário é necessário que este atenda uma série de normas para que futuramente não venha a causar problemas ao ambiente. Um dos principais critérios para implantação de aterros sanitários é a escolha de uma área adequada, que atenda requisitos referentes a este tipo de atividade, a qual é considerada causadora de impacto ambiental conforme a Resolução CONAMA 001/86. Porém a tarefa de escolha do local para a implantação de um aterro sanitário não é simples, pois existem diversos critérios que devem ser seguidos. Para a escolha da área deve-se levar em consideração parâmetros técnicos e aspectos legais das três instâncias governamentais contidas nas normas e diretrizes federais, estaduais e municipais. A seleção de uma área para servir de aterro sanitário à disposição final de resíduos sólidos domiciliares deve atender, no mínimo, aos critérios técnicos impostos pelas normas da ABNT (NBR 10.157) e pela legislação federal, estadual e municipal (quando houver). Neste estudo optou-se pelos critérios relativos às normas da ABNT (1997). Este trabalho tem como intuito de realizar o mapeamento das áreas com potencial para implantação de aterro sanitário em Guarapuava-PR, mediante uso das Redes Neurais Artificiais de áreas aptas à implantação de aterro sanitário, considerando as características locais e a legislação vigente. As Redes Neurais Artificiais são um ramo da inteligência artificial que se baseia no princípio de simular parte do funcionamento do cérebro humano usando computadores eletrônicos, usando equações matemáticas que compõe uma rede de neurônios artificiais, na qual informações lógicas ou valores numéricos possam ser processados para gerar uma saída. E tem apresentado bons resultados na solução de vários problemas em diversas áreas. Posteriormente, como proposta, pretende-se comparar a área escolhida pelo poder público municipal, com esta classificação, para observar se tal local se enquadra aos critérios estabelecidos para a implantação deste tipo de empreendimento, bem como apontar outras possíveis áreas para esta atividade, demonstrando desta forma, a utilidade da pesquisa para uma questão prática que envolve o planejamento territorial no que diz respeito ao gerenciamento e a disposição final dos resíduos sólidos domiciliares.

4175

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE LOCALIDADES DO BRASIL COM FAVORABILIDADE CLIMÁTICA À OCORRÊNCIA DE *DIABROTICA SPECIOSA* (COLEOPTERA: CHRYSOMELIDAE) COM BASE NA ESTIMAÇÃO DO VALOR ESPERADO DE GERAÇÕES DA PRAGA.

Silva, Shirley Franx^{1(*)}; Laranja, Ruth Elias de Paula²; Palhares de Melo, Luis Alberto Martins³; de Oliveira, Maria Regina Vilarinho³

¹ - Universidade de Brasília / Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia | (*) Brasil

² - Universidade de Brasília

³ - Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Resumen:

Diabrotica speciosa é um inseto vulgarmente conhecido como "vaquinha", já estabelecido em diversos estados brasileiros e em alguns países da América do Sul. Apresenta expressão econômica por ser uma praga polífaga causando danos, entre outras, às culturas de milho, soja, feijão, amendoim e batata, devido injúrias causadas na planta, e também por ser agente vetor de patógenos, principalmente vírus. A literatura cita perdas da ordem de bilhões de dólares devido ao ataque de *Diabrotica* na cultura de milho. O conhecimento da dinâmica populacional da praga nas localidades produtoras pode fornecer informações que sirvam de suporte a ações para seu manejo, visando a redução das perdas das safras. Este trabalho teve por objetivo identificar as áreas mais significativas quanto a quantidade produzida de milho em 2006 no Brasil e que apresentam alta favorabilidade climática para a ocorrência dessa praga. A favorabilidade climática é avaliada com base no valor da constante térmica (K) de desenvolvimento da praga nas fases de ovo, larva, pupa e fase adulta. Um grau-dia (soma térmica diária) é calculado com base no valor da temperatura máxima (T_{max}) e mínima (T_{min}) do dia e o valor da temperatura base de desenvolvimento da praga (T_b), que é a temperatura a partir da qual a praga se desenvolve. Abaixo do valor T_b , não há crescimento. Para atingir o valor da constante térmica (K), acumulam-se, diariamente, o valor dos graus-dia para a praga e, assim, obtém-se o número de dias que a mesma necessita para ir da fase de ovo até a fase adulta, ou seja, permite-se estimar, através do cálculo dos graus-dia acumulados o número de dias de uma geração da praga. Com base na literatura consultada, os parâmetros T_b e K de *D. speciosa* usados neste trabalho foram, respectivamente, 11 °C e 475 °d. Para efetuar o cálculo da soma térmica são necessárias, conforme dito anteriormente, as temperaturas máxima e mínima diária da localidade avaliada. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) disponibiliza em seu site na Internet (<http://www.cptec.inpe.br/>) tais dados de diversas estações meteorológicas em várias localidades do País. Neste trabalho foram selecionadas 170 localidades que correspondem a estações meteorológicas do INPE que apresentam disponibilizadas as temperaturas máxima e mínima diária para pelo menos 285 dias do ano de 2006. Em seguida foi calculado, em cada uma das 170 localidades, o valor esperado de gerações de *D. speciosa*. O valor esperado médio calculado para as 170 localidades foi de 10 gerações/ano, o que indica, em geral, alta favorabilidade climática para ocorrência e estabelecimento da praga. Para mapeamento das áreas mais importantes produtoras de milho, foram utilizados dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponibilizados para consulta via Internet (www.ibge.gov.br) agregados a nível de município para o ano de 2006. Utilizando software de sistemas de informações geográficas (SIG) foram mapeados os municípios que mais contribuíram para a produção nacional. Finalmente o mapa contendo as 170 localidades com valor esperado estimado de gerações da praga foi sobreposto ao mapa indicando as áreas dos municípios de destaque em termos de quantidade produzida de milho em 2006, permitindo então delinear áreas mais significativas quanto a quantidade produzida de milho em 2006 no Brasil e que apresentam alta favorabilidade climática para a ocorrência da praga. O resultado final deste mapeamento é informação que pode servir de apoio para planejamento visando minimização de perdas da produção, uma vez que permite direcionamento específico de ações de manejo da praga.



4178

O PLANEJAMENTO AMBIENTAL SOB A ÓTICA DOS MAPAS TEMÁTICOS E DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA EM UNIDADES TERRITORIAIS

Moreira, Andreise ^{1(*)}; Cassol, Roberto ¹

¹ - Universidade Federal de Santa Maria | (*) Brasil

Resumen:

As intervenções causadas pela sociedade no espaço geográfico com o objetivo de suprir as necessidades humanas e também a obtenção de lucros têm criado diversos conflitos em relação ao uso do espaço e dos recursos naturais existentes. As ações humanas, em sua diversidade, repercutem sobre o ambiente, criando alterações que podem refletir num quadro de degradação ambiental. No intuito de contribuir com análises sobre o espaço local, o planejamento ambiental para áreas agrícolas e urbanas torna-se instrumento fundamental, pois ele permite maior conhecimento do meio físico e das ações humanas empreendidas, possibilitando monitorar mudanças ocorridas ao longo do tempo, auxiliando na tomada de decisões acerca das melhores alternativas para o aproveitamento dos recursos disponíveis, oferecendo subsídios para a correção e recuperação de áreas degradadas. Utilizando-se das tecnologias de informação geográfica, o planejamento ambiental vale-se de técnicas de geoprocessamento para a coleta e análise de informações sobre determinado ambiente. Aliadas à Cartografia Digital, ao Sensoriamento Remoto, ao Sistema de Posicionamento Global (GPS), entre outros, destaca-se seu potencial no que se refere ao processo de aquisição de dados para a formação, atualização e manutenção de bases cartográficas, capazes de auxiliar na gestão ambiental e no estudo do uso da terra, fornecendo informações concisas. Para o monitoramento dessas alterações, os recursos geotecnológicos permitem gerar um banco de dados geográficos georreferenciados que produzirá informações importantes para o município de Barra Bonita, SC, através da agregação de variáveis físicas e, também, socioeconômicas. Essa base de dados cartográficos possibilitará, futuramente, a elaboração de um sistema de informações mais amplo, com a adição de novos dados que contribuirão nas ações de planejamento territorial para a unidade em estudo. Nesse sentido, objetivando apresentar sugestões de planejamento ambiental em nível municipal, tem-se nos recursos geotecnológicos e na Cartografia instrumentos imprescindíveis para a realização deste trabalho. A realidade territorial ambiental do Município enfatiza a necessidade do desenvolvimento de pesquisas em torno desta temática, uma vez que, desde o processo de colonização, iniciado em 1950, intervenções no meio vêm sendo desenvolvidas sem nenhum tipo de planejamento. Por meio de ações de manejo, voltadas ao uso adequado dos recursos naturais, a recuperação de áreas degradadas, e a proteção para áreas que ainda não passaram por nenhum tipo de intervenção antrópica, a elaboração do planejamento ambiental municipal tem em sua metodologia o suporte teórico de Libault (1971), o qual aborda os quatro níveis da pesquisa geográfica, sendo Nível Compilatório, Correlatório, Semântico e Normativo. Com o fim de analisar a interrelação existente entre as variáveis físicas e socioeconômicas presentes no Município, iniciou-se o trabalho a partir da observação, registro e aquisição de informações, as quais permitiram construir um banco de dados geográficos georreferenciados, no aplicativo SPRING. A posterior elaboração e correlação dos planos de informação resultou em mapas temáticos que possibilitarão orientar o planejamento territorial ambiental municipal, por meio do entendimento dos elementos físicos e humanos, bem como suas relações, as quais compõem o espaço, de maneira globalizante. Assim, numa perspectiva multitemporal, pode-se observar que, na unidade territorial em estudo, houve mudanças significativas quanto ao uso dos recursos disponíveis. Isso foi evidenciado, por exemplo, quando analisou-se mapas temáticos de uso e cobertura da terra. Ao comparar os dados obtidos com o mapa do ano de 1978, elaborado a partir de fotografias aéreas, e o mapa do ano de 1995, desenvolvido com imagem de satélite Landsat, nota-se uma diminuição nas áreas ocupadas por florestas nativas. Em 1978, as áreas ocupadas por florestas totalizavam 46,42% e, no ano de 1995, passaram a ocupar 38,12% do total da área do Município, a qual compreende 9513,24 ha. Quanto às áreas ocupadas por campo, também observou-se decréscimo dos percentuais, os quais passaram de 37,50%, em 1978, para 30,66%, em 1995. Acredita-se que isso ocorreu devido ao aumento das áreas ocupadas por atividades agrícolas, principalmente de milho, de fumo e de soja. Dá-se destaque à expansão das áreas agricultáveis. Estas tiveram um aumento maior que o dobro do percentual, sendo que, em 1978, ocupavam 12,38% do total municipal, chegando a 26,92%, em 1995. Esse fator caracteriza a economia do Município, a qual se baseia na produção agrícola, desenvolvida, em maioria, por pequenas propriedades familiares. Contudo, ao acrescentar na análise a variável declividade, observa-se que a correlação do mapa temático de declividade e o mapa de uso e cobertura da terra evidenciam que parte das áreas ocupadas por campo e por agricultura confronta-se com as leis estipuladas pelo Código Florestal, artigo 2º, ou seja, áreas próximas aos cursos de água e/ou com declividade superior a 45° são utilizadas para plantio, por vezes, com práticas agrícolas que intensificam a degradação do ambiente. A identificação das problemáticas ambientais presentes em Barra Bonita destaca que o planejamento ambiental emprega a avaliação de diferentes elementos para formar a estrutura organizacional do trabalho a ser realizado. Tendo em vista que a análise da cobertura e uso da terra evidenciou que em 1978, 46,42% da área municipal eram cobertas por florestas nativas, e que este percentual diminuiu em 1995, espera-se que futuramente esses percentuais mantenham-se iguais ou sejam elevados. Iniciando este processo com a identificação dos padrões de utilização, bem como os problemas acarretados pelo uso inadequado da terra, o planejamento ambiental municipal comporta análises e mapeamentos de grande utilidade para a atualização do conhecimento das formas de uso e de ocupação do espaço, constituindo uma importante ferramenta de orientação à tomada de decisão. Considerando-se os aspectos físicos e socioeconômicos, em nível municipal, a pesquisa geográfica visa a contribuir com o uso adequado e racional dos recursos naturais disponíveis, melhorando a qualidade de vida humana e ambiental. Para esse fim, parte-se da necessidade de desenvolvimento de projetos voltados ao planejamento do espaço geográfico em nível regional e local.

4181

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA ESQUISTOSSOMOSE NO MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES-SE, UTILIZANDO GEOPROCESSAMENTO, FOCALIZANDO: OS ASPECTOS GEO-AMBIENTAIS, SOCIOECONÔMICOS, CULTURAIS E SUAS INFLUÊNCIAS NA MORBIDADE DA DOENÇA.

Barros Souza, Acácia Maria ^{1(*)}; Matos Bezerra Lemos Silva, Marília ¹; Pacheco de Almeida, José Antônio ¹

¹ - Universidade Federal de Sergipe-UFSE | (*) Brasil

Resumen:

Este Projeto de caráter multidisciplinar, envolve pesquisadores da área médica e da área Geotecnológica. O qual permitiu maior alcance de informações e mapeamento das áreas estudadas, fator importante para determinar áreas de risco e condições ambientais propícias à ocorrência de esquistossomose no Estado. O uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG), serviu como base para análise espacial e avaliação das inter-relações da esquistossomose com os aspectos ambientais, socioeconômicos, culturais e influências diretas e indiretas que propiciam a proliferação e gravidade da doença. A esquistossomose é uma doença de grande impacto na Saúde Pública Mundial, afetando 200 milhões de indivíduos em 54 países. No Brasil, esse número é de 7,1 milhões de infectados. Atualmente o Estado de Sergipe é considerado uma das unidades da federação com maior prevalência e incidência da esquistossomose masônica. Diante deste fato, foi escolhido como objeto de estudo o município de Ilha das Flores, por possuir um dos maiores índices do Estado. Este número está diretamente relacionado ao hábito dos agricultores de fazer as plantações, no caso deste município o arroz, e trabalhos de irrigação com os pés descalços metidos na água parada, como também o contato das crianças com a água contaminada ao se banharem nos rios e lagos, assim, tais fatores favorecem a disseminação da doença. No entanto, observou-se a necessidade da elaboração de inquéritos epidemiológicos sistemáticos. O emprego de recursos de geoprocessamento, consistiu na organização de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) a partir da construção de um banco de dados georrelacionais (georeferenciado), contendo a localização geográfica dos eventos, associando informações gráficas (mapas) e as bases de dados alfanuméricos (socioeconômicos, saúde e culturais). A estruturação do SIG é imperativo para o armazenamento, consultas e análises espaciais desenvolvidas a partir de um conjunto de ferramentas utilizadas para a manipulação de informações espacialmente apresentadas. O banco de dados georeferenciado, permitiu o mapeamento das ocorrências da doença, a estruturação e análise de riscos socioeconômicos/ambientais relacionados à esquistossomose. Considerando-se que, entre os aspectos ambientais, os recursos hídricos, rios e lagos, possuem uma influência direta com a ocorrência da doença, já que o vetor depende das condições de umidade para seu pleno desenvolvimento e subsistência, consequentemente, a proximidade das residências com estas áreas, aliadas com as condições socioeconômicas e com as práticas culturais no uso desses recursos hídricos irão ocasionar a proliferação da endemia. Dessa forma, o mapeamento da ocorrência da doença e dos recursos hídricos com o auxílio do Sistema de Posicionamento Global (GPS), resultou em uma base cartográfica georeferenciada destinada a construção de um banco de dados, o qual foi estruturado a partir das variáveis sociais, econômicas e culturais. Essas foram coletadas por fontes primárias e



secundárias. O objetivo deste trabalho foi avaliar a inter-relações da ocorrência da esquistossomose com as variáveis ambientais, sociais, econômicas e culturais no município de Ilha das Flores – SE, através do uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG). Mais especificamente, mapear, caracterizar – os corpos hídricos- e confeccionar o mapa de uso da terra; analisar espacialmente as inter-relações existentes entre os recursos hídricos e o uso da terra com as populações afetadas; disponibilizar para consultas espaciais, um banco de dados georeferenciado contendo as ocorrências epidemiológicas resultantes dos inquéritos das características socioeconômicas e ambientais; alimentar o Banco de Dados com dados referentes aos inquéritos parasitológicos e georeferenciados com o GPS de navegação. A pesquisa foi apoiada por bibliografias e trabalhos de campo, em busca das variáveis necessária para o desenvolvimento da investigação. Os dados secundários associados as informações socioeconômicas e culturais foram levantados nos órgãos federais, estaduais e municipais (IBGE, SRH e IPEA). Os dados de saúde foram pesquisados em banco de dados oficiais da Secretaria de Saúde do Estado, FUNASA, bibliotecas e resultado da pesquisa dos profissionais da área da saúde envolvidos no projeto. O uso do GPS na aplicação dos questionários proporcionou devido georeferenciamento das informações relativo à saúde, as quais foram lançadas em um banco de dados georeferenciado. Por tratar-se de um programa de uso livre, com potencial para adequar o pleno atendimento dos objetivos do projeto, a construção de mapas e Banco de Dados, foram realizados na plataforma SPRING, software desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), disponibilizado gratuitamente em seu site: www.inpe.br. Os recursos hídricos foram mapeados através do uso de imagens de satélites e ortofotografias, devidamente georeferenciadas. A caracterização desses recursos foi realizada através de trabalho de campo, quando foram levantadas informações sobre as condições sanitárias, georeferenciamento de rios e lagos, associadas com o vetor transmissor da doença. As condições ambientais foram evidenciadas através do mapa de uso da terra. A presente pesquisa tem contribuído para uma melhor conscientização da população de Ilha das Flores, com intuito de controlar ou até mesmo erradicar a doença nesta localidade. Dessa forma, o projeto além de conter um caráter social, possui momentaneamente uma forma de redução das mazelas da comunidade carente. Além disso a criação deste Banco de Dados Georeferenciado irá facilitar demais pesquisas, que assim como essa, beneficiará o Município.

4182

USO DE GEOTECNOLOGIAS APLICADAS AO MAPEAMENTO DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE PACOTI, CEARÁ, BRASIL.

Sousa de Oliveira, Francisca Leiliane^{1(*)}; Brito da Cruz, Maria Lucia¹; Alves da Silva, Cristiano¹

1 - Universidade Estadual do Ceará - UECE | (*) Brasil

Resumen:

O município de Pacoti está localizado na Área de Proteção Ambiental – APA de Baturité instituída em 1990 pelo Governo do Estado do Ceará, sendo a primeira Unidade de Conservação desta categoria criada pelo Estado, pertence a uma área com nomenclatura de Mação Residual Cristalino, em que nos vastos aplainamentos que caracterizam o sertão cearense, surgem como áreas de exceção que representam verdadeiras "ilhas" de umidade no contexto geral semi-árido. Trata-se dos maciços antigos constituídos por rochas metamórficas ou intrusivas revestidos primariamente por florestas perenifólicas ou subperenifólicas com morfogênese química e evolução associada com os processos de dissecação do relevo, (SOUZA, 1998). O presente estudo tem como objeto mapear a região do município de Pacoti, localizada dentro dos limites legais da APA de Baturité, quanto a sua vulnerabilidade ambiental, visando subsidiar a orientação adequada na utilização dos espaços com menor impacto dando destaque ao aproveitamento dos recursos hídricos. Dentro desta perspectiva as Geotecnologias, como o SIG auxiliado com os dados precisos e atualizados a partir do Sensoriamento Remoto, revelou-se como uma ferramenta capaz de realizar essa integração dos diversos componentes ambientais da área de estudo, possibilitando a descrição e análise integrada de suas interações, proporcionando o suporte para a realização de um mapeamento eficiente e condizente com as condições atuais de ocupação, degradação e conservação. Foi utilizada também a estrutura lógica de análise e integração denominada AHP - Analytic Hierarchy Process ou Processo Analítico Hierárquico, como subsídio para o mapeamento da vulnerabilidade ambiental do município. Devido todas às suas características, o município de Pacoti tem a maior parte de suas áreas degradadas localizada ao longo dos recursos hídricos, acarretando na degradação do Rio Pacoti que é o principal manancial do município, apresentando escoamento contínuo durante todo o ano, drenando uma vasta área de cultivo, além de fazer parte do sistema de abastecimento da capital cearense, essas áreas são consideradas áreas com o índice elevado de vulnerabilidade ambiental. As técnicas aplicadas para a utilização da terra são rudimentares, o que agrava sensivelmente a preservação de seus recursos, considerando-se que nessas áreas mais úmidas dos maciços residuais, a dissecação do relevo ocorre na forma de topos aguçados ou convexos e os declives das encostas superam a 25%, há que considerar a preocupação pela adoção de técnicas agrícolas que impeçam ou atenuem os efeitos de degradação. Nota-se, que a super utilização da terra é característica da região devido suas limitações naturais no que tange principalmente a topografia, com declividade superior a 40%, acelerando os processos erosivos durante a estação chuvosa, prejudicando significativamente os recursos hídricos. Nesse sentido foi possível constatar que a região da APA de Baturité localizada dentro dos limites municipais de Pacoti, é uma região de vulnerabilidade alta do ponto de vista ambiental, quando relacionados às condições geoambientais em função dos impactos acionados no processo de degradação. O estudo e mapeamento dessa área podem contribuir diretamente para o direcionamento de ações que visam o desenvolvimento sustentável com base em uma análise integrada dos fatores que compõem o cenário ambiental desta região, tendo em vista sua importância por ser considerada um enclave úmido no semi-árido cearense.

4191

DEFINICIÓN DE UNIDADES TERRITORIALES HOMOGÉNEAS PARA EL ESTUDIO Y GESTIÓN AMBIENTAL EN CUENCAS CON APTITUD FORESTAL

Giraldez, Gonzalo^{1(*)}; Dr. Carrasco Letelier, L²; Olivera, L.; Sawchik, J., L³

1 - Bach. en Geografía- Facultad de Ciencias - Universidad de la República | (*) Uruguay

2 - (INIA), Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria, La Estanzuela, Uruguay

3 - (INIA), Instituto Nacional de Investigación

Resumen:

Introducción: La forestación privada con fines comerciales utilizando especies exóticas de rápido crecimiento, ha sido promovida en el Uruguay desde 1989, cuando la nueva Ley Nacional Forestal declaró el 20% del territorio nacional de prioridad forestal, un área aproximada de 3.580.000 hectáreas, de donde hoy existen 1.400.000 há. forestadas, de las cuales el 53% corresponde al bosque nativo, el 40% a plantaciones industriales y el 7% restante a montes de abrigo y sombra, bosques costeros y parques. La distribución territorial de éste potencial forestal presenta la mayor superficie de plantaciones forestales industriales al norte del país en los departamentos de Rivera y Tacuarembó respectivamente. Siguiendo en importancia la zona del Litoral Oeste se presenta como un escenario muy favorable para esta industria de donde, la zona comprendida en el Departamento de Río Negro tipificada de prioridad forestal presenta gran interés para la producción de madera destinada a celulosa existiendo aproximadamente 200.000 há. que se hallan ubicadas en el área de influencia de la nueva planta de pulpa de celulosa blanqueada ECF y que se ubica en las proximidades de la ciudad de Fray Bentos, capital del propio Departamento de Río Negro, con un potencial de producción de (1.000.000 tAD/y). El nuevo incentivo de la forestación destinada a la producción de celulosa presenta aspectos territoriales y ambientales a estudiar por el proyecto SA07 de INIA: (a) estimar la magnitud y frecuencia de los principales impactos ambientales vinculados a la forestación derivados de la producción de madera y celulosa en la zona de influencia a la planta industrial (área buffer 200km) en: agua, suelo y aire; y (b) conflictos territoriales (cambios en los usos de suelo; infraestructura; incremento acelerado de la circulación de insumos referidos a la industria, tanto por vía marítima como terrestre fundamentalmente; crecimiento en el número de accidentes terrestres dado lo incipiente de la nueva trama circulante en los transportes de carga; incidencia sobre el paisaje, etc.); (c) pérdidas de zonas de pecoreo para el sector apícola, pérdida de áreas ganaderas o agrícolas dado el incremento de las áreas de monocultivo (forestal básicamente). Objetivo: El objetivo del presente trabajo es identificar y delimitar Unidades Territoriales Homogéneas de Gestión Ambiental (UTHGA) con diferente grado de forestación para el desarrollo de herramientas en pos de un ordenamiento territorial de cuencas agropecuarias. Estas UTHGA según criterios del proyecto SA07 de INIA serán cuencas y a micro cuencas de orden tres (3) con diferente grado forestal e inscritas en una misma unidad de suelos. Métodos y técnicas: El área preliminar a estudio se halla comprendida en el litoral oeste del Uruguay, próximo a la ciudad de Fray Bentos, perteneciente al departamento de



Río Negro (33° 7' 29" S, 58° 18' 1" W) sobre las márgenes del Río Uruguay, la cual ha experimentado un intenso cambio en el uso de suelo a manos de la forestación. Para la identificación de las Unidades Territoriales Homogéneas de Gestión Ambiental (UTHGA) se utilizaron como fuentes de información: cartas topográficas del Servicio Geográfico Militar (SGM) a escala 1:50.000, hojas P17, P18, P19, P20, O17, O18, O19, N16, N17, N18; información de suelos en formato vectorial, escala 1:1.000.000; Carta Índice CONEAT a escala 1:1.000.000 del MGAP; información forestal en formato vectorial lograda a partir de una clasificación supervisada a la imagen Landsat 5 TM del año 2006; carta de suelos en formato vectorial 1:200.000 del Departamento de Río Negro; hidrografía en formato vectorial basada en la cartografía del SGM. El trabajo se dividió en 3 etapas: (a) identificación de cuencas y o micro-cuencas de orden tres sobre las cartas topográficas en papel cubriendo un área aproximada de 4600km²; (b) digitalización de las UTHGA identificadas, utilizando el software Quantum GIS, determinando el orden tres de las mismas, sus perímetros, área de drenaje, densidad de drenaje y (c) integración de la información colectada y creada a través de la construcción de un GIS por medio del software mencionado. Se determinó la existencia de dos grandes zonas de forestación. Una ubicada sobre la Unidad de suelos Algorta (USA), y que esta asentada sobre los Departamentos de Río Negro y Paysandú; y una segunda, sobre la Unidad de suelos Tres Bocas (USTB), inscripta en el Departamento de Río Negro. Ambas zonas poseen índices de nueve datos por el estudio de la Comisión Nacional de Estudio Agronómico de la Tierra (CONEAT), lo cual les confiere una calificación de tierras de prioridad forestal (ley 13.695 (Art. 65 al 68) del 24 de octubre de 1968). De las zonas identificadas se optó por la localizada sobre la USTB por: (1) ser una zona de fácil acceso, (2) presentar mayor uniformidad en los usos de suelos contrastantes; (3) ser una zona de interés forestal próxima a la nueva planta de celulosa; (4) poseer uniformidad en las especies forestales utilizadas; (5) y estar próxima a la nueva estación de INIA, lo cual permitirá trabajar de mejor forma en el manejo de monitoreos biológicos. Por estas razones, se realizó la identificación y delimitación de UTHGA en USTB. Principales aportes geográficos El conocimiento del territorio por medio de las técnicas que los GIS nos sugieren y a gran escala de donde sería muy dificultoso cubrir extensas áreas del mismo para poder operativizar los trabajos de investigación. A su vez, la capacidad que la Geografía nos brinda por su integralidad conceptual para deshilar la categoría Paisaje como expresión de los acontecimientos que se materializan en el territorio y en sus configuraciones en continua variación. La necesidad y facilidad permanente que ésta ciencia nos sugiere para integrar distintos conocimientos del saber en pos de un objetivo general. La intervención de la geografía en el estudio y análisis de los hechos productivos del país a partir de sus técnicas y metodologías.

5250

UM NOVO RITMO DO PODER NO ESPAÇO URBANO, SINALIZADO PELAS RECENTES ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NA LAPA (RJ)

Godinho Benedito, Gustavo ^{1(*)}

¹ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro | (*) Brasil

Resumen:

O presente trabalho explicita as reflexões acerca dos impactos da ideologia da cidade-global na transformação do espaço social da cidade. Tal ideologia está vinculada aos processos constitutivos da globalização, enfatizada aqui como um fenômeno multiescalar. Percebendo um novo ritmo do poder na cidade, buscou-se compreender as formas de promoção da cidade do Rio de Janeiro através de sua produção imagética, enfatizando para as recentes estratégias da Polícia Militar na Lapa como forma de geração de um ambiente seguro na cidade. Desde os anos 90, a sociedade e economia brasileiras vêm sofrendo grandes mudanças, associadas à crise de acumulação que atingiu as economias capitalistas centrais a partir de meados dos anos 1970. A desvalorização desencadeada pela crise acaba por disseminar um consenso: as cidades devem agora adotar uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico. Tal consenso é consubstanciado na chamada ideologia da cidade-global, que divulga a globalização de modo positivo e evidencia um modelo que deu certo para a solução do processo de desvalorização do capital desencadeado pela crise/reestruturação do sistema capitalista na década de 1970. As teorias recentes acerca da cidade-global aludem também a esse papel estratégico de certas cidades. Seu principal pressuposto é de que as transformações ocorridas na economia a partir da reestruturação produtiva acabaram por impulsionar um papel estratégico para as grandes cidades. Assim, a globalização demandaria a produção de novos espaços, e as cidades seriam o lócus privilegiado para tal oferta. Na cidade, um novo ritmo do poder é percebido, onde o policiamento se estabelece diferencialmente no espaço, e, nas áreas mais desenvolvidas da cidade, atua de maneira diferenciada, usualmente aludindo a uma atuação comunitária, em um diálogo com a população do local para o estabelecimento da "ordem".

5631

OS CENTROS LOGÍSTICOS E INDUSTRIAIS ADUANEIROS NO BRASIL E A INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

Penha, Lucas ^(*)

(*) Brasil

Resumen:

No ano de 2006, foi criada uma nova categoria de infra-estrutura para a facilitação e racionalização do movimento de fluxos de importação e exportação no Brasil: os Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros (CLIA). Esse fato é resultado de uma sequência de transformações na porosidade territorial brasileira que a tornam cada vez maior e mais complexa. Em outras palavras, a capacidade do território brasileiro em estabelecer trocas comerciais para além de suas fronteiras vem aumentando, acompanhando a gradativa internacionalização dos mercados principalmente a partir da década de 1970, e a criação dessa nova categoria de recinto aduaneiro é mais um elemento constituinte desse processo. Os CLIA são a mais recente forma de uma aduana, logo, têm como função essencial a liberação de mercadorias em vias de exportação e a internalização de mercadorias importadas. Entretanto, possuem algumas características que os distinguem das categorias de aduanas pré-existentes permitindo uma funcionalidade ainda maior às empresas que os utilizam. Uma delas é a possibilidade delegada aos CLIA de serem instalados em zona secundária, isto é, sem a obrigatoriedade de estarem dentro das zonas primárias de portos e aeroportos, permitindo a criação dessas unidades dentro de áreas altamente urbanizadas e industrializadas. Desse modo, CLIA e empresas importadoras e exportadoras estabelecem uma logística de fluxos internacionais bastante eficiente, do ponto de vista da velocidade e da competitividade. Outra característica intrínseca a essa nova categoria de recinto aduaneiro reside no ato de sua criação. De acordo com sua legislação, o CLIA deve ser criado a partir da iniciativa privada e não mais como resultado de uma licitação pública. Assim, cabe à esfera privada a proposição do projeto de criação do CLIA e resta ao Estado aprová-lo ou não, tendo em conta os requisitos estipulados em lei. Trata-se, então, da possibilidade e tendência de um incremento ainda maior da porosidade territorial brasileira quando encaramos os CLIA como poros por onde são facilitadas as trocas com o exterior. Dadas todas essas características atípicas a uma aduana, os Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros acabam sendo muito funcionais àquelas empresas que dependem de uma racionalidade aplicada aos seus movimentos capaz de tornar seus produtos competitivos nos mercados internacionais, ou seja, que precisam de velocidade e eficiência na circulação de seus produtos para sua inserção competitiva nos mercados mundiais. Estamos falando, então, de um circuito superior da economia capitalista onde os atores sociais são grandes empresas exportadoras e importadoras. Podemos pensar, consequentemente, em um processo de integração competitiva externa, entendido também como desintegração competitiva se encarada do ponto de vista interno. Sob uma análise de integração a nível nacional, isto é, avaliação da real integração territorial do Brasil como um todo coeso, se pode afirmar que a atuação dos CLIA no país tende a aprofundar a fragmentação a partir do momento em que facilita e prioriza a ativação de pontos no território (no caso, grandes empresas exportadoras e importadoras) e os vincula diretamente com os mercados internacionais. É a utilização de porções do território pela lógica do grande capital internacional. Tendo em vista que a integração dos espaços dentro do Brasil é ainda um caminho a ser percorrido e a integração regional em bloco econômico via Mercosul se enraiza muito lentamente, a tendência de vínculos e benefícios pontuais com mercados longínquos pode ser mais um obstáculo à consolidação de um território mais justo e autônomo.